

ie] ^A

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO:

A Materialidade através do Tempo

Marcio Teixeira-Bastos
Vagner Carvalho Porto
(Org.)

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO:

A materialidade
através do tempo

**Marcio Teixeira-Bastos
Vagner Carneiro Porto**
(Org.)



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.

Catálogo na Publicação
Divisão de Gestão de Tratamento da Informação da
Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais da USP

Arqueologia do Oriente Antigo : a materialidade através do tempo
[recurso eletrônico] / Marcio Teixeira-Bastos, Vagner
Carvalho Porto (Org.). - São Paulo : Instituto de Estudos
Avançados, Universidade de São Paulo, [2024].
655 p. : mapas, fots.

ISBN 978-65-87773-67-4

DOI 10.11606/9786587773674

1. Arqueologia 2. Oriente Médio I. Teixeira- Bastos, Marcio. II.
Porto, Vagner Carvalho.

CDD (23.ed) – 930.1

Elaborado por Cristina Miyuki Narukawa – CRB-8/8302

Ficha técnica

Preparação e revisão
Piero Younan Kanaan | Tikinet
Sandy Marques | Tikinet

Projeto gráfico e diagramação
Tie Ito

Produção editorial
Fernanda Cunha Rezende

Créditos de imagens

Imagem de capa: Depositphotos Inc.

Imagens de abertura dos capítulos: 1. Umut Özdemir/ Ministério da Cultura e do Turismo da Turquia; 2. Murat Özsoy 1958/Wikimedia Commons; 3. Bertramz/Wikimedia Commons; 4. Vyacheslav Argenberg/Wikimedia Commons; 5. David Bjorgen/Wikimedia Commons; 6. M giganteus/Wikimedia Commons; 7. Oren Tal; 8. Doado por Harrogate Museums and Arts/Wikimedia Commons.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO:

**A materialidade
através do tempo**

**Marcio Teixeira-Bastos
Vagner Carneiro Porto
(Org.)**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-reitora: Maria Arminda do Nascimento Arruda

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS

Diretora: Roseli de Deus Lopes

Vice-diretor: Marcos Silveira Buckeridge

SUMÁRIO

7 Oriente Médio e alguns aforismos
Os organizadores

11 Prefácio
Pedro Paulo Funari

16 Introdução
Ivan Esperança Rocha

23 TURQUIA

24 As vitalidades de Çatalhöyük
Ian Hodder

57 Dois mil anos de cerâmica na Cilícia: as cerâmicas nos
museus locais do sul da Turquia (da orientalização até a
Idade Média)
Ergün Lafli e Maurizio Buora

116 Considerações sobre o estudo das ruas na Antiguidade:
Antioquia e a Avenida das Colunatas
Gilvan Ventura da Silva

143 IRAQUE

144 A materialidade e o divino na Antiga Mesopotâmia:
questões teóricas e possibilidades analíticas
Marcelo Rede

168 História e arqueologia do Antigo Iraque: as marcas do
tempo na argila
Kátia Pozzer

- 196 Vivendo nas montanhas Zagros na Idade do Ferro (1200-600 AEC): novas investigações no complexo de assentamentos de Dinka (Rio Zab), região autônoma curda do Iraque
Florian Janoscha Kreppner
- 216 Arqueologia forense e ação forense humanitária em área de conflito armado ativo
Rafael de Abreu e Souza

242 SÍRIA

- 243 A cultura e a civilização urbana na Síria Jezira durante o início da Idade do Bronze
Ahamad Serieh
- 269 Afinal, o que são casas-igrejas? Notas sobre ambientes culturais à luz de três comunidades religiosas da “Wall Street” (Dura-Europos, Síria, século III AEC)
André Leonardo Chevitarese e Juliana Cavalcante
- 287 O Médio Eufrates e sua transformação do século III ao VII EC: o caso de Dibsi Faraj
Anna Leone e Alexander Sarantis

331 LÍBANO

- 332 Uma visão holística da arqueologia do Líbano
Hanan Charaf
- 364 Fenícios e seu processo de expansão no Mediterrâneo Oriental
Maria Cristina Kormikiari Passos

388 JORDÂNIA

- 389 Compreendendo os recursos hídricos de uma cidade da Transjordânia na Longue Durée: o projeto germano-dinamarquês no Bairro Noroeste de Jerash-Gerasa, Jordânia
Achim Lichtenberger e Rubina Raja

- 418 Considerações sobre o uso da ordem dórica na Era Helenística no Mediterrâneo Oriental
Leonardo Fuduli

431 CHIPRE

- 432 A história e arqueologia do Chipre Antigo
Sabine Rogge
- 493 Observações sobre a investigação multidisciplinar de lucernas do Período Helenístico e Romano em Nea Paphos, Chipre
Malgorzata Kajzer

507 ISRAEL

- 508 Cultura material como amuletos: elementos mágicos e o apotropaico na Palestina Romana
Vagner Carvalheiro Porto e Juliana Figueira da Hora
- 529 Os samaritanos na Planície do Sharon: materialidade, etnicidade e a religião na Antiguidade
Marcio Teixeira-Bastos e Oren Tal
- 564 Uma sinagoga samaritana do Período Bizantino em Apollonia-Arsuf/Sozousa?
Oren Tal e Marcio Teixeira-Bastos

585 EGITO

- 586 A cultura material e o *post mortem* faraônico do Novo Império: os shabtis reais e os domínios osiríacos
Cíntia Alfieri Gama-Rolland
- 608 Por que não os qurnawis? Por que não os sul-americanos? Egiptologia, colonialismo e violência epistêmica
José Roberto Pellini

644 Biografia dos autores

ORIENTE MÉDIO E ALGUNS AFORISMOS

“Dizem que toda pessoa deve plantar uma árvore, ter um filho e escrever um livro. Eu não sei qual a cronologia dessas realizações, mas de uma coisa eu sei...

Em breve não haverá nem livros, nem filhos por falta de árvores”.

Fernandha Franklin

O latim é uma língua notável, mãe do português. Dela deriva a palavra “livro”. Mas o que seria, exatamente, um livro? Se buscamos a origem da palavra no latim, notamos que *liber* tem o mesmo nominativo que origina tanto a palavra livro, como a palavra livre, no português. *Liber, librum*, tanto pode significar franco, independente ou livre, como também o córtex da árvore, que remete a livro. A fibra vegetal das árvores – mais precisamente, a celulose – é o que atualmente nos permite a produção de papel. Papel deriva do latim *papyrus* – que, por sinal, faz referência ao papiro, uma planta que cresce nas margens do Rio Nilo, no Egito, Oriente Médio –, da qual se extraíam fibras para a fabricação de barcos, cordas e folhas, as quais eram utilizadas para a escrita.

Os egípcios inventaram o papiro por volta de 3.000 AEC, mas a escrita na humanidade precede o papiro: é datada por volta de 6.000 anos atrás, e as palavras eram inscritas em tabuletas de pedras ou argila, sendo que esta última ficou conhecida como escrita cuneiforme. Posteriormente, surgiram os pergaminhos, mais resistentes, feitos de couro curtido de bovinos ou caprinos. Há de se notar que a materialidade dos textos, a ecologia dos livros e os suportes para escrita são muitas vezes ignorados por nós.

Ignoramos, com alguma frequência, nossa relação com as árvores. Foram elas que nos possibilitaram ter papiros, papéis e livros. As árvores nos ensinaram a contar o tempo. Aprendemos na relação com elas que o número de anéis que

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

formam o tronco marca seu ciclo de vida e desenvolvimento em anos. Os livros se proliferaram amplamente em período romano, época em que a leitura por simples lazer e prazer passou a contar com maior volume e em que temos notícia do primeiro editor de livros. O equestre Titus Pomponius Atticus (110-32 AEC), que pertenceu à ordem equestre ou dos cavaleiros, a mais baixa das duas classes aristocráticas da Roma Antiga, abaixo da ordem senatorial.

Atualmente, a produção industrial de papel desmata, em média, 24 árvores para produzir uma tonelada de papel. As espécies de árvores cultivadas em larga escala são o eucalipto (*Eucalyptus* sp.) e o pinheiro (*Pinus* sp.), o que implica uma série de questões, como o alto consumo de água dessas plantas, normalmente cultivadas em larga escala em dada região. Uma prática que atenua as problemáticas ambientais devido ao consumo de papel é a reciclagem, além da produção de papel partir de madeiras de reflorestamento, o que ajuda a amenizar o desmatamento e a preservar as florestas naturais. Então, a maneira como nos relacionamos com árvores e livros também se relaciona com as noções sobre a liberdade, a natureza, o mundo das ideias. O entendimento do comportamento e suas variadas causas nos ajuda a explicar como os humanos dependem das plantas e dos animais, assim como são atraídos para comportamentos específicos próprios. Essa ecologia comportamental é importante para definir as histórias de vida e interações entre os humanos, as materialidades, as plantas e os animais.

A natureza do livro surge, dessa forma, pela sua definição: um conjunto de folhas ou outro material similar que, uma vez agrupado, forma um volume. O volume de algo sempre está relacionado à quantidade de espaço ocupado. E, este livro sobre Oriente Médio, que ora apresentamos ao leitor, ocupa bastante espaço, criando um espesso volume, com a esperança de ocupar muitos outros espaços – espaços múltiplos e diversificados. Nosso livro, nesse sentido, relaciona-se tanto com o espaço, tempo, ambientes, regiões, assim como com as materialidades encontradas no Oriente Médio. A arqueologia do Oriente Médio ainda carece de muitos esforços e divulgação no contexto nacional, e o Brasil ainda conhece pouco sobre o Oriente Médio e todas as conexões, heranças e materialidades que envolvem o país.

Compreender os ciclos temporais de plantas, animais e coisas é a chave para entender como os humanos são atraídos para suas biografias. Existe a necessidade de descentralização do humano na vida social, a fim de permitir não somente

ORIENTE MÉDIO E ALGUNS AFORISMOS

uma ênfase no imediato e no curto prazo, mas que contemple as trajetórias evolutivas de longo prazo – isso permite direcionalidade sem teleologia. Há certa previsibilidade para os ciclos de crescimento de plantas e animais, porém há muito menos previsibilidade para a durabilidade de objetos materiais. As coisas são indisciplinadas nas suas interações, de modo que é difícil prever quando a manutenção e a reconstrução serão necessárias.

Os humanos se deixam levar pelos ritmos das plantas, seu crescimento e estações, maturação e ciclos de vida dos animais. Mas eles também são aprisionados pelas horas que a argila leva para secar, têm que esperar a sementeira crescer e amadurecer, têm que esperar o inverno passar e a primavera surgir para uma nova etapa começar. Uma etapa específica do processo deve esperar que outras coisas aconteçam em sequência e no momento certo. Decorrentes disso, emergem as restrições e dependências da relação entre os humanos e as coisas materiais. Decisões feitas em um ponto no processo produtivo têm efeitos condicionadores sobre decisões posteriores e usos de determinada coisa.

As diferentes formas de causalidade de comportamento, imediata e definitiva, de curto e longo prazo, histórica e universal, podem ser aplicadas a plantas, animais e humanos em termos de adaptação, sobrevivência e evolução. Reconhecer o aumento de longo prazo nos emaranhamentos entre humanos e coisas talvez possa nos conduzir a um aumento das nossas considerações éticas e dos caminhos que devemos tomar como espécie. Mas todas as coisas têm um tempo. Muitas vezes acelerado e impactante, outras suave e contínuo. Nesse sentido, nosso esforço neste livro é prover uma pequena contribuição aos estudos científicos sobre o Oriente Médio no país. Os ditames “devagar se vai ao longe” e “sozinho pode-se ir mais rápido, mas em conjunto pode-se ir mais longe” parecem aforismos que se somam a outras premissas incorporadas nesta obra. Nas palavras de Shakespeare, em *Romeu e Julieta*: “mas... devagarinho! Qual é a luz que brilha através daquela janela? É o Oriente, e Julieta é o Sol. Ergue-te, ó Sol resplandecente, e mata a lua invejosa, que já está fraca e pálida de dor ao ver que tu, sua sacerdotisa, és mais bela do que ela própria.”

Apesar de parecer contínuo e inventivo, “o tempo é o compositor de destinos, tambor de todos os ritmos, e exige movimentos precisos”. Com a intenção de iluminar o breu que ainda paira sobre a arqueologia do Oriente Médio praticada em nosso contexto, endereçamos a presente obra. E, assim, rendemos

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

nossos elogios ao tempo e aos distintos níveis de vínculo que se estabeleceram em seu decorrer. Apresentamos uma pequena amostra da materialidade humana, das culturas e das sociedades dessa fascinante e única região global que é o Oriente Médio.

Agradecemos a todos os autores e colaboradores deste livro e projeto, especialmente ao Instituto de Estudos Avançados da USP, por meio do Programa Ano Sabático, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) na forma dos auxílios Fapesp 2016/20142-2; Fapesp 2017/24205-1; Fapesp 2018/18665-2; Fapesp 2020/16698-0; Fapesp 2023/00172-8 ; e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo no. 311883/2023-0.

Marcio Teixeira-Bastos e Vagner Carvalheiro Porto

PREFÁCIO

Pedro Paulo A. Funari

*Universidade de Campinas,
Campinas*

Oriente é sempre algo referente à localização do observador. Ao olhar para o horizonte, o lado no qual o sol se levanta (orior = levanto-me, nasço) é o Oriente, assim como o Ocidente (occido = caio morto) é o lado no qual o sol cai e desaparece no horizonte. Leste e Oeste são termos relacionais, nunca fixos. Algo similar serve para o adjetivo “antigo”, que está diante (ante = de frente, no espaço ou no tempo), cujo uso ainda guarda em português esse sentido: “isso é história antiga”, usado para se referir a algo ocorrido no dia anterior (aí, de novo, o ante). Desses significados básicos e de uso irrefletido no cotidiano, derivam conceitos bem mais abstratos, elaborados, de larga trajetória, de Ocidente e Oriente, com implicações variadas.

O termo Oriente Antigo, para referir-se ao Mediterrâneo Oriental, deriva da Cristandade Latina, ao opor àquela a Cristandade Grega e os muçulmanos (BERNAL, 1987; KUBOTA, 2020). Essa diferenciação religiosa e de idiomas seria desafiada apenas a partir do século XVIII, com a introdução de categorias alheias ao divino. A razão substitui a divindade. Razão deriva de reor, contar – daí, pensar – e seu uso aplicou-se à classificação e ao ordenamento de tudo: dos seres vivos, das pedras, dos idiomas. Inventaram-se classificações tidas como racionais, como as raças, cujo étimo parece ser o mesmo de razão (ratio = cálculo), diferenciáveis de forma objetiva pelo homem racional. Esse movimento não pode ser desvinculado da difusão de conceitos como nação e nacionalismo e expansão imperial e imperialismo. Nesta nova configuração, antigas antinomias adquirem novos contornos e feições: no lugar de Cristandade Latina, Ocidente; em vez de Cristandade Grega e Mundo Muçulmano, Oriente (SAID, 1978; ROCHA, 2021).

Nesse processo, a arqueologia nascente viria a ter um papel coadjuvante (DÍAZ-ANDREU, 2007; FUNARI; RODRIGUES, 2009; FUNARI; MOURAD,

2016). Disciplina militar a serviço da construção da nação e parte da missão civilizadora (*mission civilisatrice*) (GOSDEN, 2004), a arqueologia distinguiu-se como científica, racional, militar (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2010; ABU-KHAFAJAH; MIQDADI, 2019). A missão, antes religiosa, agora era cívica. A disciplina tardou a distanciar-se dessa bagagem e de incluir a diversidade social, étnica, de gênero, de status, algo que se acentuou com a criação do Congresso Mundial de Arqueologia (World Archaeological Congress – WAC), em 1986 (FUNARI, 2001). Tomado esse caminho de engajamento, a arqueologia contribuiu, ainda, para a ampliação do horizonte social e cultural, por seu estudo da cultura material, muito além das fontes históricas da tradição textual. Pode-se dizer que a cultura material permitiu aceder aos analfabetos. A mulheres, àquilo que era manuseado pelas pessoas mais desprovidas. Se não há registro feminino que tenha chegado até nós pela tradição textual latina antiga, há outros testemunhos arqueológicos diretos, inclusive e em particular no Oriente (ILAN, 2010; FUNARI; SILVA, 2018). A interação com as pessoas, no que hoje se costuma chamar de arqueologia pública, foi essencial para consolidar essas mudanças para a arqueologia, em geral, e do Oriente, em especial.

Para além disso, teoria social e religiosidade destacam-se nessas inovadoras abordagens da arqueologia do Oriente, assim como a relação entre arqueologia e história (CHARAF, capítulo 11, p. 332-363; POZZER, capítulo 5, p. 168-195; SERIEH, capítulo 8, p. 243-268; ROGGE, capítulo 15, p. 432-492). A teoria social inclui aspectos que vão da mistura étnica e cultural à longa duração (LAFLI; BUORA, capítulo 2, p. 57-115; KREPPNER, capítulo 6, p. 196-215; LEONE; SARANTIS, capítulo 10, p. 287-330; LICHTENBERGER; RAJA, capítulo 13, p. 389-417; FUDULI, capítulo 14, p. 418-430 ; KAJZER, capítulo 16, p. 493-506; KORMIKIARI, capítulo 12, p. 364-387), passando pela contextualização global ou de larga distância. Na teoria social, transculturação (BOMBINO, 2016; PÉREZ-BRIGNOLI, 2017; AGUIRRE, 2018), hibridação (GARCÍA-CANCLINI, 2009), miscigenação/mestiçagem (GRUZINSKI, 1999), circularidade cultural, creolização, multilinguismo, convivência conflitiva, cooperativa e contraditória, em contexto urbano (VENTURA, 2021; SERIEH, 2021), contato, troca e protagonismo (*agency*) são alguns dos conceitos que buscam superar dicotomias opressivas, tão recorrentes nos primórdios da disciplina e do estudo do Oriente Antigo. Alteridade (LÉVINAS, 1995), assim, substitui conquista e destruição

PREFÁCIO

(BUTLER, 2020). Perspectivas pós ou decoloniais (PELLINI, capítulo 21, p. 587-608; SOUZA, capítulo 7, p. 216-241), assim como o perspectivismo descentrado (VIVEIROS DE CASTRO, 2012), com a menção explícita a contextos distantes no tempo e no espaço das civilizações estudadas, produzem efeitos interpretativos criativos (MESKELL, 1999; 2020). As experiências contemporâneas, de escondidas e camufladas, aparecem de forma direta, a favorecer um juízo crítico do leitor. Qualquer lugar e época está em conexão, e o Oriente Antigo, entendido como esse vago e ambíguo lugar no centro do velho mundo, está mais do que qualquer outro ao ligar África, Europa e Ásia. Seja por ligação terrestre, marítima ou fluvial, desde os hominídeos, isso só se acentuou, e a cultura material atesta isso de forma única, pela simples presença das mais humildes coisas de uso diário (*instrumentum domesticum*). O simbolismo, os sentimentos, os rituais e a espiritualidade (RAPPAPORT, 1979; FABIAN; RAPPAPORT, 1982) consubstanciam-se no termo de recente uso, religiosidade e constituem outro aspecto a destacar (HODDER, capítulo 1, p. 24-56; SILVA, capítulo 3, p. 116-142; REDE, capítulo 4, p. 144-167; CHEVITARESE; CAVALCANTE, capítulo 9, p. 269-286; PORTO; HORA, capítulo 17, p. 508-528; TEIXEIRA-BASTOS; TAL, capítulo 18, 529-563; TAL, TEIXEIRA-BASTOS, capítulo 19, p. 564-585; ROLLAND, capítulo 20, p. 586-607). Esse é um campo nem sempre associado ou associável à materialidade (WANG, 2018), mas cujas evidências mais antigas e mesmo persistentes são bem materiais e estudadas pela arqueologia. A renovação da arqueologia, em contato com as pessoas e a crítica dos poderes (SOARES e FUNARI, 2019), não pode ser dissociada dessa virada simbólica (HODDER, 1982), de uma impossível objetividade, para a subjetividade inevitável e engajada (SHANKS; TILLEY, 1987).

Este volume destina-se ao público brasileiro e lusófono. Resultado, em grande parte, da produção acadêmica brasileira das últimas décadas em contato estreito com a ciência universal, também está interessado em introduzir o tema aos alunos de cursos superiores e ao público, em geral. Sua publicação representa um passo decisivo rumo a um conhecimento crítico, fértil e criativo sobre o passado mais antigo, conectado com o presente e aberto a futuros mais inclusivos; abertos ao outro, à convivência. Grande contribuição acadêmica, abre também perspectivas sociais muito mais amplas. Ao concluir a leitura, sai-se com o gosto de “quero mais”: quero mais futuro, no presente, vindo do passado. Boa leitura e... bons planos!

Agradecimentos

Agradeço a Marcio Teixeira-Bastos e Vagner Carvalheiro Porto o convite a prefaciar o volume e a Margarida Díaz-Andreu, Ian Hodder, Tamima Orra Mourad, Alfredo González-Ruibal, Lynn Meskell, Gabriella Barbosa Rodrigues e Inês Soares. Menciono o apoio institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A responsabilidade pelas ideias restringe-se ao autor.

Referências

ABU-KHAFAJAH, S.; MIQDADI, R. Prejudice, military intelligence, and neoliberalism: examining the local within archaeology and heritage practices in Jordan. *Contemporary Levant*, 4:2, 2019, pp. 92-106.

AGUIRRE, J. Globalización, internet y transculturación. Reflexiones desde el pensamiento de Fernando Ortiz, Utopía y praxis latinoamericana. *Revista internacional de filosofía iberoamericana y teoría social*, nº. 81, 2018, pp. 129-135.

BERNAL, M. *Black Athena: The Afroasiatic Roots of Classical Civilization*, Vol. 1. The Fabrication of Ancient Greece, 1785–1985. London: Free Association Books, 1987.

BOMBINO, A. L. Transculturación e Identidad en el Pensamiento de Fernando Ortiz, su Pertinencia ante la Visión Hegemónica de Poder, *Cadernos de Letras*, UFPel, 26, 2016, pp. 225-142.

BRIANÇON, M. *Le sens de l'altérité en éducation. Enjeux, Formes, Processus, Pensées et Transferts*. Préface de Marie-Louise Martinez. Postface d'Eirick Prairat. Editions ISTE, Collection « Education » dirigée par Angéla Barthes et Gérard Boudesseul, 2019.

BUTLER, J. *The force of nonviolence*. New York: Penguin Random House, 2020.

DÍAZ-ANDREU, M. *A world history of archaeology in the 19th c*. Oxford, OUP, 2007.

FABIAN, Johannes; Rappaport, R. A. On Rappaport's Ecology, Meaning, and Religion. *Current Anthropology*, vol. 23, no. 2, 1982, pp. 205–211.

FUNARI, P. P. A. The world archaeological congress from a critical and personal perspective. *Archaeologies*, Blue Ridge Summit, USA, v. 2, n. 1, 2006, pp. 73-79.

FUNARI, P. P. A.; MOURAD, T. O. Curadores do império: patrimônio como pilhagem colonialista. *Heródoto*, v. 01, n. 01, 2016, pp. 19-35.

FUNARI, P. P. A.; SILVA, F. Bar Kokhba: as evidências arqueológicas e seus desafios. *Cadernos do Lapaarq* (UFPEL), v. 15, 2018, pp. 56-70.

GARCÍA CANCLINI, N. *Culturas híbridas*. Estrategias para entrar y salir de la modernidad. México: Debolsillo, 2009.

PREFÁCIO

GONZÁLEZ-RUIBAL, A. Colonialism and European Archaeology. LYDON, J. e U. RIZVI (eds.) *Handbook of Postcolonial Archaeology*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2010, pp. 37-47.

GOSDEN, C. *Archaeology and Colonialism: Cultural Contact from 5000 B.C. to the Present*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

GRUZINSKI, S. *La pensée métisse*, Paris, Fayard, 1999.

HODDER, I. *Symbols in action. Ethnoarchaeological studies of material culture*. Cambridge University Press, 1982.

ILAN, T. Gender issues and daily life. In: C. HEZSER, (ed.) *The Oxford Handbook of Jewish Daily Life in Roman Palestine*, Oxford: Oxford University Press, 2010. pp. 48-68.

KUBOTA, R. "Chapter 59 Orientalism". In *Encyclopedia of Critical Whiteness Studies in Education*. Leiden, The Netherlands: Brill, 2020.

LÉVINAS, E. *Altérité et transcendance*. Saint-Clément-de-rivière: Fata Morgana, 1995.

MESKELL, L. *Imperialism, Internationalism, and Archaeology in the Un/Making of the Middle East*. *American Anthropologist*, 122, 2020, pp. 554-567.

MESKELL, L. (ed.) *Archaeology Under Fire, Nationalism, Politics and Heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*. London, Routledge, 1999.

MORO-ABADÍA, O. The History of Archaeology as a 'Colonial Discourse'. *Bulletin of the History of Archaeology*, 16, 2006, pp. 4-17.

PÉREZ-BRIGNOLI, H. Aculturación, transculturación, mestizaje: metáforas y espejos en la historiografía latinoamericana. *Cuadernos de Literatura*, vol. XXI, núm. 41, Pontificia Universidad Javeriana Bogotá, Colombia, 2017, pp. 96-113

RAPPAPORT, R. A. *Ecology, Meaning and Religion*. Richmond: North Atlantic Books, 1979.

RODRIGUES, G. B.; FUNARI, P. P. A. Considerações sobre a Trajetória Inicial da Arqueologia Bíblica. *Mosaico* (Goiânia), v. 2, 2009, pp. 95-101.

SAID, E. W. *Orientalism*. New York: Pantheon Books, 1978.

SHANKS, M.; TILLEY, C. *Re-Constructing archaeology. Theory and practice*. New York: Routledge. 1987.

SOARES, I. V. P.; FUNARI, P. P. A. *Arqueologia e direitos humanos, uma introdução*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

STEWART, C. (ed). *Creolization. History, ethnography, theory*. Walnut Creek, Left Coast Press, 2007.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Cosmological perspectivism in Amazonia and elsewhere. *Hau – Journal of Ethnographic Theory* (Masterclass Series vol. 1), v. 1, 2012, pp. 45-168.

WANG, X. Rethinking Material Religion in the East: Orientalism and Religious Material Culture in Contemporary Western Academia. *Religions*, 9, no. 2, 62, 2018.

INTRODUÇÃO

Ivan Esperança Rocha

*Universidade Estadual Paulista,
Assis*

“O Oriente é um palco teatral anexado à Europa”.

Edward Said (1990, p. 73)

A frase em epígrafe de Edward Said quer acentuar que a definição de Oriente foi marcada inicialmente por uma visão eurocêntrica e por uma polarização entre Ocidente e Oriente que encontram suas raízes já nos autores clássicos, particularmente em Heródoto, que, com a sua ambígua definição dos orientais como “bárbaros” (*hoi barbaroi*), alimentou inúmeros estereótipos, como o do despotismo oriental e do imobilismo tecnológico e cultural oriental, sempre em oposição às características do mundo ocidental (LIVERANI, 2016; ROCHA, 2010). Essa visão é representada pela escola de pintura orientalista que floresceu entre os séculos XVII e XVIII EC, especialmente na França e na Inglaterra, com reflexos do colonialismo europeu no norte da África e no Oriente. Pintores que pouco conheciam o Oriente passaram a retratar figuras e quadros da vida quotidiana orientais marcados pelo exotismo, pela sensualidade e por outros estereótipos que influenciaram a visão que se criou sobre o Oriente e os orientais e que só começou a ser superada, na opinião do próprio Said, com o advento do orientalismo acadêmico (SAID, 1990, p. 128).

Pois bem, esse orientalismo acadêmico recebeu um importante impulso quando pesquisadores da literatura bíblica começaram a buscar informações que pudessem comprovar ou esclarecer fatos descritos no Antigo e Novo Testamentos, dando-se início a inúmeras escavações tanto na Palestina como em outras regiões do Oriente Próximo, ainda que com resultados discordantes das afirmações de Werner Keller (1958), em sua obra *E a Bíblia tinha razão*,

INTRODUÇÃO

pois, se as informações dos textos bíblicos encontraram muitos respaldos nas escavações, também se evidenciou que muitos eventos da história bíblica não aconteceram no momento e da maneira como foram descritos (FINKELSTEIN; ASHER, 2003)¹.

Entretanto, como parte do resultado da “arqueologia religiosa”, a descoberta e a decifração de inúmeros documentos literários mesopotâmicos, egípcios, hititas e cananeus evidenciaram uma forte relação entre a literatura antio-oriental e a literatura israelita, com fortes impactos nos estudos bíblicos (ROCHA, 2010, p. 38).

Passaram a ocorrer profundas mudanças na análise da literatura e história judaicas antigas, que se identificam com o conteúdo do Antigo Testamento; mudanças que tinham sido preanunciadas, já em 1872, quando o assiriólogo George Smith (1973) apresentou à Sociedade de Arqueologia Bíblica de Londres traduções da narração do dilúvio na tradição assíria, antecipando que deviam ser aguardadas muitas outras descobertas sobre a Antiguidade. A partir daí, aconteceu um fluxo contínuo de descobertas, traduções e aproximações de textos históricos e literários antio-orientais com o conteúdo bíblico. Em 1912, W. Rogers publica uma coleção dos textos cuneiformes relacionados ao Antigo Testamento. G. A. Barton incorpora na sua obra *Arqueologia e Bíblia* inúmeros materiais epigráficos com interesse para os estudos bíblicos (PRITCHARD, 1969).

O crescente volume de informações que chegavam das novas pesquisas sobre o Oriente levou James B. Pritchard a reunir em uma importante publicação documentos egípcios, sumérios, acádicos, hititas, ugaríticos, assírios e aramaicos que encontram paralelos nos textos bíblicos. Tais documentos incluem mitos, épicos e lendas; textos legais; textos históricos; rituais, encantamentos e descrições de festivais; hinos e orações; textos didáticos e sapienciais, dentre outros (ROCHA, 2010).

No entanto, a arqueologia bíblica começa a trazer à tona um número cada vez mais expressivo de documentos antio-orientais que permitiu extrapolar os limites das informações bíblicas sobre a região, o que abriu caminho para uma arqueologia secular e autônoma do Antigo Oriente, com uma preocupação cada

1 Publicado no Brasil como *A Bíblia não tinha razão*, porém esse título não espelha o original (*The Bible unearthed: Archaeology's new vision of Ancient Israel and the origin of sacred texts*).

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

vez mais antropológica (DAVIS, 2004), no viés da história cultural, sem deixar de levar em consideração as importantes contribuições da arqueologia bíblica.

Uma crescente e diferenciada atenção de estudiosos tem sido dedicada à compreensão de como se deu o desenvolvimento das sociedades do Antigo Oriente Próximo e como elas impactaram as sociedades do Ocidente. A ampliação do conhecimento dessa relação se dá à medida que a arqueologia revela novos documentos com informações sociais, econômicas, políticas, jurídicas e simbólicas, analisados com o suporte de métodos e técnicas de pesquisa cada vez mais avançados, como os métodos geomorfológicos e as análises espaciais garantidas pelo sistema de informação geográfica (*geographic information system* – GIS) (LIVERANI, 2016, p. 17; SMITH, 200, p. 16; TEIXEIRA-BASTOS e ROCHA, 2019, p. 131-142).

Os estudos sobre o Oriente Próximo Antigo – que tinha sido tradicionalmente considerado o berço da civilização e da cultura europeias –, envolvendo análises de cunho marcadamente etnocêntricos, passaram a levar em consideração outras experiências culturais fora desse espaço geográfico, como aquelas representadas pelas civilizações do Extremo Oriente (por exemplo, Índia e China) e pelas pré-colombianas, como é o caso de Caral-Supe, no Peru, com sua arquitetura monumental, seu processo de organização urbana e a utilização de tecnologias de irrigação (SOLIS; HAAS; CREAMER, 2001, p. 723), mesmo que não tivessem as mesmas dimensões e especificidades do que ocorre no Antigo Oriente (LEFEBVRE, 2003, p. vii). Deve-se frisar, ainda, que há sinais de culturas protourbanas em períodos anteriores: Jericó (aproximadamente 7700 AEC), na Palestina, e Çatalhöyük (aproximadamente 6500 AEC), na Anatólia (ROCHA, 2010, p. 36).

Em relação ao Oriente Próximo Antigo, a arqueologia identifica que as primeiras civilizações surgiram, por volta de 3500 AEC, em duas regiões banhadas por rios caudalosos: a Mesopotâmia, com os Rios Tigre e Eufrates, e o Egito, com o Nilo. Na tradição historiográfica, a Mesopotâmia e o Egito constituem a chave do processo histórico do Oriente Próximo Antigo. Há um consenso a respeito da “origem da civilização nestas duas áreas, em datas similares (em fins do quarto ou início do terceiro milênio AEC), dado que ambas parecem se encaixar num mesmo padrão ecológico” (BRAVO, 1997, p. 27).

A análise do processo civilizatório dessas regiões recebeu inicialmente uma

INTRODUÇÃO

forte contribuição do arqueólogo australiano que cunhou o conceito de revolução urbana como matriz de análise desse processo, influenciado pelo pensamento marxista e pelo impacto social da revolução industrial. Childe começou a usar a palavra “revolução” já na década de 1920 e depois consolidou seu uso em *A evolução cultural do homem* (1936)², que inclui uma discussão sobre a Revolução Neolítica e a Revolução Urbana. Para Childe, esses períodos de mudanças das sociedades antigas foram verdadeiras revoluções que afetaram todas as áreas da vida humana. Ele define dez características desse processo que podem ser assim sintetizadas: grande dimensão das primeiras cidades; especialização do trabalho; produção e distribuição de excedentes; construções monumentais; elite governante; presença da escrita; presença da ciência prática; estilo sofisticado de arte; comércio de longa distância; e organização do Estado.

Apesar de Childe ter sido considerado um precursor dos modelos sistêmicos e processuais da formação do Estado, as características por ele eleitas receberam críticas por terem sido consideradas arbitrárias e por não terem levado em conta outros processos e instituições de desenvolvimento social (SMITH, 2009, p. 6-13). Entre outros apontamentos a respeito de seu modelo, indica-se que as construções monumentais estiveram presentes em todas as sociedades complexas antigas, mas que o mesmo aconteceu com sociedades muito anteriores às analisadas por Childe, como os grupos neolíticos que construíram Stonehenge e outros monumentos megalíticos. A escrita também é descartada como critério universal de sociedades complexas com base na ausência de escrita nos Estados inca e andino anterior. Considera-se também que estilos de arte sofisticados sejam um traço de menor relevância para a compreensão dos primeiros Estados (LIVERANI, 2016, p. 33-34). Estudos arqueobotânicos e dados provenientes de análises com radiocarbono também contribuíram para o aperfeiçoamento do conhecimento a respeito das características da agricultura no Antigo Oriente Próximo (WILLCOX, 2012, p. 164-165) e para a superação de modelos generalistas de análise, como a do próprio Childe.

Atualmente as transformações sociais associadas à “Revolução Urbana” de Childe continuam sendo tópicos importantes no trabalho de campo e na publicação dos arqueólogos, mas em vez de se falar em Revolução Urbana,

2 Publicado em 1975 no Brasil.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

os arqueólogos falam sobre a “origem dos estados” ou “formação dos estados arcaicos” (SMITH, 2009, p. 15), ou origem da complexidade (LIVERANI, 2005, p. 5). Passa-se a dar ênfase à ideia de que os primeiros estados e cidades não eram instituições estáveis e duradouras. Muitos arqueólogos que escavaram cidades antigas mudaram de foco, passando dos templos, palácios e túmulos da elite para as casas e oficinas de pessoas comuns. Ao estudar famílias e seu entorno, os arqueólogos agora buscam reconstruir muitos aspectos da vida cotidiana, identidade social e os papéis da plebe nas sociedades analisadas (SMITH, 2009, p. 17).

Smith diz que está na hora de uma aproximação entre diversas tradições de pesquisa sobre urbanismo, aproveitando-se os novos dados acumulados em todos os campos. Segundo ele, os resultados de escavações arqueológicas em centros urbanos mais recentes transformaram nossa compreensão da urbanização antiga e cresce o reconhecimento do valor da pesquisa transdisciplinar na abordagem de fenômenos sociais complexos (SMITH, 2009, p. 22).

Liverani aponta como um risco em que se incorre na discussão sobre o Oriente Próximo Antigo supervalorizar áreas mais bem documentadas em detrimento de outras menos documentadas. Trata-se de um mundo em que 90% da população é constituída por analfabetos, localizados essencialmente em aldeias com economia agropastoril, e em que apenas uma minoria vive ligada às cidades e aos palácios. Deve-se ressaltar, ainda, que a maior parte da documentação produzida no Oriente Próximo Antigo surge no âmbito dos palácios e templos e representa uma visão oficial dos fatos, tendo como argumento questões políticas, econômicas e religiosas: inscrições reais e anais são textos de caráter político e comemorativo e, principalmente, focados na propaganda e legitimação do poder e que apresentam poucas informações sobre a vida cotidiana da maioria das populações envolvidas (LIVERANI, 2016, p. 36, 65-70).

Em conclusão, podemos dizer que apresentamos apenas alguns elementos da ampla e movimentada trama de construção das civilizações orientais na Antiguidade, que passa por permanentes transformações à medida que surgem novos dados analisados, por meio da utilização de novas tecnologias. O processo de urbanização, de organização social, política, econômica e mental envolve diferentes grupos humanos, em diferentes momentos e em diferentes relações.

Deve-se ainda dizer que houve uma modificação no cenário dos estudos antio-orientais a partir dos inúmeros conflitos ocorridos no Oriente, desde

INTRODUÇÃO

meados do século passado, que despertaram, naturalmente, a necessidade de conhecer melhor a história oriental contemporânea e suas bases antigas, buscando evitar visões estereotipadas sobre ela. Hoje esse interesse é ampliado também pelas crescentes relações econômicas com a região (ROCHA, 2010, p. 3). No entanto, há ainda uma carência de um conhecimento mais denso sobre o Oriente Próximo Antigo que vem se modificando permanentemente nas últimas décadas (LIVERANI, 2016, p. 17). Este volume se soma, certamente, a esse movimento.

Referências

- BRAVO, Gonzalo. *Historia del mundo antiguo. Una introducción crítica*. Madrid: Alianza Editorial, 1997.
- CHILDE, V. Gordon. *A evolução cultural do homem*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- DAVIS, T. W. *Shifting Sands: the Rise and Fall of Biblical Archaeology*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2004.
- FINKELSTEIN, I., ASHER, N. *A Bíblia não tinha razão*. Trad. Tuca Magalhães. São Paulo: Girafa, 2003.
- KELLER, Werner. *E a Bíblia tinha razão*. São Paulo: Melhoramentos, 1958.
- LEFEBVRE, Henri. *The urban revolution*. Trad. Robert Bononno. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.
- LIVERANI, Mario. *Antigo Oriente. História, sociedade e economia*. Trad. Ivan E. Rocha. São Paulo: EDUSP, 2016.
- LIVERANI, Mario. Historical overview. In: Daniel C. SNELL, *Companion to the ancient Near East*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005, pp. 3-19.
- PRITCHARD, James B. (ed.) *Ancient Near Eastern Texts relating to the Old Testament*. Princeton: Princeton University Press, 1969.
- ROCHA, Ivan E. História do Oriente Próximo Antigo: uma introdução. In: Renata Lopes Biazotto VENTURINI. *História Antiga I: fontes e métodos*. Maringá: EDUEM, 2010, pp. 31-49.
- SAID, Edward W. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- SMITH, George. The Chaldean Account of the Deluge. *Trans. Society of Biblical Archaeology*, Londres, n. 2, 1973, pp. 213-234.
- SMITH, Michael E.. V. Gordon Childe and the Urban Revolution: A Historical Perspective on a Revolution in Urban Studies. *The Urban Planning Review*, v. 80, n. 1, 2009, pp. 3-29.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

SOLIS, Ruth Shady, HAAS, Jonathan, CREAMER, Winifred. Dating Caral, a Preceramic Site in the Supe Valley on the Central Coast of Peru. *Science*, New Series, v.. 292, n. 5517, 2001, pp. 723-726.

TEIXEIRA-BASTOS, Marcio T., ROCHA, Ivan E. e-Science, GIS e curadoria digital de dados arqueológicos e históricos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 32, 2019, pp. 131-142.

WILLCOX, George. The beginning of cereal cultivation and domestication in southwest Asia. In: D. T. POTTS, (ed.) *A companion to the archaeology of the ancient Near East*. Oxford: Blackwell, 2012, pp. 163-181.

TURQUIA

AS VITALIDADES DE ÇATALHÖUYK

Ian Hodder

*Stanford University,
Palo Alto*

Introdução

Este capítulo descreve uma nova abordagem de trabalho sobre o papel da religião no sítio arqueológico Çatalhöyük, datado de 9000 AEC, na Turquia. Seguiu o volume intitulado *Religion and the origin of complex societies: Çatalhöyük as a case study* (HODDER, 2010), que resultou de um seminário financiado pela *The John Templeton Foundation*. Outro volume, *Religion at work in a Neolithic Society: vital matters* (HODDER, 2014), resultou de um seminário maior e mais ambicioso, realizado em Çatalhöyük durante três anos (2009-2011). Todos os colaboradores deste volume participaram do seminário, passando uma semana no local a cada ano, conversando com outros especialistas e pesquisadores de laboratório, desenvolvendo seus próprios capítulos em diálogo com os arqueólogos. Cada capítulo deste volume resultou, assim, de um envolvimento profundo com os dados arqueológicos do sítio, bem como de intensas discussões com outros colaboradores³. Cada pesquisador encarregou-se de escrever sobre o papel da religião em Çatalhöyük do ponto de vista de sua própria experiência, mas com o compromisso de debater os dados arqueológicos detalhados das escavações do sítio arqueológico. Os colaboradores são das áreas de filosofia e estudos religiosos, antropologia, sociologia. Há também arqueólogos que trabalham em outros contextos arqueológicos em diferentes partes do mundo.

3 Agradeço a todos os meus colaboradores do Projeto Templeton em Çatalhöyük, e estendo meu agradecimento a Marcio Teixeira-Bastos pela tradução do texto para o português e nossas discussões sobre o papel da religião, antropologia e arqueologia, promovidas em nossos encontros pessoais, enquanto fui seu anfitrião no Stanford Archaeology Center.

AS VITALIDADES DE ÇATALHÖYÜK

As interações entre os vários estudiosos e os arqueólogos no sítio foram frutíferas, e o grupo como um todo modificou sua compreensão sobre a religião em Çatalhöyük, entendendo-a em termos de “matéria vital”; isto é, nos termos em que materiais e substâncias formavam uma força vital, desempenhando papéis ativos na formação e transformação da sociedade. Corpos e ossos, carne e chifres, superfícies e áreas de interação, dos mais variados modos, foram marcados como constitutivos da vida social. Tais assuntos tinham vitalidade, mas também eram vitais na produção e reprodução da vida social. Eles são religiosos na medida em que incidem sobre numerosas forças trazidas aos interstícios da vida cotidiana.

A religião e Çatalhöyük

Sem dúvida, o aspecto mais significativo dos últimos três anos de trabalho do grupo interdisciplinar de pesquisadores em Çatalhöyük foi a constatação de que a religião não deve ser vista apenas em termos instrumentais. Iniciamos o projeto com o seguinte título e proposta: “A religião como base do poder e da propriedade nas primeiras civilizações”. Em outras palavras, tínhamos assumido que a religião emergira para permitir o acúmulo de poder e propriedade. Nesse sentido, muitos aspectos sobre as origens da vida agrícola no Oriente Médio seguiram os passos de Gordon Childe e, para citar, de autores como Rousseau, Marx e Engels, argumentando que o acúmulo de excedentes se tornou possível pela agricultura e permitiu o surgimento de propriedades e diferenciação social. A religião teria desempenhado um papel ideológico na criação da comunidade e do poder justificador, sendo que, sob distantes formas, esses pensamentos continuam presentes em trabalhos ainda muito recentes (e. g. BENDER, 1978; KUIJT, 2000, 2008).

No entanto, como será descrito aqui, os dados reunidos em Çatalhöyük e discutidos no Seminário Templeton não encontraram evidências de relações claras entre poder, propriedade e religião – e o mesmo pode ser dito para muitos outros sítios arqueológicos do Oriente Médio. Os dados e nossas discussões sugerem que a religião não é algo que apareceu porque foi útil na organização do poder, da propriedade ou da sociedade. Pelo contrário, pode-se argumentar que a necessidade do transcendente é parte integrante do processo humano, tão central e sempre presente quanto a necessidade de comida e sociabilidade. Esse é um aspecto do termo “vital”, entendendo-se que a religião é um aspecto sem o qual o ser humano

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

não vive. Pode ser manipulada, assim como as relações sociais e alimentares, para obter poder, mas não é algo produzido através desses processos instrumentais, e não é algo de que os humanos possam prescindir. Certamente, muito depende de como a religião é definida. No volume *Religion and the origin of complex societies: Çatalhöyük as a case study*, distintas definições foram usadas, mas, até certo ponto, o termo “religião” referia-se a qualquer noção de que havia vitalidade na matéria – o que é um “além” do mundo, ao passo que é irremediavelmente vago (uma vez que inclui uma crença científica nas forças físicas que moldam o universo), é também de utilidade inclusiva, já que os pontos em comum entre ciência, religião e espiritualidade talvez precisem ser mais frequentemente explorados. “Matéria vital” é, portanto, um termo que pode chamar atenção para as formas como nós, como seres humanos, tentamos entender o mundo. Vemos a ação no mundo geralmente em nossa própria imagem, como Guthrie deixa claro em sua discussão sobre o antropomorfismo. Portanto, um segundo significado para o termo “vital” refere-se às maneiras pelas quais os humanos atribuem poderes causais às coisas.

Os seres humanos em Çatalhöyük viveram a religião como parte inerente de suas vidas, sem uma divisão entre mundos – um mundo sem costuras. Em tudo o que fizeram, havia um entendimento de que o mundo tinha vitalidade e poder. O mundo estava repleto de substâncias que fluíam e se transformavam, assim como superfícies que podiam ser traspassadas. De acordo com essa visão, a religião era um componente sempre presente no processo da vida. Por exemplo, tanto os ancestrais quanto os touros selvagens eram necessários para a vida cotidiana e eram protegidos no contexto do lar. Muitas substâncias foram consideradas vitalmente produtivas, fossem elas coletas de cristais naturais ou o depósito de obsidiana embaixo do piso; os desenhos simétricos nas paredes; as superfícies de gesso das casas; ou mesmo o compartilhar dos mortos na habitação, inclusive o corpo de uma mulher grávida – veja Kimberley Patton e Lori Hager (2014); ver também Rollefson, (1984).

Como parte integrante da vida, a religião desempenhou distintos papéis ao instigar e produzir mudanças. No início da sequência estratigráfica em Çatalhöyük, de 74000 a 6500 AEC, as forças vitais em ação foram produtoras das transformações ocorridas. A religião foi central em um mundo complexo no qual a comunidade era constituída por *sodalidades*, ou seja, estruturas organizadas em torno de alvos específicos e de um senso comum de missão

AS VITALIDADES DE ÇATALHÖYÜK

e visão, semelhantes em seus cultos misteriosos, dominados por símbolos, como o leopardo e o urso, mas, em particular, em torno dos ancestrais e do touro selvagem, sendo estes o foco dos grupos sociais para a formação e o desenvolvimento das relações entre si. Contudo, por volta de 6500 AEC, esse sistema se tornou restritivo e inconveniente, impedindo mudanças. O foco social em touros selvagens e ancestrais funcionou bem por um longo tempo. Permitiu resiliência e flexibilidade em uma sociedade baseada em uma diversidade de recursos. Porém, por volta de 6500 AEC, à medida que a sociedade se tornou mais dependente das ovelhas e do gado doméstico, o sistema mais antigo ruiu.

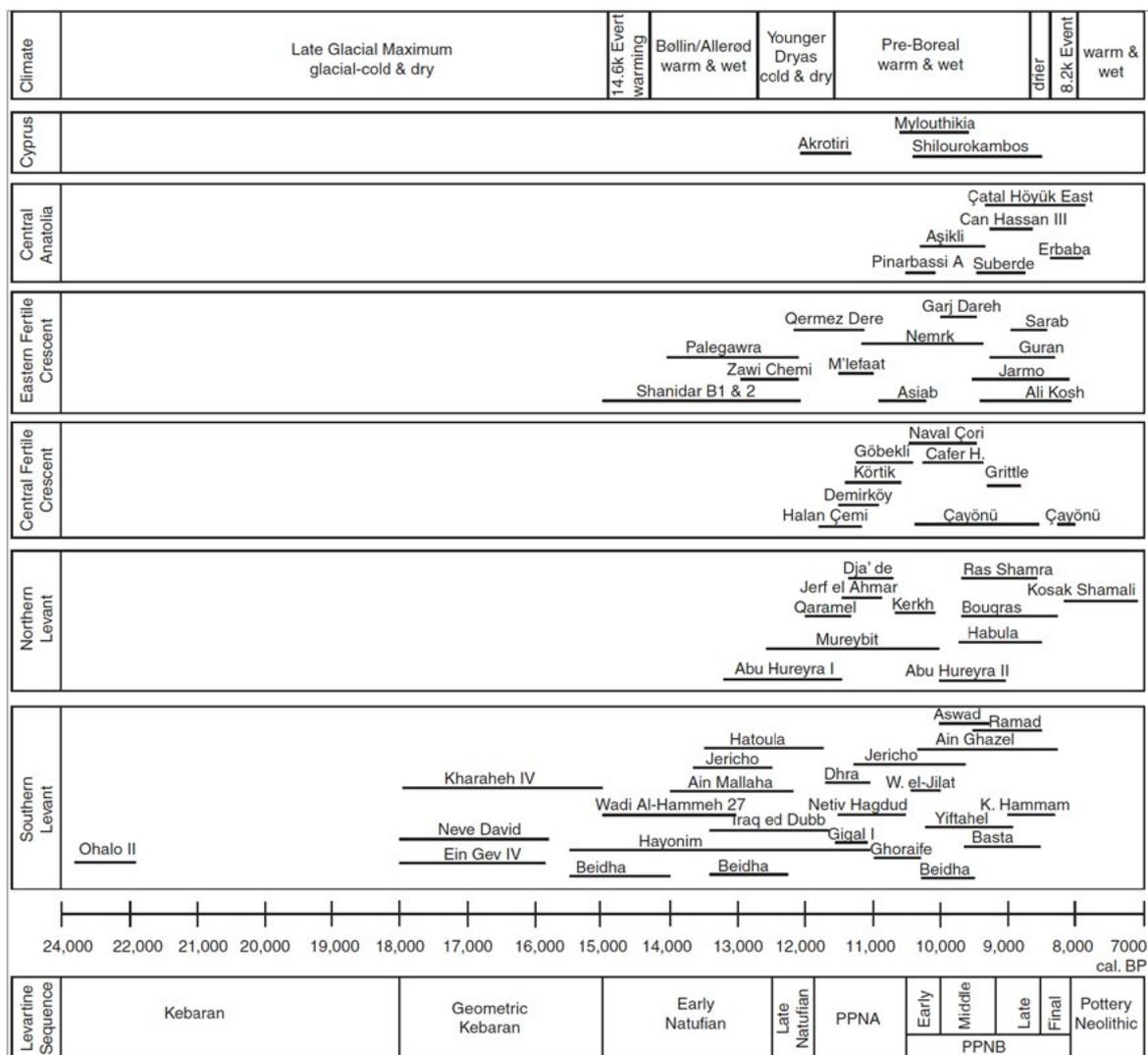


Fig. 1 – As relações cronológicas entre os sítios arqueológicos do Oriente Médio e na Turquia.
Fonte: Projeto de Pesquisa Çatalhöyük sob coordenação de Ian Hodder.

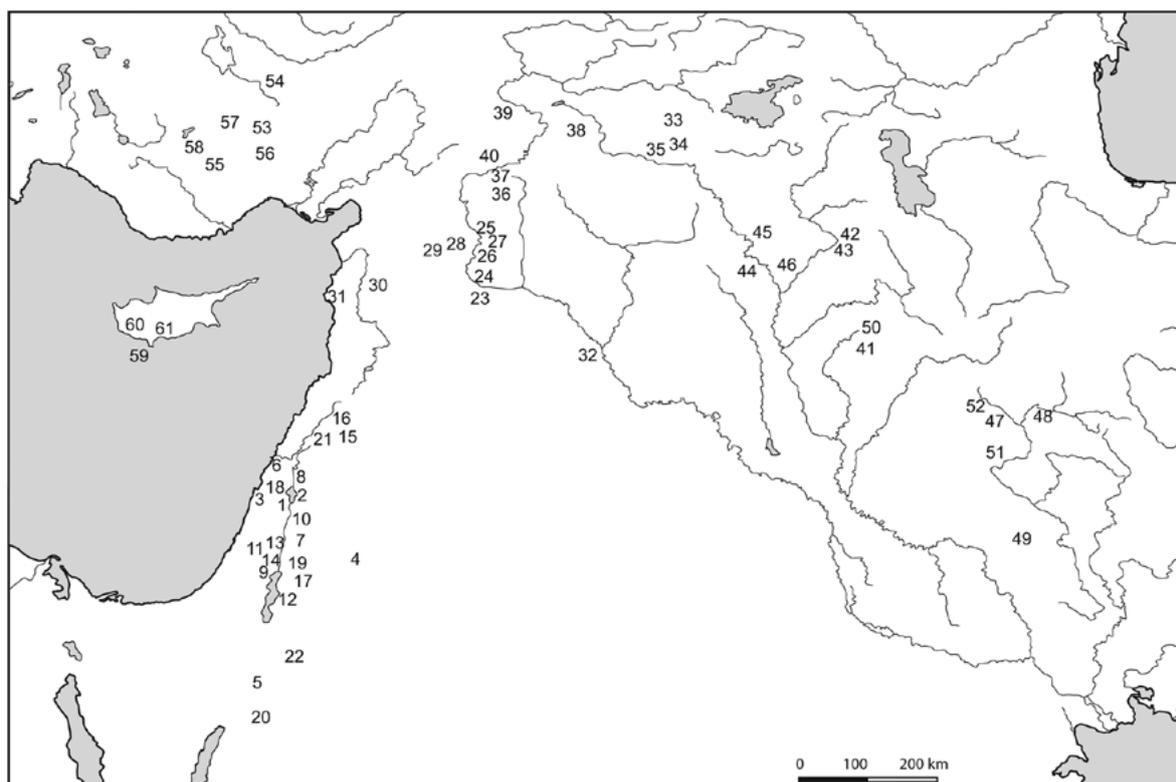


Fig. 2 – Distribuição dos principais sítios arqueológicos do Epipaleolítico Tardio e Neolítico no Oriente Médio: 1. Ohalo II; 2. Ein Gev IV; 3. Neve David; 4. Kharraheh IV; 5. Beidha; 6. Hayonim; 7. Wadi al-Hammeh; 8. 'Ain Mallaha; 9. Jericho; 10. Iraq ed Dubb; 11. Hatoula; 12. Dhra'; 13. Netiv Hagdud; 14. Gilgal I; 15. Aswad; 16. Ghoraiife; 17. Wadi el-Jilat; 18. Yiftah'el; 19. 'Ain Ghazal; 20. Basta; 21. Ramad; 22. Khirbet Hammam; 23. Abu Hureyra; 24. Mureybit; 25. Dja'de; 26. Jerf el Ahmar; 27. Kosak Shamali; 28. Halula; 29. Qaramel; 30. Tel el-Kerkh; 31. Çayönü; 32. Bouqras; 33. Hallan; 34. Demirköy; 35. Körtik; 36. Göbekli Tepe; 37. Nevali Çori; 38. Çayönü; 39. Cafer Höyük; 40. Gritille; 41. Palegawra; 42. Caverna de Shanidar; 43. Zawi Chemi Shanidar; 44. Qermez Dere; 45. Nemrik; 46. M'lefaat; 47. Asiab; 48. Ganj Dareh; 49. Ali Kosh; 50. Jarmo; 51. Guran; 52. Srab; 53. Pinarbaşı A; 54. Aşıklı Höyük; 55. Suberde; 56. Can Hasan III; 57. Çatalhöyük; 58. Erbaba; 59. Aetokremnos; 60. Mylouthikia; 61. Shillourokambos.
 Fonte: Zeder, 2011. Projeto de Pesquisa Çatalhöyük sob coordenação de Ian Hodder.

A religião passou a fazer parte de um novo modo de vida, no qual entidades produtivas separadas foram ligadas por ações religiosas comuns e pela circulação de símbolos e outras crenças religiosas. Essas alegações são exploradas em detalhes em meu último compêndio, *Religion at work in a neolithic society: vital matters* (HODDER, 2014). Dessa forma, essa contribuição ao compêndio brasileiro sobre arqueologia do Oriente Médio revisita esse tema e corrobora as discussões de outros contextos arqueológicos desse livro.

História e antecedentes do projeto em Çatalhöyük

O foco do projeto “Çatalhöyük Leste (7400-6000 AEC)”, localizado na parte central da Turquia, é um dos sítios arqueológicos neolíticos mais conhecidos da Anatólia e do Oriente Médio, contemporâneo ao período tardio Pré-Cerâmico e

AS VITALIDADES DE ÇATALHÖYÜK

ao período Cerâmico Neolítico no Levante (ver Figs. 1 e 2). Tornou-se conhecido por seu tamanho – 137.593,1 m² (34 ac), contando entre 1.500 a 8.000 pessoas habitando o local –, com dezoito camadas estratigráficas habitadas por 1.400 anos e densas concentrações de “arte” na forma de pinturas e relevos nas paredes, esculturas e instalações. Na Anatólia e, particularmente, na Turquia Central, as pesquisas recentes demonstram que existem sequências estratigráficas locais que levam à constatação de que Çatalhöyük está entre os sítios arqueológicos mais antigos do Oriente Médio (BAIRD, 2007, 2008; GÉRARD; THISSEN, 2002; ÖZDOĞAN, 2002). No sudeste da Turquia, os sítios arqueológicos de Çayönü (ÖZDOĞAN; ÖZDOĞAN, 1998) e Göbekli Tepe (SCHIMIDT, 2001, 2006) também demonstram materialidade substancial e simbolismo elaborado. No centro da Anatólia, Asikli Höyük (ESIN; HARMANKAYA, 1999) tem densas habitações compactadas ao longo do milênio antes de Çatalhöyük. Existem outros locais na Anatólia central e na região adjacente de Burdur-Lakes (DURU, 1999; GÉRARD; THISSEN, 2002). No entanto, Çatalhöyük mantém um significado especial por causa da natureza narrativa complexa de sua arte, e muitas sínteses (por exemplo, por CAUVIN, 1994 ou MITHEN, 2003) lhe conferem um lugar especial. Muito do simbolismo dos períodos neolíticos do Oriente Médio pode ser “lido” em termos, e o sítio de Çatalhöyük e suas ricas evidências arqueológicas permitem a interpretação das evidências de outros contextos e sítios arqueológicos.

Çatalhöyük foi escavado pela primeira vez por James Mellart na década de 1960 (e. g., MELLART, 1967) (Figs. 3 e 4). Após 1965, foi abandonado até o início de um novo projeto, em 1993 (HODDER, 1996, 2000, 2005a, 2005b, 2005c, 2006, 2007). Nos dois projetos, apenas 5% do monte foi escavado, mas o monte inteiro foi prospectado usando levantamentos de superfície, captação de superfície, prospecção geofísica e decapagem de superfície (ver relatórios em HODDER, 1996). Até agora, mais de duzentas casas foram escavadas por Mellaart e pelo projeto atual. Os principais componentes arquitetônicos do sítio são casas densamente aglomeradas, com áreas de refugio ou esterqueiras entre elas. A arte, o simbolismo e o enterro ocorriam todos dentro das casas. Há evidências de atividades produtivas em todas as casas, nas esterqueiras e nos terraços. Não foram encontradas evidências de grandes edifícios públicos, centros cerimoniais, áreas especializadas de produção ou cemitérios.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO



Fig. 3 – Vista das escavações de Çatalhöyük realizadas por James Mellaart na década de 1960.
Fonte: Ian Todd. Acervo do Projeto de Pesquisa Çatalhöyük sob coordenação de Ian Hodder.



Fig. 4 – Edifício com relevo de leopardo, escavado por James Mellaart.
Fonte: Acervo Projeto de Pesquisa Çatalhöyük sob coordenação de Ian Hodder.

AS VITALIDADES DE ÇATALHÖYÜK

A população do assentamento entre 8000 e 3500 AEC foi estimada de maneira conservadora (CESSFORD, 2005b), usando uma variedade de técnicas e fazendo uma variedade de suposições sobre quantas casas foram habitadas ao mesmo tempo.

Embora mais de duzentas casas tenham sido identificadas em Çatalhöyük, um número relativamente pequeno foi totalmente escavado usando técnicas científicas modernas pelo presente projeto. Muitos outros edifícios foram expostos ao público e, portanto, não foram completamente escavados. Toda a extensa escavação na década de 1960 ocorreu sem triagem, com registro limitado e sem análise científica (exceto datação por radiocarbono). Convém lembrar que apenas 5% do monte foi escavado usando técnicas científicas modernas; uma proporção muito pequena dessa escavação, portanto, resulta de casas totalmente escavadas. Na fase inicial do projeto atual (1993-1995), concentramo-nos no levantamento regional, no planejamento e no estudo da superfície dos montes que compõem a topografia de Çatalhöyük, realização de captação de superfície, desenho de perfis erodidos das escavações anteriores e uso de prospecção geofísica. Também realizamos uma reavaliação do material armazenado nos museus que foram escavados por Mellaart (HODDER, 1996).

Na segunda fase do trabalho de campo e publicação (1996-2002), o objetivo da pesquisa se concentrou em edifícios individuais. Escavamos duas áreas principais no Monte Leste (Fig. 5). Na área norte do Monte Leste, concentramo-nos em escavar as edificações (Edifícios 1 e 5, e o Edifício 3 na área BACH) em grandes detalhes, a fim de discernir processos deposicionais e entender como as casas funcionavam. Na área sul, continuamos as trincheiras iniciadas por Mellaart, a fim de entender a sequência geral de ocupação do sítio e ver como casas individuais foram reconstruídas e reutilizadas ao longo do tempo. Ao mesmo tempo que o trabalho ambiental foi realizado, o levantamento regional continuou (BAIRD, 2002) e escavações foram feitas nas camadas do calcolítico tardio no Monte Oeste de Çatalhöyük (Fig. 5). A publicação das monografias para esta segunda fase do trabalho foi concluída em 2007 (HODDER, 2005a, 2005b, 2005c, 2006, 2007), e os métodos utilizados pelo projeto foram publicados em um volume anterior (HODDER, 2000).

A terceira fase do projeto (2003-2012) passou de casas individuais para a geografia social do assentamento como um todo e para uma estrutura comunitária maior. A

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

escavação ocorreu de 2003 a 2008, com o pós-escavação, o processamento e as análises de 2009 a 2012. Escavações extensas ocorreram em uma nova área do sítio, especificamente na Área 4040, na parte norte do monte (Fig. 6), tendo sido erguido um abrigo sobre parte dessa área em 2008 (Fig. 7). A escavação também continuou no abrigo Sul (Fig. 8), para que pudéssemos explorar a organização da arquitetura nos níveis superiores do sítio e vincular nossos resultados ao trabalho realizado por Mellaart nessa área. Escavações de outras equipes, especialmente a Equipe TP, liderada por Arek Marciniak (Universidade de Poznan, Polônia) e Lech Czerniak (Universidade de Gdansk, Polônia), e a Equipe IST, liderada por Mihriban Özbasaran (Universidade de Istambul, Turquia), permitiram maior exploração dos níveis superiores. No Monte Oeste, do calcolítico, a escavação por três equipes (Universidade Demócrito da Trácia, em Edirne, liderada por Burçin Erdoğu; Universidade Selçuk, em Konya, liderada por Ahmet Tirpan e Asuman Baldiran; e Universidade de Berlim e The State University of New York (SUNY) em Buffalo liderada por Peter Biehl e Eva Rosenstock) permitiu maior compreensão dos desenvolvimentos no sexto milênio AEC.

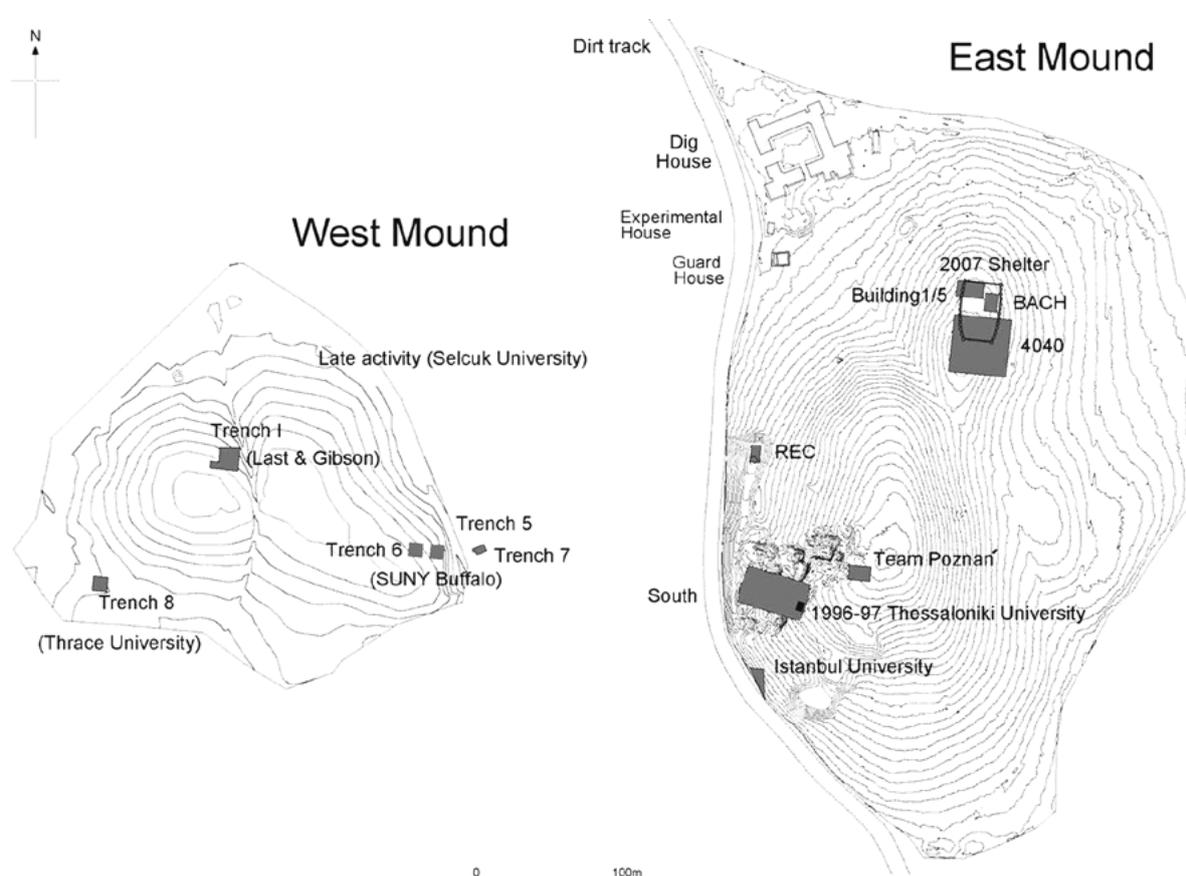


Fig. 5 –Áreas de escavação em Çatalhöyük.

Fonte: Camilla Mazzucato, integrante do Projeto de Pesquisa Çatalhöyük sob coordenação de Ian Hodder.

AS VITALIDADES DE ÇATALHÖYÜK



Fig. 6 – Mapa de edifícios escavados na área norte ou 4040 de Çatalhöyük.

Fonte: Camilla Mazzucato, integrante do Projeto de Pesquisa Çatalhöyük sob coordenação de Ian Hodder.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO



Fig. 7 – Area 4040 ou abrigo do Norte em Çatalhöyük.
Fonte: Camilla Mazzucato, integrante do Projeto de Pesquisa Çatalhöyük sob coordenação de Ian Hodder.



Fig. 8 – Escavações na área sul em Çatalhöyük.
Fonte: Jason Quinlan, integrante do Projeto de Pesquisa Çatalhöyük sob coordenação de Ian Hodder.

AS VITALIDADES DE ÇATALHÖYÜK

Na Área 4040, o foco tem sido o entendimento da variação entre edifícios contemporâneos. Os novos edifícios e as áreas esterqueiras escavadas permitiram uma maior compreensão da composição social do monte. Em particular, agora temos evidências claras para o agrupamento de casas em pequenos aglomerados, e, provavelmente, o compartilhamento de casas funerárias ancestrais, denominadas “casas históricas” (HODDER, 2014), bem como agrupamentos de casas em larga escala em setores, delimitadas por esterqueiras e/ou passagens estreitas, formando becos. Na área sul do sítio, nosso foco está em uma sequência de edifícios que forma uma “coluna” de casas (da base da coluna, são os Edifícios 65, 56, 44 e 10). Essa sequência de casas empilhadas umas sobre as outras ao longo do tempo forneceu muitas evidências claras de microtradições fortes e práticas repetitivas que quase certamente indicam ocupação a longo prazo de uma “casa histórica” pelo mesmo grupo. A recirculação de partes do corpo humano faz parte dessa ocupação - ver discussão posterior em Hodder, 2014). Diante disso, as relações cronológicas entre as diferentes partes do sítio puderam ser sistematizadas na Figura 1 e na Tabela 1.

Tabela 1 – Estratigrafia das escavações de Çatalhöyük.

Fonte: Projeto de Pesquisa Çatalhöyük sob coordenação de Ian Hodder.

| Camadas/Níveis | | |
|-----------------------|----------------|-----------|
| 0, I, II | TP6 | 6400-6000 |
| | Sul T-4040.J | |
| | Sul S-4040.J | |
| | Sul R-4040.I | |
| | Sul Q-4040.H | |
| (V) | Sul P-4040.H | |
| VIA | Sul O-4040.G | 6500-6400 |
| VIB | Sul N-4040.G | |
| VII | Sul N-4040.G | 6700-6500 |
| VIII | Sul L-4040.F | |
| IX | K | 7300-6800 |
| X | J | |
| XI | I | |
| XII | H | |
| Pre XII | Gi, G2, G3, G4 | |

O desenvolvimento das premissas de pesquisa

No final da terceira fase da pesquisa identificada anteriormente, o financiamento direcionado pela Fundação John Templeton permitiu ampliar o escopo do trabalho de análise e pós-escavação, de modo a incluir a consideração das quatro questões de pesquisa: (1) Em Çatalhöyük, qual era relação entre religião e outros simbolismos e qual era relação de controle da produção nos diferentes tipos de casas?; (2) Existe evidência segura de que importantes objetos simbólicos e religiosos foram manuseados nas casas e, preferencialmente, em “casas históricas” em Çatalhöyük?; (3) Com o tempo, como o sistema de “casas de história” se modificou? Existiu um declínio concomitante no papel do simbolismo religioso?; (4) A religião esteve relacionada ao poder e à propriedade em outros sítios arqueológicos durante a emergência da civilização no Neolítico do Oriente Médio?

Em outras palavras, estávamos fazendo perguntas que supunham que a religião pudesse ser explicada em termos de sua utilidade na criação do poder e da propriedade. Não que estivéssemos argumentando que a religião somente existiu após a adoção da agricultura e da vida sedentária. Çatalhöyük sempre foi identificado por um simbolismo rico que convida à interpretação em termos de religião, e recentes descobertas notáveis, como nos sítios de Göbekli Tepe (SCHIMIDT, 2006) e Körtik Tepe (ÖZKAYA; COŞKUN, 2011), enfatizaram apenas o papel do simbolismo e da religião na transição gradual para a agricultura. Portanto, a religião parece sempre ter existido de alguma forma, tendo sido possível argumentar que o foco elevado em templos, estelas esculpidas, cultos ao crânio e simbolismos de animais selvagens durante o fim do Epipaleolítico e do Neolítico poderia ser explicado em relação à diferenciação social. As características de trabalho e construção encontradas nos sítios arqueológicos de Jericho, Göbekli e Tell Qaramel (MAZUROWSKI, 2003) sugeriram a muitos que elites poderiam estar envolvidas. A diferenciação social é frequentemente vista como uma característica fundamental desse período (BELFER-COHEN, 1995; BELFER-COHEN; BAR-YOSEF, 2000; BENDER, 1978; BYRD, 1994; BYRD; MONAHAM, 1995; FLANNERY, 1972, 1993; GORING-MORRIS, 2000; HAYDEN, 1990; HOLE, 2000; KUIJT, 2000; ROSENBERG; REDDING, 2000; WRIGHT, 1978, 1984). Dessa maneira, a religião pode, sim, ter desempenhado um papel em relação à diferenciação, ao poder e ao controle da produção, da terra e da propriedade.

AS VITALIDADES DE ÇATALHÖYÜK

Portanto, parecia razoável esperar que a diferenciação social em Çatalhöyük estivesse relacionada ao controle de recursos e a práticas religiosas. Como observado anteriormente, até o momento, grandes prédios públicos, centro cerimonial e áreas especializadas de produção não foram encontrados no local, apesar da extensa amostragem de todo o monte. Por outro lado, o grande tamanho da população sugere que algum grau de controle social pode ter existido, e certamente encontramos diferenças entre as casas no local, sendo algumas mais elaboradas do que outras. A elaboração é definida em termos de acúmulo, para qualquer fase de um edifício, do número de segmentos do piso, bancos, bacias e instalações (incluindo bucrânio, o crânio de um boi descarnado e usado como decoração), pilares e pinturas na sala principal. Algumas casas também têm mais enterros debaixo do chão do que outras: enquanto alguns não tinham nenhum, o Edifício 1 tinha 62. Algumas casas são reconstruídas por períodos mais longos do que outras, como a sequência 65-56-44-10 mencionada anteriormente (veja a Fig. 9).

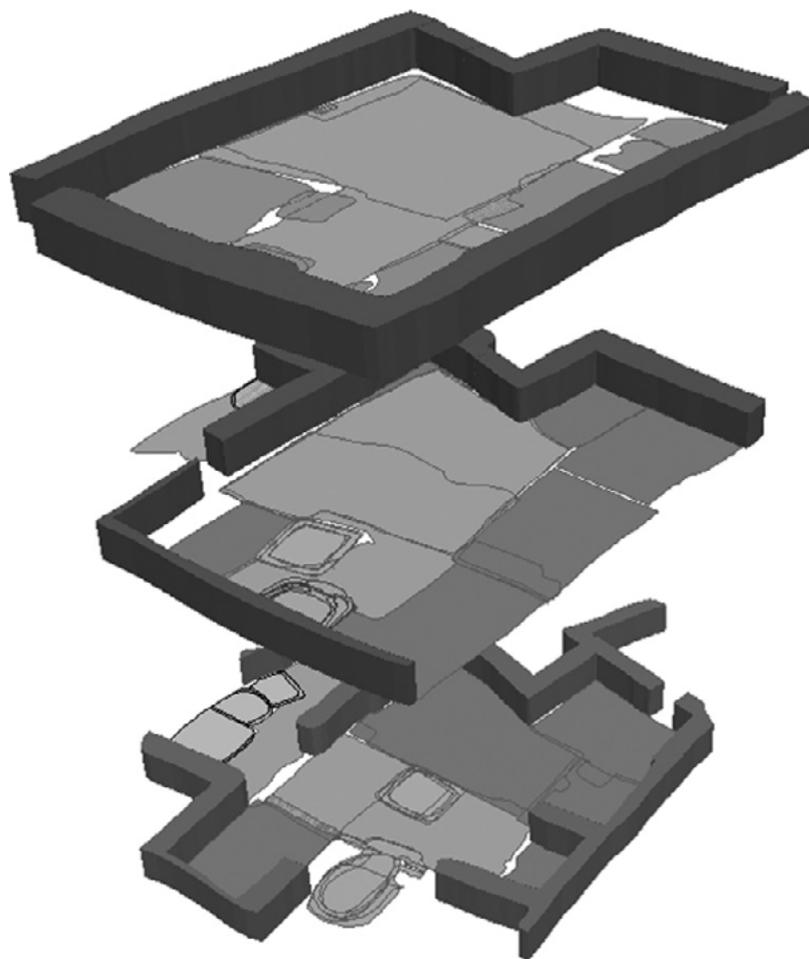


Fig. 9 – A sequência de edifícios 65-56-44 nos níveis superiores em Çatalhöyük.

Fonte: Jason Quinlan, integrante do Projeto de Pesquisa Çatalhöyük sob coordenação de Ian Hodder.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

Outras casas são construídas na esterqueira e/ou são substituídas por esterqueira quando abandonadas, entretanto, algumas foram reconstruídas no mesmo local pelo menos seis vezes. Essas três maneiras de diferenciar edifícios (elaboração, número de enterros e número de reconstruções) não se correlacionam necessariamente e, em muitos casos, não escavamos em profundidade suficiente para saber quantas vezes os edifícios foram reconstruídos no mesmo local. Mas observamos, como Düring (2006), que edifícios reconstruídos muitas vezes geralmente contêm muitos enterramentos em algum momento de suas sequências e são definidos como elaborados. Chegamos, então, ao consenso de denominar tais construções de “*casas de história*” (HODDER; PELS, 2010). O termo refere-se tanto a um edifício individual quanto à comunidade maior de pessoas que o usaram para o enterro.



Fig. 10 – Escavação de uma casa em Çatalhöyük.

Fonte: Jason Quinlan, integrante do Projeto de Pesquisa Çatalhöyük sob coordenação de Ian Hodder.

Assim, podemos definir quatro tipos de construção em Çatalhöyük: edifícios elaborados, casas com múltiplos sepultamentos, casas históricas e outros edifícios – embora haja muita sobreposição entre as três primeiras categorias. A variação no tipo de construção pode ser usada para explorar a questão da possibilidade de a religião estar ligada ao controle de recursos (Fig. 10 e 11). As casas elaboradas contêm mais simbolismos usados para se referir à religião no sítio durante o Neolítico – especialmente bucrânio, partes de animais sel-

AS VITALIDADES DE ÇATALHÖYÜK

vagens, representações de animais selvagens, relevos e pinturas. As casas com múltiplos enterramentos se relacionam à religião no sentido de serem repositórios para os mortos e se relacionarem à recuperação e à circulação de cabeças e outras partes do corpo humano. Dessa forma, alguma evidência aponta que esses edifícios muitas vezes coincidem com o que Mellaart (1967) chamaria, especialmente, de “santuários”, tendo produção, propriedade e armazenamento controlados – ou significaria simplesmente que os habitantes tinham melhores dietas e saúde do que os moradores de outras casas? Os dados coletados no sítio foram examinados no Projeto Templeton, a fim de explorar os quatro questionamentos sobre as relações entre poder, propriedade e religião em Çatalhöyük. Vamos a eles:



Fig. 11 – Casa em Çatalhöyük com paredes de gesso branco e divisões internas de cômodos.
Fonte: Jason Quinlan, integrante do Projeto de Pesquisa Çatalhöyük sob coordenação de Ian Hodder.

– Em Çatalhöyük, qual era a relação entre a religião e outros simbolismos e qual era a relação entre o controle da produção nos diferentes tipos de casas?

De fato, é difícil encontrar correlações nos dados estudados neste projeto. A diversidade abundante de informações, incluindo dados botânicos, densidades de pontos de obsidiana e inúmeros marcadores de saúde e dieta para aqueles enterramentos sob os pisos dos edifícios, não mostrou correlação com medidas de elaboração arquitetônica, número de enterramentos e longevidade dos edifícios, e não houve boas correlações entre o armazenamento ou a construção geral

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

(HODDER e PELS, 2010). Mazzucato (2013) plotou a densidade de achados por edifício, a quantidade de pontos de projéteis de obsidiana encontrados e os índices de elaboração de edifícios com o objetivo de tentar encontrar correlações entre essas variáveis, porém nenhuma foi observada. Também não foi encontrada correlação entre o número de bens funerários e o tamanho ou a elaboração dos edifícios (NAKAMURA; MESKELL, 2013a); o número médio de artefatos funerários por pessoa para casas históricas e não históricas não foi diferente (2013a). Enquanto algumas diferenças entre os tipos de casas foram encontradas em alguns marcadores de doenças e carga de trabalho, a impressão geral foi de um feroz igualitarismo (Fig. 12).



Fig. 12 – Casa de Çatalhöyük com bucrânio, o crânio do boi usado na parede da casa.
Fonte: Jason Quinlan, integrante do Projeto de Pesquisa Çatalhöyük sob coordenação de Ian Hodder.

Tung (2013) argumentou que casas elaboradas não foram construídas com materiais mais elaborados. Love (2013) descobriu que os construtores de edifícios arquitetonicamente elaborados não estavam usando tijolos de barro intencionalmente, como um indicador de *status* ou valor. Nakamura e Meskell (2013b) descobriram uma falta de correlação entre a presença de características arquitetônicas elaboradas e a existência de figuras. A frequência das estatuetas também não se correlacionou com o tamanho da construção ou o número de enterros. Em termos de edifícios elaborados, casa históricas e outras edificações, o material vegetal não sugeriu diferenças nas densidades e no armazenamento (BOGAARD *et al.*, 2013).

AS VITALIDADES DE ÇATALHÖYÜK

O trabalho de biodistância baseado na morfologia dental humana constatou que as casas históricas não emergiram distintivas como expressões de parentesco (HILLSON *et al.*, 2013). Em um estudo da taxa de crescimento e desenvolvimento de crianças, verificou-se que não havia diferenças entre casas históricas e outras casas (2013). Da mesma forma, os estudos sobre as taxas de crescimento entre adolescentes não encontraram diferenças entre casas históricas e não históricas, assim como ocorreu em relação à variação no desgaste dentário dos adultos. As forças de flexão ontogênicas para os ossos de crianças recuperadas de casas históricas e outros locais sugerem que essas crianças experimentaram cargas ambientais indistinguíveis e um estado nutricional e de saúde provavelmente semelhante.

Existe evidência de especialização incipiente em alguns aspectos da cultura material, especialmente nos níveis posteriores de ocupação no sítio, talvez associados a algumas das casas elaboradas. No geral, há falta de evidências para o controle da produção ou do armazenamento em tipos específicos de casas. Os habitantes de algumas casas parecem ter tido “êxito”, pois estas duraram mais (foram reconstruídas mais vezes), tiveram mais enterros (talvez em grande parte como um subproduto da longevidade) e abrigaram muitos touros e outras partes de animais que foram instalados como parte da elaboração arquitetônica (novamente talvez como um subproduto da longevidade). Mas essas casas não parecem ter sido capazes de converter seus papéis em relação aos antepassados e à religião em outras formas de poder e *status* social. Nos níveis inicial e médio de ocupação do sítio, pelo menos, foi inapropriado demonstrar diferenças de riqueza. A acumulação de obsidianas era escondida sob o chão da casa. A comida armazenada foi escondida em salas laterais. Os edifícios elaborados, com muita evidência de banquetes e depósitos especiais (por exemplo, B.49), eram pequenos. Até nas edificações M e N do sul do sítio havia uma grande ênfase em morar em bairros agrupados, em vez de promover diferenciação social.

– *Existe evidência segura de que importantes objetos simbólicos e religiosos foram manuseados nas casas e, preferencialmente, em “casas históricas” em Çatalhöyük?*

Essa pergunta foi respondida inequivocamente pela descoberta no Projeto Templeton de casos claros em que partes do corpo humano foram retiradas de enterramentos anteriores e incorporadas em enterros maiores. Essas partes humanas

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

incluem membros, mas são principalmente de dentes e crânios. Por exemplo, no Edifício 65, faltavam dentes de um esqueleto enterrado na sala principal. Na casa construída acima, no Edifício 56, dentes soltos foram colocados sob os pisos da plataforma, diretamente sobre o edifício anterior. Verificou-se que esses dentes se encaixavam exatamente no crânio encontrado no Edifício 65.

Agora também temos vários exemplos de enterros dos quais cabeças foram removidas durante a ocupação do local. Dos 350 enterros escavados no sítio, apenas dezoito tiveram suas cabeças removidas, geralmente cerca de um ano após o enterro inicial do corpo. Dos dezoito corpos sem cabeça (BOZ; HAGER, 2013), onze deles foram encontrados em edifícios completamente escavados, ocorrendo nas casas históricas (Edifícios 1, 6, 44, 60) ou em enterramentos múltiplos, como o Edifício 49. Nenhum ocorreu em edifícios totalmente escavados que podem ser classificados como “outros”. A única exceção possível é o Edifício 42, que não foi totalmente escavado, mas corresponde a uma nova fundação e não pode ser classificado como uma casa histórica. Um número maior de cabeças foi encontrado sem corpos. Os 29 escavados (BOZ; HAGER, 2013) foram encontrados em uma ampla gama de contextos, incluindo casas históricas e outras casas (por exemplo, Edifício 3). Às vezes, as cabeças foram depositadas como parte do alicerce, abandono e outros rituais. Em um caso, no Edifício 42, o crânio de uma mulher foi colocado nos braços de outra mulher no enterramento que serviu de alicerce da casa. Esse crânio foi emplastrado e pintado em vermelho quatro vezes, sugerindo que foi mantido e passado adiante por um período de tempo. Sabemos que alguns componentes esculturais foram retirados do muro oeste da sala principal do Edifício 1, após o abandono (HODDER, 2006), e que um grande número de chifres de gado foi acumulado, talvez ao longo do tempo, no Edifício 52 (FARID, 2013).

Existem evidências substanciais de que as sequências dos edifícios foram construídas umas sobre as outras por até quinhentos anos, com transmissão de práticas específicas, sugerindo rotinas e práticas repetitivas. Assim, na sequência de casas 65-56-44-10, os recém-nascidos eram sempre enterrados no canto sudoeste do edifício, e um pote era repetidamente colocado na lareira ao se abandonar o prédio. Tais evidências sugerem uma preservação da prática sociorreligiosa e a continuidade da memória.

Assim, enquanto não existe evidência nas camadas “clássicas”, inicial e in-

AS VITALIDADES DE ÇATALHÖYÜK

termediária de que as casas históricas em Çatalhöyük controlavam a produção, existe suporte de que elas e os outros tipos especiais de casa tinham algum papel especial na transmissão de importantes objetos simbólicos e práticas rituais. Sabemos, através do trabalho de biodistância realizado em dentes humanos, que aqueles enterrados debaixo das casas não eram parentes próximos (PILLOUND e LARSEN, 2011). Em vez disso, o pertencimento à casa foi construído por meio de rituais e transmissão de objetos de importância simbólica. Todos os que estavam conectados a uma casa histórica específica ou a uma casa cemitério com múltiplos enterramentos estavam, também, unidos por conexões sociais e religiosas e pela passagem de objetos de importância simbólica. A função desses vários tipos de casas especiais parece estar menos preocupada em acumular energia e controlar a produção, e mais em criar redes e relações de interdependência (WATKINS, 2008). Mills (2014) argumenta que o ritual e o simbolismo em Çatalhöyük estavam envolvidos na criação de *sodalidades*⁴ transversais. Esse argumento parece plausível (ver HODDER, 2013), mas presume-se que conexões poderiam ter sido estabelecidas entre os habitantes de Çatalhöyük sem rituais complexos. O fato destes estarem envolvidos na criação de conexões entre as pessoas no assentamento sugere que simbolismos e religião faziam parte da experiência vivida. O simbolismo e os rituais relacionados às noções de um “além coexistente e atuante” não parecem ser unicamente explicáveis pela criação de conexões, assim como não podem ser explicados somente pelo exercício do poder.

– Com o tempo, como o sistema de “casas de história” se modificou? Existiu um declínio concomitante no papel do simbolismo religioso?

Essa pergunta foi novamente respondida por uma grande quantidade de evidências arqueológicas que mostram uma mudança gradual ao longo da sequência estratigráfica de Çatalhöyük, através da mudança acentuada em 6500 AEC, na parte Sul do sítio, à volta dos níveis O e P. Nas camadas superiores após essa mudança, as casas históricas investiram menos em laços rituais entre áreas aglome-

4 Na antropologia social, a *sodalidade* sugere um grupo não familiar organizado para um propósito específico (econômico, cultural ou outro), frequentemente abrangendo vilas ou cidades. Em Roma, por volta do século VII AEC, o termo *sodalitas* englobava dois agrupamentos sociais: um político e um religioso. As *sodalidades* políticas reuniam bens e habilidades de pessoas abastadas para se promover, enquanto as religiosas convergiam recursos e talentos para se ocupar das questões que envolviam a complexidade humana, seja em aspectos de moral, transcendência ou vivência.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

radas e concentraram-se mais na produção independente e na criação de seus próprios excedentes. O foco crescente na produção doméstica foi visto através do maior investimento no pastoreio de ovelhas e na adoção de gado doméstico, assim como no processamento de leite. Havia maior mobilidade e uso da paisagem para uma gama mais ampla de recursos. As personalidades tornaram-se menos baseadas na participação em comunidades rituais transversais, e mais associadas a laços individuais de troca. Como o foco estava mais na produção individual das residências, a dependência de grandes populações coesas para fornecer uma rede de segurança diminuiu: a população se reduziu e dispersou. A ênfase nas relações igualitárias continuou durante toda a ocupação do sítio, mas, à medida que os laços estreitos se enfraqueciam na comunidade, as casas tinham que depender mais de sua própria produção e relações de dependência com outras pessoas, com base na troca de trabalho e bens.

Nos níveis superiores, as casas geralmente se tornavam maiores e com várias salas, ocupando áreas montanhosas adjacentes para serem usadas como pátios e uma série de atividades ligadas à produção doméstica. Essa expansão da produção doméstica se espalhou pela paisagem. A adoção de gado doméstico e a intensificação do pastoreio foram associadas ao uso mais amplo da paisagem e à grande mobilidade humana. Esse uso mais amplo da paisagem foi associado e talvez facilitado por uma mudança na organização social. Embora muitas práticas sociais e rituais continuassem desde as camadas anteriores, houve uma mudança de ênfase. As instalações de bucrânio e os relevos de ursos e leopardos foram menos comuns nos níveis superiores, mas as cabeças de touros apareciam como relevos em cerâmica, e os animais são mostrados nas pinturas. Leopardos e ursos apareceram em selos. Parece haver uma mudança do tecido estável da casa para os elementos móveis da cultura material. Uma mudança possivelmente relacionada é vista, muito claramente, em um enfoque diminuído na continuidade das casas. Düring (2006) observou que houve menos continuidade de edifícios nos níveis superiores, e Cessford (2005a) demonstrou que a vida útil das casas diminuiu.

Em sua discussão sobre a estratigrafia do sítio arqueológico, Farid (2007) observa que é do nível VI (N e O do sul) em diante que os problemas na atribuição de edifícios se tornam mais agudos. Nas camadas superiores, as construções amparadas constantemente nas bases e nos planos anteriores declinaram. Por

AS VITALIDADES DE ÇATALHÖYÜK

exemplo, houve uma fase de esterqueira e descarte acima de B.67 e antes de B.47, sugerindo uma falta de preocupação com a habitação contínua. Algumas paredes de B.47 na Área 4040 foram fundadas sob as paredes de B.67, porém, a construção e o plano foram bem diferentes. As paredes eram mais espessas, as características e configurações internas desconhecidas e havia um plano oval central. Como já vimos, havia frequentes espaços abertos ao redor das casas nos níveis superiores, sugerindo uma falta de preocupação com a habitação contínua. A diminuição das edificações e da fabricação de casas nos níveis superiores sugere, conseqüentemente, a diminuição com a preocupação em perpetuar a memória – em outras palavras, de fazer história. É verdade que a sequência 65-56-44-10 tem muitas evidências de continuidade e criação de história, mas muitas das fases de construção nessa sequência parecem durar pouco tempo (REGAN; TAYLOR, 2013).

Existem outras evidências de que a comunidade ficou cada vez menos dependente de laços rituais coesos e cada vez mais envolvida em trocas entre unidades produtivas independentes. Nos níveis superiores, as quantidades de ovinos e caprinos permanecem elevadas nos contextos de consumos especiais e diários. Essa é uma mudança em relação aos períodos anteriores, em que ovelhas e cabras eram usadas principalmente no consumo diário. Enquanto o número de bovinos permaneceu relativamente constante nos níveis superiores, o uso de animais selvagens foi reduzido pela introdução de bovinos domésticos. A dependência do gado selvagem, portanto, diminuiu. Enquanto o gado (e talvez ainda especialmente o boi) continuava a ser usado em depósitos especiais nos níveis superiores, o grau de fragmentação dos seus ossos nas áreas de refúgio aumentou, principalmente na área P no Sul do sítio, sugerindo que o gado também estava cada vez mais envolvido no consumo diário. Há também uma diminuição significativa na elaboração material dos enterros nos níveis superiores. A tendência a longo prazo é de que a prevalência de enterramentos domésticos e as relações com ancestrais diminuam e se transformem nos níveis superiores: os múltiplos enterramentos da área TP e uma “tumba” foram encontrados, e os enterramentos adultos no Monte Oeste parecem ter cessado. Uma possível interpretação é que essa tendência geral esteja ligada à ênfase decrescente na criação de história baseada em casas nos níveis superiores.

Nos níveis superiores do sítio, de certa forma, há uma diminuição no ma-

terial remanescente do simbolismo religioso. Isso ocorre porque o simbolismo nas camadas inferiores do sítio foi literalmente incorporado às casas – como parte do processo de criação das casas de histórias - veja também Banning e Byrd (1987). Nas camadas superiores do sítio, o simbolismo tornou-se mais móvel (em selos e cerâmicas) e distribuído, menos enraizado na arquitetura da casa. Mas isso não é um declínio do simbolismo religioso em si, já que a religião sempre esteve presente em novos modos, e certas casas tornaram-se investidas de maior produção e controle da narrativa religiosa. Essa mudança é semelhante à descrita por Harvey Whitehouse, Camilla Mazzucato, Ian Hodder e Quentin D. Atkinson (2014) como a mudança dos modos imaginários para o doutrinário da religiosidade: embora a religião pareça ter mudado em relação a outras variáveis, ela permaneceu um componente sempre presente da vida social ao longo da sequência estratigráfica em Çatalhöyük.

– A religião esteve relacionada ao poder e à propriedade em outros sítios arqueológicos durante a emergência da civilização no Neolítico do Oriente Médio?

Vimos que, ao responder aos três primeiros questionamentos, é possível argumentar que o simbolismo religioso tinha uma força potente em Çatalhöyük, o que resultou em seu envolvimento em muitos aspectos na vida social e econômica. Mas a presença da religião e a centralidade do ritual e do simbolismo no local não parecem totalmente explicáveis em termos instrumentais. Em particular, a religião no local não parece estar ligada ao controle de poder e propriedade. Mas essa conclusão é uma peculiaridade de Çatalhöyük e seu específico foco nas relações igualitárias? Quais eram as relações entre religião, poder e propriedade nos outros sítios arqueológicos do Neolítico no Oriente Médio? Essa questão foi explorada na conferência internacional realizada em Çatalhöyük em 2010, na qual estiveram presentes arqueólogos dos maiores sítios arqueológicos da Turquia e áreas adjacentes. A maioria dos participantes concordou que o poder e a propriedade eram mantidos coletivamente durante os primeiros assentamentos agrícolas e que as cidades tinham propriedade privada ou estavam classificadas em um *ranking*. Como observado em Çatalhöyük (Fig. 13), a religião era um componente difundido e importante de toda a vida social e econômica, produtora da mudança e, às vezes, de restrições.

AS VITALIDADES DE ÇATALHÖYÜK



Fig. 13 – Vista das escavações na Área Sul de Çatalhöyük (2015).

Fonte: Jason Quinlan, integrante do Projeto de Pesquisa Çatalhöyük sob coordenação de Ian Hodder.

Çatalhöyük atua como uma ponte entre as sociedades do “Crescente Fértil” ao leste, onde a agricultura e a vida estabelecida começaram mais cedo, e as sociedades no oeste da Anatólia, Grécia e sudeste da Europa, onde a agricultura e a vida estabelecida não começaram até o sétimo milênio AEC, com economias que rapidamente incluíram o gado doméstico. Para o Oriente, as evidências de ritual coletivo e reivindicações de diferenciação social relacionadas ao ritual foram mais acentuadas. Mas, para a maioria dos participantes da conferência, os principais monumentos dessa área e desse período, do décimo para o sétimo milênio AEC – como os templos de Göbekli Tepe (SCMIDT, 2006), as torres de Jericó (KENYON, 1981) e Tell Qaramel (MAZUROWSKI, 2004), os grandes edifícios circulares de Jerf el Ahmar (STORDEUR, 2000) e o Edifício do Crânio de Çayönü (ÖZDOĞAN; ÖZDOĞAN, 1998; ÖZDOĞAN, 2002) –, indicam rituais coletivos. Existe pouca evidência de concentrações de poder que dependam ou estejam relacionadas ao controle da produção. As diferenças entre partes do assentamento em Çayönü talvez ofereçam uma exceção (ÖZDOĞAN e ÖZDOĞAN, 1998).

A oeste de Çatalhöyük há menos evidências de rituais, templos ou monumentos religiosos em grande escala. De fato, os primeiros locais neolíticos a oeste de Çatalhöyük são mais semelhantes ao sítio, pois o simbolismo geralmente

é baseado em casas e associado a assentamentos claramente igualitários. Essas sociedades tinham uma agricultura plena, na qual bovinos e ovinos domésticos desempenhavam papéis importantes, permitindo que sociedades de menor escala se espalhassem por uma diversidade de zonas ambientais. Parece que as mudanças ocorridas em Çatalhöyük por volta de 6500 AEC contribuíram para a capacidade das sociedades de romper a “criação de história” em direção a uma produção doméstica mais flexível e individual.

Da função instrumental à vitalidade material

Começamos com a expectativa de que a religião e o ritual em Çatalhöyük estivessem ligados de alguma forma ao controle da produção e à obtenção de poder e propriedade. À medida que trabalhamos com os dados, ficou claro que, embora a religião estivesse inserida em muitos componentes da vida social e econômica, desempenhando papel importante no estabelecimento de vínculos entre indivíduos e comunidades, isso não poderia ser explicado em termos instrumentais. A religião e o ritual podem ter sido transformados em diferentes contextos, mas eles pareciam ter uma força potente que não podia ser explicada funcionalmente. A elaboração simbólica distinta em Çatalhöyük e o uso intenso de crânios e partes de corpos humanos e animais variaram ao longo do tempo – e, no entanto, permaneciam questões sobre o porquê e como os símbolos materiais poderiam ter desempenhado esses papéis. Em vez de ser produzido pela sociedade e pela economia, o simbolismo religioso parecia ter uma força própria que exigia que fosse atraído para a vida social, econômica e política. Em vez de haver qualquer evidência para uma esfera religiosa separada em Çatalhöyük, a religião parecia ter sido um aspecto presente da vida ligado a objetos importantes, como crânios humanos, chifres de boi, leopardos e animais selvagens.

O grupo de pesquisa do Projeto Templeton encontrou-se, portanto, tomando diferentes caminhos. A primeira rota explora os aspectos cognitivos e evolutivos da religião em sua relação com outros aspectos da vida. Nessas contribuições, a religião é vista como aspecto vital do ser humano, incluindo dimensões cognitivas e universalistas da vida. A segunda rota explora as maneiras específicas pelas quais muitas coisas materiais em Çatalhöyük têm uma vitalidade produtiva na vida social e necessária a ela. A materialidade de Çatalhöyük parecia composta de substâncias e superfícies vitais para a conduta dos habitantes desse

AS VITALIDADES DE ÇATALHÖYÜK

assentamento. Assim, o termo “vital” tem um significado duplo: um relacionado às maneiras pelas quais a religião é parte vital e universal do ser humano, e outro, aos modos como a matéria parece ter ação humana de um tipo espiritual e/ou religioso. Esses dois sentidos da palavra estão entrelaçados. Como Guthrie observa sucintamente, “a vitalidade coletiva que muitos estudiosos de Çatalhöyük atribuem ao mundo [...] é um fenômeno humano universal”; ou como Whitehouse *et al.* (2014) observam, “os dois aspectos da religião estão intimamente interconectados – despojados de sua vitalidade, as funções sociais da religião dificilmente poderiam ser cumpridas”. Nessa visão conjunta, alguns autores exploram essa questão através de uma perspectiva evolutiva, perguntando se a religião é uma adaptação evolutiva relacionada à aptidão reprodutiva ou se é um subproduto de várias capacidades cognitivas da mente humana (tais como a atividade hiperativa humana e tendência em detectar agência ou animação). Outros autores adotam uma perspectiva mais contextualista e exploram as variedades de formas como as substâncias são experimentadas como tendo força vital. Os trabalhos abordam as maneiras pelas quais o vital desempenhou um papel de produção do sagrado à vida cotidiana.

Muitos autores, influenciados por Gell (1998), exploraram as formas em que as coisas parecem ter algum tipo de agência: não a agência primária da intencionalidade humana consciente, mas uma agência secundária, animação dada às coisas pelos seres humanos (ROBB, 2005; DOBRES; ROBB, 2000). Formas espirituais e outras formas de presença, quase por definição, precisam de coisas para existir e pelas quais fluir (MILLER, 2010). Os materiais são construídos em diferentes contextos sociais (MESKELL, 2005a, 2005b) e históricos (JOYCE, 1998, 2000, 2005; PAUKETAT, 2001, 2007; PELS, 2008), sendo coisas, matéria e fluidos interpretados de maneira particular em diferentes contextos históricos. O estudo da materialidade explora essas relações culturais, e as biografias de objetos são realizadas em contextos sociais variados (KEANE, 2003; PELS, 2008). Seguindo autores como Georg Simmel, que argumentou (1979: 65) que “sujeito e objeto nascem no mesmo ato”, Meskell (2004: 7) observa como no passado e presente do Egito “as pessoas existem e são constituídas por seu mundo material: assuntos e objetos seriam mutualmente constituintes e dependentes”. Como Johnson (2010: 264) observa, a materialidade inclui “a proposição de que as coisas criam pessoas tanto quanto as pessoas criam coisas”.

O esforço conjunto de um grupo interdisciplinar distinto de acadêmicos procurou abordar essas ideias sobre a materialidade no contexto de um único sítio arqueológico, Çatalhöyük. O resultado foi multidimensional e retrata o conceito de materialidade através de várias perspectivas diferentes. A materialidade é vista como radicalmente diversa e relacional, e incluem-se desenvolvimentos recentes, como a “matéria vibrante”, discutida, por exemplo, por Jane Bennett (em seu livro de 2010 intitulado *A ecologia política das coisas*), que argumenta que a matéria não é inerte, mas envolve ativamente os seres humanos na produção da vida. O volume anterior das pesquisas em Çatalhöyük (HODDER, 2010) discutia as formas como os arqueólogos conseguiam identificar a religião ao mesmo tempo que criticava muitas definições estabelecidas do termo. Esse volume reconheceu os perigos do uso do termo “religião”, mas no final o definiu como uma dimensão da vida social que lida com os limites e o transcendente. A religião muitas vezes tem pouco a ver com crença e doutrina e muito mais com práticas incorporadas.

O volume anterior também prestou pouca atenção nos modos como a religião surge e muda, assim como usa a cultura material nessas mudanças, além de ter apresentado Çatalhöyük como algo estático e estável – interpretação que estava incorreta. A religião teve uma diversidade de funções em Çatalhöyük e foi essencial para o desenvolvimento da vida estabelecida, porque criava a sociabilidade necessária para a vida do assentamento, proporcionava aos seres humanos a autoridade de interceder no mundo natural e social para domesticar plantas e animais e ajudava a criar a longevidade necessária para apoiar os investimentos de longo prazo, características da agricultura (BLOCH, 2010); mas a religião não pode ser totalmente explicada por essas funções. Também é uma parte vital e necessária do que é ser humano – um subproduto cognitivo e emocional da interação humana com o mundo.

O volume seguinte de pesquisas (HODDER, 2014) procurou contribuir para discussões mais amplas sobre religião. As interpretações notavelmente inovadoras do sítio de Çatalhöyük reuniram um grande quadro de estudiosos interdisciplinares no próprio local com o objetivo abrir o debate para ampliar horizontes interpretativos. Dessa forma, o projeto foi bem-sucedido, pois muitas novas interpretações surgiram como resultado do Projeto Templeton em Çatalhöyük. As novas interpretações envolvem o papel da força religiosa como

AS VITALIDADES DE ÇATALHÖYÜK

matéria vital. Como demonstram os exemplos de Çatalhöyük, muitos elementos indicam que as casas e os materiais dentro delas pareciam ter forças vitais que interagem com seres humanos e outras coisas em toda a comunidade. A matéria vital nas casas criou sodalidades (MILLS, 2014) e histórias (WHITEHOUSE *et al.*, 2014). Em contraste com a maioria das interpretações das sociedades neolíticas, ficou claro que as casas de Çatalhöyük não representavam grupos biológicos de parentesco (PILLOUD; LARSEN, 2011); antes, eram máquinas vitais para a criação de relações sociais entre as pessoas (BUCHLI, 2014). Kamerman (2014) argumenta que dois dos símbolos mais distintos do local, o leopardo e o urso, atraíam as pessoas para relações transcendentais. Essas novas perspectivas radicais derivam da interação estreita de um grupo interdisciplinar e oferecem novos caminhos para a interpretação das primeiras sociedades do Oriente Médio e da Europa.

A questão subjacente e fundamental de se a religião pode ser explicada em termos evolutivos de adaptação ou se deve ser entendida como um subproduto de outras capacidades cognitivas procura contribuir para os debates arqueológicos atuais. Processos evolutivos sociais mais específicos são explorados no que diz respeito às mudanças nos modos de religiosidade. Os resultados substantivos do projeto confirmam seus objetivos e impactam o entendimento do desenvolvimento da vida estabelecida no Oriente Médio. O experimento interdisciplinar teve por premissa um engajamento com os dados arqueológicos refinados que foram coletados no sítio.

Os resultados de pesquisa em Çatalhöyük, da mesma forma que este inovador compêndio direcionado ao público lusófono e brasileiro, contribui para os debates contemporâneos sobre arqueologia; ciências naturais, sociais e da computação; a “materialidade” (as maneiras pelas quais, para os seres humanos, a matéria passa a ter poder de agente); e os emaranhados biossociomateriais, ou seja, as formas como corpos, coisas, materiais, desejos e sociedades dependem um do outro.

Referências

BAIRD, D. Early Holocene settlement in Central Anatolia: Problems and prospects as seen from the Konya Plain. In: F. GÉRARD e L. THISSEN (eds.) *The Neolithic of Central Anatolia*. International Developments and External Relations during the 9th – 6th Millenia cal BC, Proceedings of the International CANew Round Table, Istanbul 23-24, November 2001. Ege Yayinlari. Istanbul, 2002, pp. 139-152.

BAIRD, D. Pinarbasi: From Epipalaeolithic camp site to sedentarising village in central Anatolia. In: M. ÖZDOĞAN e N. NASEGELEN (eds.) *The Neolithic in Turkey: New Excavations and New Discoveries*. Istanbul: Arkeoloji ve Sanat Yayunlari, 2007, pp. 285-311.

BAIRD, D. The Bonculu project: The origins of sedentism, cultivation and herding in central Anatolia. *Anatolian Archaeology* 14, 2008, pp. 11-12.

BANNING, E. B.; BYRD, B. F. Houses and changing residential unit: Domestic architecture at PPNB 'Ain Ghazal, Jordan. *Proceedings of the Prehistoric Society* 53, 1987, pp. 309-325.

BELFER-COHEN, A. Rethinking social stratification in the Natufian culture: The evidence from burials. In: S. CAMPBELL e A. GREEN (eds.) *Archaeology of Death in the Ancient Near East*. Oxbow Monograph 51, Oxford: Oxbow, 1995, pp. 9-16.

BENNET, J. *Vibrant Matter: A Political Ecology of Things*. Durham, NC: Duke University Press, 2010.

BENDER, B. Gatherer-hunter to farmer: A social perspective. *World Archaeology* 10, 1978, pp. 204-222.

BLOCH, M. Is there religion at Çatalhöyük... or are there just houses? In: I. HODDER (ed.) *Religion in the Emergence of Civilization. Çatalhöyük As a Case Study*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, pp. 146-162.

BOGAARD, A.; CHARLES, M.; LIVARDA, A.; ERGUN, M.; FILIPOVIC, D.; JONES, G. The archaeobotany of mid-later Neolithic Çatalhöyük. In: I. HODDER (ed.) *Humans and Landscapes of Çatalhöyük: Reports from the 200-2008 seasons*. Los Angeles: Cotsen Institute, 2013.

BOZ, B.; HAGER, L. *Intramural burial practices at Çatalhöyük*. In: I. HODDER (ed.) *Humans and Landscapes of Çatalhöyük: Reports from the 2000-2008 Seasons*. Los Angeles: Cotsen Institute, 2013.

BYRD, B. Public and Private, Domestic and Corporate: The Emergence of Southwest Asian Village. *American Antiquity* 59, 1994, pp. 639-666.

BYRD, B.; MONAHAN, C. M. Death, Mortuary Rituals and Natufian Social Structure. *Journal of Anthropological Archaeology* 14, 1995, pp. 251-287.

CAUVIN, J. *Naissance des divinités, Naissance de l'agriculture*, Paris: CNRS, 1994.

CESSFORD, C. Absolute dating at Çatalhöyük. In: I. HODDER (ed.) *Changing Materialities at Çatalhöyük: Reports from the 1995-1999 Seasons*. Cambridge, UK: McDonald Inst. Archaeol. Res./ Br. Inst. Archaeol. Ankara Monograph, 2005a, pp. 65-100.

CESSFORD, C. Estimating the Neolithic population of Çatalhöyük. In: I. HODDER (ed.) *Inhabiting Çatalhöyük: Reports from the 1995-1999 Seasons*. Cambridge: MacDonald Institute for Archaeological Research/ British Institute of Archaeology at Ankara Monograph, 2005b.

DOBRES, M. A.; ROBB, J. (eds.) *Agency in Archaeology*. London: Routledge. 2000.

AS VITALIDADES DE ÇATALHÖYÜK

DURU, R. The Neolithic of the Lake District. In: M. ÖZDOĞAN e N. BASĞELEN. (eds.) *Neolithic in Turkey: The Cradle of Civilization*. New Discoveries. Istanbul: Arkeoloji ve Sanat Yayınları, 1999, pp. 161-191.

DÜRİNG, B. S. *Constructing Communities: Clustered Neighbourhood Settlements of the Central Anatolian Neolithic*, ca. 8500-5500 Cal. BC. Leiden: Nederlands Instituut voor het Nabije Oosten, 2006.

ESİN, U.; HARMANAKAYA, S. Aşıklı in the frame of Central Anatolian Neolithic. In: M. ÖZDOĞAN e N. BASĞELEN, (eds.) *Neolithic in Turkey: The Cradle of Civilization*. New Discoveries. Istanbul: Arkeoloji ve Sanat Yayınları, 1999, pp. 115-132.

FARID, S. Level IX relative heights, Building 2, Buildings 22 & 16 and Building 17. In: I. HODDER (ed.) *Excavating Çatalhöyük: South, North and KOPAL Area Reports from the 1995-1999 Seasons*. British Institute of Archaeology at Ankara Monographs. Cambridge: McDonald Institute for Archaeological Research, 2007, pp. 139-226.

FARID, S. Buildings 51 and 52. In: I. HODDER (ed.) *Çatalhöyük Excavations: The 2000-2008 Seasons*. Los Angeles: Cotsen Institute, 2013.

FLANNERY, K. The origins of the village settlement type in Mesoamerica and the Near East: A comparative study. In: P. UCKO, R. TRINGHAM e G. DIMBLEBY (eds.) *Man, Settlement and Urbanism*. Duckworth, London, 1972, pp. 23-53.

GELL, A. *Art and Agency*. Oxford: Clarendon, 1998.

GÉRARD, F.; THISSEN, I. *The Neolithic of Central Anatolia*. Internal Developments and External Relations during the 9th-6th Millennia CAL BC, Istanbul: Ege Yayınları, 2002.

GORING-MORRIS, N. The quick and the dead: The social context of Aceramic Neolithic mortuary practices as seen from Kfar HaHoresh. In: I. KUIJT (ed.) *Life in Neolithic Farming Communities: Social Organization, Identity, and Differentiation*. Kluwer Academic/Plenum Publishers, New York, 2000, pp. 13-36.

HAYDEN, B. Nimrods, piscators, pluckers, and planters: The emergence of food production. *Journal of Anthropological Archaeology* 9 (1), 1990, pp. 31-69.

HODDER, I. (ed.) *On the Surface*. Çatalhöyük 1993-95. Cambridge: McDonald Institute for Archaeological Research/British Institute of Archaeology at Ankara Monograph, 1996.

HODDER, I. *Towards Reflexive Method in Archaeology: The Example at Çatalhöyük*. Cambridge: McDonald Institute for Archaeological Research/British Institute of Archaeology at Ankara Monograph, 2000.

HODDER, I. *Inhabiting Çatalhöyük: Reports from the 1995-1999 Sessions*. Cambridge: McDonald Institute for Archaeological Research/British Institute of Archaeology at Ankara Monograph, 2005a.

HODDER, I. *Changing Materialities at Çatalhöyük: Reports from the 1995-1999 Sessions*. Cambridge: McDonald Institute for Archaeological Research/British Institute of Archaeology at Ankara Monograph, 2005b.

HODDER, I. *Çatalhöyük Perspectives: Themes from the 1995-1999 Sessions*. Cambridge: McDonald Institute for Archaeological Research/British Institute of Archaeology at Ankara Monograph, 2005c.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

HODDER, I. *The Leopard's Tale: Revealing the Mysteries of Çatalhöyük*. London: Thames and Hudson, 2006.

HODDER, I. *Excavating Çatalhöyük: Reports from the 1995-1999 Sessions*. Cambridge: McDonald Institute for Archaeological Research/British Institute of Archaeology at Ankara Monograph, 2007.

HODDER, I. *Religion in the Emergence of Civilization. Çatalhöyük As a Case Study*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

HODDER, I. The social geography of Çatalhöyük. In: I. HODDER (ed) *Integrating Çatalhöyük: Themes from the 2000-2008 seasons*. Los Angeles: Cotsen Institute, 2013.

HODDER, I.; PELS, P. History houses: A new interpretation of architectural elaboration at Çatalhöyük. In: I. HODDER (ed) *Religion in the Emergence of Civilization. Çatalhöyük as a Case Study*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, pp. 163-186.

HOLE, F. Is size important? Function and hierarchy in Neolithic settlements. In: I. KUIJIT (ed.) *Life in Neolithic Farming Communities. Social Organization, Identity and Differentiation*. New York: Kluwer Academic/ Plenum, 2000, pp. 191-210.

JOHNSON, M. *Archaeological Theory: An Introduction*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

JOYCE, R. A. Performing the body in prehispanic Central America. *Res* 33, 1998, pp. 147-165.

JOYCE, R. A. Girling the girl and boying the boy: The production of adulthood in ancient Mesoamerica. *World Archaeology* 31, 2000, pp. 473-483.

JOYCE, R. A. Archaeology of the body. *Annual Review of Anthropology* 34, 2005, pp. 139-158.

KEANE, W. Self-interpretation, agency, and the objects of anthropology: Reflections on a genealogy. *Studies in Society and History* 45 (2), 2003, pp. 222-248.

KENYON, KM. *Excavations at Jericho*. Vol. 3: The Architecture and Stratigraphy of the Tell. London: Br. Sch. Archaeol. Jerus, 1981.

KUIJT, I (ed.) *Life in the Neolithic Farming Communities: Social Organization, Identity and Differentiation*. New York: Kluwer Academic/ Plenum, 2000.

KUIJT, I. (ed.) The Regeneration of Life: Neolithic Structures of Symbolic Remembering and Forgetting. *Current Anthropology* 49 (2), 2008, pp. 171-197.

HILSON, S. W.; LARSEN, C. S.; BOZ, B.; PILLOUD, M. A.; SADVARI, J. W.; AGARWAY, S.C.; GLENCROSS, B.; BEAUCHESSNE, P.; PEARSON, J.; RUFF, C. B.; GAROFALO, E. M.; HAGER, L. D.; HADDOW, S.C. The Human remains I: Interpreting community structure, health and diet in Neolithic Çatalhöyük. In: I. HODDER (ed). *Humans and Landscapes of Çatalhöyük: Reports from the 2000-2008 seasons*. Los Angeles: Cotsen Institute, 2013.

LOVE, S. An archaeology of mud-bricks houses. In: I. HODDER (ed.) *Substantive technologies at Çatalhöyük: Reports from the 2000-2008 seasons*. Los Angeles: Cotsen Institute, 2013.

MAZUROWSKI, R. F. Tell Qaramel excavations 2003. *Polish Archaeology in the Mediterranean* 15, 2004, pp. 355-370.

MAZZUCATO, C. Sampling and mapping Çatalhöyük. In: I. HODDER (ed.) *Humans and Landscapes of Çatalhöyük: Reports from the 2000-2008 seasons*. Los Angeles: Cotsen Institute, 2013.

AS VITALIDADES DE ÇATALHÖYÜK

MELLAART, L. *Çatal Hüyük: A Neolithic Town in Anatolia*. London: Thames and Hudson, 1967.

MESKELL, L. *Object Worlds in Ancient Egypt: Material Biographies Past and Present*. Oxford: Berg, 2004.

MESKELL, L. *Archaeologies of Materiality*. Oxford: Wiley Blackwell, 2005a.

MESKELL, L. Introduction: Object orientations. In: L. MESKELL (ed.) *Archaeologies of Materiality*. Oxford: Wiley Blackwell, 2005b, pp. 1-17.

MILLER, D. *Stuff*. Cambridge: Polity Press, 2010.

MITHEN, S. *After the Ice: A Global Human History, 20,000-5000 BC*. London: Weidenfeld and Nicolson, 2003.

NAKAMURA, C.; MESKELL, L. Burial associations. In: I. HODDER (ed.) *Humans and Landscapes of Çatalhöyük: Reports from from the 2000-2008 seasons*. Los Angeles: Cotsen Institute, 2013a.

NAKAMURA, C.; MESKELL, L. Figurines. In: I. HODDER (ed.) *Substantive Technologies at Çatalhöyük: Reports from the 2000-2008 seasons*. Los Angeles: Cotsen Institute, 2013b.

ÖZDOĞAN, M.; ÖZDOĞAN, A. Buildings of cult and the cult of buildings. In: M. ARSEBÜK, M. SCHIRMER e W. SCHIRMER (eds.) *Light on Top of the Black Hill: Studies Presented to Halet Cambel*. Istanbul: Ege Yayinlari, 1998, pp. 581-593.

ÖZDOĞAN, M. Defining the Neolithic of Central Anatolia. In: F. GÉRARD e L. THIESSEN (eds.) *The Neolithic of Central Anatolia. Internal Developments and External Relations during the 9th-6th Millennia cal BC*, Proceedings of the International CANeW Round Table, Istanbul 23-24 November 2001. Istanbul: Ege Yayinlari, 2002, pp. 253-261.

ÖZKAYA, V.; COŞKUN, A. Körtik Tepe. In: M. ÖZDOĞAN, N. BASĞELEN e P. KUNIHOLM (eds.) *The Neolithic in Turkey*. Istanbul: Archaeology and Art, 2011, pp. 89-127.

PAUKETAT, T. R. Practice and history in archaeology. An emerging paradigm. *Anthropological Theory* 1, 2001, pp. 73-98.

PAUKETAT, T. R. *Chiefdoms and Other Archaeological Delusions*. Lanham, MD: AltaMira, 2007.

PELS, P. The modern fear of matter: Reflections on the Protestantism of Victorian science. *Material Religion* 4 (3), 2008, pp. 264-283.

PILLOUD, M. A.; LARSEN, C.S. "Oficial" and "practical" kin: Inferring social and community structure from dental phenotype at Neolithic Çatalhöyük. Turkey. *American Journal of Physical Anthropology*, 2011. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ajpa.21520/abstract>.

REGAN, R.; TAYLOR, J. The sequence of Buildings 75, 65, 56, 69, 44 and 10 and external Spaces 119, 129, 130, 144, 299, 314, 319, 329, 333, 339, 367, 372 and 427. In: I. HODDER (ed) *Çatalhöyük Excavations: The 2000-2008 Seasons*. Los Angeles: Cotsen Institute, 2013.

ROBB, J. E. The extended artifact and the monumental economy. In: E. DEMARRAIS, C. GOSDEN e C. RENFREW (eds.) *Rethinking Materiality: The Engagement of Mind with the Material World*. Cambridge: McDonald Institute for Archaeological Research, 2005, pp. 131-139.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

ROLLEFSON, G. O. 'Ain Ghazal: An Early Neolithic Community in Highland Jordan, near Amman. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research* 255, 1984, pp. 3-14.

ROSENBERG, M.; REDDING, R. W. Hallan Çemi and early village organization in eastern Anatolia. In: I. KUIJT (ed) *Life in Neolithic Farming Communities: Social Organization, Identity, and Differentiation*. New York: Kluwer Academic/ Plenum, 2000, pp. 39-61.

SCHMIDT, K. Göbekli Tepe, Southeastern Turkey: A preliminary report on the 1995-1999 excavations. *Paléorient* 26 (1), 2001, pp. 45-54.

SCHMIDT, K. *Sie bauten die Ersten Tempel*. Munich: Beck, 2006.

SIMMEL, G. *The Philosophy of Money*. Boston: Routledge and Kegan Paul, 1979.

STORDEUR, D. *New Discoveries in Architecture and Symbolism at Jerf el Ahmar (Syria), 1997-1999*. *Neo-Lithics* 1/00, 2000, pp. 1-4.

TUNG, B. *Building with mud: An analysis of architectural materials at 2000-2008 seasons*. I. HODDER (ed.). Los Angeles: Cotsen Institute, 2013.

WATKINS, T. Supra-Regional Networks in the Neolithic of Southwest Asia. *Journal of World Prehistory* 21, 2008, pp. 139-171.

WRIGHT, G. A. Social differentiation in the Early Natufian. In: C. REDMAN, M. J. BERMAN, E. V. CURTIN, W. T. LANGHORNE JR., N. M. VERSAGGI e J. C. WANSER (eds.) *Social Archaeology, Beyond Subsistence and Dating*. New York: Academic Press, 1978, pp. 201-223.

WRIGHT, H. (ed). *On the Evolution of Complex Societies*. Malibu, CA: Undeena, 1984.

ZEDER, M. The Origins of Agriculture in the near East. *Current Anthropology* 52, 2011, pp. S221-S235.

DOIS MIL ANOS DE CERÂMICA NA CILÍCIA: AS CERÂMICAS NOS MUSEUS LOCAIS DO SUL DA TURQUIA (DA ORIENTALIZAÇÃO ATÉ A IDADE MÉDIA)

Ergün Laflı

*Dokuz Eylül University,
Izmir*

Maurizio Buora

*Universit degli Studi di Udine,
Udine*

A geografia e as escavações na região

A Cilícia situava-se na Antiguidade entre a Panfília (oeste) e a Síria (leste): apenas 70 km a norte de Chipre. Atualmente, cobre basicamente o litoral sudeste da costa mediterrânea turca, incluindo as províncias turcas de Mersin, Adana, Osmaniye e partes de Hatay, Caramânia e Antália. Por causa de sua posição geográfica, sempre foi uma ponte e uma zona de contato entre o Chipre, a Síria e a Ásia Menor. A Cilícia se dividia em duas partes geograficamente distintas: a Cilícia Campestre, uma planície fértil de água abundante, limitada pelo Tauro, Antitauro e o Mediterrâneo; e a Cilícia Petrosa, a região áspera do sul do Tauro, estendendo-se para oeste até Panfília.

Em toda a Turquia, a área ciliciana é rica em contatos culturais, apesar das intempéries afligidas pelo tempo. Além disso, tem sido até agora marcada por atritos políticos, o que frequentemente resultou em guerras. A Cilícia representa, assim, um importante “caldeirão cultural” ao longo dos séculos, o que é particularmente evidente em seus principais centros, onde várias civilizações emergiram e se sucederam.

Após as grandes escavações do século XX, numerosos projetos começaram nos anos recentes, como Elaiussa Sebaste (EQUINI SCHNEIDER, 1999, 2003,

2010a), Kelenderis (ZOROĞLU, BOZKURTTAN, ÖZDEMİR, 2017), Soloi (YAĞCI, YİĞİTPAŞA, 2017) e Kinet Höyük (M.-H. e C. GATES *et al.*, 2015). Enquanto os estudiosos turcos destacaram amplamente vários aspectos do patrimônio arqueológico, estudos mais recentes geraram maior conhecimento sobre as produções locais⁵.

Nos últimos oitenta anos, as escavações na Cilícia revelaram contatos próximos com o Chipre durante a Idade do Ferro, e hoje se tem por certo que a ilha desempenhou um papel muito importante na Idade do Bronze Tardia e na Idade do Ferro Inicial no desenvolvimento da Cilícia. Durante a Idade do Ferro cipriota, entre mercadorias que chegaram na Cilícia, as cerâmicas foram os principais artefatos encontrados. Devido à diversidade dos centros de produção, até agora não sabemos muito a respeito das produções locais de influência cipriota na Cilícia.

A cultura grega na Cilícia: da cerâmica geométrica à orientalizada

Escavações recentes na parte costeira da Cilícia trouxeram maior clareza à situação econômica dos assentamentos. As investigações de M.-H. e C. Gates em Kinet Höyük proporcionaram, após a hipótese apresentada para os assentamentos de Al-Mina, novas perspectivas sobre a presença grega na região. Ao invés de assentamentos fixos, é necessário atualmente pensar em alocações temporárias, talvez sazonais, muitas vezes sem continuidade.

Mais do que colonos hipotéticos, temos que pensar em comerciantes, soldados (incluindo mercenários e prisioneiros de guerra), artesãos, exilados e piratas (e.g. GATES, 2010, p. 41). Graças também à mediação do Chipre, o material grego já aparece nos séculos XIX e XVIII AEC, principalmente, escifos cilício-cipriotas (taças de vinho com duas alças); enquanto as formas gregas aparecem a partir do século VII AEC, com suas decorações características que constituíram o padrão das cerâmicas de mesa.

As importações de cerâmica geométrica da Grécia Oriental e das áreas Cíclades para Mersin e Tarso já foram analisadas recentemente em outro estudo (COLDSTREAM, 2009, p. 386 e 422), assim como, ainda em 1954, Veronica Seton-Williams referiu-se às importações de “cerâmica grega” em achados de superfície (SETON-WILLIAMS, 1954, p. 136-137).

5 Ver o reconhecimento de numerosas fábricas de ânfora, ambas na Cilícia Ocidental e Oriental, da primeira era imperial (consulte o amplo sumário de Ferrazzoli, Ricci 2010).

DOIS MIL ANOS DE CERÂMICA NA CILÍCIA

Um escifo de Hatay (Fig. 1, nº 1) atesta a penetração dos modelos geométricos tardios e proto-orientalizados. Essa peça apresenta uma forma influenciada pelos modelos geométricos cipriotas, mas acima de tudo por taças que foram difundidas sobre a área do Dodecaneso, de Cós a Rodes. A decoração poupada, muito comum em contextos domésticos, aparece em cerâmicas áticas (LG I, 760-750 AEC)⁶.



Fig. 1 – Tipos de escifos cilicio-cipriotas (taças de vinho com duas alças) e cerâmicas de Mersin (enócoa similar aos jarros jônicos).

Fonte: Fotografia Ergün Lafli. Adaptado por Vagner Carneiro Porto e Marcio Teixeira-Bastos.

Na parte exterior, faixas pretas; já na parte inferior, séries de linhas de “estilo-bigode”. Dentro de uma faixa encerra-se uma série de círculos concêntricos mais finos, conforme a prática do “Cipro-Arcaico I” (750-600 AEC) ao “dicromático II”, do século VII AEC, que evolui até o século IV AEC na Itália Meridional, que é a forma mais difundida do repertório Egeu. Entrou em uso como uma taça para bebidas na Atenas do século VIII AEC e de lá es-

6 Para uma descoberta da Ágora de Atenas, ver Coldstream 2009, Pl. 9d, Agora P 5072 e texto em 48-51.

palhou-se pela região grega. Por meio das atividades comerciais da Eubeia, a forma alcançou o Chipre, de onde se espalhou para a área sírio-palestina (e. g. Al Mina), Itália e, provavelmente, também para Pitheculsa. Desde a primeira metade do século VIII AEC, essa forma, considerada egeia, estabeleceu-se no repertório cipriota, onde foi copiada e modificada.

Já o escifo de Mersin (Fig. 1, nº 2) é outro representativo da cerâmica geométrica tardia ou proto-orientalizada na Turquia. Depois da expansão grega sobre a Cária e a Lícia durante o século VII AEC, os oleiros dessa área – em particular de Mileto – criaram um estilo local proto-orientalizado (“Cerâmica Geométrica Cária”) selecionando elementos do estilo de orientação jônio (GREAVES, 2010, 210). A decoração é formada por painéis retangulares, separados uns dos outros por feixes de cinco linhas verticais. No centro, um tipo vertical de cão, flanqueado nos painéis de dois lados por folhas verticais preenchidas por uma treliça. Na parte inferior, uma faixa de cinco linhas paralelas. Um tema decorativo similar muito mais numeroso, com mais “línguas” inseridas dentro de métopas, aparece em outra produção ática (LG Ib, 750-735 AEC) (COLDSTREAM, 2009, p. 50-51, 10e). De acordo com Boardman (1980, Fig. 93), poderia ser uma imitação local produzida na Cária, principalmente, das taças de tipo grego do período geométrico tardio (CONNOR; JACKSON, 2000, p. 44-45).

As cerâmicas da Grécia Oriental

Tardio é um escifo ou cílice com uma parede oblíqua na parte superior, que constitui uma forma primitiva de taças jônicas (Fig. 1, nº 3). A taça – de tradição cipriota – é do tipo “jônico” ou “tigela do leste da Grécia” inicial que, em sua forma evoluída (e. g. TELL SUKAS; PLOUG, 1973, Chipre, GJERSTAD, 1977; LABRAUNDA, JULY, 1981), datam do século VI AEC. A forma também aparece no século seguinte na área sírio-palestina (BENNET, BLAKELY, 1989, p. 71). A parte exterior sob a borda é decorada com três faixas bastante estreitas (tipo “preto no vermelho”), delimitando uma faixa em que três séries de círculos concêntricos surgem, abaixo dos quais aparece uma série de oito linhas horizontais.

A decoração em círculos concêntricos, típica do cipriota geométrico III, continua até o século V AEC (RECKE, 2010, p. 80). Essas taças (tipo Boardman 9) eram também particularmente comuns no Mediterrâneo Setentrional durante a segunda metade do século VI AEC (BOARDMAN, SOLOVYOV, TSETSEKHLADZE,

2001). O escifo está próximo às taças consideradas de origem rodiana por Hayes (BOARDMAN, HAYES, 1966), indicadas com os números VIII e IX. Hoje, acredita-se bastante que são produtos de Samos (WHITE, 1985, p. 58). Além disso, a chamada “porcelana listrada” é bastante difundida (ver COOK, DUPONT, 1998). Com origem no Egeu Oriental, estende-se até a costa da Itália Meridional e Sardenha, assumindo diferentes formas e aspectos individuais nas regiões. A cerâmica Cilícia está indubitavelmente próxima à cerâmica cipriota, da qual extrai técnicas e temas decorativos, e, subsequentemente, dos meios jônicos, que se espalharam desde o fim do século VII AEC. Existe abundante produção cerâmica na área da Cilícia costeira desde o século VII ao começo do V AEC. Parece ser relativamente homogênea e não tem características peculiares.

A cílice jônica Villard-Vallet tipo B2 é datada entre o século VI e o começo do V AEC (Fig. 1, nº 4). A forma é difundida pelo mundo grego, mesmo no Mediterrâneo Ocidental, onde foi feita por várias oficinas locais. Nesse período, a mistura de influências é visível, por exemplo, na enócoa de Mersin (Fig. 1, nº 5). O material e a decoração referem-se àquelas de “preto sob vermelho” (BoR) II, mas a forma é bastante próxima aos jarros jônicos do século VI AEC. Uma produção local ciliciana do tipo é atestada pelos achados dos fornos de Tarso (SCHREIBER, 2003, p. 30) e por produtos locais de Al Mina (SCHREIBER, 2003, p. 278). Essa categoria de cerâmica permaneceu em uso por um longo tempo. Uma decoração “preto sob branco” com uma série de faixas mais finas (de quatro a cinco) intercaladas com faixas mais largas na borda, no ombro e no corpo, também aparece nas cerâmicas de Mersin (Fig. 1, nº 6). Uma das formas mais comuns é a ânfora (Fig. 1, nº 7), que lembra as formas das ânforas da Grécia Oriental e das ânforas áticas de figuras negras do século VI AEC.

Algumas características das cerâmicas do Mediterrâneo Oriental entre o Chipre, a costa da Anatólia e a área sírio-palestina derivam de suas regionalidades. Assim é a decoração listrada, frequentemente em cor vermelha, que foi muito apreciada na Jônia, e a decoração zigue-zague, presente no Egeu Oriental durante a Idade do Bronze. Mesmo no início do período Aquemênida, as relações com o mundo grego eram muito próximas. Como já indicado (SCHAEFFER; RAMAGE; GREENWALT, 1997, p. 66), os vasos de figuras negras aparecem no fim do século VI AEC, posteriormente a de outros centros mais ao norte. Até o meio do século V AEC – e provavelmente depois –, o lécito (lekythos) de figuras

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

negras foi muito popular na arte funerária. Os numerosos léцитos com fundo vermelho (Anamur) e outros com um fundo branco (Anamur, Mersin, Tarso, Antioquia) atestam isso. Vinte e cinco deles provenientes de Silifke foram publicados por Kâmil Levent Zoroğlu (2009); o léцитo de Anamur pode ser datado do último período do século IV AEC (Fig. 2, nº 1). As formas, com um ombro muito destacado, e a decoração, com uma faixa preta na parte inferior do corpo, são típicas da produção ática, em particular a de Phanyllis (ver ROBINSON, 1987, p. 35, nº 8, datada do começo do século V AEC). O grupo chamado “classe Phanyllis”, como definido por Hampels, emprega seu nome de um pequeno léцитo dedicado a Hera, em seu santuário de Delos, por uma pessoa com esse nome.



Fig. 2 – Léцитos com fundo vermelho e pélica de Hatay.

Fonte: Fotografia Ergün Lafli. Adaptado por Vagner Carvalheiro Porto e Marcio Teixeira-Bastos.

No fim do período clássico e no primeiro período helenístico, as formas de cerâmica circulando na Cilícia eram derivadas, majoritariamente, de objetos funerários decompostos, e não são diferentes das que conhecemos na Grécia e do mundo grego, no qual a Cilícia aparece como periferia. No corpo de outro léцитo (Fig. 2, nº 2) aparece uma fileira de tabuleiro triplo de palmetas grandes; na parte inferior, linhas alternadas finas e grossas, e uma parte em marrom. A decoração de palmeta está entre os assuntos favoritos de muitos pintores,

como Diosphos, a partir do nome de um jovem aclamado em um de seus vasos. Diosphos pertence à última geração de pintores de figuras negras, ativos em Atenas a partir do fim do século VI AEC.

Os vasos atribuídos ao mesmo pintor têm em comum com nossos léцитos a predileção pelas séries de xadrez que emolduram a decoração principal e a tendência de tornar o centro das palmetas vermelho, um detalhe que também aparece em produções mais recentes (e. g. CVA , Toronto 1, 41, 4, datadas de 470-450 AEC). Nossos léцитos podem ser comparados com outros de decoração similar, com os do Museu Regional Paolo Orsi de Siracusa, n. 43051 – (HASPELS, 1936, 233.37) (datado de 525-475 AEC) –, ou do Museu de Cerâmica de Atenas (KURTZ, 1975, 71.1). Léцитos similares ainda estavam em uso durante o século V AEC, tal como o que veio do túmulo de uma criança em Atenas e está preservado em Toronto (CVA⁷, Toronto, 1, 41, 11), e o do Museu Mormino de Palermo.

No período seguinte – séculos V e IV AEC –, uma variedade de formas aparece na cerâmica de figuras vermelhas, atestada especialmente em Antioquia, mas também presente em Anamur. Adana. K. de Vries (1977) confirmou a escassez de enócoas e a abundância de léцитos no Império Aquemênida, onde a enócoa foi substituída pelo ritão no banquete. Uma grande quantidade de cerâmicas importadas é conhecida da necrópole clássica-tardia da Cilícia Ocidental; especialmente produtos atenienses são muito comuns nos cemitérios de Nagidos, Kelenderis e Soloi, e uma tendência similar pode ser observada em Chipre. No início do período helenístico, tipos similares também foram produzidos na Cilícia. Alguns recipientes foram utilizados para a cantina, outros para cozinhas ou estocagem de alimentos.

Cerâmicas de figuras vermelhas

Entre o segundo quarto do século V AEC e o segundo quarto do século IV AEC, alguns exemplos de vasos de figuras vermelhas aparecem na Cilícia. Quase metade provém de Anamur, e outros, de Hatay, onde a cidade de Antioquia assumiu uma importância predominante. Um pélica de Hatay (Fig. 2, nº 3) com forma particular apresenta, entre uma faixa dupla de meandros no topo e ovoli

7 *Corpus Vasorum Antiquorum.*

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

abaixo, uma cena de libação com dois homens jovens vestidos em um quítion nas laterais de um altar. A representação é muito comum nesses tipos de vasos: para algumas comparações, destacam-se a pélica do pintor de Argos, alojada no Louvre (G. 236), datada de 480-470 AEC, e outra, ligeiramente posterior, de um dos pintores próximos ao círculo do pintor de Chicago, do Museu Metropolitano (nº 06. 1021.191). Além disso, a necrópole de Nagidos, cujos achados podem ser encontrados no museu de Anamur, oferece uma coleção completa de formas para cerâmica com verniz preto, nas quais os lécticos, mas também a cílice, o anforisco, o escifo-glauco de tipo B e a hídria, representam as principais formas.

As formas aparecem desde o fim do século V AEC e persistem ao longo do século IV AEC. Um léctico com um pescoço de trompete (Fig. 3, nº 1), tem um corpo similar a um melão, decorado com uma série de ranhuras. Objetos desse tipo eram produzidos já no fim do século V AEC e especialmente no decorrer do século IV AEC, principalmente em Atenas, mas também na Itália Meridional, particularmente em Cales (MOREL, 1981, forma 5416 g).



Fig. 3 – Cerâmicas de figuras vermelhas.
Fonte: Fotografia Ergün Lafli. Adaptado por Vagner Carvalheiro Porto e Marcio Teixeira-Bastos.

Cílices áticas

A cílice ática, presente na ágora de Atenas desde o meio do século V AEC (ver SPARKES, TALCOTT, 1970, “large delicate class”, p. 102-105, Fig. 5, 22, nos. 483-487), foi extremamente popular no mundo grego oriental ainda no século IV AEC (ver CVA, Silifke, 15, nº 4, Fig. 22, IX). Uma amostra de Anamur, datada das últimas décadas do século IV AEC (cerca de 330 AEC), é reproduzida na Fig. 3, nº 4. Nessas cílices, frequentemente a base é decorada com temas de palmeta: em particular, a fileira de palmetas entre o centro e a borda do vaso é um elemento que aparece no fim do terceiro quarto do século IV AEC (HELLSTRÖM, 1965, 13). Na Ásia Menor, taças com essa decoração aparecem tão cedo quanto no primeiro quarto do século IV AEC (HELLSTRÖM, 1965, 57, nº 31).

Já um anforisco sem parte do pescoço e um laço, com uma fita vertical (Fig. 3, nº 5), foi datado entre o fim do século V e o começo do século IV AEC. O corpo piri-forme terminando em uma ponta cilíndrica moldada reproduz, em miniatura, uma ânfora com a decoração em formato de palmeta do tipo B (SPARKES, TALCOTT, 1970, Fig. 11, 1150). Um fragmento de uma ânfora com decoração similar também foi encontrado em Tarso (JONES, 1950, 158, e nº 94). Certamente, é um produto ático, elegante e não muito difundido (mas também presente, por exemplo, em Spina), herdeiro de vasos decorados do século V AEC (e. g. MAKEDONEN, 1994, 195, nº 234, datado de 430-420 AEC; para o tipo de Atenas, ver HAYES, 1984, nº 40 e HERRMANN, 1990, nº 39). Outro exemplo pode ser encontrado em Braunschweig, Herzog Anton Ulrich Museum, n. 331 – CVA, Braunschweig, Herzog Anton Ulrich Museum, 38, Pl. (175) 29.3 –; assim como em Karlsruhe – CVA, Karlsruhe, Badisches Landesmuseum 1, 43, Pl. (332) 34.10 – e Oxford, Ashmolean Museum: 1916.45 – CVA, Oxford, Ashmolean Museum 1, 31, (132) 40.10.

Um escifo “glaux” ático (Fig. 3, nº 6), proveniente de Anamur, foi assim chamado porque muitos desses recipientes consagrados a Atena exibem a imagem de uma coruja (SPARKES, TALCOTT, 1970, p. 86 e Fig. 4, nº 361). Muitos dos escifos dessa forma datam do segundo e terceiro quarto do século V AEC na cerâmica ática (Beazley, ARV, segunda edição, 982); também é imitado na produção etrusca e da Itália Meridional. A forma é conhecida em muitos lugares na Itália, de Spina a Agrigento (e. g. túmulo nº 415 da segunda metade do século V AEC)⁸.

O período helenístico: vasos de Hadra

Existem três cemitérios helenísticos do fim do período clássico inicial com pequenos objetos conhecidos da Cilícia Aspera: Soloi, Kelenderis e sua vizinha Nagidos. Durante o período helenístico inicial, espólios sepulcrais e o típico conjunto dos túmulos eram majoritariamente consistidos em alabastros e unguentários; baseados naqueles poucos artefatos publicados desses sítios funerários, a maioria dos enterros, no entanto, parecem datar do período helenístico tardio. A necrópole de Kelenderis foi escavada por Zoroğlu na década de 1990 do último século⁹ - trata-se de um cemitério helenístico tardio clássico¹⁰. Uma seleção da cerâmica helenística do cemitério de Kelenderis foi publicada em 2004 por Zoroğlu, que também estudou os vasos de Hadra (ZOROĞLU, 2004, p. 299). Em particular, uma hídria do tipo com fundo branco (a segunda classe de Hadra) foi descoberta em Kelenderis. De acordo com Zoroğlu (2004), a cremação permaneceu incomum, enquanto os vasos de Hadra eram apenas oferendas sepulcrais: isso explica por que esses vasos da Cilícia não contêm nenhuma cinza ou inscrição.

Menos conhecida, a necrópole de Nagidos foi escavada por um museu local em Anamur no fim da década de 1970 e no começo da década de 1980. Os resultados foram publicados em uma escala limitada. Serra Durugönül, da Universidade de Mersin, conduziu escavações em áreas domésticas de Nagidos e publicou alguns objetos sepulcrais, mas até agora sem vasos de Hadra. A menos conhecida é Soloi: alguns objetos espalhados de suas extensas necrópoles helenísticas (frequentemente tardias) na área de Kuyuluk, cerca de 5 km a norte do porto de Soloi, são conhecidos apenas por meio de publicações coincidentes (YILMAZER, 2005^a).

Para o período helenístico, a difusão da cerâmica conhecida como tipo Hadra (Fig. 4), proximamente ligada aos eventos do período ptolemaico, nas necrópoles, é de grande interesse. A produção foi dividida em duas classes principais a partir do começo do século XX, unidas por suas formas comuns, pela mesma finalidade funerária e morfológica e pelas características decorativas, mas não foi aceita por estudiosos posteriores. Uma classificação interna

9 K. L. Zoroğlu publicou as evidências da necrópole de Kelenderis extensivamente: ZOROĞLU, 2000; 2005; 2008.

10 Sobre a história da cidade de Kelenderis, ver ZOROĞLU, 2000, p. 115-116.

DOIS MIL ANOS DE CERÂMICA NA CILÍCIA

é devida aos esforços de Brian F. Cook e Peter J. Callaghan, que, de maneira independente, alcançaram resultados similares. Simultaneamente com Callaghan, Cook sugeriu uma origem em Creta. Na década de 1970, o arqueólogo australiano Peter J. Callaghan, escavando em Creta, encontrou, entre as cerâmicas helenísticas copiadas, algumas cerâmicas de inclinação ocidental com decoração similar àquela dos vasos de Hadra.



Fig. 4 – Distribuição dos vasos de Hadra no Mediterrâneo Oriental.

Fonte: Ergün Lafli. Adaptado por Vagner Carvalho Porto e Marcio Teixeira-Bastos.

A partir desse fato, assumiu uma manufatura primitiva cretense realizada por artistas locais que subsequentemente mudaram-se para Alexandria. Na década de 1980 ainda havia uma discussão sobre esses vasos, sua datação e centros de produção. Em 1992, Arnold Helmig Enklaar escreveu sua dissertação sobre os vasos de Hadra. Argumentos anteriores contestavam a hipótese de Callaghan em sua dissertação. Após a publicação dos resultados da análise material, no entanto, concordaram com o autor. A hipótese de Callaghan sobre a origem cretense desse grupo de vasos foi subsequentemente rejeitada, enquanto a maioria dos estudiosos aceitava a ideia de que foi provavelmente na Ilha de Cnossos, e talvez mesmo em outros locais, que a produção local cretense emergiu.



Fig. 5 – Vasos de Adana, Anamur e Tarso.

Fonte: Fotografia e desenho de Ergün Lafli. Adaptado por Vagner Carvalheiro Porto e Marcio Teixeira-Bastos.

Pascale Ballet reconhece que os vasos de Hadra são apenas uma parte da produção alexandrina de cerâmica e que a maioria daqueles com decoração pintada em uma superfície branca foram exportados de Creta, enquanto uma parte menor foi produzida em Alexandria, no Egito. Um estudo compreensivo feito por Silvia Ovidi (1994) foi dedicado a essa cerâmica, listando 386 vasos

desse tipo, dispersados em cerca de quarenta coleções ao longo da Ásia, Europa Ocidental e América do Norte: o maior número é preservado no Museu de Alexandria (197 amostras no total). O vaso de Adana (Fig. 5, nº 1) aparece na lista (nº 14, com o acrônimo “AdI Al”), mas são negligenciados dois exemplos adicionais dos museus de Anamur e Tarso (Fig. 5, nos. 2-3).

A segunda classe, geralmente incluída sob o nome de “vasos de Hadra”, tem uma grande semelhança com a primeira forma; algumas peças, por exemplo, têm uma decoração monocromática, dicromática ou uma têmpera em um engobe branco (Fig. 5, nos. 5-7). No momento, sabemos de pelo menos sete exemplos da Cilícia. Os vasos de Hadra da Cilícia são o assunto de uma dissertação de mestrado não publicada de Bahadır Duman, na Universidade de Selçuk, em 2002. De acordo com sua tese, a presença dos vasos de Hadra na Cilícia pode ser provavelmente atribuída ao tempo em que esse território estava sob o governo ptolemaico, i. e., o século III AEC. Eva Winter sugeriu novas fundações ptolemaicas e indicou a localização de algumas guarnições ptolemaicas na Cilícia (WINTER, 2011). Mesmo em outros locais (e. g. Itanos e Thera), alguns vasos do tipo de Hadra foram encontrados, os quais provavelmente podem ser também atribuídos ao mesmo período.

As múltiplas influências do período helenístico tardio na cerâmica aparecem ao lado de suas formas mais difundidas, muitas vezes produzidas localmente: recipientes específicos para banquetes, tais como o ritão e o asco.

Ritões

Esses recipientes, inicialmente utilizados para cerimônias sagradas e posteriormente em banquetes para bebidas (EBBINGHAUS, 2005), são frequentemente distinguidos pela variedade e pelo requinte das formas, particularmente nos numerosos objetos de metal precioso que foram colocados nos túmulos como sinal de sua classificação e capacidade de realizar banquetes ou de sua aderência a uma concepção de pós-vida, que incluía, muitas vezes, uma vida após a morte comprometida com animados banquetes. O ritão de Anamur (Fig. 6, nº 1) tem um pescoço alto com uma boca ampla e exuberante e um corpo formado por uma ânfora terminada em uma base achatada. A associação entre ânfora e ritão, com um corpo no estilo do objeto, não é rara (e. g. EBBINGHAUS, 1999, 403, datado do século V ao III AEC).



Fig. 6 – Ritão de Anamur e Tarso.

Fonte: Fotografia Ergün Lafli. Adaptado por Vagner Carvalheiro Porto e Marcio Teixeira-Bastos.

Ao redor da boca e na parte superior da faixa do pescoço aparecem tonalidades de marrom-violeta, muito danificadas. Uma faixa análoga é encontrada na base do pescoço, a partir da qual quatro linhas perpendiculares ramificam-se e se unem em preto na ponta. O alargamento da ponta indica claramente que nosso recipiente não é perfurado.

A cabeça do animal não é mais reconhecível. Talvez possamos supor que, como um modelo distante, poderia ser um ritão de cabeça de asno similar ao conservado no Louvre (HOFFMANN, 1989, 151, Fig. 19). Como uma comparação muito vaga, no entanto, podemos indicar um ritão de Karlovo, para o qual Ebbinghaus (1999, 402, Fig. 4) mostrou uma imitação dos modelos metálicos. O recipiente, provavelmente vindo de um enterro devido ao seu completo estado de preservação, demonstra a penetração do culto dionisíaco em conexão com ritos funerários nessa área.

DOIS MIL ANOS DE CERÂMICA NA CILÍCIA

O ritão de Tarso (Fig. 6, nº 2) foi certamente destinado extraordinariamente, por sua rica ornamentação, a uma mesa especial. Nos tempos antigos, muitas vezes a parte dianteira dos ritões tinha um formato de animal, frequentemente um touro. Apenas pense no ritão de esteatito do pequeno palácio de Cnossos, datado de 1550-1500 AEC. Especialmente no período Aquemênida, em territórios submetidos aos persas, acontece maior especialização na execução elaborada de recipientes para bebidas. Devido à influência persa, pode-se explicar a grande abundância de ritões no Chipre. Por causa de sua forma muito particular (talvez, conforme pedidos específicos?) os ritões têm poucas comparações, então sua datação torna-se muito difícil. A execução precisa indica o enquadramento do nosso ritão na cerâmica em relevo asiático, em particular na vontade de imitar protótipos metálicos.

A cabeça de touro, adornada com ínfula para um sacrifício, é coberta com uma folha de videira com pequenos cachos, um símbolo dionisíaco que se refere ao tema do banquete. Um buraco aparece no topo do focinho, o que pode significar que esse vaso poderia ser utilizado para propósitos ritualísticos. As lâmpadas de cabeça de touro, com detalhes similares, podem ser justapostas em uma certa proximidade iconográfica. Nota-se a borda com carenagem dupla presente em muitos produtos da Ásia Menor costeira, mas também em outros ritões da era romana. Para a posição da boca e o laço, é possível comparar o nosso ritão com outro preservado no Museu Ashmolean de Oxford.

Duas comparações muito similares ao nosso ritão de Tarso vêm de outras escavações na Ásia Menor. Um ritão foi encontrado no contexto de Porsuk Höyük, na Capadócia Meridional. Essa peça, coberta por uma pintura preta, foi datada com clareza do período helenístico por escavadores franceses¹¹. Uma segunda comparação foi descoberta nas escavações alemãs em Höyük, Perge. A peça de Perge é igualmente helenística e tem um engobe branco e rosa. Apenas um fragmento grande da boca aos chifres ou a parte superior está preservado.

O escavador de Perge acredita ser uma terracota votiva oca (“Hohlterrakotta”)¹² em vez de um recipiente de culto, um motivo para as cores de sua superfí-

11 Comunicação escrita por Dr. Matthias Recke (Frankfurt).

12 BEYER, 2005, p. 297: “Ces muis présentent différents états et ont fonctionné tant à l’époque hellénistiques que romaine, ainsi qu’en attestent de beaux fragments de rhytons (figs. 9a-b); clairement associé au sol de fonctionnement des murs”.

cie serem diferentes da pintura vermelha, como no de Tarso, ou a pintura preta de Porsuk. Ambas as peças têm morfologia similar¹³. Na necrópole de Elaiussa Sebaste, um ritão de terracota no formato da cabeça de um javali (Fig. 7, nº 1) foi encontrado por Mustafa Ergün, do Museu de Erdemli, em 1973, em um túmulo esculpido na rocha.



Fig. 7 – Ritão de terracota no formato da cabeça de um javali, ascos e jarros de Anamur e *guttus* de Tarso. Fonte: Fotografia Ergün Lafli. Adaptado por Vagner Carvalheiro Porto e Marcio Teixeira-Bastos.

13 GATES, 2004; BEYER, 2005, ver também DREW-BEAR, DEMİRKÖK, DÖNMEZ, TÜRKÜZÜN, 2007, p. 398.

DOIS MIL ANOS DE CERÂMICA NA CILÍCIA

Essa peça é atualmente exibida no Museu de Anamur. Juntamente, foram encontrados uma moeda de Cláudio I, um unguentário de terracota e uma ânfora. Outros exemplos de ritões na forma de animais são conhecidos das necrópoles helenísticas e romanas da Cilícia Petrosa, especialmente de Kelenderis e Soloi.

A configuração da cabeça do animal (neste caso um javali selvagem, como indicado pelo saliente dente curvado) e a posição oblíqua da borda direita, acima do laço, são comuns ao espécime anterior. Ritões com formato de cabeças de javalis selvagens são conhecidos de Acrotíri, mas também de Ugarite. Um do século IV AEC, feito de maneira naturalística, provavelmente de produção apuliana, está no Museu de Laon (França), outro de Ruvo, agora no Museu Nacional de Nápoles.

Ascós

O termo grego (de origem moderna) e o latino são, às vezes, utilizados de maneira intercambiável para designar objetos, tais como aqueles apresentados aqui. Os ascós propriamente ditos têm uma característica em forma de “bolsa” que aparece na cerâmica ática de figuras vermelhas durante o século V AEC, e permanece nos séculos seguintes também na técnica do verniz de brilho preto. Antes eram conhecidos como cerâmicas cíclades, todavia com diferentes formas. Mesmo esses recipientes característicos, talvez produzidos localmente no modelo grego, aludem aos contextos funerários (aos quais eles provavelmente pertenceram), às práticas de banquete e às crenças dionisiacas. Foi notado por Klara de Decker (2009) que o asco era originalmente feito de tecido, couro ou outro material orgânico, assim, frequentemente é inspirado por temas tirados da natureza no período helenístico.

Um asco de Anamur (Fig. 7, nº 2) tem um aro com carenagem dupla, pescoço pequeno e um corpo grande e inchado, com uma fivela de cinto longitudinal que se conecta à ponta posterior. O recipiente, que obviamente imita um animal, embora de maneira bem estilizada, é de terracota acromática. Pertence ao sub-tipo “cauda de pato”.

A forma imita espécimes da cerâmica ática de figuras vermelhas (numerosos espécimes da ágora de Atenas, (Atenas, veja SPARKES, TALCOTT 1970, nn....). não coloridos, também na produção da Itália Meridional com verniz de brilho preto na primeira metade do século III AEC (CVA, Prague, Université 2, 87, 2).

O recipiente corresponde às espécies 8230 de Morel (1981), difusas na Itália Meridional nos séculos IV e III AEC. No nosso caso, é muito provável que seja um produto local seguindo modelos gregos. Tais recipientes eram muito apreciados na costa da Cilícia, como mostrado pela presença de cinco deles no Museu de Silifke (ver CVA, SİLİFKE, XXV, n. 3). Digna de nota é a presença, neste e no próximo exemplo de Mersin (Fig. 7, nº 3-4), da forma similar e provavelmente contemporânea de aro com uma grande carenagem subjacente, um elemento que também aparece nas ânforas do mesmo período, mas é ausente nos homólogos ascos áticos.

Gutti

Acreditamos ser mais correto utilizar o termo *guttus* para um recipiente provido de uma abertura pela qual o líquido tinha que fluir quase gota a gota. O termo “garrafa bebê” também é frequentemente usado de forma convencional, exatamente devido a algumas dessas peças terem sido encontradas em túmulos de crianças de entre 5 e 6 até 16 anos de idade (mas que podem ter tido experiência com maternidade). Geralmente as últimas tinham o bico colocado perpendicularmente ao laço. A forma da garrafa, que aparece cedo no século V AEC, durou por alguns séculos no mundo grego e no mundo púnico. Jarras com bico ou bicos poderiam ter diferentes funções, como preencher lucernas com óleo ou até propósitos culinários. O “jarro” de Anamur (Fig. 7, nº 5) tem outras comparações locais, e. g. no Museu de Silifke (CVA, SİLİFKE, XXXVII, 48-49, nº 3).

Já os *guttus* de Tarso (Fig. 7, nos. 6 a-b) têm uma forma bem conhecida na cerâmica ática, tanto com figuras vermelhas quanto com verniz preto brilhante, que é subsequentemente imitada na cerâmica de Cales (espécies 8164 Morel) e permanece em uso durante o século IV e começo do século III AEC. Nos produtos, a parte superior do corpo tem, frequentemente, uma boca com pequenos buracos servindo como um filtro; em nosso caso, é limitada por uma tampa. As nervuras, normalmente presentes no ombro, são trocadas aqui por círculos concêntricos, e há, no corpo, um tema gravado com uma grade. Aderente aos originais é o bico com formato de cabeça de leão, por onde o líquido flui. O tema da decoração reticulada gravada, apesar de ser considerado raro por Jones, aparece em outros vasos de Tarso (GOLDMAN, 1950, p. 218, nº 110).

Outras formas do período helenístico

As tradições locais não desapareceram no período helenístico, mas expressam novas formas e decorações. Produtos cipriotas (tais como lagenas) ou de inspiração cipriota destacaram-se da mesma forma que vários jarros e ânforas.

Lagenas

O antigo trabalho de Leroux (1913), que aborda recipientes dessa forma, deve ser suplementado com as observações subsequentes de Vessberg e Westholm (1956, 65), que dividem as lagenas em dois grupos, então de Rotroff (1997, 83 et seq.).

As lagenas, originárias do primeiro período helenístico, prosseguem até o século I AEC. Eram recipientes para vinho – com capacidade de doze kotylai ou ao menos 2,5 L – que o bebedor trazia consigo como sua própria contribuição ao simpósio. Por essa razão, é uma das formas mais comuns da cerâmica cipriota helenística com fundo claro, que, a partir do Chipre, no decorrer do século II AEC, difundiu-se ao longo da costa asiática até Atenas, na Grécia. Parece que tais recipientes foram produzidos em várias oficinas no Chipre, ainda não localizadas, e na Grécia (HAYES, 1991, p. 18), mas também na Ásia Menor, Rodes e Quios. Hayes (1991) distinguiu nove diferentes séries para os séculos II e I AEC. Muito frequentemente aparecem nomes de deuses ou casais na base do pescoço.

No corpo branco da lagena de Silifke (Fig. 8, nº 1), faixas vermelho-marroms de diferentes larguras aparecem sob o ombro e antes do pé, indistintas; elas estão em conformidade com a tradição jônica, adotada por várias oficinas no Egeu Oriental. A meio caminho abaixo, o colarinho de coroa com elementos pontiagudos apontados para baixo. Esse detalhe parece típico de espécimes cipriotas (VESSBERG; WESTHOLM, 1956, Fig. 28). No ombro, as repetidas decorações de vegetais (tufos de folhas de oliva) são de tradição ática. Também típica de espécimes tardias (séculos II e I AEC) é a decoração com faixas de diferente largura no corpo. Uma lagena, muito similar ao Acervo de Cesnola do Museu Metropolitano (nº 74.51.390), tem menos folhas no ombro e uma pintura mais escura sobreposta. Tem a palavra “KITIAS” escrita na mesma posição na base do pescoço. Frequentemente aparecem nomes de mulher em lagenas cipriotas e *Κιτιάς* deveria ser uma mulher de Kition (*Annual Report of Department of Antiquities, Cyprus* 1984, 230-232).

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

A ranhura arredondada e sublinhada no pescoço lembra os últimos espécimes rodianos da parte oriental do Chipre (HAYES, 1991). Nota-se a inscrição na base do pescoço, lemos: Έρως + Έ <ρ> μες, com alusão óbvia, se a leitura acertou, a dois *amasii* ou *comasti* do mesmo sexo.



Fig. 8 – Lagenas, do período helenístico e jarras de alça única.

Fonte: Fotografia Ergün Lafli. Adaptado por Vagner Carvalho Porto e Marcio Teixeira-Bastos.

Outra lagena de Tarso (Fig. 8, nº 2), como no exemplo anterior, tem um corpo achatado, um pescoço longo e uma alça fortemente angular. Isso corresponde às espécies Moreal 5461 de porcelanas de brilho preto (datadas, de forma dubitável, do século III AEC). No ombro, decoração formada por racemos de folhas com forma de coração e flores circulares; na base do pescoço, uma inscrição que leríamos como 'Ερωξ + 'Ε <ρ> μεξ, com alusão óbvia, se a leitura atingiu a marca, a dois amásios ou *komasts* do mesmo sexo. Contudo, uma leitura diferente não deveria ser excluída, e. g. Κραστιμεξ (com ligamento -ti) ou similar. Uma epígrafe final em μαξ aparece em um espécime do Chipre (VESSBERG; WESTHOLM; 1956, Fig. 28). Em nossa epígrafe, como naquela lagena anterior, um sigma na forma semilunada deve ser notado, o que confirma uma datação não anterior do que o meio do século III AEC.

Jarras de alça única

As cinco jarras que aparecem aqui (Fig. 8, nos. 3-7) mostram variações da forma fundamental, com um corpo ampliado. Podem ser encontradas com uma boca moderadamente ampla, às vezes com um bico, pescoço e alça de diferentes alturas, e têm um corpo de várias seções. Diederichs (1980, 20) traçou o desenvolvimento dessa forma, que começou no período clássico e mostra, pelo menos no Chipre, uma prevalência do corpo oval com cuidados naturais no segundo período helenístico. Sua distinção em grupos, com referência à razão entre máximo e altura, tem apenas uma função classificatória. O grande número de espécimes encontrados do Chipre a Salamina mostram a grande difusão do tipo.

Mesmo os jarros com corpo alongado (Fig. 8, nos. 8-10) são relativamente comuns. Começaram no mesmo horizonte cultural helenístico tardio para então assumir inteiramente, nos tempos romanos, uma forma similar a uma ânfora e, posteriormente, tornarem-se afunilados, permanecendo sempre fornecidos com um pequeno laço. Pequenas ânforas aparecem já durante a segunda metade do século IV AEC na ágora ateniense (SPARKES; TALCOTT, 1970, p. 397, nº 1498), mas o tipo evolui com o tempo até assumir, no século II EC, formas mais bojudas, como encontrado na mesma ágora (ROBINSON, 1959). Para Anemurium, há um espécime miniatura de formato similar com menos de 10 cm de altura (WILLIAMS, 1989, Fig. 53, p. 537 e 589). A Fig. 8, nº 11, reproduz uma cópia de Silifke. Foi encontrada uma forma bastante rara com um paralelo exato em um recipiente co-

locado no túmulo 802 de Amatunte, necrópole ocidental, no Chipre, escavado em 2006 (Annual Report of Department of Antiquities, Cyprus 2006, Fig. 108), que vem de Alanya (Fig. 8, nº 12).

Os unguentários da Cilícia foram analisados em uma dissertação de Ergün Laflı na Universidade de Köln, em 2003, que pode ser consultada na internet. Os três unguentários que apresentamos aqui (Fig. 8, nos. 13-15) têm características comuns, incluindo o formato com a boca cortada obliquamente e o revestimento em azul-claro ou azul. São provenientes de três lugares diferentes e mostram a difusão predominantemente local de uma forma (e acima de tudo, seu conteúdo) na era helenística. Eles pertencem a um grupo de unguentários com diâmetro do corpo menor que a altura, de 12 a 20 cm (DIEDERICHS, 1980, p. 21). Eram produzidos (talvez para conter perfume? Ainda que a parede pareça porosa demais) em várias partes do Mediterrâneo. As características comuns que identificamos tornam provável uma produção local para esse caso. Uma pequena tigela de Hatay (Fig. 8, nº 16), com alças verticais e ranhuras horizontais no corpo, é comparável em formato, embora com algumas diferenças, à de Vessberg, Westholm, 1956, 25, 7. A descoberta de numerosas moedas torna certa a data de uso da peça.

Braseiros helenísticos

Um tipo característico de braseiro helenístico foi manufaturado especialmente em Cnido, talvez em oficinas produzindo ânforas e possivelmente em Halicarnasso. O Museu Britânico aloja um vasto acervo analisado por M. Şahin (2001). Esses objetos foram estudados começando pelo artigo de Conze (1890). Na ágora ateniense, 88 fragmentos foram encontrados datando do segundo quarto do século II AEC. Outros foram encontrados em Éfeso, Mitilene, Cnido, Halicarnasso, Rodes etc., mas também no Egito. Cerca de trinta fragmentos identificados no estado de Israel foram publicados por Rahmani, em 1984. Nosso braseiro, datado do meio do século II AEC (Fig. 9, nº 1), encontra comparações para os rostos femininos (ROTROFF, 2006, p. 203), bastante raros no geral, com espécimes de Paphos e especialmente do Egito.

Taças megáricas

Taças megáricas, produzidas em centenas de espécimes em vários centros lito-

DOIS MIL ANOS DE CERÂMICA NA CILÍCIA

râneos, é o nome técnico utilizado por arqueólogos desde 1877, quando Otto Bendorff o utilizou pela primeira vez, mas essa cerâmica não tem conexão com Mégara. É uma forma originada da segunda metade do século II AEC e que permaneceu em uso até o início do século I AEC. Os gregos antigos chamavam esse vaso de hemitomos (HELLSTRÖM, 1965, p. 19). Originalmente produzidos em Atenas, então em Delos e em centros da Itália Meridional, os vasos espalharam-se pelo Mediterrâneo Oriental e pela Itália Meridional.



Fig. 9 – Braseiro, datado do meio do século II AEC (nº 1); taça com formato ático (nº 2), taça de Tarso (nº 3), cerâmica envidraçada de Tarso (nos. 4-5), escifo de Adana (nº 6) e lagena de Tarso (nº 7).

Fonte: Fotografia Ergün Lafli. Adaptado por Vagner Carneiro Porto e Marcio Teixeira-Bastos.

A produção foi interrompida em quase todos os lugares no começo do século I AEC, exceto em Antioquia, no entanto, como outrora observado, “a tigela com relevo permaneceu por outro par de séculos” (HELLSTRÖM, 1965, p. 20). Era especialmente utilizada para bebidas, imitando os espécimes mais valiosos de metal precioso, particularmente durante o século II AEC ao longo da área do Mediterrâneo. A tigela carrega, às vezes, figuras fazendo alusão a Dionísio e ao vinho ou à videira. Algumas delas certamente vieram de Pérgamo. A decoração é geralmente organizada no registro principal e no medalhão da base, onde folhas radiais geralmente aparecem. Podem aparecer decorações de plantas (com folhas imbricadas) ou, mais raramente, decorações figuradas.

No Museu de Adana está alojada uma taça com formato ático: tem o usual aprofundamento e aro vertical. A decoração no corpo é dividida em dois campos paralelos com temas de planta. Na parte superior, faixa dupla com ovoli. Na faixa de maiores dimensões, figuras de erotismo na posição heráldica (Fig. 9, nº 2). Esse é um esquema definido por Rotroff como “cenas idílicas”. Na parte inferior, circular, há o usual tema estelar, formado por uma série dupla de folhas alongadas. Típica da chamada forma de “Delos” é uma taça de Tarso (Fig. 9, nº 3). O grande número de espécimes encontrados nessa área sugeriu que havia uma produção local, ou melhor, um centro de comercialização e triagem na costa da Ásia Menor Ocidental (HELLSTRÖM, 1965, p. 20).

A comparação com outros achados datados leva à proposição de uma cronologia entre o meio dos séculos II e I AEC (HELLSTRÖM, 1965, p. 20-21). No Museu de Izmir há algumas taças desse tipo, incluindo uma substancialmente idêntica na decoração, junto a algumas punções, como uma com uma folha que se assemelha às longas aqui presentes. É provavelmente uma produção local (talvez de Pérgamo ou Tarso).

A era romana

Já em 103 AEC, Marco Antônio Orador liderou uma primeira campanha contra os piratas. No século I AEC, após sua eliminação final, um notável momento da economia da Cilícia teve seu início no tempo de Sula¹⁴. A presença romana, que se consolidou com o tempo, também envolveu importações do oeste e a

14 Sobre a pirataria ciliciana, ver Souza (1999, p. 57-60).

introdução de novas formas. Novamente, o processo de importação-assimilação-imitação – como nos séculos anteriores, com os centros gregos – ocorreu em formas que encontramos especialmente em cerâmicas (mas não apenas). O fenômeno é muito evidente em diversos campos, da cerâmica às lucernas. Ao mesmo tempo, havia também a difusão de cerâmicas produzidas na Ásia Menor em direção à parte central do Mediterrâneo. Um exemplo clássico disso é a chamada cerâmica envidraçada de Tarso.

A cerâmica envidraçada de Tarso

Além da produção local, destaca-se a cerâmica envidraçada de Tarso, à qual pertenciam dois exemplos que, até agora, haviam escapado da abrangente literatura específica (Fig. 9, nos. 4-5). A cerâmica envidraçada tinha grande apreço à beleza dos objetos: é comumente chamada “de Tarso”, mas, na realidade, era manufaturada em vários locais. Após as escavações de Labraunda, Pérgamo, Éfeso e Çandarlı, e graças a numerosos estudos – entre os quais, aqueles de Gabelmann (1974) e Hochuly-Gysel (1977 e 2002) –, destacam-se, assim como em Tarso (de onde resíduos são matrizes derivadas), outros possíveis centros de produção da costa ocidental da Ásia Menor.

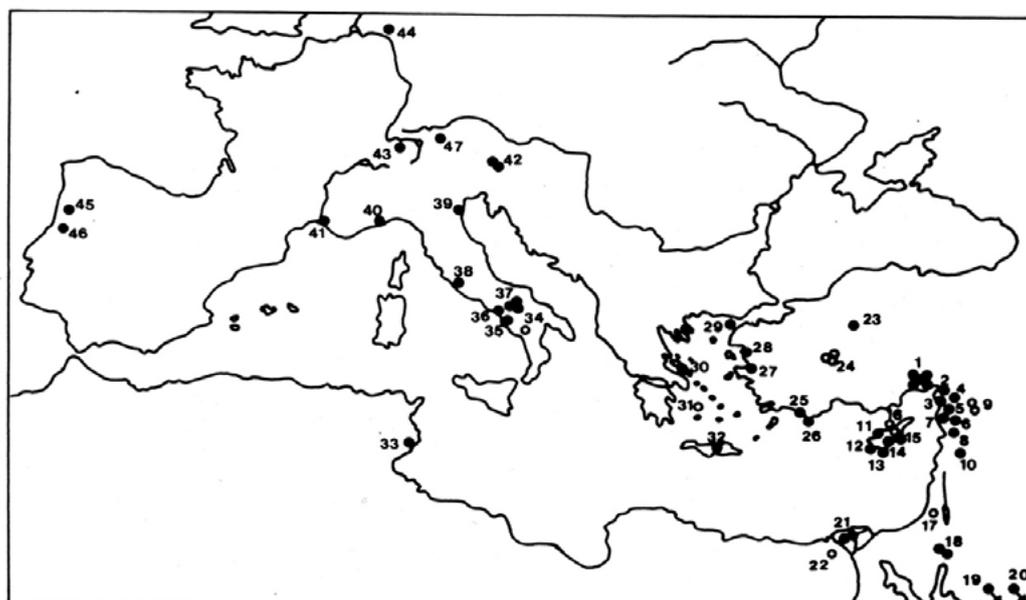
Foi assumido que a técnica de envidraçamento foi favorecida pela presença de artesãos que trabalhavam com a fabricação de vidro, uma atividade conhecida na área fenícia e síria também nos séculos II e I AEC. A grande semelhança entre esses produtos e objetos de metal foi reconhecida há muito tempo, como demonstrado, por exemplo, pela similaridade com os objetos de prata achados em Pompéia. Desde o meio do século I AEC, a cerâmica de Tarso foi amplamente exportada para a Itália e a Europa continental. Então, a cronologia é frequentemente garantida por descobertas bem datadas aqui. Relacionamentos possíveis foram identificados não apenas na matriz de produção de Pérgamo, mas também com a cerâmica aretina com relevo.

Um escifo de Adana (Fig. 9, nº 6), datado de cerca de 30 AEC ao fim do século I EC, pertence ao grupo 1 da classificação de Hochuly-Gysel (1977). A forma é a usual de Hochuly-Gysel (2002, Fig. 3, nº 1) e a forma da alça no laço também é típica de oficinas de Tarso (HOCHULY-GYSEL, 2002, p. 318, Fig. 11). Outra lagena de Tarso (Fig. 9, nº 7) produzida perto da cidade desde o começo do 1º EC, em 80-90 EC (mais provavelmente na primeira parte do século I EC),

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

é um objeto raro, visto que essa forma é presente apenas em 10% de toda a produção envidraçada. Pertence ao grupo 3 de produção de Tarso e, em particular, ao subgrupo 1b dos jarros, de acordo com Hochuly-Gysel (1977) (ver também Hochuly-Gysel (2002, Fig. 3, nº 11).

Muitas vezes, a decoração nessas cerâmicas é quase idêntica àquelas dos objetos de prata. Para a manufatura é evidente que foi utilizado o molde de um cálice -“Kelche” 1 da classificação de Hochuly-Gysel, 1977, 35-37). A forma é conhecida em prata (por exemplo, nas pinturas funerárias do túmulo de Vestorius Priscus em Pompéia) e alguns fragmentos desse tipo de cerâmica foram encontrados em Haltern – portanto, esses estavam certamente em uso entre os anos 11 AEC e 9 EC.



| | | | | |
|-----------------|------------------|-------------------|-------------------------|-----------------------------|
| • 1-2 Exemplare | •• 3-9 Exemplare | ▲ 10-29 Exemplare | ■ Mehr als 40 Exemplare | ○ Genauer Fundort unbekannt |
|-----------------|------------------|-------------------|-------------------------|-----------------------------|

| | | | |
|-------------------------------|---|------------------------------|--|
| 1 Tarsos | T 8, T 9, T 14, T 15, T 16, T 18, T 20, T 22, T 25, T 29 bis T 32, T 35, T 38, T 42, T 43, T 55 bis T 58, T 83, T 96, T 128, T 144, T 153, T 160, T 163, T 164, T 166, T 184, T 198, T 206, T 207 bis T 212, T 214, T 220, T 221, T 222, T 227. | 23 Ankara | T 219. |
| 2 Antiochia am Orontes | T 19, T 92, T 94, T 102, T 103, T 125, T 126, T 127, T 159, T 187. | 24 «Kleinasiens» | T 4, T 39, T 63, T 87, T 110, T 117, T 118, T 121, T 162, T 176, T 200, T 201, T 202, T 204, T 213, T 216, T 217, T 223. |
| 3 «Phoenizien» | T 13. | 25 Xanthos | T 69 (?). |
| 4 Aleppo | T 50, T 80. | 26 Patara | T 24. |
| 5 Ain-Tab bei Aleppo | T 228. | 27 Smyrna | T 23 (?), T 136, T 143, T 157. |
| 6 Hama | T 139, T 190. | 28 Pergamon | T 93. |
| 7 Salamyce bei Hama | T 11, T 152. | 29 Dardanellen | T 156. |
| 8 Emesa-Homs | T 2, T 137. | 30 Eretria | T 101. |
| 9 «Syrien» | T 3, T 65, T 119 (?), T 120, T 150, T 191, T 215. | 31 «Griechische Inseln» | T 116. |
| 10 Tafas | T 151. | 32 Knossos | T 141. |
| 11 Soloi | T 88. | 33 Thysdros | T 85. |
| 12 Kato Paphos | T 170, T 196. | 34 Unteritalien | T 45. |
| 13 Kouklia-Palaipaphos | T 26, T 199. | 35 Herculaneum | T 179. |
| 14 Episkopi bei Kourion | T 158. | 36 Boscoreale | T 189. |
| 15 Vasa-Kilianou bei Limassol | T 171. | 37 Pompeji | T 66, T 75, T 76, T 79, T 106, T 111, T 131, T 133, T 173, T 174, T 180, T 181, T 193. |
| 16 «Cypern» | T 10, T 17, T 132, T 161. | 38 Ostia | T 91, T 168. |
| 17 «Israel» | T 12. | 39 Atria/Adria | T 54. |
| 18 Petra | T 90, T 95, T 97, T 104, T 105, T 142, T 169, T 192. | 40 Albintimilium/Ventimiglia | T 78. |
| 19 Timna, Jemen | T 140. | 41 Massilia/Marseille | T 130. |
| 20 Hajar bin Humaid, Jemen | T 178. | 42 Magdalensberg | T 98, T 99, T 100, T 231. |
| 21 Alexandria/Sciatby | T 7, T 124, T 205. | 43 Vindonissa/Windisch | T 147, T 167. |
| 22 «Ägypten» | T 115. | 44 Haltern | T 194, T 195. |
| | | 45 Paredes | T 46. |
| | | 46 Conimbriga/Coimbra | T 175. |
| | | 47 Cambodunum/Kempton | T 163a. |

Fig. 10 – Difusão dessa classe de material foi estudada por Hochuly-Gysel.

Os produtos da “oficina” de Tarso são caracterizados por um cozimento único: suas características foram, até agora, estudadas especialmente com base nos objetos preservados no Museu do Louvre (HOCHULY-GYSEL, 2002, p. 310). Os museus da Turquia ainda retêm grande volume (majoritariamente não publicado) de cerâmicas desse tipo, que, frequentemente, têm diferentes decorações do que já é conhecido. A difusão dessa classe de material foi estudada por Hochuly-Gysel (Fig. 10). Dois exemplos são apresentados aqui.

A *sigillata* oriental

Em 1957, Kathleen Kenyon sugeriu o rótulo “*sigillata* oriental” para um grupo de cerâmicas com uma superfície brilhante de verniz vermelho fabricada no Mediterrâneo Oriental (LUND; POBLOME; MALFITANA, 2006, p. 491). A “*sigillata* oriental” é distinta em grupos A, B, C etc., ou melhor, ESA (*eastern sigillata* A), ESB e ESC, até a letra D. Deve seu lugar ao trabalho de John W. Hayes, que a descreveu no volume II da *Atlante delle forme ceramiche* (1985). Os estudos de Gunneweg (1984 e 1987) propuseram uma produção cipriota para a ESA, enquanto investigações mais recentes (SCHNEIDER, 1996) localizaram a produção na costa oriental da Cilícia ou em Hatay (HAYES, 1985, p. 13). A ESB foi considerada evidência de Panfília: pelo menos sete produções identificadas por análise química, mas nem todas foram localizadas.

O mesmo Hayes lidou com o tema várias vezes: a última quanto à ordem temporal. Seu trabalho com importações de cerâmicas finas da ágora de Atenas considera amplamente a “*Sigillata* Oriental” A e B (HAYES, 2008, p. 31-40). A *sigillata* oriental A (ESA) emergiu em torno – ou pouco depois – do meio do século II AEC e, em torno de 130-120 AEC, desenvolveu um novo repertório de formas funcionais com “*design*” uniforme. O número máximo de exportações parece ter acontecido na segunda metade do século I AEC, e a cerâmica continuou sendo popular no Levante até o século II EC. (LUND; POBLOME; MALFITANA, 2006, p. 494).

As análises de raio X executadas por Gerwulf Schneider indicam que a área de origem deve se localizar entre Antioquia e Tarso. A grande sutileza da ESA faz a presença de formas inteiras muito rara. Mesmo assim, 63 formas são representadas em Antioquia; 50 em Hama e Tarso; 44 em Samaria; 38 em Nea Paphos; e 37 em Jerusalém. Também gostaríamos de apontar a presença de formas não

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

atestadas em *Atlante* e possibilidades de produtos locais da Cilícia. Malfitana (2002, p. 141) nota a maior presença na Cilícia e em particular em Tarso, perto do mercado sírio-palestino e cipriota. Na mesma Cilícia, mas também na Frígia, a ESA é predominante em relação à B.



Fig. 11 – *Sigillatas* orientais da era romana.

Fonte: Fotografia Ergün Lafli. Adaptado por Vagner Carvalheiro Porto e Marcio Teixeira-Bastos.

DOIS MIL ANOS DE CERÂMICA NA CILÍCIA

Um gargalo de Tarso da forma Hayes 114 (Fig. 11, nº 1) deve ser datado do século I AEC. A parte superior é cilíndrica e a inferior tem uma parede convexa. O corpo oval, inchado na base, termina com um pé no formato de disco. Exemplo dessa forma está em Goldman (1950, p. 249-250, nº 512, Fig. 145). Outro exemplo está no Museu de Limassol, no Chipre: uma imitação que aparece em Corinto, por volta da metade do século I EC (*Atlante*, 46). Uma ânfora do mesmo tipo do Chipre foi datada do meio do século III EC em Vessberg, Westholm (1956, p. 81 e Fig. 32.7). Dois jarros também de Tarso, pertencentes ao período entre a metade do século I AEC e o começo do século I EC – o primeiro (Fig. 11, nº 2), da forma Robinson XIV; *Atlante* II, forma 104 A, tem numerosas comparações, principalmente na área sírio-palestina e no Chipre, enquanto são bastante escassas na ágora ateniense e ainda mais no Oeste (HAYES, 2008, p. 16). Uma jarra análoga à reproduzida aqui, em Fig. 11, nº 3, está alojada no Museu Britânico, proveniente das escavações de Hake-Kitchener.

A forma *Atlante* 22 foi dividida em duas variantes: (a), do fim do século II AEC; e (b) presente em um grande número de localidades na era de Augusto. Importantes são os atestados de Antioquia (Antioch 1, p. 71-72, XV, nº 14) e Tarso (I, p. 233-234, categoria H, nos. 271-289, Figs. 137-188). Esta amostra (Fig. 11, nº 4) tem material de cor laranja e verniz laranja-avermelhado (Antioquia forma 164-165; Samaria forma 16; *Atlante* 22). Há também muitos jarros; um de Tarso (Fig. 11, nº 5) pertence à classe definida por Robinson como “porcelana de Pérgamo”, similar à outra preservada no Museu Britânico (AN 2458110001), datada de 100 a 250 EC. A mesma definição em Vessberg, Westholm 1956, 69, Fig. 31, 7. A datação proposta por Hayes (1985) coincide com aquela da forma 104, para a qual fez a hipótese (43) de um intervalo do meio do século I AEC ao início do seguinte. Contudo, se compararmos o tipo com outras formas de *sigillata* itálica (e.g. BRUKNER, 1981, tipo 7 = Haltern 46 = Ritterling 51), uma datação na era de Cláudio-Nero pareceria mais adequada. Um segundo espécime, com um corpo mais amplo (Fig. 11, nº 6), apresenta um perfil típico da segunda metade do século I EC, especialmente da era Flaviana (forma *Atlante* 110). Um jarro similar (Fig. 11, nº 7) mostra uma variação da mesma forma.

A porcelana *sigillata* oriental B (ESB) é a segunda maior classe de “porcelanas” ou “cerâmica fina”, aquelas envernizadas – depois da ESA – no Mediterrâneo Oriental do tempo do Imperador Augusto até o meio do século II

EC e além (LUND, 1003, p. 125). O primeiro tipo de cerâmica (ESB1), talvez vindo do Vale do Meandro (perto de Trales), aparece em torno de 25-20 AEC, quando as importações aretinas, que são imitadas também nos selos, chegam na Ásia Menor (HAYES, 2008, p. 31). Em cerca de 40 EC, foi trocado por um tipo menos refinado (ESB2), produzido por várias outras oficinas. A fase de transição data de cerca de 40 a 70 EC. A distribuição de ESB parece ter sido achado especialmente em Éfeso, Priene e Samos: apenas poucos vasos de Tarso e Anemurium, onde são bem atestados, foram publicados (MALFITANA, 2002, p. 143). Essa produção é particularmente difundida na área egeia, mas, especialmente na última fase (segunda metade do século I à primeira metade do século II EC), também é presente ao longo das costas do Mar Negro, no norte da África e na Itália.

Uma taça de Tarso (Fig. 11, nº 8) da forma *Conspectus* 27 e uma pátera de Hatay (Fig. 11, nº 9) da forma *Conspectus* 20 exemplificam a produção da *sigillata* oriental C (ESC) no período entre Tibério e Nero. O tipo do verniz, a ausência de decorações e a espessura da parede permitem inserir a pátera na produção de Pérgamo. Em Tarso, foram encontrados recipientes em forma fechada que consideramos imitações da *sigillata* cipriota e têm um detalhe observado mesmo em espécimes encontradas em Anemurium, ou melhor, nas gravuras de rodas no lado de fora (WILLIAMS, 1989, p. 3). As formas aqui apresentadas não estão entre as comumente atestadas. Acreditamos que possam ser produtos locais, provavelmente de Tarso.

Duas taças de Tarso podem ser datadas da era de Augusto (Fig. 11, nº 10) porque têm a forma *Conspectus* 14 – semelhante a *Atlante* II, forma 34, datada de cerca de 70 e 120 EC. (Fig. 11, nº 11) (*Atlante* forma 75). Parte da ESC foi produzida nos fornos de Çandarlı (antiga Pitane), a sudoeste de Pérgamo. As investigações de sete dias de duração, executadas por Siegfried Loeschcke no outono de 1911, trouxeram à luz

42 tipos de cerâmicas e porcelanas comuns, enquanto em algumas delas um grupo mais velho e mais novo pode ser distinguido. O grupo mais velho exibia um verniz vermelho amarelado de brilho e uma superfície exterior bastante irregular, mas mão de obra fina (JAPP, 2014).

A produção foi datada entre o período de Tibério e o século II EC e além, com uma lacuna assumida durante o fim do século I EC. A produção mais

ativa das oficinas de Pitane é datada do meio do século II até a metade do século III EC, mas, sem novas investigações, não temos explicação para o que aconteceu no fim do século III EC e após (DOMŽALSKI, 2014). Assim, nem todas as áreas produtivas da cidade são conhecidas e não sabemos onde muitos recipientes foram produzidos, nem estamos certos da duração da manufatura local, que alguns querem estender até o século VII EC, na era omíada.

Na pequena ânfora (Fig. 11, nº 12), provavelmente datada do fim do século I e primeiras décadas do século II EC, notamos a presença de um verniz de boa qualidade e algumas características próprias da ESA, tais como a predileção por nervuras horizontais e as séries de três fileiras paralelas de decorações de roda no ombro. Essa é uma variante da forma 117 que não aparece em *Atlante*. No Oeste, as formas aparecem na primeira era imperial (Haltern 53 = Ritterling 58 e 59 = Oberaden 51) e continuam, de acordo com Brukner (1981, 119, tipo 1), até pelo menos a era antonina. A *olla* (grande urna), talvez igualmente vinda de Tarso (Fig. 11, nº 13), tem um aro carenado, uma garganta estreita, um ombro com ranhuras horizontais, um corpo oval marcado por feixes de ranhuras e linhas decoradas com uma roda: elementos que já indicamos como próprios da *sigillata* cipriota e, talvez, produzidos em uma oficina de Tarso, de onde nosso vaso parece ter vindo. A forma não aparece em *Atlante*. Além disso, parece aproveitar protótipos pré-romanos e é amplamente atestada na parte oriental do Império Romano, começando pelo final do século I até o fim do século III EC (BRUKNER, 1981, p. 105, 114, tipo 12). Parece ser próxima a certas formas da *sigillata* cipriota (e. g. DIEDERICHS, 1980, nº 29, forma P40).

É uma forma típica da Cilícia, que lembra exemplos de copos da era de Adriano. Parece ser derivada da *sigillata* de Pérgamo (ESC) ou de Çandarlı, a tardia forma Hayes I, distinta de Andrea Cardini (*Atlante*, I, 231-232) em quatro variantes indicadas com as letras de A a D. Nossa cerâmica (Fig. 11, nº 14) pertence à variante IC (*Atlante*, I, tab CXI, 3), datada, embora de forma duvidável, da primeira metade do século V EC. A produção de *sigillata* local persiste mesmo no século VI EC, inspirada por formas da *sigillata* africana (*African red slip ware*). Uma taça de Tarso tem uma forma indefinível, talvez na forma de Hayes 104 (Fig. 11, nº 15). Na base, Cristo com um nimbo crucífero estendendo sua mão em direção à face de um homem apoiando-se em um bastão

(milagre da cura do cego? Ou do aleijado?). A decoração – ausente nos repertórios de Hayes e *Atlante* – é comparável àqueles santos presentes na *sigillata* africana do estilo E II, especialmente no tipo D 2. Poderia ser uma imitação da *sigillata* africana. A partir de Adak-Adıbelli (2013), foi considerada como africana autêntica: em qualquer caso, a cena não pode indicar o batismo de Cristo, visto que é o mesmo Cristo que realiza a ação em direção ao homem a seu lado. Como também pode ser visto nos exemplos apresentados aqui, Tarso é o local dos maiores e mais variados achados atestados em todas essas classes.

A produção local no período imperial

A produção local é naturalmente muito variada no início do período imperial. Alguns vasos lembram a *sigillata* em aparência, mas têm formas diferentes. Oferecemos três exemplos de Alanya datados do século I AEC e, no mais tardar, do começo da era imperial. Em um jarro (Fig. 12, nº 1), os aros lembram aqueles das ânforas Dressel tipo 28. Notável é um grafite pobremente legível no ombro, aparentemente escrito com letras latinas A [-] I K ACCIP [-] ET ENTR. Uma taça com duas alças (Fig. 12, nº 2) de uma forma que achamos em várias versões, no início do período romano, por exemplo, na ágora ateniense no grupo G de Robinson (G 79) ou em seu desenvolvimento (M 2) datado do meio do século I EC. Em Cízico, foram encontradas várias e diferentes versões do mesmo modelo (GÜNEŞ, 2008, nos. 66, 76 e 81).

DOIS MIL ANOS DE CERÂMICA NA CILÍCIA



Fig. 12 – Produção cerâmica local período imperial.

Fonte: Fotografia e desenho de Ergün Lafli. Adaptado por Vagner Carvalheiro Porto e Marcio Teixeira-Bastos.

Um formato de copo (Fig. 12, nº 3), embora em variantes diferentes, aparece no início do período romano, por exemplo, na ágora ateniense no grupo F de Robinson (F 19). Nos tempos romanos, as cerâmicas de parede fina também apareceram na Anatólia. A taça de Tarso (Fig. 12, nº 4), não danificada, com uma forma *Atlante 2/433*, é distinguida dos espécimes ocidentais pela cor marrom-alaranjada do material, coberto por um verniz roxo-amarronzado. A cerâmica comum é bem representada por certa variedade de formas. Um copo de alça única de Mersin (Fig. 12, nº 5) próximo ao grupo de Robinson J (ROBINSON, 1959, J 36) é datado entre o fim do século II e o século III EC.

De acordo com *Atlante II* (1985, 261) “*non ci sono elementi sufficienti per stabilire la cronologia e il centro di produzione di questi bicchieri*”¹⁵; no nosso caso, trata-se provavelmente de uma produção local.

É presente, desde o período imperial médio, uma série de jarros com corpo arredondado e pescoço distinto na área dos Balcãs (BRUKNER, 1981, 101). A forma é comum para alguns recipientes de cozinha que Williams incluiu em seu grupo de “porcelanato branco de cozinha”, que, ocasionalmente, podem também ter uma cor marrom-laranja. Muito interessante é um frasco com um corpo hemisférico de Anamur (Fig. 12, nº 6), cuja forma, talvez originada na área sírio-palestina, aparece muito cedo no Chipre (1600-1400 AEC). Por sua funcionalidade (poderia ser enganchado no cinto e alças favoreciam a possibilidade de beber pela boca), permaneceu em uso por um longo tempo. Algumas características permanecem constantes, mas os detalhes – por exemplo, a forma e posição das alças – podem variar. Catherine Diederichs, estudando a evolução da forma (1980, p. 39-40), nota que tinham em comum o material avermelhado e a técnica de produção em duas válvulas então unidas. Em Salamina, no Chipre, quatro espécimes um pouco diferentes e com um ponto proeminente no centro das faces arredondadas foram encontradas em contextos datando dos séculos I e III EC (DIEDERICHS, 1980, nos. 130-133).

Bastante comuns são jarros com aros distintos. O espécime de Mersin (Fig. 12, nº 7) tem ranhuras no corpo como as ânforas do Egeu Oriental. É um recipiente utilizado para óleo e limpeza. Há muitas comparações. Nervuras no pescoço e ranhuras no corpo já são presentes na metade da era imperial na área dos Balcãs (BRUKNER, 1981, 135, 27), mas nosso exemplo parece ser uma evolução do tipo 63 (BRUKNER, 1981, 138, 65), atestada no século IV EC. Em Anemurium, achamos jarros de forma similar com uma idêntica mistura amarelo-claro (WILLIAMS, 1989, nº 531) datados do século II EC ou posterior. Espécimes comparáveis foram encontradas em Salamina, no Chipre (DIEDERICHS, 1980, nos. 91 e 94). A forma é mantida substancialmente imutável até o século VII EC.

Em um jarro de colarinho de Tarso (Fig. 12, nº 8), a ranhura dupla no ombro lembra uma prática decorativa atestada já no meio da era imperial na

15 Em português: não existem elementos suficientes para estabelecer a cronologia e o centro de produção desses copos (tradução nossa).

área dos Balcãs (BRUKNER, 1981, 100, nº 7), na grega, em mais espécimes da ágora ateniense (e. g. ROBINSON, 1959, M. 115, 23) e fizeram sua própria na área da Anatólia. O perfil parece bastante próximo ao de um recipiente sem alças do grupo K de Robinson (P11259) datado da primeira metade do século II EC. A forma é próxima à de um vaso de Salamina, no Chipre, que Diederichs (1980, nº 165) definiu com ranhuras na parte superior do corpo, mas a alça é inferior. Um recipiente similar, com paredes finas e material de cor marrom, foi encontrado em um naufrágio de Yassı Ada datado do século IV EC. (BASS; VAN DOORNICK JR, 1971, p. 35, fig. 22). No Mediterrâneo Oriental e Central, existe uma vasta série de taças de várias formas datando do final do século I EC e além; muitas delas têm paredes finas. Numerosos centros de produção são atestados, mesmo na Ásia Menor, e. g. para Focea.

Uma grande urna (ou *olla*) com tampa de Adana, provavelmente utilizada como um cinerário (Fig. 12, nº 9), parece ser datada do século III EC, mais provavelmente, do século IV EC. Uma tampa com um gancho vertical e uma parede oblíqua a fecha no topo. O material rosado é coberto por uma decoração listrada: no campo inferior parece haver uma espécie de cortina que deveria envolver – talvez – as cinzas do falecido. A decoração vermelha em um fundo vermelho e o tema dos festões têm precedentes muito antigos; lembram a produção de Hadra e da cerâmica cretense (ver LUNGU, 2004, p. 1204, CRETA, FORTI, 1984, p. 226). A comparação mais próxima é feita com as decorações pintadas nos sarcófagos de Mersin, em terracota, onde ambos, triângulos e guirlandas, aparecem, exatamente como nesse cinerário que se acredita ser contemporâneo. Ainda assim, o padrão de guirlandas vermelhas cruzadas aparece também fora dos recipientes de comida no Chipre na era tardia (ver DIEDERICHS, 1980, nº 269 de Salamina, no Chipre, datados do século VII EC).

Um fragmento de uma tampa com um gancho idêntico e com pintura sobreposta em faixas concêntricas, de Tarso, está entre as cerâmicas de cozinha do período imperial inicial (JONES, 1950, nº 721, Fig. 158). A forma também é presente na ágora ateniense (SPARKES, TALCOTT, 1970, nº 1546, poço B 13: 5 datado entre 425-400 AEC). Desde 1986, muitos arqueólogos belgas estudam a cerâmica de Sagalassos, produzida do final do século I EC até a primeira metade do século VII EC. O enóforo cilíndrico vindo de Gözlükule,

Tarso (Fig. 12, nº 10), datado dos séculos V e VI EC, foi produzido em Sagalassos. Tem dois medalhões nas laterais com um tema dionisiaco. A forma, provavelmente derivada de Cnido, espalhou-se nos territórios da Ásia Menor e foi bem recebida em Sagalassos por produtores locais de “verniz vermelho”.

Há uma série de achados de *sigillata* vinda de Sagalassos ao longo da costa da Turquia meridional-ocidental que merece análise. Em nosso caso, a sobrevivência de figuras do mundo pagão nas cerâmicas tardias é, como já apontado, notável. A sobrevivência de elementos antigos mesmo na era bizantina (séculos VI a VIII EC) é atestada por uma *olla* de Alanya (Fig. 12, nº 11) com corpo bicônico. As alças, o perfil da parte superior e os feixes de nervuras horizontais lembram alguns tipos de ânforas da produção do Egeu Oriental, especialmente a romana tardia ou a chamada “ânfora mochila”, da qual há exemplos em Kellia (Chipre). Duas linhas onduladas marcadas de forma irregular e à mão livre são inseridas em campos diferenciados por feixes de costelas em relevo. Tais linhas onduladas aparecem em uma área muito ampla da bacia mediterrânea, especialmente nos séculos V e VI EC. Em particular, a mesma associação está presente em um jarro de Salamina, Chipre, datado dos séculos VI e VII EC, com base no tema decorativo já existente em Dhiorios (DIEDERICHS, 1980, nº 193), assim como na parte superior de um recipiente contemporâneo da mesma localidade (DIEDERICHS, 1980, nº 269).

O mesmo padrão (mas com uma faixa única com uma linha ondulada, seguida por uma faixa subjacente de ranhuras horizontais) é encontrado na bacia de Anemurium, datado da Antiguidade Tardia ou da era bizantina (WILLIAMS, 1989, nº 465). A forma é derivada de espécimes helenísticas tardias, tais como a de Salamina, no Chipre (*muffler*, para DIEDERICHS, 1980, nº 106). O perfil lembra, especialmente na parte inferior do vaso, produções do âmbito islâmico que foram achadas, por exemplo, em Samra – embora o posicionamento das alças seja diferente, a série de veias horizontais alargadas no corpo é similar (cf. HUMBERT, 2001, 159, part. figs. 7 e 8; a decoração pintada em algumas dessas formas tem formato de onda). Uma ânfora de Anamur (Fig. 12, nº 12) tem uma forma similar à do naufrágio de Yassı Ada datado da segunda metade do século IV EC (BASS, VAN DOORNICK JR., 1971, 36, pl. 3, 28). É provavelmente uma produção local, talvez uma imitação da ânfora LR 2, datada do final do século VI EC. Em Corinto, espécimes

moderadamente acessíveis foram encontrados (SLANE, SANDERS, 2005, p. 2, 24-25), apesar de a boca lembrar aquela da ânfora datada, em Corinto, da primeira metade do século V EC (SLANE, SANDERS, 2005, p. I, 20).

Recipientes bizantinos de enterros: o grupo Eşeköreni

O grande número – mais de sessenta – desses recipientes, vindo de áreas nos arredores de Mersin e de Tarso, permite-nos definir um grupo real que chamamos Eşeköreni por causa das descobertas copiosas nessa necrópole. Os recipientes, junto àqueles achados em Elaiussa Sebaste, indicam a vivacidade das oficinas da Cilícia litorânea no período bizantino inicial. Essa cerâmica é bem conhecida na planície da Cilícia no período bizantino e também é encontrada em Elaiussa Sebaste, Anemurium, Gözlükule, assim como em Tarso e no Chipre. A cerâmica bizantina considerada aqui inclui evidência referente essencialmente à porcelana comum.

As formas são limitadas, assim como o ornamento que frequentemente manifesta-se através da clássica presença de linhas curvas; aqui, assumem-se em feixes curvilíneos concêntricos em vez de concordar com o tema “ondular” mais usual que achamos em quase todos os locais da bacia mediterrânea. Especialmente, os achados das necrópoles bizantinas próximos à costa, cujo material está preservado no Museu de Mersin, permitem-nos reconhecer os tipos mais comuns de cerâmica. A área da necrópole proto-bizantina da Cilícia estende-se de Zephyrion, ou antiga Mersin, e Pompeiupolis à atual Mezitli; como Dumlupınar, Gayrettepe também tinha outra necrópole romano-bizantina.

É a única que teve alguma novidade, embora muito breve, na literatura (ÜNLÜ, GÜRKAN, 1998). O cemitério de Dumlupınar é uma das poucas necrópoles escavadas ao longo da costa. Outra necrópole foi descoberta em Alata, cerca de 2 km a leste de Erdemli (aproximadamente 35 km a oeste de Dumlupınar) (LAFLI, 2004). Se as tumbas fossem contemporâneas, talvez se pudesse pensar sobre uma das epidemias frequentes na área inteira naquele tempo, mas parece mais provável que as áreas do cemitério permaneceram em uso por pelo menos poucas décadas. A necrópole de Dumlupınar está localizada cerca de 6 km a oeste do centro histórico de Mersin; hoje a área é um distrito da metrópole. Em 1987, uma escavação de emergência pelo Museu de Mersin estabeleceu-se na localização de Eşeköreni (área 5, partícula 397),

durante a qual foi encontrada a necrópole proto-bizantina (fim do século V EC), com 27 recipientes achados.

Em 1991, encontraram-se outros quinze recipientes em outra escavação na necrópole de Barbaros. As escavações nunca foram publicadas, mas, em 2002, A. Koçak Yaldır apresentou uma tese com esse material na Universidade de Mersin. Em Dumlupınar, cerca de trinta túmulos com cistas e urnas quadradas de calcário foram descobertos. A maioria tinha apenas o esqueleto. Os objetos inseridos nos túmulos são eram simples e jarros e taças de terracota, colocados em uma cama de argamassa nos pés do morto. Apenas uma lucerna de vidro foi encontrada; nenhuma moeda ou lucerna de terracota.

Em 2002, Aylin Koçak Yaldır estudou 27 recipientes da necrópole de Eşeköreni. A outra necrópole, Barbaros, resultou em um total de catorze recipientes. No começo do período bizantino, a deposição de comida nos túmulos continuou – dos recipientes usados, parece que o *refrigerium* ocorre com a deposição de água ou vinho nos jarros – em vasos localmente produzidos, comumente utilizados para cozinha. Entre esses estão os jarros de alça única, provavelmente contendo vinho. A forma é comum ao longo do Mediterrâneo Oriental, da Grécia à Palestina. As escavações da ágora ateniense mostram-nos que o desenvolvimento da forma começou nos séculos III e IV EC. Em Elaiussa Sebaste, foram encontrados cerca de cinquenta espécimes intactos datados da segunda metade do século VI EC. Com base na descoberta de ânforas LR 1, uma tipologia de formas está sendo desenvolvida (FERRAZZOLI, 2010, p. 199). Os artefatos têm altura entre 12 e 18 cm e, como já foi observado, possuem o mesmo material que as ânforas LR 1 (FERRAZZOLI, 2010, p. 199). A. Koçak Yaldır acredita que, de todos os espécimes apresentados aqui, a matriz da argila é idêntica, portanto, todos os objetos viriam de um centro ou área de produção única. A cerâmica das necrópoles – para a qual precisam ser adicionadas algumas escavações urbanas, como em Tarso – permite a identificação dos tipos principais.

Jarros

Distinguímos três tipos principais de jarros, dos quais algumas variações são obviamente adicionadas. Mesmo em diferentes tipos reconhecidos aqui, notamos certa variedade de formas e tamanhos.

Tipo I: jarros

Em altura, variam de 9,2 a 21,3 cm, apesar de terem majoritariamente cerca de 15 a 16 cm (Fig. 13, nos. 1-6). A boca é geralmente alargada. Podem ter um pescoço curto com uma borda alargada e um corpo achatado coberto por nervuras ou um pescoço alto, cilíndrico, em formato de pera ou com corpo achatado. O corpo pode ter nervuras apenas no ombro ou na barriga. Além disso, o pescoço pode ter nervuras horizontais em direção à borda ou à base, apresentando nervuras em todo o pescoço. Um bico raramente aparece, com mais frequência em jarros com um corpo esmagado. As comparações propostas por Koçak Yaldir, em 2002, não são sempre inteiramente persuasivas e algumas formas no Chipre, por exemplo, foram datadas de um período anterior ao proposto para esses recipientes.

Os jarros coletados em nosso tipo I, que parecem muito similares em forma àqueles na ágora ateniense, foram inseridos por Robinson em seu grupo N e datados do começo do século VII EC, mas não são muito diferentes daqueles do grupo M, datados do decorrer do século VI EC. Em alguns casos (Fig. 13, nos. 1 e 3), os jarros podem apenas ser comparados aos do século VII EC (Istambul e naufrágio de Yassı Ada), sugerindo que o uso das necrópoles continuou pelo menos até os primeiros anos daquele século. Esses jarros vêm majoritariamente (mais de 75%) de áreas nos arredores de Mersin (i. e. 10 de Eşeköreni, 5 de Dumlupınar e 1 de Barbaros); e os demais, de Tarso (5). Incluímos recipientes com um corpo arredondado, uma base oca ou chata e pescoços e bocas geralmente amplos em nosso tipo I (Fig. 13, nos. 1-6).

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO



Fig. 13 – Jarros dos arredores de Mersin.

Fonte: Fotografia Ergün Lafli. Adaptado por Vagner Carvalheiro Porto e Marcio Teixeira-Bastos.

Eles são raramente decorados; frequentemente aparecem séries de nervuras no pescoço, ombro e corpo. Essa forma parece derivar de protótipos mais antigos presentes, por exemplo, na ágora ateniense do final do século II EC (ROBINSON, 1957) e do meio do século III EC (ROBINSON, 1957, K 82). Isso continuou até o século VII EC e talvez além. Para um jarro de Barbaros (Fig. 13, nº 4), existem comparações com Salamina, Chipre (DIEDERICHS 1980, p. 54, Fig. 19, 198, que, contudo, tem um pescoço mais longo e uma alça diferente), com a ágora ateniense (ROBINSON, 1959, N 7), e Beth-Shean (FITZGERALD, 1931, p. 37, XXXI, 7).

DOIS MIL ANOS DE CERÂMICA NA CILÍCIA

Dois jarros vêm de Eşeköreni; o primeiro deles (Fig. 13, nº 5) também tem comparações em Istambul nos depósitos dos anos 655-670 EC (HAYES, 1992, Fig. 39, 26). O segundo (Fig. 13, nº 6) têm comparações em Gözlükule, Tarso (GOLDMAN, 1950, Fig. 168, am); Donuktas, Tarso (BAYDUR, 1986, p. 16, figs. 35-36); Cumhuriyet Alanı, Tarso (ZOROĞLU, DOĞAN, ADIBELLİ, 1997, 499, Fig. 1 ac); Antioquia (WAAGÉ, 1948, Fig. 138); Gayrettepe, Zephyrion (ÜNLÜ, GÜRKAN, 1998, p. 90); e Dhiban (TUSHINGHAM, 1972, p. 73, Fig. 4.3).

Tipo II

Jarros sobre pés altos, frequentemente com decoração no ombro, são recipientes de formas mais elegantes. Têm uma altura similar aos jarros anteriores, mas geralmente são mais estreitos: a razão entre a altura e o diâmetro máximo é de 2:1. A forma mais comum tem um aro alargado e achatado, um pescoço com duas ou mais nervuras medianas e uma ou mais na base: o laço é geralmente muito desenvolvido. Há diferenças notáveis no pescoço, corpo e pé. Alguns têm um corpo superior reto. Outros têm formato de pérola com um degrau na base do pescoço e exibem três nervuras pequenas. Alguns têm uma forma particular, com um pescoço similar a um degrau e corpo cilíndrico em sua parte central; outro (Fig. 13, nº 7) tem um apêndice semicircular acima do laço. Joanita Vroom estudou esse tipo, em particular, encontrado por ela em Limyra e relacionado a uma série de recipientes para ferver água e misturá-la com vinho, para ser bebido “à maneira grega” (VROOM, 2012).

Os jarros de nosso tipo II são definidos como lécitos por Robinson e remontam a uma forma similar sobre pé alto, apesar de parcialmente envidraçada, do fim do século VI EC. A mesma definição aparece em Platon Pétridis, que acreditava que o uso dessa categoria de recipientes fosse exclusivamente funerário – pelo menos na Grécia continental –, exceto por variantes menores de corpo esférico e pé largo encontradas na Ática e Delfi (PÉTRIDIS, 2012, p. 427). As comparações propostas por Vroom e a forma particular de nosso n. 183 levam-nos a acreditar que o uso funerário, pelo menos na Cilícia, em geral na Ásia Menor, não era exclusivo. Essas peças são particularmente comuns na Cilícia, mesmo em Tarso (ver JONES, 1950, 168).

Um jarro completo de Antioquia situa-se na Universidade de Princeton (JONES, 1950, p. 207, nota de rodapé 177). Alguns são encontrados no Museu

de Adana, o repositório oficial para descobertas na região. Em Comfort, Miles e Waagé (1948, p. 59, Fig. 36), fragmentos desse tipo são datados dos séculos V e VI EC e referidos como coptas. Em Elaiussa Sebaste, essa produção data principalmente do século VI EC. Também nesse caso, mais de 77% dos jarros vieram da necrópole de Eşeköreni; apenas duas vieram de Dumlupınar – uma de Barbaros e outra de Tarso.

Um jarro de Eşeköreni (Fig. 13, nº 8) é comparável a outro de Gözlükule, Tarso (GOLDMAN, 1950, Fig. 168, a–m); Donuktaş, Tarso (BAYDUR, 1986, p. 16, Figs. 35-36); Cumhuriyet Alanı, Tarso (ZOROĞLU, DOĞAN, ADIBELLİ, 1997, p. 499, fig. 1 ad); Anemurium (WILLIAMS, 1989, p. 88, Figs. 51.53); Antioquia (WAAGÉ, 1948, Fig. 138); e Gayrettepe, Zephyrion (ÜNLÜ, GÜRKAN, 1998, 90). Outro jarro (Fig. 13, nº 9) tem uma alça dupla para prender uma tampa perfurada com um laço na alça superior. Tais vasos eram utilizados para filtrar água e preparar o vinho do estilo grego, ou misturados com três partes de água quente (ver VROOM, 2012).

Tipo III

O tipo III (jarro com base chata) é representado por uma base chata, frequentemente com decoração similar àquelas do tipo II. Muito similar aos anteriores, dos quais difere apenas na base chata. Um jarro de Tarso (Fig. 13, nº 10), severamente danificado e restaurado, tem uma decoração semicircular formada por seis filas distintas de diferentes larguras. Como o jarro de Eşeköreni (Fig. 13, nº 11), tem ranhuras horizontais no ponto de expansão máxima do corpo. Essa característica aparece nas chamadas cerâmicas esculpidas atribuídas à produção de “Mersin” do fim do século VI EC ao começo do século VII EC, encontradas em Elaiussa Sebaste (FERRAZZOLI, RICCI, 2010, p. 205, Fig. 197).

Para a decoração do ombro, formada por pontos incisados, ver as paralelas de Gözlükule, Tarso (GOLDMAN, 1950, Fig. 168, a–m); Donuktaş, Tarso (BAYDUR, 1986, p. 16, Figs. 35-36); Cumhuriyet Alanı, Tarso (ZOROĞLU, DOĞAN, ADIBELLİ, 1997, p. 499, Fig. 1 ad); Anemurium (WILLIAMS, 1989, p. 88, Figs. 53, 530); Antioquia (WAAGÉ, 1948, Fig. 138); e Gayrettepe, Zephyrion (ÜNLÜ, GÜRKAN, 1998, p. 90). Igualmente reduzido é o número de jarros de boca larga. Dois jarros de Tarso (Fig. 13, nº 12; e Fig. 14, nº 1) que temos incluídos em nosso tipo IV, às vezes encontrados associados àqueles do

DOIS MIL ANOS DE CERÂMICA NA CILÍCIA

tipo I, como em Tarso, são diferentes, ambos em material e forma, em relação àqueles mostrados até agora.

Os outros dois (Fig. 14, nos. 2-3), igualmente de Tarso, com o formato em also , apresentam uma forma típica do Oriente Próximo. Aparece, por exemplo, nos contextos bizantino tardio e proto-islâmico (GUTFELD, 2010, p. 103).



Fig. 14 – Jarros de nosso tipo I, II, III, IV e VI e duas tampas de Tarso.

Fonte: Fotografia Ergün Lafli. Adaptado por Vagner Carneiro Porto e Marcio Teixeira-Bastos.

Para as gotas de cor no lado de fora, ver os jarros da ágora ateniense no complexo M, datados por Robinson do século VI EC (e. g. M 362). Em Saraçhane, a forma aparece no “depósito 30”, datada de 655-670 EC (HAYES, 1992, Fig. 44, 111).

Um jarro de Eşeköreni (Fig. 14, nº 4) tem comparações de Cumhuriyet Alanı, Tarso (HUMPHREY, 1978, fig. 10.4). Outro de Dumlupınar (Fig. 14, nº 5) tem uma forma ligeiramente diferente e numerosos vincos no corpo. A mesma forma em uma taça de Gayrettepe (Fig. 14, nº 6). Finalmente, incluímos no tipo VI os *gutti*, alguns dos quais têm a mesma decoração que aparece em jarros e, especialmente, nos do tipo II. O material é o mesmo, o que sugere uma manufatura local. Eles são bem atestados na era bizantina e continuam ao longo do período turco. Um *guttus* de Barbaros (Fig. 14, nº 7^a e b) tem nervuras no pescoço, sob a borda estendida, e um grande semicírculo formado por pontos no ombro. Comparável a Gözlükule, Tarso (GOLDMAN, 1950, fig. 168, a-m); Donuktaş, Tarsus (BAYDUR, 1986, p.16, figs. 35-36); Cumhuriyet Alanı, Tarsus (ZOROĞLU, DOĞAN, ADIBELLİ, 1997, p. 499, fig. 1 ad); Anemurium (WILLIAMS, 1989, p. 88, figs. 54.544); Antioquia (WAAGÉ, 1948, fig. 138); e Gayrettepe, Zephyrion (ÜNLÜ, GÜRKAN, 1998, p. 90). Consideramos pertencentes ao tipo V pequenos recipientes, cilíndricos ou quase cilíndricos de alça única, frequentemente com uma série de vincos horizontais no corpo e base rebaixada. Eles são muito comuns e foram encontrados em Eşeköreni (3 amostras), Barbaros (1), Dumlupınar (3) e em Gayrettepe (3), onde, por enquanto, não há jarros sobre pé alto atestados.

A decoração

A decoração de muitos recipientes é bem característica: alguns exemplos são reproduzidos na Fig. 15. As decorações foram feitas com um “pente” – ou melhor, um compasso com um pente (para linhas contínuas) ou uma roda (para linhas tracejadas) anexada a um dos finais – com uma linha contínua e uma tracejada.

O segundo é considerado uma típica produção de Mersin, de Elaiussa Sebaste (decorado com marcas de garra). Três tipos básicos de decoração são reconhecidos. O primeiro grupo de temas – que foi considerado típico da produção de Tarso – é representado por feixes de semicírculos combinados de várias maneiras, mesmo oposta. A bússola poderia ser fixada em diferentes

DOIS MIL ANOS DE CERÂMICA NA CILÍCIA

pontos do jarro, majoritariamente no ombro, mas também no pescoço, criando assim uma série de temas muito variados, dependendo da imaginação da pessoa que fazia o artesanato. O segundo tem um feixe de linhas organizadas em ondas. O terceiro consiste em linhas retas que descendem do topo até a base. O segundo é considerado, nas escavações em Elaiussa Sebaste, como típico da produção de Mersin (decorado “por garras”). Os padrões decorativos provavelmente vêm de objetos de metal.

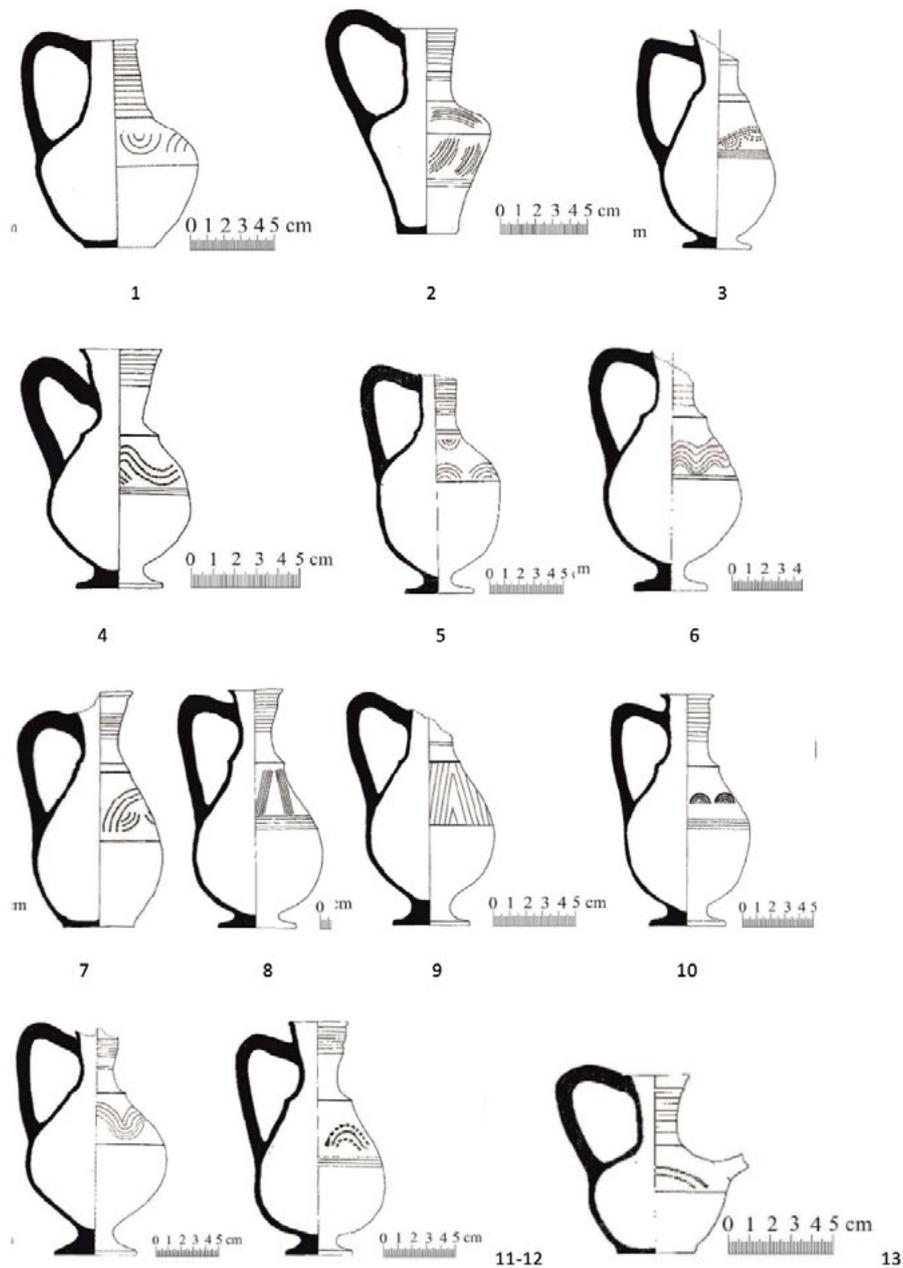


Fig. 15 – Tipos e variantes decorativas de jarros bizantinos.
Fonte: Desenhos Ergün Lafli.

Em outras formas, consideramos um jarro de Gayrettepe (Fig. 14, nº 8) com um estreito pescoço cilíndrico e grandes nervuras na parte inferior. Alguns detalhes são comuns a um jarro de Alata, datado por Laflı do primeiro quarto do século VI EC. O jarro tem a mesma mistura de argila de algumas lucernas do final do século V EC da mesma localização e encontra comparações com outros pequenos jarros de Dumlupınar. Comparações adicionais estão no material de Tarso, Anemurium e Chipre.

Os jarros com pescoço alargado e nervuras horizontais no corpo e pescoço são típicos da produção da segunda metade do século VI EC, como documentado pelos achados de Elaiussa Sebaste (FERRAZZOLI, RICCI, 2010, p. 203, Fig. 196). Uma pequena ânfora de Tarso (Fig. 14, nº 9) (alça adicionada durante a restauração) com uma boca ampla (aro não preservado), sublinhada por uma série de ranhuras horizontais, é igualmente datada dos séculos VI e VII EC. Formas similares, embora com alças menos pronunciadas e boca mais ampla, são conhecidas no Chipre desde a era antiga (ver Coleção Cesnola n. 1995.10.68). Ainda em Tarso, um jarro similar esbranquiçado é conhecido (14, nº 10) (JONES, 1950, p. 277, nº 825, Fig. 166). A forma da alça é comum no período bizantino e também aparece em um pequeno jarro do túmulo da cripta I, na basílica de Sofiana, Sicília, datado do período tardio da Antiguidade (ver BONOMI, 1964, p. 183-184 e 185).

Duas tampas de Tarso, produtos locais, datam da primeira metade do século VII EC. A primeira (Fig. 14, nº 11) tem um gancho detectado e uma borda elevada. O Tipo 4 de Déhés (Orssaud 1980, Fig. 307) tem comparações numerosas de Istambul (Saraçhane, para a qual HAYES, 1992, Fig. 4, nº 20, *glazed*) a Salamina, Chipre (DIEDERICHS, 1980, 24, nos. 306-308), no naufrágio de Yassı Ada e Limyra (VROOM, 2007, cat. 1). Achados de Elaiussa Sebaste (III, Fig. 195) foram datados da primeira metade do século VII EC. A segunda (Fig. 14, nº 12) apresenta uma decoração mais elaborada. No centro, há um encaixe de botão circular. Na face superior, dentro de uma grande nervura na borda, há séries de temas organizados em um círculo (pontos elevados, tracejados, linhas em zigue-zague e faixas de raio que partem do gancho).

A conquista árabe

Entre 637 e 648 EC, os árabes alcançaram a cadeia montanhosa de Tauro; de acordo com fontes árabes, o imperador Eraclius devastou a região entre İskenderun

e Tarso, evacuando o pessoal deixado para defender os fortes já postos contra o avanço dos árabes. Portanto, no período Omíada e no começo da Era Abássida, Tarso permaneceu na vanguarda, exposto a ataques de duas frentes. Não está claro quando caiu sob o domínio árabe: certamente a possessão da cidade oscilou entre os gregos e árabes. Em 712, nas primeiras décadas do domínio Abássida, período em que havia uma forte concentração de voluntários para a fé em Tarso, chegaram os *mujā-hidūn*, provenientes de todos os territórios islâmicos. Em 778/779 EC, a cidade estava em ruínas e abandonada por seus habitantes anteriores. Entre 786 e 788, Hārūn al-Ra-shīd fortificou a cidade e completou uma colonização árabe com a distribuição de terras. Após várias adversidades em 947/948 EC, houve uma nova onda de chegadas dos territórios da Pérsia Oriental, como atestado por uma história original de Tarso, *Abū 'Amr 'U-thmān al-Tarsūsī*. Os eventos da cidade foram cuidadosamente reconstruídos por Bosworth (1992).

Na transição da dominação bizantina à árabe, várias formas de cerâmica são atestadas, testemunhando uma alternância e depois uma mistura de culturas cada vez mais próximas. As escavações de banhos termiais da estrada romana, em Tarso, refletem os remanescentes do século VIII EC (ADAK-ADIBELLI, 2006). A cerâmica mostra aqui um panorama muito mais articulado, embora no momento apenas poucas formas bem datáveis estejam disponíveis. O material do Museu de Tarso, assim, resguarda os materiais para análise da vida econômica da cidade após o século VII EC, pelo menos parcialmente.

As cerâmicas do séculos VIII a X da era comum

Nem sempre é fácil estabelecer distinções cronológicas porque as formas têm uma longa tradição e permanecem quase constantes ao longo do tempo. As cerâmicas finas encontradas aqui foram o assunto de uma tese de doutorado de Işık Adak-Adıbelli (2006), que analisou as formas presentes até o século VII EC. Especialmente, as escavações executadas em Tarso, no local conhecido como “Santo Paulo”, na estrada romana, em banhos romanos e no mosqueiro do túmulo do profeta Daniel produziram uma quantidade abundante de cerâmicas que se encaixam no período de transição da era bizantina à árabe, mostrando a persistência dos modelos bizantinos e a justaposição dos outros, pertencentes ao período Omíada ou Abássida. A mudança nas condições políticas implicou uma maior aproximação com a área síria, o que é confirmado pelas formas das

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

cerâmicas, com referência especial à “porcelana polida” (Fig. 16, nos. 1-3) e à “porcelana frágil” (Fig. 16, nos. 6-8).



Fig. 16 – Seleção de cerâmicas do século VIII a X EC.

Fonte: Fotografia Ergün Lafli. Adaptado por Vagner Carvalheiro Porto e Marcio Teixeira-Bastos.

Porcelana polida

A “porcelana polida” inclui recipientes decorados ou lisos (e. g. à la *barbotine*) com um material cor de camurça, de “marrom muito pálido” a “amarelo pálido”. As comparações vêm de diferentes localizações investigadas pelo Estado de Israel (e. g. Khirbat al-Mafjar, Shikun Giorah em Ramla, Fustat etc.). O primeiro a lidar

com isso, no final da década de 1960, foi Scanlon. O grupo também é conhecido no Irã e Iraque.

Pela forma, os jarros seguintes são muito similares àqueles encontrados em territórios israelitas, e. g. em Ramla (GUTFELD, 2010). Essa espécie de cerâmica aparece no palácio de Khirbat al-Mafjar e foi encontrada em todos os locais do Oriente Médio sujeitos a escavações intensivas, de Fustat a toda a Palestina. Sua datação era o assunto das discussões, mas agora parece estabelecido que foi produzido e espalhado pelos séculos próximos ao ano 1000 EC. Esse tipo de cerâmica aparece no Império Sassânida durante o século VII EC e espalha-se seguindo a expansão dos abássidas, tornando-se um dos tipos mais comuns de cerâmica não envidraçada (ARNON, 2007, p. 52). Era caracterizada por uma argila muito fina e leve, quase branca. Cerâmicas de porcelana polida geralmente aparecem como jarros, frascos de peregrinos e pequenas jarras. Apresentamos aqui alguns exemplos não decorados – em especial, um pequeno jarro de Tarso, com carenagem evidente e uma série de ranhuras horizontais no corpo, corresponde ao tipo 5b de Déhés, que, para Sodini *et al.* (1980, p. 251), apareceria no século X EC.

Porcelana frágil

O repertório de cerâmicas comuns deve então ser completado por um grupo bem disseminado, incluindo os vasos de argila vermelha. Comumente referidas como porcelana frágil, esta categoria constitui a base de utensílios para cozinhar. O termo, utilizado pioneiramente por Stephen Dyson em sua publicação em 1968, do material Dura Europos, atestado no sítio do século II EC, feito de argila de tijolo vermelho com um cozimento forte, possui um típico tom metálico e paredes muito finas. Em tempos recentes, mais autores lidaram com essas cerâmicas e sua difusão.

A classe tem uma vitalidade muito longa, para a maioria do primeiro milênio da era comum. Isso inclui formas abundantes que foram estudadas em anos recentes, especialmente por Agnès Vokaer. A proveniência das argilas foi identificada, as quais acredita-se estarem situadas majoritariamente na Síria Setentrional. Com o início do século VI EC, esse tipo de cerâmica alcança 35% do material encontrado em alguns casos. Formas e decorações são especialmente conhecidas das escavações de Apamea, Khirbat al-Mafjar, Dibsi Faraj e na-darin.

Um pote sem um pescoço de Tarso (Fig, 16, nº 4) pertence ao tipo 6 de Sodini

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

et al. (1980). O recipiente, também conhecido em inglês como “*Holemouth pot*”, é difundido em uma vasta área (VOKAER, 2007, p. 702). A evolução da forma ainda parece ser especificada, a qual aparece quase exclusivamente na Síria. A decoração foi considerada típica e exclusiva dessa forma (então SODINI *et al.*, 1980, p. 264), embora possa aparecer, por exemplo, em Déhés também em potes como o reproduzido em Fig. 16, nº 5 (Tipo 7 Sodini). A borda, alongada e achatada; as alças horizontais, completas; e a decoração no ombro aparecem no começo do período Abássida, i. e., cerca de metade do século VIII EC (VROOM, 2009). Supôs-se que alguns detalhes, especialmente as alças, imitam aqueles das formas de esteatito que então circulavam. Em nosso caso, a barriga tem uma série de ranhuras horizontais (Fig. 17).

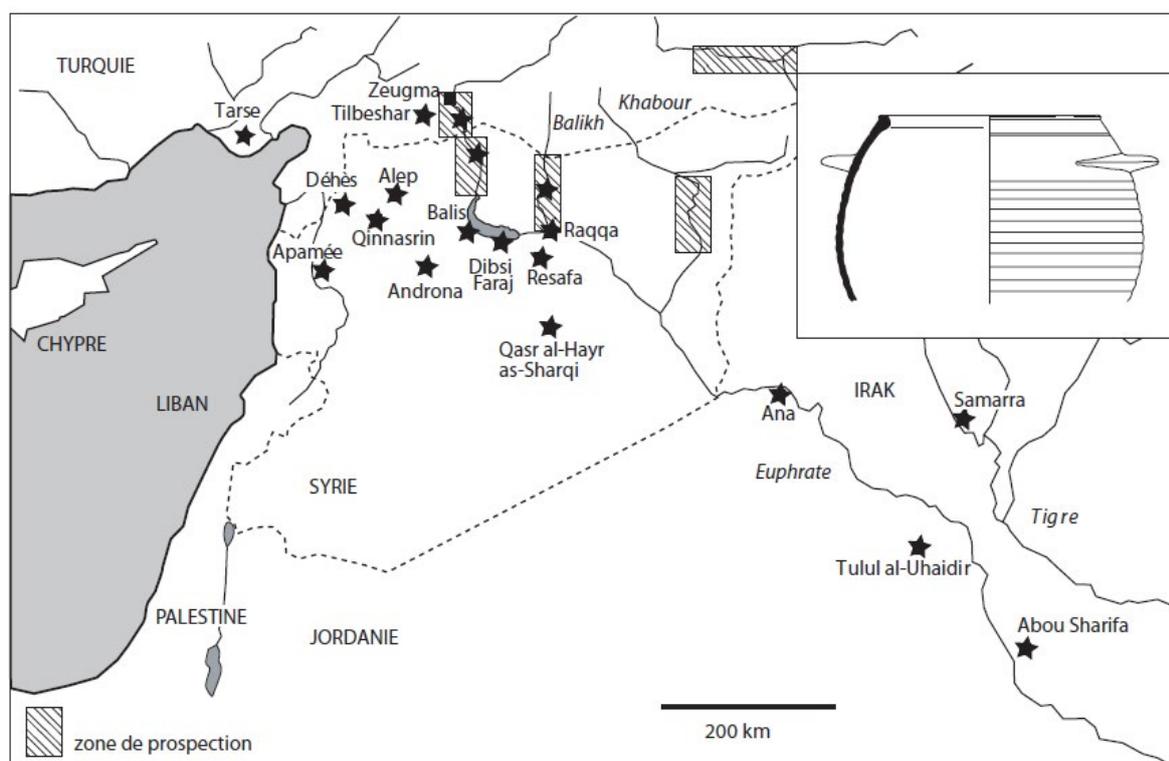


Fig.17 – Fig. 17 - Mapa de distribuição de potes sem pescoço de Tarso, tipo 6.

Fonte: Sodini *et al* 1980. Projeto de Pesquisa Arqueologia da Anatólia, Universidade Dokuz Eylül University Izmir, sob coordenação de Ergün Lafli.

A forma tem origens bizantinas, mas parece que esse tipo particular fez sua aparição no final da Era Omíada – ou melhor, no começo da Era Abássida. Como pode ser visto pelo gráfico de distribuição, Tarso parece até agora o local mais ocidental onde esses potes foram identificados. O jarro de Tarso (Fig. 15, nº 6), com material quase branco, tem alça e pescoço pintados e uma decoração “*à la barbotine*” no corpo, típico dos primeiros produtos islâmicos.

Cerâmica da era das Cruzadas

Em 1084, os turcos ocuparam Antioquia, seguida de Tarso, Adana e as planícies da Cilícia; posteriormente, chegaram os cruzados, em 1097. A Cilícia tornou-se um reino (Armênia Menor) em 1198, ou onze anos após Saladin conquistar Jerusalém.

Muitas escavações e a subsequente abundância de estudos em cerâmicas levaram ao reconhecimento de elementos típicos desse período também na cerâmica comum, como na ânfora dotada de um tipo característico de aro (Fig. 15, nos. 7-9). Vieram de Tarso duas ânforas com esse aro, que aparece na era final das Cruzadas e persiste até a era otomana – ver Barbé, Shapiro, 2012, figs. 8, 6 (Franca) e 10, 5 (Otomana) –. Esse tipo foi conhecido anteriormente por muitas variantes regionais e uma cronologia diferente, como particularmente evidente na posição das alças e na produção do pescoço. Em Sheikh Said, foi datado do século V até o meio do VI EC, como em Hermópolis, enquanto em *Ihnasya el-Medineh* data do século VII EC (cf. JONES, 1991, p. 143).

Formas cobertas com pinturas verdes ou marrons também aparecem, tal como em Tarso (Fig. 16, nos. 10-11), cuja forma persiste até toda a era otomana (ver HAYES, 1992). Dos vários fenômenos de intercâmbio cultural do período das Cruzadas, traços permanecem na produção de louças de cerâmica, executada em várias oficinas, ambas no principado de Antioquia, sob o domínio dos francos, e na Cilícia, onde Tarso, desde 1199, tornou-se a capital do reino da Armênia. Com vários centros de produção, o *Portus Sancti Simeonis*, ou Porto St. Symeon, o antigo porto fluvial de Antioquia, nos Orontes (ver VORDERSTRASSE, 2010, p. 26), perto do monastério onde Simeão Estilita, o Antigo, se aposentou, há muito tempo foi indicado. A área foi destruída pelos mamelucos em 1268, que não é um *terminus ante quem* para a datação dos produtos, visto que a produção continuou nas décadas seguintes e, de acordo com alguns autores (BOAS, 1998), teria continuado, apesar de menor proporção, até o século XVII EC.

Essa cerâmica foi encontrada em largas quantidades durante as escavações executadas em 1936 e 1937, em al-Mina, por Sir Charles Leonard Wooley, e inicialmente estudada por Arthur Lane (1938). Em anos recentes, tornou-se objeto de interesse de estudiosos ocidentais, que foram bem-sucedidos na identificação desses produtos mesmo nos portos onde os cruzados partiram ou retornaram

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

(e. g. Veneza, Gênova, Marselha) ou em estágios intermediários da jornada à Terra Sagrada (e. g. Corinto). Não era necessariamente manufaturada por oleiros francos, como mostrado pelas escritas árabes e em algumas imagens típicas do mundo muçulmano, mas parece certo que eram produzidas também para o mercado franco, como se vê a partir de alguns temas cristãos. A mesma mistura com pessoas de diferentes culturas atestada em al-Mina (VORDERSTRASSE, 2010) pode ser encontrada também em outros centros portuários, como Kinet, onde também foi encontrada a presença de fornalhas de cerâmica (REFORD, 2004; BLACKMAN, REFORD, 2005).



Fig. 18 – Seleção de cerâmicas da era das Cruzadas.

Fonte: Fotografia Ergün Lafli. Adaptado por Vagner Carvalheiro Porto e Marcio Teixeira-Bastos.

DOIS MIL ANOS DE CERÂMICA NA CILÍCIA

A produção do Porto St. Symeon (“porcelana PSS”) é muito precisa e tem algumas razões específicas (Fig. 18). São taças ou recipientes fechados como ânforas. Muito frequentemente, as taças têm uma extensão oblíqua como na maioria da louça apresentada aqui. A maioria da decoração é feita de figuras incisas, que reproduzem elementos vegetais, animais e florais – frequentemente com uma predileção para animais fantásticos e mitológicos, tal como o “buraque” que o profeta carregava à noite. As características frequentemente incluem a figura de um copeiro jovem (conhecido como “saqi”, “copeiro” ou “bebedor de vinho”), também inspiradas pela poesia contemporânea, com claras referências homoeróticas (REDFORD, 2013, p. 92).

Assume-se também que algumas taças pequenas, como a do Museu de Adana (Fig. 17, nº 1), foram especialmente comissionadas para alguma ocasião especial. A louça vem de Misis, antiga Mopsuestia, localizada na margem direita do Rio Ceyhan, na antiga Pyramos, cerca de 20 km a leste de Adana. Um jovem é retratado sentado com vestes ricas; duas fitas descendem da manga direita até o chão. Ele segura um cetro com sua mão direita, enquanto sua mão esquerda está levantada. Ao lado, dois copeiros, respectivamente, levantam dois copos cônicos alargados em vidro ou metal, com os lados esquerdo e direito decorados com linhas horizontais, produzidos entre 1188 e 1268. Figuras similares, inspiradas pelo mesmo sincretismo entre a cultura ocidental (Normanda) e árabe, aparecem, por exemplo, em decorações da Capela Palatina, em Palermo.

Alguns detalhes técnicos são comuns à produção do Porto St. Symeon e Kinet. Trata-se de bordas serrilhadas, os temas das faixas na aba e a imagem do copeiro ou bebedor. Do ponto de vista figurativo, é interessante observar que essa cerâmica inclui várias influências, alcançando das cerâmicas do Chipre (“porcelana de *sgraffito* cipriota”) aos ecos da “porcelana de Zeuxippos” ou da proto-maiólica italiana. Por exemplo, no pretexto de duas figuras flanqueadas pelo homem jovem de Adana (Fig. 17, nº 1), a imitação das cerâmicas cipriotas é muito clara, enquanto a decoração da aba se assemelha mais às cerâmicas bizantinas ou, especialmente, às italianas.

Conclusões

Neste capítulo, procuramos ilustrar alguns aspectos da evolução da cerâmica em uma parte da Anatólia (a área sul-ocidental da atual Turquia) aberta às múltiplas

influências devido a sua proximidade com o mar. Os períodos, alcançando da expansão grega do século VII AEC às Cruzadas, são considerados grosseira e holisticamente.

Contudo, é possível perceber que em todas as eras houve um intenso intercâmbio de formas e decorações, acima de tudo entre as regiões da Síria Setentrional, Anatólia Meridional e Ilha de Chipre, por razões geográficas óbvias. Por vezes, o cenário também se enriqueceu com influências da Grécia e às vezes da Europa Meridional (Itália). Nos picos de maior interfluxo, as várias influências deram ascensão às permeabilidades e expressões originais com um espalhamento no Mediterrâneo Oriental.

Agradecimentos

Externamos nossos fraternos agradecimentos ao Prof. Dr. Marcio Teixeira-Bastos e ao Prof. Dr. Vagner Carneiro Porto pelo convite para este livro. Especialmente, ao primeiro pela tradução, revisão e editoração deste capítulo em português. Também, aos esforços preliminares de tradução de Nicolas Ribeiro Porto (Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo), e Lorena Ribeiro Porto (Faculdade de Letras da Universidade Anhembi Morumbi).

Referências

- ADAK-ADIBELLI, I. *Tarsus Geç Roma Seramiği*, unpub. Doctoral thesis, Ankara Üniversitesi, Ankara, 2006.
- ANNUAL REPORT OF DEPARTMENT OF ANTIQUITIES, Cyprus 1984.
- ARNON, Y. D. *Pottery, oil lamps and carved stone, in Excavation in Marcus Street, Ramla*, Contract Archaeology Report 2, Haifa, 2007, pp. 38-99.
- BALLET, P. Les céramiques d'Alexandrie aux époques hellénistique et romaine, BSFAC, XXX, 1996-1997, RA, 1998, pp. 193-199.
- BALLET, P. Céramiques hellénistiques et romaine d'Égypte. In: É. GENY (ed.) *Céramiques hellénistiques et romaines 3*, Paris, 2001, pp. 105-144.
- BARBÉ, H.; SHAPIRO, A. Remains of the Mamluk and Ottoman periods at Kafr Kanna, *Atiqot*, 72, 2012, pp. 57-84.
- BENNET, W. J. Jr.; BLAKELY, J. A. *Tell el-Hesi, The Persian period (stratum V)*, [The joint archaeological expedition to Tell el-Hesi 3], vols. 1-2, Winona Lake, IN, 1989.

DOIS MIL ANOS DE CERÂMICA NA CILÍCIA

- BEYER, D. et alii. Porsuk (Zeyve Höyük): Rapport sommaire sur la campagne de fouilles de 2004, *AnatAnt* 13, 2005, pp. 295-318.
- BLACKMAN, M. J.; REDFORD, S. Neutron activation analysis of medieval ceramics from Kinet, Turkey, especially Port Saint Symeon ware. *Ancient Near Eastern Studies* 42, 2005, pp. 83-186.
- BOARDMAN, J. *The Greek overseas. Their early colonies and trade*, London 1980.
- BOARDMAN, J.; HAYES, J. *Excavations at Tocra. 1963-1965*, Oxford, 1966.
- BOARDMAN, J.; SOLOVYOV, S. L.; TSETSEKHLADZE, G. R. *Northern Pontic antiquities in the State Hermitage Museum*, Leiden-Boston, 2001.
- BOAS, A. J. Archaeological sources for the history of Palestine: the Frankish period: a unique medieval society emerges. *Near Eastern Archaeology* 61, 3, 1998, pp. 138-173.
- BONOMI, L. Cimiteri paleocristiani di Sofiana (Retroterra di Gela). *Rivista di archeologia cristiana* 40, 3-4, 1964, pp. 169-220.
- CALLAGHAN, J. P. The trefoil style and second-century Hadra vases, *BSA* 79, 1980, pp. 33-47.
- COLDSTREAM, J. N. *Greek Geometric pottery*, London, 2009.
- COMFORT, H.; MILES, G. C.; WAAGÉ, F. O. *Antioch-on-the-Orontes*, vol. 4, part 1: *Ceramics and Islamic coins*, Princeton, NJ, 1948.
- CONNOR, P.; JACKSON, H. *A catalogue of Greek vases in the collection of the University of Melbourne in the Ian Potter Museum*, Melbourne, 2000.
- CONZE, A. Griechische Kohlenbecken. *JdI* 5, 1890, pp. 118-141.
- COOK, B. F. *Inscribed Hadra vases in the Metropolitan Museum of Art*, The Metropolitan Museum of Art Papers 12, New York, 1966.
- COOK, B. F. A dated Hadra vase in the Brooklyn Museum. *Brooklyn Museum Annual* 10, 1968-1969, pp. 114-138.
- COOK, B. F. Some group of Hadra vases. In: N. BONACASA e A. DI VITA (eds.) *Alessandria e il mondo ellenistico-romano* Studi in onore di Achille Adriani, Studi e materiali 4-6, Rome, 1984, pp. 795-803.
- COOK, R. M.; Dupont, P. *East Greek pottery*, London, 1998.
- CORPUS VASORUM ANTIQUORUM – CVA, Prague, Université 2.
- DE SOUZA, Ph. *Piracy in the Graeco-Roman world*, Cambridge, 1999.
- DE VRIES, K. Attic pottery in the Achaemenid empire, *AJA* 81, 1977, pp. 544-548.
- DIEDERICHS, C. *Salamine de Chypre*, vol. 9: *Céramiques hellénistiques, romaines et byzantines*, Paris, 1980.
- DREW-BEAR, Th.; DEMİRKÖK, F.; DÖNMEZ, E. Ş.; TÜRKÜZÜN, M. (eds.) *Anadolu Kültür-Sanat ve Arkeoloji Müzesi*, Istanbul, 2007.
- DUMAN, B. *Kilikya Bölgesi'ndeki Hadra Hydriaları*, unpubl. masters thesis, Selçuk Üniversitesi, Konya, 2002.
- ENKLAAR, A. Chronologie et peintres des hydries de Hadra. *BABesch* 60, 1985, pp. 106-151.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

- ENKLAAR, A. Les hydries de Hadra 2. Formes et ateliers. *BABesch* 61, 1986, pp. 41-65.
- ENKLAAR, A. Preliminary report on the pottery found at Hadra station in 1987. In: J.-Y. EMPEREUR (ed.) *Commerce et artisanat dans l'Alexandrie hellénistique et romaine. Actes du colloque d'Athènes 11-12 décembre 1988*, BCH Suppl. 33, Paris, 1998a, pp. 15-24.
- ENKLAAR, A. La céramique fine hellénistique d'Alexandrie. In: J.-Y. EMPEREUR (ed.) *Commerce et artisanat dans l'Alexandrie hellénistique et romaine. Actes du colloque d'Athènes 11-12 décembre 1988*, BCH Suppl. 33, Paris, 1998, pp. 261-274.
- EQUINI SCHNEIDER, E. *Elaiussa Sebaste*, vol. 1: campagne di scavo, 1995-1997, Rome, 1999.
- EQUINI SCHNEIDER, E. (ed.) *Elaiussa Sebaste*, vol. 2: Un porto tra Oriente e Occidente, Rome, 2003.
- EQUINI SCHNEIDER, E. (ed.) *Elaiussa Sebaste*, vol. 3: L'agorà romana, Istanbul, 2010.
- EQUINI SCHNEIDER, E. Spazi di vita, spazi di attività e trasformazioni sociali nella provincia di Cilicia: il caso di Elaiussa Sebaste, *Bollettino di archeologia on line*, 2010b. Disponível em: www.archeologia.-beniculturali.it
- FERRAZZOLI, A. F.; RICCI, M. La ceramica. In: EQUINI SCHNEIDER (ed.) *Elaiussa Sebaste 3. Lagora Romana* (Istanbul 2010), pp. 186-224.
- GABELMANN, H. *Zur hellenistisch-römischen Bleiglasurkeramik*. *JDAI* 90, 1974, pp. 260-307.
- GATES, C. Greeks in the East. A view from Cilicia. In: S. SOLOVYOV (ed.) *Archaic Greek culture: history, archaeology, art & museology*, Proceedings of the international round-table conference June 2005, St-Petersburg, 2010, pp. 41-45.
- GATES, M.-H.; GATES, C.; REDFORD, S.; EGER, A. A. Excavations at Kinet Höyük and Hisn Al-Tinat. In: A. ÖZFIRAT e Ç. UYGUN (eds.) *Hatay Arkeolojik Kazı ve Araştırmaları, Hatay*, 2015, pp. 157-171.
- GJERSTAD, E. *Pottery from various parts of Cyprus*. In: E. GJERSTAD et al. (eds.) *Greek Geometric and Archaic pottery found in Cyprus*. Skrifter Utgivna av Svenska Institutet in Athen 26, 4, Acta Instituti Atheniensis regni Sueciae, Series, Stockholm, 1977, pp. 23-60.
- GOLDMAN, H. *Excavations at Gözli Kule, Tarsus*, vol. 1: text, the Hellenistic and Roman periods, Princeton, NJ, 1950.
- GREAVES, A. M. *The land of Ionia. Society and economy in the Archaic period*, Malden, MA, 2010.
- GÜNEŞ, F. *Kyzikos Antik Kenti 2006-2007 Kazı Dönemi Seramik Buluntuları*, unpubl. doctoral thesis, Atatürk Üniversitesi, Erzurum, 2008.
- GUNNEWEG, J.; I. PERLMAN; YELLIN, J. The provenience, typology and chronology of eastern terra sigillata, *Qedem* 17, Jerusalem, 1983.
- GUNNEWEG, J. Roman pottery trade in the eastern Mediterranean, *ReiCretRomFautActa* 25/26, 1987, pp. 119-129.
- GUTFELD, O. Ramla: Final report on the excavations north of the White Mosque, *Qedem* 51, Jerusalem, 2010.
- HAYES, J. W. *Paphos*, vol. 3: the Hellenistic and Roman pottery. Nicosia, 1991.

DOIS MIL ANOS DE CERÂMICA NA CILÍCIA

- HAYES, J. W. *Excavations at Saraçhane in Istanbul*, vol. 2: the pottery, Princeton, NJ, 1992.
- HAYES, J. W. Les sigillées orientales. In: P. LÉVÊQUE (ed.) *Céramique hellénistique et romaine*, vol. 3, Publications du Centre Camille Julien, 28, Paris, 2001, pp. 145-160.
- HAYES, J. W. *The Athenian Agora*, vol. 32: Roman pottery, fine-ware imports. Princeton, NJ, 2008.
- HELLSTRÖM, P. *Labraunda. Swedish excavations und researches*, vol. 2, part 1: Pottery of Classical and later date, terracotta lamps and glass. Lund, 1965.
- HOCHULI-GYSEL, A. Kleinasiatische glasierte Reliefkeramik (50 v. Chr. bis 50 n. Chr.) und ihre oberitalischen Nachahmungen, *Acta Bernensia* 7, Bern, 1977.
- HOCHULI-GYSEL, A. La céramique à glasure plombifère d'Asie Mineure et du bassin méditerranéen oriental (du Ier s. av. J.-C. au Ier s. ap. J.-C.). In: *Céramiques hellénistiques et romaines, productions et diffusion en Méditerranée orientale (Chypre, Égypte et côte syro-palestinienne)*. [Actes du colloque tenu à la Maison de l'Orient méditerranéen Jean Pouilloux du 2 au 4 mars 2000], Travaux de la Maison d'Orient 35, Lyon, 2002. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/mom_1274-6525_2002_act_35_1_1140.
- HUMPHREY, J. H. *Excavations at Carthage 1975-1979: conducted by the University of Michigan*, Ann Arbor, MI, 1978.
- JONES, M. The Early Christian sites at Tell El-Amarna and Sheikh Said, *The Journal of Egyptian Archaeology* 77, 1991, pp. 129-144.
- LANE, A. Medieval finds at Al Mina, *Archaeologia* 87, 1938, pp. 19-78.
- LEROUX, G. *Lagynos*, Paris, 1913.
- LUND, J. Eastern Sigillata B: a ceramic fine ware industry in the political and commercial landscape of the Eastern Mediterranean. In: C. ABEDIE-REYNAL (ed.) *Les céramiques en Anatolie aux époques hellénistiques et romaines*. Actes de la Table Ronde d'Istanbul, 23-24 mai 1996. Istanbul, 2003, pp. 125-136.
- MOREL, J. P. *Céramique campanienne: les formes*. École française de Rome, Rome, 1981.
- NOCON, K. A Hellenistic brazier from the Jagiellonian University Institute of Archaeology Collection of Antiquities. *Studies in ancient art and civilization* 20, 2016, pp. 103-112.
- OVIDI, S. Un contributo al corpus delle hidrie di Hadra. *BdA* 86-87, 1994, pp. 1-36.
- PLOUG, G. *Sukas*, vol. 2: The Aegean, Corinthian and Eastern Greek pottery and terracottas, Det Kongelige Danske Videnskabernes Selskab, Historisk – *Filosofiske Skrifter* 6, 2, Copenhagen, 1973.
- RAHMANI, L. Y. Hellenistic brazier fragments from Israel. *IEJ* 34, 1984, 224-231.
- RECKE, M. Der Blick von Außen – kulturelle Beziehungen zu Zypern in der späten Bronze – und frühen Eisenzeit. In: R. BOL, K. KLEIBL e S. ROGGE (eds.) *Zypern – Insel im Schnittpunkt interkultureller Kontakte: Adaption und Abgrenzung von der Spätbronzezeit bis zum 5. Jahrhundert v. Chr.*, Münster, 2010, pp. 265-288.
- REDFORD, S. On Sāqīs and ceramics: systems of representation in the northeast Mediterranean. In: D. H. WEISS e L. MAHONEY (eds.) *France and the Holy Land. Frankish culture at the end of the Crusades*, Baltimore, MA-London, 2004, pp. 282-312.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

REDFORD, S. Portable palaces: on the circulation of objects and ideas about architecture in medieval Anatolia and Mesopotamia. In: H. E. GROSSMANN e A. WALKER (eds.) *Mechanism of exchange: transmission in medieval art and architecture of the Mediterranean, ca. 1000-1500*, Leiden, 2013, pp. 84-114.

ROTROFF, S. I. *The Athenian Agora*, vol. 29: Hellenistic pottery: Athenian and imported wheelmade table ware and related material, Princeton, NJ, 1997.

ROTROFF, S. I. *The Athenian Agora*, vol. 33: Hellenistic pottery: the plain wares, Princeton, NJ, 2006.

ŞAHİN, M. Hellenistic braziers in the British Museum: trade contacts between ancient Mediterranean cities. *Anatolian Studies* 51, 2001, pp. 91-132.

SCHAEFFER, J. S.; RAMAGE, N. H.; CRAWFORD, H. G., Jr. (eds.) *The Corinthian, Attic, and Lakonian Pottery from Sardis*. Archaeological Exploration of Sardis 10, Cambridge, MA, 1997.

SCHREIBER, N. *The Cypro-Phoenician pottery of the Iron Age*, Leiden, 2003.

SETON-WILLIAMS, M. V. Cilician Survey. *Anatolian Studies* 4, 1954, pp. 121-174.

SLANE, K. W.; SANDERS, G. D. R. Corinth: Late Roman Horizons. *Hesperia* 74, 2005, pp. 243-297.

SODINI, J. P.; TATE, G.; BAVANT, B.; BAVANT, S.; BISCOP, J. L.; ORSSAUD, D. Dehes (Syrie du Nord), campagnes I-III (1976-1978). Deuxième partie. Remarques générales. *Syria* 57, 1, 2005, pp. 183-301.

TUSHINGHAM, A. D. Excavations at Dibon (Dhiban). In: *Moab, the third campaign 1952-1953*, Annual of the American School of Oriental Research 40, 1972.

ÜNLÜ, Y.; GÜRKAN, F. G. *Mersin Gayrettepe Kurtarma Kazısı*. In: IX. Müze Kurtarma Kazıları Semineri, 27-29 Nisan 1998, Antalya, Ankara, 1998, pp. 89-94.

VESSBERG, O.; WESTHOLM, A. *The Swedish Cyprus Expedition*, vol. 4, 3: the Hellenistic and Roman periods in Cyprus, Stockholm, 1956.

VILLARD, F.; VALLET, G. *Mégara Hyblea, vol. 5: lampes de VIIe siècle et chronologie des coupes ioniennes*. In: *Le monde grec colonial d'Italie du Sud et de Sicile [recueil d'articles]*. Publications de l'École française de Rome 218, Rome, 1996, pp. 271-292. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/efr_0223-5099_1996_ant_218_1_5637.

VOKAER, A. La brittle ware byzantine et omeyyade en Syrie du nord. In: M. BONIFAY e J. C. TRÉGLIA (eds.) *LRCW 2, Late Roman coarse wares, cooking wares and amphorae in the Mediterranean*. Archaeology and archaeometry, vol. 2, British Archaeological Reports, International Series 1662, Oxford, 2007, pp. 701-713.

VOKAER, A. Brittle ware trade in Syria between the 5th and 8th centuries. In: M. MUNDELL MANGO (ed.) *Byzantine trade, 4th - 12th centuries*. The archaeology of local, regional and international exchange. Papers of the Thirty-eight Spring Symposium of Byzantine Studies. St. John's College, University of Oxford, March 2004, Farnham-Burlington, 2009, pp. 121-136.

VOKAER, A. Cooking in a perfect pot. Shapes, fabric and function of cooking wares in late antique Syria. In: G. MENCHELLI, S. SANTORO, M. PASQUINUCCI e G. GUIDUCCI (eds.) *LRCW 3, Late Roman coarse wares, cooking wares and amphorae in the Mediterranean*. Archaeology and archaeometry. Comparisons between western and eastern Mediterranean, vol. 1, British Archaeological Reports, International Series 2185 (I), Oxford, 2010, pp. 115-129.

DOIS MIL ANOS DE CERÂMICA NA CILÍCIA

VORDERSTRASSE, T. The iconography of the wine drinker, in Port St Symeon' ware from the Crusader era. *Eastern Christian Art* 2, 2005, pp. 59-72.

VORDERSTRASSE, T. A port without a harbour: reconstructing medieval Al-Mina. In: J. G. SCHRYVER (ed.) *Studies in the archaeology of the medieval Mediterranean*, Leiden, 2010, pp. 15-39.

VROOM, J. Limyra in Lycia: Byzantine/Umayyad pottery finds from excavations in the eastern part of the city. In: S. LEMAÎTRE (ed.) *Céramiques antiques en Lycie (VII sec. a. C. – VII sec. p. C.)*, Actes de la table-ronde de Poitiers, 21-22 mars 2003, Études 16, Bordeaux, 2007, pp. 261-292. Disponível em: <https://books.openedition.org/ausonius/855?lang=en>

VROOM J. Medieval ceramics and archaeology of consumption in eastern Anatolia. In: T. VORDERSTRASSE e J. ROODENBERG (eds.) *Archaeology of the countryside in medieval Anatolia*, Leiden, 2009, pp. 235-258.

VROOM, J. Tea and ceramics: new perspectives on Byzantine pottery from Limyra. In: M. SEYER (ed.) *40 Jahre Grabung Limyra*, Akten des internationalen Symposions Wien, 3. Vienna, 2012, pp. 343-358.

WHITE, D. *The extramural sanctuary of Demetra and Persephone, Libya: the east Greek, island and Laconian pottery*, Hanover, PA, 1985.

WILLIAMS, C., *Anemurium*. The Roman and Early Byzantine pottery, Wetteren, 1989.

WINTER, E. Formen ptolemäischer Präsenz in der Ägäis zwischen schriftlicher Überlieferung und archäologischem Befund. In: F. FLESS e F. DAUBNER (eds.) *Militärsiedlungen und Territorialherrschaft in der Antike*. Kongress Berlin 2008, Berlin, 2010, pp. 69-81.

YAĞCI, R.; YİĞİTPAŞA, D. Excavations at Soli Pompeiopolis in 2016. Soli Pompeiopolis 2016 Kazıları, *ANMED News Bulletin on Archaeology from Mediterranean Anatolia* 15, 2017, pp. 108-118.

YILMAZER ÇORBACI, H. *Anadolu'da Alabastronlar*, unpubl. Doctoral thesis, Selçuk Üniversitesi, Konya, 2005.

ZOROĞLU, K. L. *Kelenderis*, vol. 1: Kaynaklar, Kalıntılar, Buluntular, Ankara, 1994,

ZOROĞLU, K. L. Kelenderis Nekropolü. *Olba* 3, 2000, pp. 115-133.

ZOROĞLU, K. L. Hellenistic pottery from Kelenderis. In: *Στ' Επιστήμονική Συμμετοχή Για την Ελληνιστική Κεραμική Βολος 17-23 Απριλίου 2000*, Athens, 2004, pp. 299 -310.

ZOROĞLU, K. L. Kelenderis in achämenidischer Zeit. In: B. BRANDT, V. GASSNER e S. LADSTÄTTER (eds.) *Synergia. Festschrift für Friedrich Krinzinger*, vol. 2, Vienna, 2005, pp. 395-400.

ZOROĞLU, K. L. Kelenderis ve Karaçalı Nekropollerini. Klasik Çağa Ait İki Mezarlık Hakkında Düşünceler. In: İ. DELEMEN, S. ÇOKAY-KEPÇE, A. ÖZDİZBAY e Ö. TURAK (eds.) *Prof. Dr. Haluk Abbasoğlu'na 65. Yaş Armağanı*. Euergetes, Istanbul, 2008, pp. 1235-1246.

ZOROĞLU, K. L. *Corpus Vasorum Antiquorum*. Silifke Museum, Istanbul, 2009.

ZOROĞLU, L.; BOZKURTTAN, R.; ÖZDEMİR, B. Kelenderis 2016 Yılı Arazi ve Onarım Çalışmaları. In: 39. *Kazı Sonuçları Toplantısı, 22-26 Mayıs 2017*, Bursa, vol. 3, Bursa, 2017, pp. 1-16.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO DAS RUAS NA ANTIGUIDADE: ANTIOQUIA E A AVENIDA DAS COLUNATAS

Gilvan Ventura da Silva
*Universidade do Espírito Santo,
Vitória*

Palavras iniciais

A criação de Antioquia, uma das mais importantes cidades do Mundo Antigo, remonta a 300 AEC, quando Seleuco I, cognominado Nicátor (isto é, “Vencedor”), um dos generais de Alexandre, decidiu transferir os habitantes de Antigônia – cidade fundada em 307/306 AEC por Antígono Monoftalmo nas imediações do Lago de Amuk – para um novo sítio às margens do Orontes¹⁶. A fundação de Antioquia ocorre ao mesmo tempo que a de Selêucia Pieria, uma pólis litorânea destinada, mais tarde, a se tornar a principal via de acesso dos antioquenos ao mar. Na avaliação de Downey (1961, p. 71), apoiando-se para tanto num argumento formulado por Wycherley (1949, p. 35), Antioquia talvez constitua um exemplo típico da “produção em massa de novas cidades helenísticas que ocorreu sob Alexandre e seus sucessores”. No entanto, ao que tudo indica, a criação simultânea de Antioquia e Selêucia Pieria, duas cidades vizinhas, parece exprimir um desejo de Seleuco em facilitar a conexão da *hinterland* da Síria e Ásia Menor com a costa leste do Mediterrâneo. Erguida devido a exigências de natureza estratégica ou com a finalidade de celebrar o poderio dos selêucidas num contexto em que os diádocos costumavam se apresentar como generosos evérgetas, expandindo por todo o Oriente a malha urbana, o fato é que Antioquia estava destinada a assumir

16 Antígono, derrotado na batalha de Ipsus, foi obrigado a repartir suas possessões no Oriente entre Lisímaco e Seleuco, tendo este último se apoderado da Síria e da Mesopotâmia (DOWNEY, 1961, p. 61).

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO DAS RUAS NA ANTIGUIDADE

uma posição de destaque, eclipsando Selêucia Pieria, que, de início, havia sido projetada como capital do reino selêucida.

De fato, ao longo dos anos, Antioquia experimentou acréscimos sucessivos, a ponto de os autores antigos referirem-se a ela como uma *tetrapólis*, ou seja, uma pólis que abrigava em si mesma quatro núcleos distintos de povoamento¹⁷. Um dos fatores que contribuíram para o protagonismo da cidade reside, sem dúvida, na sua localização privilegiada, pois o plano topográfico seguia a disposição de uma antiga rota de caravanas, que, orientada no sentido Nordeste-Sudoeste, partia das imediações de Bereia, no norte da Síria, em direção a Laodiceia, no litoral mediterrâneo. Por essa razão, o plano de Antioquia, em lugar de obedecer aos pontos cardeais, como seria de se esperar, acompanhava antes os pontos colaterais. Na opinião de Lassus (1972, p. 140), foi o desejo de controlar esta rota que teria levado Seleuco a fundar Antioquia, muito embora, num primeiro momento, a rota não tivesse sido incorporada ao território cívico. No entanto, quando da criação do bairro de Epifânia por Antíoco IV (175-163 AEC), a rota passa a integrar, em definitivo, o perímetro urbano, convertendo-se na espinha dorsal da cartografia da cidade, como comprovam as obras de pavimentação e monumentalização destinadas a criar um dos mais esplêndidos conjuntos arquitetônicos de toda a Antiguidade: a avenida das colunatas, uma ampla rua ladeada de pórticos suntuosos que constituía o epicentro das principais atividades econômicas¹⁸, administrativas, lúdicas e religiosas. Nesse sentido, qualquer investigação sobre o território de Antioquia deve levar em conta, obrigatoriamente, o traçado da avenida das colunatas, que em pleno século XX ainda subsistia como um marco na paisagem (Fig. 1). Neste capítulo, temos por finalidade expor a configuração arquitetônica da avenida das colunatas, bem como refletir sobre o seu papel como ponto focal para os usuários que por ela transitavam. Antes, porém, faz-se necessário dizer algumas palavras a respeito do lugar ocupado pelas ruas na agenda dos investigadores, que têm se esforçado em demonstrar a importância delas

17 Após a fundação de Antioquia, Seleuco I ou seu filho, Antíoco Sóter, estabeleceu outro assentamento, contíguo ao primeiro. Já Seleuco II Calínico, entre 246 e 226 AEC, teria lançado as bases da assim denominada Cidade Nova, na ilha formada pelo Orontes, cabendo a Antíoco III, o Grande (223-187 AEC), concluir a obra, quando então Antioquia se torna a principal metrópole do reino selêucida. Antíoco IV Epifânio (175-163 AEC), por sua vez, é o responsável pela criação de uma quarta “cidade”, nas imediações dos Montes Sílprios, à qual atribuiu o nome de Epifânia (UGGERI, 2009, p. 93).

18 A literatura arqueológica designa como pórtico todo vão aberto delimitado por colunas, em geral coberto, cuja profundidade seja superior à largura. O muro que o enquadrava ao fundo poderia ser cego ou receber entradas, janelas e portas que davam acesso a locais situados atrás do pórtico (GROS, 1996, p. 96).

quando se trata de apreender a dinâmica das cidades, tanto das antigas quanto das contemporâneas.



Fig. 1 – Vista aérea de Antioquia (1937).

Fonte: Redford (2014, p. 131). Department of Art and Archaeology, Princeton University. Com permissão.

As ruas, um artefato polissêmico

Alan Kaiser (2011), num estudo recente sobre a rede viária das cidades romanas, assinala a existência de um flagrante desinteresse por parte dos classicistas acerca das ruas e suas extensões imediatas (ágoras e fóruns), cuja investigação costuma ser preterida em favor dos edifícios, dos monumentos e das estradas extramuros, o que, de certo modo, não deixa de ser surpreendente, na medida em que a maioria dos espaços destinados ao uso público nas cidades greco-romanas era constituída exatamente pelas ruas e praças. Muito desse desinteresse reside decerto no caráter corriqueiro das ruas, cuja presença silenciosa e constante nos leva quase sempre a tomá-las como um pressuposto e não como um objeto a ser analisado e explicado. Em virtude do traçado amiúde retilíneo, as ruas parecem se confundir em padrões que exprimem certa monotonia. Ao mesmo tempo, como suportes

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO DAS RUAS NA ANTIGUIDADE

básicos para o deslocamento de pessoas, veículos e, por vezes, animais, as ruas são cruzadas a todo momento pelos transeuntes que, no decorrer de inúmeras idas e vindas, criam com elas uma familiaridade responsável por obscurecê-las, tornando-as elementos de uma paisagem que, aos olhos dos usuários, pode se afigurar contínua e permanente, cabendo à investigação histórica demonstrar o quanto a cidade, em especial suas ruas, comporta de movimento e de transformação (ROCHA; ECKERT, 2005, p. 3). Se, na condição de unidades básicas do urbanismo, as ruas são facilmente assimiladas como algo dado, sem elas, a própria existência da cidade estaria ameaçada, na medida em que, dentre tantos critérios que poderíamos evocar para definir uma cidade, o complexo viário é um dos mais – senão o mais – representativo (BUTCHER, 2003, p. 244). Quanto a isso, não foi por mero acaso que os antigos concederam aos agrimensores um papel decisivo na fundação dos assentamentos urbanos, pois, atuando como integrantes de uma autêntica confraria religiosa, cabia a eles fixar o plano das ruas a partir do *cardo maximus* e do *decumanus maximus*, quando então se podia afirmar que a *urbs* de fato nascera (RYKWERT, 2006, p. 55).

Em termos urbanísticos, Lynch (2006, p. 65 e ss.) qualifica as ruas como percursos (estradas, vias de pedestres, linhas de transporte público) ao longo dos quais o usuário se desloca habitual ou casualmente enquanto contempla a cidade. Os percursos, no entanto, não existem por si mesmos, mas se conjugam com outros elementos que conformam o espaço urbano, a saber: *margens*, *bairros*, *referências* e, principalmente, *nodos*, isto é, pontos estratégicos na direção dos quais o usuário se move e nos quais é autorizado a ingressar, conjunções, cruzamentos, locais de convergência do percurso (a maioria a céu aberto) que propiciam os encontros, como praças, parques e jardins. Dessa maneira, o estudo das ruas adquire uma evidente complexidade, pois importa prestar atenção não apenas na configuração dos percursos, mas igualmente no seu entorno, com destaque para os nodos, que mantêm com as ruas um diálogo permanente. Em geral, os percursos constituem os elementos urbanos predominantes na imagem que os grupos sociais elaboram da sua cidade, sendo de imediato qualificados em função das suas dimensões físicas, capazes de suscitar sentimentos de liberdade ou de angústia, conforme o caso. Em seguida, os percursos costumam ser lembrados por um conjunto de outros atributos não menos relevantes: a concentração de atividades específicas nas suas laterais, o que por vezes interfere na

escolha do topônimo (Rua dos Alfaiates, Rua da Feira); um *design* específico ou uma decoração pouco usual (*ramblas*, bulevares, passeios a beira-mar); um tipo particular de pavimentação (rua revestida de pedras portuguesas, de cascalhos, de paralelepípedos); um sistema sofisticado de iluminação; um amálgama de odores e rumores, pois as ruas, como nenhum outro local da cidade, se prestam à difusão e interpenetração de aromas, fedores e ruídos; um tratamento paisagístico diferenciado (ruas arborizadas, ruas com canteiros centrais). São esses fatores que conferem à rua *figurabilidade*, ou seja, a capacidade de evocar, no observador, uma imagem vigorosa e inconfundível de determinado objeto físico que se destaca no contexto urbano (LYNCH, 2006, p. 31). Plena de significado e de simbolismo, a lembrança dos percursos, a memória que deles se elabora, costuma ser acompanhada por sensações que oscilam entre o prazer e o medo, de acordo com as experiências dos indivíduos que, na condição de elementos móveis, são parte indissociável das ruas.

De fato, não é possível ou recomendável que as ruas, como qualquer outra intervenção urbanística, sejam tratadas apenas em termos da sua disposição espacial ou dos materiais que as compõem, sem atentar para os usos que delas se fazem, suas modalidades de ocupação e as atividades que abrigam (tanto as ordinárias quanto as extraordinárias). Isso exprime uma tendência contemporânea no estudo das ruas romanas, pois os arqueólogos, superando uma fase anterior na qual predominavam a prospecção intensiva da malha viária e a definição minuciosa das características físicas dos percursos e nodos (largura, extensão, tipo de pavimento, orientação e outros), têm se dedicado agora ao estudo do deslocamento, numa tentativa de compreender como a configuração espacial interfere na conduta dos agentes e vice-versa (KAISER, 2011, p. 3). Essa nova perspectiva de análise das ruas antigas, trazidas à luz pela ação laboriosa dos arqueólogos, nos remete à existência de um nexu indissolúvel entre o ambiente construído e os usuários. Isso se dá pois, como têm salientado, na atualidade, diversos autores, a cultura material não exprime passivamente a maneira pela qual a sociedade se organiza, mas contribui ela mesma para a produção da sociedade, de modo que os artefatos, utensílios, monumentos, construções e toda a plêiade de iniciativas visando a circunscrever e a transformar, em maior ou menor grau, determinado território são dotados de força motriz, influenciando assim a ação dos usuários, condicionando seus movimentos, despertando sentimentos, evocando

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO DAS RUAS NA ANTIGUIDADE

lembranças – mesmo à revelia da consciência imediata que sobre isso se possa ter (HODDER, 1994, p. 74; REDE, 2012, p. 145)¹⁹. Tal linha de investigação, perseguida por arqueólogos, arquitetos, geógrafos e urbanistas, é uma das diretrizes que impulsionam a assim denominada “virada espacial” (*spatial turning*) que há alguns anos vem se delineando no domínio das Ciências Humanas. Por virada espacial compreende-se o princípio segundo o qual a estrutura arquitetônica ou urbanística (ou seja, os arranjos físicos dos edifícios, monumentos, percursos, nodos, margens) não deve ser considerada elemento passivo, mas antes deve ser interpretada como um vetor que possibilita a produção e reprodução das relações sociais, pois a disposição de um lugar é um fator condicionante das atividades que aí ocorrem – motivo pelo qual um ambiente amplo e plano, a exemplo das avenidas e praças, tenderia a encorajar movimentos expansivos compartilhados por uma grande quantidade de pessoas, como demonstra Diane Favro (1996) ao tratar dos festivais realizados no *Vallis Murcia*, em Roma²⁰.

Como argumenta Shepardson (2014), não é possível alcançar a complexidade dos processos históricos sem considerar os lugares onde tais processos acontecem, pois as ações humanas não ocorrem *in vitro*, numa dimensão neutra e asséptica, como se um evento pudesse existir em caráter autônomo, dissociado do seu suporte espacial. Pelo contrário: o lugar é uma variável que não deve ser ignorada pelos historiadores nas explicações que elaboram sobre o passado, pois, se os lugares são construídos pelos agentes, eles também possibilitam e condicionam o desempenho humano, constatação que tem proporcionado a reaproximação entre a História e a Geografia, para benefício de ambas. O liame entre ambiente construído e usuários se fundamenta no argumento segundo o qual, se o espaço é conformado na interseção entre um repertório de práticas e um sistema de símbolos, ele, por sua vez, interfere diretamente na atualização dessas mesmas práticas e na reprodução desses mesmos símbolos (PEARSON; COLLINS, 1994, p. 5), o que nos obriga a reconhecer o protagonismo exercido

19 Sob essa perspectiva, o tratamento das ruas, na Antiguidade, parece absorver, com uma decalagem de algumas décadas, os princípios sustentados pela Arqueologia Processual, vertente de interpretação da cultura material que, evitando a análise de construções, artefatos e utensílios por si mesmos, buscava apreendê-los na interação com os usuários, o que exigiu o “repovoamento” dos sítios (ALDROVANDI, 2009, p. 16).

20 Consoante os princípios da virada espacial, Pearson e Collins (1994, p. 3) afirmam que “os espaços comandam os corpos, prescrevem gestos, rotas e distâncias a ser cobertas”, de maneira que até mesmo a noção de meio-ambiente, outrora confundida com a categoria “natureza”, passa agora a ser compreendida como um artefato cultural.

pelos arranjos espaciais na produção/reprodução da vida social, tanto do ponto de vista das ações concretas quanto do ponto de vista das representações. Assim sendo, conclui-se que qualquer proposta de investigação que tenha por finalidade elucidar a maneira como os usuários se relacionam com as ruas, como elas são ocupadas, construídas, destruídas, alteradas e imaginadas pelos distintos grupos sociais deve necessariamente conjugar as características físicas das vias públicas com as atividades nelas executadas e com as representações que engendram, numa tentativa de se apreender a configuração material e simbólica desses artefatos absolutamente heteróclitos, polissêmicos e polifônicos como são as ruas.

A rua constitui uma dimensão ímpar da vida urbana, em especial nas cidades de maior porte, nas quais a diversidade de etnias, crenças, ideologias, estilos de vida, ofícios e interesses extravasa do âmbito privado na direção dos logradouros públicos, convertidos em autênticas vitrines do ecletismo cultural próprio das sociedades humanas – razão pela qual, segundo Lynch (2006, p. 23), é impossível compreender a rua de modo satisfatório sem levar em conta as pessoas que por ela transitam com propósitos os mais variados. Na avaliação de Lefebvre (2004, p. 29), a rua é o local privilegiado do encontro, um teatro espontâneo no qual as pessoas são atores e espectadores. Na rua, processam-se as misturas e combinações mais improváveis, pois para ela convergem indivíduos das mais distintas origens e condições sociais, que repartem o espaço público de modo solidário ou a contragosto, por vezes com indiferença, mas nunca em completa discrição. Polivalente, a rua cumpre funções de natureza pedagógica, lúdica, econômica e política, dentre tantas outras. Vivendo e convivendo na rua, o indivíduo tem a possibilidade de adquirir conhecimentos aos quais dificilmente teria acesso de outra forma, ao mesmo tempo que se diverte com os múltiplos festejos, folguedos e jogos dos quais a rua é o palco privilegiado. Local por excelência do entretenimento, da descontração e da confraternização, a rua é também um lugar de trabalho, e árduo por sinal. Para muitos profissionais, a despeito do caráter lícito ou ilícito do ofício que exercem, a rua representa a garantia da sobrevivência diária, como vemos no caso dos comerciantes: sejam os mais bem situados na profissão, que, com suas lojas, detêm a capacidade de tornar célebre este ou aquele logradouro; os camelôs, que, muitas vezes ao arrepio da lei, se estabelecem por conta própria em plena via pública, dificultando o trânsito; ou

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO DAS RUAS NA ANTIGUIDADE

os ambulantes, que, num vaivém incessante, oferecem seus produtos aos transeuntes. Em virtude da sua disposição física, em geral a céu aberto, a rua e tudo o mais nela contido se oferecem sem maiores pudores ao olhar, tornando-se assim um cenário apropriado para todas as demonstrações, visando a conferir visibilidade a determinada causa, convicção ou ideologia. Nesse sentido, a rua é também o lugar do protesto coletivo, das reivindicações de massa, do confronto com as autoridades constituídas, que, por vezes, têm de se desdobrar para conter o furor da multidão em revolta.

A pluralidade de funções exercidas pela rua nos revela o quanto esta comporta de fluidez, movimento e dinâmica, de modo que a rua, em oposição à casa, ao recinto doméstico, é tida por vezes como um lugar perigoso, ameaçador, desprovido de regras e não raro dominado por entidades e potências malignas (DAMATTA, 1997, p. 52-53). A rua seria, então, o ambiente preferido das pessoas de índole duvidosa (baderneiros, beberrões, ladrões, prostitutas, agitadores), em agudo contraste com os “homens de bem”, as moças e rapazes “de família”, que não poderiam, em absoluto, ser flagrados errando pelas ruas. Como consequência, a história da rua é solidária da história das práticas policiais, dos mecanismos de controle da população acionados por todos aqueles investidos da autoridade de disciplinar a apropriação do espaço público, de regular os trânsitos e os comportamentos, de delimitar as fronteiras entre o exterior e o interior, entre o que é próprio da rua e o que é próprio da casa, da escola, da igreja (AGULHON, 1997, p. 8). Isso nos conduz a investigar, para além das atividades que ocorrem na rua, todas as propostas autoritárias de enquadramento da população, cujo uso do espaço coletivo é amiúde controlado pelos agentes do governo e pelos porta-vozes da moralidade pública – com destaque para os líderes religiosos de orientação cristã, que desde cedo fizeram da cidade, de suas ruas, praças e avenidas, realidades contaminadas pelo *saeculum*, termo empregado não no sentido de “secular”, de algo desprovido de qualquer conotação sobrenatural, mas no sentido de tempo ímpio, profano e, como tal, oposto ao tempo sagrado reservado a Deus (FLORISTÁN SAMANES; TAMAYO-ACOSTA, 1999, p. 766). Disso resulta que a história das ruas se confunde, no limite, com a história das representações que, ao pretender disciplinar a atitude da população, impõem restrições à maneira pela qual as ruas são apropriadas, estabelecendo códigos de conduta o mais das vezes irrealizáveis, posto que em franco desacordo com as

condições de vida, com os interesses e aspirações daqueles que são alvo de tais investidas: os homens e mulheres comuns que, por meio de um repertório de táticas forjadas no cotidiano, vão sabotando as estratégias do poder, reduzindo sua eficácia e comprometendo sua legitimidade, conforme pondera Certeau (2008, p. 99-100).

Uma metrópole iluminada pelo *spatial turning*

Toda essa exuberância analítica contida nas ruas de uma cidade pode ser verificada no caso de Antioquia, uma metrópole multicultural que abrigava, sob o Império Romano, uma população em contínuo crescimento devido à migração de indivíduos provenientes da *khora* ou mesmo de outras regiões da Síria-Palestina e Ásia Menor, que a ela se dirigiam em busca de melhores condições de vida (SALIOU, 2000, p. 809). Antioquia apresentava-se assim como uma cidade vibrante que nutria um entusiasmo particular pelos festivais, jogos e espetáculos, com destaque para a festa das Calendas de Janeiro, com duração de três dias, e para o festival da Maiuma, em louvor a Dioniso e Afrodite, celebrados a cada três anos por um período de trinta dias²¹. Essa exuberância festiva de Antioquia, que se traduzia numa rede de relações de sociabilidade bastante intensa, capaz de congrega, pelas ruas da cidade, conhecidos e desconhecidos, estrangeiros e residentes, cristãos, pagãos e judeus, derivava de uma longa tradição segundo a qual a vida, na pólis, costumava adquirir uma dimensão pública que muitas vezes se sobrepunha à dimensão privada. No Império Romano, a distinção entre público e privado não se pautava, em absoluto, pela clivagem cartesiana que hoje estabelecemos – ou tentamos estabelecer – entre assuntos de foro íntimo e assuntos de interesse coletivo. Muito embora o léxico registre uma distinção entre a *res publica*, a arena da comunidade cívica, e a *domus*, a esfera doméstica, esses dois setores frequentemente se sobrepunham, de maneira que as residências, em especial as da aristocracia, não raro desempenhavam funções de natureza política, ao passo que assuntos a princípio de interesse tão somente familiar poderiam de um momento para o outro se tornar objeto de apreciação pública (WINTERLING, 2009).

Essa porosidade entre a *res publica* e a *domus* se materializava, em termos ar-

21 Uma antiga tradição situava a Maiuma em maio, mas pesquisas recentes assinalam outubro como o mês mais provável da festa (SOLER, 2006, p. 10).

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO DAS RUAS NA ANTIGUIDADE

quietetônicos, na disposição das casas e *insulae* que, no recinto urbano, costumavam ser contíguas às ruas. Além disso, devido à carência, na maioria das habitações romanas, de aposentos individuais, sendo o quarto particular um privilégio reservado aos mais ricos, os indivíduos eram compelidos a se integrar nas redes de socialização que tinham a rua como suporte, vivendo nos mercados, tavernas e banheiros públicos uma existência em contato estreito com seus contemporâneos e com eles compartilhando valores, aspirações, ideias e sentimentos (FUNARI, 2003, p. 89; LEGUAY, 1997, p. 23). Sob essa perspectiva, Antioquia, no decorrer de toda a sua história, conservou a ênfase na dimensão pública, coletiva, da existência. Seu plano urbanístico, caracterizado por um percurso amplo e monumental (a avenida das colunatas, repleta de pórticos) e nodos adjacentes (ágora de Epifânia e Fórum de Valente), potencializava, acentuava e favorecia a capacidade de integração entre os habitantes da cidade, que se reuniam para negociar, conversar, divertir-se e manifestar seu desagrado diante dos rumos da política imperial, o que dava margem a sedições periódicas.

A conversão de Antioquia numa cidade cuja arquitetura monumental propiciava o encontro dos habitantes pelas ruas, avenidas e praças é um acontecimento próprio da época imperial, quando a antiga capital do reino dos selêucidas é anexada pelos romanos em decorrência da campanha de Pompeu contra Mitrídates, rei do Ponto, entre 67 e 61 AEC. Pompeu, ao se instalar em Antioquia, confere à cidade o estatuto de *libera ciuitas* e a promove à condição de *metropolis*, ou seja, de capital de província, autorizando sua *boulé* a emitir moedas de bronze, indicativo da autonomia administrativa municipal (DOWNEY, 1961, p. 145). Com os romanos, a cidade, erguida conforme os padrões da arquitetura helenística, passa por intensas transformações que se desdobram em três fases. Na primeira delas, de 64 AEC a 212 EC, Roma interfere no centro urbano, introduzindo diversas inovações arquitetônicas, como o *Kaisarion*, a Basílica de César, que, no século IV, foi demolida para a construção do Fórum de Valente; o anfiteatro, erigido no antigo bairro judeu, próximo a Epifânia; e aquedutos e templos a divindades romanas, com destaque para o de Júpiter Capitolino. Remonta a esse período a construção da avenida das colunatas, que logo se torna um marco na paisagem citadina, conforme veremos mais adiante.

A segunda fase é aquela da cidade pós-clássica, que se inicia em fins do

século III e compreende os séculos IV e V, quando os cristãos, no seu empenho em obter o controle sobre o território cívico, começam a dotá-lo de elementos arquitetônicos associados à crença que professam, alguns deles exuberantes, como a Igreja de Ouro de Constantino e Constâncio II e o *martyrion* cruciforme de Babilas. Construído em fins do século IV por Melécio, na região do Campo de Marte, o *martyrion* foi inaugurado pelo sucessor do bispo, Flaviano (SOLER, 2006, p. 202), mas sem que tenhamos ainda, nesse momento, a cristianização plena da cidade – a despeito dos arroubos triunfalistas de João Crisóstomo e dos cronistas eclesiásticos posteriores (Sócrates, Sozomeno, Teodoreto), pois sabemos que as tradições pagãs e judaicas, em Antioquia, permaneciam bastante ativas na época tardia. Data também do século IV uma extensa intervenção imperial nas imediações do cruzamento da avenida das colunatas que conduzia ao palácio do Orontes, local escolhido para abrigar o Fórum de Valente, cujo programa urbanístico foi tomado de empréstimo ao Fórum de Trajano, em Roma. Repleto de novos edifícios e monumentos (arcos, estátuas), o fórum contribuiu para tornar a região vizinha à ágora de Epifânia e ao *nymphaeum* ainda mais dinâmica (DOWNEY, 1961, p. 405)²².

Já em sua fase final, da segunda metade do século V até a conquista árabe, no início do século VII, Antioquia adquire um matiz cristão cada vez mais evidente, com o colapso dos edifícios e monumentos associados à tradição clássica e o abandono progressivo do traçado urbano herdado das épocas helenística e romana, em parte devido à sucessão de terremotos que devastam a cidade e às contínuas investidas dos Sassânida, que em 540 não apenas invadem, mas incendiam Antioquia (MAAS, 2001, p. 20-21). Pouco a pouco a antiga metrópole síria vai caindo no esquecimento, soterrada pelas sucessivas ocupações do sítio, até que, em 1931, o interesse dos arqueólogos pela cidade é despertado, conduzindo assim, em 1932, à formação do Comitê para as Escavações de Antioquia e Arredores, que contava a princípio com representantes do Museu do Louvre,

22 O vocábulo *nymphaeum* era originalmente empregado para designar o santuário das ninfas, em geral erguido nas proximidades das fontes de água potável. Já os *nymphaea* cívicos costumavam ser instalados nos terminais de abastecimento dos aquedutos, contando com canais laterais por onde a população poderia fazer a coleta da água e com drenos para o escoamento do excesso. Em termos arquitetônicos, o monumento era constituído por um tanque cujo anteparo era uma parede quase sempre decorada com nichos e estatuária de cujos orifícios jorrava água. A estrutura poderia receber um meio-domo. Os *nymphaea* cívicos eram construções onerosas, sendo por isso mesmo erguidas nos pontos mais nobres da cidade (BUTCHER, 2003, p. 249). Em Antioquia, o *nymphaeum* principal localizava-se no cruzamento que conduzia à ilha do Orontes, onde, na segunda metade do século IV EC, foi construído o Fórum de Valente.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO DAS RUAS NA ANTIGUIDADE

do Baltimore Museum of Art e do Worcester Art Museum, sob liderança dos pesquisadores de Princeton. Em 1936, representantes do Fogg Art Museum, da Universidade de Harvard, se uniram à expedição, que prosseguiu até 1939, quando a instabilidade política da região, no limiar da Segunda Guerra Mundial, determinou a suspensão das escavações, que não foram mais retomadas (KONDOLEON, 2001, p. 5).

Não obstante a interrupção antecipada dos trabalhos, as escavações produziram um volume de material suficiente para reintroduzir Antioquia na agenda dos arqueólogos e historiadores, embora de modo um tanto quanto tímido, muito provavelmente devido a certo desapontamento com os edifícios trazidos à luz – os mais célebres, como a Igreja de Ouro, o Teatro de Dioniso e o palácio imperial do Orontes, não puderam ser recuperados, permanecendo ocultos sob as camadas de barro e areia do rio ou sob a cidade moderna (Antakia), ainda que as escavações tenham revelado cerca de oitenta construções públicas e privadas e trezentos mosaicos (SANDWELL; HUSKINSON, 2004, p. 3-4). Isso explica, em parte, a relativa escassez de publicações sobre a cidade nas décadas subsequentes, afora os quatro primeiros volumes dos relatórios de escavação, publicados nos anos seguintes ao encerramento dos trabalhos, e os dois volumes de Doro Levi contendo a íntegra dos mosaicos descobertos, obra que veio a público em 1947. Por cerca de cinquenta anos a produção sobre Antioquia foi bastante irregular, embora tenham sido lançados de vez em quando trabalhos que até hoje permanecem como referência para os investigadores, como os de Paul Petit (1955), Festugière (1959), Downey (1961) e Liebeschuetz (1972). Vale a pena mencionar que o quinto e último volume dos relatórios arqueológicos sobre a cidade, aquele que trata da rede viária de Antioquia, em particular da avenida das colunatas e dos pórticos adjacentes, foi concluído apenas em 1972, trinta e três anos após o encerramento das escavações, tendo sido elaborado por Jean Lassus, um dos integrantes do Comitê de 1932-1939. Já no limiar do século XXI, por iniciativa de pesquisadores como Christine Kondoleon, Isabella Sandwell, Janet Huskinson, Catherine Saliou, Bernadette Cabouret, Emmanuel Soler, Pauline Allen, Wendy Maier e outros, Antioquia passa a atrair cada vez mais a atenção da comunidade científica, multiplicando-se desde então os seminários, conferências, artigos e livros que têm por objetivo aumentar o *stock* de conhecimentos sobre a cidade desde sua fundação até os dias atuais.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

Quando nos interrogamos acerca da maneira pela qual arqueólogos e historiadores têm tratado a vida urbana de Antioquia sob o Império Romano, verificamos, de imediato, uma flagrante dissociação entre, por um lado, uma abordagem que poderíamos definir (na falta de um termo mais apropriado) como *materialista* e uma abordagem *funcional*. Por abordagem *materialista* entendemos aquela que privilegia a investigação dos aspectos físicos da cidade, incluindo a avenida das colunatas, de modo a identificar os seus contornos, suas dimensões, seus principais edifícios e monumentos, os materiais empregados na construção e as sucessivas transformações da paisagem urbana até o período bizantino. No que se refere à abordagem *funcional*, estaria voltada ao estudo das atividades e dos ofícios desempenhados pela população, que ocupava dia após dia as ruas e praças, mas sem considerar a dimensão espacial do problema.

O interesse pela configuração física de Antioquia já se encontra manifesto em *Antioche paiënne et chrétienne*, obra seminal de Festugière (1959), na qual o autor se dedica a refletir sobre os aspectos religiosos e culturais da cidade, numa conjuntura de expansão do cristianismo. Na primeira parte, Festugière recolhe alguns excertos extraídos do *Antiochikos*, um panegírico em homenagem à pólis pronunciado por Libânio em 356, seguidos de um comentário a cargo de Roland Martin por meio do qual se busca esclarecer, mediante o auxílio da Arqueologia, os detalhes mais obscuros da descrição topográfica contida na oração. Ao fazê-lo, Martin adota um enfoque eminentemente técnico, privilegiando as características geográficas e arquitetônicas dos ambientes, em detrimento das atividades que neles transcorriam, o que equivale a esvaziá-los da presença dos usuários. O enfoque adotado por Martin é, de certa maneira, replicado por Glanville Downey, pesquisador da Universidade de Harvard e membro, assim como Jean Lassus, da equipe de escavações de 1932-1939. Responsável pelo mais extenso e erudito compêndio sobre Antioquia, *A History of Antioch in Syria*, obra lançada em 1961, Downey constrói uma narrativa dos acontecimentos políticos mais expressivos da cidade desde a sua fundação até a conquista árabe, em 636, com base em evidências provenientes da cultura material, atribuindo uma posição proeminente às intervenções urbanísticas realizadas pelos soberanos selêucidas e romanos, mas sem atentar para o modo como a população se relacionava com o ambiente construído. Da mesma maneira, Jean Lassus, que em 1977 publica, na prestigiosa coleção *Aufstieg Und Niedergang Der Römischen Welt*, um acura-

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO DAS RUAS NA ANTIGUIDADE

do ensaio arqueológico sobre Antioquia na época romana, detém-se no estudo da configuração física do sítio, identificando suas fases de construção e reconstrução, com destaque para a avenida das colunatas. Nas duas últimas seções do ensaio, o autor trata de alguns aspectos econômicos e religiosos, mas sem correlacioná-los à disposição geográfica e arquitetônica da cidade, o que reforça ainda mais a dissociação entre a materialidade dos lugares e monumentos e seus usos, conforme temos observado.

A abordagem de Lassus é, *mutatis mutandis*, replicada por Grégoire Pocard, arqueólogo e professor da Université de Lille 3, que, em *Antioche de Syrie, pour un nouveau plan urbain de l'île de l'Oronte (Ville Neuve) du IIIe au Ve siècle*, artigo publicado em 1999 nos *Mélanges de l'École Française de Rome*, empreende uma investigação acerca da topografia e arquitetura da ilha formada pelo Orontes, na qual Diocleciano ergueu, em finais do século III, um palácio, incluindo a extensão Leste-Oeste da avenida das colunatas que conduzia do *nymphaeum* à ilha, sem contudo fazer menção às possíveis modalidades de ocupação dos lugares. Igualmente, Bernadette Cabouret, professora da Université Lyon 3, ao realizar, em *Sous les portiques d'Antioche*, artigo publicado no tomo 76 da revista *Syria* (1999), um *aggiornamento* das conclusões obtidas por Lassus no seu estudo de 1977, ilumina sobretudo os aspectos técnicos da avenida, deixando de lado as formas de ocupação do local e o impacto de tal arquitetura na construção da identidade dos antioquenos, o que restringe o alcance das suas conclusões.

Dentre os integrantes da corrente funcional de interpretação da vida urbana de Antioquia, um dos mais importantes é, sem dúvida, Paul Petit, cuja obra magna, *Libanius et la vie municipale a Antioche au IVe siècle après J.-C.*, veio a público em 1955. Mediante uma prospeção minuciosa dos textos de Libânio, Petit passa em revista praticamente todos os temas relacionados ao cotidiano da cidade na segunda metade do século IV, a saber: abastecimento e preços, organização dos jogos e espetáculos, serviços públicos, composição da cúria urbana, vida religiosa e comportamento da população. No entanto, o método de trabalho do autor, como o título da obra anuncia, tem como ponto de partida e de chegada os textos de Libânio, o que o leva a ignorar o arranjo arquitetônico da cidade, cujos acontecimentos e atividades parecem ocorrer no vazio. Anos mais tarde, Liebeschuetz (1972), em *Antioch, city and imperial administration in the Later Roman Empire*, segue de perto a abordagem logocêntrica de Petit, embora

seu estudo incorpore um repertório mais abrangente de autores. Ao investigar os aspectos políticos, administrativos, econômicos e culturais de Antioquia nos séculos IV e V, Liebeschuetz passa ao largo da Arqueologia, sem explorar a cultura material e dispensando maior atenção à topografia e à arquitetura, tratadas de modo sumário em um item do quarto capítulo. Já Maria Francesio, em sua tese de doutorado *L'idea di città in Libanio*, publicada em 2004, explora a imagem de Antioquia nos escritos do sofista sem a preocupação de realizar um cotejamento entre as fontes textuais e a cultura material, de maneira que as informações de Libânio sobre a pólis, seus habitantes e suas ações são interpretadas apenas do ponto de vista literário. Esse procedimento, no limite, reforça a concepção segundo a qual a cidade descrita pelo autor seria inteiramente subjetiva, fruto da imaginação, quando sabemos que, ao falar de Antioquia para os seus concidadãos, o sofista tinha diante de si uma realidade material compartilhada por todos e à qual por vezes se reporta com precisão, o que nos alerta para o fato de que nem toda informação contida nos textos antigos deva ser tratada como mero artifício retórico.

Um terceiro conjunto possível de trabalhos acerca de Antioquia seria constituído por aqueles produzidos sob inspiração do *spatial turning* ao qual aludimos. Esses trabalhos teriam por finalidade empreender uma análise dos fenômenos urbanos na confluência entre a História, a Arqueologia e a Geografia, o que conduz os autores a valorizar a topografia, o planejamento urbanístico e o arranjo arquitetônico em seus projetos de investigação, como vemos em *Antioch, the lost city* (2001), um catálogo de exposição organizado por Christine Kondoleon, curadora do Museu de Belas Artes de Boston, contendo diversos ensaios sobre as múltiplas possibilidades de interpretação da cidade, com ênfase na exploração da cultura material. Em 2004, por sua vez, Isabella Sandwell e Janet Huskinson, professoras da Universidade de Bristol e da Open University, respectivamente, publicam a coletânea *Culture and society in Later Roman Antioch*, conjugando textos de historiadores e arqueólogos, com ênfase nos processos de romanização e cristianização do território de Antioquia e na formação da paisagem urbana e rural. Dois anos mais tarde, em 2006, veio a público a tese de doutorado de Emmanuel Soler, da Universidade de Rouen, intitulada *Le sacré et le salut à Antioche au IVe siècle apr. J.-C.*, a primeira obra de fôlego sobre a cidade desde a década de 1970, na qual o autor lança mão de um extenso conjunto de fontes

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO DAS RUAS NA ANTIGUIDADE

literárias, jurídicas, arqueológicas e visuais com a finalidade de elucidar as conexões entre paganismo, cristianismo e judaísmo em Antioquia por meio de uma abordagem que privilegia os lugares de culto (templos, *martyria*, igrejas, sinagogas). Digna de menção, também, é a coletânea *Les sources de l'histoire du paysage urbain d'Antioche sur l'Oronte*, sob responsabilidade de Catherine Saliou (2012), que recolhe os trabalhos apresentados num colóquio ocorrido em 2010, na Universidade de Saint-Denis. Nela, são apresentadas e discutidas as fontes textuais e arqueológicas para o estudo da paisagem urbana da cidade.

Por fim, teríamos ainda trabalhos cujos autores, muito embora prescindindo do aporte da cultura material, revelam em maior ou menor grau sua filiação ao *spatial turning* ao pretenderem investigar a configuração espacial de Antioquia mediante a prospecção das fontes literárias, como vemos em John *Chrysostom and the transformation of the city* (2004), obra na qual Aideen Hartney, da Universidade de Bristol, discute a proposta de reforma da cidade contida no cristianismo segundo a ótica de João Crisóstomo. Muito embora o tema central do livro seja a intervenção do pregador nos ritmos da vida urbana de Antioquia e Constantinopla, Hartney se mantém focada nas homilias e nos tratados de João, ignorando, assim, a dimensão física de ambas as cidades. Já em *Christianization and communication in Late Antiquity* (2006), Jaclyn Maxwell, da Universidade de Ohio, discute a atuação de João Crisóstomo na condição de reformador social da pólis, formulando a hipótese de que a atividade retórica do pregador teria por finalidade erodir os fundamentos da vida urbana de Antioquia, o que o levava a atacar não apenas as atividades identificadas como pagãs, mas também os lugares em que elas ocorriam. Por último, mas não menos importante, temos o livro de Christine Shepardson (2014), da Universidade do Tennessee, intitulado *Controlling contested places: Late Antique Antioch and the spatial politics of religious controversy*, no qual a autora adota um enfoque assumidamente geográfico ao analisar o conflito entre cristãos, pagãos e judeus, que aspiravam não apenas à afirmação das suas respectivas crenças, mas também ao controle do território urbano. Assim como Hartney e Maxwell, Shepardson também não explora os dados da cultura material, mas seu método de trabalho encontra-se ancorado numa perspectiva claramente espacial, buscando recuperar, por meio da retórica empregada pelos autores antigos, a formulação de mapas cognitivos.

Dessa breve revisão bibliográfica sobre o tratamento dispensado a Antioquia desde a publicação da obra pioneira de Petit (1955), duas conclusões parecem se impor. A primeira delas é sobre a escassez de trabalhos que conjuguem informações textuais, arqueológicas e visuais com o propósito de compor um panorama mais abrangente da vida cotidiana da cidade. A segunda, um nítido desinteresse dos pesquisadores pelo estudo da rua em movimento, de maneira que os poucos trabalhos sobre a avenida das colunatas iluminam tão somente os seus aspectos físicos, deixando de lado seus usos. Mesmo nas obras mais recentes, que têm por finalidade compreender a interação dos grupos sociais no espaço urbano, os autores são amiúde bastante econômicos ao tratar da avenida das colunatas, das ágoras e do fórum, como se a rua, quando comparada a outras formas de ambiente construído (teatro, terma, anfiteatro, hipódromo, residências da elite), não merecesse maior atenção. Na coletânea organizada por Kondoleon (2001), por exemplo, a avenida das colunatas e as atividades que comportava não são objeto de reflexão particular, assim como ocorre naquela organizada por Isabella Sandwell e Janet Huskinson (2004) e nas atas do colóquio de Saint-Denis (SALIOU, 2012). Ao liame entre os festivais pagãos de Antioquia e a avenida das colunatas, Soler (2006, p. 32-33) dedica apenas três modestos parágrafos. A rua e suas múltiplas funções tampouco são consideradas por Hartney (2004), Maxwell (2006) e Shepardson (2014). A respeito desse flagrante desinteresse, podemos mencionar, como evidência adicional, a inexistência de qualquer estudo dedicado à dimensão espacial dos levantes urbanos de Antioquia, nem mesmo no contexto do Levante das Estátuas de 387, abandonando-se, assim, uma vertente de interpretação do conflito político sem dúvida bastante promissora²³.

A monumentalização de uma antiga rota de caravanas

A avenida das colunatas, denominada *platea* ou por vezes *stoá*, sem dúvida numa alusão aos pórticos que cercavam as ágoras gregas, era um padrão arquitetônico comum às *poleis* helenísticas da Ásia Menor e da Síria. No entanto, na época imperial, os romanos cuidaram de expandi-lo para cidades como Éfeso, Palmira, Niceia, Hierápolis, Mileto e Gerasa, quando então os arquite-

23 Essa via de análise é sugerida, mas não desenvolvida, por Érica C. Morais da Silva (2012, p. 176-177), em sua tese de doutorado sobre o Levante das Estátuas, aguardando ainda publicação.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO DAS RUAS NA ANTIGUIDADE

tos passaram a investir na construção de eixos monumentais visando facilitar a conexão entre os principais pontos religiosos e administrativos da cidade (GROS, 1996, p. 104). A inspiração para o *design* da *platea*, tal como a vemos difundida sob o Império, pode talvez ser encontrada na Via Canópica de Alexandria que, estendendo-se em linha reta de uma extremidade a outra da cidade, facilitava o deslocamento e dava acesso rápido aos principais edifícios (HAAS, 1997, p. 29). Não devemos ignorar, todavia, que o traçado retilíneo da avenida das colunatas se adequava bastante bem à predileção dos romanos pelas linhas regulares e por arranjos espaciais que impulsionassem as pessoas para a frente, sem desvios laterais (SENNET, 2006, p. 101). No passado, supunha-se que a avenida das colunatas de Antioquia fosse o caso mais antigo de construções desse tipo, mas escavações no portão norte de Apameia trouxeram à luz vestígios de colunas dos séculos II a I AEC, sugerindo que algumas cidades já haviam começado a experimentar esse padrão arquitetônico ainda sob os selêucida (BUTCHER, 2003, p. 247).

Como dissemos, em Antioquia a avenida das colunatas foi, no início, uma extensa rota comercial que conduzia das regiões setentrionais da Síria ao litoral do Mediterrâneo, tendo permanecido fora do perímetro urbano até a expansão de Antioquia promovida por Antíoco IV Epifânio (177-163 AEC), que não apenas construiu o bairro de Epifânia, nas imediações dos Montes Sílpios, como também deu início à obra de instalação da rua propriamente dita, quando a seção da rota entre o Portão de Bereia e o Portão de Dafne foi pavimentada e dotada de calçadas (KONDOLEON, 2001, p. 9; LASSUS, 1972, p. 143). Mais tarde, na fase de dominação romana, um conjunto de transformações (para as quais não dispomos de uma cronologia precisa) vai aos poucos dando forma ao complexo arquitetônico, quando então a avenida conta não apenas com o eixo Nordeste-Sudoeste, mas com outro Leste-Oeste, que, partindo das imediações do *nymphaeum*, a fonte principal da cidade, se prolonga até a ilha formada pelo Orontes, a região da Cidade Nova (Fig. 2). No início do principado, Herodes e Agripa teriam ampliado a avenida, restaurado a pavimentação do solo e iniciado a construção das colunatas e dos pórticos, obra complementada por Tibério.

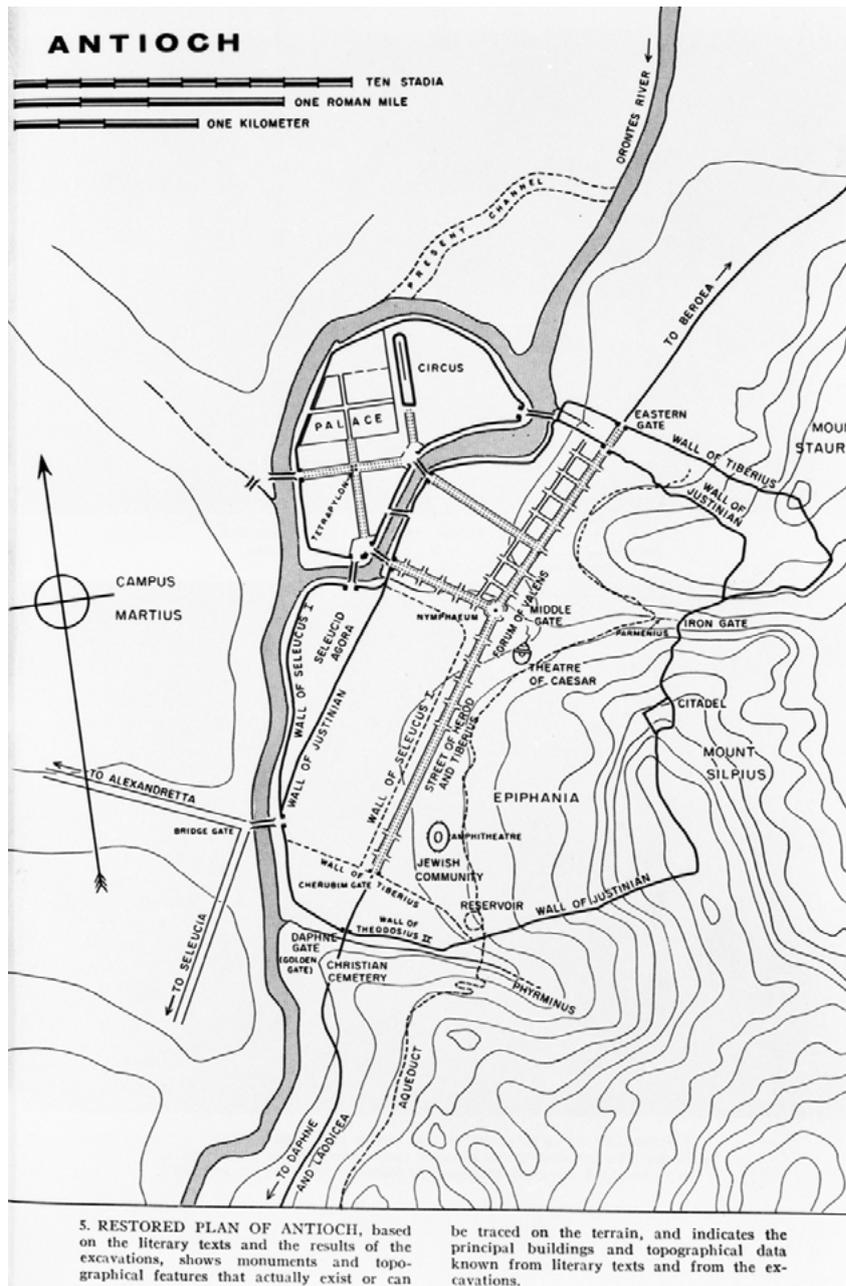


Fig. 2 – Antioch Expedition Archives, Department of Art and Archaeology, Princeton University. Com permissão.

Em homenagem ao imperador, que concluiu a reforma, os cidadãos de Antioquia lhe dedicaram uma estátua de bronze erguida no alto de uma coluna (CABOURET, 1999, p. 136). No entanto, como assinala Lassus (1972, p. 143), responsável pela escavação da avenida, as arquitraves dos pórticos seriam de madeira. Por essa época, a avenida das colunatas, embora constituísse a principal artéria de Antioquia, não era ainda o conjunto majestoso que Libânio descreve no seu *Antiochikos*. Na realidade, a monumentalização da avenida é, em parte, resultado do terremoto de 115, que destruiu as primeiras instalações de Herodes e Tibério. Trajano, testemunha ocular do incidente, no qual por pouco não perdeu a vida,

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO DAS RUAS NA ANTIGUIDADE

determinou a reconstrução integral do conjunto. Os trabalhos, iniciados em 116, somente foram concluídos após 138, sob o governo de Antonino Pio (LASSUS, 1972, p. 145). Desde então, a avenida permaneceu inalterada em sua arquitetura até os terremotos de 526 e 528, que a danificaram de modo irreversível.

Na ocasião da reforma de Trajano, a avenida foi ampliada tanto em largura quanto em extensão, recebendo novas colunas confeccionadas em granito cinza e vermelho, dispostas de modo alternado nas laterais. A avenida passou a contar então com 9 m de largura, o que constituía uma exceção, pois, no Império Romano, as ruas, por serem projetadas visando ao trânsito de pedestres, e não ao de veículos, possuíam amiúde dimensões mais modestas (entre 4 e 6 m, cf. KAISER, 2011, p. 50). Os pórticos mediam também cerca de 9 m do limite da rua à fachada das lojas. A distância entre as colunas era de aproximadamente 5 m. O diâmetro das colunas girava em torno de 60 cm; e a altura, em torno de 6,5 m, menores, portanto, que as de Apameia e Palmira (LASSUS, 1977, p. 70). A extensão total da avenida deveria ser de 3,5 km, com setecentas colunas de cada lado (LASSUS, 1972, p. 146). Infelizmente, não foi possível recuperar, nas escavações, nenhuma base de coluna ou capitel, mas tão somente fragmentos. Os vãos entre as colunas formavam pórticos cobertos cujas arquivadas eram de pedra, e não mais de madeira, como no tempo de Tibério.

Além de servir de abrigo contra o mau tempo, os pórticos cumpriam outras tantas funções. Eles, por exemplo, davam suporte à passagem de canalizações destinadas a alimentar as fontes públicas e a abastecer as casas, peculiaridade que surpreendeu os escavadores. Os pórticos também funcionavam como preâmbulos para a entrada dos edifícios públicos – termas, templos, basílicas – e mesmo de residências privadas, criando, assim, uma fachada que valorizava a construção. Na condição de pontos fixos, orientavam o deslocamento pelas ruas laterais. Como zonas de transição, demarcavam a passagem entre uma rua e outra e a entrada dos edifícios²⁴. Os pórticos se distinguiam ainda como sedes de uma atividade comercial intensa, pois nas paredes de fundo eram instaladas lojas que, a julgar pela robustez das fundações, deveriam comportar um pavimento superior com janelas, aos quais se acedia por escadas construídas em intervalos. De frente para a rua e entre as colunas, podiam-se ver estandes de venda de produtos e oficinas

24 Segundo Cabouret (1999, p. 144), os pórticos, elementos arquitetônicos moduláveis, eram a principal evidência de uma concepção aberta de cidade, de um ideal de mobilidade urbana que pressupunha uma porosidade contínua entre as diversas seções nas quais se repartia o espaço cívico.

artesanais cujos proprietários, com a intenção de expandir os negócios, não hesitavam em se lançar sobre a própria rua, prejudicando a mobilidade dos transeuntes (MARTIN, 1959, p. 57). Essas construções, erigidas em caráter precário e cobertas com palha, serviam ao mesmo tempo como local de produção e comercialização de produtos – uma vez que, conforme regra geral na Antiguidade, os artesãos eles mesmos costumavam vender os artigos que fabricavam – e como residência para os trabalhadores. Ao que tudo indica, a disputa por uma vaga para comercializar nos pórticos era bastante acirrada em virtude da posição central da avenida, sempre repleta de clientes. Nessas circunstâncias, Antioquia padecia com todos os inconvenientes que o exercício do artesanato e do comércio no recinto urbano acarretava: odores desagradáveis, vapores, fumaça, interdição do trânsito e perigo de incêndio, pois muitas das *tabernae* estocavam produtos inflamáveis (MOREL, 1997, p. 153). As autoridades municipais controlavam com dificuldade esse movimento desordenado de ocupação das vias públicas, ao passo que os pequenos comerciantes, muitos deles paupérrimos, eram vítimas frequentes de abusos e extorsões por parte dos funcionários imperiais (LIEBESCHUETZ, 1972, p. 146).

Digno de nota é o papel que a avenida das colunatas desempenhava no reforço das relações de sociabilidade entre os antioquenos. Em primeiro lugar, por possuírem cobertura, as colunatas ofereciam uma proteção permanente contra as intempéries, permitindo, assim, que os moradores das casas vizinhas não ficassem confinados durante o inverno ou na estação chuvosa. Além de defender a população de Antioquia contra os rigores do clima, as colunatas constituíam o centro lúdico e administrativo da cidade, abrigando, em suas imediações, o teatro de Dioniso, o *bouleterion*, o *praetorium* do *Comes Orientis* e o do *consularis Syriae* e os banhos (DOWNEY, 1961, p. 624-625). A avenida poderia ser descrita como o “coração” da cidade, ponto focal de todas as modalidades de interação urbana, que se irradiavam pelo território circundante. Palco de comemorações e de manifestações políticas, a avenida das colunatas era um importante centro profissional. Um fator que reforçava ainda mais a capacidade da avenida de congregar os habitantes de Antioquia e estimular o convívio era o sistema público de iluminação, controlado pelo governador da província por intermédio dos *epimeletae*, funcionários encarregados de arrecadar o combustível entre os artesão e comerciantes que atuavam nos pórticos. Por conta disso, a avenida, os pórticos e a ágora de Epifânia permaneciam repletas o dia inteiro. Ao anoitecer, os artesãos e vendedores não se recolhiam, mas

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO DAS RUAS NA ANTIGUIDADE

continuavam com os seus afazeres, razão pela qual Antioquia era capaz de oferecer aos viajantes uma acolhida segura a qualquer hora, recebendo durante toda a noite os peregrinos que chegavam em busca de banho, alimento e repouso. A existência de um eficiente sistema de iluminação conferia, portanto, segurança à população no período noturno, quando a circulação de pessoas, mesmo nas zonas centrais, não era livre de perigo. Nesse aspecto, Antioquia exibia um agudo contraste com outras cidades do Império, incluindo Roma, famosa pela escuridão de suas ruas (MARTIN, 1959, p. 60). Essa indistinção entre o dia e a noite seria mais uma das condições favoráveis ao intercâmbio social, estimulando os antioquenos a deixar as suas residências a qualquer hora para caminhar por entre as mercadorias expostas nos pórticos ou entabular uma animada conversação nas ruas e praças.

Antioquia, na época imperial, revelava-se uma cidade na qual o plano urbanístico conferia aos habitantes intensa sinergia, incentivando-os a manter uns com os outros contatos frequentes, o que nos permite supor um cenário de contínua troca de experiências e de informações, um traço da cidade celebrado por Libânio (*Or.* XI, 213-217), em seu panegírico de 356, nos seguintes termos:

Em minha opinião, a característica mais aprazível das cidades, eu avançaria a ponto de dizer a mais benéfica também, reside no intercâmbio social e na associação. De fato, onde você tem uma grande quantidade disto, aí você tem uma cidade. Pois ter algo a dizer é bom. Ter algo a ouvir é melhor. Dar algum conselho é ainda melhor, e assim é a oportunidade de contribuir com a vida de nossos amigos, dividindo com eles suas alegrias e tristezas, e deles recebendo o mesmo em troca. Há além disso centenas de vantagens em nos associarmos uns com os outros. Assim, aqueles que não possuem a extensão de uma colunata diante de suas casas encontram-se separados uns dos outros pelo inverno. Em teoria, eles habitam na mesma cidade, mas na prática eles estão afastados uns dos outros como estariam dos habitantes de outras cidades. Eles ouvem as notícias sobre seus vizinhos de porta como se vivessem milhas distantes. Eles estão confinados a suas casas como prisioneiros, pela chuva, pelo granizo, neve e vento [...]. Conosco, ao contrário, não há tal granizo congelante do céu, não há tempestade de neve nem tromba d'água que possa interromper a continuidade de nossas relações. O ano pode variar suas estações, mas não há mudança em nossa associação. Enquanto a chuva se precipita sobre os telhados, nós, nas colunatas, caminhamos confortáveis. Além disso, qualquer um que resida nas vias adjacentes é conduzido à colunata principal sem se molhar, pois as marquises protegem as pessoas da chuva. Desse modo, enquanto em outras cidades os

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

habitantes são dispersados e seu intercâmbio enfraquecido, entre nós a amizade cresce com a associação ininterrupta, e nós ganhamos ao passo que eles perdem. Assim, a extensão das colunatas favorece não apenas o conforto humano, mas especialmente o bem-estar.

Além de estimular as relações de sociabilidade, a avenida das colunatas poderia também, em determinadas circunstâncias, abrigar manifestações de caráter violento, como vemos ocorrer em 387, no episódio conhecido como Levante das Estátuas. Segundo a cronologia proposta por Paverd (1991, p. 27), o levante irrompeu em 25 ou 26 de fevereiro, estendendo-se até finais de abril. Seu estopim foi um decreto do *consularis Syriae* anunciando a imposição de uma nova e exorbitante taxa destinada a financiar as *decennalia* de Teodósio, no ano seguinte (KELLY, 1995, p. 73). O imposto atingiria, ao que tudo leva a crer, todos os estratos sociais indistintamente, embora não tenhamos condições de precisar a sua natureza. Reunida no *dikasterion* para ouvir o anúncio da nova taxa, a população logo se mobiliza contra a medida. Insuflada pela claque do teatro – um contingente de espectadores pagos para aplaudir os atores e dançarinos cuja atuação, em Antioquia, era amiúde explosiva (BROWNING, 1952, p. 16) –, a multidão ocupa a avenida das colunatas, o Fórum de Valente e a ágora de Epifânia na tentativa de reverter a medida. Exasperados, os populares atacam a residência do governador, acuando seus moradores e serviçais. Em seguida, voltam-se contra as termas próximas, destruindo as lamparinas do edifício. Para culminar, avançam sobre as estátuas e imagens imperiais, depredando os painéis de madeira que portavam as efígies de Teodósio e seus familiares e arrastando pelas ruas as estátuas de bronze do imperador, de seu filho, Arcádio, e de sua esposa Flacila, já falecida, numa ação considerada ao mesmo tempo criminosa e sacrílega. No momento em que a multidão ateava fogo à casa de um iminente cidadão, arqueiros agindo como policiais conseguem dispersar os revoltosos e extinguir o incêndio. Contida a revolta, o comes *Orientis* assume o caso, detendo alguns sob a acusação de incêndio criminoso e enviando notícias à Corte Imperial, em Constantinopla. Aqueles identificados como ativos no levante foram sumariamente executados, incluindo crianças. Membros da *boulé*, por sua vez, foram encarcerados à espera do andamento do processo. A cidade, tomada de angústia, aguardava o veredito imperial (BRÄNDLE, 2003, p. 55 e ss.). Mediante a intervenção providencial de Flaviano, bispo de Antioquia, Teodósio decide não

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO DAS RUAS NA ANTIGUIDADE

punir a cidade, o que provoca intensas comemorações, com a multidão voltando às ruas, mas desta vez para celebrar com canto, dança e lanternas. A despeito da gravidade da situação – ou exatamente por conta dela –, os antioquenos são fustigados com duras críticas por João Crisóstomo, que, na sua série de 21 homilias sobre o Levante das Estátuas, aproveita a oportunidade para censurar a população por sua indisciplina, exortando-a a tomar o episódio como lição para que abandone a *tryphé* das ruas e se recolha às igrejas em oração.

Considerações finais

Como procuramos demonstrar no decorrer deste capítulo, a avenida das colunatas de Antioquia, mesmo na sua fase pré e protourbana, quando ainda não existia – ou, melhor dizendo, quando existia apenas na condição de uma rota comercial e militar –, sempre constituiu o principal marcador da paisagem, poderoso o suficiente para orientar o traçado da cidade desde sua fundação. Na época imperial, a avenida emerge em todo o seu esplendor, num contexto em que a arquitetura romana se unia à helenística para promover a reforma arquitetônica das pólis da Ásia Menor e da Síria-Palestina consoante ao discurso de afirmação do *dominium mundi* romano característico do principado, quando então Herodes refaz a pavimentação original da avenida e Tibério inaugura os primeiros pórticos, ainda com arquivadas de madeira. Mais tarde, pelas mãos de Trajano e Antonino Pio, a avenida recebe a sua forma definitiva, convertendo-se assim não apenas no epicentro da vida urbana, mas num autêntico emblema cívico, um componente indispensável do estilo de vida da pólis, como nos dá testemunho Libânio. O protagonismo da avenida das colunatas nos obriga, pois, a refletir sobre o quanto podemos aprender acerca do cotidiano de uma cidade por intermédio da investigação das ruas, que abrigam uma parcela substancial das atividades econômicas, políticas, lúdicas e religiosas. Em Antioquia, a avenida das colunatas e o seu entorno favoreciam a aglomeração e a socialização das pessoas que, atraídas pelas comodidades do lugar, para lá se dirigiam dia e noite com os mais variados propósitos, revelando-nos, assim, o quanto o espaço – e, no caso, a rede viária – é um componente indispensável para o desenrolar dos processos sociais.

Referências

Documentação primária impressa

LIBANIUS. The Antiochikos: in praise of Antioch. In: _____. *Antioch as a centre of Hellenic culture*. Translated with an introduction by A. F. Norman. Liverpool: Liverpool University Press, 2000, pp. 4-65.

Documentação arqueológica

LASSUS, J. *Antioch-on-the-Orontes: les portiques d'Antioche*. Princeton: Princeton University Press, 1972. v. 5.

Obras de apoio

AGULHON, M. Propos d'ouverture. In: A. LEMÉNOREL (Éd.) *La rue, lieu de sociabilité ?* Rouen: Université de Rouen, 1997, pp. 7-9.

ALDROVANDI, C. Arqueologia do ambiente construído: uma incursão pelos fundamentos teórico-metodológicos. In: M. B. FLORENZANO e E. F. V. HIRATA (Org.). *Estudos sobre a cidade antiga*. São Paulo: Edusp, 2009, pp. 13-33.

BRÄNDLE, R. *Jean Chrysostome: 'Saint Jean Bouche d'Or' (349-407): christianisme et politique au IVe siècle*. Paris : Du Cerf, 2003.

BROWNING, R. The role of the theatrical claque in the Later Roman Empire. *Journal of Roman Studies*, London, n. 42, 1952, pp. 13-20.

BUTCHER, K. *Roman Syria and the Near East*. Los Angeles: Getty Publications, 2003.

CABOURET, B. Sous les portiques d'Antioche. *Syria*, t. 76, 1999, pp. 127-150.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2008. v. 1 e 2.

DAMATTA, R. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DOWNEY, G. *A history of Antioch in Syria*. Princeton: Princeton University Press, 1961.

FAVRO, D. The city as a living thing: the performative role of an urban site in Ancient Rome, the Vallis Murcia. In: B. BERGMANN e C. KONDOLEON (ed.) *The art of ancient spectacle*. Washington: National Gallery of Art, 1996, pp. 205-219.

FESTUGIÈRE, A. J. *Antioche païenne et chrétienne*. Paris: E. de Boccard, 1959.

FLORISTÁN SAMANES, C.; TAMAYO-ACOSTA, J. J. *Dicionário de conceitos fundamentais do cristianismo*. São Paulo: Paulus, 1999.

FRANCESIO, M. *L'idea di città in Libanio*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2004.

FUNARI, P. P. *A vida quotidiana na Roma antiga*. São Paulo: Annablume, 2003.

GROS, P. *L'architecture romaine*. Paris: Picard, 1996.

HAAS, C. *Alexandria in Late Antiquity: topography of social conflict*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1997.

HARTNEY, A. M. *John Chrysostom and the transformation of the city*. London: Duckworth, 2004.

HODDER, I. Architecture and meaning: the example of Neolithic houses and tombs. In: M. PEARSON e R. COLLINS (ed.) *Architecture and order: approaches to social space*. London: Routledge, 1994, pp. 73-86.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO DAS RUAS NA ANTIGUIDADE

- KAISER, A. *Roman urban street networks*. London: Routledge, 2011.
- KELLY, J. N. D. *Golden Mouth; the story of John Chrysostom – ascetic, preacher, bishop*. London: Duckworth, 1995.
- KONDOLEON, C. (ed.) *Antioch: the lost city*. Worcester: Princeton University Press, 2001, pp. 3-11.
- LASSUS, J. La ville d'Antioche à l'époque romaine d'après l'archéologie. *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, Berlin, II, 1977, pp. 54-102.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.
- LEGUAY, J. P. La rue, lieu de sociabilité. In: A. LEMÉNOREL (ed.) *La rue, lieu de sociabilité ?* Rouen: Université de Rouen, 1997, pp. 11-29.
- LEVI, D. *Antioch mosaic pavements*. Princeton: Princeton University Press, 1947, v. 1 e 2.
- LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. *Antioch: city and imperial administration in the Later Roman Empire*. Oxford: Oxford University Press, 1972.
- LYNCH, K. *L'immagine della città*. Venezia: Marsilio, 2006.
- MAAS, M. People and identity in Roman Antioch. In: C. KONDOLEON (ed.) *Antioch: the lost city*. Worcester: Princeton University Press, 2001, pp. 13-21.
- MARTIN, R. Commentaire archéologique de l'*Antiochikos*. In: A. J. FESTUGIÈRE (ed.) *Antioche païenne et chrétienne*. Paris: E. de Boccard, 1959, pp. 38-61.
- MAXWELL, J. L. *Christianization and communication in Late Antiquity: John Chrysostom and his congregation in Antioch*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- MOREL, J. P. Métiers, rues et sociabilités dans le monde romain. In: A. LEMÉNOREL (ed.) *La rue, lieu de sociabilité ?* Rouen: Université de Rouen, 1997, pp. 149-159.
- PAVERD, F. van de. *Saint John Chrysostom, the Homilies on the Statues: an introduction*. Roma: Pont. Inst. Studiorum Orientalium, 1991.
- PEARSON, M; COLLINS, R. (ed.) *Architecture and order: approaches to social space*. London: Routledge, 1994.
- PETIT, P. *Libanius et la vie municipale a Antioche*. Paris: Paul Geuthner, 1955.
- POCCARDI, G. Antioche de Syrie. Pour un nouveau plan urbain de l'île de l'Oronte (Ville Neuve) du IIIe au Ve siècle. *Mélanges de l'École Française de Rome*, t. 106, n. 2, 1994, pp. 993-1023.
- REDE, M. História e cultura material. In: C. F. S. CARDOSO e R. VAINFAS (Org.) *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 133-150.
- REDFORD, S. *Antioch on the Orontes: early explorations in the city of mosaics*. Istanbul: Koç Üniversitesi, 2014.
- ROCHA, A. L.C.; ECKERT, C. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- RYKWERT, J. *A idéia de cidade: a antropologia da forma urbana em Roma, Itália e no Mundo Antigo*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- SALIOU, C. et al. *Les sources de l'histoire du paysage urbain d'Antioche sur l'Oronte*. Paris: Université Paris 8, 2012, pp. 81-100.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

SALIOU, C. Mesurer le paradis: contribution au portrait d'Antioche aux époques romaine et protobyzantine. In: C. NICOLET, R. ILBERT e J. Ch. DEPAULE (eds.) *Mégapoles méditerranéennes: géographie urbaine rétrospective*. Paris: École Française de Rome, 2000, pp. 802-819.

SANDWELL, I.; HUSKINSON, J. (ed.) *Culture and society in Later Roman Antioch*. Oxford: Oxbow, 2004.

SENNETT, R. *Carne e pedra*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SHEPARDSON, C. *Controlling contested places: Late Antique Antioch and the spatial politics of religious controversy*. Berkeley: University of California Press, 2014.

SILVA, E. C. M. S. *Conflito político-cultural na Antiguidade Tardia: o Levante das Estátuas em Antioquia de Orontes (387 d.C.)*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012.

SOLER, E. *Le sacré et le salut à Antioche au IVe siècle après J.-C.: pratiques festives et comportements religieux dans le processus de christianisation de la cité*. Beyrouth: Institut Français du Proche-Orient, 2006.

UGGERI, G. Antiochia sull'Oronte: profilo storico e urbanistico. In: L. PADOVESE (ed.) *Paolo di Tarso: Archeologia, storia, ricezione*. Cantalupa: Effatà, 2009, pp. 87-127.

WINTERLING, A. *Politics and society in imperial Rome*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

WYCHERLEY, R. E. *How the Greeks built cities*. London : MacMillan, 1949.

IRAQUE

A MATERIALIDADE E O DIVINO NA ANTIGA MESOPOTÂMIA: QUESTÕES TEÓRICAS E POSSIBILIDADES ANALÍTICAS

Marcelo Rede

*Universidade de São Paulo,
São Paulo*

A relação entre o divino e a materialidade suscita problema. A afirmação não é uma preocupação acadêmica moderna. Os antigos interrogaram-se sobre a dimensão divina de elementos do mundo material – das árvores à lua; das pedras às águas – ou questionaram-se sobre a natureza da ligação entre seus deuses e os artefatos que os tornavam presentes no mundo humano ou que remetiam a eles de algum modo. Frequentemente a inquietação eclodiu em conflito, como mostram, desde a Antiguidade próximo-oriental e egípcia, a destruição das imagens de divindades ou, de forma mais sistemática, os movimentos iconoclastas²⁵. Essa é, no entanto, apenas uma faceta de uma questão mais ampla. Para além da especulação teológica, os sistemas culturais procuram estabelecer, não sem ambiguidade, as dimensões concretas de interação entre o divino, o humano e o mundo material. As formas de presentificação assumem, assim, um papel central na adoração, nas celebrações, nos rituais, bem como nos processos de politização, sobretudo em situações em que o poder é divinizado, como é o caso, embora de maneiras diferentes, das sociedades do antigo Oriente Próximo. A questão da materialização do divino é, por certo, um desdobramento da tensão entre o concreto e o abstrato, entre o objeto e a ideia, mas é preciso considerar que, situando-se no âmbito da experiência religiosa, ela apresenta particularidades notáveis.

Como categorias, “o religioso” e “o divino” obscurecem a materialidade que

25 Para a destruição de imagens (e textos) no antigo Oriente Próximo, ver os estudos reunidos em May (2012).

A MATERIALIDADE E O DIVINO NA ANTIGA MESOPOTÂMIA

lhes é inerente. Há uma tendência inelutável a considerar religião e divindade como sendo da ordem do imaterial, incorpóreo e transcendente. Entendidas como dimensões de uma noção imperfeita, mas corrente, de “cultura” (isto é, produto do espírito ou do pensamento), ambas fariam parte do domínio metafísico, literalmente falando. Seus vínculos mais imediatos seriam com crenças, venerações e, eventualmente, doutrinas. No entanto, inexistente fenômeno divino ou religioso sem materialidade: ainda que, hipoteticamente, o divino (ou, particularmente, a divindade) pudesse ser concebido como imagem mental, sua existência social só seria efetiva a partir de uma concretização do mental através de dispositivos sensoriais da oralidade, da plasticidade, da materialidade. A própria existência mental do divino não pode ser concebida em um vácuo de abstração. Ao contrário, ela supõe interações extraneurais: como parte de um processo de cognição, o divino não é simples decorrência de uma atividade cerebral, seja porque a “materialidade é parte constitutiva da mente”, seja porque “a cognição é a interatividade de cérebros, corpos e materialidade” (OVERMANN, 2017, p. 2)²⁶.

A diversidade socialmente multifacetada da experiência do divino decorre, portanto, das diferentes interações entre indivíduos e grupos com as materialidades que produzem a divindade no corpo social. O engajamento dos corpos nos espaços da religiosidade; o acesso, visual ou tátil, à imagem do deus; as interações com o aparato litúrgico; a experiência sonora ou olfativa dos ambientes divinos: tudo define as possibilidades e os limites das diversas vivências concretas no cotidiano e tudo implica algum grau de materialidade. Do ponto de vista analítico, “tentar eliminar a materialidade da religião tratando-a como sendo, acima de tudo, evidência para algo imaterial, tais como crenças ou experiências anteriores, gera o risco de renegar as próprias condições de socialidade e até mesmo o tempo” (KEANE, 2008, p. 124). As formas de materialidade apontam, portanto, para a fluidez constitutiva do religioso e do divino, pois inserem, no universo mundano, forças que são percebidas como originárias de uma esfera imaterial (DROOGAN, 2013, p. 2).

26 Em consonância com a Teoria do Engajamento Material está a totalidade da mente humana que, em sua plasticidade característica, é moldada – inclusive, em escala evolutiva – pelo engajamento com a corporalidade, com o ambiente, enfim, com a matéria, em um processo que vai muito além das representações puramente neurais (MALAFOURIS, 2013). Para a noção de “metaplasticidade” como o imbricamento das plasticidades mentais e culturais, ver também Malafouris (2015, p. 251).

Delimitando o campo: objeto, texto e imagem

A apreciação da materialidade do divino exige um posicionamento face a duas outras dimensões: a textualidade e a figurabilidade. Trata-se de um tripé irremediavelmente conexo, uma vez que nem o texto (oral ou inscrito) nem a imagem (plástica) dispensam a matéria. No entanto, textualidade e figurabilidade são possibilidades e não decorrências necessárias da materialidade: uma divindade pode, a rigor, materializar-se em um bétilo²⁷, uma pedra sagrada, sem ser, contudo, objeto de figuração ou de discurso oral ou escrito²⁸ – embora, na realidade, a situação seja inusual.

Por vezes, a questão da figuração do deus escamoteou o problema da materialidade. Em grande parte da tradição da história da arte, a imagem desapegou-se de sua fisicidade para ser considerada sobretudo pelos seus atributos simbólicos ou comunicativos, negligenciando que a mensagem depende de seu suporte físico, de cadeias tangíveis de transmissão e de um processo de recepção que não dispensa nem a corporalidade nem a situação espacial em que ele ocorre. Mesmo quando a imagem artística se confunde com o objeto arqueológico (como na história da arte antiga), predominou uma análise centrada em formas, signos, elementos icônicos, módulos semânticos (a terminologia variando segundo as escolas). Assim, foi priorizada a busca da identificação de uma divindade e do estabelecimento de seus atributos figurativos: é o caso, apenas para citar um exemplo, da análise da barba (ou ausência dela), da nudez ou dos cabelos cacheados como unidades semânticas que permitiriam estabelecer o perfil iconográfico de uma divindade como Dumuzi/Tammuz (Wiggerman, 2010, p. 327 s.). Seria de se esperar, no entanto, que, no âmbito do que se chamou de “*arte-arqueologia*” (Steward, 2010), a materialidade não fosse tão facilmente expurgada.

Do mesmo modo, a construção discursiva da divindade foi considerada como um processo autônomo. É compreensível que a expressão épica do divino seja tomada como foco privilegiado de observação. Nos casos em que a

27 O termo vem das línguas semíticas, tendo o sentido literal de casa (acadiano: *bitum*) do deus (*ilum*), embora a ideia se expresse por outros vocábulos, como *massebot*, no hebraico bíblico, ou *sikkanum*, no acadiano da documentação do reino de Mari; ver Durand (2005). A atestação arqueológica das pedras sagradas é ampla, espalhando-se por toda a região siro-palestina entre as Idades do Bronze e do Ferro: Hazor, Megiddo, Siquém, Arad, Lakish, Bet-Shemesh, Gezer, com ocorrências também no mundo árabe pré-islâmico, na Fenícia e entre os nabateanos.

28 Evidentemente, uma pedra é igualmente visual; eu restrinjo imagem, aqui, a uma iconografia construída para além dessa natureza primária, que remete portanto a um procedimento de figuração (antropomórfica ou não); neste sentido, o bétilo pode ser considerado anicônico. Para essa variedade, ver os estudos reunidos por Steimer-Herbet (2011).

narrativa mitológica é notoriamente criada para conferir um novo estatuto a um deus no panteão divino, o interesse é ainda maior, pois tem-se a impressão (a ser confirmada pela análise) de que a escritura foi o mecanismo principal da transformação. Um exemplo bem conhecido é a trajetória de Marduk: embora o deus conheça uma consolidação regional com a ascensão da primeira dinastia babilônica, permanece praticamente à margem do panteão tradicional. Sua textualização atravessa praticamente todo o segundo milênio AEC restrita a inscrições reais, rituais e preces diversas ou breves referências em seloscilíndricos (OSHIMA, 2009; SOMMERFELD, 1982). É apenas tardiamente – no século XII, durante o reinado de Nabucodonosor I, segundo opinião majoritária dos especialistas – que o deus patrono da Babilônia é dotado de uma mitologia que até então desconhecia, com o monumental poema épico *Enûma eliš*²⁹, que narra a ascensão de Marduk ao posto de senhor dos deuses em decorrência de sua vitória contra as forças do caos, lideradas por Tiamat, divindade primeva, feminina, associada ao mar³⁰. Essa complexa fabricação textual foi, normalmente, considerada um fenômeno literário em si, cujas relações foram estabelecidas sobretudo com outros textos – mesmo em estudos excelentes, como Seri (2012, 2014) e Michalowski (1990). É verdade que é difícil acompanhar a trajetória do texto como artefato – no caso, um conjunto de tabletas. Entretanto, a própria inexistência de exemplares “originais”, próximos à data provável da composição, o processo de canonização que levou o texto até a biblioteca de Assurbanipal, em Nínive, e uma difusão sabidamente ampla não são fenômenos explicáveis apenas textualmente. Além disso, se a composição esteve associada ao retorno à Babilônia da estátua de Marduk, levada pelos elamitas, então texto, matéria e imagem tornam-se ainda mais interdependentes (BRANDES, 1980; DALLEY, 1997; LAMBERT, 1964, p. 10; 2013, p. 272). Por fim, a recitação do *Enûma eliš* durante o festival do Ano Novo, Akîtu, entrelaça o escrito com as *performances* orais, a corporalidade dos oficiantes e da audiência e a espacialidade ritualística

29 Ver o estudo e a nova tradução, doravante *standard*, do texto em Lambert (2013).

30 Para uma análise no quadro de referências mitológicas mais amplas acerca do conflito cósmico entre a ordem e o caos (*Chaoskampf*), ver a retomada recente do debate sobre as teorias de Hermann Gunkel no volume organizado por Scurlock e Beal (2013). A obra de Gunkel, publicada em 1895, comparava o material mesopotâmico (particularmente o *Enûma eliš*) e bíblico (*Gênesis, I e o Livro da Revelação, 12 / Apocalipse de João*) e causou uma acalorada discussão em sua época, pois o autor identificava a mitologia babilônica como antecedente direto e inspirador dos relatos bíblicos; cf. o prefácio de Peter Machinist à nova tradução em inglês do original alemão: Gunkel (2006 [1895]).

da cerimônia (BIDMEAD, 2002, p. 66 s.; SOMMER, 2000), transformando a interação entre texto, corpos e outras materialidades em um poderoso instrumento de produção de memória coletiva e de reforço dos laços comunitários, particularmente em momentos de tensão, por exemplo, sob ameaça ou domínio assírios (Nielsen, 2014, p. 18 s.).

Até recentemente, a articulação entre materialidade, figurabilidade e textualidade foi escassamente levada em conta pelos estudos modernos. A situação somente começou a se alterar a partir da década de 1980 quando movimentos diversos propuseram-se a repensar a natureza e o papel da cultura material no quadro social: as diversas correntes abrigadas sob o rótulo de “*material turn*”, que, sobretudo na arqueologia e nos estudos de cultura material, conferiram à materialidade um estatuto socialmente ativo antes reservado aos seres animados (BOIVIN, 2008; HICKS, 2010; KNAPPETT, 2005); as propostas de aplicação ao universo material das noções de vida social e de biografia (APPADURAI, 1986, especialmente o capítulo de I. KOPYTOFF; HOSKINS, 2006, p. 74 s.); as várias teorias que se desenvolveram em torno das ideias de agência e performance, inauguradas na antropologia da arte com o trabalho de Alfred Gell (GELL, 1998; para um panorama do problema no campo dos estudos visuais, ver MENESES, 2012) e que se estenderam da imagem para o conjunto de objetos (KNAPPETT; MALAFOURIS, 2008; MITCHELL, 2006); no mesmo campo da iconografia, também os estudos que apontaram os limites da noção de representação – fundada na aparência e na similaridade mimética com o real – e sugeriram a maior pertinência do conceito de presença, sobretudo para a compreensão da imagem nas sociedades pré-modernas (BELTING, 1996; FREIBERG, 1991; ver abaixo); as inovações nos estudos de campos tradicionais da sociologia, como o consumo, que abriram caminho para uma teoria das coisas (*theory of things; theory of stuff*), para além de sua condição de produto e de mercadoria (MILLER, 1998, 2006, 2010); a renovação das concepções acerca da interação entre os diversos agentes – humanos (individuais e coletivos) e não humanos – em suas redes sociais, como a Actor Network Theory de Bruno Latour e outros (LATOURE, 2007; para a arqueologia: KNAPPETT, 2011); os chamados neomaterialismos, que, na filosofia e nas ciências sociais, buscaram atualizar a condição ontológica passiva que a materialidade ocupava em vertentes tradicionais do marxismo ou fora dele (COOLE; FROST, 2010; para a arqueologia); os questionamentos da antinomia entre sujeito e objeto,

da precedência do primeiro sobre o segundo e da conseqüente separação epistêmica entre eles operada pela modernidade cartesiana, de onde os apelos para uma antropologia e uma arqueologia “simétricas” (LATOURE, 1991; para a arqueologia: OLSEN, 2012), em benefício da percepção de uma realidade emaranhada (“*entangled*”), na qual o humano só é concebível *na* (e não *a partir da*) sua relação com as coisas (HODDER, 2012, 2016); enfim, a miríade de teorias e manifestos reivindicando a superação do antropocentrismo, questionando a universalidade do humano, sua primazia na hierarquia das espécies e seu monopólio de atuação face aos demais corpos materiais, não apenas reconhecendo a possibilidade de uma ação social não humana e descentralizada, como também militando por um pós-humanismo cognitivo, político e moral – ver os diversos verbetes em Braidotti e Hlavajova (2018). Os exemplos poderiam ser multiplicados³¹. São estímulos muito diferentes que, por ora, tiveram repercussões mais teóricas (o que está longe de ser negligenciável) do que empíricas. A passagem de um campo a outro parece encontrar obstáculos em práticas de saber arraigadas em várias disciplinas. Não é diferente no âmbito dos estudos próximo-orientais (história, arqueologia, assiriologia, egiptologia etc.): poucos foram os trabalhos que testaram consistentemente alguns dos postulados acima em análises monográficas³².

Recentemente, Christine Tsouparopoulou sintetizou a dificuldade em relação aos textos (para o que segue: TSOUPAROPOULOU, 2016, p. 257 s.): o predomínio de uma abordagem centrada na inscrição, marginalizando a dimensão material dos objetos, é tão enraizado na disciplina que permite falar de uma “sacralização” do escrito. Não é um logocentrismo exclusivo da historiografia, mas é agravado pela assimilação entre o documento escrito, utilizado prioritariamente, e o próprio fenômeno da escrita na sociedade estudada, ao qual se confere uma importância desmesurada. Segundo a autora, porém, a ideia de que a escrita é sagrada ou confere sacralidade não encontra respaldo na realidade mesopotâmica, sendo mais uma reconstrução moderna largamente difundida na literatura, especializada ou não. Em sua visão, para quebrar esse círculo vicioso, apenas a desconstru-

31 Nos campos da arqueologia e da antropologia, duas coletâneas apresentam uma rica e representativa seleção de estudos: Fahlander e Oestigaard (2004) e Englehardt e Riegler (2017).

32 Para além dos trabalhos evocados na sequência deste texto, as exceções são tão poucas quanto notáveis, a começar pelos trabalhos de campo de Ian Hodder em Çatal-Höyük (HODDER, 2012). Ver, igualmente, os estudos reunidos em Steadman e Roos (2010) e Meskell (2004). Neles, o alinhamento do estudo de caso com uma forte reflexão teórica revela a necessidade de pensar e justificar o novo paradigma.

ção da textualidade permitiria uma primeira via de acesso à materialidade. Como exemplos, Tsouparopoulou estudou duas categorias bem conhecidas de artefatos que habitualmente portam inscrições em cuneiforme: os chamados depósitos de fundação (objetos enterrados nos alicerces dos santuários) e os tijolos usados na construção de templos e palácios (neste caso, por vezes, também marcados por pegadas humanas ou animais). Sua conclusão é que a escritura não aumentou ou alterou significativamente a função e o valor desses objetos. Foi, pelo contrário, a própria materialidade que, mesmo na ausência de inscrição, definiu as possibilidades de sua performance na vida social.

A crítica pode ser aplicada também às percepções da relação entre matéria e imagem. Ao longo da história da arte, sempre foi muito forte a tendência a considerar a imagem como fenômeno figurativo e, por decorrência, propor uma análise estritamente formal de sua composição (como na busca dos princípios elementares de organização da “visibilidade pura”, em Heinrich Wölfflin, ou nas mutações na “vida das formas”, de Henri Focillon). Afastando-se dessa perspectiva, a valorização dos conteúdos temáticos (por toda geração influenciada por Aby Warburg, de Erwin Panofsky a Ernest Gombrich) não levou, todavia, a uma abordagem que ultrapassasse os elementos pictóricos e incorporasse definitivamente o objeto artístico em sua tridimensionalidade. Mais recentemente, sob a égide da linguística, a imagem foi entendida como um conjunto de elementos sígnicos que constituía um vocabulário e operava em uma sintaxe de caráter gramatical, formando um sistema de comunicação de sentidos. Daí sua aproximação com as regras da linguagem e a crença de que seria possível decifrá-la com os instrumentos fornecidos por abordagens semiológicas ou estruturalistas, particularmente influenciadas pela obra de Ferdinand de Saussure. Os limites desse tratamento foram amplamente apontados por autores que, ao paradigma do “*linguistic turn*”, preferiram opor um “*pictorial turn*” ou “*iconic turn*” (BOEHM, 2004; MITCHELL, 1994, 2005). A consideração da dimensão material da imagem passou, assim, a um primeiro plano, como, por exemplo, no conceito de “imagem-objeto” (*l’image-objet*), de Jérôme Baschet, que visa não apenas ao exame do suporte físico da imagem, como também de suas relações de espacialidade (BASCHET, 2008, p. 25 s.). De maneira semelhante e ainda mais radical, a teoria da “imagem-ato” (*Bildakt*), de Horst Bredekamp, insiste que a superação dos paradigmas linguísticos não se limita a simplesmente substituir as palavras pelas imagens, pois estas

continuariam sendo entendidas como um instrumento, um meio de criação de significado; trata-se de considerar que a imagem ocupa a posição do locutor (no sistema de linguagem), possuindo um papel ativo, interagindo com o observador: “[...] a problemática da imagem-ato consiste em determinar a potência de que a imagem é capaz, esse poder que lhe permite, na contemplação ou no suave toque, passar da latência à influência visível sobre a sensação, o pensamento e a ação” (BREDEKAMP, 201, p. 41).

Ao se sublinharem essas deficiências, uma cautela talvez seja necessária: atribuir exclusividade ao objeto em detrimento da imagem ou do texto (quando estão presentes) seria apenas inverter uma apreciação equivocada. A análise de qualquer fenômeno social exige a apreciação de todas as eventuais dimensões pelas quais ele existe no universo do sensível³³. A ênfase aqui serve, portanto, ao propósito estritamente didático de priorizar a reflexão sobre a materialidade.

Representação e presença

Um primeiro elemento de discussão refere-se à oposição entre os conceitos de representação e presença. O debate nasceu e cresceu no âmbito dos estudos da imagem. É importante considerá-lo atentamente, não apenas porque a imagem é matéria (seja esta materialidade consciente ou não na análise iconográfica), mas também porque a controvérsia sobre a natureza da imagem, embora tenha suas especificidades, é um aspecto da questão mais ampla sobre o papel social da materialidade. Além disso, a argumentação centrou-se largamente na imagem divina, que nos interessa de perto.

A noção de representação esteve na origem da própria definição de imagem que predominou na tradição ocidental e se impôs indelevelmente à moderna história da arte. Entendida como representação, a imagem estabelece com o real uma relação de exterioridade recíproca: não sendo o original e não possuindo seus atributos intrínsecos, a imagem nutre uma relação mimética com o mundo ao qual se refere. Ela imita os predicados sensíveis de seu protótipo, limitando-se, portanto, à apreensão de sua aparência de forma. A filosofia platônica (sobretudo no *Sofista*, 239a s.) foi a primeira a sistematizar o conceito de representação, operando, atra-

33 Daí o apelo para abordagens que evitem dicotomias excludentes e sejam capazes de interpretar realidades complexas nas quais linguagem e materialidade são inextrincáveis, pois palavras são materiais e objetos criam significados (Shankar e Cavanaugh, 2012, p. 359 s. que propõem o termo *language materiality* para definir o campo de estudo).

vés dele, uma clivagem entre *ser e parecer* e deslocando a imagem para o universo do ilusório – de onde seu rebaixamento em termos cognitivos é, justamente, a incapacidade de captar e transmitir a essência que suscitará a severa condenação de Platão. Para o filósofo ateniense, se a realidade já é uma reprodução imperfeita da *idea*, a figuração imitativa desce ainda um degrau na escala de cognição, não sendo merecedora de consideração intelectual ou de contemplação estética³⁴. A posteridade tratou de minimizar ou desconsiderar esse julgamento de valor platônico, mas reteve o essencial da definição de representação: a similitude de aparência e onexo referencial com a dimensão sensorial da realidade.

As situações em que a noção de representação é insuficiente ou inadequada para abordar um fenômeno imagético são inúmeras e foram frequentemente reconhecidas, seja pela antropologia ou pela história da arte, que tenderam, contudo, a confiná-las a domínios específicos: a consideração das imagens, nas sociedades “primitivas”, como entes dotados de uma vitalidade decorrente de alguma sorte de animismo, que transfere os atributos dos seres vivos a objetos antes inertes (máscaras, por exemplo); ou, na arte cristã ocidental, algumas categorias de imagens sacras às quais a consagração ritual confere uma animação divina (estátuas como as “*vierges ouvranes*” são um caso bem conhecido). São ocorrências delimitadas, mas que incentivaram a se repensar o postulado geral da imagem como representação e a propor a ideia da imagem como *presença*. Nesta acepção, a figuração deixa de remeter a um conteúdo que lhe é externo e assume a capacidade de torná-lo efetivamente presente, ainda que de forma parcial. O processo de presentificação torna obsoleta a separação ontológica entre referente e referido, promovendo sua fusão. No nível da expressão, a presença da imagem implica que ela seja investida dos atributos do protótipo. No plano das relações sociais, a percepção da iconografia como algo vivo induz a uma resposta, criando uma interação dinâmica entre pessoas e imagens (BELTING, 1994, p. 1 s.; FREEDBERG, 1989, p. 27 s. 245, p. 281 e *passim*).

A noção de presença faz parte da mesma constelação dos conceitos de agência e performance. Em seu influente trabalho póstumo, Alfred Gell sublinhou a importância decisiva da agência das imagens na tessitura da vida social. Ciente

34 Como demonstrou Jean Pierre Vernant (1996, p. 359 s.), a síntese platônica (fundada na “imitação da aparência”) é uma formulação tardia, não correspondendo às concepções mais arcaicas dos gregos sobre a imagem, em particular sobre a imagem divina (nas quais predominava uma “presentificação do invisível”).

da dificuldade gerada pela assimilação convencional entre a capacidade de ação dos atores e noções como intencionalidade e volição, Gell adota uma via cautelosa: concede que, na origem da cadeia, situa-se uma intencionalidade própria do estado mental inerente ao humano, mas insiste no fato de que a interação só pode ocorrer no quadro de um mundo material. Assim, o ambiente como um todo é caracterizado por uma agência que independe da psique humana. Esta é a base para sua distinção fundamental entre os “agentes primários” (humanos) e os “agentes secundários” (artefatos, imagens etc.), que repercutirá fortemente no debate posterior (GELL, 1998, p. 12 s. e 19 s.). Além disso, sua argumentação procura evitar que os atores sejam classificados em categorias estanques, considerando-os sempre em situações relacionais (GELL, 1998, p. 22).

Imagem e presença divina

Esse conjunto de ideias influenciou o estudo da imagem mesopotâmica, sobretudo através dos trabalhos de Zainab Bahrani. Para a autora, na antiga Mesopotâmia, a imagem constitui uma presença essencial e imanente, que não pode ser reduzida à representação mimética. Define-se, portanto, pelo seu potencial de performance, atuando, interagindo e, particularmente no caso da divindade, tornando presentes deuses, deusas e outros seres sobrenaturais (BAHRANI, 2003, cap. 5). A própria dualidade suposta na concepção corrente de imagem é, assim, questionada:

Para os mesopotâmios [...] imagens não são meios de copiar ou se referir a uma realidade ontologicamente separada. Elas são mais bem entendidas como modos de *romper o real*, como formas de irrupção no mundo material do cotidiano [...] a intenção básica da imagem mesopotâmica, parece-me, é dismantelar o sentido de categoria implicado pela diferença entre original e cópia (BAHRANI, 2014, p. 67 e 75).

O termo acadiano *salmum* (ALAN, em sumério) – traduzido, em geral, por imagem ou *representação*, bem como indicando elementos concretos, como a *estátua*, o *retrato*, a *estela*, o *relevo* etc. – ganha, assim, um novo entendimento: menos do que uma noção estética, trata-se de uma categoria ontológica que remete à materialização da presença do ser, com seus atributos próprios e seus impactos sobre a realidade (BAHRANI, 2003, p. 121 s.).

O termo *salmum* é, de fato, polissêmico, como notou Davide Nadali: pode tanto indicar imagem (*image*), no sentido de uma ideia imaterial, como figura

(*picture*), isto é, a manifestação física, que torna presente algo que está ausente; a primeira acepção é abstrata, e a segunda depende de um meio que a faça visível. Entretanto – e isto é o fundamental –, nenhum dos dois sentidos se funda na semelhança da aparência. Assim, por exemplo, a figura (*salmum*) do rei corresponde e pode mesmo fazer as vezes da imagem (*salmum*) da realeza do rei, sem ser dela uma cópia e tendo uma existência em si, como outro modo de o rei estar presente. Ambos, rei e *salmum*, são corpos vivos (NADALI, 2012, p. 583 s.; 2018, p. 202)³⁵; ou, nos termos de Mitchell:

Você pode pendurar uma figura (*picture*), mas não pode pendurar uma imagem (*image*). A imagem parece flutuar sem nenhum meio visível de suporte, uma aparição fantasmática, virtual ou espectral [...] A figura é a imagem mais o suporte; ela é a aparição da imagem imaterial em um meio material (MITCHELL, 2005, p. 85).

No entanto, na presentificação, os aspectos visuais nem sempre ocupam o primeiro plano; isto ocorre mesmo em situações em que nos acostumamos a valorizar os atributos imagéticos, como a imagem divina. O principal ritual mesopotâmico de consagração da estátua do deus que conhecemos parece, justamente, privilegiar a dimensão material, enquanto corporificação, desprezando qualquer dispositivo de visualização. Os rituais da “abertura da boca” (*pit pî*) e da “lavagem da boca” (*mis pî*)³⁶ perfazem um complexo procedimento que, durante dois dias e através de uma série de gestos, oferendas e recitações de encantamentos, transforma o artefato banal e inanimado, fabricado pelas mãos humanas, em uma presentificação da divindade. É através do ritual que a ação humana sobre a materialidade é posta a serviço de uma epifania divina que se materializa por si mesma. Por exemplo, a escolha dos dias favoráveis e dos artesãos são atributos divinos e os gestos dos homens, apenas mediadores na execução. As sucessivas purificações, sobretudo da

35 O problema terminológico é complexo: já em 1992, Irene Winter constatava a insuficiência das traduções consagradas pelos dicionários modernos, apontando, mais amplamente, para a polissemia do termo e sua capacidade de indicar existências concomitantes do ser, em vários suportes diferentes (WINTER, 1992). Ver, igualmente: Bonatz (2002, p. 11 s.) e Sonik (2015, p. 162 s.).

36 O ritual pode ser recomposto a partir de vários textos babilônicos e assírios do primeiro milênio AEC, embora indícios remontem ao terceiro milênio AEC: dois textos são descrições detalhadas do próprio ritual; outros são tabletas de coletâneas dos encantamentos pronunciados durante o rito; e um texto complementar diz respeito à restauração de uma estátua danificada. Uma primeira sistematização do material (sem os encantamentos) foi realizada pela tese de Boden (1998); ver também Berlejung (1998) e Levtoiw (2008, p. 86 s.), ambos com ampla comparação com a Bíblia hebraica, e Walker e Dick (1999). A edição mais completa dos textos é a de Walker e Dick (2001).

oficina e dos instrumentos utilizados na fabricação, buscam uma separação entre o que começa com matéria-prima (madeira, pedras preciosas, metais, tecidos) e termina como corpo divino. Parte das ferramentas é descartada, jogada ao rio. Os artesãos têm suas mãos amarradas e simbolicamente decepadas com uma faca de madeira de tamarisco e juram solenemente: “eu não fiz (a estátua), Ninagal, (que é) Éa, (deus) dos artesãos, a fez”. A natureza da materialidade está no centro do processo de transformação e reflete a tensão entre a percepção do divino e a experiência do concreto³⁷: se a estátua é “feita na terra”, ao final, ela deve comportar a mesma essência de uma divindade “nascida nos céus”. A consciência da passagem de um nível a outro é bastante explícita nos encantamentos que acompanham todo o ritual: “esta estátua não pode inalar o incenso sem a cerimônia da abertura da boca, não pode comer a comida, nem beber a água”. É notável, aqui, que o “antropomorfismo” da estátua (que talvez tenhamos sobrevalorizado como uma característica essencial das divindades mesopotâmicas³⁸) se expresse não pela forma em si, mas pela performance de atos próprios ao humano (nascer, alimentar-se, vestir-se etc.). Não é surpreendente que o mesmo ritual ou rituais semelhantes tenham envolvido outros objetos, estandartes, símbolos divinos, figuras apotropaicas. Em cada caso, o núcleo do processo reside na capacidade de fazer presente, não de representar. Quando consideramos a biografia posterior da estátua, é inegável que os momentos de sua visualização são intensificadores de sensações (nas procissões cerimoniais, no deslocamento para os festivais etc.). Entretanto, o traço mais constante de sua vida social é simplesmente estar presente (“residir”) no interior do templo, em ambiente (*cella*) extremamente restrito ou mesmo vedado ao olhar. A experiência do divino não se reduz à visualidade.

O divino, a matéria e a agência

O postulado segundo o qual as coisas agem não é pacificamente aceito por todos nem em toda a sua extensão. A ideia de que um artefato material possa presentificar uma divindade ou uma dimensão do divino, por sua vez, causa estranheza e levanta a interrogação de que se poderia estar transformando uma crença religiosa da sociedade estudada, sua perspectiva interna (*emic*, para retomar os termos da teoria do conhecimento), em análise conceitual, isto é, o ponto de vista do ob-

37 Para uma comparação com a transubstanciação na Eucaristia católica, cf. Dick (2005, p. 43 s.).

38 Ornan (2005, p. 41 s. e 109 s.).

servador externo (*etic*). Em grande parte, a resistência vem do próprio entendimento do que é agência, pois, comumente, supõe-se uma intencionalidade, que muitos estudiosos consideram atributo exclusivo do ator humano em um cenário social. Paralelamente, uma ideia bastante sedimentada de que a personalidade (*personhood*) é unificada também dificulta admitir que um ser possa manifestar sua presença em locais diferentes daquele em que sua pessoa (corpórea ou não) se encontra em dado momento.

Alfred Gell, como antropólogo, intuiu que nem intencionalidade nem personalidade (ou individualidade) são universais, mas etnograficamente muito variáveis. Assim, além da distinção entre agentes primários e secundários, vista acima, Gell advogou a noção de uma “personalidade distribuída” (*distributed personhood*), a fim de entender a ação para além de um corpo singular, situado em um espaço único. Deste modo, os agentes podem se encontrar em diversos lugares simultaneamente (GELL, 1998, p. 21, 96s. e 106). Baseando-se em estudos de casos então correntes na etnografia – que levaram, por exemplo, Roy Wagner a formular o conceito de *fractal person* para o entendimento da noção de pessoa na Melanésia (WAGNER, 1991) –, Gell introduziu no universo das relações entre humanos e coisas a concepção de que ambos são aptos a agir através de uma pluralidade de presenças e, ao mesmo tempo, diluiu o monopólio da intencionalidade como motor da ação (GELL, 1998, p. 140)³⁹.

Esse arsenal de reflexões foi fartamente mobilizado na principal obra sobre a “materialidade da agência divina” no campo dos estudos mesopotâmicos⁴⁰. Em seu capítulo introdutório, Beate Pongratz-Leisten e Karen Sonik (2015, p. 3-69) definem as premissas que inspiraram o projeto, partindo do “reconhecimento de que mesmo objetos e imagens mundanos ou ordinários podem possuir (e possuem) agência nas relações sociais, funcionando como *pessoas* ou *outros sociais* em sua interação com seres humanos” (p. 17). Para as autoras, um primeiro passo (fundado na obra de Gell e outros) consistiu, justamente, em superar o

39 Para uma ótima introdução do debate no âmbito dos estudos do antigo Oriente Próximo, ver Feldman (2010, p. 148 s.), que lembra, a meu ver corretamente, que a intencionalidade tampouco é critério seguro para definir a própria agência humana, uma vez que “pessoas frequentemente agem sem qualquer avaliação consciente do que suas ações significam e suas ações frequentemente têm consequências desintencionais”.

40 Pongratz-Leisten e Sonik (2015). Publicado na série SANER (*Studies in Ancient Near Eastern Records*), o volume contém apenas um capítulo dedicado à Idade Média (de C. W. Bynum, sobre o pão e o vinho enquanto materialidade do divino; Bynum é autora de um excepcional estudo sobre a materialidade cristã: Bynum, 2011); seis outros têm a Mesopotâmia como foco.

A MATERIALIDADE E O DIVINO NA ANTIGA MESOPOTÂMIA

enquadramento dos objetos religiosos antigos na categoria puramente estética de arte, tal qual concebida pela tradição ocidental:

A adoção de uma abordagem decisivamente não-estética dos objetos e imagens religiosos possibilitou, então, uma ênfase renovada seja em sua materialidade seja em sua agência, e nos modos e formas múltiplos e complexos de seu funcionamento no e sobre o mundo, afetando – bem como sendo afetado pelo – adorador ou espectador (PONGRATZ-LEISTEN; SONIK, 2015, p. 19).

No que se refere à natureza da entidade divina que se manifesta na materialidade, igualmente importante é a associação das noções de agência distribuída e de personalidade repartida. Definir a divindade como compósita permite conceber que seu ser se distribui em vários indícios (*index*), definidos dentro de um contexto cultural e cujo espectro é extremamente abrangente: de estátuas a templos; de relíquias a astros celestes; do esplendor à voz; da visão ao nome (p. 20)⁴¹. Esses meios de distribuir a agência, porém, não se confundem com a natureza da própria divindade: no nível analítico, as autoras conservam, então, a distinção de Gell entre o agente primário (divindade) e os agentes secundários (indícios), mesmo que esses dois níveis encontrem-se fundidos na realidade (p. 21)⁴².

Dois ponderações de Pongratz-Leisten e Sonik são particularmente importantes para o universo mesopotâmico sobre o qual teorizam: em primeiro lugar, não é necessário assumir que cada materialização seja capaz, pela sua agência,

41 Ver, igualmente, Porter (2000, p. 247), que sugere que o próprio termo *ilum* não se limita a designar uma pessoa divina, um “deus”, mas indica um conjunto de fenômenos e qualidades, traduzindo uma fluidez de manifestações num quadro de multiplicidade divina.

42 As problemáticas da presentificação, da personalidade e da corporalidade divinas assumiram uma importância crescente nos estudos sobre as concepções bíblicas de divindade. Sommer (2005, p. 12 s.) defende, igualmente, que a característica fundamental da concepção do divino na Mesopotâmia é a fluidez da personalidade e a fragmentação da corporalidade dos deuses, o que possibilita entender melhor fenômenos como suas manifestações simultâneas (Ishtar de Níneve, Ishtar de Arbela, o planeta Vênus como Ishtar etc.) e as sobreposições de identidades entre deuses diferentes (acúmulo de aspectos de outras divindades por um deus, como ocorre com Marduk, no *Enûma elish*). Sobretudo no Reino de Israel ao norte e no período pré-exílico, a fluidez da identidade divina e a multiplicidade de sua corporalidade são igualmente características da figura de Yahweh (mas não a sobreposição, que suporia a existência de mais de um deus). Por outro lado, a tradição judaíta, prevalente ao sul e que se consolida como visão dominante na formação do texto bíblico no período exílico e pós exílico, é marcada pela recusa da fluidez, de onde o discurso polêmico contra os ídolos e a forte condenação de uma presentificação pela imagem. Stephen Heering, por sua vez, sugere que, em certos casos, o próprio humano serviu como substituto da divindade na Mesopotâmia e que esta noção influenciou vários estratos do texto bíblico, acabando por prevalecer como paradigma fundamental para garantir a manifestação do deus: com a destruição do templo, eliminando a localização primária da presença de Yahweh, a própria humanidade se impõe como presentificação da divindade. Além de ser uma solução apropriada em situação de exílio, a formulação permite sustentar a polêmica da condenação da imagem como presença divina (HERRING, 2013, p. 25 s. e 215 s.).

de conter e expressar o ser em sua completude (p. 13). Não se assume, portanto, a simples multiplicação de um suposto original por cada agente material. O potencial de tornar presente se distribui, mas não homogeneamente⁴³. Em segundo lugar, e por decorrência, é possível que ocorra uma hierarquia entre os agentes materiais (secundários) quanto ao seu potencial de presentificar a divindade (agente primário). Entretanto, ela não é natural, mas culturalmente estabelecida. É o caso, por exemplo, dos objetos antropomórficos, que não possuem uma superioridade natural, mas podem ser mais eficazes em expressar “potenciais comunicativos particulares” do que outros objetos não antropomórficos (p. 23). É sob este prisma que as autoras retomam a análise do conhecido *Tablete do Deus Sol*, do século IX AEC. Uma junção de texto e imagem na mesma peça relata o sequestro da estátua do deus Shamash de seu templo em Sippar, sua substituição por um disco solar e, por fim, a reposição de uma nova estátua no lugar do disco (p. 29 s.)⁴⁴. O caso, concluem, mostra não apenas um potencial inferior (mas não ilegítimo) de presentificação do divino pelo disco solar quando comparado à estátua antropomórfica, mas também a exígua importância das características fisionômicas na reprodução da nova estátua a partir de um modelo em argila encontrado fortuitamente às margens do Rio Eufrates. Assim, a presença do deus em seu templo pela materialização em sua estátua não seria definida por nenhum dispositivo de representação por semelhança, mas pela condição do achado (levado ao rei por um sacerdote), que expressa a vontade do próprio deus e confere legitimidade à nova imagem, que, por sua vez, é consagrada ritualmente pela cerimônia da lavagem da boca⁴⁵.

É um avanço significativo reconhecer que diversas materialidades presentificam a divindade (ou, ao menos, alguma dimensão sua) e têm potencial para interagir em uma rede de atores sociais. Apontar alguns limites das propostas de Pongratz-Leisten e Sonik permitiria, contudo, avançar ainda mais. A primeira delas é que as autoras não superam definitivamente uma dualidade cartesiana, que não apenas considera o mental e o material separadamente, como também

43 Sendo dependente, inclusive, do contexto de sua manifestação: culto, procedimentos divinatórios, guerra e outras ocasiões em que a presença (de parcela) da divindade se faz necessária, como a celebração de contratos e tratados; cf. Pongratz-Leisten (2015, p. 138).

44 Dentre uma abundante literatura, ver notadamente o estudo e a nova edição do texto por Woods (2004).

45 O caso é retomado detalhadamente no mesmo volume pelo capítulo de Sonik (2015, p. 142 s.).

A MATERIALIDADE E O DIVINO NA ANTIGA MESOPOTÂMIA

assumem implicitamente a precedência do primeiro. Esta é uma decorrência do fato de abraçarem sem reservas a distinção de Gell entre agentes primários e secundários. Em outros termos, há, aqui, uma resistência a reconhecer de modo mais radical a simetria das coisas físicas em relação à ação humana (p. 6). Ao definir categorias prévias de agentes, fora de contextos específicos, corre-se o risco de tomar como regra universal a primazia da agência humana, esquecendo-se que essa impressão é determinada pelo nosso próprio foco de análise, que foi tradicionalmente voltado para a ação... dos agentes humanos. Na raiz dessa postura há, igualmente, a ideia de que, em algum momento do processo social, o pensamento humano concebe culturalmente e atribui sentido ao universo material. De certo modo – eis minha segunda objeção –, retornamos aqui a um princípio segundo o qual a cultura é, sobretudo, um processo de criação, transmissão e recepção de significados, o que ressuscita um modelo linguístico que parecia abandonado pelos próprios pressupostos do projeto das autoras (p. 11). Para Pongratz-Leisten e Sonik, a atribuição e o reconhecimento de sentidos da materialidade precede o próprio engajamento do humano com a matéria. Os significados são, assim, situados em uma dimensão puramente humana e mental, que assegura o gerenciamento dos códigos simbólicos e cria as condições de uma memória cultural. A agência material continua, assim, dependente da identificação desse sistema de signos e do compartilhamento de um conjunto de valores por indivíduos e grupos.

Entretanto, nem a formulação dos significados nem a criação da memória cultural são fenômenos que se geram no abstrato. Ao contrário, são constituídos na interação entre o humano e o material, que não pode ser simplesmente abstraída, sob o risco de recair nos primados de uma metafísica, agora mais indireta e sutil. Evitar esta solução esbarra em obstáculos consideráveis, pois a imensa maioria das abordagens permanece, em certo grau, prisioneira de uma visão antropocêntrica e idealista, que procura estabelecer as formas pelas quais uma ação exclusivamente humana traduz materialmente (em imagens, objetos, edifícios, textos, sons, odores etc.) um divino concebido como primevo e supra-humano. Rejeitar a precedência ou autonomia do humano em relação à materialidade implica que nenhuma dimensão social, inclusive o divino, tenha existência à margem do universo material. A única alternativa seria de ordem mitológica ou teológica, isto é, supor a primazia ontológica do divino, seja em relação ao humano, seja em relação à

matéria. Se nos mantivermos, porém, no registro do histórico, é preciso simplesmente afastar a ideia de que um divino pré-existente se *expresse* materialmente de alguma forma ou que os sistemas culturais fabriquem o divino abstratamente para, somente depois, materializá-lo.

Para além da agência: tramas, fluxos e interstícios

A resposta deverá ser mais complexa, situando os diversos elementos – o humano, o divino e a matéria – numa rede de agências interligadas e de interações recíprocas, que se criam, se reproduzem e se transformam concomitantemente⁴⁶. Não basta, portanto, inverter a equação tradicional: recusar a ideia de que o humano tenha o monopólio da agência não significa simplesmente reconhecer que as coisas o substituem nessa posição ativa. É possível, e necessário, ir além. Um modo de precisar a premissa seria dizer que toda agência se situa na relação entre elementos e não nos próprios elementos que compõem uma rede de ações. De fato, se observarmos a trajetória dos estudos da materialidade, é possível identificar três movimentos que marcaram tendências sucessivas, sem que se possa falar de etapas rígidas, pois todas se sobrepuseram parcialmente e se retroalimentaram. O primeiro movimento consistiu em valorizar o objeto em si, como um agente habilitado a atuar como os demais atores sociais (e cujo grau de autonomia efetiva variava segundo as abordagens). Aqui, a grande novidade (e o alvo preferencial das reações) foi a premissa de que os atores humanos não detinham o monopólio da agência. Para os críticos, a atribuição de uma vida social às coisas redundaria em fetichismo ou mesmo animismo. Muitos continuaram defendendo que a materialidade só poderia superar sua passividade sendo acionada a partir do exterior. No segundo movimento, a atenção deslocou-se dos elementos (materiais, humanos, não humanos) para a interconectividade entre os elementos. Uma perspectiva relacional permitiu caracterizar os atores e observar como se moldavam mutualmente. As posições não eram mais prédefinidas, mas geradas em situações específicas de interação. A concepção de agência em rede manteve, porém, a importância considerável dos polos das relações e dos nós originados de sua intersecção, uma vez que sua abordagem ainda era mais

46 Embora não trate diretamente do debate aqui evocado, Nicola Laneri valoriza o papel das redes e dos laços entre os elementos (cultura material, humanos e não-humanos) como fundamento das relações sociais, em particular religiosas, em um sistema de comunicação não-verbal e de experiências sensoriais (LANERI, 2011, p. 78 s.).

posicional do que processual (KNAPPETT; MALAFOURIS, 2008, Introdução). O terceiro movimento buscou, a um só tempo, esvaziar todo o essencialismo dos componentes que participam da vida social (seja em termos de atributos, seja como categoria) e situar o motor da ação no interstício múltiplo e dinâmico entre os agentes. É esse lugar (não espaço) de fluxos, no qual papéis, valores e significados decorrem da condição de “estar entre” que Paul Basu definiu pelo conceito de *inbetweenness* (BASU, 2017, p. 2 s.). Por sua vez, Tim Ingold (2015, p. 147) distinguiu entre o *between* (que, como uma ponte entre terminais, articula partes definidas de um mundo já dividido) e o *in-between* (cujo primado é o movimento, um “estar em curso” que não supõe que as coisas já estejam dadas, mas emergem do próprio fluxo). Não se trata mais de uma relação que ocorre em função do encontro de características e habilidades de seres e coisas preexistentes, mas de um emaranhado de linhas que, ao existir, causa a existência, inédita e provisória, de todos os agentes nele envolvidos. A melhor imagem, provoca Tim Ingold em direção da *Actor Network Theory*, já não é a rede, mas a trama, a malha (*meshwork*), em que fios enredados conformam de modo cambiante o ambiente no qual coisas e seres existem (INGOLD, 2011, p. 63 s.). O movimento incessante passa a ser o critério definidor, pois os agentes não estão aqui ou lá (mesmo que provisoriamente), mas são entidades nômades, que se transfiguram em função de percursos que levam a novas configurações, em constante diáspora (BASU, 2011, p. 28 s.; 2017, p. 10)⁴⁷.

Pode parecer paradoxal que, tendo iniciado nosso percurso procurando valorizar as materialidades desprezadas ou rejeitadas pela análise histórica, tenhamos chegado a um ponto em que os objetos aparentemente somem por detrás de campos de interação ou linhas de conexão. É preciso resistir, porém, à sedução renovada pela desmaterialização das realidades e dos discursos que buscam explicá-las mais adequadamente. Os desdobramentos mais recentes dos estudos de cultura material sugerem, pelo contrário, que é um conceito elementar das ciências sociais – o de relação – que deve ser redefinido. Pela sua própria natureza, a relação social não pode ser assimilada à ação unilateral

47 Embora as abordagens recentes tenham privilegiado os inícios da Época Moderna em função das novas lógicas de conexão e dos patamares globais que ela estabelece para a movimentação das coisas materiais – ver, por exemplo: Gerritsen e Riello (2016); Biedermann *et al.* (2018); Berg (2015) –, particularmente no caso dos artefatos sagrados – cf. Göttler e Mochizuki (2018) –, a noção de “objeto nômade” é manifestamente mais abrangente e também útil em outros horizontes de reflexão sobre os processos de transculturação, apropriação, hibridização etc., inclusive na Antiguidade.

de um agente. Não é suficiente, porém, oferecer uma corporalidade aos atores, um enquadramento sensorial aos atos e um contexto espacial às atividades. A descrição e a análise de cada uma dessas dimensões significam, por si mesmas, um grande avanço, mas é preciso construir analiticamente uma noção de relação que permita alinhá-las em um fluxo constante de mutação. Fazer a tipologia dos objetos sacros e de seus potenciais culturalmente estabelecidos, descrever as funções dos oficiantes do culto e os papéis dos adoradores dentro e fora do sistema religioso, elucidar as concepções de divindade compartilhadas social e mentalmente são todas tarefas necessárias e incontornáveis. No entanto, as teias que criam, unem, separam, transformam, recriam e desmancham cada um dos elementos e suas interações com os demais são ainda um terreno vastamente inexplorado pela historiografia.

Referências

AMBOS, C. Rites of passage in ancient Mesopotamia: changing status by moving through space: *bit rimki* and the ritual of the substitute king. In: C. AMBOS e L. VERDERAME (eds.) *Approaching Rituals in Ancient Cultures. Questioni di rito: Rituali come fonte di conoscenza delle religioni e delle concezioni del mondo nelle culture antiche. Rivista degli Studi Orientali. Nuova Serie LXXXVI. Supplemento, 2.* Pisa-Roma, 2013, pp. 39-54.

APPADURAI, A. (ed.) *The social life of things*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

BASCHET, J. L'image-objet. In: J. BASCHET (ed.) *L'iconographie médiévale*. Paris: Gallimard, 2008.

BASU, P. Object diasporas, resourcing communities: Sierra Leonean collections in the global museumscape. *Museum Anthropology*, 34, 1, 2011, pp. 28-42.

BASU, P. The inbetweenness of things. In: P. BASU (ed.) *The inbetweenness of things. Materializing mediation and movement between worlds*. London: Bloomsbury, 2017.

BELL, C. *Ritual Theory, ritual practice*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

BELTING, H. *Likeness and presence. A history of the image before the Era of Art*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

BERG, M. (ed.) *Goods from the East, 1500-1800*. London: Palgrave-Macmillan, 2015.

BERLEJUNG, A. *Die Theologie der Bilder*. Fribourg-Göttingen: Universitätsverlag-Vandenhoeck & Ruprecht, 1998.

BIDMEAD, J. *The Akîtu Festival. Religious continuity and royal legitimation in Mesopotamia*. New Jersey: Gorgias Press, 2002.

BIEDERMANN, Z. et alii (eds.) *Global gifts. The material culture of diplomacy in Early Modern Eurasia*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

A MATERIALIDADE E O DIVINO NA ANTIGA MESOPOTÂMIA

BODEN, P. J. *The Mesopotamian washing of the mouth (mîs pî) ritual: an examination of some of the social and communication strategies which guided the development and performance of the ritual which transferred the essence of the divinity into its temple statue.* PhD Thesis – Johns Hopkins University. Baltimore, 1998.

BOEHM, G. *Jenseits der Sprache? Anmerkungen zur Logik der Bilder.* In: C. MAAR e H. BURDA (eds.) *Iconic turn: Die neue Macht der Bilder.* Köln: DuMond Burchverlag, 2004.

BOIVIN, N. *Material Cultures, material minds. The impact of things on human thought, society, and evolution.* Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

BONATZ, D. *Was ist ein Bild im Alten Orient? Aspekte bildlicher Darstellung aus autorientalistischer Sicht.* In: M. HEINZ e D. BONATZ (eds.) *Bild – Macht – Geschichte. Visuelle Kommunikation im Alten Orient.* Berlin: Eietrich Reimer Verlag, 2002.

BRAIDOTTI, R.; HLAVAJOVA, M. (eds.) *Posthuman glossary.* London: Boolsbury, 2018.

BRANDES, M. A. *Destruction et Mutilation de Statues en Mésopotamie.* *Akkadica*, 16, 1980, pp. 28-41.

BREDEKAMP, H. *Théorie de l'acte d'image.* Paris: La Découverte, 2015.

BYNUM, C. W. *Christian materiality. An essay on religion in Late Medieval Europe.* New York: Zone Books, 2011.

COOLE, D.; FROST, S. (eds.) *New materialisms: ontology, agency, and politics.* Durham-London: Duke University Press, 2010.

DALLEY, S. *Statues of Marduk and the Date of Enuma Elish.* *Altorientalische Forschungen*, 24, 1997, pp. 163-171.

DICK, M. B. *The Mesopotamian cult statue: a sacramental encounter with divinity.* In: N. H. WALLS (ed.) *Cult image and divine representation in the ancient Near East.* Boston: ASOR, 2005.

DROOGAN, J. *Religion, material culture and archaeology.* London: Broomsbury, 2013.

DURAND, J.-M. *Le culte des pierres et les monuments commémoratifs en Syrie amorrite.* Paris: Sepoa, 2005.

ENGLEHARDT, J.; RIEGER, I. (eds.) *These “Thin Partitions”: Bridging the Growing Divide between Cultural Anthropology and Archaeology.* Boulder: University Press of Colorado, 2017.

FAHLANDER, F.; OESTIGAARD, T. (eds.) *Material culture and other things post-disciplinary studies in the 21st century.* Stockholm: Elanders Gotab, 2004.

FELDMAN, M. H. *Object agency? Spatial perspective, social relations, and the stele of Hammurabi.* In: S. R. STEADMAN e J. C. ROOS (eds.) *Agency and identity in the ancient Near East.* London: Equinox, 2010.

FREIBERG, D. *The power of images. Studies in the history and theory of response.* Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

GELL, A. *Art and agency: an anthropological theory.* Oxford: Oxford University Press, 1998.

GERRITSEN, A.; RIELLO, G. (eds.) *The global lives of things. The material culture of connections in the Early Modern World.* London: Routledge, 2016.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

GÖTTLER, C.; MOCHIZUKI, M. M. (eds.) *The nomadic object. The challenge of world for Early Modern religious art*. Leiden: Brill, 2018.

GUNKEL, H. *Creation and Chaos in the Primeval Era and the Eschaton*. Cambridge: Eerdmans, 2006 [1895].

HERRING, S. L. *Divine substitution. Humanity as the manifestation of deity in the Hebrew Bible and the ancient Near East*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2013.

HICKS, D. The material-cultural turn. Event and effect. In: D. HICKS e M. BEAUDRY (eds.) *The Oxford handbook of material culture studies*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

HODDER, I. *Entangled: an archaeology of relationship between humans and things*. Malden-Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.

HODDER, I. *Studies in human-thing entanglement*. Creative Commons, 2016.

HOSKINS, J. Agency, biography and objects. In: C. TILLEY *et alii* (eds.) *Handbook of material culture*. London: Sage, 2006.

INGOLD, T. *Being alive*. Essays on movement, knowledge and description. London: Routledge, 2011.

INGOLD, T. *The life of lines*. London: Routledge, 2015.

KEANE, W. The evidence of the senses and the materiality of religion. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, 14, 2008, pp. 110-127.

KNAPPETT, K. *Thinking through material culture. An interdisciplinary perspective*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.

KNAPPETT, K. *The archaeology of interaction*. Network perspectives on material culture and society. Oxford: Oxford University Press, 2011.

KNAPPETT, K.; MALAFOURIS, L. (eds.) *Material agency: toward a non-anthropocentric approach*. New York: Springer, 2008a.

LAMBERT, W. F. The reign of Nebuchadnezzar I: a turning point in the history of ancient Mesopotamian religion. In: W. S. MCCULLOUGH (ed.) *The seed of wisdom*. Toronto: University of Toronto Press, 1964.

LAMBERT, W. F. *Babylonian creation myths*. Winona Lake: Eisenbrauns, 2013.

LANERI, N. Connecting Fragments: a Sensorial Approach to the Materialization of Religious Beliefs in Rural Mesopotamia at the Beginning of the Second Millennium BC. *Cambridge Archaeological Journal*, 21/1, 2011, pp. 77-94.

LATOUR, B. *Nous n'avons jamais été modernes. Essai d'anthropologie symétrique*. Paris: La Découverte, 1991.

LATOUR, B. *Reassembling the social: an introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

LEVTOW, N. B. *Images of others. Iconic politics in ancient Israel*. Winona Lake: Eisenbrauns, 2008.

MALAFOURIS, L. *How things shape the mind. A theory of material engagement*. Cambridge, MA: MIT Press, 2013.

A MATERIALIDADE E O DIVINO NA ANTIGA MESOPOTÂMIA

MALAFOURIS, L. Metaplasticity and the Primacy of Material Engagement. *Time & Mind*, 8/4, 2015, pp. 351-371.

MAY, N. N. (ed.) *Iconoclasm and text destruction in the ancient Near East and beyond*. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 2012.

MENESES, U. T. B. Historia e imagem: iconografia/iconologia e além. In: C. F. CARDOSO e R. Vainfas (eds.) *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2012.

MESKELL, L. *Object worlds in ancient Egypt. Material biographies, past and present*. Oxford: Berg, 2004.

MICHALOWSKI, P. Presence at the creation. In: T. ABUSCH, *et alii* (eds.) *Lingering over words: Studies in Ancient Near Eastern Literature in Honor of William L. Moran*. Harvard Semitic Studies 37. Atlanta: Scholars Press, 1990.

MILLER, D. (ed.) *Material cultures. Why some things matter*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

MILLER, D. Consumption. In: C. TILLEY *et alii* (eds.) *Handbook of material culture*. London: Sage, 2006.

MILLER, D. Theories of things. In: _____ *Stuff*. Cambridge: Polity Press, 2010, pp. 42-78.

MITCHELL, J. P. Performance. In: C. TILLEY *et alii* (eds.) *Handbook of material culture*. London: Sage, 2006.

MITCHELL, W. J. T. *Picture Theory*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

MITCHELL, W. J. T. *What do pictures want?* Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

NADALI, D. Interpretations and translations, performativity and embodied simulation. Reflections on Assyrian images. In: G. B. LANFRANCHI *et alii* (eds.) *Leggo! Studies presented to Frederick Mario Fales*. Wiesbaden: Harrassowitz, 2012.

NADALI, D. The phenomenology of the copy in Assyria: on the coexistence of two Beings. In: S. DI PAOLO (ed.) *Implementing meanings: the power of the copy between past, present and future*. Münster: Ugarit Verlag, 2018.

NIELSEN, J. P. Marduk's return: Assyrian imperial propaganda, Babylonian cultural memory, and the akîtu festival of 667 BC. In: M. BOMMAS *et alii* (eds.) *Memory and urban religion in the ancient world*. London: Bloomsbury, 2014.

OLSEN, B. Symmetrical archaeology. In: I. HODDER (ed.) *Archaeological theory today*. Cambridge: Polity Press, 2012.

ORNAN, T. *The triumph of the symbol*. Fribourg-Göttingen: Academic Press Fribourg-Vandenhoeck & Ruprecht, 2005.

OSHIMA, T. The Babylonian god Marduk. In: G. LEICK (ed.) *The Babylonian world*. New York: Routledge, 2009.

OVERMANN, K. A. Concepts and how they get that way. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 16, 2017, pp. 1-16.

PONGRATZ-LEISTEN, B.; SONIK, K. (eds.) *The materiality of divine agency*. Boston-Berlin: De Gruyter, 2015.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

PORTER, B. N. The anxiety of multiplicity: concepts of civinity as one and many in ancient Assyria. In: ____ (ed.) *One god or many? Concepts of divinity in the ancient world*. Portland: Casco Bay Assyriological Institute, 2000.

SCURLOCK, J.; BEAL, E. H. (eds.) *Creation and Chaos. A reconsideration of Hermann Gunkel's Chaaskampf hypothesis*. Winona Lake: Eisenbrauns, 2013.

SERI, A. The role of creation in Enûma eliš. *Journal of Ancient Near Eastern Religions*, 12, 2012, pp. 4-29

SERI, A. Borrowings to create anew: Intertextuality in the Babylonian Poem of "Creation" (Enûma eliš). *Journal of the American Oriental Society*, 134, 1, 2014, pp. 89-106.

SHANKAR, S.; CAVANAUGH, J. R. Language and materiality in global capitalism. *Annual Review of Anthropology*, 41, 2012, pp. 355-369.

SOMMER, B. D. The Babylonian Akitu Festival: rectifying the king or renewing the Cosmos? *Journal of the Ancient Near Eastern Studies*, 27, 2000, pp. 81-95.

SOMMER, B. D. *The bodies of God and the world of ancient Israel*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SOMMERFELD, W. *Der Aufstieg Marduks: die Stellung Marduks in der babylonischen Religion des zweiten Jahrtausends v. Chr.* Kevelaer-Neukirchen: Butzon & Bercker-Neukirchenener Verlag, 1982.

SONIK, K. Divine (re-)presentation: authoritative images and a pictorial stream of tradition in Mesopotamia. In: B. PONGRATZ-LEISTEN e K. SONIK (eds.) *The materiality of divine agency*. Boston-Berlin: De Gruyter, 2015.

STEADMAN, S. R.; ROOS, J. C. (eds.) *Agency and identity in the ancient Near East*. London: Equinox, 2010.

STEIMER-HERBET, T. (ed.) *Pierre levées, stèles anthropomorphes et dolmens*. Oxford: Archaeopress, 2011.

STEWART, P. *Art-Archaeology: the materiality of classical art history*. Frank Davis Memorial Lectures. Courtauld Institute of Art, 9 de novembro de 2010 (conferência inédita).

TSOUPAROPOULOU, C. Deconstructing textuality, reconstructing materiality. In: Th. E. BALKE e C. TSOUPAROPOULOU (eds.) *Materiality of Writing in Early Mesopotamia*, Berlin-Boston: De Gruyter, 2016.

VERNANT, J.-P. De la présentification de l'invisible à l'imitation de l'apparence. In: ____ *Entre mythe et politique*. Paris: Seuil, 1998.

WAGNER, R. The fractal person. In: M. STRATHERN e M. Godelier (eds.) *Big Men and Great Men: Personifications of Power in Melanesia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

WALKER, C.; DICK, M. *The induction of the cult image in ancient Mesopotamia: The Mesopotamian mis pî ritual*. In: M. B. DICK (ed.) *Born in Heaven, Made on Earth. The Making of the Cult Image in the Ancient Near East*. Winona Lake: Eisenbrauns, 1999.

WALKER, C.; DICK, M. *The induction of the cult image in ancient Mesopotamia. The Mesopotamian mis pî ritual*. Helsinki: The Neo-Assyrian Text Corpus Project, 2001.

A MATERIALIDADE E O DIVINO NA ANTIGA MESOPOTÂMIA

WIGGERMMAN, F. A. M. The image of Dumuzi: a diachronic analysis. In: J. F. STACKERT, B. N. PORTER e D. P. Wright (eds.) *Gazing on the deep. Ancient Near Eastern and other studies in honor of Tzvi Abusch*. Bethesda, Maryland: CDL Press, 2010.

WINTER, I. 'Idols of the king': royal images as recipients of ritual action in ancient Mesopotamia. *Journal of Ritual Studies*, 6, 1, 1992, pp. 13-42.

WOODS, C. E. The Sun-God tablet of Nabû-apla-iddina revisited. *Journal of Cuneiform Studies*, 56, 2004, pp. 23-103.

HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO ANTIGO IRAQUE: AS MARCAS DO TEMPO NA ARGILA

Katia Maria Paim Pozzer

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Porto Alegre*

O termo Iraque (em árabe, Al-'Iraq), é derivado de *Eraq*, na língua persa, e significa “terra baixa”. Na Antiguidade a região era conhecida por Mesopotâmia, terminologia herdada dos gregos, para indicar a “terra entre rios”, fazendo referência ao Tigre e ao Eufrates, que atravessam o território de norte a sul. Examinar a história do antigo Iraque, através do estudo de sua cultura material e das evidências arqueológicas na região, é o teor de nossa proposta.

Assim, neste capítulo, apresentaremos informações sobre o ambiente geográfico da região, seguido por uma discussão acerca do surgimento das primeiras ocupações urbanas. Trataremos do contexto histórico, oferecendo uma breve cronologia para os períodos da Antiguidade. Realizaremos, ainda, um sintético levantamento das escavações arqueológicas empreendidas na Mesopotâmia, a partir do estudo de caso de três sítios arqueológicos distribuídos geograficamente no território iraquiano. O sítio arqueológico de Larsa, cidade de grande expressão política no período paleobabilônico e caso raro de escavações em áreas habitacionais, revela um pouco mais sobre a história do cotidiano na Baixa Mesopotâmia. Já o centro do país será exemplificado pela mítica cidade de Babilônia, capital do mundo na época de Nabucodonosor. Por fim, a antiga capital assíria, Nínive, famosa por sua colossal biblioteca e pelos relevos dos seus palácios, será o exemplo da região norte. Finalizaremos o capítulo com algumas considerações sobre a situação atual do patrimônio histórico e cultural iraquiano, frente aos conflitos militares que ainda castigam a região.

HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO ANTIGO IRAQUE

Introdução

Há oito mil anos, quando a maioria das sociedades do mundo era composta de caçadores-coletores, as populações da Mesopotâmia, entre os rios Tigre e Eufrates, já tinham inventado a agricultura e a irrigação, que lhes permitiu fertilizar o deserto. Na Suméria, foram inventados os fundamentos de todas as civilizações subsequentes: a escrita, a matemática, a urbanização, a administração, a astronomia, o calendário, a codificação das leis, a economia, a medicina e a literatura. A primeira cidade do mundo, Uruk (cerca de 3750 AEC), esteve na origem da revolução urbana que se espalhou para as margens do Mediterrâneo, da Península Arábica, do Egito e da Índia.



Fig. 1 - Mapa político do Oriente Médio.
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

Há duzentos milhões de anos, duas antigas massas continentais começaram a se quebrar e escorregar uma sobre a outra – isto é, houve um movimento das placas tectônicas. A placa arábica passou sob a placa iraniana e baixou, em relação ao nível do mar, formando o Golfo Pérsico⁴⁸ e as terras baixas da Mesopotâmia, onde correm os dois principais rios, o Tigre e o Eufrates. O mesmo movimento provocou a formação dos Montes Zagros, a gigantesca cadeia de montanhas que corta o Irã de norte a sul, a nordeste da Mesopotâmia.

A região conhecida por Oriente Próximo também recebeu o nome de “País de Cinco Mares”, pois compreende o território entre o Mar Mediterrâneo, o Mar Negro, o Mar Cáspio, o Golfo Árabo-Pérsico e o Mar Vermelho (Fig. 1). No entanto, os mares tiveram um impacto menor do que a terra na instalação dos homens na região. O Oriente Próximo apresenta uma grande diversidade de paisagens: dos pântanos do sul do Iraque às montanhas cobertas de neve do Irã, passando pelo deserto basáltico da Jordânia e Síria e o deserto de areia do Saara no Egito. Cada meio geográfico possui uma vegetação diferente e impõe aos seus habitantes métodos diferentes de subsistência (ROAF, 2006, p. 17).

A paisagem e a vegetação da região são bem variadas devido aos processos geológicos e aos efeitos mais recentes da água, do vento e do gelo, com cinco situações distintas (ROAF, 2006, p. 21):

1. Costa Mediterrânea: florestas abertas com espécies de pinheiros que sofrem desmatamento milenar. Há regiões onde a floresta foi substituída por arbustos frutíferos como a oliveira, o morangueiro, o loureiro, etc.;
2. Costa do Mar Negro e do Mar Cáspio: florestas úmidas subtropicais de pinheiros e plátanos;
3. Regiões Montanhosas: na Anatólia, os Montes Taurus, com florestas de pinheiros (cedro do Líbano); no Irã, os Montes Zagros e o Elburz;
4. Estepes: na Mesopotâmia, com as planícies irrigadas com o aluvião dos Rios Tigre e Eufrates, no Egito, com o Delta do Nilo, e no Levante, com o Vale do Jordão;
5. Desertos: na Jordânia, Síria e Egito, com arbustos e vegetação rara.

Desde a última glaciação, assistimos ao fenômeno de elevação do nível do mar (Fig. 2). Em 15000 AEC, o nível do mar era 100 m inferior ao que ele alcançou em 4000 AEC, cujos valores se mantiveram até os dias de hoje. Na maior parte do Oriente Próximo esta elevação não afetou significativamente as

48 A nomenclatura do Golfo também varia: os iranianos preferem chamá-lo de Golfo Pérsico, numa clara alusão ao passado persa da região, e os árabes chamam-no de Golfo Árábico.

HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO ANTIGO IRAQUE

terras, mas, na região do Golfo, tudo ficou submerso e uma grande quantidade de sítios arqueológicos de caçadores-coletores às margens do Tigre e do Eufrates se perdeu. As planícies aluviais da Mesopotâmia e do Delta do Nilo no Egito foram criadas quando o mar atingiu seu nível atual. O Vale do Nilo era mais amplo e mais rico do que a Mesopotâmia e as inundações anuais eram mais previsíveis e menos violentas, portanto mais fáceis de controlar. Isso possibilitou uma intensa atividade agrícola. A geografia do Egito era mais uniforme e isto teria contribuído com um certo isolamento cultural em relação aos povos vizinhos, diferentemente da Mesopotâmia.



Fig. 2 - Mapa Geográfico do Golfo Pérsico.

Fonte: Wikimedia Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Persian_Gulf_relief_location_map.png

O sul do Levante, se comparado ao Egito e à Mesopotâmia, pode ser considerado como mais abastecido em fontes naturais de água, que são motivos de conflitos até os dias de hoje. O Jordão é o rio mais importante, com 360 km de comprimento, além do Lago Tiberíades ou Mar da Galileia e o Mar Morto.

Em razão de sua grande extensão norte-sul, o Oriente Próximo é subdividido em três zonas climáticas diferentes: a maior parte, que se encontra na zona subtropical temperada quente; uma faixa estreita de terras altas da Anatólia, de clima de estepe de zona temperada fria; e, ao sul, a península arábica, na zona intertropical. As chuvas caem principalmente na estação fria, mas com uma grande variação: desertos têm menos de 100 mm/ano e estepes de 200 a 400 mm/ano.

Localmente, podem ultrapassar os 1.000 mm/ano, mas sem regularidade, podendo haver vários anos seguidos de seca (ROAF, 2006).

Há 15.000 anos, a bacia do Jordão beneficiou-se do lento reaquecimento pós-glacial e passou a oferecer aos pequenos grupos de caçadores uma variedade e abundância de recursos naturais que permitiu a sua fixação. A adoção da vida sedentária teve por consequência imediata um notável desenvolvimento demográfico e cultural que preparou a vida para a eclosão de uma civilização neolítica durante o oitavo milênio AEC.

Contexto histórico

Há mais de doze mil anos, aproximadamente, o homem, no Oriente Próximo, descobriu um novo modo de produção de alimentos: a plantação simples seguida da domesticação de plantas e animais. O desenvolvimento da agricultura no Oriente Próximo foi seguido por uma rápida difusão para a Europa, a África e a Ásia. Em pouco tempo, os grupos de caçadores-coletores, cujo modo de vida havia se mantido o mesmo por milhões de anos, foram substituídos pelas aldeias sedentárias (MARGUERON, 1996).

A introdução da agricultura acarretou outras modificações importantes. A casa passou a ser elemento permanente na vida da aldeia e os homens começaram a explorar novos materiais e tecnologias, como o trabalho com metal, a cerâmica e a escultura em pedra. A prática da agricultura garantiu bases alimentares estáveis, favorecendo a expansão demográfica rápida e permitindo o desenvolvimento de novas atividades culturais que culminaram com a revolução urbana. Gradualmente, novas formas de organização social se desenvolveram, com o surgimento das cidades, das religiões institucionalizadas e da escrita. As sociedades agrícolas e urbanas, a partir do Oriente Próximo, se expandiram em direção à Europa, onde, por intermédio dos gregos e dos romanos, contribuíram para a formação de nossa civilização atual.

Estes primeiros grupamentos no Oriente Próximo, no quarto milênio AEC, se situaram em regiões de colinas, à beira de lagos e mares, e as planícies baixas, que recebiam pouca precipitação anual, foram ocupadas por tribos nômades. No Egito, as cheias do Nilo ocorriam no período de crescimento das plantações, o que permitia aos cereais crescerem sem o fornecimento suplementar de água. No restante do Oriente Próximo, as cheias se davam na primavera, no pior momento,

HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO ANTIGO IRAQUE

o período da sementeira, forçando a busca de soluções para o problema. Assim, o desenvolvimento da irrigação artificial, com a construção de canais e diques de proteção, possibilitou uma modificação na ocupação do espaço na região. A colonização das planícies aluviais férteis, mas castigadas pela seca, levou a colheitas mais abundantes, o que permitiu a populações mais numerosas de ali viverem, levando ao surgimento das primeiras cidades (CARDOSO, 1986).

As cheias dos dois principais rios mesopotâmicos são bastante irregulares, causadas por importantes precipitações nos períodos mais quentes do ano. Nestes intervalos, o nível dos rios sobe, muitas vezes com violência, depositando enormes quantidades de aluvião, mas também causando destruição das plantações. Para enfrentar este grave problema natural, os mesopotâmicos criaram um sistema de diques, reservatórios e canais de irrigação que permitiu não somente controlar as cheias, mas também obter duas colheitas anuais.

Na passagem do quarto para o terceiro milênio AEC, considera-se que houve uma mutação da civilização, evidenciada nos aspectos demográficos, tecnológicos, socioeconômicos e ideológicos, resultado de um longo processo de mudança estrutural daquela sociedade.

O período do neolítico foi caracterizado pela existência de comunidades mais ou menos homogêneas, autossuficientes do ponto de vista econômico (eram capazes de produzir tudo o que consumiam), sendo algumas aldeias maiores ou mais prósperas do que outras, com famílias mais ricas e numerosas do que outras, e com um nível de especialização técnica ocasional e dispersa. Em outras palavras, a sociedade neolítica continha elementos de desigualdade econômica, social, política e ideológica.

Neste momento da história, as aldeias produziam seu próprio alimento, baseadas na agricultura e na pecuária, além de todos os bens que necessitavam, como objetos de uso doméstico e cotidiano: as ferramentas, a produção de artesanato (cerâmica, tecidos) e mesmo objetos de luxo que envolviam toda a mão de obra disponível na aldeia. Assim, durante uma parte do ano o aldeão trabalhava no campo; outra parte do tempo, quando vinham as cheias dos rios, este mesmo aldeão, em sua própria casa, produzia um ou mais tipos de artesanato – é o que chamamos de especialização técnica ocasional e dispersa.

Porém, com o desenvolvimento da agricultura e da irrigação artificial, que levou a um aumento das reservas alimentares, graças às duas colheitas anuais,

tivemos uma maior especialização das atividades artesanais e técnicas, pois parte da mão de obra foi liberada dos trabalhos agrícolas e pôde se dedicar, integralmente, às atividades técnicas durante todo o ano. Isto possibilitou uma verdadeira sistematização da divisão social do trabalho. O resultado foi um salto organizativo com a separação da produção primária (agricultura e pecuária) e da especialização técnica (artesanato), concentrando o especialista em um centro maior, proto-urbano, deixando o camponês disperso na aldeia. Estabeleceu-se, assim, uma relação de complementaridade da aldeia, agora estruturalmente tributária da cidade. A sistematização da especialização e da divisão social do trabalho, associada à concentração espacial e à individualização do polo decisório, antes coletivo, deram origem à organização do templo e do palácio, que foram as principais estruturas das cidades que surgiam (BOUZON, 1998).

O surgimento da cidade

As causas da gênese dos grandes centros urbanos continuam em discussão, mas podemos afirmar que o principal fator foi o desenvolvimento dos templos, que exerceram um papel religioso, mas também econômico e administrativo.

No início do quarto milênio AEC, a região do antigo Iraque era ocupada por diferentes populações: pastores do deserto, pescadores dos pântanos e agricultores das planícies. Eles formaram um núcleo de contato com os povos de áreas montanhosas distantes, em busca de matérias-primas inexistentes no sul da região, tais como pedra, metal e madeira. Iniciou-se, assim, um processo de diferenciação social, no qual um grupo conquistou o monopólio sobre a produção da riqueza daquela sociedade.

Considera-se que o processo de urbanização ocorreu, inicialmente, entre 4000 e 3000 AEC, no sul mesopotâmico, e que produziu transformações sociais notáveis, engendrando o desenvolvimento das cidades, com cinco características básicas:

1. A transição para uma sociedade onde vivia um grande número de pessoas em um espaço restrito, com o princípio da divisão social do trabalho;
2. A sociedade fundada em relações familiares e tribais dá lugar a uma organização política baseada em princípios territoriais;
3. Sociedade dividida em categorias sociais e governada por uma elite religiosa, militar e política, que acumulava riqueza através da cobrança de taxas e tributos, podendo, assim, construir prédios públicos monumentais;
4. O nascimento do artesanato profissional contribuiu para o surgimento do comércio à longa distância;

HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO ANTIGO IRAQUE

5. Esta nova organização da sociedade produziu uma nova riqueza: o tempo. E com ele o homem foi capaz de realizar novas descobertas e invenções, entre elas a escrita, as ciências exatas e a arte de representação.

Todos estes elementos estavam presentes, em grau variado, na Mesopotâmia Meridional no final do quarto milênio AEC. Os dados arqueológicos nos permitem afirmar que, em torno de 3750 AEC, em Uruk, houve o ponto de partida da urbanização, com uma proliferação rápida e massiva de aldeias na Baixa Mesopotâmia. No espaço de dois séculos o número de aglomerações passou de dezoito para 183 e estima-se que o número de habitantes tenha sido multiplicado por dez, produzindo uma verdadeira explosão demográfica (MARGUERON, 1996, p. 253). Este fenômeno pode ser explicado por três fatores distintos. O primeiro seria o crescimento natural da população, estabelecida em um meio ecológico favorável, graças aos avanços tecnológicos empregados na agricultura irrigada, que permitiu a garantia da sobrevivência material. Também deve-se considerar o processo de sedentarização progressivo de tribos nômades e seminômades ocorrido e, finalmente, a imigração de povos do norte da Mesopotâmia, atraídos pelas vantagens da agricultura irrigada.

Em 3500 AEC, surgem centros como Uruk, com uma instituição urbana fundamental – o templo – representado arquitetonicamente por uma plataforma monumental, que simbolizava seu poder. E foram nestes templos que vários aspectos da sociedade surgiram: a escrita, o Estado, o sistema jurídico, a arte e a arquitetura, entre outros.

Por volta de 2800 AEC, iniciaram-se disputas pela hegemonia política dos territórios vizinhos entre os vários centros urbanos no sul mesopotâmico. O resultado dessas guerras transformou o desenvolvimento dessas cidades, pois as revoltas no interior do país levaram a uma migração significativa do campo para a cidade, fazendo com que a maioria da população se tornasse urbana. Do ponto de vista arquitetônico, maciças fortificações foram construídas para garantir a segurança destas cidades, definindo assim a diferença entre o espaço urbano e o rural e restringindo o acesso a determinados pontos, os portões das muralhas. As necessidades de guerra exigiram um maior desenvolvimento da autoridade política e militar, fazendo nascer a segunda principal instituição urbana – o palácio. As cidades mesopotâmicas passaram, então, a contar com dois centros de poder: um político e militar – o palácio –, e outro econômico e religioso – o templo (POZZER, 2010).

Além destas duas formações principais, o palácio como centro de poder político e o templo como centro religioso, houve, também, outras estruturas urbanas. Os espaços públicos e as construções comunitárias tiveram um papel importante na sociabilidade da época. A tradição mostra que a porta da cidade desempenhava um papel relevante na vida social. Ela era o ponto de encontro entre o interior e o universo exterior, lugar de chegada de caravanas e das feiras, evidenciando que o urbanismo oriental não era refratário à noção de espaço comunitário. Outro lugar na cidade mesopotâmica que teve um papel privilegiado na vida cotidiana foi o porto. Este foi elemento necessário a toda cidade instalada às margens de um rio ou um canal: lugar de embarque e desembarque de mercadorias, pagamento de taxas, troca de bens e de notícias. Enfim, fazia parte das instalações comunitárias o sistema de defesa. A muralha era conhecida pelos antigos como o componente essencial porque formava uma fronteira entre o mundo ordenado e civilizado da cidade e o mundo selvagem da estepe (MARGUERON, 1996).

Os bairros de habitação formam outra parte da cidade antiga oriental, mas raras são as informações sobre eles, pois somente algumas escavações arqueológicas foram realizadas nestes espaços urbanos.

Finalmente, as vias de comunicação são consideradas como parte integrante da estrutura urbana. Sabemos que as ruas eram normalmente de terra, mas a avenida conhecida com Via Processional na cidade de Babilônia era pavimentada por lajes de cerâmica. Sabe-se também que desde o fim do quarto milênio AEC algumas cidades já contavam com uma rede de esgotos (MARGUERON, 1996, p. 261).

Ao longo de três mil anos de história, essa região abrigou diferentes culturas, como a suméria, a babilônica e a assíria. A estrutura política básica foi a da cidade-estado, marcada pela pulverização do poder, onde cada cidade-estado disputava a hegemonia política sobre uma região, dando origem aos diversos períodos históricos (POZZER, 2003b).

Uma breve cronologia

Podemos dividir a cronologia da Mesopotâmia (Fig. 3) em três grandes momentos, a saber o terceiro, o segundo e o primeiro milênio AEC⁴⁹:

49 AEC é a sigla para Antes da Era Comum.

Cronologia da Mesopotâmia

| | Períodos | Datas aproximadas (AEC) |
|----------------|-------------------------|-------------------------|
| 3º milênio AEC | Dinastias Arcaicas | 2900-2330 |
| | Império de Akkad | 2330-2100 |
| 2º milênio AEC | Época Neossuméria | 2100-2004 |
| | Período de Isin-Larsa | 2004-1750 |
| | Período Paleobabilônico | 1750-1595 |
| | Época Cassita | 1595-1100 |
| | Infiltração Aramaica | 1100-1000 |
| 1º milênio AEC | Dominação Assíria | 1000-610 |
| | Império Neobabilônico | 610-539 |

Fig. 3 - Quadro cronológico resumido da Mesopotâmia.
Fonte: Katia Maria Paim Pozzer.

Cada um destes grandes momentos pode ser subdividido em períodos (Fig. 4), nomeados segundo a região que exercia a principal hegemonia política (POZZER, 2013).

Dinastias Arcaicas: a mais antiga inscrição real de que temos conhecimento, datada do século XXVIII AEC, indica o soberano Mebaragesi como rei de Kiš; em Ur, foram escavadas tumbas no Cemitério Real; Meskalamdu, rei de Ur; Ur-Namše funda uma nova dinastia em Lagaš. Entre os séculos XXV e XXIV AEC, uma guerra de cem anos opõe os reinos de Umma e Lagaš.

Império de Akkad: entre os anos de 2285 e 2229 AEC a Mesopotâmia é unificada pela primeira vez, sob o comando de Sargão, rei de Akkad; de 2202 a 2166 AEC o neto de Sargão, Narâm-Sîn celebra a paz com o Elam, destrói o reino de Ebla e leva o império a um período de apogeu; a partir de 2065 AEC começam as dissidências, e Lagaš se torna reino independente.

Época Neossuméria: Ur-Nammu funda o império de Ur; sob Šulgi o império se organiza e são empreendidas várias campanhas militares contra os elamitas, os habitantes dos Montes Zagros contra os hurritas ao norte. A partir de 2035 AEC há a chegada massiva de populações amorritas vindas do oeste; em 2004 AEC o rei Ibbi-Sîn não consegue evitar a derrocada do império de Ur III.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO



Fig. 4 - Mapa dos impérios da Mesopotâmia.

Fonte: Wikimedia Commons. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Moyen_Orient_13e_si%C3%A8cle-pt.svg

Período de Isin-Larsa: O segundo milênio AEC se inaugura com o período de alternância no poder das duas cidades do sul mesopotâmico, Isin e Larsa; entre 2017-1985 AEC Išbi-Erra funda uma nova dinastia e se reivindica herdeiro do império de Ur; 1934-1924 AEC reina Lipit-Ištar, último rei da dinastia e autor do famoso código de leis que leva o seu nome; neste período, vários reinos rivalizam a disputa pelo poder na região, como os reinos de Ešnunna e de Larsa, no centro do “país” e de Aššur ao norte. A partir de 1930 até 1843 AEC, temos um período de grande prosperidade do reino de Larsa; Rîm-Sîn governa um dos mais longos reinados da história (1822-1763 AEC), realiza importantes campanhas militares e conquista Uruk e Isin. A partir de 1850 AEC, temos uma sequência de reis audaciosos no comando de Ešnunna, com importantes conquistas territoriais ao norte e leste. Neste mesmo período, destacam-se os reis amorritas de Mari e as poucas fontes da história assíria nos indicam uma forte atividade mercantil na Capadócia.

Período Paleobabilônico: Samsi-Addu (1834-1776 AEC), rei de Ekallatum conquista Mari e Assur e funda o reino da Alta Mesopotâmia; Rîm-Sîn de Larsa controla a Suméria (1793 AEC) e a Síria do norte é dominada pelo reino de Alep.

HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO ANTIGO IRAQUE

Hammu-rabi de Babilônia reina entre 1792 e 1750 AEC, empreende inúmeras conquistas territoriais (dentre elas Larsa, Mari e a Assíria) e promulga o código de leis. Em 1595 AEC, Babilônia é capturada pelos hititas.

Época Cassita: Agum-Kakrimé reina na Babilônia cassita por volta de 1570 AEC; apogeu nos séculos XV-XIV AEC; aliança com o Egito; entre 1380 e 1265 AEC há uma série de conflitos e tratados de paz que terminam com a invasão elamita na Babilônia do norte e o início do declínio cassita. Em 1235 AEC, a Babilônia torna-se uma província assíria; por volta de 1160 AEC o Elam invade e conquista a região da Babilônia.

Infiltração Aramaica: Com Aššur-reša-iši (1132-1115 AEC) no comando da Assíria, temos os primeiros confrontos com os arameus; Nabucodonosor I reina na Babilônia (1126-1105 AEC); o século X AEC é marcado por importantes conquistas aramaicas, aparecimento dos caldeus; de 1114 a 900 AEC, os caldeus e os arameus se estabelecem sobre todo o território da Mesopotâmia do sul e do norte.

Dominação Assíria: o final do século X AEC é o início do crescimento do império neoassírio, que aporta inovações tecnológicas no exército e se consolida como a grande potência militar e política do Antigo Oriente Próximo, com os reis Assurnazirpal II, Sargão II, Senaqueribe e Assurbanipal, por exemplo. Em 612 AEC, a coalizão meda e babilônica vence o último rei assírio e implanta o império neobabilônico.

Império Neobabilônico: Sob o reinado de Nabucodonosor II (604-562 AEC), a Babilônia conquista Jerusalém e promove a deportação de populações. Em 539 AEC, os persas invadem a Babilônia, que se torna uma satrápia do império persa.

Organização econômica e social

A Mesopotâmia se encontrava na zona do Crescente Fértil e sua economia era baseada na agricultura e na pecuária, associada a atividades artesanais e ao comércio (Fig. 5). Porém, esta região era desprovida de chuvas, sendo necessário o emprego da irrigação para garantir a produção de alimentos. Como vimos anteriormente, a agricultura artificialmente irrigada foi uma das inovações tecnológicas mais importantes do início do terceiro milênio AEC. Assim, os mesopotâmicos criaram uma rede de canais de irrigação, com depósitos de água e barragens que possibilitavam a fertilização de uma área de terra maior do que as encostas dos rios, chegando à obtenção de até duas colheitas anuais. (LIVERANI, 2016).

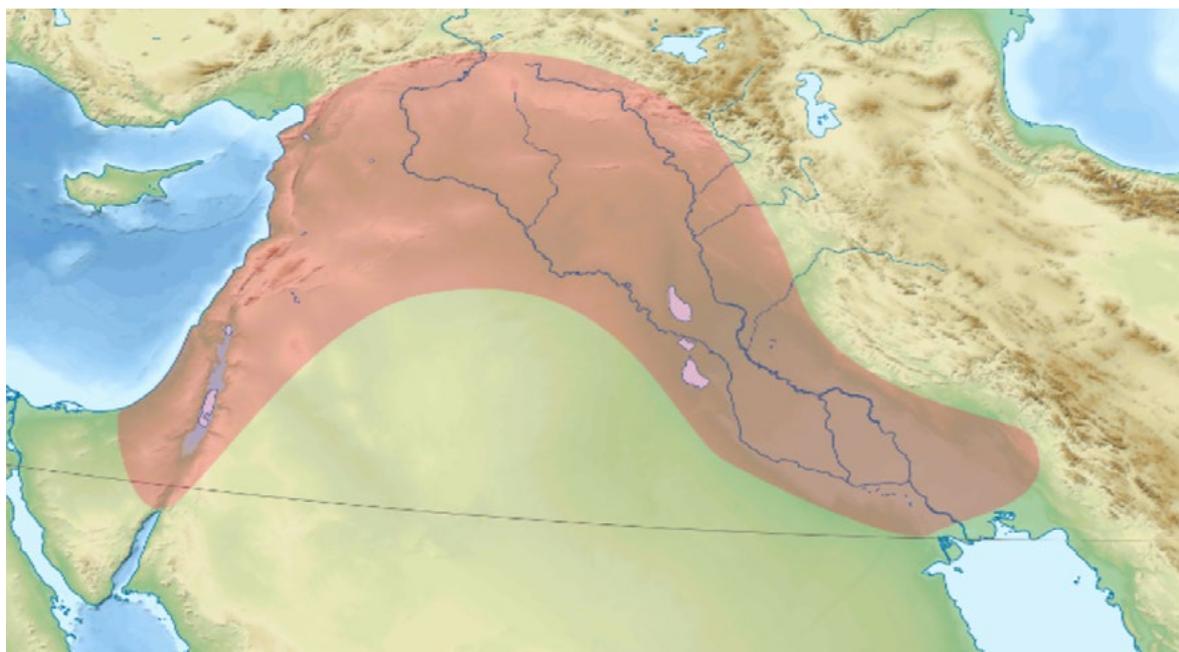


Fig. 5 – Mapa do Crescente Fértil. Ancient records of Egypt “Fertile crescent”. James Henry Breasted (1865-1935), 1906.

Fonte: Wikimedia Commons. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Fertile_Crescent#/media/File:Fertile_Crescent.png

Um tema de fundamental importância para entendermos a sociedade mesopotâmica foi o da propriedade das terras. No terceiro milênio AEC, as terras eram, majoritariamente, de propriedades dos templos e dos palácios, administradas por príncipes e sacerdotes que se beneficiavam dos impostos pagos pelos camponeses que detinham tão somente o usufruto destas terras. Além disso, havia as terras comunais e, em algum percentual não relevante, a propriedade privada. Os reis podiam conceder o usufruto das terras públicas aos soldados e altos dignitários que podiam ser herdadas, mas não vendidas. A Mesopotâmia conheceu, no segundo milênio AEC, um crescimento das atividades de comércio, com um processo de enriquecimento de mercadores que passaram a adquirir terrenos urbanos (POZZER, 2003a). No primeiro milênio AEC, houve uma retomada do papel dos templos na economia, sendo que reis assírios e babilônicos realizaram importantes doações de terras aos sacerdotes administradores destes templos (CARDOSO, 1986).

Segundo o Código de Hammu-rabi, a sociedade mesopotâmica estava dividida em três grupos sociais distintos: o *awilum*, o homem livre que possuía todos os direitos; o *muškenum*, uma categoria social intermediária, dependentes do palácio; o *wardum*, escravo, e *antum*, escrava, que podiam ser escravos de nascimentos, prisioneiros de guerra ou, ainda, teriam chegado à situação de escravidão por dívidas (BOUZON, 2000).

História da arqueologia no Iraque

Os vestígios materiais das grandes civilizações que ocuparam o território do antigo Iraque já eram conhecidos dos habitantes nativos da região, mas foi somente com os relatos dos primeiros viajantes europeus, no século XII EC que a existência destas magníficas ruínas chegou ao conhecimento do mundo ocidental.

Durante séculos, a única referência a estes lugares era o texto bíblico, que descrevia algumas das cidades mesopotâmicas como causadoras do mal ao povo de Israel. Portanto, as informações que intelectuais e viajantes dispunham estavam assentadas em visões tendenciosas e negativistas deste passado.

Assim, os estudos e publicações das primeiras sondagens e escavações arqueológicas, acompanhadas de desenhos e aquarelas feitas pelos artistas enviados à região para documentar iconograficamente as recentes descobertas (Fig. 6), foram um divisor de águas na concepção do ocidente sobre o oriente (SAID, 1990). A história da arqueologia no Oriente Próximo é longa, complexa e permeada de interesses político-estratégicos, injunções diplomáticas e dificuldades financeiras. A fim de elucidar essa questão, propomos efetuar o estudo de caso de três sítios arqueológicos, distribuídos geograficamente no território iraquiano, e que podem exemplificar a temática.



Fig. 6 – Walter Andrae, 1923. Pastel sobre papel.

Proposta de reconstrução do santuário de Marduk e sua torre em andares, vista da Via processional, em direção norte (31,4cm X 49,2cm). Fonte: Vorderasiatisches Museum, Berlim. Com permissão. <https://www.smb.museum/en/open-science/use/>

Larsa e o Sul Mesopotâmico

O primeiro relato sobre o sítio de Larsa foi escrito por W. K. Loftus, que lá ficou e realizou uma sondagem em 1854. Em 1903, Larsa foi o objeto de uma exploração conduzida por W. Andrae, que descobriria o sítio de Kisurra no mesmo ano. A primeira escavação regular aconteceu somente em 1933, sob a direção de André Parrot (1933, p. 175-182). Em seu relato, ele deplora as pilhagens que devastaram o sítio durante o ano de 1931, explicitando que infelizmente tratava-se de uma prática de longa data, como lhe foi possível constatar de acordo com os objetos comercializados nos mercados de antiguidades (Fig. 7).

Foi somente em 1967 que Parrot pôde retornar ao sítio e empreender novas escavações (segunda campanha em janeiro, terceira campanha em dezembro). Em seguida, as escavações vão encontrar uma certa regularidade, pois entre dezembro de 1969 e janeiro de 1970 houve a quarta campanha, e em outubro/dezembro de 1979, a quinta, ambas empreendidas por J. Margueron (1980-1983, p. 500), que nos descreve assim o sítio ocupando hoje uma superfície de 190 ha:

O tell de Senkereh (Sinkara) se estende em uma zona atualmente desértica do Iraque meridional, há uns vinte km a leste de Uruk e uns quarenta ao norte de Ur. O Eufrates corre atualmente muito mais ao sul, próximo de Ur; mas pesquisas conduzidas recentemente sobre o terreno e o estudo de textos mostram que a cidade de Larsa encontrava-se sobre a antiga rede de águas do Eufrates, que não possui nenhuma relação com o atual.



Fig. 7 - Vista do tell de Larsa. Fonte: Mission Archéologique française de Larsa-Oueili. Com permissão. Disponível em: <https://archeologie.culture.gouv.fr/en/a-propos/larsa>.

HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO ANTIGO IRAQUE

As escavações prosseguiram sob a direção de J.-L. Huot (1974 a 1989), e produziram vários relatórios durante os últimos anos. Os últimos resultados publicados por J.-L. Huot (1989; 1991) explicam como, a partir de algumas fotografias aéreas, foi possível estabelecer um levantamento preciso da cidade de Larsa (Fig. 8).

O sítio arqueológico de Larsa mede 1.750 m de comprimento por 1.600 m de largura, é pouco elevado (10 m em média, 22 m em seu cume) e recobre uma área total de 190 ha. O tell de Senkereh (Sinkara) se estende em uma zona atualmente desértica do Iraque Meridional, a cerca de 20 km a leste de Uruk e 40 km ao norte de Ur. Os arqueólogos descobriram uma evidência das muralhas da cidade, as quais revelaram três bairros (Fig. 7) (POZZER, 2003a, p. 24):



Fig. 8 – Plano da cidade de Larsa.

Fonte: Pozzer, 2003a, p. 24. Projeto Les Archives Privées de Marchands à Larsa Pendant la Deuxième Moitié du Règne de Rim-Sin.

- Um bairro administrativo e religioso, onde estavam situados o templo de E.babbar⁵⁰, o palácio de Nûr-Adad e os conjuntos de grandes edifícios;

50 E.babbar, em língua suméria, significa, literalmente, a casa brilhante, isto é, o templo do deus-sol Šamaš.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

- Um bairro residencial, onde o povoamento era mais denso, com inúmeras casas no centro e prédios de significativas dimensões na periferia;
- Um bairro intermediário abrigando, também, moradias e fornos, os quais testemunhavam uma importante atividade artesanal.

Larsa possui uma verdadeira estrutura urbana, com zonas muito distintas: um bairro administrativo e religioso, com os templos e palácios; uma zona de grandes residências na periferia, algumas com mais de 500 m², contrastando com o centro, denso e ocupado por pequenas casas; e, mais ao sul, uma zona de atividade artesanal.

Babilônia, cidade universal

Babilônia⁵¹ surgiu como um pequeno estabelecimento urbano, por volta de 3700 AEC, com o nome de Babil, e se desenvolveu ao longo das margens ocidentais do Eufrates. No final do terceiro milênio AEC, Babilônia era uma cidade modesta, submetida à terceira dinastia de Ur. No século XVIII AEC, a primeira dinastia de Babilônia dominou a região e tornou-se uma potência, sob o comando de Hammu-rabi (1792-1750 AEC). Mas a unidade política demonstrou-se frágil ao longo dos séculos e, em 1595 AEC, a cidade foi tomada pelos hititas, povos do norte da Anatólia, atual Turquia, transformando-se, então, em uma cidade de menor importância no cenário político (SAGGS, 1998, p. 11).

A cidade sofreu sucessivas invasões, destruições e reconstruções, mas manteve sua supremacia cultural e religiosa através dos tempos graças ao culto ao deus Marduk renovado anualmente, nas festas do Akitu⁵². Marduk tornou-se a divindade suprema do panteão mesopotâmico. No poema da criação, “Enûma Eliš”, uma composição literária datada do reinado de Nabucodonosor I (1126-1105 AEC), Marduk é evocado como o deus supremo do Universo, aquele que fundou Babilônia e a tornou o centro de seu poder. Esse mito contribuiu para que a cidade se tornasse referência e pudesse atribuir legitimidade política aos reis que ali se sucedessem (ANDRÉ-SALVINI, 2008).

Sob a dinastia neobabilônica (625-539 AEC), a cidade tornou-se a capital do mundo oriental e recebeu enormes riquezas arrecadadas com os tributos pagos pelos reinos conquistados, possibilitando a construção de obras monumentais

51 Babilônia é formada pelas palavras Bab-ilî, em acádico, cuja tradução literal é “a porta dos deuses”.

52 Festa do Ano Novo, comemorado no solstício da primavera no hemisfério norte.

HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO ANTIGO IRAQUE

como a muralha, os palácios e os templos, que tanto encantaram os viajantes antigos. Sob Nabucodonosor II (604-562 AEC), Babilônia tinha cerca de 1.000 ha de extensão e sua muralha, com oito portas ⁵³, possuía 18 km de comprimento e 30 m de largura (JOANNÈS, 2001, p. 111-115) (Fig. 9).



Fig. 9 – Porta de Istar, Babilônia, 580 AEC. Tijolos esmaltados policrômicos, (14,73m X 15,70m). Reconstituída no Vorderasiatisches Museum – Pérgamo, Berlim.

Fonte: Foto da autora, arquivo pessoal, 2012

Mas Babilônia também é conhecida pelo seu zigurate⁵⁴, E.TEMEN.AN.KI, cuja tradução literal é “a casa da fundação do céu e da terra” e que foi o palco de um dos mitos fundantes da cultura ocidental, encontrado no Livro do Gênesis,

53 Segundo o urbanismo oriental, as portas das cidades eram o local de encontro entre o mundo civilizado urbano e o mundo selvagem da estepe. A mais famosa é a Porta de Istar, atualmente no Vorderasiatisches Museum, em Berlim.

54 Zigurate é a palavra em acádico para indicar uma construção em andares, derivada do verbo *zaqâru*, que significa “construir prédio alto”.

capítulo 11, versículos de 1 a 9, como a Torre de Babel (*A Bíblia de Jerusalém*):

Todo o mundo se servia de uma mesma língua e das mesmas palavras. Como os homens emigrassem para o oriente, encontraram um vale na terra de Senaar e ai se estabeleceram. Disseram um ao outro: “Vinde! Façamos tijolos e cozamo-los ao fogo!”. O tijolo lhes serviu de pedra e o betume de argamassa. Disseram: “Vinde! Construamos uma cidade e uma torre cujo ápice penetre nos céus! Façamo-nos um nome e não sejamos dispersos sobre a terra!”. Ora, Iahweh desceu para ver a cidade e a torre que os homens tinham construído. E Iahweh disse: “Eis que todos constituem um só povo e falam uma só língua. Isso é o começo de suas iniciativas! Agora, nenhum desígnio sera irrealizável para eles. Vinde! Descamos! Confundamos a sua linguagem para que não mais se entendam uns aos outros”. Iahweh os dispersou dali por toda a face da terra, e eles cessaram de construir a cidade. Deu-se-lhe por isso o nome de Babel, pois foi lá que Iahweh confundiu a linguagem de todos os habitantes da terra e foi lá que ele os dispersou sobre toda a face da terra.

A estrutura original da Torre de Babel foi construída por Hammu-rabi (1792-1750 AEC), mais tarde destruída pelo rei assírio Senaqueribe, em 689 AEC, quando este conquistou Babilônia. Ela foi reconstruída por vários reis, tendo sua restauração finalizada por Nabucodonosor II (604-562 AEC), rei da dinastia caldeia. O zigurate de Babilônia também é conhecido graças ao relato de Heródoto, que o descreveu como uma torre em oito andares, com uma escada externa em espiral, com bancos em cada andar “para que aqueles que subiam se repousassem, com um grande templo no último andar, aonde o deus em pessoa, segundo os sacerdotes caldeus, viria passar a noite com uma mulher escolhida por ele” (GLASSNER, 2003, p. 171). A narrativa de Heródoto faz alusão aos rituais de hierogamia realizados durante as festividades de Akitu, onde o rei e a sacerdotisa principal, legítimos representantes dos deuses, teriam relações sexuais dentro do templo localizado no ápice da torre, e, assim, garantiriam prosperidade e fertilidade para todo o reino (Fig. 10).

Uma descrição mais precisa sobre a torre foi encontrada em um tablete de argila datado de 229 AEC conhecido como o “Tablete da Esagila”, que apresenta as dimensões do templo do deus Marduk e do zigurate de Babilônia. Da Torre de Babel, subsistem apenas suas fundações construídas sobre um plano quadrado de 91 m de lado, formando uma área total de 8.100 m². O interior era de tijolos secos ao sol, enquanto as paredes externas eram de tijolos cozi-

HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO ANTIGO IRAQUE

dos, com 15 m de espessura, e teriam atingido uma altura de 90 m (Fig. 11). Estima-se que seriam necessários cerca de 36 milhões de tijolos e três mil homens trabalhando, durante dois anos, para sua construção (POZZER, 2003b, p. 71).

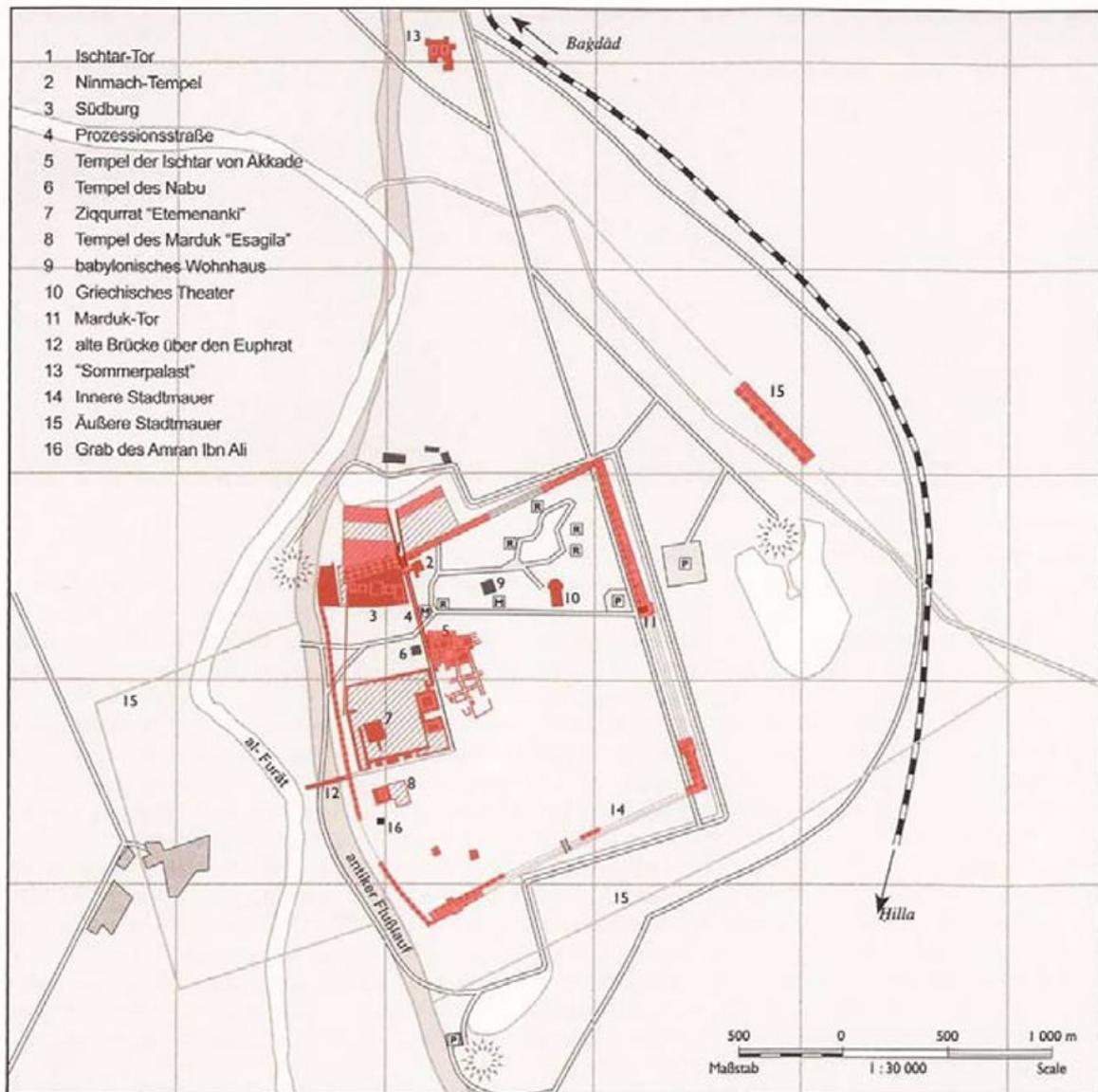


Fig. 10 – Plano de Babilônia

Fonte: Fenollós, 2017, p. 24. Adaptado de Wartke, 2008, p. 94. Acesso livre.

Legenda:

- 1, 2 e 3. Palácios
4. Via Processional
5. Porta de Istar
6. Zigurate
- 7, 14, 15, 16, 17 e 18. Templos
8. Bairro de residências privadas
- 9 e 10. Muralhas
11. Curso antigo do Eufrates
12. Curso atual do Eufrates
13. Aldeias modernas



Fig. 11 – Reconstrução do zigurate de Babilônia.

Fonte: Orient Cunéiform. Com permissão. Disponível em: <https://archeologie.culture.gouv.fr/orient-cuneiforme/en/architecture-ziggurat>

Nínive, a capital assíria

Para a assiriologia, o primeiro império que atingiu extensão de grandes proporções foi o Império Assírio. Ele reivindicava ser herdeiro dos modos de organização imperial e legitimação das épocas de Sargão de Akkad (2340-2159 AEC) e de Hammu-rabi, rei da Babilônia (1792-1750 AEC), ambos poderosos soberanos do sul mesopotâmico (LARSEN, 1979, p. 90) (Fig. 12).

As primeiras escavações arqueológicas realizadas em Nínive, na primeira metade do século XIX, estão na origem da arqueologia oriental. A região já era conhecida pelos relatos dos exploradores e viajantes europeus desde o final da Idade Média, como o rabino Benjamin de Tudela, o primeiro que escreveu sobre a localização das ruínas abandonadas de Nínive, em 1173.



Fig. 12 – Vista do sítio de Nínive.

Fonte: Google Earth. Katia Maria Paim Pozzer, 2023

Uma expedição dinamarquesa, liderada por Carsten Niebuhr, enviada à Arábia, passou ali alguns dias, em março de 1766. Desta excursão Niebuhr publicou um extraordinário relato de viagem que chegou ao conhecimento de muitos intelectuais da época. Mas foi Claudius Rich, que trabalhava para a Companhia das Índias Orientais, o primeiro a estudar o sítio arqueológico de Nínive. Em 1820, ele realizou sondagens e medições precisas do conjunto do sítio. Seu trabalho teve uma publicação póstuma, em 1836. Ele ainda deixou uma pequena coleção de antiguidades que, após sua morte, foi comprada pelo Museu Britânico e consistiu em uma das primeiras vitrines, em um museu europeu, de arte antiga mesopotâmica (LARSEN, 2001, p. 20-21).

O cônsul francês Paul-Émile Botta (1802-1870) foi o primeiro estudioso que empreendeu escavações arqueológicas em Kuyunjik, atual Nínive, em 1842. Como não encontrou nada além de tijolos de adobe, ele voltou seu interesse para o *tell* conhecido na época por Khorsabad, onde descobriu os primeiros relevos esculpidos assírios (LEICK, 2003, p. 240).

Em junho de 1842, chegou a Mossul, cidade no cruzamento de rotas comerciais do Império Otomano, um intrépido aventureiro inglês, Austen Henry Layard, que, juntamente com Botta, inaugurou as explorações arqueológicas no Oriente, antes mesmo de sua constituição enquanto disciplina. Mas nem

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

Botta, nem Layard puderam suspeitar da gigantesca tarefa a que se propuseram, tampouco puderam prever as inúmeras dificuldades que iriam enfrentar. Layard trabalhou durante vários anos em Nínive, Nimrud e Khorsabad e realizou importantes descobertas, como o palácio de Senaqueribe ou o Obelisco Negro de Shalmanaser III (CURTIS; READE, 1995, p. 9-16).

As escavações arqueológicas que se iniciaram no século XIX desvendaram os palácios de importantes soberanos. O primeiro palácio descoberto foi o de Sargão II, em Dûr-šarrukin, sobre o sítio de Khorsabad, explorado por Paul-Émile Botta em 1843 e 1844. Após, seguiram-se as ruínas dos palácios de Kalhu pelo inglês Henry Austin Layard, desde 1845, e Nínive a partir de 1848, por Vitor Place e H. Rawlison. Em 1872, em Nínive, H. Rassam descobre a Biblioteca de Aššurbanipal, e, a partir de 1903 até o início da I Guerra Mundial, em Aššur, realizou-se uma escavação arqueológica que serve de modelo até os dias de hoje (READE, 2006, p. 18).



Fig. 13 – Cena de caça ao cervo com rede. Alabastro. Ass.ria, 645-635 AEC. Nínive, Palácio Norte, sala S.
Fonte: Pozzer, 2017, p. 143.

Seis reis assírios deixaram evidências materiais de um tipo de relevo: Aššurnazirpal II (883-859 AEC), no palácio noroeste da cidade de Nimrûd; Salmanassar III (853-824 AEC), no palácio central da cidade de Nimrûd; Teglatphalassar III (745-727 AEC), nos palácios do centro e do sudoeste da cidade de Nimrûd; Sargão II (722-705 AEC), no palácio de Korshabad; Senaqueribe (705-681 AEC), no palácio sudoeste da cidade de Nínive; e Assurbanipal (669-

627 AEC), nos palácios do sudoeste e norte da cidade de Nínive. Eram baixos-relevos sobre lajes de alabastro, repartidos em duas ou mais partes, recobrando as paredes dos palácios e podendo ultrapassar 2 m de altura (Fig. 13) (READE, 2006).

O patrimônio cultural e a guerra no Iraque

Atualmente, o território do Iraque tem uma área de mais de 438.000 km² e cerca de quarenta milhões de habitantes. A história recente da região está marcada por uma guerra civil que já dura vários anos e fez milhares de vítimas (BENRAAD, 2010).

O Iraque tem onze mil anos de história e cerca de meio milhão de sítios arqueológicos. Destes, 25.000 são considerados de maior importância, tendo sido “apenas” 12.000 escavados regularmente. O país possui, ainda, centenas de museus e bibliotecas, e todo este patrimônio vem sendo saqueado e destruído desde a Guerra do Golfo, em 1991, quando uma primeira lista de objetos roubados foi estabelecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em mais de quatro mil peças.

Além disso, o embargo financeiro e comercial imposto pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1990, foi responsável pela deterioração irreversível do patrimônio da humanidade. Más condições de conservação, devido à falta de produtos químicos necessários para a manutenção das coleções (importação proibida), infiltração, águas subterrâneas e calor (após desligamento da climatização) resultaram na degradação catastrófica de milhares de objetos.

A guerra no Iraque iniciada pela coalizão coordenada pelos governos inglês e norte-americano, com a finalidade de controlar uma das regiões do planeta mais ricas em petróleo e água, deflagrou uma das maiores (senão a maior) catástrofes culturais de todos os tempos.

Soma-se a isto o saque sistemático aos sítios arqueológicos em todo o território. Num país sob um duríssimo embargo comercial há quase três décadas, com um empobrecimento considerável da população, em meio a uma invasão por exércitos estrangeiros, num cotidiano de violência, com atentados a bomba diários, a luta pela sobrevivência também passa, infelizmente, pelo saque de sítios arqueológicos de reconhecido valor internacional, pois a venda de um pequeno

objeto pode representar o alimento para toda uma família por várias semanas...

Mais recentemente, o Iraque tem sido o cenário de uma guerra com atos de violência inéditos, perpetrados pela organização terrorista autointitulada Estado Islâmico, que se tornou um dos atores mais desestabilizadores do Oriente Médio. Seu crescimento foi financiado, principalmente, por receitas advindas do controle de campos de petróleo, mas também do comércio de antiguidades saqueadas – um mercado alimentado em grande parte pela demanda ocidental. O chamado Estado Islâmico é composto por elementos do antigo regime iraquiano, combatentes estrangeiros, tribos locais e outros que juraram fidelidade ao grupo por questões ideológicas ou simplesmente por medo (FANUSI; JOFFE, 2015, p. 3).

Sabemos que existe uma verdadeira hemorragia arqueológica na região do Oriente Próximo, intensificada pelas ações do chamado Estado Islâmico. As escavações clandestinas alimentaram um mercado negro de contrabando de objetos de arte, e acredita-se que o tráfico ilícito tenha sido uma das principais fontes de recursos financeiros, depois do petróleo.

A arqueóloga libanesa Joanne Farchakh Bajjaly (2015), especialista em arqueologia em tempos de guerra, explica a política de propaganda dos jihadistas do chamado Estado Islâmico:

existem dois aspectos muito importantes que não foram suficientemente cobertos pela mídia. Primeiro: a destruição do patrimônio iraquiano. O Iraque e a sua história se confunde com a região do Oriente Médio, à qual o Líbano pertence. A segunda: a destruição do patrimônio cristão, pois a herança cristã está ameaçada, uma civilização que ainda vive, mas que está desaparecendo.

Casos documentados, como a destruição sistemática das antiguidades na cidade de Mossul, são um exemplo das práticas destes grupos terroristas que pretendem apagar os vestígios do passado (ALJUBOORI, 2017).

Apesar de povos muito diferentes (acádios, assírios, babilônicos, persas, gregos, otomanos, árabes) terem ali se estabelecido, devido a sua posição geográfica estratégica, há uma continuidade cultural, mantida por uma longa tradição de aculturação bem-sucedida e transmitida de geração em geração. A população iraquiana tem muito orgulho e respeito pela sua herança cultural, pelos sítios arqueológicos que, de alguma forma, pertencem ao seu ambiente familiar (BAHRANI, 2003).

Atualmente, o Iraque é palco de conflitos militares, de genocídio e de destrui-

HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO ANTIGO IRAQUE

ção do seu patrimônio histórico-cultural e essa situação se configura em crime contra a humanidade. Diante desta terrível realidade, estudar e pesquisar a memória da Mesopotâmia antiga é missão urgente e necessária! Mais do que nunca é preciso discutir, alertar e ensinar a necessidade da preservação do patrimônio, seja ele artístico, arquitetônico, histórico e natural, pois nós somos responsáveis pelo futuro do nosso passado.

Referências

- ANDRÉ-SALVINI, B. *Babylone*. Catalogue de l'exposition. Paris: Hazan, 2008.
- ALJUBOORI, A. Y. *A Reflection on three years of occupation by ISIL*. ASOR. Disponível em: <http://www.asor.org/news/2017/07/3rd-anniversary-isil/>. Acessado em: 14/03/2018.
- BAHRANI, Z. Iraq's Cultural Heritage: Monuments, History, and Loss. *Art Journal*, Vol. 62, No. 4 (Winter, 2003), pp. 10-17. Disponível em: College Art Association Stable. URL: <http://www.jstor.org/stable/3558482>. Acessado em: 17/07/2012.
- BAJJALY, J. F. *Comment le trafic d'antiquités fait vivre l'EI et anéantit la civilisation assyrienne*. Disponível em: <https://www.lorientlejour.com/article/918178/comment-le-traffic-dantiquites-fait-vivre-lei-et-aneantit-la-civilisation-assyrienne.html>. 2015.
- BARNETT, R. D. *Sculptures from the north palace of Ashurbanipal at Nineveh (668-627 B.C)*. London: The British Museum Publications, 1976.
- BEDFORD, P. R. *Empire and exploitation: In the Neo Assyrian Empire*. Disponível em: <http://prophetess.lstc.edu/~rklein/Doc6/bedford.pdf>
- _____. "Neo-Assyrian Empire". In: I. MORRIS e W. SCHEIDEL, (eds.). *The Dynamics of Ancient Empires. State Power from Assyria to Byzantium*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2009, p. 30-65.
- BENRAAD, M. *L'Irak*. Paris: Le Cavalier Bleu, 2010.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM, A. São Paulo: Paulus, 1985.
- BIENKOWSKI, P.; MILLARD, A. *Dictionary of the Ancient Near East*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2000.
- BORDREUIL, P.; BRIQUEL-CHATONNET, F.; MICHEL, C. *Les Débuts de l'Histoire*. Paris: Éditions de La Martinière, 2008.
- BOTTÉRO, J. *Mésopotamie – L'Écriture, la raison et les dieux*. Paris: Éditions Gallimard, 1987.
- BOUZON, E. *O Código de Hammurabi*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. *Ensaio Babilônicos: Sociedade, Economia e Cultura na Babilônia Pré-Cristã*. Porto Alegre: EDIPUCRS, Col. História 19, 1998.
- CARDOSO, C.F.S. *Sociedades do Antigo Oriente Próximo*. São Paulo: Ática, 1986.
- COLLINS, P. *Assyrian Palace Sculptures*. London: British Museum, 2008.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

CORNELLI, G. (Org.). *Representações da Cidade Antiga: categorias históricas e discursos filosóficos*. Coimbra, Classica Digitalia, 2010.

CURATOLA, G. *L'Art en Mésopotamie*. Paris: Hazan, 2006.

CURTIS, J. E.; READE, J. *Art and Empire: Treasures from Assyria in the British Museum*. New York: Metropolitan Museum of Art, 1995.

FANUSIE Y. J.; JOFFE, A. *Monumental Fight – Countering the Islamic State's Antiquities Trafficking*. Washington: FDD Press, 2015.

FENOLLÓS, J.-L. M. *Las murallas de Babilonia. Nueva interpretación de una maravilla del mundo antiguo*. Revista Universitaria de Historia Militar. Vol. 6, no. 12, 2017, p. 20-49.

GLASSNER, J.-J. *La Mésopotamie*. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

_____. *La Tour de Babylone*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

HUOT, J.-L. (direction). *Larsa-Travaux de 1985*, Paris: ERC, 1989, p. 13-52.

_____. Les Travaux Français a Tell El 'Oueili et Larsa, *Akkadica* 73, Bruxelles, 1991, pp. 1-32.

HUOT, J.-L., THALMANN, J.-P., VALBELLE, D. *Naissance des cités*. Paris: Nathan, 1990.

JOANNÈS, F. *La Mésopotamie au 1er millénaire avant J.-C*. Paris: Armand Colin, 2000.

_____. (org.). *Dictionnaire de la Civilisation Mésopotamienne*. Paris: Robert Laffont, 2001.

LARSEN, M. T. (ed.) *Power and Propaganda: A Symposium on Ancient Empires*. Copenhagen: Akademisk Forlag, 1979.

_____. *La Conquête de l'Assyrie 1840-1860. Histoire d'une découverte archéologique*. Paris: Hachette, 2001.

LEICK, G. *Mesopotâmia. A Invenção da Cidade*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

LIVERANI, M. *Oriente Antigo*. São Paulo: Edusp, 2016.

MARGUERON, J.-Cl. *Larsa-Archäologisch*, RIA VI, Berlin-New York, 1980-1983.

_____. *Los Mesopotámicos*. Madrid: Cátedra, 1996.

OATES, J. *Babylon*. Revised Edition. London: Thames & Hudson, 2008.

PARROT, A. Les Fouilles de Tello et de Senkereh-Larsa, *RA* 30, Paris, 1933, pp. 175-182.

_____. *Assur*. Paris: Gallimard, 2007.

POZZER, K.M.P. *Les Archives Privées de Marchands à Larsa Pendant la Deuxième Moitié du Règne de Rim-Sîn*. Lille: ANRT, 2003a.

_____. Cidades Mesopotâmicas: História e Representações. *Revista Anos 90*. Nº 17, 2003b, pp. 61-73.

POZZER, K. M. P. Os mesopotâmicos tinham fome de quê? Literatura, cultura material e outras histórias. *Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v. 2, n. 2, Dezembro, 2017. p. 137-152

_____. Babel e a representação do sagrado na Cidade Antiga, *In*: G. CORNELLI

HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO ANTIGO IRAQUE

(Org.). *Representações da Cidade Antiga: categorias históricas e discursos filosóficos*. Coimbra, Classica Digitalia, 2010.

_____. *História Antiga Oriental*. Canoas: Ed. ULBRA, 2013.

READE, J. Nimrud. In: CURTIS, J. (ed.). *Fifty Years of Mesopotamian Discovery: The Work of the British School of Archaeology in Iraq 1932-1982*. London: The British School of Archaeology in Iraq (London), 1982.

_____. *Assyrian Sculpture*. London: The British Museum Press, 2006.

ROAF, M. *Mesopotâmia*. Barcelona: Folio, 2006.

ROUX, G. *La Mésopotamie*. Paris: Éditions du Seuil, 1995.

SAGGS, H. W. F. *Au temps de Babylone*. Paris: Éditions du Félin, 1998.

SAID, E. W. *Orientalismo – o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VIVENDO NAS MONTANHAS ZARGOS NA IDADE DO FERRO (1200-600 AEC): NOVAS INVESTIGAÇÕES NO COMPLEXO DE ASSENTAMENTOS DE DINKA, RIO LOWER ZAB, REGIÃO AUTÔNOMA CURDA DO IRAQUE

Florian Janoscha Kreppner
*Universität Münster,
Münster*

Cenário geográfico

As planícies da Mesopotâmia são delimitadas pelas cadeias montanhosas do Líbano e Antilíbano, a oeste; as Montanhas Tauros, ao norte; e as Montanhas Zagros, a leste. Os rios Eufrates e Tigre originam-se hoje no sudeste da Turquia, nas montanhas Tauros, e correm de norte a sul através de regiões estepes, semidesérticas e desérticas até o Golfo Pérsico. Vindo das montanhas Zagros, no leste, os afluentes Great Zab, Little Zab e Diyala fluem para o rio Tigre. Os rios não apenas representam os caminhos da vida na Mesopotâmia, criando a base para a agricultura de irrigação, mas também serviram como importantes rotas de tráfego e conectavam as regiões das terras baixas às áreas montanhosas. Enquanto bens agrícolas, como couro, têxteis e lã, eram produzidos nas terras baixas da Mesopotâmia, havia uma falta de recursos importantes, como madeira, cobre, estanho e especialmente ferro para a produção de ferramentas, além de pedras preciosas e ouro ou prata para itens de luxo. Tais matérias-primas tiveram que ser adquiridas fora da Mesopotâmia, nas regiões montanhosas ou em áreas ainda mais distantes.

O complexo de assentamentos de Dinka está localizado em uma interface entre as planícies da Mesopotâmia e as terras altas do Irã; nas partes superiores do Baixo Zab, Planície de Peshdar; nas montanhas Zagros, província de Sulayma-

VIVENDO NAS MONTANHAS ZAGROS NA IDADE DO FERRO

niyah; e em uma região autônoma do Curdistão, no norte do Iraque (Fig. 1). Através do nosso trabalho, fica cada vez mais claro que o Complexo de Assentamentos de Dinka é um local importante da Idade do Ferro nas Montanhas Zagros, o que pode vincular os desenvolvimentos culturais da Mesopotâmia com os do noroeste do Irã.

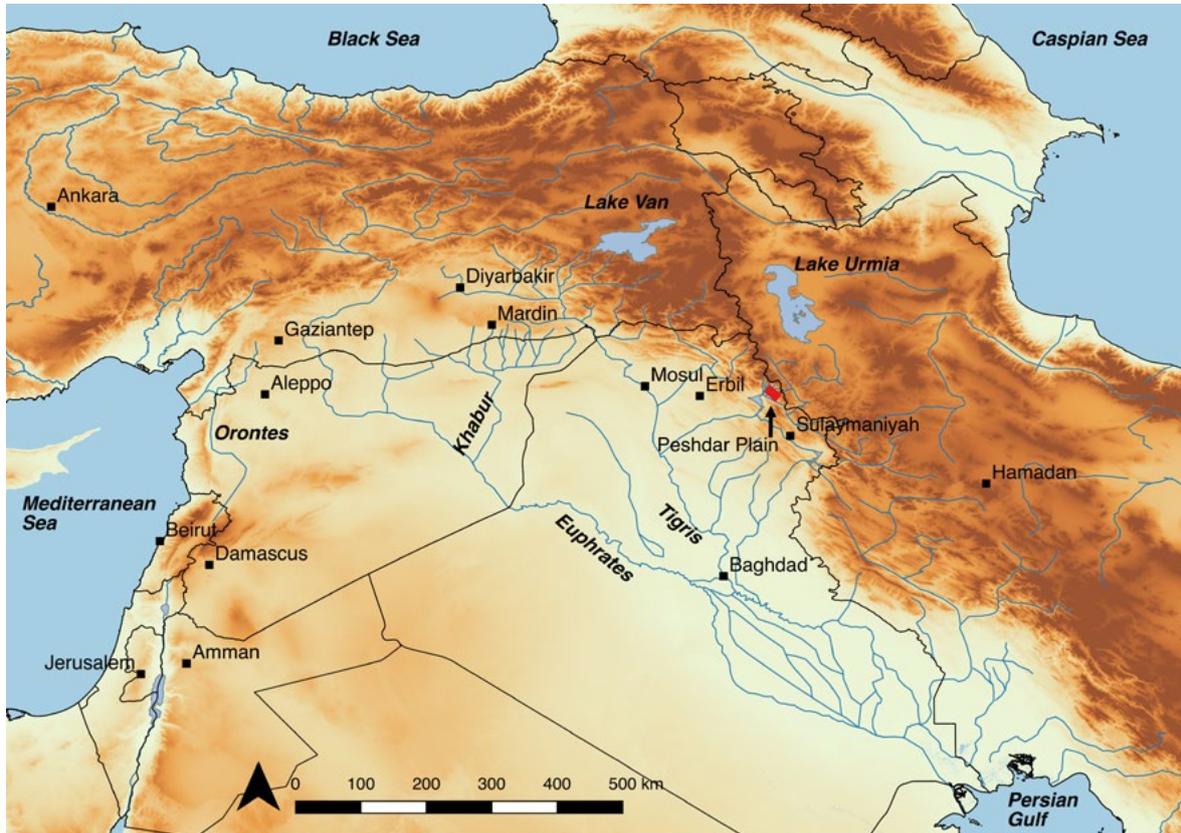


Fig. 1 – A posição da Planície de Peshdar no moderno Oriente Médio, na fronteira da região autônoma curda do Iraque com o Irã.

Fonte: Andrea Squitieri, integrante do Projeto de Pesquisa Vivendo nas Montanhas Zargos na Idade do Ferro (1200-600 AEC) sob coordenação de Florian Janoscha Kreppner

Contexto cronológico e histórico

O período discutido neste artigo começa por volta de 1200 AEC e termina em meados do primeiro milênio AEC. Assim, inclui o tempo em que o Império Assírio se expandiu pelo território central das planícies do norte da Mesopotâmia para transformar-se no primeiro império que controlou grande parte do Oriente Médio durante a primeira metade do primeiro milênio AEC (Fig. 2). Após séculos, durante os quais o Oriente Próximo foi caracterizado pela coexistência de estados de tamanho comparável, o Império hitita, no norte, entrou em colapso, na virada do século XIII para o XII AEC, após um período de instabilidade. A Babilônia, ao sul, e o Egito, a oeste, passaram por períodos de fraqueza,

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

nos quais as dinastias que haviam governado foram substituídas. Na Assíria, por outro lado, a mesma dinastia permaneceu no poder desde o segundo milênio AEC e além da virada do milênio. A Planície de Peshdar ficava fora do território assírio durante o final do segundo milênio AEC. Por volta de 1100 AEC, a Assíria perdeu seu território como resultado das grandes migrações. Nômades aramaicos imigraram da estepe síria para o Eufrates Central. A área controlada encolheu-se o coração da Assíria no Rio Tigre, com as cidades de Assur, Nínive e Arbail.

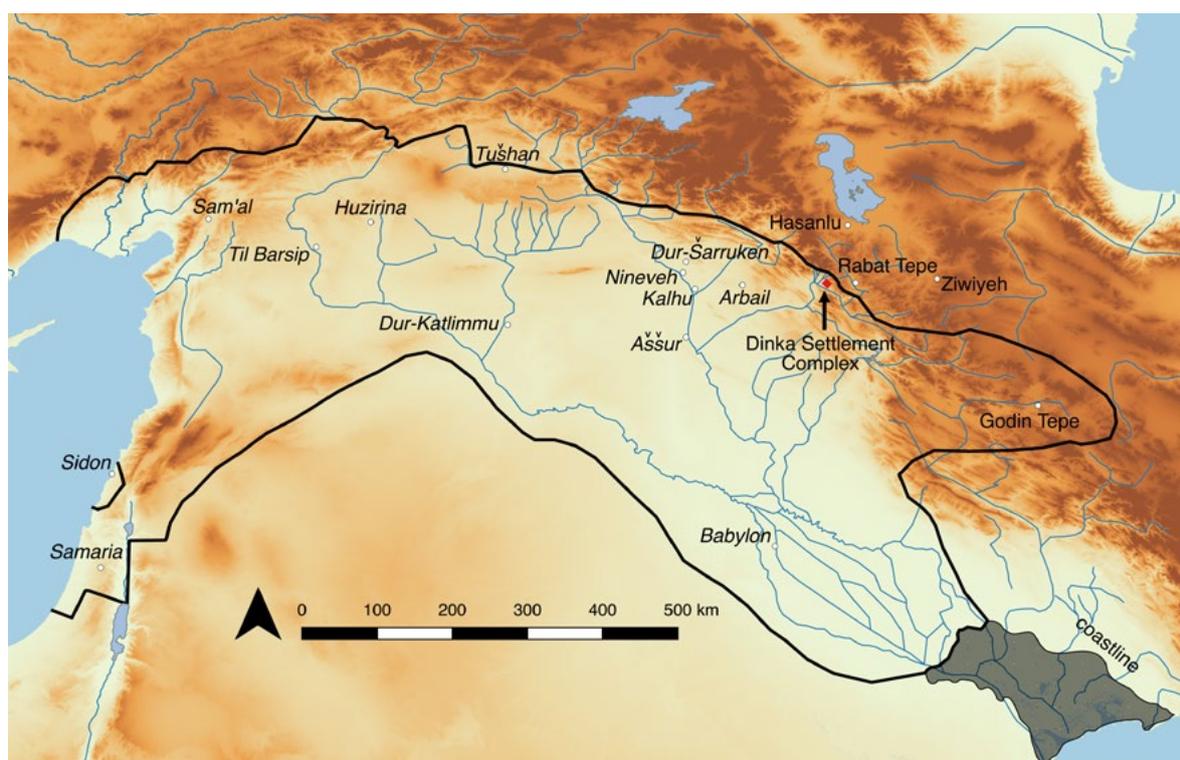


Fig. 2 – A posição do Complexo de Assentamentos de Dinka, final do século VIII AEC na fronteira oriental do Império Neo-Assírio. Nomes de lugares antigos em *italico*.

Fonte: Andrea Squitieri, integrante do Projeto de Pesquisa Vivendo nas Montanhas Zargos na Idade do Ferro (1200-600 AEC) sob coordenação de Florian Janoscha Kreppner.

A Assíria recuperou força com o rei Assur-dan II (r. 934-912 AEC). A situação política em torno da região mudou fundamentalmente. A Assíria não estava mais cercada por estados de tamanho comparável, mas por principados menores, que superou consideravelmente a partir de meados do século IX AEC. Os governantes locais tiveram que aceitar a supremacia da Assíria e foram obrigados por juramentos e pagamentos de tributo. No século IX AEC, foi capaz de ascender a um domínio imperial. Gradualmente, a área, diretamente controlada e organizada como províncias, foi ampliada, entre outros territórios, até a região de Zagros. A partir de então, a Planície de Peshdar ficou loca-

lizada na fronteira oriental do Império Assírio. Com a conquista da Babilônia, a Assíria assumiu o caráter do primeiro império mundial. A fronteira ocidental havia se mudado para o oeste, no Mar Mediterrâneo. Na primeira metade do século I AEC, o Império Assírio havia se transformado na maior e mais complexa estrutura de poder político que o Oriente Próximo havia produzido até então, e, portanto, tornou-se o precursor dos grandes impérios posteriores. No final do século VII AEC, um dos grupos populacionais representados nos Zagros – os medos – desempenhou um papel de destaque na queda do império assírio. Uma coalizão de tropas babilônicas e dos medos provocou o fim da Assíria ao capturar e destruir Assur em 614 e Nínive em 612 AEC.

História da pesquisa sobre a Idade do Ferro do Norte da Mesopotâmia e Noroeste do Irã

Muito do nosso conhecimento sobre a Assíria se origina nas primeiras escavações em grande escala que foram realizadas no coração da Assíria no Rio Tigre entre 1843 e 1963, que tiveram que ser interrompidas devido à situação política insegura no Iraque. Nos anos 1980, ocorreram escavações de resgate na área da barragem de Eski Mosul, nas quais foram investigados assentamentos rurais em pequena escala. Tentativas de retomar escavações de longo prazo nas metrópoles assírias falharam por causa das guerras do Golfo. Além disso, na Síria e no alto Tigre, no sudeste da Turquia, várias escavações modernas de longo prazo em larga escala foram realizadas desde os anos 1970. Com o início da guerra civil síria em 2010, as escavações no país tiveram que ser interrompidas. No entanto, escavações em Dur-Katlimmu e Til Barsib, bem como em Huzirina, Sam'al e Tushan na Turquia contribuíram significativamente para o entendimento das províncias ocidental e norte do Império Assírio. Como consequência dos numerosos conflitos e guerras no norte moderno do Iraque, nenhuma pesquisa de campo significativa pôde ser realizada no leste da Assíria e nas montanhas Zagros entre os anos 1960 e 2010. No Irã, alguns importantes projetos de escavação tiveram que ser interrompidos após a Revolução Islâmica, em 1979. Desde então, alguns projetos menores de pesquisa de campo foram concluídos, mas, infelizmente, foram muitas vezes mal publicados. Assim, dados sobre a Idade do Ferro iraniana das Montanhas Zagros são originais, principalmente de escavações mais antigas, que investigaram predominantemente as cidadelas, como Hasanlu, Godin-Tepe, Nush-i Jan e Baba Jan.

As oposições culturais entre as Terras Baixas da Mesopotâmia e as Montanhas Zagros

As construções das oposições culturais entre as populações de Zagros são referenciais espaço-paisagísticos da visão de mundo dos habitantes da planície mesopotâmica. Os elementos básicos dessa concepção já são atestados no terceiro milênio AEC. Um testemunho inicial dos conflitos é a famosa estela de vitória de Naramsin, datada do século XXIII AEC. O monumento glorifica os atos de guerra do rei da Mesopotâmia de Akkad contra o povo da Montanha Lullubaeana dos Zagros. Fontes escritas indígenas dos Zagros não existem no início do primeiro milênio. Fontes escritas originárias da Assíria, que lidam com o modo de vida dos Zagros e sua paisagem cultural, foram descobertas principalmente no contexto de relatórios de campanhas militares, cujos estereótipos e manipulações ideológicas limitam consideravelmente nosso acesso para obter conhecimento imparcial sobre as opiniões dos habitantes de Zagros em seus “próprios termos”.

Os assírios se viam como representantes de uma sociedade urbana milenar com uma hierarquia pronunciada, que obviamente alegava superioridade cultural em suas descrições e de seus encontros com a população da área montanhosa. Embora os detalhes fossem baseados na observação das realidades, os relatórios serviram principalmente para reforçar as expectativas existentes de seus leitores e ouvintes, pois foram explicitamente identificados na “Oitava Campanha” de Sargão II (reg. 721-705 v. C.).

Os relatórios descrevem, portanto, forças naturais, como a neve, o frio e os picos de montanhas, assim como, analogamente, as pessoas erráticas, cujo comportamento rebelde e predatório repetido se opunha aos interesses assírios, mas que poderia ser “heroicamente” superado. Para a reconstrução das estruturas políticas e da complexidade social da população de Zagros, as fontes assírias, com foco próprio, muitas vezes com perspectivas obviamente opostas, são, portanto, de uso limitado e ainda menos adequadas para a descrição da situação da vida real da população local. No entanto, pesquisas de campo arqueológicas na região autônoma curda do norte do Iraque, como vêm sendo realizadas ultimamente, têm o potencial de elucidar muitas questões e auxiliar significativamente esses debates.

O Projeto da Planície de Peshdar: Investigações no Complexo de Assentamentos de Dinka (DSC)⁵⁵

O ponto de partida para as escavações na região foi a sorte de um agricultor local ter encontrado um tablete cuneiforme neo-assírio em Qalat-i Dinka.

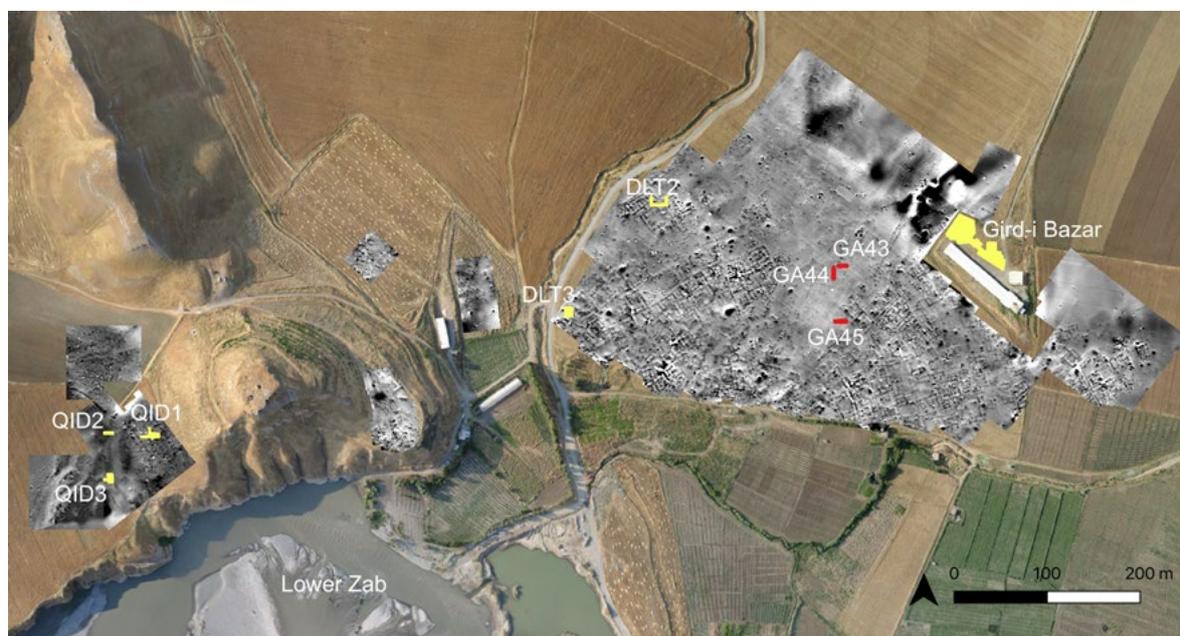


Fig. 3 – Os resultados da pesquisa magnetométrica 2015-2018 e, em amarelo, os locais das escavações realizadas até agora no Complexo de Assentamentos de Dinka. De oeste para leste, as três operações na encosta oeste de Qalat-i Dinka (QID1, QID2 e QID3; primavera de 2016 e 2018), as áreas de escavação “Dinka Lower Town 3” (DLT3; outono de 2018, primavera de 2019) e “Dinka Lower Town 2” (DLT2; primavera de 2017), a área dentro do recinto da granja de Gird-i Bazar (retrospectivamente nominado de “Dinka Lower Town 1”; outono de 2015, 2016, 2017 e 2018 (poço do edifício I apenas)). Em vermelho, as novas trincheiras geoarqueológicas (GA43, GA44 e GA45) foram escavadas em outono de 2018.

Imagem de drone criada por ICONEM (Paris; -), cortesia de Un Film à la Patte (Estrasburgo; [http:// www.unfilmalapatte.fr](http://www.unfilmalapatte.fr)) e Jessica Giraud.

Fonte: Andrea Squitieri, integrante do Projeto de Pesquisa Vivendo nas Montanhas Zargos na Idade do Ferro (1200-600 AEC) sob coordenação de Florian Janoscha Kreppner.

O tablete menciona um contrato de venda de escravos datado de 725 AEC, cita como testemunha um subordinado do Palácio Herald e, portanto, sugere que a venda fosse realizada na província do Palácio Herald, conhecida como uma das quatro unidades defensivas estabelecidas no século IX AEC para proteger o acesso ao Império Assírio.

Entre 2015 e 2018, o Projeto da Planície de Peshdar realizou oito campanhas de escavação (Fig. 3). Três delas ocorreram em Gird-i Bazar, ao lado da fazenda de aves (GiB/DLT1) e duas na encosta oeste de Qalat-i Dinka (QiD 1-3). Entre

55 The Peshdar Plain Project: Investigations at the Dinka Settlement Complex (DSC)

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

Gird-i Bazar e Qalat-i Dinka, duas frentes se ocuparam das áreas localizadas na cidade baixa. Uma campanha se concentrou na operação DLT-2, e duas, no DLT-3. Até o momento, mais de 1.400 m² foram escavados. Os resultados das trincheiras geoarqueológicas (GA), o estudo arqueológico de cerâmica e de prospecção de superfície da equipe francesa liderada por J. Giraud em 2013 e 2015 e, em particular, a pesquisa de magnetômetro feita por J. Fassbinder e sua equipe mostraram que Gird-i Bazar e Qalat-i Dinka fazem parte de um assentamento maior que consiste em uma cidade baixa e uma cidade alta. Após a distribuição da cerâmica de superfície, o complexo de assentamentos de Dinka se estende por cerca de 60 ha.

O **Projeto da Planície de Peshdar** é dirigido pela Professora Karen Radner (Universidade de Munique) e também pelo Professor F. Janoscha Kreppner (Universidade de Münster), desde sua nomeação para a Westfälische Wilhelms-Universität em 2018, com Andrea Squitieri (Universidade de Munique) como diretora de campo. A Fundação Alexander von Humboldt e a Ludwig Maximilian University of Munich (LMU Munich) forneceram financiamento através da criação da cadeira Alexander von Humboldt de Karen Radner para a História Antiga do Oriente Próximo e Oriente Médio na LMU em 2015. Mais fundos foram gentilmente fornecidos pela Fundação Gerda Henkel e pela LMU Munich.

Somos gratos por trabalhar sob a permissão do Conselho Estadual de Antiguidades e Patrimônio de Bagdá, sob os auspícios da Diretoria Geral de Antiguidades da Região Autônoma Curda do Iraque, da Diretoria de Antiguidades de Sulaymaniyah e da Diretoria de Raparin. Funcionários de Sulaymaniyah, Erbil e Raniyah apoiaram muito o projeto ao longo desses anos, em todos os assuntos logísticos e administrativos, com vários colegas ingressando no projeto durante muitas temporadas de escavação como representantes e especialistas em escavação e cerâmica. O Projeto Peshdar Plain reúne arqueólogos locais com uma ampla gama de especialistas de várias universidades europeias e norte-americanas especializadas em história e arqueologia do Oriente Médio, Assiriologia, arqueobotânica, arqueozoologia, arqueometria, arqueologia da paisagem, geoarqueologia, análise de solo, geofísica – magnetômetro e eletrorresistividade (ERT) –, fotogrametria e mapeamento por sistema de informação geográfica (*geographic information system* – GIS) e drone.

Gird-i Bazar (DLT-1): as oficinas de cerâmica e a vida doméstica

As escavações de resgate de 2015-2017 concentraram-se nos terrenos de criação de galinhas em Gird-i Bazar, onde uma área de 1.070 m² foi escavada (Fig. 4). Foi possível obter uma imagem clara da organização, estrutura e função dessa parte do assentamento. Os edifícios são separados por becos (Fig. 5).



Fig. 4 – A ortofoto das áreas escavadas no Gird-i Bazar em 2015-2017 se sobrepôs a uma foto por drone (cortesia de Jessica Giraud), mostrando a fazenda de galinhas e a cerca de metal ao redor.

Fonte: Andrea Squitieri, integrante do Projeto de Pesquisa Vivendo nas Montanhas Zargos na Idade do Ferro (1200-600 AEC) sob coordenação de Florian Janoscha Kreppner.

Eles são organizados de acordo com um padrão geral, mas diferem em detalhes. O cômodo maior é caracterizado por poucas ou nenhuma instalação e poucos achados, incluindo cerâmica. Isso pode indicar que essas salas foram usadas como salas de estar e recepção. Eles eram acessados pelos becos e frequentemente conectados a uma área de pátio, onde poços e fornos de pão forneciam o conforto da vida cotidiana. As descobertas e instalações indicam que salas menores serviam como áreas de produção e oficinas. Dois fornos e a descoberta de um pivô da roda de oleiro demonstram a produção local de cerâmica (Fig. 6).



Fig. 5 – Ortofoto mostrando os edifícios D, E, F, G, H, I, N, O, becos 12, 13, 14 e áreas externas 8, 32, 54. Fonte: Andrea Squitieri, integrante do Projeto de Pesquisa Vivendo nas Montanhas Zargos na Idade do Ferro (1200-600 AEC) sob coordenação de Florian Janoscha Kreppner.

A descoberta de escória de ferro sugere que também houve produção e/ou processamento de metais. Após um hiato, foram identificadas 94 sepulturas, que estão situadas entre os achados da Idade do Ferro de uma superfície recém-formada e aquela situada mais alta. Foram escavadas 34 sepulturas, das quais foram recuperados restos esqueléticos de 62 indivíduos. A análise de carbono 14 (14C) de uma amostra de um dente de tumba 45 data de 389-535 AEC. Assim, vê-se que a base do monte de Gird-i Bazar serviu como cemitério nos tempos dos Sassânidas.

VIVENDO NAS MONTANHAS ZAGROS NA IDADE DO FERRO



Fig. 6 – O forno de cerâmica na sala 33, edifício D, meio escavado. Observe o forro de forma oval com uma entrada para o noroeste e o colapso dos tijolos visível na parte leste do preenchimento do forno. A oeste do preenchimento do forno, é visível a base de rocha feita de conglomerado.

Fonte: foto de Peter Bartl, integrante do Projeto de Pesquisa Vivendo nas Montanhas Zagros na Idade do Ferro (1200-600 AEC) sob coordenação de Florian Janoscha Kreppner.

DLT2: o centro administrativo da cidade baixa em uma posição ligeiramente elevada, um complexo de três prédios maiores, está situado na extremidade do assentamento (Fig. 7).

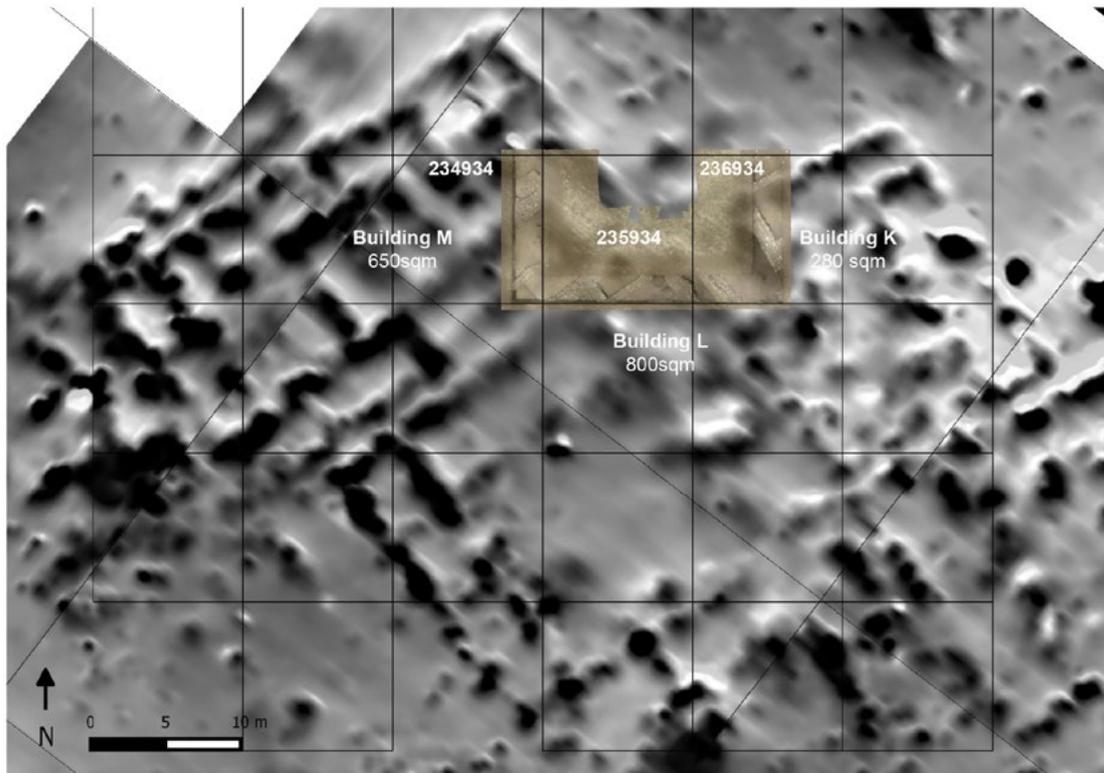


Fig. 7 – A grade de escavação de 10 m × 10 m do DLT2 se sobrepôs à ortofoto e ao magnetograma da área. Ortofoto e Magnetograma de J. Fassbinder, A. Așandulesei e M. Scheiblecker. Fonte: Projeto de Pesquisa Vivendo nas Montanhas Zagros na Idade do Ferro (1200-600 AEC) sob coordenação de Florian Janoscha Kreppner.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

As escavações confirmaram paredes e edifícios exatamente nos pontos em que a prospecção do magnetômetro havia indicado tais descobertas. O tamanho dos edifícios K (aproximadamente 280 m²), L (aproximadamente 800 m²) e M (aproximadamente 650 m²) é consideravelmente maior em comparação com outras unidades arquitetônicas reconhecíveis na imagem do magnetômetro. Isso sugere que esses edifícios tinham uma função central para o assentamento. Esta hipótese é reforçada pelos grandes vasos de armazenamento encontrados no Edifício L (Fig. 8).

DLT3: Em nossa primeira campanha em 2015, assumimos que Qalat-i Dinka e Gird-i Bazar seriam dois sítios diferentes. Portanto, foram escavadas trincheiras geoarqueológicas para investigar a relação entre os dois locais. Na seção GA42, restos de paredes e pisos vieram à tona. Uma amostra de carvão vegetal com a data de 830-789 AEC está de acordo exatamente com o período em que a Planície de Peshdar ficou sob controle assírio. Para fornecer a esses dados um contexto mais claro, as escavações foram estendidas para 80 m² no outono de 2018 e designadas como operação DLT-3 (Fig. 9).

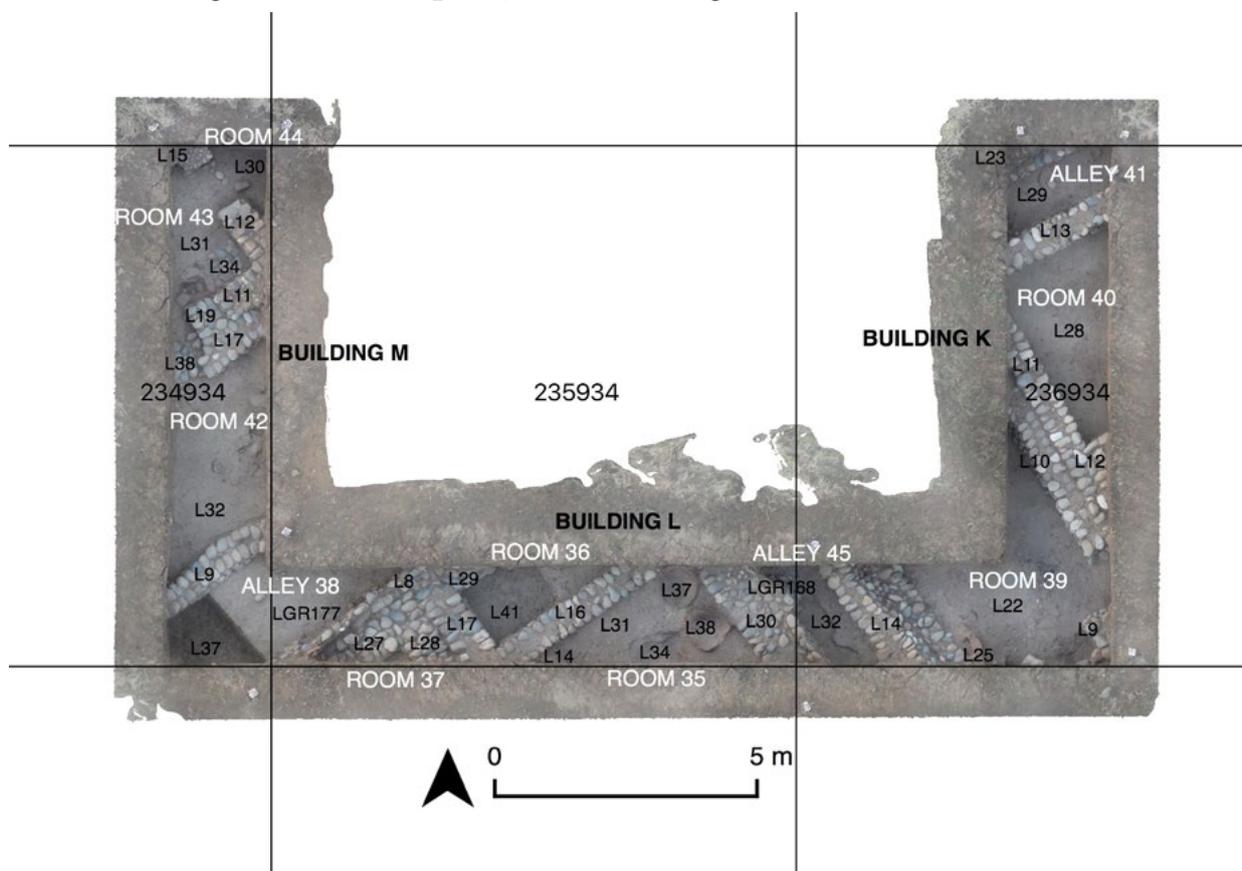


Fig. 8 -: Ortofoto do DLT2.

Fonte: Andrea Squitieri, integrante do Projeto de Pesquisa Vivendo nas Montanhas Zargos na Idade do Ferro (1200-600 AEC) sob coordenação de Florian Janoscha Kreppner.

VIVENDO NAS MONTANHAS ZAGROS NA IDADE DO FERRO

Nossas escavações trouxeram à luz pequenos espaços de arquitetura e cerâmica, conhecidas de Gird-i Bazar. Em contraste com as escavações descritas acima, foram observadas duas fases diferentes de construção. Uma parte do Edifício S foi construída pelo Edifício Q na fase mais recente. Obviamente, essa atividade de construção estava associada a uma mudança funcional. O edifício R, no entanto, permaneceu inalterado e estava em uso contínuo. Em um depósito da fase de construção posterior, um fragmento de tijolo queimado foi encontrado, com restos de uma inscrição cuneiforme assíria. Como o final da primeira linha termina com o sinal “KIŠ”, o logograma do *kiššatu* “Universo; Mundo”, K. Radner assume que a linha lê “PN, rei forte, rei do mundo” e continua na segunda linha com “rei da Assíria” e a genealogia do governante. As inscrições em tijolo de Salmanassar III de Assur são então bons paralelos. Sob o Edifício da Idade do Ferro R, um forno foi registrado na seção da trincheira geoarqueológica. Foi investigado ainda mais na campanha da primavera de 2019, em que um forno de cerâmica com uma coluna central autônoma foi escavado. Segundo a cerâmica, é muito mais antiga que os edifícios construídos acima dela e remonta ao período calcolítico. Uma boa comparação do forno pode ser encontrada no forno de cerâmica de Arisman, no Irã.

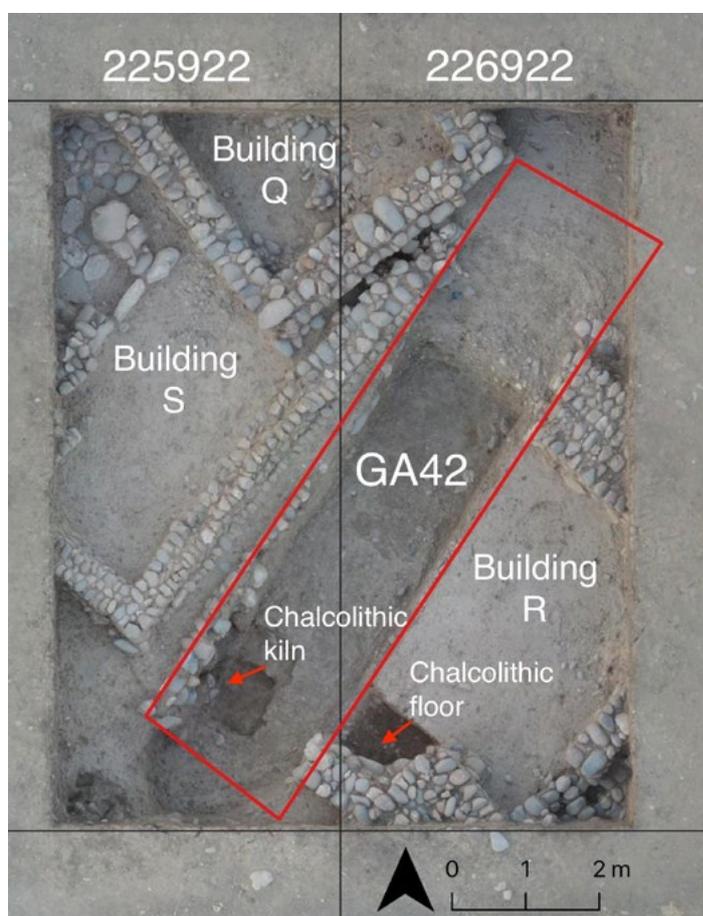


Fig. 9 – Ortofoto do DLT3, indicando em vermelho o corte original do GA42 em 2015, escavado parcialmente durante a campanha de 2018.

Fonte: Andrea Squitieri, integrante do Projeto de Pesquisa Vivendo nas Montanhas Zagros na Idade do Ferro (1200-600 AEC) sob coordenação de Florian Janoscha Kreppner.

Qalat-i Dinka: uma fortaleza

Na encosta oeste de Qalat-i Dinka (Fig.10), o assentamento é dividido em duas áreas por uma anomalia de um quarto de círculo visível na imagem do magnetômetro (Fig. 11). Presumivelmente, representa o muro de uma fortificação que separa a parte intramural de uma parte externa do assentamento. A trincheira QiD-1 na parte intramural revelou restos de arquitetura substancial e pequenas descobertas preciosas, ambas indicando a presença de elites



Fig. 10 – A encosta oeste de Qalat-i Dinka, com as três trincheiras QID1, QID2 e QID3, foi inaugurada na primavera de 2018. No fundo, a granja de Gird-i Bazar é visível. Foto tirada por Andrea Squitieri com um drone DJI Phantom 4 Pro.

Fonte: Projeto de Pesquisa Vivendo nas Montanhas Zargos na Idade do Ferro (1200-600 AEC) sob coordenação de Florian Janoscha Kreppner.

Na encosta oeste de Qalat-i Dinka (Fig.10), o assentamento é dividido em duas áreas por uma anomalia de um quarto de círculo visível na imagem do magnetômetro (Fig. 11). Presumivelmente, representa o muro de uma fortificação que separa a parte intramural de uma parte externa do assentamento. A trincheira QiD-1 na parte intramural revelou restos de arquitetura substancial e pequenas descobertas preciosas, ambas indicando a presença de elites (Fig. 12). Uma vez que a trincheira QiD-2 teve 2 m de altura (Fig. 13) e a área QiD-3 foi escavada,

VIVENDO NAS MONTANHAS ZAGROS NA IDADE DO FERRO

uma muralha parece ter sustentado uma paliçada de madeira (Fig. 14). Essa parte do assentamento é interpretada como uma fortaleza até o momento.

Conclusões

Qalat-i Dinka poder ser considerado um sítio “multiperiódico”, como já indicado pelo levantamento da superfície da cerâmica. Nas escavações até agora, o período calcolítico foi registrado pelo forno de cerâmica na área DLT-3 e o período Sassânida pelo cemitério em Gird-i Bazar. O complexo de assentamentos de Dinka, no entanto, atingiu sua maior extensão na Idade do Ferro e, portanto, fornece novas ideias sobre a vida nas montanhas Zagros durante esse período, anteriormente pouco estudado nessa região. Uma datação de 14C de Qalat-i Dinka e duas datações de 14C de Gird-i Bazar mostram que essas áreas de assentamento provavelmente já estavam habitadas na Idade do Ferro I (1250-1050 AEC), mas o conhecimento sobre esse período na Planície de Peshdar ainda é escasso. O Complexo de Assentamentos de Dinka pode ser melhor reconstruído na Idade do Ferro II (1050-800 AEC), para a qual nove amostras de 14C datam o sítio arqueológico (Fig. 15).

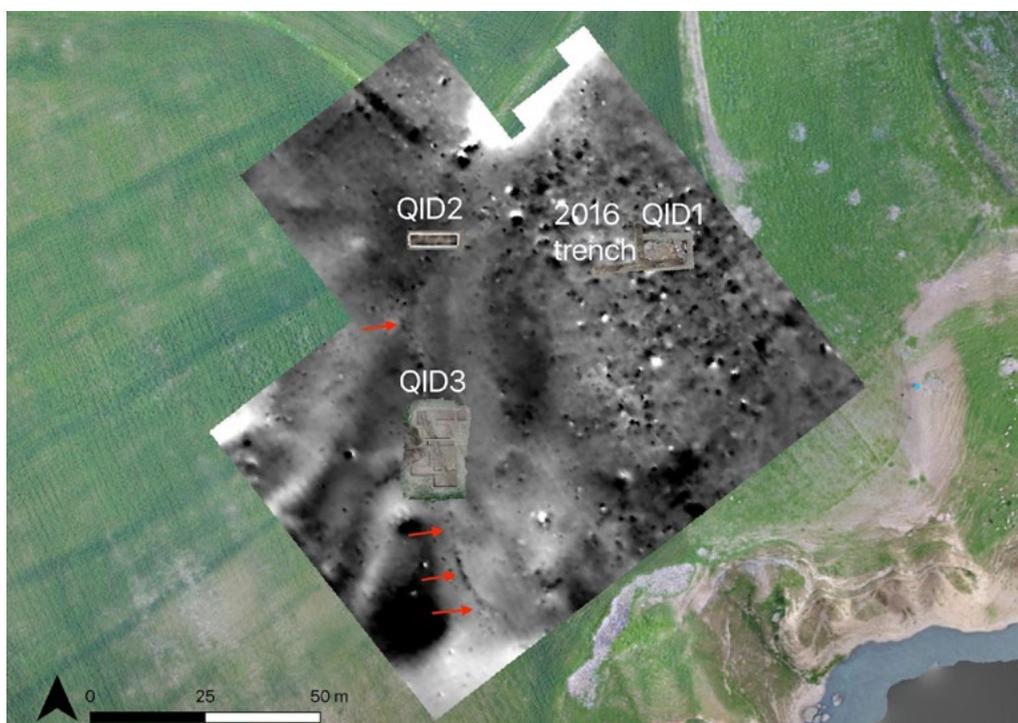


Fig. 11 – O magnetograma de 2015 da encosta oeste de Qalat-i Dinka, sobreposto em uma ortofoto. A vala de 2016 e as três valas de 2018 QID1, QID2 e QID3 também são visíveis. As setas vermelhas indicam o recurso magnético semicircular interceptado por QID2 e QID3. Magnetograma de Jörg Fassbinder e Andrei Așandulesei (ver Fassbinder / Așandulesei 2016), ortofoto de Felix Wolter e Andrea Squitieri; anotado por Andrea Squitieri. Fonte: Projeto de Pesquisa Vivendo nas Montanhas Zargos na Idade do Ferro (1200-600 AEC) sob coordenação de Florian Janoscha Kreppner.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO



Fig. 12 – Vista da sala 58, a partir do oeste. Fig. 13 – A vala QID2, vista do oeste, com a grande estrutura de pedra inclinada. Fonte: Fotos de Jean-Jacques Herr e Zahra Hashemi, integrantes do Projeto de Pesquisa Vivendo nas Montanhas Zargos na Idade do Ferro (1200-600 AEC) sob coordenação de Florian Janoscha Kreppner.



Fig. 14 – A vala QID3 de cruzamento de muralhas, vista do norte. Fonte: Felix Wolter, integrante do Projeto de Pesquisa Vivendo nas Montanhas Zargos na Idade do Ferro (1200-600 AEC) sob coordenação de Florian Janoscha Kreppner.

VIVENDO NAS MONTANHAS ZAGROS NA IDADE DO FERRO

O assentamento poderia ter sido funcionalmente estruturado da seguinte forma: na encosta oeste de Qalat-i Dinka, havia uma fortaleza fortificada com muralhas e glacis – possivelmente apoiando uma paliçada de madeira. A monumentalidade dos edifícios e a qualidade dos achados indicam a presença de elites. Devido às plantas baixas consideráveis e aos grandes vasos de armazenamento, os três grandes edifícios independentes na área DLT-2 poderiam ter sido usados como armazéns e, portanto, tinham uma função central e administrativa para a cidade baixa. Pequenos edifícios, como os encontrados na geofísica da cidade baixa e escavados em Gird-i Bazar e DLT-3, eram usados para fins residenciais e como oficinas.

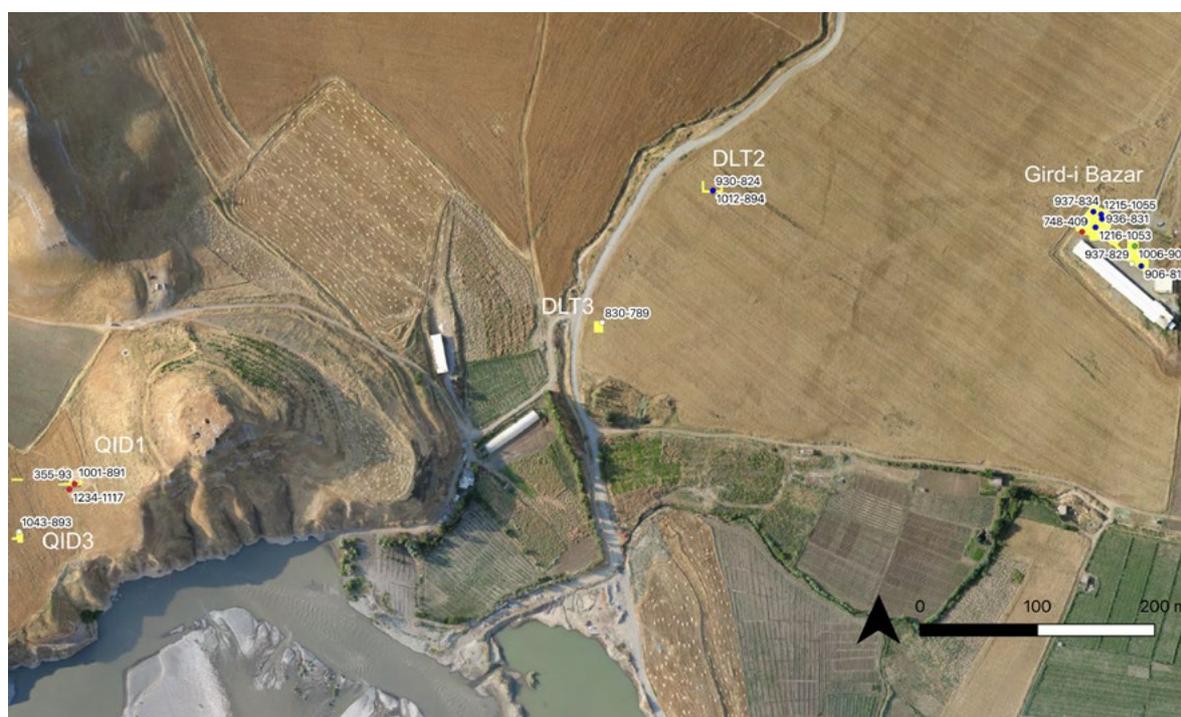


Fig. 15 – As posições das amostras da Idade do Ferro 14C do Complexo de Liquidação de Dinka e os prováveis intervalos de datas calibrados (calBC). Pontos brancos: amostras de carvão vegetal; pontos azuis: sementes carbonizadas; pontos vermelhos: ossos ou dentes humanos; ponto verde: dente de burro. Detalhe de uma imagem de drone criada por ICONEM (Paris; <http://iconem.com>), cortesia de Un Film à la Patte (Estrasburgo;) e Jessica Giraud.

Fonte: Andrea Squitieri, integrante do Projeto de Pesquisa Vivendo nas Montanhas Zagros na Idade do Ferro (1200-600 AEC) sob coordenação de Florian Janoscha Kreppner.

Essa organização funcional é válida para o período em que a Assíria se expandiu para os Zagros e antes do rei Salmanassar III (859-824 AEC) fundar a província do Palácio Herald como marco fronteiro durante o terceiro quartel do século IX AEC. Durante o período de dominação assíria na Planície de Peshdar – ou seja, a Idade do Ferro III (800-600 AEC) –, essa imagem desapareceu e nem todas as áreas de assentamento parecem ter sido mais habitadas, com algu-

mas datas apontando para o fim do uso antes da Idade do Ferro III. No entanto, as descobertas cuneiformes, as duas datações ¹⁴C de DLT-3 e o pequeno poço em Gird-i Bazar indicam que pelo menos partes do Complexo de Assentamentos de Dinka permaneceram habitadas.

Até agora, a cultura material trazida à luz pelas nossas escavações dificilmente mostra qualquer influência assíria. Pelo contrário, a cultura material encontrada parece estar profundamente enraizada nas tradições locais dos Zagros. No que diz respeito à produção e ao consumo de cerâmica, não foi recuperada nenhuma cerâmica que simbolize a afiliação da elite assíria nem alguma possivelmente associada à administração assíria. A arquitetura foi realizada em plantas básicas e técnicas de construção local. A planta típica do palácio assírio e da arquitetura residencial, a “casa do pátio com sala de recepção”, que também está bem documentada nas províncias ocidental e norte do Império Assírio, nas cidadelas e nas cidades mais baixas, não foi identificada durante nossas escavações nem durante a prospecção geofísica.

Finalmente, deve-se notar que o Complexo de Assentamentos de Dinka é um local importante da Idade do Ferro nas Montanhas Zagros, no nordeste do Iraque e no noroeste do Irã. Até o momento, nenhuma cidade baixa comparável na região foi identificada e investigada. Devido ao bom estado de preservação e à boa acessibilidade arqueológica, o complexo de assentamentos de Dinka é ideal para pesquisas futuras. Embora na Idade do Ferro II o território assírio ainda não tivesse penetrado na Planície de Peshdar, os militares estavam fortemente armados para as campanhas anuais. No coração da Assíria, foi construída a enorme nova cidade de residência real Nimrud. Assim, a necessidade de matérias-primas era tremenda. A função do complexo de assentamentos de Dinka deve ser procurada em uma importante rota que liga os depósitos de minério de metal nas montanhas de Zagros às planícies da Mesopotâmia. Além disso, o assentamento também pode ter a função de garantir o acesso às matérias-primas na área circundante. O enorme tamanho de 60 ha indica que o assentamento serviu como um possível ponto ou estação de distribuição e transporte de matérias-primas para a Mesopotâmia.

Agradecimentos

Meus agradecimentos ao Prof. Dr. Marcio Teixeira-Bastos pelo convite, tradução e editoração do texto para o português, assim como ao Prof. Dr. Vagner Car-

valheiro Porto pelo cordial tratamento. Especialmente a ambos e à Profa. Dra. Juliana Figueira da Hora pela visita ao Institut für Altorientalistik und Vorderasiatische Archäologie Westfälische Wilhelms-Universität Münster, Alemanha.

Referências

ALTAWHEEL, Mark; MARSH, Anke. Landscape and geoarchaeology of the Bora Plain.” In: K. RADNER, F. J. KREPPNER e A. SQUITIERI (eds.), *Exploring the Neo-Assyrian Frontier with Western Iran: the 2015 Season at Gird-i Bazar and Qalat-i Dinka* (Peshdar Plain Project Publications 1), Gladbeck: PeWe-Verlag, 2016, pp. 23-28.

BALATTI, Silvia. *Mountain Peoples in the Ancient Near East The Case of the Zagros in the First Millennium BC* (Classica et Orientalia 18), Wiesbaden: Otto Harrassowitz Verlag, 2017.

BOROFFKA, Nikolaus; BECKER, Jörg. Töpferöfen in Arisman. In: T. STÖLLNER, R. SLOTTA e A. VATANDOUST (eds.) *Persiens Antike Pracht. Bergbau – Handwerk – Archäologie*, Bochum: Dt. Bergbau-Museum, 2004, pp. 218-221.

CANCIK-KIRSCHBAUM, Eva Christiane. *Die Assyrer: Geschichte, Gesellschaft, Kultur*. München: Beck, 2003.

DANTI, Michael. The Late Bronze and Early Iron Age in Northwestern Iran. In: D. T. POTTS (ed.), *The Oxford Handbook of Ancient Iran*, Oxford & New York: OUP, 2013, pp. 327-376.

DOWNEY, Kathleen. The Sasanian Cemetery of Gird-i Bazar. In: K. RADNER, J. KREPPNER e A. SQUITIERI (eds.) *The Dinka Settlement Complex 2017: the final season at Gird-i Bazar and first work in the Lower Town*. Peshdar Plain Project Publications 3, Gladbeck, 2018, pp.173–184.

FASSBINDER, Jörg; ASANDULESI, Andrei; SCHEIBLECKER, Marion. The 2017 magnetometer survey of the Dinka Settlement Complex. In: K. RADNER, J. KREPPNER e A. SQUITIERI (Eds.) *The Dinka Settlement Complex 2017: the final season at Gird-i Bazar and first work in the Lower Town*. Peshdar Plain Project Publications 3, Gladbeck, 2018, pp. 20-30.

FRAHM, Eckart. The Neo-Assyrian Period (ca. 1000-609 BCE). In: E. FRAHM (ed.), *A Companion to Assyria* (Blackwell Companions to the Ancient World 113), Chichester: Wiley Blackwell, 2017, pp. 161-208.

FUCHS, Andreas. *Die Inschriften Sargons II.* aus Khorsabad. Göttingen: Cuvillier Verlag, 1994.

FUCHS, Andreas. Das Osttigrisgebiet von Agum II. bis zu Darius I. (ca. 1500 bis 500 v. Chr.). In: P. A. MIGLUS e S. MÜHL (eds.), *Between the Cultures. The Central Tigris Region from the 3rd to the 1st Millennium BC*. Conference at Heidelberg January 22nd-24th, 2009 (Heidelberger Studien zum Alten Orient 14), Heidelberg: Heidelberger Orientverlag, 2011, pp. 229–320.

FUCHS, Andreas. Assyria and the East: Western Iran and Elam. In: E. FRAHM (ed.) *A Companion to Assyria* (Blackwell Companions to the Ancient World 113), Chichester: Wiley Blackwell, 2017, pp. 259-267.

GIRAUD, Jessica. Surface survey of the Dinka settlement complex, 2013 and 2015. In: K. RADNER, F. J. KREPPNER, A. SQUITIERI (eds.) *Unearthing the Dinka Settlement Complex. The 2016 Season at Gird-i Bazar and Qalat-i Dinka* (Peshdar Plain Project Publications 1), Gladbeck: PeWe-Verlag, 2016, pp. 29-35.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

GLATZ, Claudia; CASANA, Jesse. Of highland-lowland borderlands: Local societies and foreign power in the Zagros-Mesopotamian interface. *Journal of Anthropological Archaeology*, 44, 2016, pp. 127-147.

GOPNIK, Hilary. The Ceramics from Godin II in the Late 7th to the early 5th Centuries BC. In: G. B. LANFRANCHI, M. ROAF e R. ROLLINGER (eds.), *Continuity of Empire (?): Assyria, Media, Persia*, Padua: s.a.r.g.o.n., 2003, pp. 249-267.

HUNT, Alice, *Palace Ware across the Neo-Assyrian Imperial Landscape: Social Value and Semiotic Meaning*, Leiden & Boston MA, 2015.

KOPANIAS, Kōnstantinos; MACGINNIS, John. *The Archaeology of the Kurdistan Region of Iraq and Adjacent Regions*, Oxford: Archaeopress, 2016.

LIVERANI, Mario. The fall of the Assyrian empire: ancient and modern interpretations. In: S. ALCOCK, T. D'ALTROY, K. MORRISON e C. SINOPLI (eds.) *Empires. Perspectives from Archaeology and History*, Cambridge: University Press, 2001, pp. 374-391.

MAYER, Walter. *Assyrien und Urartu, I: Der Achte Feldzug Sargons II. im Jahr 714 v. Chr. (Alter Orient und Altes Testament 395)*, Münster: Ugarit-Verlag, 2013.

PARKER, Bradley J. *The Mechanics of Empire: the Northern Frontier of Assyria as a Case Study in Imperial Dynamics*, Helsinki, 2001.

POSTGATE, J. Nicholas. The land of Assur and the yoke of Assur. *World Archaeology* 23.3, 1992, pp. 247-263.

RADNER, Karen, The Assur-Nineveh-Arbela Triangle: Central Assyria in the Neo-Assyrian Period. In: P. MIGLUS e S. MÜHL (eds.) *Between the Cultures: The Central Tigris Region in Mesopotamia from the 3rd to the 1st Millennium BC*, Heidelberger Studien zum Alten Orient 14. Heidelberg: Heidelberg Orient Verlag, Heidelberg, 2011, pp. 321-329.

RADNER, Karen. Assyria and the Medes. In: Daniel T. POTTS (ed.) *The Oxford Handbook of Ancient Iran*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2013, pp. 442-456.

RADNER, Karen. The Neo-Assyrian Empire. In: R. ROLLINGER e M. GEHLER (eds.) *Imperien und Reiche in der Weltgeschichte: Epochenübergreifende und globalhistorische Vergleiche*. Wiesbaden: Harrassowitz, 2014, pp. 101-119.

RADNER, Karen. *Ancient Assyria. A Very Short Introduction*. Oxford: University Press, 2015a.

RADNER, Karen. *A Neo-Assyrian slave sale contract of 725 BC from the Peshdar Plain and the location of the Palace Herald's Province*. *Zeitschrift für Assyriologie und Vorderasiatische Archäologie* 105, 2015b, pp.192-197.

RADNER, Karen; KREPPNER, Florian Janoscha; SQUITIERI, Andrea (eds.) *Exploring the Neo-Assyrian Frontier with Western Iran. The 2015 Season at Gird-i Bazar and Qalat-i Dinka, (Peshdar Plain Project Publications 1)*. Gladbeck: PeWe-Verlag, 2016.

Open access: <https://pub.ub.uni-muenchen.de/29236>

RADNER, Karen. A fragmentary brick with a Neo-Assyrian cuneiform inscription from DLT3. In: K. RADNER, F. J. KREPPNER e A. SQUITIERI (eds.) *The Dinka Settlement Complex 2018. Continuing the excavations at Qalat-I Dinka and the Lower Town, (Peshdar Plain Project Publications 4)*. Gladbeck: PeWe-Verlag, 2019, pp. 137-139.

RADNER, Karen; KREPPNER, Florian Janoscha; SQUITIERI, Andrea (eds.) *Exploring the Neo-Assyrian Frontier with Western Iran. The 2015 Season at Gird-i Bazar and Qalat-i Dinka, (Peshdar*

VIVENDO NAS MONTANHAS ZAGROS NA IDADE DO FERRO

Plain Project Publications 1). Gladbeck: PeWe-Verlag, 2016.

Open access: <https://epub.ub.uni-muenchen.de/29236>

RADNER, Karen; KREPPNER, Florian Janoscha; SQUITIERI, Andrea (eds.) *Unearthing the Dinka Settlement Complex: The 2016 Season at Gird-i Bazar and Qalat-i Dinka* (Peshdar Plain Project Publications 2). Gladbeck: PeWe-Verlag, 2017.

Open access: <https://epub.ub.uni-muenchen.de/40252/>

RADNER, Karen; KREPPNER, Florian Janoscha; SQUITIERI, Andrea (eds.) *The Dinka Settlement Complex 2017. The Final Season at Gird-i Bazar and First Work in the Lower Town*, (Peshdar Plain Project Publications 3). Gladbeck: PeWe-Verlag, 2018.

Open access: <https://epub.ub.uni-muenchen.de/57255/>

RADNER, Karen; KREPPNER, Florian Janoscha; SQUITIERI, Andrea (eds.) *The Dinka Settlement Complex 2018. Continuing the excavations at Qalat-I Dinka and the Lower Town*, (Peshdar Plain Project Publications 4). Gladbeck: PeWe-Verlag, 2019.

Open access: <https://epub.ub.uni-muenchen.de/68561/>

READE, Julian. Why did the Medes invade Assyria? In: G. B. LANFRANCHI, M. ROAF e R. ROLLINGER (eds.) *Continuity of Empire*, Padova: Sargon, 2003, pp. 149-156.

WINTER, Irene J. Tree (s) on the Mountain: Landscape and Territory on the Victory Stele of Naram-Sin of Agade. In: L. MILANO, S. de MARTINO, F. M. FALES e G. B. LANFRANCHI (eds.) *Landscapes. Territories, Frontiers and Horizons in the Ancient Near East*. Papers presented to the XLIV Tencontre Assyriologique Internationale Venezia, 7-11 July 1997. Padova: Sargon, 1999, pp. 63-72.

ARQUEOLOGIA FORENSE E AÇÃO FORENSE HUMANITÁRIA EM ÁREAS DE CONFLITO ARMADO ATIVO

Rafael de Abreu e Souza

*Comitê Internacional da Cruz Vermelha,
Bagdá*

Os conflitos das últimas décadas nos países e territórios do Oriente Médio, Norte da África e Ásia Central, como Iraque, Líbia, Síria, Iêmen, Palestina e Afeganistão, causaram centenas de milhares de mortes, desaparecimentos, separações, detenções e massivos deslocamentos populacionais, com crescente número de refugiados e migrantes. É comum que a arqueologia que conhecemos e que nos é frequentemente apresentada nas universidades nos faça sentir pouco úteis frente às enormes crises humanitárias e violações aos direitos humanos que nos cercam. Mas, desde os anos 1980, atrelada aos direitos humanos, e com maior força a partir dos anos 2000, emergente em contextos humanitários, a arqueologia enquanto arqueologia forense tem trazido contribuições importantes para o auxílio a vítimas fatais, suas famílias e comunidades diante das emergências acarretadas por conflitos armados (Fig. 1). Ela também tem contribuído à proteção de patrimônios históricos e culturais arqueológicos destruídos pela guerra e que têm mais e mais sido alvo direto de estratégias de ataque feroz a símbolos e representações sensíveis para memórias locais, haja vista os exemplos da destruição dos budas de Bamiyan no Afeganistão, em março de 2001 (NAGAOKA, 2020), e das ruínas de Nínive no Iraque, em 2017 (HILL, 2017).

Vale esclarecer que o termo “arqueologia forense” também é utilizado pela literatura internacional, com menor frequência, para se referir ao uso da arqueologia no estudo de crimes contra o patrimônio cultural. Essa arqueologia atua como perita em tribunais, somando-se às investigações que demonstram

ARQUEOLOGIA FORENSE E AÇÃO FORENSE HUMANITÁRIA

arqueologicamente a ocorrência de escavações ilegais e tráfico ilícito de artefatos (BARONE, 2018). Neste artigo, o termo refere-se somente a sua aplicação em contextos de investigações de direitos humanos, humanitários, criminais e médico-legais, mais próxima, portanto, da antropologia forense e da medicina forense.



Fig. 1 – Ruínas no Iraque pós-guerra.
Foto: Rafael de Abreu e Souza, 2020.

Apesar da forte tradição latino-americana na área, o Brasil manteve-se bastante à parte de seu crescimento, como ocorreu na Argentina, Colômbia, Guatemala, Peru, Uruguai ou México, e de seu forte cerne ligado aos movimentos da sociedade civil pelo direito à memória e à justiça contra os crimes do passado e do presente autoritários (FONDEBRIDER, 2005). A completa ausência da arqueologia forense no Brasil, acompanhada da ausência do ensino dessa possibilidade profissional, também colabora para seu desconhecimento no país. As mais recentes mudanças e a ampliação do escopo arqueológico forense das investigações a violações dos direitos humanos à ajuda às vítimas de conflitos armados no âmbito do Direito Internacional Humanitário, no que vem sendo chamado de ação forense humanitária, também têm passado relativamente ig-

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

noradas. A ausência de conflitos armados ativos oficialmente reconhecidos no país, enquanto justificativa para ausência de crise humanitária, somada à herança de arqueologias ainda estruturalmente ligadas ao passado distante, enterrado, esqueletizado e profundo são algumas das diversas razões que justificam o quadro atual (Fig. 2).



Fig. 2 – A Cidadela de Arbil, século V AEC, Iraque.
Foto: Rafael de Abreu e Souza, 2020.

Os conflitos armados ativos (de cunho internacional ou não) e em especial aqueles no Médio Oriente e em países de maioria muçulmana demandam das ações humanitárias respostas mais específicas e especializadas, contextualizadas, para as quais contribuições Sul-Sul no âmbito da construção de capacidade forense oferecem melhores caminhos do que aquele da pura importação das ciências forenses como aplicadas em países do norte geopolítico (como os de fala inglesa) e fortemente ocidentalizadas (FONDEBRIDER, 2015, 2017). Mais e mais a arqueologia forense em investigações sobre desaparecimentos e escavações de valas comuns no âmbito de processos de busca e identificação tem dado espaço para a inclusão de ações que buscam reduzir o sofrimento e responder a necessidades imediatas, como a do luto aos mortos, emergentes entre pessoas e comunidades que vivem conflitos armados (Fig. 3).



Fig. 3 – Casa particular do século XVII em Mosul, Iraque.
Foto: Rafael de Abreu e Souza, 2020.

Este texto é um pequeno esforço, em língua portuguesa, para contribuir com as discussões sobre o papel da arqueologia não apenas no estudo, mas como resposta às consequências de conflitos armados ativos, partindo de experiências do Oriente Médio. Entende, portanto, que arqueologias do e no Oriente Médio não estão resumidas ao passado distante, mas também pertencem ao presente e ao contemporâneo. Propõe pensar em como a arqueologia colabora na prevenção de desaparecimentos, de paisagens de terror e de crises sanitárias ao participar da elaboração e implementação de respostas de emergência às recuperações de corpos frescos, recém falecidos ou que não puderam ser removidos devido à ausência de cessar fogo e segurança às equipes, em frentes de batalha ou em meio aos escombros pós bombardeios.

Para isso, o texto tem início com uma breve discussão da necessidade premente de arqueologias que rompam com tropos unidirecionais ainda enraizados em seu entendimento e prática, e que impactam as narrativas sobre ela e as possibilidades abertas a ela, impedindo que o conhecimento arqueológico flua à operacionalização de medidas de auxílio a populações em risco. Segue apresentando alguns elementos da arqueologia forense em sua relação com a ação humanitária e finaliza com possibilidades de ação no que concerne à contribuição do conhecimento arqueológico às respostas emergenciais durante ou logo após eventos resultantes de conflitos armados ativos.

Desfazendo-se de certos tropos em prol de outras arqueologias

A arqueologia forense é geralmente descrita como a aplicação das teorias, paradigmas, técnicas e métodos arqueológicos dentro de um contexto forense, ou seja, aplicada a contextos legais ou médico-legais, de modo a promover o entendimento, reconhecimento e interpretação do espaço, das condições e dos eventos que levam a morte, separações e desaparecimentos, recuperando e preservando remanescentes materiais físicos, sejam eles humanos ou não (ALAF, 2016; BLAU, 2015; CONGRAM, 2008; DUPRAS *et al.*, 2012). Na prática, todavia, parece ainda ser sinônimo de um conjunto de técnicas para melhor cavar, levantando remanescentes humanos esqueletizados do solo para serem analisados por especialistas em laboratório. Ao contrário do “trabalho de laboratório” (perfil biológico, análise de traumas, patologia etc.), o trabalho de campo é frequentemente visto como uma atividade não especializada de “coleta e processamento de dados para cientistas ‘reais’” (LUCAS, 2001). Essa premissa alimenta a perigosa sensação de que a arqueologia forense pode ser realizada por não-arqueólogos(os) (HUNTER; COX, 2005; TULLER, 2012). Também a afasta do reconhecimento profissional que deseja ter no âmbito dos sistemas médico-legais e investigativos em todo o mundo.

As contribuições da arqueologia às investigações da violência política e como parte de respostas a crises humanitárias, como as que envolvem pessoas desaparecidas e o respeito aos mortos, são, de fato, diversas. Passam pelo planejamento, investigação preliminar e busca, localização e confirmação, prospecção, recuperação, documentação, registro e escavação, controle, coleta, empacotamento e armazenamento, conservação e proteção de evidências em cadeias de custódia, análise de evidências e identificação. A arqueologia trouxe importantes subsídios à avaliação, planificação, prospecção, documentação, recuperação/embalagem, custódia, transporte/armazenamento e produção de relatórios no âmbito das ciências forenses (ALAF, 2016). Daí a possibilidade de convergência da arqueologia com o mundo forense nas investigações de cenas de crime e seus princípios lógico-científicos (Dirkmaat, Cabo, Ousley, & Symes, 2008).

Internacionalmente, a inclusão da arqueologia neste universo cresceu à medida em que houve óbvia necessidade de melhorar a qualidade e quantidade das coletas e recuperação de evidências, capacidade de pesquisa, prospecção, escavação, registro, relato e análise de dados de distintas naturezas (BLAU, 2005). Durante as ações forenses, ela contribui de fato à compreensão de estruturas en-

ARQUEOLOGIA FORENSE E AÇÃO FORENSE HUMANITÁRIA

terradas, aparentemente caóticas, com seus artefatos e camadas, melhorando as estratégias de mapeamento e entendimento da ordenação espacial, oferecendo técnicas para controle temporal e análises de contextos complexos, abordando eventos com dimensões na escala da paisagem, colaborando com a formulação de hipóteses interpretativas com base em evidências fragmentárias, sugerindo sequências de evento e quais as mudanças observadas após as deposições de corpos e artefatos (CHEETHAM; HANSON, 2008).

A arqueologia forense, nesse sentido, materializa eventos e auxilia no entendimento de circunstâncias e causas de morte, propondo narrativas que explicam eventos ligados às ações de perpetradores e suas evidências, entendendo os fatores que afetaram (tafonomicamente) suas histórias deposicionais. Participa da análise dos remanescentes humanos, da persecução dos culpados, da identificação e repatriação dos mortos, dos processos de luto das famílias (HOCHREIN; DIRKMAART; ADOVASIO, 2000). Mergulha em ações que garantem direitos humanos e direito à vida, evitando futuras atrocidades ao revelar e narrar fatos silenciados ou respondendo às necessidades de vítimas de conflitos armados, ao que se somam suas contribuições às análises de outras evidências que não as biológicas, olhando para o todo que é a materialidade.

No que concerne a seu papel no planejamento dos trabalhos, a arqueologia está mais do que acostumada a organizar etapas de campo em locais menos urbanizados e com times que contam com grande número de pessoas e, frequentemente, complexa logística, considerando custo e gestão. Atenta à importância dos dados preliminares necessários e determinantes ao sucesso ou fracasso dos objetivos do trabalho de campo. A logística de parte do trabalho arqueológico, em que há especial atenção aos equipamentos, refeições, acomodações, comunicação, contato com mídia, segurança, itinerário, transporte, necessidade de outros especialistas (palinólogos, geofísicos, químicos etc.) e na composição da equipe (HOCHREIN; DIRKMAAT; ADOVASIO, 2000) traz contribuições fundamentais aos trabalhos de campo/nas cenas de crime de investigações a graves violações aos direitos humanos e processos de busca de pessoas desaparecidas. Carrega o refinamento do reconhecimento de solos alterados em relação a ações humanas, dominando o uso apropriado de maquinário pesado, do registro e locação de objetos em planos bidimensionais (2D) e tridimensionais (3D) etc. (HANSON, 2008). Finalmente, a arqueologia cada vez mais reforça a importância e as formas de interação com

comunidades locais e suas narrativas (GUPTA, 2013).

Apesar deste potencial amplo, a literatura especializada frequentemente conecta a arqueologia a um único objeto – remanescentes humanos esqueletizados – e a uma única prática – a da escavação (HUNTER, 2014; SKINNER; LAZENBY, 1983; SLAUS *et al.*, 2007). Embora de grande importância para o estabelecimento de boas práticas no manejo de mortos que precisam ser devidamente tratados para garantir sua rastreabilidade, evitando a perda de dados, reduzindo misturas e proporcionando a construção de narrativas a partir de interpretações contextuais, a escavação ainda é um dos tropos que mais parece restringir o potencial da arqueologia em contextos forenses. Ele resume a arqueologia à profundidade, atando-a aos contextos enterrados, acima de tudo valas comuns (as *mass graves*), consolidando pressupostos que desviam a atenção de outras formas de deposição e disposição de corpos por perpetradores e comunidades. O tropo da profundidade recorrentemente afasta a arqueologia dos chamados contextos de superfície (HARRISON, 2011). A ação da arqueologia forense em conflitos armados não se ajusta a estas limitações, já que a superfície é o contexto mais recorrente durante guerras, desconsiderando complexos processos de formação como aqueles relacionados a escombros de bombardeio.

É verdade que a escavação é um fenômeno arqueológico único e que a maioria das(os) antropólogas(os) forenses, cientistas forenses e investigadores de cena de crime aprenderam sobre ela conosco (GONZALEZ-RUIBAL, 2013). Defender a escavação, como sugere Gonzalez-Ruibal, não significa deixá-la ser nossa bandeira. Significa expandir o trabalho arqueológico forense e admitir que esse tropo arqueológico não está mais em linha com as práticas e necessidades atuais. Coletar remanescentes humanos do solo também não pode ser mais importante do que propor narrativas a partir da interpretação contextual (o quê, onde, quando, como, quem) no estabelecimento das chamadas “sequências de eventos”, as ações que materializaram o que se vê. Isto não quer dizer que famílias não estão em desespero pelo corpo e conhecimento do destino de seus entes queridos, mas que a ação da arqueologia forense precisa estar pronta para contribuir à resposta para as perguntas de familiares como “o que aconteceu” ou “como aconteceu”. No entanto, escavar ainda é tido como um fim em si, raramente explicado, justificado e descrito quanto a suas escolhas metodológicas e em como elas têm relação com a narrativa que se propõe (EVIS, 2016; HANSON, 2004).

ARQUEOLOGIA FORENSE E AÇÃO FORENSE HUMANITÁRIA

O tropo da “escavação de remanescentes humanos” como sinônimo de arqueologia forense restringe seu papel, como se o foco fossem os remanescentes em si e não a pessoa falecida, dicotomia que, na prática, impacta sua inserção nos processos de busca e identificação. Uma de suas consequências negativas é o não reconhecimento de sua contribuição fundamental às investigações preliminares forenses, a partir das quais a arqueologia materializa elementos presentes na oralidade para estabelecer hipóteses de quem pode estar onde ao analisar a paisagem regional. Não é incomum entrarmos em cena apenas quando um enterramento é encontrado, muitas vezes por acidente ou, pior, quando um esqueleto enterrado é encontrado. O trabalho arqueológico forense começa bem antes das avaliações e pesquisas locais, quando diferentes linhas de evidências são cruzadas, comparadas e analisadas para compreender contextos, reunir pistas sobre como eventos específicos materializar-se-ão nessa paisagem e estabelecer as hipóteses necessárias.

O envolvimento da arqueologia forense nas investigações forenses preliminares permite a coleta e análise de informação sobre os casos, considerando como as circunstâncias de morte ou desaparecimento manifestar-se-ão materialmente, ao mesmo tempo em que sintetiza dados bioculturais da vida da pessoa e dados espaciais relevantes, construindo hipóteses de identificação no tempo e espaço e, portanto, situando as probabilidades de quem pode estar onde (ALAF, 2016; BARAYBAR, 2008; DORETTI; BURRELL, 2008; FONDEBRIDER, 2009). Superar a escavação, esqueletização, profundidade, enterramento, antiguidade e outros tropos modernos é fundamental para liberar o potencial arqueológico forense às investigações preliminares forenses como processo-chave para buscas e identificações.

A relação entre arqueologia e corpos de pessoas falecidas também é parte de outro tropo, deveras limitador: o dos ossos, dos remanescentes humanos esqueletizados. Esse tropo caminha junto ao do antigo, do enterramento e da profundidade, excluindo a arqueologia de apoiar casos frescos, superficiais e recentes. Profundidade, superfície e antiguidade têm sido tropos sob escrutínio acadêmico por algum tempo (HARRISON, 2013; LUCAS, 2004). No entanto, na prática, desvencilhar a arqueologia forense das valas comuns e dos esqueletos tem sido difícil (BLAU, 2009; GASSIOT, 2011; HOCHREIN; DIRKMAAT; ADOVASIO, 2000).

Embora não haja dúvidas sobre a importância do corpo às ações forenses, o pensamento espacial tem sido uma tendência crescente, mas ainda tímida, na resolução de casos de pessoas desaparecidas e no mapeamento dos mortos,

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

iniciando atividades a partir de um olhar para a paisagem a fim de localizar o indivíduo, ou partindo da relação entre indivíduos para entender padrões que podem iluminar estratégias (CONGRAM; KENYHERCZ; GREEN 2017; HANSON, 2006; WEIZMAN, 2017). As abordagens da paisagem forense permitem a construção da proposição de sequências de eventos necessária para melhor fundamentar as circunstâncias de desaparecimento ou morte, desde o momento em que alguém desapareceu até o momento em que foi encontrado, vivo ou morto. Isso inclui a articulação entre eventos, locais de falecimento, manuseio do corpo, evidências de movimento e locais de deposição, se houver (HANSON, 2006). Isso também significa que o lugar no qual um corpo está é apenas o mais visível dentre tantos outros associados ao movimento de pessoa (falecida), interligando ações e práticas dentro de uma longa cadeia de eventos materializados em locais desconhecidos pela maioria e manifestos na paisagem (AYÁN, 2008) (Fig. 4).



Fig. 4 – Rio Tigre, Dijlah em árabe.
Foto: Rafael de Abreu e Souza, 2020.

ARQUEOLOGIA FORENSE E AÇÃO FORENSE HUMANITÁRIA

Tal abordagem facilita o acesso a locais de interesse forense (e que não contêm necessariamente corpos ou remanescentes humanos) que podem ser fundamentais para investigações e buscas, fornecendo dados importantes às respostas sobre como as pessoas desapareceram ou faleceram ou ao estabelecimento das hipóteses sobre onde poderiam estar. Também deixa claro que nem todos os eventos que levaram ao desaparecimento são seguidos de morte, pois algumas pessoas podem estar vivas, em centros de detenção, por exemplo (caso bastante comum encontrados durante ou logo após o fim de conflitos armados). Essa abordagem liberta a arqueologia de outro tropo: o da presunção automática da morte, sem considerar como eventos levam ao desaparecimento, separação e morte, e que algumas pessoas poderiam, sim, estar vivas, em especial quando as respostas de emergência ocorrem no momento dos conflitos armados ativos. É como se a arqueologia e o conhecimento em torno da paisagem só fizessem sentido para a localização de pessoas mortas, enquanto podem auxiliar também no rastreamento de pessoas vivas ou separadas ao conectar lugares, eventos e corpos (vivos ou não) (CROSSLAND, 2013).

Arqueologia forense no âmbito do Direito Internacional Humanitário

O Direito Internacional Humanitário protege os mortos através de um conjunto de normas acordadas entre os lados de um conflito e que buscam limitar os efeitos negativos dos conflitos armados. Os lados têm obrigação de tomar todas as medidas possíveis para procurar, coletar e remover os corpos de pessoas mortas, assegurando que não sejam espoliados, nem usados como parte de estratégias de terror e medo ou como barganha em negociações (MOON, 2017). As ciências forenses unem-se ao Direito Internacional Humanitário para assegurar que as melhores práticas possíveis sejam parte da resposta às populações afetadas e evitar as profundas consequências decorrentes da má gestão dos mortos, como os chamados “desaparecimentos administrativos” (pessoas desaparecidas em decorrência da desorganização dos sistemas locais, falta de cadastros, arquivos desatualizados, sistema de arquivamento ineficaz e aparatos insuficientes para notificar famílias e autoridades judiciais) (CORDNER; TIDBAL-BINZ, 2017). Muito do conhecimento e expertise arqueológica serve à chamada ação humanitária forense (MIKELLIDE, 2017; TIDBALL-BINZ; HOFMEISTER, 2015).

Ação humanitária forense é um conceito estabelecido pelo Comitê Interna-

cional da Cruz Vermelha (CICV) a partir de 2003, enquanto representante oficial das convenções de Genebra e seu protocolos adicionais que estão no centro do Direito Internacional Humanitário voltado à proteção das pessoas que não participam ou que deixaram de participar das hostilidades (CICV, 2010; CLEGG, 2021). O conceito tem sido utilizado para descrever o papel de ciências forenses, incluindo a arqueologia, em assegurar o manejo digno e profissional dos mortos e a busca e resolução de casos de pessoas desaparecidas, vivas ou mortas, apoiando populações afetadas por conflitos no acesso a serviços forenses e médico-legais de qualidade, seja pelo suporte às estruturas locais ou via substituição desses serviços, se inexistentes (CORDNER; TIDBALL-BINZ, 2017). As ações humanitárias forenses ocorrem em contextos excepcionais que impõem inúmeros desafios aos profissionais, incluindo em relação às suas próprias seguranças e integridades físicas, assim como à comum recorrência de explosivos de guerra associados aos corpos ou aos contextos nos quais vítimas fatais são encontradas.

Neste âmbito, o manejo dos mortos e falecidos é chave à ação humanitária forense em contextos de conflito armado ativo a fim de garantir que os corpos sejam recuperados de modo digno e seguindo mínimos e possíveis estândares em diálogo direto com os grupos governamentais ou não governamentais envolvidos (WELS, 2016). Estas ações são pautadas pelas possibilidades locais e aspectos culturais e religiosos da população que se beneficia dos serviços forenses. O trabalho com corpos no âmbito dos conflitos armados navega entre a diplomacia humanitária e o diálogo com representantes dos lados do conflito até a coleta de dados detalhados sobre a localização do corpo, estado de preservação e associações contextuais na garantia de sua rastreabilidade uma vez removido do local onde estava e transportado até as estruturas responsáveis (ICRC, 2016).

Uma vez que o manejo de pessoas falecidas tem relação direta com a localização, documentação e registro de remanescentes humanos/corpos em contexto, a arqueologia e os conhecimentos arqueológicos têm papel importante no estabelecimento dos estândares, protocolos mínimos, planejamento e operacionalização deste tipo de ação, as quais indubitavelmente envolverão, para a maioria dos países em conflito no Oriente Médio, grande número de vítimas fatais e ataques complexos (ataques suicidas, seguidos de invasões armadas e bombardeios, por exemplo) em territórios relativamente extensos.

No caso de conflitos armados ativos, o acesso a territórios e áreas específicas

pode não existir para estruturas locais governamentais que poderiam/deveriam oferecer apoio à população afetada (como defesa civil, bombeiros, polícia, exército, paramédicos, serviços de ambulância etc., a depender do país). Com frequência estes são territórios contestados ou estão sob o jugo de atores com agendas opostas que, portanto, não conseguem cumprir plenamente suas obrigações devido, entre outros fatos, aos constrangimentos ligados à segurança. Isso leva à inação das ações emergenciais tanto aos vivos como aos mortos ou desaparecidos.

Quanto aos mortos, foco desta discussão, de fato a maioria que é alvo das ações humanitárias forenses estão ainda frescos e tiveram morte recente, mas podem estar esqueletizados ou em grau avançado de decomposição e em diferentes níveis de preservação (considerando-se as circunstâncias da morte e os eventos ao seu redor, como a alta frequência de partes amputadas *peri-mortem* após bombardeios e colapsos de edifícios), em superfície ou sob escombros, dependendo do tempo decorrente entre a morte e os acordos necessários para que estruturas locais ou agentes de ação humanitária forense acessem o local.

Deste modo, para além de sua relação com o direito e a medicina, a arqueologia forense tem diálogo direto com as respostas emergenciais e algumas premissas do socorrismo e do manejo de cenas de crime (mencionado anteriormente). Em relação ao socorrismo, a interação com a arqueologia forense nas ações humanitárias se dá nas premissas da prevenção (isto é, evitar ou reduzir o número de pessoas desaparecidas devido à falta de traçabilidade e dados coletados do local da morte visando minimizar o impacto traumático do manejo indigno dos corpos), do alerta (isto é, a ação emergencial é temporária e visa garantir que o mínimo possível seja feito com qualidade até que a pessoa falecida esteja sob a custódia de estruturas especializadas ou legalmente responsáveis pela repatriação e identificação do corpo) e do socorro (isto é, independentemente da situação, o manejo das pessoas falecidas deve considerar rapidez, eficácia, qualidade técnica, procedimentos estándares e reconhecidos aplicados).

Para que a arqueologia forense possa servir às necessidades emergenciais durante ou logo após o cessar de conflitos armados, é preciso que ela também esteja baseada nas premissas da ação humanitária neutra e imparcial. Apesar de vistos com olhos críticos pelas ciências sociais e políticas, esses termos são usados em contexto para garantir que todas as famílias, independente das afiliações políti-

cas ou partidárias, tenham direito de se beneficiar da ação humanitária forense e dos serviços forenses locais, se possível.

Ao mesmo tempo, o Oriente Médio desafia as ciências forenses no questionamento às lógicas ocidentais subjacentes ao direito internacional e à ação humanitária. Com dois terços dos conflitos armados acontecendo em contextos com maioria muçulmana, diversos juristas têm se dedicado a olhar para a ação humanitária e o manejo dos mortos sem subestimar a jurisprudência islâmica. O respeito a estas normas só pode existir em total coerência com as leis islâmicas e das práticas culturais locais dos diversos países e religiões.

Neste âmbito, é importante ressaltar como os tabus sobre o corpo impactam as formas e sentidos da proteção e dignidade dos mortos em relação a instituições, lados do conflito e comunidades que os manejam. A demanda pelo enterro rápido dos corpos, o uso de enterramentos coletivos, questões sobre exumações e autópsias, a relação entre o gênero dos profissionais e o sexo biológico dos corpos são questões de extrema relevância à prática das ciências forenses e às respostas às consequências dos conflitos armados em contextos islâmicos (AL-DAWOODY, 2017). O respeito aos mortos é um princípio fundamental à lei islâmica, para a qual crimes contra os mortos são puníveis como se a pessoa falecida estivesse viva. Busca e coleta dos mortos são essenciais à dignidade dos corpos e uma obrigação coletiva de comunidades islâmicas. Para muçulmanos e não muçulmanos há um reconhecido dever de coletar os corpos de inimigos e respeitar os mortos, providenciando enterro decente como modo de proteger sua dignidade e enquanto respeito aos sentimentos das famílias (AL-DAWOODY, 2018).

Muitas dessas práticas e desse modo de entender o mundo terão relação direta com a resposta aos mortos durante conflitos armados. Uma das questões de cunho bastante ético está na relação entre o dever de enterrar os mortos e a necessidade de identificação e traçabilidade dos corpos. Não é incomum que comunidades enterrem mortos, mesmo que desconhecidos, como um dever religioso e de “boa fé”, o que levanta discussões sobre a relação entre comunidades e mortos e o direito destas em também responder ao conflito (CONGRAM, 2015).

No entanto, isso poderá acarretar a perda do dado de onde o corpo está, assim como sua identificação, que poderá muito provavelmente estar ligada ao

ARQUEOLOGIA FORENSE E AÇÃO FORENSE HUMANITÁRIA

caso de uma pessoa desaparecida. A mesma discussão está relacionada às exumações necessárias para identificações, já que, em certos contextos, uma vez inumado, um corpo não pode ser exumado. Tais práticas não são universais a todos os países de maioria islâmica, e, enquanto em países como o Iraque, escavações de valas comuns para busca de desaparecidos são frequentes, o mesmo não é verdadeiro para outras regiões (BARAYBAR; BRASEY; ZADEL, 2007; CONGRAM; STERENBERG, 2009; CONGRAM; STERENBERG; FINEGAN, 2016). Tudo isso só aponta para a necessidade de arqueologias forenses e ações humanitárias que respeitem e se modulem de acordo com as realidades locais, garantindo direitos à população afetada sempre com base em não causar mais mal do que bem.



Fig. 5 – Mesquita Al Rabea (1766) e seus escombros.
Foto: Rafael de Abreu e Souza, 2020.

Por fim, os países do Oriente Médio guardam inúmeros patrimônios históricos, culturais e arqueológicos de natureza monumental, edificada (Fig. 5). Não é incomum que bombardeios e outras destruições acarretadas por conflitos armados associem esse patrimônio à ação humanitária. Isso porque muitos desses prédios foram usados como refúgio de populações em fuga que falecem

por razões diversas, como o colapso da estrutura. Tais situações demandam que reconstruções e restaurações envolvendo arqueólogos (não forenses) estejam em acordo com arqueólogos forenses e autoridades locais para o caso de localização de vítimas fatais. A presença de arqueólogos forenses em contextos potenciais para vestígios arqueológicos em tais realidades também é fundamental para evitar que a própria ação humanitária ou investigativa e a busca pelos mortos impactem negativamente o patrimônio cultural.

Há alta probabilidade de que esqueletos mais antigos e de natureza arqueológica sejam mesclados aos remanescentes esqueletizados de vítimas da crise humanitária corrente (em especial considerando os processos tafonômicos e a preservação comum aos solos áridos e *secura* dos biomas da região). Não é pouco frequente que a destruição de antigos cemitérios e o revolver de estruturas antes desconhecidas revelem esqueletos misturados aos escombros, ou mesmo que cemitérios antigos sejam usados para enterros expeditos por pessoas em fuga quando parentes ou conhecidos são mortos durante o conflito.

Operacionalizando o uso da arqueologia forense durante o conflito

A arqueologia forense como resposta à recuperação e localização dos mortos em áreas de conflito armado ativo é, sem dúvida, parte de operações interinstitucionais e interdepartamentais. Enquanto requisito básico, essas operações devem ocorrer em comum acordo com os lados do conflito para que acesso e segurança às atividades e as equipes sejam garantidos. É preciso estabelecer comunicação direta e clara com os envolvidos para que grupos armados governamentais ou não sejam notificados e para que a operação seja explicada e esclarecida quanto a seu funcionamento, com dados mínimos necessários para que seja iniciada, alguns dos quais provenientes das próprias partes do conflito.

As operações de resgate ou recuperação dos mortos como resposta emergencial envolvem outros socorristas (polícia, bombeiros) frente à frequente ausência da arqueologia. Todavia, deve ser considerado que, em muitos casos, as estruturas locais estão incapacitadas ou proibidas de responder (por exemplo, aos casos nos quais há necessidade de cruzar territórios de lados opostos). Nesses momentos, a ação humanitária forense pode entrar em ação, substituindo partes do sistema de respostas locais.

A depender do tempo decorrido entre o evento e a resposta, o potencial para

ARQUEOLOGIA FORENSE E AÇÃO FORENSE HUMANITÁRIA

o encontro de pessoas vivas ou feridas presas em escombros ou nas superfícies é maior ou menor, o que demandará, claro, a presença de socorristas, que darão prioridade à busca por pessoas vivas. Primeiros socorros são imprescindíveis para evitar que pessoas desmaiadas ou presumidamente mortas (já que não há certificação médica de óbito nesse momento) sejam consideradas corpos mortos sem que os sinais vitais sejam checados. Por outro lado, a presença da arqueologia forense em operações que se passam dias ou mesmo meses ou anos após os eventos, nas quais há alto potencial para a presença de remanescentes esqueletizados, corpos altamente decompostos ou mesmo corpos frescos inquestionavelmente mortos (mesmo sem a certificação médica), é deveras importante e deve ser considerada na formação das equipes. O caso da cidade de Mosul, no Iraque, exemplifica tal situação, tendo em vista que as vítimas fatais do bombardeio que pôs fim à batalha de Mosul (2016-2017) estavam sendo gradualmente coletadas dos escombros quatro anos depois do fim do conflito, encontrando-se cada vez mais corpos esqueletizados (BBC, 2018; GEORGE; ABDUL-ZAHRA; MICHAEL, 2017).

O esclarecimento dos papéis e responsabilidades entre todos os envolvidos, incluindo os grupos armados, e o estabelecimento de critérios básicos para o aceite e a priorização de quais casos serão abordados pela ação forense humanitária são fundamentais. É claro que, durante um conflito armado ativo ou logo após seu término, pessoas falecem de causas indiretas ou não relacionadas ao conflito em si, o que muitas vezes as coloca fora do escopo da ação humanitária em relação ao Direito Internacional Humanitário. De fato, com territórios sendo controlados por grupos distintos impondo limitações aos movimentos de pessoas, muitos falecimentos por causas naturais estarão relacionados a familiares não conseguindo transportar a pessoa morta para os locais necessários (como cemitérios etc.). Decidir quais casos serão alvo da ação humanitária e onde está a linha de corte é uma tarefa difícil e exaustiva, de reflexão moral e ética, mas que deve ser enfrentada para que dúvidas ao longo da implementação das atividades sejam as menores possíveis e para que haja segurança o suficiente no que está sendo feito. Se a resposta for estandar e igual para todos, não haverá acusações de parcialidade ou preferência, o que garante que todos se beneficiem com as ações humanitárias forenses.

Conhecimento prévio do contexto geoambiental, histórico e sociopolítico,

além de cultural e religioso, ajudará na organização logística, incluindo decisões relacionadas a equipamentos e recursos necessários, considerando-se sempre que exceções e surpresas são parte de contextos voláteis. Em geral, operações relacionadas ao resgate de mortos em frentes de batalha são distintas quanto ao número de indivíduos a serem resgatados e suas potenciais identidades, se comparadas com atividades em meio a escombros de bombardeios e explosões em áreas abertas. Mesmo as primeiras ocorrendo em áreas muito mais instáveis no que concerne à segurança (é preciso contar e acreditar no cessar fogo momentâneo acordado), demandando ações mais rápidas e garantia de acesso, elas muito frequentemente incluem de forma maciça combatentes (sobre os quais há maior chance de saber nomes e locais de serviço), enquanto as segundas incluirão número grande de civis (em especial se ocorrerem em áreas urbanas).

Informações prévias sobre o tipo de evento (troca de tiros, ataques suicidas com pessoas-bomba, carros-bomba, ataque aéreo, etc.) e o tipo de uso e ocupação do solo (áreas densamente urbanizadas, edificadas, áreas verdes, etc.) auxiliarão na proposição do estado de preservação dos corpos ou remanescentes humanos a serem localizados, sejam em relação ao alto potencial para partes amputadas não articuladas (explosões) ou quanto ao potencial estado de decomposição e, assim, na melhor logística e metodologia a ser empregada. Não é incomum que o cheiro, por exemplo, seja um guia para localizar corpos sob escombros de destruição. De qualquer modo, essas são operações de caráter ir-repetível e destrutivo, algo que a arqueologia conhece bem.

Nenhuma operação para recuperação de vítimas fatais durante conflitos armados ativos é lançada sem que esteja claro o local de destino dos remanescentes humanos após o resgate, determinado pelos lados do conflito em suas responsabilidades. Em algumas situações, é possível que não se apliquem aos mortos ligados a grupos ou territórios específicos serviços tais como os médico-legais. Isso é comum em situações nas quais pessoas estarão em risco ao passar por instituições “inimigas”, transferidas a territórios opostos, mesmo mortos. Nesse caso, a ação humanitária, engajando-se em construir capacidade local das estruturas existentes, procura garantir a qualidade dos serviços a fim de garantir que os lados do conflito se responsabilizem por seus papéis. Pode ser o caso que a ação humanitária forense dê foco apenas à proteção dos mortos e que a continuação dos processos de identificação e repatriação destes esteja totalmente a

cabo dos lados do conflito, com a ação humanitária facilitando o processo.

Para lançar uma operação, o conhecimento do local de destino para onde os corpos irão é imprescindível. Quando o corpo é localizado, em especial se ainda no próprio local de falecimento (primário), dados mínimos precisam ser coletados, o mínimo conhecido pela arqueologia. O mínimo a ser registrado refere-se ao local do encontro (melhor ainda se georreferenciado, ou na menor escala possível) e data, associando o remanescente a algum tipo de etiqueta que contenha um código, uma foto geral (e específicas, se possível) e proteção de qualquer documento em papel e pertences pessoais que possam ser danificados pelos fluidos do processo de decomposição (se o remanescente já não estiver esqueletizado). No entanto, em frentes de batalha ativas, até esse mínimo pode ser impossível de ser feito, devido ao tempo disponível, condições de segurança e restrições culturais. Muitas vezes, os famosos formulários de campo não podem ser usados ou, ao menos, não poderão ser preenchidos devido a essas limitações, que costumam ser percebidas negativamente por sua semelhança a processos investigativos criminais. Cadernos de campo ou o preenchimento de fichas após a operação podem ser uma opção que, mesmo não ideal, é a possível. O registro dos dados deve entrar em alguma base e, embora não usando formulários, devem ser estândaes no sentido de que os mesmos campos e a mesma forma de preenchimento devem ser mantidos.

Nesse âmbito, a centralização e o registro dos dados em base de dados digitais são de suma importância, não apenas para futuras referências, mas para planejamentos e outras análises de dados (por exemplo, as de cunho epidemiológico, que permitiram aprofundar o entendimento das dinâmicas do conflito, assim como pensar em medidas de saúde pública). Informações estatísticas podem ser utilizadas nos diálogos com as partes do conflito sem revelar detalhes sobre os casos, para proteção das famílias das vítimas. Além das estatísticas, a espacialização dos dados através do uso de ferramentas geoespaciais é essencial para que padrões que não puderam ser observados sejam visualizados a partir de mudanças de escala e perspectiva. Para corpos que não puderam ser identificados ou repatriados, a produção de cartografias a partir dos dados mínimos coletados, em particular os espaciais, tem papel central no estabelecimento de hipóteses de identificação.

Porque as operações de resgate podem ocorrer em distintos locais ao mesmo

tempo, guias, protocolos e formulários estândaes precisam ser estabelecidos, usados e compartilhados com todos os participantes. Documentos atestando cadeias de custódia são igualmente importantes, em especial quando da transferência e entrada dos remanescentes em estruturas responsáveis pela continuação dos processos. Se os estândaes internacionais recomendam a abertura de cadeias de custódia no momento da recuperação, restrições de segurança podem impedir o uso de formulários no local, como anteriormente mencionado.

Vale ressaltar que a própria manipulação, manuseio e manejo do corpo em campo têm impacto importante nas comunidades e vítimas ao redor, assim como na percepção da operação e, portanto, da atividade e de seus responsáveis. Mais do que ninguém, a arqueologia sabe da importância cultural dos gestos. No contexto de extensas mortes durante conflitos, como tocar, como pegar e mesmo o que dizer ou como se portar (por exemplo, fumar ou não) podem ter impacto positivo ou reações negativas contra a equipe e as atividades, escalando para incidentes de segurança que acarretam a suspensão das operações até que as negociações e comunicações sejam reestabelecidas, com impacto direto sobre aqueles que precisam dos serviços forenses. Nesse sentido, a arqueologia forense e os projetos relacionados a ela devem estar atentos à importância do acolhimento e do cuidado não apenas aos vivos, como também aos mortos.

O acondicionamento dos corpos/remanescentes humanos deve ser pensado em relação a seu estado de preservação, forma, quantidade de veículos disponíveis para transporte e equipamentos a serem utilizados, mas também quanto ao que faz sentido para práticas e ritos funerários locais e no que estas lógicas aceitam em momentos excepcionais. Assim, sejam bolsas para corpos, sejam caixas para remanescentes esqueletizados, as escolhas devem tomar em conta os eventos, a decomposição e as distâncias a serem percorridas, para que não haja impacto à dignidade do corpo e, portanto, às famílias que um dia os receberão de volta. A qualidade do ambiente de trabalho de quem está carregando e transportando esses corpos também está diretamente relacionada a estas escolhas e possibilidades.

O tempo de transporte do corpo até seu local de destino pode ter uma influência considerável na própria dignidade do corpo, no ambiente do interior do veículo que o transporta, assim como na repatriação e na família que o receberá. Mesmo que o corpo seja recuperado logo após a morte, é possível que chegue ao

local de destino já em grau avançado de decomposição, considerando as muitas horas, ou mesmo dias, que são necessários em alguns casos para levá-lo ao local de destino, principalmente partindo de frentes de guerra ou de locais de acesso controlado ou de vias destruídas. Nem sempre o uso de veículos específicos, como morgues móveis, estará disponível, e os recursos escassos em algumas regiões demandará o uso de ambulâncias ou mesmo carros comuns.

Nem sempre existe acesso por veículo motorizado, e o custo de helicópteros vai muito além do que as ações humanitárias cobrirão, além de aumentarem o risco para a tripulação, dependendo do espaço aéreo a ser cruzado. Com os bombardeios e destruições de complexos urbanos, os escombros tendem a obstruir os caminhos e ruas usuais, assim como as frentes de guerra em áreas mais rurais tornam muitos locais de difícil acesso, pelo controle e isolamento. Certamente, longas caminhadas ou o uso de transportes alternativos (burros, camelos) serão necessários. Por isso, deve ser pensando de antemão, durante a preparação logística, quais as opções possíveis, considerando-se que isto aumenta o tempo da operação e pode demandar mais recursos humanos (às vezes são necessárias quatro pessoas para carregar um corpo em uma bolsa mortuária).

A situação no interior dos veículos pode ser ainda mais complicada pois, em muitos contextos islâmicos, colocar corpos em bolsas plásticas não é aceitável. Se for possível usar bolsas mortuárias, é preferível que sejam brancas, e nunca pretas, pela cor se assemelhar à das mortalhas brancas utilizadas nos ritos funerários. Como as mortalhas são tecidos permeáveis, os fluidos corporais tendem a escorrer e podem alcançar tanto a equipe quanto o interior dos veículos. Além dos equipamentos de proteção individual (EPI) obrigatórios e as vacinações mínimas para reduzir riscos à biossegurança, no caso de impossibilidade de uso de bolsas mortuárias plásticas, o próprio veículo, se não especializado, pode ser plastificado e forrado para tornar-se impermeável, considerando-se sempre sua limpeza imediata após o uso e a sustentabilidade do processo (o mesmo veículo será usado por meses e anos em diversos outros casos).

A presença da arqueologia forense nas operações de resgate – e em especial se há corpos esqueletizados e sobrepostos – ajuda de modo muito positivo na prevenção da mistura de partes anatômicas de pessoas distintas, usando bolsas mortuárias, mortalhas ou qualquer outro tecido disponível (dependendo da escassez da situação). Processos de formação nos ambientes de baixa umidade tí-

pica da região, com seus solos áridos e clima desértico, com frequência impelem processos de esqueletização com alto grau de preservação de tecido muscular e epitelial (mumificações naturais) (FERREIRA; CUNHA, 2014). Corpos sob escombros e com vestimenta parecem ter favorecidos os processos naturais de mumificação e a desaceleração da descalcificação óssea devido ao pH alcalino do microambiente que se forma com os materiais construtivos. Deste modo, é falsa a ideia de que bolsas plásticas são mais apropriadas para corpos frescos, uma vez que, se altamente mumificados e por isso de alguma forma articulados, os remanescentes humanos não caberão em caixas plásticas.

O entendimento de lógicas, práticas e ritos religiosos locais é de suma importância, como reforçado em diversos momentos deste texto. Em áreas de maioria muçulmana e considerando-se a diversidade cultural, há inúmeras adaptações necessárias às operações que lidam com os mortos e com a morte nas zonas de conflito armado ativo na região. Da necessidade de lidar com tabus ao redor do cheiro do processo de decomposição à prática islâmica de enterro imediato algumas vezes entendida como dever comunitário, passando pela demanda por bolsas mortuárias brancas que lembram as mortalhas brancas dos ritos de enterramento, atribuição do *status* de mártir a alguns dos falecidos e a necessidade de procedimentos específicos em relação a seu corpo, junto com a proibição de tirar fotos de pessoas mortas em campo em alguns locais, tudo isso deve ser considerado e altera o que e como é possível fazer dentro da arqueologia forense humanitária, devendo as respostas dos socorristas ser pensadas.

É um dever o reconhecimento de como a ação humanitária internacional contém um núcleo ocidental e forâneo que precisa ser descolonizado e questionado. O dever de cuidar dos mortos para várias comunidades muçulmanas é, portanto, parte de como pensar as ações humanitárias forenses. Não é incomum, já que muitos corpos estão em superfície, “esperando” para que sejam resgatados e deslocados para áreas secundárias (por diversas razões), de onde serão transportados. Esse deslocamento algumas vezes implica em algum tratamento preliminar do corpo, como o envolvimento em mortalhas. As respostas das comunidades devem ser entendidas também como parte da capacidade local em dar respostas aos eventos, mesmo que não sejam estruturas com procedimentos científicos, já que estas podem sequer existir.

Finalmente, sistemas de registro e relato de incidentes com a equipe nas ope-

rações devem ser estabelecidos para que antes, durante e especialmente depois das atividades os incidentes de segurança sejam avaliados e as lições aprendidas possam auxiliar na melhora da operação em uma próxima vez. Não é incomum que no resgate de corpos de campos de batalha inexista a suspensão do fogo cruzado, ou que um dos lados do conflito não respeite a ação humanitária e abra fogo contra a equipe. Há também possibilidade de que, ao cruzar territórios inimigos, a afiliação da pessoa falecida, o próprio corpo e a operação sejam dificultadas ou levem muito tempo. Novamente, isto terá impacto na dignidade do corpo (esqueleto ou não), nas formas de manejo, nas logísticas e nos equipamentos necessários ao método que será utilizado no resgate.

Considerações finais

O Oriente Médio vem sendo palco de inúmeros conflitos nas últimas décadas, deixando milhares de vítimas, vivas ou mortas, no âmbito de enormes crises humanitárias. O bombardeio de Mosul, no Iraque; a destruição de Aleppo, na Síria; a Primavera Árabe e a onda de derrubadas de ditaduras na Tunísia, Egito e Líbia; a guerra no Afeganistão e no Iêmen são os mais recentes desenrolares em uma região fortemente assolada por conflitos armados desde antes da criação do Estado de Israel, passando pelas guerras do Golfo e outros tantos momentos nefastos à população.

Enquanto a região é alvo da arqueologia por séculos, em especial de missões francesas, estadunidenses e de outras potências militares do Norte geopolítico, apenas recentemente a presença da arqueologia forense tornou-se mais recorrente. Isso não apenas indica que a arqueologia tem existido no Oriente Médio para além da Antiguidade, como também que a arqueologia forense tem se expandido além da busca e identificação de pessoas desaparecidas para colaborar com operações emergenciais de resgate de vítimas fatais durante, logo após ou poucos anos após bombardeios, ataques suicidas e tiroteios em campos de batalha. São outras tantas possibilidades para a arqueologia, levando-a a fazer o que não foi pensado para ela em lugares nos quais não é esperada.

Este texto preza por uma arqueologia do e no Oriente Médio, que, apesar de desconhecida, é muito necessária. Ela só é possível quando a área é definida apenas por sua dedicação à materialidade de vestígios arqueológicos mais “tradicionais” e ao patrimônio cultural e histórico monumental. O papel da arqueologia

logia forense nos conflitos e em relação a pessoas mortas para existir e florescer enquanto um campo bastante prático com impacto imediato na vida das pessoas precisa que tropos modernos na arqueologia – como o do antigo, do esqueletizado, do enterrado, da vala comum – sejam ampliados (e alguns derrubados) para que novas gerações entendam a potência que a arqueologia pode ter. Para além da dicotomia universidade versus contrato, outras arqueologias se pensadas e ensinadas oferecem outros campos e modos de atuação e carreira profissional, sendo o dos direitos humanos e da ação humanitária um deles. Não é pouco dizer que a própria existência e futuro relevante da arqueologia depende disso, de seu engajamento com as causas que nos cercam e afligem, em um mundo no qual o sofrimento humano tem se intensificado vertiginosamente e crises humanitárias e violações aos direitos humanos têm crescido de modo alarmante.

Referências

ALAF. Associação Latinoamericana de Antropologia Forense. *Guía latinoamericana de buenas prácticas para la aplicación en antropología forense*. Bogotá: CICR, 2013.

AL-DAWOODY, A. Management of the dead from the Islamic law and international humanitarian law perspectives: Considerations for humanitarian forensics. *International Review of the Red Cross* 99 (2), 2017, pp. 759–784.

AL-DAWOODY, A. Respect for the dead under Islamic law: Considerations for humanitarian forensics. *ICRC Analysis / Humanitarian Action / Islamic Law / Law and Conflict*. Disponível em: <https://blogs.icrc.org/law-and-policy/2018/11/01/respect-for-the-dead-under-islamic-law-considerations-for-humanitarian-forensics/>. Acessado em 01.07.2021.

AYÁN, X. El paisaje ausente: por una arqueología de la guerrilla antifranquista en Galicia. *Complutum* 19(2), 2008, pp. 213-237.

BARAYBAR, J. P. When DNA is not available, can we still identify people? *Journal of Forensic Sciences* 53(3), 2008, pp. 533-540.

BARAYBAR, J. P.; BRASEY, V.; ZADEL, A. Need for a Centralized and Humanitarian-based Approach to Missing Persons in Iraq: An Example from Kosovo. *The International Journal of Human Rights* 11(3), 2007, pp. 265-274.

BARONE P. M. Not Just Body and Decomposition: Forensic Archaeology Preventing Antiquity Crimes. In: P. BARONE e W. GROEN (eds.) *Multidisciplinary Approaches to Forensic Archaeology*, 2018, pp. 219-229.

BBC. The body collectors of Mosul, 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/news/av/world-middle-east-43965282>. Acessado em 01.07.2021.

BLAU, S. More than Just Bare Bones: Ethical Considerations for Forensic Anthropologists. In: S. BLAU e D. H. UBELAKER (eds.) *Handbook of Forensic Anthropology and Archaeology*, Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2009, pp. 457–467.

ARQUEOLOGIA FORENSE E AÇÃO FORENSE HUMANITÁRIA

BLAU, S. Working as a forensic archaeologist and/or anthropologist in post-conflict contexts: a consideration of professional responsibilities to the missing, the dead and their relatives. In: A. GONZALEZ-RUIBAL e G. MOSHENSKA (eds.) *Ethics and the Archaeology of Violence*. New York: Springer, 2015, pp. 215-228.

BLAU, S. One chance only: advocating the use of archaeology in search, location and recovery at disaster scenes. *The Australian Journal of Emergency Management* 20, 2005, pp. 19-24.

CHEETHAM P.; HANSON, I. Excavation and recovery in forensic archaeology investigations. In: D. H. UBELAKER e J. BLAU (eds.) *Handbook of forensic anthropology and archaeology*. California: Left Coast Press, 2008, pp. 141-149.

CICV. Comitê Internacional da Cruz Vermelha. As Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais, 2010. Disponível em <https://www.icrc.org/pt/doc/war-and-law/treaties-customary-law/geneva-conventions/overview-geneva-conventions.htm>. Acessado em 01.07.2021.

CLEGG, L. The International Committee of the Red Cross and the protection of world war dead. *Forensic Science International* 319, 2021, e110648.

CONGRAM, D. A Clandestine Burial in Costa Rica: Prospection and Excavation. *Journal of Forensic Sciences* 53(4), 2008, pp. 793-796.

CONGRAM, D.; KENYHERCZ M., GREEN, A. G. Grave mapping in support of the search for missing persons in conflict context. *Forensic Science International* 278, 2017, pp. 260-268.

CONGRAM, D. Cognitive dissonance and the military-archaeology complex. In *Ethics and the archaeology of violence*, Eds. A. González-Ruibal, & G. Moshenska, Nova York: Springer 2015, pp. 199-214.

CONGRAM, D.; STERENBERG, J. Grave Challenges in Iraq. In: J. BLAU e D. H. UBELAKER (eds.) *Handbook of Forensic Anthropology and Archaeology*, Nova York: Routledge, 2009, pp. 441-453.

CONGRAM, D.; J. STERENBERG; FINEGAN, O. Continuing Challenges for Forensic Archaeology and Anthropology in Iraq. In: S. BLAU and D. H. UBELAKER (eds.) *Handbook of Forensic Anthropology and Archaeology*. Nova York: Routledge, 2016, p.

CORDNER, S.; TIDBALL-BINZ, M. Humanitarian forensic action – Its origins and future. *Forensic Science International* 279, 2017, pp. 65-71.

CROSSLAND, Z. Evidencial regimes in forensic anthropology. *Annual review of anthropology* 42, 2013, pp. 121-137.

DIRKMAAT, D. C.; CABO, L. L.; OUSLEY, S. D.; SYMES, S. A. New perspectives in forensic anthropology. *American Journal of Physical Anthropology* 51, 2008, pp. 33-52.

DORETTI M; BURRELL, J. Forensic anthropology in peace support operation. In: R. ARNOLD (ed.) *Law enforcement within the framework of peace support operations*,. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers / Brill Academic Public, 2008.

DUPRAS, T. L.; SCHULTZ J. J.; WHEELER S. M.; WILLIAMS, L. J. *Forensic Recovery of Human Remains: Archaeological Approaches*. Boca Raton: CRC Press, 2012.

EVIS, L. H. *Forensic Archaeology: The Application of Comparative Excavation Methods and Recording Systems*. Oxford: Archaeopress, 2016.

FERREIRA, M. T.; CUNHA, E. A decomposição cadavérica e as dificuldades de gestão dos

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

espaços funerários. *Antropologia Portuguesa* 30/31, 2014, pp. 77-97.

FONDEBRIDER, L. Notas para una historia de la antropología forense en Latinoamérica. *Eres* 13, 2005, pp. 127-136.

FONDEBRIDER, L. The application of forensic anthropology to the investigation of cases of political violence: perspectives from South America. In: D. H. UBELAKER e S. BLAU (eds.) *Handbook of forensic anthropology and archaeology*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2009, pp. 67-70.

FONDEBRIDER, L. Anthropology and the investigation of political violence. Lessons learned from Latin America and the Balkans. In: F. FERRÁNDIZ, A. C e ROBBEN (eds.) *Necropolitics: mass graves and exhumations in the age of human rights*, Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2015, pp. 41-52.

FONDEBRIDER, L. South-South cooperation in building local forensic capacity. *69th Annual Scientific Meeting. The AAFS Humanitarian and Human Rights Resource Center: Year Two*. New Orleans: AAFS, 2017.

GASSIOT, E. No son los huesos. El rol de la arqueología forense y la lucha contra la impunidad. *Entramados* 1, 2010, pp. 106-121.

GEORGE, S.; ABDUL-ZAHRA, Q.; MICHAEL, M.; HINNANT, L. Mosul is a graveyard: Final IS battle kills 9,000 civilians, 2017. <https://apnews.com/article/collapse-of-the-caliphate-islamic-state-group-ap-top-news-middle-east-international-news-93f0c1b83550404f99053ed7f0474740>

GONZÁLEZ-RUIBAL, A. Reclaiming archaeology. In *Reclaiming archaeology: beyond the tropes of modernity*, Eds. A. González-Ruibal. Nova York: Routledge, 2013, pp. 1-29.

GUPTA, N. Local communities, national governments and forensic and archaeological investigations of human rights violations. *Archaeologies* 9, 2013, pp. 106-131.

HANSON, I. The importance of stratigraphy in forensic investigation. *Geological Society* 232(1), 2004, pp. 39-47.

HANSON, I. The concept of the forensic landscape: recognition of patterns of evidence in mass death scenarios. *Proceedings of the American Academy of Forensic Sciences XII*, 2006, p. 166.

HANSON, I. Forensic Archaeology: Approaches to International Investigations. In *Forensic Approaches to Death, Disaster and Abuse*, Eds. M. Oxenham. Bowen Hills: Australian Academic Press, 2008, pp. 17-28.

HARRISON, R. Surface assemblages: towards an archaeology in and of the past. *Archaeological dialogues* 18(2), 2011, pp. 141-161.

HARRISON, R. Scratching the surface from: reassembling an archaeology in and of the present. In: A. GONZÁLEZ-RUIBAL (ed.) *Reclaiming Archaeology: Beyond the Tropes of Modernity*. Nova York: Routledge, 2013, pp. 44-55.

HILL, C. V. Killing a culture: the intentional destruction of cultural heritage in Iraq and Syria under International law. *Georgia Journal of International and Comparative Law* 45, 2017, p. 191-220.

HOCHREIN M.; DIRKMAAR, D. C.; ADOVASIO, J. M. Beyond the grave: applied archaeology for forensic sciences. *Proceeding of the American Academy of Forensic Science*, 2000, p. 6.

HUNTER, J. R. Human Remains Recovery: Archaeological and Forensic Perspectives. In: C. SMITH (ed.) *Encyclopedia of Global Archaeology*. Springer, New York, 2014.

ARQUEOLOGIA FORENSE E AÇÃO FORENSE HUMANITÁRIA

HUNTER, J.; COX, M. *Forensic anthropology: advances in theory and practice*. Londres: Routledge, 2005.

ICRC. International Committee of the Red Cross. *Manual Management of dead bodies after disaster: a field manual*. Genebra: ICRC, 2016.

LUCAS, G. *Critical Framework to Historical Archaeology*. Londres: Routledge, 2001.

MIKELLIDE, M. Recovery and identification of human remains in post-conflict environments: A comparative study of the humanitarian forensic programs in Cyprus and Kosovo. *Forensic Science International* 279, 2017, pp. 33-40.

MOON, C. Human rights, human remains: forensic humanitarianism and the human rights of the dead. *International Social Science Journal*, 2017, pp. 215-216.

NAGAOKA, M. The Future of the Bamiyan Buddha Statues – Evolving Conservation Ethics and Principles concerning Intentionally Destroyed Cultural Heritage. In: M. Nagaoka (ed.) *The Future of the Bamiyan Buddha Statues*. Springer: Cham, 2020, pp. 3-15.

SKINNER, M.; LAZENBY, R. A. *Found! Human remains*. Burnaby, BC: Simon Fraser University, 1983.

SLAUS, M.; STRINOVIĆ, D.; PEĆINA-ŠLAUS, N.; BRKIC, H. Identification and analysis of human remains recovered from wells from the 1991 War in Croatia. *Forensic science international* 171(1), 2007, pp. 37-43.

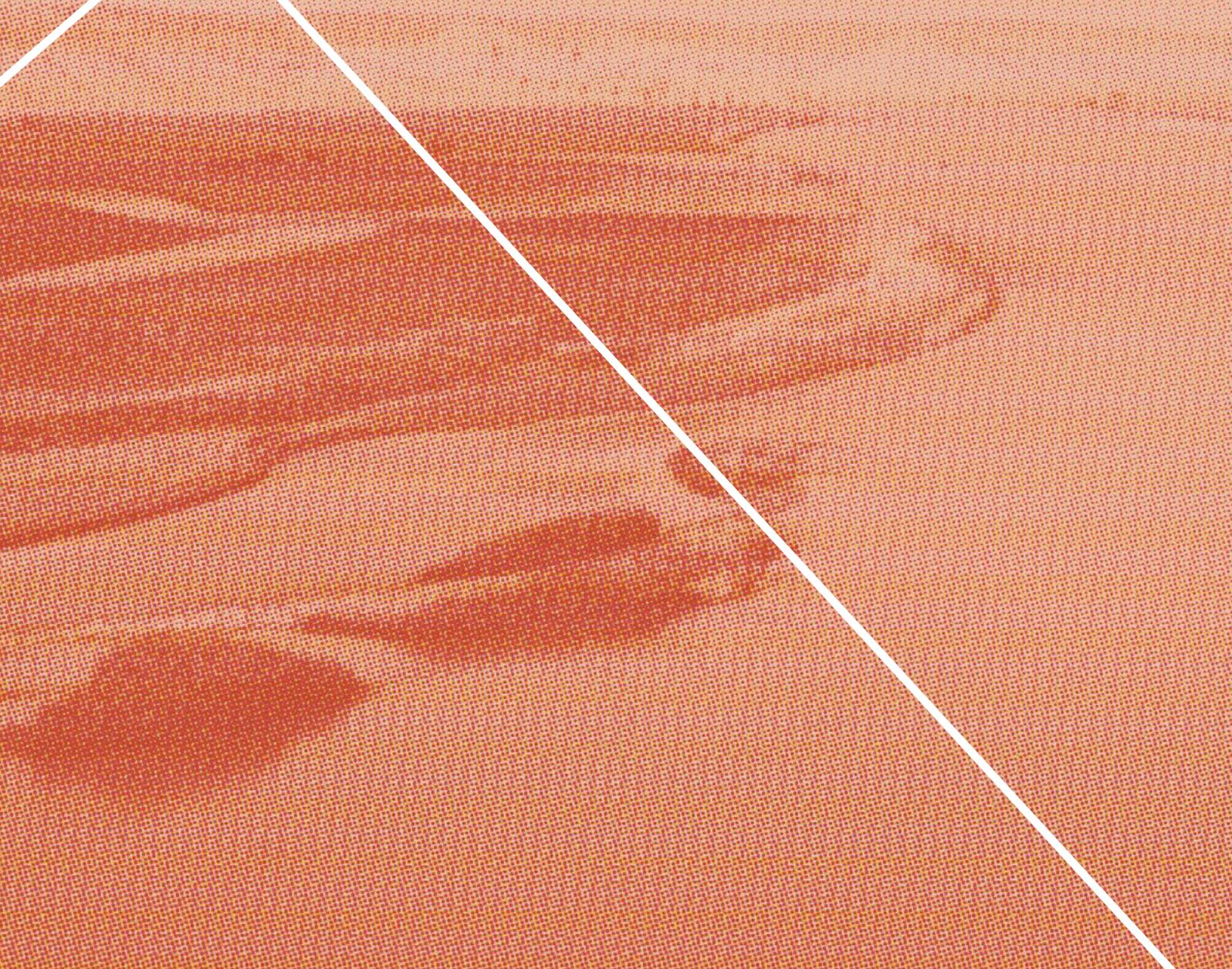
TIDBALL-BINZ, M. V.; HOFMESTER, Ute. Forensic archaeology in humanitarian contexts; ICRC action and recommendations. In: W. J. MIKE GROEN, N. MÁRQUEZ-GRANT e R. C. JANAWAY. *Forensic archaeology: a global perspective*. London: John Wiley & Sons, 2015, pp. 426-437.

TULLER, H. H. Mass Graves and Human Rights: Latest Developments, Methods, and Lessons Learned. In: D. C. DIRKMAAT (ed.) *A companion to Forensic Anthropology*. Blackwell, 2012, pp. 157-174.

WEIZMAN, E. *Forensic Architecture. Violence on the Threshold of Detectability*. Zone Books, 2017.

WELS, W. *Dead body management in armed conflict: paradoxes in trying to do justice to the dead*. Tese. Universidade de Leiden, Law School, Leiden, 2016.

SÍRIA



ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

Os focos deste crescente interesse incluem vários sítios que se tornaram bem conhecidos apenas na segunda metade desse século. Em Tell Mardikh (antiga Ebla), templos ricamente mobiliados, tumbas reais e arquivos palacianos mostraram ser extremamente informativos sobre os eventos daquele tempo. Outro sítio importante, Tell Hariri (antiga Mari) foi uma cidade-Estado modelo estrategicamente estabelecida nas margens do Eufrates. Os tabletes encontrados em Mari indicam que a cidade controlava o comércio fluvial e participava de extensa correspondência escrita entre os servos civis e príncipes nas áreas circundantes. Tell Leilan (antiga Shekhna) foi uma cidade do terceiro milênio vastamente fortificada, com templos notavelmente decorados e arquivos reais.

Tell Brak (antiga Nagar) ostentava uma residência secundária do grande conquistador acádio, Naram-Sin, e posteriormente tornou-se um importante centro urbano com uma instalação arquitetônica impressionante no tempo dos Hurritas. Tell Mozan, que foi somente identificada devido a seus tabletes cilíndricos e cuneiformes, como o antigo Urkesh, serviu como a primeira capital dos Hurritas. Junto a essas espetaculares e bem publicadas descobertas arqueológicas, de forma desistente, vários arqueólogos vêm tentando explicar o fenômeno cultural ligado à evolução socioeconômica de diversas civilizações que se sucederam na Síria com o tempo. O terceiro milênio AEC é de particular interesse porque essa era a área onde cidades e cidades-estados – ou, na verdade, civilizações urbanas – prosperaram.

No entanto, a civilização não é baseada exclusivamente em cidades, mesmo se elas forem essenciais, mas também em vilarejos e no interior. A contribuição de regiões mais periféricas para mudanças socioeconômicas tem sido frequentemente minimizada em relação aos grandes centros urbanos que foram considerados, até recentemente, mais vitais ao desenvolvimento de complexas cidades organizadas. Os resultados da pesquisa descritos aqui ilustram uma mudança na abordagem metodológica. Esse enquadramento conceitual foi desenvolvido para compreender mais seguramente as múltiplas facetas da evolução humana nessa região do Oriente Próximo durante a era pré-datação ou contemporânea ao primeiro uso da escrita.

Mesopotâmia no terceiro milênio AEC

Estudos da urbanização na região do Habur do terceiro milênio AEC estão, por-

A CULTURA E A CIVILIZAÇÃO URBANA NA SÍRIA JERIZA

tanto, começando a aprimorar nosso entendimento da história oriental antiga. As conhecidas invasões sargônidas nessa região agora parecem ser apenas uma resposta para o desenvolvimento prévio de grandes forças urbanas centralizadas, que podem ser associadas às ligeiramente posteriores inscrições Hurritas. A região do Habur e a região de agricultura de sequeiro nas proximidades de Aleppo e Tell Mardikh podem ter representado ameaças similares para as forças urbanas da Mesopotâmia Meridional (WEISS, 1983, p. 50).

A história inicial da Mesopotâmia deve inevitavelmente começar com uma referência, mesmo que breve, à era pré-histórica. Por volta da metade do quarto milênio AEC, o povo conhecido como sumério (provavelmente nativos da área) desenvolveu uma cultura altamente avançada e bem-sucedida na parte inferior do aluvião da Mesopotâmia. Essa cultura foi apelidada Uruque, o nome de sua mais famosa e importante cidade. Com a conquista do urbanismo e a invenção da escrita, o povo Uruque foi também bem-sucedido em estabelecer uma rede de enclaves comerciais nos territórios vizinhos, incluindo a parte superior do aluvião.

O grau de influência que esses enclaves exerceram sobre as áreas periféricas foi desigual, alcançando colonizações inteiras, como era claramente o caso da seção superior do aluvião, a região da Diyala, e da Susiana, a empreendimentos coletivos com a população local, como pode ter sido no caso da Mesopotâmia Superior e Anatólia. (FREEDMAN, 1993, p. 724). A expansão Uruque teve seu fim durante a última fase do quarto período Uruque ou, o mais tardar, no começo do terceiro período (Jemdet Nasr) Uruque (ca. 3100 AEC). Naquele tempo, a rede de enclaves colapsou completamente e a influência do sul minguou na periferia. Concomitantemente a este desenvolvimento, houve a reafirmação das tradições nativas em toda aquela área e o surgimento de estruturas de poder local.

Como resultado dessa mudança momentânea, desenvolveu-se durante o período da Dinastia Inicial (ca. 2900-2750 AEC) uma estrutura de poder completamente nova no aluvião da Mesopotâmia. Nesse novo quadro, que permaneceria praticamente inalterado por mais de um milênio, a influência suméria foi confinada primariamente à seção inferior do aluvião, a histórica terra da Suméria, ou Babilônia do Sul.

A seção superior do aluvião, a terra de Acádia, ou norte da Babilônia, se estendendo tão ao norte quanto a moderna Bagdá, tornou-se o lar do acádios se-

mitas, apesar de ser possível que estes (não necessariamente acádios) já tenham vivido no norte da Babilônia por séculos, coexistindo pacificamente com colonos sumérios. Foi provavelmente só no período da Dinastia Inicial (DI) I que essa região, como qualquer outro território periférico impactado pela expansão Uruque, viu o desenvolvimento de um sistema político e econômico nativo. Esse sistema foi, de forma significativa, amplamente independente, compartilhando acentuatadamente uma estrutura diferente das que existiam naquele tempo no sul da Babilônia.

A diferença na organização do sul e do norte se provou muito duradoura, e não será um exagero falar que a história subsequente da Babilônia, até pelo menos 1500 AEC, foi moldada, em grande parte, pela contrastante natureza dos dois sistemas. É, portanto, necessário neste ponto desenhar um breve esboço dos dois sistemas, com um entendimento implícito de que o que é oferecido é um modelo simplificado. O quadro real envolveu muito sombreamento e sobreposição, especialmente na área central do aluvião, onde as influências meridionais e setentrionais se encontraram. Entretanto, é certo que a origem da cidade-Estado deve ter sido extremamente antiga, certamente voltando ao período Uruque.

As cidades-estados se limitavam contiguamente entre si, e existia (se existia) um pequeno espaço neutro entre elas. A sociedade era encarada como uma comunidade de templo único, com todos os seus membros permanecendo no relacionamento subserviente perante o mesmo deus. Distinções de classe e sociais eram comparativamente insignificantes, com estratificação sendo baseada na riqueza em vez da origem. Essas características – e o fato de a mobilidade social ser surpreendentemente alta – deu ao Sul um distintivo caráter igualitário. Muito significativamente, a escravatura era virtualmente desconhecida. Para sua economia, a cidade-estado dependia do sistema descentralizado de residências-templo autossuficientes, que controlavam a maior parte dos recursos do Estado – mais notavelmente, quase tudo de sua terra agrícola. Propriedades privadas de terra eram insignificantes e parecem ter sido limitadas a pomares.

Na verdade, o setor privado como um todo era fraco e pobremente desenvolvido. A organização no norte da Babilônia e o crescimento da civilização naquela região era visto basicamente como um processo de aculturação pelo qual a população seminômade do Norte foi trazida para a órbita da superior civilização sumeriana. Como consequência, há a visão (ainda comum na literatura) do

A CULTURA E A CIVILIZAÇÃO URBANA NA SÍRIA JERIZA

Norte como uma extensão um pouco atrasada do Sul. A descoberta dos arquivos de Ebla emerge como um fenômeno por si só. O desenvolvimento de Ebla era contemporâneo ao de seu vizinho do sul e amplamente independente dele. Essa descoberta foi parte de um quadro muito maior que também envolveu o norte da Síria, a região da Diyala e talvez ainda a Mesopotâmia Superior. (FREEDMAN, 1992, p. 725). Esforços dos governantes sargônidos iniciais foram primariamente em direção à tarefa de expansão territorial.

Dentre as posses dos sargões acádios, já se incluíam o oeste do Irã, o Norte da Síria, a maior parte do norte da Mesopotâmia e provavelmente até a Capadócia. As regiões de Sargão e seus dois filhos, Rimush e Manishtushu, constituíram o estágio formativo do Império Sargônido. Durante o período, o império adquiriu sua forma física, mas não houve muito esforço para transformá-lo em um sistema articulado. Esses primeiros reis sargônidos também falharam em desenvolver uma compreensiva política imperial. Tanto a tarefa da criação de uma política quanto da consolidação de um império caiu sobre Naram-Sin.

Durante o reinado de Naram-Sin, o Império Sargônido alcançou o zênite do seu poder e influência, tornando-se um modelo paradigmático que seria emulado pelos futuros governantes mesopotâmios. Parecia que o Sol nunca se poria em Acádia; seus cais transbordando de produtos exóticos e materiais, suas ruas repletas de estrangeiros. As artes e literatura floresceram, atingindo tamanhos de expressão artística sem precedentes. (FREEDMAN, 1992, p. 728).

A cultura e a civilização urbana na Jezira Síria durante a Idade do Bronze Inicial

O sítio arqueológico em Jezira nos anos mais recentes, e também em anteriores, tem produzido artefatos e construído estruturas que claramente apontam a um assentamento bastante denso nas planícies de agricultura dependente de chuva e nos vales dos rios de Jezira. A evidência textual dos primeiros textos da Mesopotâmia Meridional: a era que deveríamos chamar de Mesopotâmia Superior é próxima à Jezira arábica.

O território a nordeste foi uma sociedade urbanizada e socialmente desenvolvida já no começo do terceiro milênio AEC. O método básico de subsistência era a agricultura, mas o fato de que isso dependia de precipitações em devida quantidade e no momento certo adicionou um aspecto de insegurança à pro-

dução de subsistência e ao assentamento permanente. Portanto, a agricultura esteve sempre intimamente conectada com a vida pastoril, respondendo mais flexivelmente às condições naturais em mutação. Normalmente, tanto pastores e quanto camponeses pertenciam ao mesmo grupo de pessoas, de um ponto de vista étnico ou linguístico. Era uma divisão de trabalho, ou melhor, um ganho de subsistência com intensidade diferente de acordo com a temporada. Os pastores são intimamente relacionados à parte sedentária do grupo; a clara divisão entre os filhos do deserto, os Beduínos, e as pessoas sedentárias foi resultado de um desenvolvimento muito atrasado. Outro método de subsistência era o artesanato e, quando o nível de produção e organização social era alto o suficiente, poderia servir como subsistência básica.

Isso era especificamente verdade para os centros urbanos, que impulsionaram um artesanato especializado, não servindo apenas para as necessidades de um grupo local. Artesãos especializados fizeram alguns negócios, mas de forma diferente daquela dos mercadores de tempo integral, que mediavam bens entre o produtor e o consumidor. (KLENGEL, 1996, p. 1). No final do quarto milênio AEC, Jezira entrou no horizonte econômico de centros na Mesopotâmia Central e Meridional que emergiram em um período que podemos chamar de a primeira urbanização. Na terminologia arqueológica, esta denominação está amplamente ligada ao nome da cidade de Uruque, e os produtos típicos de sua cultura, tal como estruturas de construção, cerâmica e tabletes de argila com números aparecem em vários lugares ao longo do Eufrates Médio, entre eles Habuba Kabira e Jabal Aruda, mas também em Jezira e até no Sudeste da Anatólia. (G.ALGAZE, 1993, p. 20)

Com terminologia exagerada, denominou-se, portanto, de “o sistema mundial Uruque”. Definindo uma rede de sítios de escavação certamente conectados por rotas comerciais e se estendendo do golfo até a área dos Montes Tauro. Durante o terceiro milênio AEC, rotas de comunicação cruzaram a Jezira e trouxeram alguns de seus centros para as evidências textuais da tradição mesopotâmica e do Norte da Síria (Eblaico). Porém, até onde se sabe, não há recursos locais importantes que poderiam ter atraído os mercadores, exceto por basalto, madeira, ou alguns produtos de agricultura local.

Nenhum depósito de pedras preciosas ou de minérios metálicos é conhecido por ora, mas os minérios de cobre da Ergani, não tão longe de Jezira, poderiam

A CULTURA E A CIVILIZAÇÃO URBANA NA SÍRIA JERIZA

também ter atraído as cidades-estados da Mesopotâmia Central e Sudeste. Os centros políticos e econômicos da Mesopotâmia Central, na linha de Kish, tinham laços tradicionais especialmente com a Mesopotâmia Superior e o norte da Síria. A sua estrutura social e orientação eram claramente diferentes da cidade-estado sumeriana do Sul, mais próxima àquela do Norte. (STEINKELLER, 1993, p. 107-129). Nesses casos, o negócio tornou-se uma possibilidade de subsistência, gerando lucro a partir da passagem de caravanas, guiando, acomodando e fornecendo-lhes suprimentos.

Assim, parece que o papel realizado por Jezira no sistema econômico desse período teve base majoritariamente em sua posição na rede inter-regional de comunicação. Os artefatos escavados em diversos sítios podem refletir alguma influência exercida pelo contato ocasionado por sua situação geográfica.

Os arquivos cuneiformes de Ebla (Fig. 2), datados em torno do meio do terceiro milênio AEC, demonstram outra direção dos contatos da Mesopotâmia Superior. Baseava-se principalmente no comércio de bens movidos ao longo de rotas sobretudo pelos vales do Eufrates e Habur, mas também passando por outras áreas onde a água era abundante o suficiente para os animais das caravanas.

A orientação de documentos econômicos de Ebla na direção a leste, Eufrates e além (MEYER, 1996) indicam outra oportunidade para os centros de Jezira lucrarem pelas rotas comerciais: um tratado comercial transmitido pelos arquivos de Ebla foi fechado entre esta e uma cidade chamada Abar-Qa/Sal, possivelmente localizada em algum lugar na região do Eufrates/Habur.



Fig. 2 - Tablete cuneiforme de Ebla que remonta à 2.300 AEC, conhecido como Tratado de Abarsal. Mais antigo tratado de paz conhecido entre a cidade-estado de Ebla e Abarsal.

Fonte: <https://vici.org/image.php?id=10166>. Acesso em maio de 2019.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

Mari e Ebla foram parceiras (e às vezes rivais) comerciais, e expedições militares foram empreendidas para tomar controle das rotas comerciais no oeste de Jezira ou na Síria Setentrional. No triângulo do Habur, cidades como Nagar (Tell Brak) e Urkish (Tell Mozan), obviamente tinham um papel econômico dominante, sendo ao mesmo tempo estações porta na estrada para as minas de cobre de Ergani. Poderia também ser sugerido que os bens provenientes do Irã, como lápis-lazúli e cornalina, chegaram em Jezira pela cidade de Ashur.

Ashur, não muito relevante como um centro de agricultura, cresceu em importância devido a sua posição no comércio. Por ela passava uma rota do norte de Jezira até o Habur e o Eufrates, ou cruzavam-se as áreas de agricultura dependente de chuva da Mesopotâmia Superior até o sudeste da Anatólia. A presença de materiais não locais como ouro, cristais, rochas, lápis-lazúli e cornalina nas evidências arqueológicas de vários sítios de Jezira podem indicar que esses lugares foram tocados por esse negócio e lucraram com ele.

Durante o período dos primeiros estados territoriais da Mesopotâmia Central e Meridional, as condições políticas de Jezira mudaram. Na medida em que a expansão geográfica dos reinados da Acádia e a terceira dinastia de Ur puderam seguramente ser realizadas, as rotas comerciais obviamente também serviram como linha de orientação para a expansão militar. Tell Brak e sua função administrativa para os estados territoriais da Mesopotâmia é claramente apenas um de vários possíveis testemunhos. A emergência da sociedade urbana no meio do Eufrates (ca. 2500 AEC, Idade do Bronze Inicial III) é ligeiramente mais tardia do que a do Khabur (ca. 2600 AEC, Leilan III D), se Leilan puder ser utilizada como indicador para a última área. A urbanização em Ebla parece ter ocorrido algum tempo depois disso, na Idade do Bronze Inicial (ca. 2400 AEC, Mardikh B 1). Se essa concepção de caminho de leste a oeste da urbanização for precisa, pode-se considerar que essa sequência de urbanização precoce na Síria reflete proximidade com a Mesopotâmia Meridional.

É claro que a elite da Jezira síria e Ebla estavam em muito contato com aqueles da Mesopotâmia Meridional, emulando seus estilos artísticos e adotando suas tecnologias administrativas (SCHWARTZ, 1997, p. 2). Comércio a longa distância, talvez envolvendo a Mesopotâmia Meridional, foi um fator importante para o desenvolvimento de sociedades complexas no meio do Eufrates, e lá a elite do oeste de Jezira baseou seu domínio em um sistema de financiamento

A CULTURA E A CIVILIZAÇÃO URBANA NA SÍRIA JERIZA

de riqueza, como oposição ao sistema de financiamento básico do Khabur e da Mesopotâmia Setentrional (SCHWARTZ, 1997, p. 3).

Enquanto o financiamento básico implica a mobilização de bens de subsistência distribuídos como pagamento por serviços à elite, o financiamento de riquezas envolve a aquisição de objetos de valor simbólico pela elite e sua distribuição a apoiadores, definindo um status individual e capacidades econômicas. Especializações em artesanato e trocas a longa distância tendem a assumir importância considerável nos sistemas de riqueza e finanças e no desenvolvimento significativo da especialização em artesanato, principalmente de metalurgias de cobre e bronze, evidente no meio do Eufrates do começo do terceiro milênio (as armas nos túmulos de Carquemis). Também evidente é o papel que o comércio intra e inter-regional pode ter tido no desenvolvimento dos centros urbanos de Jezira. (SCHARTZ, 1994, p. 5).

O desenvolvimento da civilização urbana na Jezira síria já tinha se iniciado no começo do terceiro milênio AEC, mas essa tendência urbana ignorou boa parte – se não a maioria – da população no início da Jezira síria urbana: aquelas pessoas vivendo em pequenos vilarejos e cidades no interior. V. Gordonchilde esteve entre os últimos a sugerirem um papel integral para o campo no desenvolvimento de uma sociedade complexa, notando que os padres, oficiais, artesãos e outros especialistas trabalhando e vivendo nas cidades tinham que confiar em excedentes agrícolas produzidos no campo para sua subsistência diária (CURVERS; SCHWARTZ, 1990, p. 3-6). Mas a natureza precisa da relação urbana-rural permaneceu não testada. Havia características diagnósticas de civilização urbana precoce, tais como especialização econômica, laboral e estratificação social primariamente urbana, ou poderia o interior ter tido maior parcela no desenvolvimento da urbanização?

Os centros urbanos de Jezira são apontados por evidências arqueológicas. A escavação de pequenos sítios rurais teve finalmente seu começo nos últimos anos, amplamente abastecida pela necessidade de operações de salvamento em áreas ameaçadas pelo desenvolvimento econômico e industrial. A escavação de sítios arqueológicos condenados pela barragem onde os tais projetos de resgate estavam localizados são, frequentemente, distantes de locais tradicionais de aglomeração urbana, assim convencendo os arqueólogos a voltarem sua atenção para locais rurais menores. As escavações em Raqai, no meio dos vales do Rio

Khabur do nordeste da Síria, foram explicitamente planejadas para investigar a organização social, econômica e política de um vilarejo do início da Mesopotâmia Setentrional urbana, examinando sua relação com o desenvolvimento de sociedades urbanas ao seu redor (SCHWARTZ, 1993, p. 121).

A escavação indica que Tell Raqai não era um vilarejo agrícola autossuficiente, mas uma comunidade especializada, com prováveis ligações econômicas com centros em outros locais (SCHWARTZ, 1994, p. 24). A construção arredondada com suas plataformas e silos nos níveis 3 e 4, assim como os complexos de silos externos, atesta a produção especializada e armazenamento massivo no sítio, e as impressões de selos e tabletas numéricas indicam a tecnologia administrativa empregada para acessar o grau de especialização e de segregação de atividades em Raqai 3 (SCHWARTZ, 1993, p. 122). A riqueza refere-se ao número de tipos de artefatos presentes em um conjunto, tal que áreas com baixo valor em riqueza (por exemplo, a zona industrial oriental e a área do templo) são propensas a terem tido um pequeno número de atividades ocorrendo, especializadas e/ou segregadas.

Uniformidade se refere à proporção relativa de cada categoria de artefato representada, de forma que áreas com pequeno valor de uniformidade (por exemplo, as áreas de templo) implicam um pequeno número de atividades predominantes (SCHWARTZ, 1997, p. 4). Variação na diversidade de conjuntos em Raqai tende a corresponder com a observada variação na arquitetura, sendo cada área a configuração para um particular grupo de atividades, aparentemente (SCHWARTZ, 1997, p. 5). Uma consideração de evidência dos sítios contemporâneos próximos nos permite comentar mais especificamente sobre a natureza das atividades especializadas em Raqai. Escavações em sítios adjacentes no Khabur Médio revelam que Raqai era parte de um complexo de pequenos sítios especializados distribuídos ao longo do rio (SCHWARTZ, 1994, p. 24).

Em Atij, 2 km a jusante de Raqai, o monte alto era composto de instalações interpretadas como armazém de grãos, associado a ferramentas administrativas, tais como símbolos de argila ou cálculos. Kerma, 2 km a montante de Raqai, fornece evidência conclusiva de que o armazenamento de grãos era uma preocupação primária dessas pequenas comunidades. Aqui o sítio estava dominado por uma instalação de um armazém fortificado preenchido por um grosso depósito de cevada carbonizada ainda *in situ*. Diferenciação na natureza de vestígios botânicos achados nos vários salões da estrutura sugerem que as instalações consistiam em

A CULTURA E A CIVILIZAÇÃO URBANA NA SÍRIA JERIZA

um armazém de grãos cercado por salas para processamento de grãos (SAGHIEH, 1991, p. 171-181). Poucos quilômetros a jusante no outro lado do rio em Tell Ziyadeh, escavações recentes têm descoberto em uma estrutura do início do terceiro milênio cubículos sem porta remanescentes dos silos de Raqai. Essa construção foi interpretada como uma instalação de armazenamento de grãos. Tell Bderi era um pequeno centro urbano que possivelmente controlava o acesso a essa série de vilarejos rurais especializados do terceiro milênio AEC no meio do Vale Habur.

Um massivo muro de fortificação, uma escarpa e um portão monumental, flanqueados em cada lado por uma torre quadrada, defendiam o sítio (PFALZNER, 1990, p. 63). Em contraste, nenhum muro protegia Tell McLebiya, um outro grande sítio. Além disso, seus escavadores não encontraram nenhum traço de armazenamento ou preparação de produtos agrícolas, apesar de o nível correspondendo à primeira metade do terceiro milênio só foi dificilmente alcançado por uma sondagem no pé da encosta. (LEBCAU, 1993, p. 83).

As camadas superiores de Tell Gudeda estavam expostas o suficiente para permitir a interpretação de que os ocupantes se envolveram em atividades de produção em pequena escala. A presença de vários lavatórios de gesso e fornos sugeriram a preparação de comida das reservas nos sítios vizinhos (por exemplo, Atij). Evidências de produção cerâmica e até fabricação de metal, como fragmentos de um cadinho, foram encontradas perto de um forno. Tell Mulla Matar no meio do Vale Habur produziu vários níveis de ocupação do terceiro milênio AEC.

Em Tell Ummqseir e Tuneinir, sítios mais fortemente representativos de outros períodos, os poucos vestígios do terceiro milênio AEC que foram escavados também não nos permitem interpretar sua função naquele tempo. A evidência da mudança arquitetônica nos sucessivos níveis do terceiro milênio AEC em Tell Rad Shagra fornece uma base de dados rica a partir da qual se podem derivar e testar hipóteses de composição familiar e organização social. Tell Raqai nível 3 (ca. 2600 AEC), provavelmente contemporânea à fase média de Red Sagra 3 de casas com dois cômodos, tem um padrão de vizinhanças diferenciadas: a oeste havia, provavelmente, casas de dois cômodos acomodando famílias nucleares; a norte, uma área de templo fechada; a leste, havia pequenos cômodos, fornos e uma plataforma de tijolos em um tipo de zona industrial; e a sul, havia uma grande construção arredondada.

Pela evidência arquitetônica em Tell Red Shagra, entendemos que o sítio era um pequeno sistema urbano local do terceiro milênio AEC nas planícies do Habur (BIELIŃSKI, 1992, p. 77-85). Em uma revisão de instalações de armazenamento em sociedades tradicionais, argumentou-se que o armazenamento centralizado em larga escala de bens essenciais poderia ser interpretado como uma correlação material de finanças essenciais no sistema, característica de complexas chefaturas ou estados primitivos, em que os bens básicos mobilizados pela população são estocados e utilizados para pagar o fornecimento de serviços pessoais para a elite, enfatizando a tendência de autoridades centrais de coletarem grãos para estocar materiais em instalações centralizadas burocraticamente geridas.

A escala das instalações em Raqai e os outros centros especializados no Khabur Médio, relativos à pequena população local, indica que os bens processados no Khabur Médio foram destinados a consumo em outro lugar. Os sítios do período Ninivita V no Vale Khabur Médio são assentamentos muito pequenos, o maior provavelmente sendo Tell Bderi (cerca de 5 ha em área), e nenhuma ocupação contemporânea significativa foi atestada nessa zona de estepe em nenhum dos dois lados do vale do rio.

Dada essa conclusão, as discussões de Earle e Daltroy sobre finanças básicas e a tecnologia administrativa associadas às instalações no Khabur Médio (selos cilíndricos e selagem, tabletes numéricos, fichas de argila) nos oferecem a seguinte hipótese sobre trabalho: as atividades especializadas dos sítios no Khabur Médio foram conduzidas para o benefício da elite, baseada em centros maiores fora dali, que coletava os excedentes agrícolas para apoiar seus funcionários dependentes. Se considerarmos o processamento de grãos e as atividades de estocagem em Raqai como conduzidas a serviço de um grupo de elite, por exemplo, o templo de Raqai poderia ser interpretado como evidência para uma legítima coleção de selos, um fenômeno bem documentado em outros lugares (SCHWARTZ, 1994, p. 28).

Um argumento adicional a favor da associação do complexo no meio do Khabur às políticas de outros lugares é o denso assentamento da área no terceiro milênio. Sítios foram observados em uma pesquisa de superfície, e a ocupação do período Ninivita V foi confirmada em pelo menos dez de vinte sítios escavados do terceiro milênio AEC. Evidências disponíveis indicam que o assentamento em Tell Raqai e sítios especializados associados ao longo do Khabur Médio foram fundados no começo do período Ninivita V médio. Esses dados parecem

A CULTURA E A CIVILIZAÇÃO URBANA NA SÍRIA JERIZA

indicar um assentamento massivo ou até colonização da região no terceiro milênio AEC, talvez sob auspícios do desenvolvimento de unidades políticas em regiões adjacentes (SCHWARTZ, 1994, p. 29).

Talvez também análogo seja o recentemente descoberto sistema de postos avançados datado do começo do terceiro milênio AEC na região de Hamrin, no Iraque central (Tell Razuk, Tell Gubba, Tell Madhkur, e outros), aproximadamente contemporâneo ao sistema do Khabur Médio e também composto de um conjunto de pequenas comunidades especializadas em uma área marginal, provavelmente associado a uma política complexa.

Esses sítios incluem grandes construções circulares com arquitetura abobadada curiosamente remanescente das construções arredondadas de Raqai. Os sítios de Hamrin podem ser interpretados como postos avançados militares de cidades-estados na Baixa Diyala, tal como Eshnunna, enquanto uma revisão por Trümpelmann mantém que as construções arredondadas de Gubba VII foram utilizadas primariamente para armazenagem de grãos (SCHWARTZ, 1994, p. 31).

As extensas planícies argilosas da Jezira Setentrional fornecem um excelente exemplo de povoado com hierarquia de três camadas. Aqui há um padrão pré-existente de dispersos assentamentos menores desenvolvidos em uma hierarquia classificada EBA, dominada por Tell Aw Hawa. Uma amostragem detalhada nesse sítio permitiu que David Tucker delineasse uma área de cerca de 66 ha totalmente ocupada do terceiro milênio tardio.

A distâncias de 9-12 km estavam centros secundários em Tell Samir (19 ha), Khraba Tibn (17 ha) e Abukula (10 ha), abaixo dos quais, ocupando a base da hierarquia, encontravam-se satélites e outros sítios com áreas de 1-5 ha. A maioria dos sítios de posição inferior estavam a 3-5 km do centro de seus centros mais próximos; apesar disso, vários sítios menores de afiliação incerta foram registrados durante o começo do terceiro e segundo milênios AEC durante os períodos Ninivita V e Khabur. Um anel distintivo de assentamentos satélites se desenvolveu ao redor de Tell Al Hawa. Estes estavam virtualmente extintos durante a máxima urbanização do terceiro milênio médio – até o tardio –, talvez como um resultado da extensão das zonas de uso da terra em Tell Al Hawa, quando a maior parte da agricultura era conduzida a partir do centro. (Wilkinson, 1994, p. 487-488).

Durante o período Ninivita V seguinte, o desenvolvimento em direção à ur-

banização aparentemente não progrediu muito em centros como Nínive, Kirkuk e Erbil, onde os períodos mais antigos quase foram obliterados pela continuidade do assentamento. Eles poderiam já ter alcançado o *status* urbano durante esse período, assim como Tell Brak (que até agora mostra níveis do período da Dinastia Inicial) e alguns centros inexplorados na área de Tell Afar, mas também é verdade que não temos evidência clara de nenhum centro urbano real. Isso é particularmente notável se considerarmos o fenômeno da urbanização como ligado ao problema da emergência de proto-estatais, estruturas que tinham seus centros nas cidades, a partir de onde estas exerciam controle sobre o campo circundante por meio de um aparato administrativo complexo.

O período Ninivita V notavelmente carece de construções monumentais, que deveriam estar presentes em qualquer sociedade urbana (ROVA, 1988, p. 191). Se isso puder ser parcialmente devido às chances de descoberta, a ausência de textos escritos e a limitada distribuição do selo cilíndrico como ferramenta administrativa são ainda mais notáveis. Apesar de o uso de metal ter gradualmente aumentado e os ornamentos pessoais mostrarem certa variedade, a presença do artesanato especializado ainda era bastante limitada e a estratificação de riqueza não era muito desenvolvida, de forma que podemos entendê-la pelo espólio sepulcral e estruturas de moradia (ROVA, 1988, p. 192).

Durante o período Ninivita V, no entanto, o modelo seguido a norte parece ser pré-urbano. O território era mais provavelmente organizado como uma rede de vilarejos que reconheciam a autoridade dos líderes residindo nos centros principais, alguns dos quais controlaram não só o campo circundante, mas também as principais rotas de comércio. Visto que não temos evidência de que a autoridade foi exercida por líderes militares ou religiosos (nenhum templo monumental ou centro fortificado foi encontrado) e as únicas construções públicas conhecidas são celeiros e dispensas, a autoridade era principalmente civil, baseada no controle da produção agrícola e do comércio.

Apesar disso, até em alguns sítios de tamanho muito pequeno como Tell Raqai e Tell Atij, poucos objetos valiosos (selos metálicos, contas) foram encontrados e nenhuma acumulação de riqueza é atestada em nenhum lugar, o que aponta, além disso, uma sociedade mais descentralizada. O assentamento Ninivita V dá a impressão de prosperidade generalizada. As razões têm que ser procuradas, em primeiro lugar, na natureza agrícola do território: toda a área da

A CULTURA E A CIVILIZAÇÃO URBANA NA SÍRIA JERIZA

cultura Ninivita V está incluída no limite demarcado pela isoietas, representando uma média de 200 mm de precipitação anual.

A última é o limite mais baixo para agricultura de sequeiro de grãos nessa área. Uma olhada no mapa publicado por D. Oates em 1968 mostra claramente que os limites da distribuição de cerâmica do Ninivita V (Fig. 3) a sul e sudoeste correspondem exatamente a essa isoietas, enquanto a norte e leste são marcados pelas extremidades, respectivamente, do Tauro Oriental e das Montanhas Zagros. A área inteira é relativamente homogênea em seus recursos, apesar de variações locais óbvias causadas, por ora, pela presença de cursos de água perenes e baixas colinas. Essa topografia deve ter sido um elemento consideravelmente coeso no desenvolvimento da cultura Ninivita V. A hipótese que a economia era essencialmente agrícola é confirmada pela presença de vários sítios com estruturas bastante complexas para armazenamento de cereais, assim como um grande número de moinhos manuais e lâminas de foice.



Fig. 3 – Exemplo de cerâmica Ninivita 5.

Fonte: Wikimedia Commons. Disponível em https://en.m.wikipedia.org/wiki/File:Painted_Jar_-_Ninevite_5.jpg.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

Como é ainda o caso, o cultivo de cereais foi certamente integrado à reprodução de uma pecuária menor, tal como ovelhas e bodes – este especialmente nas áreas onde a precipitação escassa dificultava o cultivo de cereais, como na região sul de Jebel Sinjar, que fica muito próxima à isoietas de 200 mm. A pecuária animal pode, em parte, ter sido executada por pessoas pertencentes a tribos nômades ou seminômades, cujas relações com os habitantes dos vilarejos podem ter variado de acordo com as circunstâncias.

Se esses grupos existiram, todavia, eles não deixaram evidências materiais de sua presença. Como atestado, a cultura Ninivita, na verdade, era totalmente sedentária. A exploração agrícola na área do Khabur Médio pode ter sido conduzida por políticas do Khabur Superior, por exemplo, com o intuito de maximizar a produção de excedentes agrícolas. O triângulo do Khabur Superior de uadis afluentes era o sítio de grandes centros urbanos do terceiro milênio, tais como Tell Mozan, Tell Brak e Tell Leilan, com Tell Chuera localizado a oeste do triângulo.

Todos esses centros estavam ocupados em alguma medida no tempo do Ninivita V e presumidamente sofreram expansão e, pelo menos em alguns casos, circunvalação no terceiro milênio médio (WEISS, 1990, p. 193-218) Essas comunidades – muito provavelmente os centros administrativos do desenvolvimento de chefaturas avançadas de estados primitivos – são as mais próximas a grandes centros para os assentamentos do Khabur Médio e candidatas apropriadas para locais associados àquele complexo. É difícil explicar, no entanto, porque os centros das planícies de agricultura dependente de chuvas do Khabur Superior teriam explorado as terras agrícolas marginais do Khabur Médio, onde se requeria irrigação, quando haveria amplos campos de agricultura dependente de chuva na área. Uma possível explicação é a circunscrição política: a expansão de uma política localizada na parte sul do Khabur Superior pode ter sido impedida, pela competição de poderes no Norte, deixando apenas as terras marginais dos sítios especializados do Khabur Médio do terceiro milênio, fundados na época inicial até a média do Ninivita V (Leilan III A ou III B), em operação bem antes da urbanização e circunvalação do centro melhor datado do Khabur, Tell Leilan, no fim do período Ninivita (Leilan III D) (Schwartz, 1994, p. 29). Tell Leilan é uma das três maiores cidades do terceiro milênio AEC na planície do Rio Habur. Essas cidades ocupavam de 75 a 100 ha em tamanho máximo e eram dominadas

A CULTURA E A CIVILIZAÇÃO URBANA NA SÍRIA JERIZA

por 15 ha. Tell Leilan tornou-se o principal centro na metade do terceiro milênio AEC e a capital política da região no início do segundo milênio AEC.

Do primeiro assentamento no sexto milênio AEC até o século XXVI AEC, Tell Leilan era uma pequena comunidade agrária, típica de assentamentos dispersos nas planícies alimentadas pela chuva da Mesopotâmia Setentrional. Durante o período Tell Leilan III D (2600 a 2400 AEC), padrões de assentamento na Planície do Habur ou na estepe assíria foram radicalmente alterados com a súbita emergência de uma sociedade nativa em nível de Estado, como visto na cidade amplamente planejada em Tell Leilan e a reorganização de assentamentos sobre a região. O assentamento em Tell Leilan expandiu-se mais de seis vezes dentro de 2.000 anos; a cidade cresceu de um assentamento com 15 ha baseado em acrópole para 100 ha, consistindo na cidade mais inferior de Tell Leilan e assentamentos estendidos a oeste e leste. Escavações na acrópole revelam que a economia simples do vilarejo era baseada em coleta e armazenamento centralizados e redistribuição.

Na área anteriormente ocupada por uma arquitetura doméstica de pequena escala, um bloco de despensas retangulares (maiores do que 200 m) foi construído. O recebimento e distribuição de lojas estavam nas mãos de uma administração central, como refletido em 188 portas quebradas e selagens de vasos de argila recuperadas dentro das despensas. As impressões da escala dos cilindros nas selagens são imitações locais de Subartu da Dinastia Inicial II-III, a iconografia de cenas de banquete da Mesopotâmia Meridional contemporânea. Isso sugere que os estados do Norte emularam a iconografia administrativa do Sul para legitimar o poder de um nascente estado administrativo e redistributivo.

Esse contato cultural norte-sul resultou de um período de 300 anos de estranhamento entre um e outro. As razões para esse período de estranhamento e um súbito reestabelecimento de contato permanecem a ser determinadas. As estratégias econômicas urbanas e de uso misto da terra centralmente administradas que se desenvolveram no período III D podem ter presenciado vantagens adaptativas ao facilitar a produção agrícola máxima sob variabilidade de precipitações aumentada.

O crescimento súbito de Tell Leilan, Tell Mozan e Tell Brak, cada uma com 75-100 ha, transformou as planícies do Habur em uma paisagem urbana dominada por três centros equidistantes com territórios aproximadamente equiva-

lentes. Uma hierarquia de assentamento com três ou quatro camadas otimizou a produção agrícola e o transporte na região de Tell Leilan. Essas mudanças no assentamento e em organização política foram parte de um processo de formação de estado e urbanização em toda a região. Centros como Tell Mozan, Tell Leilan, Tell Al Hawa, Ninua e Tell Taya desenvolveram-se de 50 a 80 km distantes, em locais onde as precipitações e fertilidade do solo eram mais favoráveis.

No Sul, a Suméria também era transformada simultaneamente pela interação com Subartu. O primeiro palácio sumeriano apareceu nesse tempo, do período final da Dinastia II ao inicial da Dinastia III A, em pelo menos sete cidades principais. A transição de templo para regime secular marcou um realinhamento radical de estruturas políticas internas e foi, em parte, uma resposta à redução no fluxo de água no Eufrates. O modelo dessa transição pode ter derivado do contato sumeriano com Subartu (WEISS, 1993, p. 998). A consolidação de uma complexa administração de estado nas cidades de Subartu é marcada em Tell Leilan durante o período II A (2400 a 2300 AEC) pela construção de um abrangente muro de defesa de 2 m ao redor da acrópole, seus armazéns e prédios administrativos, e pela aparição de notações numéricas baseadas em círculos e linhas verticais sobre a borda de grandes vasos de armazenagem de cereais.

A mudança organizacional do Estado nesse período é também documentada pela reforma do fino artesanato nas cerâmicas, um trabalho intensivo, e a primeira aparição de cerâmicas produzidas em massa. Cavalos, mulas ou grande onagros são documentados na contemporânea rua sul da cidade inferior. Esses animais foram provavelmente usados para transportes de rodas da colheita de cereais. Durante esse período, o poder militar do campo de Subartu era aparentemente unido e poderia ter juntado forças com estados do Irã Meridional-Occidental (Elam) e a região central do Eufrates (Mari) para atacar a Suméria, que estava dominada por uma cidade, Lagash.

De aproximadamente 2300 a 2200 AEC (período II B), a Mesopotâmia Meridional foi unida sob o governo de Sargão da Acádia e sua dinastia de sucessores. Governantes acadianos imperializaram a produção agrícola baseada em irrigação na Mesopotâmia Meridional e expandiram-na a regiões adjacentes de agricultura dependente da chuva, onde a produção poderia ser intensificada. Documentos e monumentos recuperados de Tell Brak indicam que os acadianos controlaram Tell Leilan e Tell Mozan através de sua colocação imperial em Tell

A CULTURA E A CIVILIZAÇÃO URBANA NA SÍRIA JERIZA

Brak (WEISS, 1993, p. 998).

Algumas características do controle acadiano foram identificadas em Tell Leilan durante o período II B:

1. A redistribuição populacional de sítios aparentemente centralizados dentro de Tell Leilan parece ter sido direcionada a remover centros secundários locais e a elite da administração da produção. Vilarejos aparentam ter sido mantidos no lugar para sustentar a produção imperializada. Um padrão similar de assentamento durante o período acadiano é documentado em Tell Al-Hawa, 80 km a leste de Tell Leilan (WILKINSON, 1990, p. 56).

2. Restos de fornos do período II B documentam a produção de vasos de 0,3 e 1,5 L com tamanho padrão. As bordas e pedaços de base demonstram que esses vasos ocorreram apenas durante esse período em Tell Leilan. Essas observações sugerem que eles foram utilizados para distribuir, ao trabalhador acadiano padronizado, rações de cevada e óleo, que vêm sendo documentadas em epígrafias (WEISS, 1992, p. 16).

3. Um muro de cidade foi construído pela primeira vez. O duro solo virgem de calcário calcítico foi escavado de 0,5 a 1,5 m de profundidade. Então, dois muros concêntricos de tijolo de lama, ou casamatas, foram colocadas nessas escavações.

Os muros interiores e exteriores tinham 8 m de espessura; um muro interno, talvez uma passarela entre os dois, tinha 1 m. No lado setentrional da cidade, onde havia uma depressão natural e um aumento de proteção oferecido, uma muralha de terra foi construída escavando-se uma vala de 10 m de largura e profundidade, e então amontoando-se o solo virgem de escavação. Um muro de cidade também foi construído em Nínive, o centro regional no Rio Tigre, 150 km a sudeste de Tell Leilan, onde um filho de Sargão estabeleceu o controle acadiano (WEISS, 1993, p. 999).

4. Para além da reorganização acadiana de produção, e em resposta à diminuição contínua na descarga de água e ao assoreamento que começou no período III B, cursos de água foram estabilizados pela canalização e repetidas desobstruções.

Essas ocupações podem também refletir no conhecimento acadiano na gerência de canais desenvolvido na Mesopotâmia Meridional. Na vala D, essa água gerenciada é registrada dentro de uma sequência de 4 m de entrincheiramento

em solo virgem de calcário cálcico, aterros de grandes blocos de basalto e massas de lodo à base d'água e seixos que foram retirados do canal no lado oriental de Tell Leilan.

Ocupações durante o período acadiano tardio em Tell Leilan, Tell Brak e outros sítios de agricultura de sequeiro, assim como os textos de sítios de agricultura de sequeiro e sítios da Suméria do período acadiano tardio, documentam uma economia imperial em recuperação, sustentando comércio a longas distâncias, bem como construção de edifícios monumentais e projetos massivos de agricultura (LIVERANI, 1993, p. 138-139).

O imperialismo desse período criou a ideologia de unificação econômica, étnica e regional que legitimou todas as estruturas imperiais assírias e babilônias subsequentes. Em aproximadamente 2200 AEC, as ocupações dominadas do período II B, de Tell Leilan e Tell Brak, foram repentinamente abandonadas. A subsequente ocupação remanescente em Tell Brak foi limitada a metade da área previamente ocupada (MALLOWAN, 1947, p. 22). Em Tell Leilan, um hiato ocupacional se estendeu até a reocupação, historicamente datada do começo do período I (1990 a 1728 AEC), documentada em cada sondagem no sítio.

Abandonos similares são evidentes em quase todos os sítios escavados sobre as planícies do Habur e Assíria desse período, incluindo os sítios escavados de Chagar, Bazar, Arbid, Germayir, Mohammed Diyab, Tell Bderi, Kash Kashuk, Abu Hgeira 1, Melebiya, Tell Taya, e Tepe Gawra. Pesquisas de superfície sobre as planícies do Habur falharam em identificar coleções de cerâmica para esse período. Reconhecimento da superfície de Tell Al Hawa, leste de Tell Leilan, também indica um hiato ocupacional. A oeste, na adjacente drenagem do Balikh, Tell Chuera e Jidle foram abandonados, a ocupação turcomena de el Hammam foi reduzida, a ocupação do sítio no norte da drenagem do Balikh diminuiu em 36% e assentamentos ao longo do Eufrates ao norte de Bicerik foram reduzidos ou abandonados. A documentação epigráfica existente da Mesopotâmia Meridional sugere que apenas ocupações remanescentes permaneceram em Urkish, Tell Mozan e Nínive. Nós rotulamos esse período de abandono como “hiato do Habur” (WEISS, 1993, p. 999).

A presença de artesãos e mercadores em vilarejos

Os artesãos rurais primariamente manufaturaram bens essenciais destinados a

A CULTURA E A CIVILIZAÇÃO URBANA NA SÍRIA JERIZA

consumidores rurais, novamente com o resultado de que os camponeses estavam apenas minimamente dependentes das cidades para bens manufaturados (SCHWARTZ, 1994, p. 2-6). Finalmente, os assentamentos e a civilização urbana na Jezira inicial podem ser entendidos como uma resposta à sua localização na periferia de uma economia urbana cujo centro estava para ser encontrado mais a sul. O assentamento aparentemente súbito no Vale Habur Médio nesse tempo pode ser relacionado ao estabelecimento de uma civilização urbana na Mesopotâmia Setentrional.

Contudo, deveria-se manter em mente que os estudos recentes conduzidos na margem do vale indicam uma possível ocupação contínua da região por populações seminômades (HOLE, 1991, p. 17-22). Assim, apenas a conclusão da análise de dados arqueológicos determinará se o assentamento deste vale pode ser inteiramente atribuído a uma revolução urbana local ou é mais bem considerado um fenômeno meridional explicado por um padrão de troca econômica envolvendo o vale como um supridor de produtos agrícolas.

Conclusões

Finalmente, a Jezira Superior é uma das partes mais favoráveis da crescente fértil adequada para assentamentos. O nível topográfico, os profundos solos férteis marrons, a precipitação anual alta, os fluxos perenes e as rasas águas subterrâneas induziram a padrões de assentamentos-antro tão cedo quanto nos tempos pré-históricos. Particularmente, a grande sinclinal entre as anticlinais Abd-Al-Aziz-Sinjar e Tur Abdin-Karachok Dag tem sido cenário de densa ocupação por vários milênios. Na área sul dos montes de Abd-Al-Aziz-Sinjar, o assentamento permanente foi restrito principalmente ao Vale Habur. Lavatórios isolados com recursos de água revelaram ocupação em vários períodos, com a ausência de sistemas permanentes de assentamento no terceiro e segundo milênio AEC (PFALZNER, 1985, p. 178-184).

Nessa fértil zona de agricultura dependente de chuva, com um alto potencial para agricultura de sequeiro, uma multidão de cidades-estados parece ter florescido desde o quarto milênio AEC. Chefes locais podem ter dominado seus vizinhos mais fracos, o que resultou na ascensão de cidades capitais. Contudo, tal concentração de poder político e a conseqüente mudança da população em direção a esses centros pode ter sido autodestrutiva, visto que a capacidade de

colheita de terras sob agricultura de sequeiro tradicional foi bastante limitada.

As terras podem ter sido excessivamente pastadas e os solos gradualmente empobrecidos quando a densidade agrícola se tornou alta demais. O sul de Hasseke, no Vale Habur Médio, pertence a uma zona que permite agricultura de sequeiro. Os trechos aráveis ao longo do rio Habur, contudo, estão situados na margem sul da área de fértil agricultura dependente de chuvas da Jezira Superior, com a menor média anual de precipitações.

Agricultura de sequeiro, a base econômica das cidades-estados do terceiro milênio AEC, é possível com uma precipitação anual de mais de 250 mm. No momento, a isoietas de 200 mm corta o vale em Shadadah, a sul da margem da anticlinal de Abd-Al-Aziz-Sinjar. A topografia plana, férteis solos argilosos e águas superficiais abundantes dentro do alcance da tecnologia antiga fizeram um assentamento nesse vale marginal ser possível (CURVERS, 1986, p. 1-29). A evidência do Habur Médio disponível, portanto, indica a presença de pequenos sítios especializados para a coleta, processamento, e distribuição de produtos agrícolas nos complexos de armazenamento centralmente localizados no fim do período Ninivita V; em associação com uma sofisticada tecnologia administrativa, são geralmente indicativos de acumulação de recursos pelos grupos de elite e conseqüentemente significam a presença de um relativo alto nível de complexidade política. A economia de “finanças básicas” de chefaturas complexas e estados é frequentemente caracterizada por tais centros de armazenamento.

É possível que as atividades executadas nos sítios do Habur Médio estavam sendo conduzidas para o benefício da elite baseadas nos grandes centros fora do Vale do Habur Médio. O tamanho pequeno do assentamento contemporâneo no vale e a aparentemente baixa população da área relativa à escala de complexos especializados implicam um destino fora do vale para os bens produzidos. Uma exploração da área do Habur Médio por chefaturas complexas ou estados em áreas adjacentes pode ter sido realizada com intuito de adquirir uma base maior para a produção de excedentes agrícolas. A manutenção de sistemas políticos complexos com funcionários dependentes e construção de projetos para suportá-los requer uma base agrícola efetiva, com o aumento constante dessas necessidades podendo demandar uma intensificação na produção agrícola.

Tal intensificação poderia ser alcançada maximizando-se a produção por

A CULTURA E A CIVILIZAÇÃO URBANA NA SÍRIA JERIZA

hectare ou, como sugerido neste caso, expandindo posses territoriais. Mas onde teriam sido localizadas as políticas associadas e seus centros? A norte estavam tais sítios como Brak, Leilan e Mozan nas zonas agrícolas dependentes de chuva do Habur Superior. Leilan, estamos agora cientes, alcançou primeiro seus 90 ha de extensão no curso do período Leilan III D, aproximadamente contemporâneo ao Raqai 3.

É difícil de explicar, contudo, porque os centros das planícies de agricultura dependentes de chuva altamente produtivas do Habur Superior utilizariam a terra agrícola marginal do Vale do Habur Médio, onde um trabalho intensivo de irrigação era requerido, quando extensos campos de agricultura dependente de chuva estavam disponíveis localmente. Caprichos em fronteiras políticas entre chefes ou Estados podem ser relevantes: uma política do sul no Habur Superior poderia ter sido circunscrita por outras entidades para o norte, havendo apenas a direção sul para expandir. Alternativamente, alguém pode sugerir que os sítios do Habur Médio estavam associados a um grande centro do sul, tal como Mari. Assim, conexões de cultura material distantes entre o Habur Médio e Mari parecem não ter sido mais próximas do que aquelas entre o Habur Médio e o triângulo do Habur Superior.

Outra possível interpretação da evidência postularia Mari como consumidora dos produtos, as planícies do Habur Superior como cultivadoras e o complexo do Habur Médio como uma área de armazenamento intermediária, porto de comércio ou porta de entrada da comunidade. A pesquisa de 1983 da área de salvamento apresentou dados que também são importantes para nosso entendimento dos desenvolvimentos do Khabur Médio no terceiro milênio. Esses resultados de pesquisas mostraram um aumento drástico no número de assentamentos na região no terceiro milênio, o que pode ser útil para visualizar o assentamento massivo do Khabur Médio nessa época com referência à anteriormente citada tese do desenvolvimento da complexidade política em áreas vizinhas e a necessidade resultante de intensificar a produção agrícola.

Se essa interpretação estiver correta e os sítios especializados do Khabur Médio foram fundados sob auspícios de grandes centros em outro lugar, as primeiras ocupações nesses sítios deveriam ter conexões próximas à cultura material associada aos grandes centros. No momento, dados não estão disponíveis para

testar essa hipótese; dessa forma, as primeiras ocupações vem sendo amostradas somente em exposições muito limitadas em Raqai, Atji e Melebiya, as quais foram fundadas no solo virgem do período Ninivita V. Essas amostras são muito pequenas para permitirem comparações convincentes com potenciais centros associados em outro lugar. Igualmente, dados precisos para essas ocupações iniciais do Ninivita V dentro da sequência não podem ser estabelecidos. Apesar disso, afirma-se que elas datem de algum ponto prévio à última cerâmica do Ninivita V. As escavações nos sítios do Habur Médio estão agora produzindo novos dados da natureza do interior rural e sua relação com a esfera urbana nos sistemas urbanos da Mesopotâmia Setentrional inicial.

Os sítios do Habur Médio atestam a existência de uma considerável especialização econômica em locais rurais e a integração desses sítios no que aparentam ser redes com base urbana, evidência de uma administração econômica regional presente também nas selagens e tabletes (SCHWARTZ, 1994, p. 3-6). A extensão da especialização econômica em locais rurais na Mesopotâmia urbana inicial e o papel do interior no desenvolvimento e manutenção das sociedades urbanas iniciais são assuntos que requerem uma investigação além. Vale a pena notar, certamente, que as poucas escavações que têm sistematicamente investigado locais rurais das sociedades complexas da Mesopotâmia Inicial têm repetidamente encontrado assentamentos que divergem consideravelmente da norma esperada de uma comunidade agrária indiferenciada e autossuficiente.

A especialização econômica é considerada também um atributo fundamental para sociedades complexas, entretanto, as razões para essa associação não deveriam ser consideradas autoevidentes. O modelo “campo vermelho”, de vilarejos camponeses homogêneos considera a especialização econômica como pouco característica de assentamentos rurais. O potencial significado da especialização artesanal nessa comunidade é que artesãos e lojas se tornaram tão abundantes que os habitantes tiveram pouca necessidade de visitar cidades maiores para bens e serviços.

Agradecimentos:

Agradeço aos organizadores do livro pelo convite e ao Prof. Dr. Vagner Carvalheiro Porto e o Prof. Dr. Marcio Teixeira-Bastos pela tradução, revisão e editoração do meu capítulo em português. Agradecemos aos esforços prelimina-

A CULTURA E A CIVILIZAÇÃO URBANA NA SÍRIA JERIZA

res de tradução de Nicolas Ribeiro Porto (Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo), e Lorena Ribeiro Porto (Faculdade de Letras da Universidade Anhembi Morumbi).

Referências

AL-MAQDISSI, M. Poteries du Bronze Ancien IV de la Vallée de Loronte, *Syria*, 64, 1987, pp. 291-295.

AL-MAQDISSI, M. Le Bronze Moyen du Levant Septentrional, etude ceramologique, *Orient Express*, 1994/2, pp. 52-54.

BIELIŃSKI, P. The first campaign of excavations on Tell Rad Shaqrah (Hasake Southern Dam Basin): *Polish Archaeology in the Mediterranean III*, Reports 1991, University of Warsaw, 1992, pp. 77-85.

CURVERS H. H. The Middle Habur salvage operation: excavation at Tell Al-Raqai: *Akkadica* 55, 1987, pp. 1-29.

CURVERS, H. H.; SCHWARTZ, G. M. Excavations at Tell Al-Raqai: a small rural site of Early Urban Northern Mesopotamia: *AJA* 94, 1990, pp. 3-23.

FORTIN M. Rapport préliminaire sur la première campagne de fouilles (Printemps 1986) á Tell Atij, sur le moyen Khabur: *Syria* 65, 1988, pp. 139-171.

HOLE, F. Middle Khabur settlement and agriculture in the Ninevite V Period: *BCSMS* 21, 1991, pp. 17-29.

KLENGEL, H. *Trade and subsistence in the Early Jazira*. Deir Er-Zor Conference (Syria), April 1996, 1996.

LEBEAU, M. *Official Early Dynastic Architecture at Tell Beydar* (Seasons 1992-1995): Deir Er-Zor Conference, Syria, April 1996. 1996.

MALLOWAN, M. E. L. Excavations at Brak and Chagar Bazar: *Iraq* 9, 1947, pp. 1-259.

PECORELLA, P. E.; SALVINI M. Tell Barri/Kahat: *Syria* 62, 1985, pp. 128-130.

MONCHAMBERT, J.-Y. The Excavation at Tell Bderi 1986: *AAAs* 36/37, 1986b, pp. 292-303.

MONCHAMBERT, J.-Y. Tell Bderi – The Development of a Bronze Age Town. In: S. Kerner (ed.), *The Near East in Antiquity*, I (Amman: Goethe Institute): 1990, pp. 63-79.

ROAF, M. Problems in the Chronology of Ninevite V: *AJA* 92/4, 1988, pp. 589-591.

ROVA, E. *Distribution and Chronology of the Nineveh 5 Pottery and of its Culture* (Contributi e materiali di Archeologia Orientale II), Roma: Università di Roma “La Sapienza” 1988.

SCHWARTZ, G. M. Rural Archaeology in Early Urban Mesopotamia. *National Geographic Research and Exploration*. 9(1), 1993, pp. 120-131.

SCHWARTZ, G. M. Rural Economic Specialization and early Urbanization in the Khabur Valley Syria. *Archaeological Views from the Country Side*, Washington, 1994, pp. 19-36.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

SCHWARTZ, G. M. Rural Approaches to Social Complexity. In: G. M. SCHWARTZ e S. E. FALCONER (eds.) *Archaeological Views from the Countryside: Village Communities in Early Complex Societies*. Smithsonian Institution Press, Washington, DC., 1994b, pp. 1-9.

WEISS, H. Excavations at Tell Leilan and the Origins on North Mesopotamian Cities in the Third Millennium B.C. *Paléorient*, vol. 9/2, 1983, pp. 39-52.

WEISS, H. Excavations at Tell Leilan: *AJA* 94/4, 529-581.

The Genesis and Collapse of Third Millennium North Mesopotamian civilization, *Science* 261: 995-1004.

WEISS, H.; COURTY, M.-A. WETTERSTROM, W.; GUICHARD, F.; SENIOR, L.; MEADOW, R.; CURNOW, A. The Genesis and Collapse of Third Millennium North Mesopotamian Civilization. *Science* 261, 1993, pp. 995-1004.

WILKINSON, T. J. Linear Hollows in the Jazira, Upper Mesopotamia. *Antiquity*, Vol. 67 (256), 1993, pp. 548-562.

WILKINSON, T. J. The Structure and Dynamics of Dry-Farming State in Upper Mesopotamia [and Comments and Reply], *Current Anthropology*, Vol. 35, no. 5, 1994, pp. 483-520.

WILKINSON, T. J.; TUCKER, D. *Settlement development in the North Jazira, Iraq*. Warminster: Aris & Phillips, 1995.

AFINAL, O QUE SÃO CASAS-IGREJAS? NOTAS SOBRE AMBIENTES CULTURAIS À LUZ DE TRÊS COMUNIDADES RELIGIOSAS DA “WALL STREET” (DURA-EUROPOS, SÍRIA, SÉCULO III EC).

André L. Chevitaese

*Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Rio de Janeiro*

Juliana B. Cavalcanti

*Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Rio de Janeiro*

i. Como elementos norteadores, convidamos a leitura dos passos abaixo:

Dia após dia, unânimes, mostravam-se assíduos no templo e partiam o pão nas casas, tomando o alimento com alegria e simplicidade de coração (At 2: 46).

Saúdam-vos as igrejas da Ásia. Envia-vos efusivas saudações no Senhor Áquila e Priscila, com a igreja que se reúne na casa deles (1Cor 16: 19). [Grifos nossos]

As perícopes acima remetem à ideia de que o ambiente físico para reunião e congregação dos primeiros grupos cristãos eram casas ou espaços domésticos por vezes cedidos por seus membros. Além das já citadas, é possível encontrar no corpus paulino, lucano e marcano ao menos nove menções de casas de alguém ou para o uso de um cômodo. São elas respectivamente: Rm 16: 3-5, Fm 1-2 e Cl 4: 15, At 5: 42, At 12: 12, At 20: 8, At 1: 13, Lc 22: 12 e Mc 14: 15.

Todas as passagens paulinas referem-se à casa e o termo em grego empregado é κατ’ οἶκον ἐκκλησίᾳ. No material lucano, encontramos a menção à residência de alguém com o uso da palavra οἰκίαν. As demais passagens lucanas e a única marcana nos remetem à utilização de um cômodo, como é o caso de At 1: 13, At 20: 8, Lc 22:12 e Mc 14: 15. Em Atos dos Apóstolos, aparece a palavra ὑπερῶν (“sala de cima”), enquanto nos Evangelhos de Lucas e Marcos consta ἀνάγειον.

Esses dados advindos da documentação neotestamentária evidenciam um tipo de arquitetura denominada por L. Michael White (1996, 1997) de “pré-constantiniana”, para se referir a um modelo situado entre os séculos I e IV EC. Essa nomenclatura, adotada pelo autor, serve para se contrapor a afirmação de que só é possível falar em um “tipo” de arquitetura cristã a partir do século IV, uma vez que teria sido a basílica: “a primeira arquitetura cristã normativa, ou seja, era uma forma de construção que a observada convenções estruturais específicas e foi imediatamente reconhecível para a maioria das pessoas” (WHITE, 1997, p. 6).

Geralmente, o desenvolvimento da construção da igreja tem sido abordado de forma provinciana pelos historiadores da arte e arquitetos, sendo vista de forma secundária por historiadores e cientistas sociais. Apesar das referências neotestamentárias às assembleias de familiares, desde o Renascimento, o caráter normativo do planejamento da basílica serviu como ponto de partida para as discussões. Investigações de desenvolvimento arquitetônico foram baseadas em concepções estáticas de estética e estilo, com pouca ou nenhuma consideração de questões críticas dos primeiros períodos, antes que houvesse uma arquitetura cristã propriamente dita.

Mais claramente, para os defensores dessa corrente, a arquitetura cristã é decorrente do período do imperador Constantino e de suas intenções para com o cristianismo. Após a legalização da religião, Constantino teria patrocinado engenhosos e novos projetos de construção de igrejas. A partir dele teria se dado um padrão pautado em sua longa nave central, colunas de separação de corredores laterais, uma cabeceira curvada em uma extremidade e um vestíbulo de entrada (nártex), por outro. Os antecedentes dessa estrutura estariam na arquitetura pública romana, o que demarcaria uma romanização da arquitetura cristã (KRAUTHIMER, 1982, p. 39-44; LAUS, 1965, p. 35; PERKINS, 1954, p. 69-90).

Grande parte da matéria-prima para essa discussão veio das florescentes descobertas arqueológicas em Roma e no Oriente Próximo durante os séculos XVIII e XIX EC. O neoclassicismo pós-renascentista e a estética foram reforçados pelo surgimento da escola romana de Arqueologia Cristã Primitiva, associada a nomes como Giovanni Batista de Rossi. Este período trouxe a exploração inicial de catacumbas e níveis subterrâneos sob igrejas e catedrais.

Tão profundas foram algumas dessas novas descobertas que reformularam

AFINAL O QUE SÃO CASAS-IGREJAS?

fundamentalmente as suposições básicas sobre a arquitetura cristã feitas pelo historiador da igreja mais influente do início do século XX EC, Adolf von Harnack. Embora preocupado com questões sociais, ele detinha pouca competência para lidar com dados arqueológicos e contava com as teorias arquitetônicas predominantes de sua geração. O problema essencial dessa erudição inicial era que não havia edifícios da igreja primitiva que pudessem ser datados com segurança antes de Constantino. De fato, alguns prédios que foram datados deste período inicial (como igrejas em Roma e a basílica em Emaús), foram posteriormente considerados errados. Apenas com novas descobertas foi possível repensar abordagens e buscar soluções para os problemas perenes.

Duas áreas de trabalho arqueológico realizadas após a Primeira Guerra Mundial mostraram-se especialmente importantes. A primeira começou com novos trabalhos para refinar e expandir a análise dos níveis subterrâneos sob as igrejas mais antigas de Roma. Este projeto foi iniciado em 1934 e liderado por Richard Krautheimer⁵⁶. Com ele, foi possível a realização de uma análise abrangente aplicada a cada sítio arqueológico, à medida que seu uso era traçado desde os primeiros estratos da construção pré-cristã até a construção e reconstrução de basílicas medievais em estilos sucessivos. Cada caso, então, tornou-se (em qualquer grau possível) um registro arqueológico estratigráfico daquele local de construção específico. Neste processo, uma avaliação mais cautelosa e criteriosa de reivindicações tradicionais ou legendárias para uso cristão mais antigo em determinado sítio foi tentada.

A segunda foi a descoberta de Dura-Europos, que evidenciou a utilização de uma casa como assembleia cristã (sendo datada seguramente no século III EC) e podendo ser enquadrada como uma arquitetura pré-constantiniana. Além da igreja, foram encontrados na mesma rua uma sinagoga e um mitreu. Ambos eram residências privadas que haviam passado por reformas para abrigar os respectivos cultos. Essas evidências arqueológicas somadas às escavações na Basílica de São Clemente, em que foi encontrado um pequeno mitreu no pátio térreo (cortile), permitiram propor que as primeiras atividades cristãs não poderiam ser desvinculadas do seu contexto social. Mais claramente falando, as igrejas, as sinagogas e os santuários politeístas seguiram a mesma lógica construtiva. Elas

56 Resultando na obra *Three Christians Capitals* (1982).

poderiam ter sido doadas por patronos ou benfeitores que faziam parte dessas comunidades religiosas, ou eram simplesmente simpatizantes desses grupos.

Para White e outros autores⁵⁷, essa seria a resposta para a dificuldade em se detectarem as edificações cristãs nesse recorte, uma vez que elas seguiam uma arquitetura local de suas regiões particulares, em muitos casos indistinguível do modelo doméstico e, portanto, passível de não serem identificadas.

Estudos recentes mostram como esse cenário de “igreja doméstica” condicionou a natureza da assembleia, do culto e da organização comunitária. Foi primeiro e acima de tudo um fenômeno urbano. O distrito e a localização social das comunidades paulinas refletiam o caráter e as condições das famílias urbanas e de outras atividades domésticas privadas. É mais significativo, além disso, que o local de reunião não tenha mudado sua função doméstica original. Ainda não havia edifícios da igreja. Nesse estágio, a igreja doméstica era principalmente um fenômeno social da história.

Ao olhar para a historiografia, vemos alguns dos modelos tradicionais que emitem a compreensão dos primórdios da construção da igreja cristã. Ao integrar novas informações e perspectivas da Arqueologia e da História Social, somos capazes de estabelecer questões analíticas para a reconstrução. Em particular, podemos examinar o ambiente em busca de padrões de adaptação e renovação de edifícios privados para uso religioso e comunitário em maior detalhe.

Nesse sentido, em nível de sistematização, apresentaremos, em linhas gerais, a descoberta de Dura-Europos, afunilando para os achados da Wall Street, que será o nosso estudo de caso, haja vista que foi nessa rua em que foram encontrados um mitreu, uma sinagoga e uma igreja⁵⁸. Esses grupos oferecem um contexto social, a partir do cotidiano, para a transição das igrejas domiciliares para as igrejas, como um barômetro para o desenvolvimento do movimento cristão em uma força importante na cultura do mundo romano. Ainda nos permitirão refletir sobre as categorias de “associação voluntária” e “culto de mistério” como uma prática própria da Bacia Mediterrânea Antiga.

57 A discussão na historiografia é extensa, mas podemos destacar: Buchman (2016), Osiek e Balch (1997, 2003), Mattila (1996) e Gutmann (1975).

58 Além disso, a opção por esse trecho da cidade recai pelos seguintes argumentos: (a) a igreja estar nessa rua e (b) que, após as incursões dos sassânidas contra o posto fronteiriço romano no século III EC, a única área que não foi arrasada foi a faixa ao longo da muralha oeste da cidade. Ela havia anteriormente sido aterrada como medida de defesa.

AFINAL O QUE SÃO CASAS-IGREJAS?

ii. Dura-Europos, a cidade-forte romana, foi descoberta em 1920 por uma companhia militar britânica que encontrou uma parede com um afresco (mais tarde conhecido como o templo “dos deuses de Palmira”) enquanto marchava para a sede em Abou Kemal. A assistência arqueológica foi rapidamente solicitada pelos militares e o arqueólogo americano James Henry Breasted (orientalista da Universidade de Chicago) foi designado para o local. Em cinco dias, em conjunto com os militares, ele escavou o afresco de Konon e identificou as ruínas como as de Dura a partir de outra pintura. A escavação, ainda que curta, rendeu uma publicação em que Breasted comparou o estilo das pinturas descobertas com dois mosaicos da Basílica de San Vitale, em Ravenna, considerados grandes ilustrativos do estilo bizantino na época de Justiniano. Mais claramente, por meio do rigor da frontalidade das figuras, vestuários estilizados, olhos fixos e ornamentos luxuosos, Breasted chegou à conclusão de que Dura seria um primeiro elo entre a arte helenístico-romana do Oriente Antigo e a arte bizantina do século VI (HOPKINS, 1979, p. 3-4; KAIZER, 2016, p. 2).

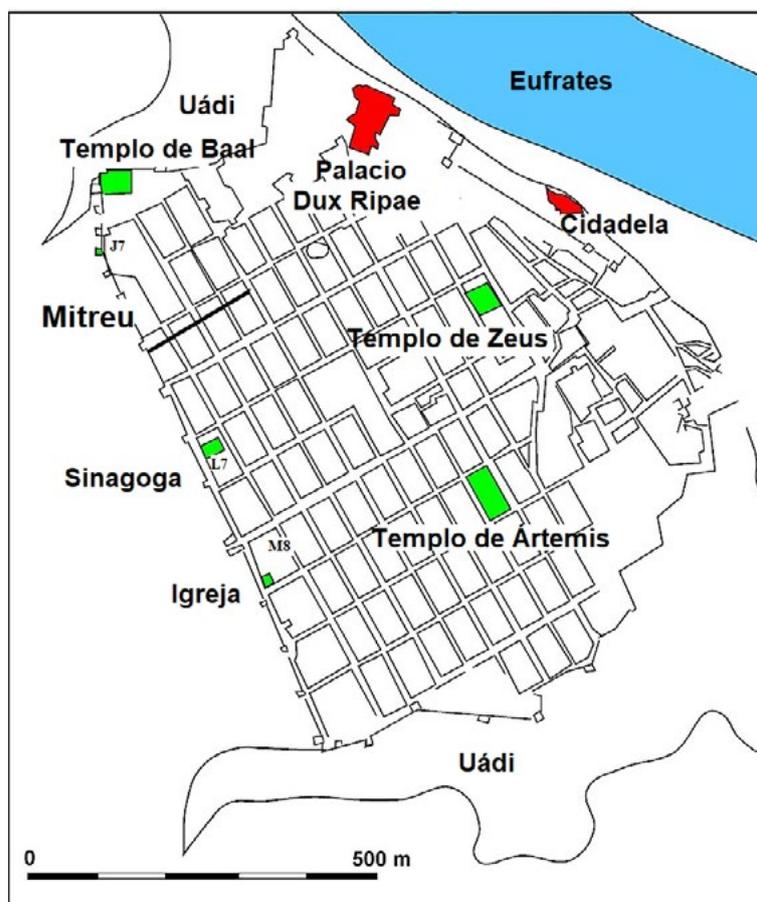


Fig. 1 – Planta do sítio de Dura-Europos (com intervenções nossa).

Fonte: Wikimedia Commons. Disponível em https://de.wikipedia.org/wiki/Dura_Europos#/media/Datei:Dura_europos_plan.jpg

Esse trabalho de Breasted abriu espaço para uma série de campanhas⁵⁹ lideradas pela Universidade de Yale em parceria com a Academia Francesa, entre os anos de 1928 e 1937. A descoberta do mitreu ocorreu na sétima estação de escavações, enquanto a da sinagoga e a igreja, na quinta. Elas se deram ao longo do processo de limpeza da parede norte em direção ao Grande Portão (Great Gate); mais especificamente: edifício cristão no Bloco M8, o mitreu no Bloco J5 e a sinagoga no Bloco L7 da Wall Street (ver Fig. 1).

Exposto isso, nossa primeira tarefa é examinar a maneira pela qual a definição arquitetônica do espaço culto foi alcançada por meio de renovação e adaptação em cada um desses casos em Dura, haja vista que as três experiências religiosas passaram por reformas para abrigar seus cultos. Nesse sentido, dialogamos com a pesquisa de L. Michael White (1990, 1991) que demonstrou que qualquer decisão por parte de uma comunidade religiosa de alterar seu espaço ou a sua maneira de culto e reunião deveria refletir algumas transformações reconhecíveis dentro do próprio grupo. Isto é, aos serem observadas, elas deveriam produzir insights nos aderentes de forma que estes identificassem o lugar como um ambiente de culto, e que se contrapõem à realidade expressa por grupos religiosos distintos, ainda que as técnicas de conquista e permanência de membros na comunidade possa ser a mesma dos demais.

Assim, poderemos acessar e verificar a validade das experiências históricas e suas contínuas e inevitáveis articulações ainda remanescentes nos cômodos, paredes, assentos e outros elementos encontrados nesses prédios. Com base nisso, vamos abaixo explorar cada uma das três experiências religiosas propostas:

a. O Mitreu.

O mitreu foi originalmente erguido numa sala de uma casa particular mais antiga. Ela é datada do período do controle parta sobre a cidade, que se deu entre os anos de 113 AEC e 165 EC. A estrutura passou por mais duas etapas de renovação antes que a cidade fosse destruída, aqui classificadas como: mitreu antigo, mitreu intermediário e mitreu novo. A casa era composta por uma quadra externa, que se abria para uma câmara central ladeada por duas antessalas. Para criar um santuário mitraísta, uma sala foi dividida em três partes, com dois bancos em

59

Foram realizadas oito ao todo.

AFINAL O QUE SÃO CASAS-IGREJAS?

cada lado de um corredor central. Na parede oeste da câmara, uma mesa de altar central foi erguida; ela consistia em uma plataforma estreita alcançada por quatro degraus. Em frente a esta plataforma ficava o altar principal e, talvez, dois menores. Acima da mesa do altar, em um nicho quadrado, havia dois relevos de gesso do deus Mitra matando um touro. De acordo com inscrições dedicatórias desses relevos, o mitreu antigo foi construído entre os anos de 168 e 171 EC.

A segunda camada temporal, aqui chamada de mitreu intermediário, é datada entre os anos de 209 e 211 EC. A reconstrução do mitreu foi comandada por certo Antonius Valentinus, *o centurio princeps de vexillationes* (DEP 7-8.85), um recém-chegado para a guarnição. A renovação corresponde a um reforço maciço das legiões orientais em preparação para a campanha persa de Caracalla. Toda a parte norte da cidade foi tomada e reconstruída pelos militares. A maioria das casas mais antigas ao redor do mitreu foram destruídas, reforçando assim o chamado acampamento militar em Dura-Europos.

O estágio final de reconstrução no mitreu começou por volta dos anos de 240 EC, cerca de dezesseis anos antes do saque dos sassânidas à cidade. A característica mais notável dessa renovação foi a construção de um dossel abobadado acima do altar, que se estendia até as duas primeiras colunas do clerestório. A construção provavelmente teria implicado a remoção do telhado inteiro. Neste momento, o clerestório foi estendido ao longo do santuário, e mais quatro colunas (nº 5-8) foram adicionadas. O novo nau foi atingido por uma escada de sete passos simbólicos.

Exposto isso, cabe ressaltar que as renovações sugerem certos aspectos da comunidade mitraica, e podemos inferir que:

(1) Houve um crescimento substancial nos números de aderentes, especialmente nos períodos intermediário e tardio. Este fato é indicado pela expansão progressiva dos bancos laterais, provavelmente para acomodar mais pessoas nas refeições cúlicas. Esse crescimento parece corresponder, primeiramente, ao reforço da guarnição sob Caracala e, depois, durante as incursões sassânidas.

(2) Há claras indicações de elaboração nas atividades rituais. Elas são evidenciadas na expansão progressiva e na redecoreação da área de nau. A colocação dos degraus do altar e a presença de direções, por exemplo, *eisodos* (entrada) e

exodos (saída), sugerem um movimento processual⁶⁰. Além disso, algumas das artes podem simbolizar aspectos da atividade cultural, como o que está na vinhetta em arco que mostra um corvo a servir Sol e Mitra, enquanto se reclinam no touro como um reforço.

(3) Jeniffer Baird (2018, p. 137) chamou atenção para o número considerável de relevos, inscrições e grafites no Mitreu como um programa visual cultural. Ela afirmou que alguns desses elementos, incluindo o uso continuado de um relevo anterior (dedicado por Zenóbio entre os anos de 170-171 EC), são incomuns em mitreus, pois incluem não apenas o devoto, mas membros de sua família ou unidade militar. Esses relevos e pinturas se assemelham em muito às cenas de linhagens presentes nos templos de Bel e Zeus Theos, ainda que eles tenham a mesma estrutura encontrada em outros mitreus espalhados ao longo de todo o Império Romano, ou que se recorde de que o mitraísmo era um culto exclusivo.

Assim sendo, o fato de apenas os membros do culto terem visto as decorações não implica dizer que eles operavam de forma autônoma ou a demais produções artísticas de Dura-Europos. Antes, faziam parte de tradições locais, bem como de uma prática mais ampla do mitraísmo.

b. A Sinagoga

A sinagoga foi construída a partir da renovação de uma das casas particulares no meio do bloco L7. A adaptação para uso como uma sinagoga ocorreu na primeira ocupação romana da cidade, entre os anos de 165-200 EC. Na época da primeira reforma, a entrada da Wall Street levava a um pátio central, a partir do qual os outros cômodos da casa eram acessíveis.

Na reforma, o pátio aberto foi embelezado, pavimentado com telhas e um banco baixo foi colocado contra o seu lado oeste. Nos lados norte e leste, um pórtico com colunatas foi construído com uma bacia quadrada no canto nordeste do peristilo. A porção leste do edifício anterior foi amplamente destruída no período posterior, mas seu plano pôde ser restaurado a partir de alguns fragmentos remanescentes da parede. Havia três quartos (4, 5 e 6). A sala 4 tomou a forma comum de uma casa *diwan* (sala de estar/jantar) com paredes de gesso e no centro da sala, um bloco elevado para o braseiro. Os quartos 6 e 7, no entanto,

⁶⁰ Inscrições na coluna 3 datam a renovação do período do Mitreu intermediário (entre os anos de 209 e 211 EC).

AFINAL O QUE SÃO CASAS-IGREJAS?

podem ter sido originalmente apenas um quarto, mais especificamente o diwan da casa particular anterior. Se esse é o caso, a preservação consciente de quartos domésticos (salas 4 e 5) em meio a extensas reconstruções em outros lugares vale a pena notar. As circunstâncias na comunidade judaica de Dura, no início do século III, possibilitaram um extenso projeto de reconstrução. Inscrições em aramaico e grego celebram o evento e estabelecem a data nos anos 244/245 EC, como pode ser lido abaixo (KRAELING, 1979, p. 227, inscrição nº 23):

Σαμουήλ
Βαρσαφάρα
μνηθῆ ἐκ-
[τ] ισεν ταῦ-
τα οὕτως

A inscrição acima diz: “Samuel, filho de Sapharas, pede que seja lembrado pela construção deste (edifício) assim (como você vê).” Ela faz parte de uma telha (0,42 m × 0,42 m) que contém uma coroa de flores pintada em torno de um dipinto de cinco linhas em preto. O azulejo está quebrado em cinco peças, causando algum dano na linha 4. As letras possuem altura 0,028 m.

O programa de construção consistia em três grandes projetos: (a) a reconstrução e ampliação de salas formais na área da sinagoga antiga; (b) a anexação da Casa H ao leste; e (c) a nomeação e decoração do novo salão de assembleia.

As decorações da sinagoga tardia são o elemento de maior destaque na estrutura. Porém, eles foram concluídos em dois estágios. As primeiras decorações de parede da tarde da sinagoga foram provavelmente na mesma linha que as do período inicial, isto é, faixas horizontais do design do caixote. Assim, os afrescos narrativos foram introduzidos a partir do ano de 251 EC e continuados até a destruição do edifício.

Há algumas novas conclusões a serem tiradas a partir do curso da evolução da estrutura da sinagoga. Vemos aqui, como no mitreu, a prática de adaptar a arquitetura doméstica para o uso no culto. A adaptação avançou em vários estágios. No período anterior, a sinagoga permaneceu como uma casa em sua estrutura, aparência e, até certo ponto, em seu uso. O crescimento da comunidade judaica em números, riqueza e *status* possibilitou as renovações elaboradas do período tardio.

Enquanto todos esses fatores sociais e econômicos estavam em ação na remodelação da sinagoga tardia, há outras características determinantes. Apesar de sua opulência e formalidade, a estrutura ainda refletia alguns dos mesmos elementos espaciais que estavam em ação no período inicial. A entrada dupla da sala de montagem é peculiar, não de todo em consonância com o triportal típico da arquitetura da sinagoga tardia da Galileia. Da mesma forma, o pórtico colunado parece servir de retorno para elementos formais em funcionamento na primeira renovação, enquanto a decoração do salão tem algumas características extraídas dos templos politeístas. Pode muito bem ser que uma estética cultural para a arquitetura religiosa tenha sido influente, mas os precedentes específicos e a orientação espacial foram transferidos da antiga sinagoga.

A provisão para reter os quartos domésticos em relação à sinagoga encontra exemplos em outros lugares, tanto em dados arqueológicos como epigráficos, como é possível perceber na inscrição abaixo (CIJ 2.1404)⁶¹:

ΘΕΟΔΟΤΟΣ . ΟΥΕΤΤΕΝΟΥ . ΙΕΡΕΥΣ . ΚΑΙ
 ΑΡΧΙΣΥΝΑΓΩΓΟΣ . ΥΙΟΣ . ΑΡΧΙΣΥΝ[ΑΓΩ]-
 Γ[Ο]Υ . ΥΙΟΝΟΣ . ΑΡΧΙΣΥΝ[Α]ΓΩΓΟΥ . ΩΚΟ-
 ΔΟΜΗΣΕ . ΤΗΝ . ΣΥΝΑΓΩΓ[Η]Ν . ΕΙΣ . ΑΝ[ΑΓ]ΝΩ-
 Σ[Ι]Ν . ΝΟΜΟΥ . ΚΑΙ . ΕΙΣ . [Δ]ΙΔΑΧΗΝ . ΕΝΤΟΛΩΝ ΚΑΙ
 ΤΟΝ . ΞΕΝΩΝΑ . ΚΑ[Ι] . ΤΑ] . ΔΩΜΑΤΑ . ΚΑΙ . ΤΑ . ΧΡΗ-
 Σ[Τ]ΗΡΙΑ . ΤΩΝ . ΥΔΑΤΩΝ . ΕΙΣ . ΚΑΤΑΛΥΜΑ . ΤΟΙ-
 Σ . [Χ]ΡΗΖΟΥΣΙΝ . ΑΠΟ . ΤΗΣ . ΞΕ[Ν]ΗΣ . ΗΝ . ΕΘΕΜΕ-
 Λ[ΙΩ]ΣΑΝ . ΟΙ . ΠΑΤΕΡΕΣ . [Α]ΥΤΟΥ . ΚΑΙ . ΟΙ . ΠΙΡΕ-
 Σ[Β]ΥΤΕΡΟΙ . ΚΑΙ . ΣΙΜΩΝ[Ι]ΔΗΣ

Tradução: Theodotus, filho de Vettanos, um sacerdote e um archisynagogos [líder da sinagoga], filho de um archisynagogos, avô de um archisynagogos, construiu a sinagoga para a leitura da Torá e ensinamento dos mandamentos. Além disso, [construiu] o albergue, as salas e a instalação da água para hóspedes estranhos necessitados. Sua pedra fundamental foi colocada pelos seus antepassados, os anciãos e Simonides.

61 Disponível em: <https://www.kchanson.com/ANCDOCS/greek/theodotus.html>. Acessado em: 26/01/2019.

AFINAL O QUE SÃO CASAS-IGREJAS?

Neste sentido, podemos dizer que esses ambientes existentes na sinagoga de Dura-Europos serviram, sem dúvidas, tanto a um zelador residente (*hazzan*) quanto a viajantes que precisavam de hospitalidade. Mas, novamente, a relação espacial dos quartos domésticos é bastante significativa: em ambos os períodos eles estão dentro do complexo da sinagoga e são contíguos às áreas formais da assembleia.

c. A casa-igreja cristã

O edifício cristão tal como os anteriores foi uma casa privada renovada. Ao contrário dos antigos complexos de mitreu e sinagoga, no entanto, esta casa não foi erguida antes dos anos de 231-232 EC⁶². Provavelmente, foi adaptada para uso dos cristãos por volta de 240-241 EC. O que vemos aqui, então, é um processo de adaptação interrompido em seus estágios iniciais.

Para habitações privadas em Dura, esta era uma casa bastante grande, mas o plano é bastante usual, isto é, várias salas agrupadas em torno de um pátio central. As três áreas em que as principais modificações estruturais ocorreram foram: (a) o pátio; (b) o conjunto sul (salas 3, 4A e 4B); e (c) o conjunto oeste (salas 5 e 6). As principais características da remodelação do pátio incluíam preencher e pavimentar o chão.

No lado oeste do pátio, outra entrada formal levava à sala 5. No plano original da casa, as salas 5 e 6 deviam ter compreendido o *gynaikeion*, ou seja, o cômodo/sala das mulheres. Como uma parte dos toques finais, apenas duas mudanças significativas foram feitas na sala 5: primeiro, uma janela baixa e fechada (como a da sala 4) foi feita para se comunicar com o pátio do sudeste com um acabamento formal elaborado. Essa guarnição é unida para portas interiores e, sem dúvida, pretendia dar um caráter mais formal à entrada da sala 6.

A sala 6 era originalmente apenas uma câmara auxiliar com uma modesta ornamentação. Na renovação cristã da casa, a sala 6 recebeu uma transformação, mais extensa do que qualquer outra na casa. Foi convertida em uma sala-batismal da igreja. Uma estrutura de teto/laje foi instalada para criar um cômodo superior e outro inferior. Uma pia batismal foi criada partindo da parte leste da sala até o final, e sobre as colunas da bacia e pilastras havia um dossel abobada-

62 A datação foi feita por C. Kraeling (1963, p. 92) a partir de uma inscrição encontrada na 4B.

do. Um degrau baixo foi construído ao lado da pia batismal e outro foi colocado no canto do cômodo.

Como os dados epigráficos são mínimos, não conhecemos os eventos que acompanharam a aquisição e adaptação da propriedade pelos cristãos, mas vários fatos são aparentes. Em comparação com as comunidades mitraica e judaica, a casa-igreja foi produto de uma comunidade religiosa bastante tardia. Antes da renovação do edifício, não há nenhuma evidência de presença cristã em Dura. No entanto, na aquisição e adaptação da casa, sugerem-se algumas capacidades econômicas e sociais moderadas. Pode bem ser que um certo Proclo, que é memorializado na inscrição principal do batistério, fosse o patrono que doou a própria casa ou uma grande proporção dos fundos para a sua realização e renovação, como sugere o grafite comemorativo datado entre os anos de 241-256 EC (KRAELING, 1967, p. 96, nº 18):

τόν χριστόν Ἰ(ησοῦ)ν ὑμεῖν. Μγ[ή]σκεσφε⁶³. [...πρ]όκλου.

Tradução: Jesus Cristo está com você. Lembre-se Proclus⁶⁴.

O grafite acima foi encontrado na sala 6 (o batistério) da domus ecclesiae cristã na parede sul⁶⁵, na faixa de molduras decorativas no topo do painel de Davi e Golias, que está situado entre as duas portas e logo abaixo do nicho arqueado. As letras estão grosseiramente arranhadas no revestimento de gesso, que sofreu alguns danos, embora quase todas as letras (0,04-0,05 m de altura) estivessem visíveis no momento da descoberta.

Exposto isso, mais impressionante, no entanto, são as características espaciais que ele construiu sendo adaptadas para o uso de cultos cristãos. Muito claramente, havia um certo pragmatismo envolvido no planejamento arquitetônico. Nenhuma reestruturação extensiva de paredes ou fundações ocorreu além da renovação de uma parede divisória (na sala 4) e a criação secundária de uma câmara superior acima da sala 6. A respeito disso, as adaptações ocorrem mais ao longo das linhas do início do mitreu, um pouco menos extenso do que o da sinagoga antiga. Porém, depois da reforma, o prédio cristão não servia mais

63 MN[H]CKECΘE. O verbo foi virtualmente completado por Clark Hopkins. As variantes μνηφῆ/μνήσκεσφε são bastante comuns em Dura e usado em diferentes contextos. Ela não é restrita ao uso funerário e talvez possa indicar dedicatória

64 O nome Proclus foi bastante atestado em Dura, especialmente entre os registros militares romanos.

65 Ele agora está na Yale University Art Gallery.

AFINAL O QUE SÃO CASAS-IGREJAS?

como residência. Assim, embora as mudanças na aparência e estrutura fossem relativamente menores, a função e a identidade do espaço foram drasticamente alteradas – o que, nesse sentido, se apresenta como uma distinção com relação à sinagoga e uma proximidade com o mitreu. Como mencionado acima, o primeiro abrigava viajantes e o próprio *hazzan* (rever inscrição CIJ 2.1404), enquanto no mitreu e na igreja áreas como essas são ausentes na arquitetura dos respectivos edifícios.

Neste ponto, os arranjos espaciais se tornam novamente significativos. Os quartos 4 e 6 foram claramente adaptados com rituais definidos em mente. Símbolos apotropaicos (por exemplo, olhos, ângulos, estrelas e o abecedário⁶⁶) nos batentes da porta os definem como áreas de significado especial ou, se preferirem, como “espaços sagrados”. A sala 4 era um espaço alongado para a assembleia, na qual a orientação e atenção eram focadas em direção ao extremo leste da sala. As portas formais e as janelas da sala 4 e da sala 6 fornecem acesso e comunicação. Presumivelmente, essas provisões serviam para os indivíduos entrarem e saírem da assembleia e, em certos momentos, para protelarem no pátio. Não é necessário imaginar os tipos de atividades que teriam representado tais movimentos: a despedida de catecúmenos, a convocação de iniciados ou a separação de assentos para homens e mulheres.

Todas essas possibilidades distintas podem ser levantadas quando recordamos aqui o documento contemporâneo da casa-igreja de Dura: *Didascalia Apostolorum*. A lembrança em questão se faz pelos seguintes argumentos:

(a) **Geográfica** e datação, já mencionada: o material é datado por volta do ano de 230 EC e circulou amplamente nas regiões da Síria e da Antioquia.

(b) **Conteúdo**: Alguns autores como Lawrence Johnson (2009) e Holger Zeltin (2013) concordam que o conteúdo da *Didascalia Apostolorum* volta-se para o campo organizacional, funcional e de práticas rituais de grupos cristãos já em processo de hierarquização em meio comunitário, distanciando-se, assim, de alas carismáticas itinerantes.

(c) **Possibilidade de se traçarem interações culturais em percepções sincrônicas e diacrônicas**: trabalhos recentes que buscam propor uma leitura comparada entre o Judaísmo, o Cristianismo e Islã originários têm cada vez mais

66 Ver as inscrições nº 1, 4, 5 e 14 em que são apresentados esses abecedários. Elas estão presentes em Kraeling (1967, p. 90-91 e 94).

detectado proximidades entre textos como a *Didascalia Apostolorum*, o *Qurʾān* e a literatura rabínica judaica em nível de vocabulário e percepções teológicas quanto a alimentação e, sobretudo, o cotidiano comunitário (rituais e ensinamentos).

Entretanto, distinções também surgem quando comparamos o documento com a comunidade de Dura. Na casa-igreja de Dura não foi encontrada uma área comum destinada para refeições, o que leva a indagações sobre a prática da ceia e como ela foi procedida por esses cristãos⁶⁷.

Na sala 6, a definição de espaço através da atividade ritual é ainda mais clara. Podemos apenas pressupor que o processo de desenvolvimento moveu a iniciação cristã de lugar com água corrente/nascente e piscinas para um ambiente interno; ou, ao menos, é o que podemos tomar como hipótese quando partimos de evidências literárias sobre o batismo de Jesus nos Evangelhos, ou ainda o batismo de um etíope registrado em Atos dos Apóstolos (At 8: 26-40). Entretanto, o design do batistério de Dura-Europos definitivamente mostra algumas concepções rituais formalizadas; isto é, a existência de um batistério em pleno século III demonstra que já na metade do século III EC o rito começou a ser ministrado no interior de casas, com um design especial. Esta mudança fomentou também a existência de piscinas domésticas ou mesmo a utilização de banheiros (fossem públicos ou privados). A própria expressão batistério (em latim, *baptisterium*) implica uma piscina ou uma vasilha grande (JENSEN, 2011, p. 179-180).

Não menos importante é a definição arquitetônica da fonte em si. De fato, pode ser que oficinas profissionais tenham sido contratadas para fazer sua construção. Neste sentido, as estruturas da fonte e do dossel indicam que os cristãos estavam cientes de noções formais de arquitetura religiosa semelhante às aquelas encontradas no *spelaeum* (“caverna”) abobadado do mitreu e na edícula da Torá da sinagoga. Além disso, parece que tanto um simbolismo dominante quanto uma forma processional, baseados na liturgia do batismo praticada em Dura, foram incorporados à composição dos afrescos. O simbolismo da morte e da vida através da água está bastante em evidência nas cenas da cura do paralítico (João 5) e Pedro caminhando sobre a água e a mulher no poço (João 4). A cena que domina toda a sala é a

⁶⁷ L. White (1997, p. 21) levanta a possibilidade de uma dissociação entre a ceia e o que ele chama de refeição ágape.

AFINAL O QUE SÃO CASAS-IGREJAS?

das mulheres no túmulo⁶⁸. Ela se estende desde a porta no canto sudeste da sala ao redor da parede leste, devendo de alguma forma refletir os movimentos do iniciado, que através do batismo morreu e ressuscitou em Cristo.

iii. Concluímos este estudo de caso do edifício cristão de Dura-Europos com algumas observações mais gerais que podem ser destiladas a partir dos casos em questão, e então verificadas em relação à evidência de outros sítios arqueológicos. No início, sugerimos que, uma vez feita uma análise detalhada da história arquitetônica de um local, poder-se-ia começar a perguntar por que tais adaptações foram feitas. Parece-nos que existem certos fatores que interagem em várias combinações e se relacionam diretamente com as adaptações arquitetônicas.

Esses fatores se enquadram em cinco categorias. Em algum momento, todos eles estiveram (e estarão) desempenhando um papel em nossas discussões:

(1) Há considerações puramente pragmáticas, entre elas estão: o crescimento numérico da comunidade religiosa, os limites de propriedade, as restrições físicas de uma estrutura existente e a destruição ou alterações de uma edificação inicial. Esses fatores parecem desempenhar um papel de especial destaque nos estágios iniciais da adaptação.

(2) Há diálogos ou interações culturais⁶⁹, especialmente no desenvolvimento de uma estética para a arquitetura religiosa e precedentes à adaptação de edifícios privados para uso religioso. Havia um clima aceito para esse tipo de apropriação, e parece que os judeus e os mitraístas eram praticantes comuns – o que, nesse sentido, encontra ecos com as preocupações expostas por Julian Buchmann (2016) quanto à definição dada para templo: santuários multifuncionais.

(3) Existem fatores socioeconômicos e políticos, entre eles: patronato e doações, mudança no *status* social ou legal do grupo constituinte e riqueza. A adaptação de um espaço físico requer dinheiro não só para o trabalho de construção em si, mas também para a propriedade. Assim, a crescente escala de renovação, adaptação e, eventualmente, novas construções, marcam alguns importantes in-

68 Analisada no artigo “A Narrativa da Ressurreição como Tradução. O Lugar das Mulheres nos Cristianismos” publicado em 2017. Nesse texto, refuto a hipótese de Michael Peppard (2016) de que a cena seja a historieta das virgens. Demonstro ao longo do artigo que o historiador da arte ignorou alguns detalhes imagéticos que são decisivos para evidenciar que o afresco se trata de visita das mulheres ao túmulo.

69 Aqui pensando tal como o antropólogo Marshall Sahlins propôs o que seria cultura em Ilhas de História (1989).

dicadores econômicos e sociais na vida dessas comunidades religiosas locais.

(4) Existem fatores atitudinais dentro da própria comunidade, isto é, posturas em relação à construção, à comunidade (autoconceito ou *ethos*) e aos não aderentes.

(5) Há fatores referentes à vida cultural da comunidade. Entre eles estão estruturas sociais grupais e de convívio no interior da assembleia ou do culto, a organização e administração, e dos rituais centrais do culto.

Esses fatores, uma vez que foram classificados desta maneira, nos parecem ser muito mais coerentes, enquanto critérios, para se pensar qualquer evidência dos cultos greco-romanos e, especialmente, aos Judaísmos e Cristianismos, do que os apresentados no início deste capítulo, que desconsideram diferentes esferas da vida cotidiana. Ou, melhor, esses princípios extraídos do caso particular de Dura-Europos possuem intrinsecamente a categoria e um meio de “tratar” a experiência “ou a influência do ser social sobre a consciência social” (THOMPSON, 1978, p. 13) – o que não significa dizer que esses fatores funcionem de forma metricamente organizada. Pode ser muito mais interessante vê-los interagindo entre si ou sobrepondo-se ao outro, o que dialoga diretamente com a análise de E. P. Thompson (1995, p. 74) sobre os trabalhadores e sua cosmovisão de sociedade:

Assim, os operários formaram uma imagem da organização da sociedade, em sua própria experiência e com a ajuda de sua educação errática e duramente conquistada, que era acima de tudo um quadro político. Eles aprenderam a enxergar suas próprias vidas como parte de uma história geral de conflito entre a classe industriosa, vagamente definida, por um lado, a casa não reformada dos bens comuns do outro.

Além disso, não estamos aqui defendendo que o modelo observado em uma guarnição oriental romana em meio ao século III EC seja a regra para períodos anteriores. Caso contrário, estaríamos à beira do anacronismo! Como também não estamos admitindo a hipótese ingênua de que os desenvolvimentos culturais e arquitetônicos de uma cidade específica sejam exatamente os mesmos em qualquer outra área. As tradições locais, assim como as circunstâncias socioeconômicas e legais de cada grupo religioso, podem ter levado a diferentes cursos ou passos de desenvolvimento distintos (WHITE, 1997, p. 23-24).

Mas, antes, estamos provocando aqui um exercício comparativo e provocativo a outros pares à luz de três comunidades religiosas na Wall Street de Dura,

AFINAL O QUE SÃO CASAS-IGREJAS?

de tal forma que possamos superar as dicotomias e problemas impostos pelo racionalismo moderno iluminista. Pois, como observou o historiador Marcel Detienne (2004, p. 9-10):

Quando um estudioso opta por fazer anatomia comparada, ele não começa fazendo um julgamento de valor sobre os diversos órgãos que pretende considerar em todas as espécies animais. Um linguista que trabalha em uma gramática comparada, seja a das línguas do Cáucaso ou do mundo indo-europeu, para estabelecer traços específicos recorre tanto à morfologia como à fonética, e também ao vocabulário. Ele seria ligeiramente ridículo caso chegasse a dizer que “só se pode comparar o que é comparável”. Um historiador usa isso sem a menor preocupação. Além do mais, desde a década de 1920, do séc. XX, os historiadores mais reputados se regozijam de retomar a fórmula, embora ela proíba a comparação além do círculo estreito do imediatamente “comparável”, um horizonte restrito à opinião dominante de um meio e de um saber garantido de antemão diante do que é incomparável. Nenhum antropólogo recorre a tal provérbio. A fórmula pareceria incongruente até na boca do mais encarniçado defensor de seu “terreno” ou de sua concessão.

Desta forma, o que estamos sugerindo é que podemos usar essas observações para desenvolver uma nova perspectiva sobre alguns problemas de longa data. Em particular, podemos observar a interrelação entre circunstâncias sociais e econômicas, padrões rituais e o lugar da assembleia religiosa. Afinal, as tabelas sobre as sinagogas de diáspora e igrejas pré-basílicas, estruturadas por L. Michael White, servem para reforçar esses critérios quando recordamos que em ambas se observaram algumas semelhanças básicas com as questões vistas acima para os edifícios cristão, judaico e mitraísta em Dura. É significativo, portanto, que todas as sinagogas da diáspora e as igrejas pré-basílicas tenham sido renovadas a partir de edifícios existentes. No caso da sinagoga, cinco das seis eram casas ou *insulae* privada de algum tipo, enquanto nas igrejas cinco eram casas e as demais *insula* ou algum prédio romano.

Referências

Documentação Textual

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2007.

Documentação Arqueológica

KRAELING, C. *The Synagogue*. New Haven: Yale University Press. Excavations at Dura-Europos. Final Report Volume VIII, part. 1, 1956

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

KRAELING, C. *The Christian Building*. New Haven: Yale University Press. Excavations at Dura-Europos. Final Report Volume VIII, part. 2, 1967

Rostovtzeff, M., HOPKINS, C., KRAELING, C., NOCK, A., SILK, E., ROWELL, H., BAUR, P., WELLES, C., BELLINGER, A. and HOPKINS, S. *The Excavations at Dura-Europos. Preliminary Report of the Fifth Season of Work, October 1931– March 1932*. New Haven: Yale University Press, 1934. Disponível em: https://archive.org/stream/in.ernet.dli.2015.283179/2015.283179.The-Excavations_djvu.txt Acessado em: 11/04/2018

Rostovtzeff, M.; Brown, F.; Welles, C. *The Excavations at Dura-Europos. Preliminary Report of the Seventh and Eighth Seasons of Work, 1933–1934 and 1934–1935*. New Haven: Yale University Press, 1939.

Rostovtzeff, M., BELLINGER, A., BROWN, F., and WELLES, C. (Eds). *The Excavations at Dura Europos: Preliminary Report of the Ninth Season, 1935–1936, Part 3: The Palace of the Dux Ripae and the Dolicheneum*. New Haven: Yale University Press, 1952.

Trabalhos Teóricos

SAHLINS, M. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

THOMPSON, E. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros. Uma Crítica ao Pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

THOMPSON, Edward. *Making History. Writtings on History and Culture*. New York: New York Press, 1995.

Textos Específicos

BAIRD, J. *The Inner Lives of Ancient Houses. An Archaeology of Dura- Europos*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

HOPKINS, C. *The Discovery of Dura-Europos*. New Haven: Yale University Press, 1979.

JENSEN, R. “The Dura Europos Synagogue, Early-Christian Art, and Religious Life in Dura Europos”. In: FINE, S. *Jews, Christians and Polytheists in the Ancient Synagogue. Cultural Interaction during the Greco-Roman Period*. London: Routledge, 1999.

JOHNSON, L. *Worship in the Early Church: An Anthology of Historical Sources* (Vol 1). London: Liturgical Press, 2009.

KAIZER, T. (Ed) *Religion, Society and Culture at Dura-Europos*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

WHITE, L. *The Social Origins of Christian Architecture. Building God’s House in the Roman World: Architectural Adaptation among Pagas, Jews and Christians* (Vol 1). Valley Forge: Trinity Press International, 1996.

WHITE, L. *The Social Origins of Christian Architecture. Texts and Monuments for the Christian Domus Ecclesiae in its Environment* (Vol 2). Valley Forge: Trinity Press International, 1997.

ZELLINTIN, H. *The Qur’ān’s Legal Culture. The Didascalía Apostolorum as a Point of Departure*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2013.

AS TRANSFORMAÇÕES DO MÉDIO EUFRATES DO SÉCULO III AO SÉCULO VII EC: O CASO DE DIBSI FARAJ

Anna Leone

*Durham University,
Durham*

Alexander Sarantis

*Uniwersytet Warszawski,
Varsóvia*

Primeiras palavras

Este capítulo discute o desenvolvimento de Dibsi Faraj ⁷⁰ do século III ao VII EC, uma fortaleza, cidadela situada no curso médio do Rio Eufrates, na moderna Síria. O sítio arqueológico tem um longo período de ocupação, estendendo-se da Antiguidade ao século IX EC, quando foi abandonado, tendo sido posteriormente reocupado nos séculos XII e XIII EC. Aqui, entretanto, priorizamos os períodos romano tardio e bizantino inicial, durante os quais uma série de obras de fortificação, igrejas e complexos de banho foram erguidos. Os contextos políticos e religiosos em que estes empreendimentos estão inseridos incluem as guerras travadas entre o império romano oriental e o império persa sassânida e seus aliados (Gassânidas e Lacmidas), assim como a crescente fama e popularidade do santuário de São Sérgio, em Resafa. Entre as descobertas mais interessantes estão fragmentos de inscrições militares do período de Anastácio

70 Gostaríamos de agradecer a Marcio Teixeira-Bastos, pela versão apresentada ao público lusófono, e Vagner Carvalheiro Porto, ambos, pelo convite para participar dessa obra. Gostaríamos também de agradecer a todos os autores que contribuíram para o estudo dos achados e sequência estratigráfica em Dibis Faraj: Agnès Vokaer, Coralie Clover, Philip Kenrick, Massimiliano Munzi, Robert Taylor-Wilson, Mark Jackson, Nairusz Haidar Vela, Victoria Leitch, Denys Feissel. Gostaríamos de agradecer em particular a Denys Feissel pela leitura e integração da inscrição da lei de Anastasus que é mencionada neste capítulo. Também agradecemos aos três revisores anônimos por seus comentários construtivos. Este capítulo é dedicado à memória de Richard Harper e Tony Wilkinson.

I Dicoro (491-518 EC), encontrado paralelamente em sítios da Palestina, o que confirma a presença em Dibsi Faraj de uma guarnição militar, provavelmente composta por tropas *limitanei*, durante o início do século VI EC. A contínua atividade no local ao longo do século VII EC reforça o argumento de que a última guerra romano-sassânida e as primeiras conquistas islâmicas não prejudicaram profundamente a sociedade e economia do norte do Oriente.

As ruínas do assentamento fortificado de Dibsi Faraj testemunham um importante assentamento cultural e a presença do exército romano no Médio Eufrates (atual Síria) no final da Antiguidade. Procuraremos apresentar nesse capítulo novas perspectivas sobre os materiais não publicados deste sítio arqueológico, escavados por Richard Harper e, em seguida, pela British School em Ancara, na década de 1970. A escavação de Harper foi uma cooperação científica com o Departamento de Antiguidades da Síria, parte das atividades de resgate arqueológico conduzidas para a construção da Barragem de Tabqa, concluída em 1973. A discussão a seguir percorre a história da construção de Dibsi Faraj e contribuirá para uma imagem de sua aparência, função e possível população em diferentes fases de ocupação. Assim, discutimos as evidências da escavação de Harper sobre a fortaleza, e, pela primeira vez, procuramos situar este material em um contexto regional mais amplo, usando o sítio de Dibsi Faraj como um estudo de caso para uma discussão sobre a história militar, infraestrutural e cultural da região do Médio Eufrates na Antiguidade Tardia.

Em muitos aspectos, esta foi uma zona limítrofe (o limes romano) do Médio Eufrates, abrindo caminho através da paisagem do estepe norte da Síria, indo de oeste a leste, até a cidade romana de Barbalisso, na província de Eufratense⁷¹. A importância de Dibsi Faraj decorre do fato deste conectar, por causa de suas fortificações, os territórios romanos e persas. Ao mesmo tempo, delimitava ao norte do rio a região de fronteira da Alta Mesopotâmia (*limitanei*) e os Gassânidas⁷² que controlavam a zona de fronteira do norte da Síria ao sul. Aqui, o foco em particular de Dibsi Faraj é o trecho do rio a leste até Circesium, e a *Strata Diocletiana*, via que se estendia ao sul de Sura, conectando o Eufrates com Resa-

71 Geografia: Millar 1993, ch.12.1; Comfort 2008, 9-11 and 131. Geografia da fronteira Romano-Persa: Naval Intelligence Division 1942, 19-194.

72 Os Gassânidas ou Banu Gaçane foram um grupo de tribos cristãs do sul da Arábia, que migraram no início do século III EC do atual Iêmen para Haurã, no sul da Síria, onde se misturaram com colonos romanos helenizados.

O MÉDIO EUFRATES E SUA TRANSFORMAÇÃO DO 3º AO 7º SÉCULO EC

fa e, então, Palmira, no Sul (Fig.1).

Esta visão geral da região na Antiguidade Tardia, associando evidências arqueológicas à paisagem construída, assim como tendo em conta as fontes históricas para eventos militares e políticos, não é levada a cabo. Em vez disso, os estudos da região usualmente concentraram-se em sítios individuais ou em períodos iniciais de ocupação romana, ou, ainda, em abrangentes sínteses das evidências arqueológicas da fronteira oriental romana⁷³.



Fig. 1 - Mapa da Região.

Fonte: Abby George, integrante do *The Excavation of Dibs Faraj: Life in the Middle Euphrates*, sob coordenação de Anna Leone e Alexander Sarantis.

73 Chapot 1907 é a principal síntese anterior. Livros que incluem substanciais partes sobre o Médio Eufrates no período romano e romano tardio: Edwell 2008; Millar 1993, caps. 4, 5 e 12; Pollard 2000. Sítios arqueológicos específicos: Lauffray 1983. Discussion of the Strata Diocletiana: Konrad, Baldus e Ulbert 2001. Síntese da literatura: Sarantis 2013a, 348-52.

Este trabalho visa, portanto, preencher esta lacuna, trazendo novas evidências materiais para responder a questões históricas mais amplas sobre a importância estratégica da fronteira do Médio Eufrates, a natureza de suas elites, a organização da defesa e dos recursos militares, assim como a vida religiosa na fronteira oriental. Assim, voltamo-nos, primeiramente, para a identificação do sítio arqueológico.

A localização e identificação de Dibsi Faraj

A cidadela fortificada de Dibsi Faraj estava localizada 17 km a leste de Barbalissus-Balis, ocupando uma área de calcário na extremidade leste do planalto de Dibsi a partir da qual controlava o acesso a pastagens e terras agrícolas férteis⁷⁴. Também estava no caminho para o antigo Resafa-Sergiópolis, local de homenagem a São Sérgio, que foi martirizado no sítio⁷⁵.

O local foi identificado como o antigo assentamento de Athis que foi, supostamente, renomeado Neoceasarea na Antiguidade Tardia. Embora alguns estudiosos tenham aceitado essa identificação acriticamente, ela permanece discutível. De acordo com esse argumento, o primeiro nome do sítio foi Athis⁷⁶. Na *Geografia* de Ptolomeu, o autor nomeou Athis como o único local entre Barbalissus e Sura, na região de Calibonite⁷⁷. Entretanto, na seção da Tabula Peutingeriana, a estrada entre Palmira e Resafa indica um local chamado Attas, distante aproximadamente 12 km de Barbalisso⁷⁸. No entanto, a representação da Tabula Peutingeriana desta seção do Eufrates é fortemente distorcida e todas as suas distâncias e localizações estão incorretas⁷⁹.

Outros estudiosos identificaram Dibsi como a antiga Thapsacus, com base em suas interpretações de uma passagem da *História Natural* de Plínio, que nar-

74 Dibsi Faraj é o nome moderno do local, mas não sabemos como e quando o assentamento moderno adquiriu este topônimo.

75 Razões para a importância do culto a Sérgio no Oriente: Haarer (2006, p. 37). Resafa-Sergiópolis fica cerca de 70 km ao sul do sítio de Dibsi Faraj.

76 Harper (1975, p. 321-324). De acordo com Estrabão XVI.1.27, este foi um local onde a travessia do rio foi fácil. Dibsi Faraj está, de fato, em uma área onde a travessia foi possível em algumas temporadas.

77 Ptol. Geog. V.15. 17.

78 Tabula Peutingeriana, Segmneto XI.2. Mapa do século XIII EC das estradas romanas, provavelmente, as vias do século IV EC.

79 Sobre o uso da Medieval Tabula Peutingeriana para interpretar a Antiguidade Tardia: Salway (2005). Discussão geral sobre a composição e data da tabula: Talbert (2010).

O MÉDIO EUFRATES E SUA TRANSFORMAÇÃO DO 3º AO 7º SÉCULO EC

ra a travessia de Alexandre pelo Eufrates⁸⁰. Esse argumento é baseado, portanto, principalmente no testemunho de Arriano, que nos informa que Alexandre ordenou a construção de uma base militar na Fenícia e outra em Chipre, para ter acesso por terra até Thapsacus⁸¹. Concluiu-se, dessa forma, que Thapsacus não poderia estar longe da costa do Mediterrâneo, o que apoia sua identificação com Dibsi, um dos pontos mais próximos entre o Eufrates e a Costa do Levante.

Um argumento adicional é que os nomes Thapsacus e Dibsi são vagamente da mesma forma, especificamente, no som “psi”. Contudo, esta segunda hipótese foi refutada com base no fato de que Thapsacus tinha uma longa história de ocupação, que remonta ao período helenístico, enquanto as evidências arqueológicas de Dibsi indicam que o sítio estava em uso apenas desde o século I EC, não contemplando, portanto, uma fase de ocupação helenística (HARPER, 1975, p. 321). O material da Idade do Bronze encontrado a oeste do local sugere fortemente a existência de ocupação anterior. No entanto, embora a existência de um assentamento helenístico não localizado na área no momento da escavação não possa ser descartada, a falta de material helenístico no sítio lança dúvidas sobre sua identificação com Thapsacus. A identificação de Athis também permanece aberta ao debate à luz da falta de evidências de um assentamento imperial inicial na área escavada, suficientemente monumental, para atrair a atenção de geógrafos eminentes como Plínio e Ptolomeu.

Para a Antiguidade Tardia, foi sugerido que Athis teria sido rebatizada como Neocaesarea durante o século III EC, quando recebeu fortificações monumentais pela primeira vez (HARPER, 1975, p. 322.). A mudança de nome é atribuída ao governo imperial, talvez, devido ao regime institucional atualizado do que poderia ter sido uma mera aldeia em Athis. Embora não haja nenhuma evidência para apoiar essa hipótese, temos uma referência no *Patrum Nicenorum Nomina* (GELZER; HILGENFELD; CUNTZ, 1995), do século V EC, a um bispo chamado Paulo de Neocaesarea da Província Syria Celes, e o testemunho de Jorge de Chipre, que se refere à sua localização no território do martírio de São

80 Plin. *Nat. Hist.* V.22. A travessia de Alexandre do Eufrates: Arr. *Anabasis* III.7, VII.19.3. Sobre a identificação de Dibsi Faraj com Thapsacus: Chapot 1907, 204 nota 4; Bell 1910 e Honigmann 1934. Em *Der Neue Pauly* 12.1, 242, Thapsakos é identificado com Qal'at Nagm. Veja discussão das evidências e proposta de identificação em Gawlikowski 1996.

81 Arr. *Anabasis* III.7.1 e VII.19.3: “Aristóbulo diz que encontrou na Babilônia a frota com Nearchus, que tinha navegado de [...] e outro que tinha sido transportado da Fenícia, consistindo dos fenícios quinqueres, três quadrirremes, doze trirremes e trinta triacontores. Estes foram feitos em pedaços e transportados através do Rio Eufrates, da Phoenica para a cidade de Thapsacus.

Sérgio⁸². Pelo menos essa referência coloca Neocaesarea aproximadamente na mesma região que Dibsi.

O nome Neocesareia é, aliás, mencionado por Procópio no panegírico “Sobre os *Edifícios*” como um dos locais do Médio Eufrates fortificado por Justiniano, na fronteira mais distante de Eufratesia⁸³. Seguindo as descrições de Zenobia, Sura e Resafa, Procópio lista os assentamentos de Barbalissus, Neocaesarea, Gaboulon, Pentacomia e Europos, fazendo uma digressão para descrever o trabalho em Hemerium e Hierapolis (Procop. Aed. II.9.10–17). Ele, então, discute a refortificação de Zeugma e Neocaesarea, que chama de “cidades fortificadas” (Procop. Aed. II.9.18–20). Esta parte do texto menciona, portanto, uma série de locais do Eufrates, entre Sura e Zeugma, sem ordem específica, além de Hierópolis e Hemerium, cuja localização é desconhecida; mas que era, presumivelmente, como Hierópolis, situado longe do rio. Os sítios arqueológicos do Médio Eufrates foram localizados com alguma certeza, entretanto, estão todos em um trecho que flui para o sul do rio, de Zeugma a Barbalissus (Balis moderno), perto à curvatura do Eufrates. Além de Zeugma, que é comparativamente bem pesquisado, Gaboulon foi identificado com Jabbul moderna, e Europos, com Jerablus⁸⁴. Enquanto Neocaesarea e Pentacomia não forem seguramente localizadas, faz sentido levar em conta que estiveram situadas ao longo do rio a leste de Barbalissus, uma região estrategicamente vital, negligenciada, atipicamente, por Procópio⁸⁵. Isso é reforçado pelos textos mencionadas acima, que situam Neocesareia nos arredores de Resafa – portanto, a caminho da Strata Diocletiana.

Enquanto Dibsi Faraj poderia, teoricamente, ter sido uma fortaleza não mencionada em nossas fontes textuais, suas imponentes fortificações e a localização no topo da colina sugerem que desempenhou um importante papel estratégico na Antiguidade Tardia, adicionando peso à sua associação com Neocaesarea ou Pentacomia. De fato, embora nenhum dos locais seja mencionado por Procópio em suas narrativas sobre as guerras na região, estes entrepostos gozaram de al-

82 *Patrum Nicoenorum Nomina*: Paulus 63, p.101. Dibsi Faraj ficava na rota de peregrinação a Resafa. Discussão sobre declaração de George de Chipre: Harper 1975, 322.

83 Procop. Aed. II.9.10. Moderna discussão em Harper 1975, 321-322.

84 Identificação de Dura-Europos com Jerablus: Chapot 1907, 280. Exemplo de Zeugma: Comfort and Erge. 2001; Gawlikowski 1996. Balis: Golvin 1945.

85 Procopius’ tendency to exaggerate building work in his coverage of the East in the Buildings: Ulbert 2000.

gum tipo de atenção e despesa imperial.

O arquivo da escavação em Dibsi Faraj

A descoberta do arquivo de materiais de escavação não publicados de Dibsi Faraj foi fortuita. Incluía 128 caixas de cerâmica e vidro, mais de 500 fotografias e negativos, cerca de 80 plantas, todas as notas de escavação, catálogos de achados e vários relatórios preliminares. O projeto de escavação ocorreu entre 1970-1973 e foi financiado, principalmente, pela Dumbarton Oaks, com alguma contribuição do Museu Kelsey da Universidade de Michigan. Fez parte de um esforço coordenado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para salvar e documentar tantos locais quanto possível antes da área circundante ser inundada por água devido à criação do Lago Assad no Eufrates, o chamado projeto da Barragem de Tabqa (FREEDMAN; LUNDQUIST, 1979). Richard Harper, que foi o diretor da escavação, enviou alguns dos achados e todo o arquivo de escavação para Londres em 1973. Este arquivo de materiais de pesquisa acabou na garagem da casa de Harper, em Durham, por mais de trinta anos, quando, então, foi doado por sua filha (Eleanor Glenton) ao Departamento de Arqueologia na Universidade de Durham, em 2013. Tony Wilkinson, que trabalhou quando jovem como geógrafo no local, levou o arquivo para a universidade e começou a trabalhar nele com Anna Leone⁸⁶.

Após cinco temporadas de escavação, três relatórios preliminares foram produzidos, um aparecendo na edição de 1975 do *Dumbarton Oaks Papers*, e mais dois artigos sobre alguns dos materiais do período romano ao islâmico, bem como trabalhos em outro forte do Eufrates inundado pela barragem, Pağnik Öreni, foram publicados (HARPER, 1974a, 1974b, 1975, 1980; PAĞNIK ÖRENI; HARPER, 1977). No entanto, a escavação completa nunca foi publicada. O histórico e a importância do sítio arqueológico, combinados com sua atual inacessibilidade, torna a análise completa desse sítio (e sua publicação) vital.

A cidadela e suas fases

O local apresenta diferentes fases de ocupação, sendo as mais importantes concentradas entre o séculos III e VII EC. O período mais antigo remonta ao século

86 Tony Wilkinson faleceu alguns anos depois, deixando o legado do arquivo para Anna Leone.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

I EC, sendo representado por uma câmara funerária talhada na rocha, a maior parte destruída pelas configurações do muro da cidade parede e outras paredes pequenas. A função original da cidade é difícil de identificar. A última fase é bem atestada arqueologicamente por um grande edifício em forma de “L” e outras estruturas domésticas. Evidências de ocupação sugerem que o local continuou a ser habitado até 895 EC, quando foi abandonado após um terremoto, até ser ocupado novamente no séculos XII e XIII EC. Estas fases, anteriores e posteriores de ocupação, não serão discutidas neste capítulo; o foco aqui será o final da antiguidade (final do período romano) até o início do período bizantino. A escavação se estendeu por oito áreas distintas (a área 7 não existe, mas há uma área 0). A escavação foi conduzida de duas maneiras: 1. Quadras Wheeler (e. g. Sanders, James, Carter Johnson 2017) e trincheiras alongadas; e 2. Os edifícios foram amplamente escavados usando o método de área aberta. Este capítulo discute as fases da ocupação, ao invés das diferentes áreas do sítio arqueológico.

A primeira fortificação no final do século III EC

A primeira fase significativa de construção em Dibsí Faraj é representada pela construção da cidadela no período diocleciano no final do século III EC. A cronologia da primeira fase de fortificação é confirmada pela sequência estratigráfica.

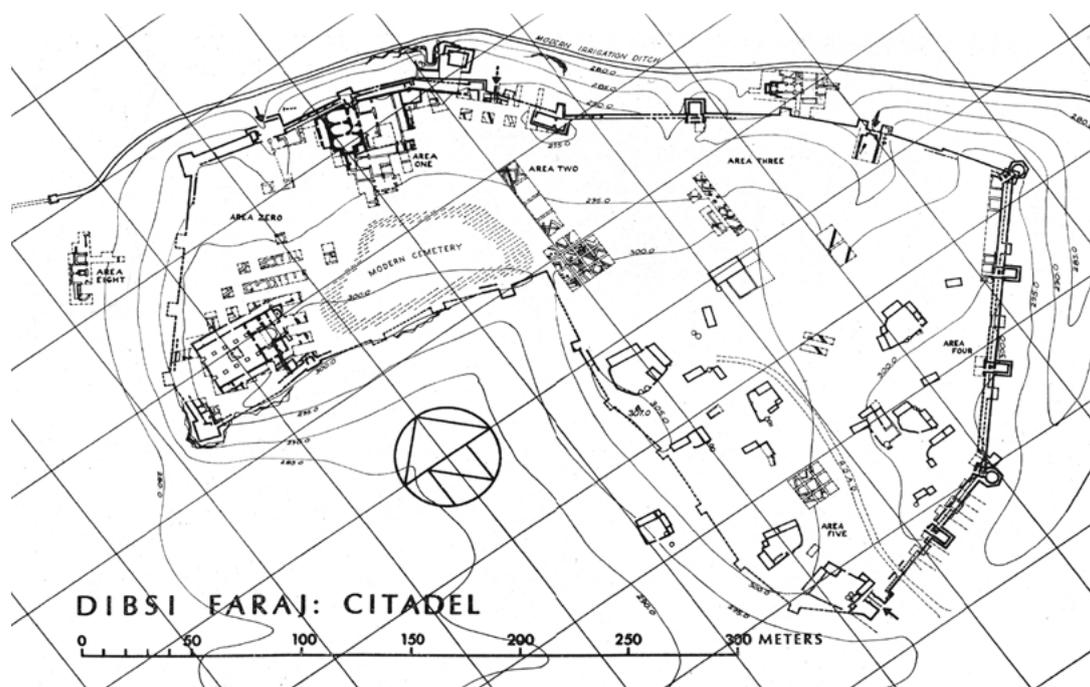


Fig. 2 – Plano da Cidadela com áreas escavadas, (HARPER, 1975), áreas 8 e 9.

Basílica extra-muros está fora deste mapa; não há planos indicando sua posição exata.

Fonte: Arquivo Harper, banco de dados do *The Excavation of Dibsí Faraj: Life in the Middle Euphrates*, sob coordenação de Anna Leone e Alexander Sarantis.

O MÉDIO EUFRATES E SUA TRANSFORMAÇÃO DO 3º AO 7º SÉCULO EC

Esta fortificação inicial cercava o topo da colina e era caracterizado por torres de intervalo quadradas e quatro torres nas extremidades (Fig. 2). A área intramuros contava com cerca de 5 ha; em um local mais baixo estava localizada a cidadela, que cobria uma área de cerca de 20 ha. A área extramuros foi posteriormente ocupada por um assentamento moderno e as escavações foram limitadas⁸⁷. No entanto, a descoberta de uma igreja extramuros e um edifício com mosaico, dos quais apenas uma sala foi escavada e cuja função é difícil de determinar⁸⁸, atestam o potencial do sítio arqueológico. Analisando o muro, dezesseite torres intervaladas foram identificadas, das 34 que provavelmente eram parte da fortificação completa. Um par de torres também protegia cada um dos quatro portões identificados. A face externa de uma das pequenas torres foi exposta na parede oeste.



Fig. 3 – Fotografia aérea da Cidadela com vista para o Eufrates.

Fonte: Arquivo Harper, banco de dados do *The Excavation of Dibsī Faraj: Life in the Middle Euphrates*, sob coordenação de Anna Leone e Alexander Sarantis.

87 Uma cronologia semelhante também foi sugerida, por exemplo, para a fortificação interna de Palmyra. Sobre as diferentes fases de reconstrução e restauração das paredes de Palmira: Zanini 1995; Chapot 1907, 284. Para obter mais bibliografia sobre questões de datação da fortaleza de Palmira e as técnicas de construção utilizadas, caracterizadas por grandes blocos e um núcleo de entulho, veja: Juchniewicz, As'ad e al Hariri 2010. Sobre o trabalho da fronteira diocleciana: Arce 2015, 102. Ver também nn.36-38 abaixo. Em referência a Dibsī, uma publicação detalhada da sequência estratigráfica será fornecida na publicação completa da escavação. Traços das fases anteriores da cidadela foram identificados em várias áreas de escavação. Em todo o local, foi descoberto que a parede primária estava bem fundada, sempre que possível inserida na rocha calcária natural e construída provavelmente de forma exclusiva com blocos maciços do mesmo calcário. As obras bizantinas dos muros, provavelmente, no início do reinado de Anastácio, foram essencialmente um exercício de renovação. Os restos da estrutura original foram encontrados para sustentar ou serem usados efetivamente quase como um *wythe* interno (uma unidade vertical de parede) do circuito defensivo quando foi renovado.

88 A escavação desta estrutura extramuros não é mencionada em Harper (1975).

O principal portão foi posicionado na parede sul da cidadela. De sua posição, no topo da colina, a cidadela dominou a paisagem circundante, bem como o Eufrates, à sua margem direita. Esta adaptação de uma fortaleza em terreno elevado resulta em sua forma irregular de ocupação, típica de fortificações romanas⁸⁹. A peculiaridade de Dibsi Faraj, em comparação com a arquitetura de outras fortificações da Antiguidade Tardia, é, justamente, a presença de torres retangulares⁹⁰. Estas não eram normalmente consideradas defensivamente eficazes como torres quadradas, circulares ou multi-angulares porque suas longas bordas retas eram mais vulneráveis aos ataques de flanco por aríetes e outras máquinas de cerco (Fig. 3)⁹¹. Este pode ser um dos motivos da renovação dessas estruturas em outra fase de ocupação, discutida logo abaixo.

Dentro dos muros, uma casamata datada do mesmo período da fortificação foi escavada na área 1. Localizava-se adjacente às defesas do norte, à leste da porta de entrada. O edifício foi organizado em duas partes. A parte norte foi, provavelmente, o início da ocupação, a sede do forte, enquanto a área sul possivelmente serviu como acomodação para uma guarnição. A entrada sul ficava perto de duas latrinas e conduzia a uma sala central pavimentada com mosaicos (Fig. 4)⁹². Três salas também foram pavimentadas com mosaicos, localizados a oeste do salão. A parte sul do edifício foi apenas parcialmente escavada, mas continha uma grande área pavimentada com calcário.

A construção do complexo da cidadela, provavelmente, deve ser vista em conexão com o fortalecimento da região de fronteira após os conflitos romano-persas de 297-98 EC (LEADBETTER, 2009, p. 88-96). Apesar de sua derrota perto de Calínico em 297 EC, César Galério derrotou os persas em seu território e capturou o trem de bagagem, o tesouro e o harém real do rei Narseh em 298 EC⁹³. Galerius liderou seu exército de volta ao território romano ao longo do

89 Diferenças entre fortificações imperiais e romanas tardias com bibliografia: Sarantis e Christie, 2013, p. 255-261.

90 No período romano, as torres quadradas parecem ter sido mais comuns nas fronteiras orientais: Gregory 1995, 167. Sobre torres de projeção: Johnson 1983, p. 37.

91 Johnson 1983, 38-50. Táticas de guerra e cerco no final da Antiguidade: Whitby (2013).

92 É preciso ressaltar aqui que a natureza das escavações conduzidas por trincheiras muito raramente permitem o entendimento de edifícios inteiros. Isso torna particularmente difícil reconstruir amplamente as plantas dos edifícios.

93 Campanha de Galerius e tratado subsequente: Leadbetter 2009, 88-96; Millar 1993, 177-181; Dignas e Winter 2007, 84-88. Relatos contemporâneos da campanha de Galerius: Dodgeon e Lieu, 1991, 125-134.

O MÉDIO EUFRATES E SUA TRANSFORMAÇÃO DO 3º AO 7º SÉCULO EC

Médio Eufrates. Isso culminou em um tratado extremamente favorável para os romanos, confirmando sua ocupação da Alto Mesopotâmia até a bacia do Tigre, anexando cinco Estados clientes nas margens opostas do Tigre, zona fronteiriça entre mesopotâmica-armênia.

Este acordo, contudo, não afetou o controle romano do Eufrates, os limites orientais de que permaneceu como Circesium. No entanto, a importância estratégica da região do Eufrates esteve clara durante as várias guerras romano-persas do século III EC. Em particular, ambos os impérios provaram ser vulneráveis aos ataques ao longo deste rio, que conectava as províncias do norte da Síria e da Baixa Mesopotâmia⁹⁴.



Fig. 4 – Fotografia aérea dos Principia no final da escavação, durante a inundação.

Fonte: Arquivo Harper, banco de dados do *The Excavation of Dibsī Faraj: Life in the Middle Euphrates*, sob coordenação de Anna Leone e Alexander Sarantis.

Em 252/253 EC, Shapur I invadiu a Síria romana através do Médio Eufrates, capturando uma série de bases romanas, incluindo Sura, antes de derrotar um exército romano em Barbalissus, e depois saquear cidades do norte da Síria,

94 Campanhas militares romano-persas do século III EC: Edwell 2008, ch.5; Millar 1993, 141-173; Hartmann 2017, 1047-1067, at 1048-1051 and 1054-1057; Dignas e Winter 2007, 70-88; Börm 2016, 617-626.

como Hierápolis, Cálcis e Antioquia⁹⁵. Zeugma, no trecho oeste do Médio Eufrates, foi também capturada. Os ataques subsequentes reduziram Dura Europos e Circesium; a primeira nunca se recuperando de seu saque, em aproximadamente 256/257 EC, como atestado pelos incríveis vestígios arqueológicos do cerco persa (JAMES, 2011; LERICHE, 1993).

É muito provável, pela localização de Dibsi ao longo da rota principal entre Sura e Barbalissus, que a cidade tenha sido afetada por estes acontecimentos, sobretudo tendo em conta sua falta de defesas no período. Diocleciano (284-305 EC) investiu pesadamente na infraestrutura do Médio Eufrates, assim como o fez em outras regiões de fronteira (KONRAD, 1999, p. 398-400). Tendo falhado em resistir às invasões persas de 252-256 EC e 260 EC, bases como Callinicum e Circesium receberam substancial reforço, embora haja poucas evidências de que quaisquer outras fortificações tenham sido construídas entre Sura e Circesium (KONRAD, 1999, p. 398-400). É possível que um muro tenha existido em Zenobia, mas não há evidências de reconstrução neste local antes do reinado de Anastácio. Diocleciano também financiou a construção de fortes e cidades-fortaleza ao longo da estrada, conhecida como *Strata Diocletiana* (Estrada Diocleciana), que ligava Sura no Médio Eufrates a Palmyra⁹⁶, formando um sistema defensivo intimamente relacionado ao do Médio Eufrates, projetado para proteger o norte da Síria de invasões provenientes do nordeste da Arábia e, além dela, do sul da Mesopotâmia (KONRAD, 1999; LIEBESCHUETZ, 1977, p. 496-97).

Assim, pretendia-se compensar o desaparecimento do Estado cliente de Palmyra, que já havia defendido o noroeste da Arábia de invasores árabes nômades. As bases legionárias ao longo desta comunicação incluíram Palmyra, Resafa, Oresa e Sura. Em cada caso, as pesquisas arqueológicas revelaram a presença de pequenos fortes militares integrados aos assentamentos civis. Sobre o que restou da cidade de Palmyra no período, por exemplo, foi reconstruído o acampamento militar, bem como um novo muro urbano que reduziu a área intramuros da cidade⁹⁷. O assentamento de cerca de 30 ha em Sura, entretanto, compreendia um pequeno forte quadrilíneo e um *canabae* circundante (KONRAD, 1999, p. 398-

95 Relatos contemporâneos: Dodgeon e Lieu 1991, ch.3.

96 Konrad, Baldus, Ulbert 2001. Discussão bibliográfica mais ampla dessas fortificações. Mais sobre o texto original: Sarantis 2013a, 348-349 e 351-352.

97 Visão geral: Intagliata 2017 and 2018, esp. Chs.5-6. Debate sobre a data das fortificações: Seyrig 1950; Van Berchem 1954. Veja também n.25 acima.

400). Uma situação semelhante ocorreu com o *quadriburgium* em *Tetrapyrgium* (KONRAD, 1999, p. 400-404): torres de vigia pontilhavam a estrada entre essas bases. As obras de fortificação na maioria dos locais consistiam em núcleos de entulho e revestimentos de tijolos de barro nesta fase diocleciana. Alguns desses locais, incluindo Cholle e assim como Dibsi Faraj, eram localizados no topo de morros ou montes, enquanto outros, como Resafa, por exemplo, estavam situados em terreno aberto. A localização de Dibsi foi provavelmente determinada pela topografia da área com vista para o rio e proporcionando fácil acesso à água.

A fortificação de Dibsi Faraj complementa este quadro de militarização do Médio Eufrates no Oriente, fornecendo evidências físicas dos trabalhos de fortificação da era tetrárquica, a oeste das bases fronteiriças imediatas da *Strata Diocletiana* e *Circesium*. Isso confirma a importância de defender a rota do Médio Eufrates para a Síria devido aos ataques persas anteriores citados acima. Como nas outras bases militares mencionadas, Dibsi Faraj continha uma guarnição com quartel-general. No entanto, difere-se pela falta de um pequeno forte quadrilíneo, estruturado em torno de um típico sistema cruciforme de quadras e ruas, contido dentro dos muros de um assentamento civil maior. Em vez disso, Dibsi Faraj foi um dos maiores entre os assentamentos irregulares, abrangendo estruturas militares e não militares. Isto pode sugerir uma integração mais próxima das populações militares e civis, uma tendência que se intensifica em todo o império no final da Antiguidade (FEAR, 2007; LEE, 2007, esp. cap.5-7; WHATELY, 2013, p. 234-238), principalmente com as intervenções dos séculos IV e V EC, o período de grande expansão.

As intervenções dos séculos IV e V – o período de maior expansão

O século IV EC testemunhou uma fase de grande expansão e monumentalização do local. No início do século, iniciou-se a construção de um grande complexo residencial (na área 0). O edifício ficou inacabado, porém, na segunda metade do século, uma grande basílica foi construída nesse espaço, atravessando a área residencial. A basílica teve diferentes fases de ocupação. O plano original foi caracterizado por três naves, dois pórticos externos, além dos longos corredores laterais da igreja. Uma segunda fase contemplou o alargamento da estrutura, transformando-se em uma igreja de cinco corredores e a adição de uma pequena abside, ao lado da principal, onde as relíquias foram provavelmente colocadas (Fig. 5).

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

Com base nos mosaicos e nas evidências estratigráficas, esta segunda fase pode ser datada entre a primeira metade do século V EC. Os mosaicos retratam motivos geométricos e pássaros. Os dois mosaicos do piso, na entrada, continham motivos que lembram aqueles encontrados em joias e em placas de prata (DONCEEL-VOÛTE, 1988, p. 85-86). Esquemas decorativos semelhantes também foram observados nas igrejas de Antioquia (DONCEEL-VOÛTE, 1988, p. 85-86). Mosaicos no lado norte da igreja apresentavam três octógonos contendo os nomes gregos Melitis, Sergis e Paulos. No lado oeste da igreja, outra inscrição votiva anunciava o nome de: Βάχχος θουρουρός ou “Bacchos, o porteiro” (Fig. 6).



Fig. 5 – Fotografia aérea da igreja da cidadela.

Fonte: Arquivo Harper, banco de dados do *The Excavation of Dibsī Faraj: Life in the Middle Euphrates*, sob coordenação de Anna Leone e Alexander Sarantis.



Fig. 6 – Mosaico da igreja da cidadela com inscrições.

Fonte: Arquivo Harper, banco de dados do *The Excavation of Dibsī Faraj: Life in the Middle Euphrates*, sob coordenação de Anna Leone e Alexander Sarantis.

Certamente, a inscrição foi dedicada próxima à entrada para ser lida pelos prosélitos saindo da igreja, após suas orações. Do ponto de vista arquitetônico, vale mencionar a presença de um nártex, bastante incomum na Antiguidade Tardia, embora, curiosamente, outro tenha sido encontrado na igreja da Santa Cruz, na vizinha Resafa-Sergiópolis (a relação entre os dois assentamentos será considerada mais adiante) (DONCEEL-VOÛTE, 1988, p. 67-69). O século V EC foi, de fato, um período de grande renovação e expansão do local. Não apenas a igreja da cidadela foi ampliada nesta época, mas também foi construída uma igreja do cemitério dos mártires do lado de fora da muralha da cidadela no início do século. A última igreja pode ser precisamente datada graças a uma inscrição do mosaico afirmando que a construção deste santuário, dedicado ao martírio, foi realizada pelo padre Jacobos e o *perioudeutes*⁹⁸ Paulos, no mês de Xanthikos do ano 740 (da era selêucida), que corresponde ao ano 429 EC (Fig.7)⁹⁹. O termo “martírio” provavelmente se refere a um complexo maior do qual apenas a igreja foi escavada (Fig. 8).

98 Para a definição de *periodeutes*: Chorepiscopus, em Khazdan 1991, 430.

99 Feissel, prelo.

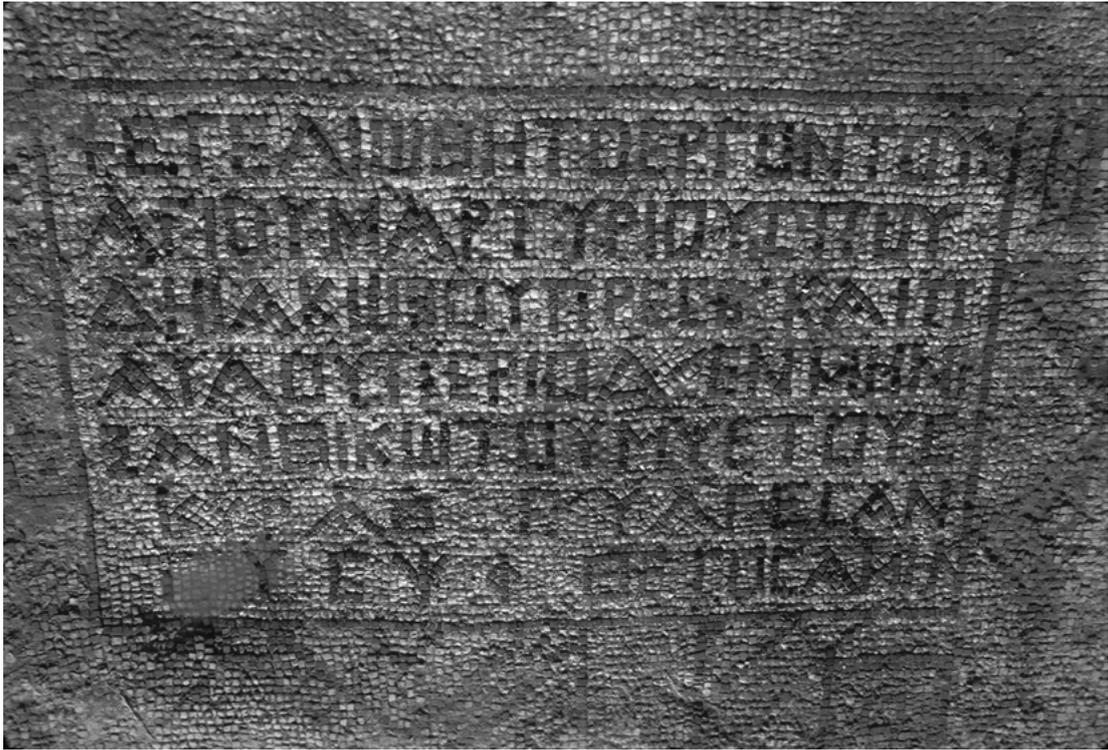


Fig. 7 – Inscrição na basílica extra-mural.

Fonte: Arquivo Harper, banco de dados do *The Excavation of Dibsī Faraj: Life in the Middle Euphrates*, sob coordenação de Anna Leone e Alexander Sarantis.

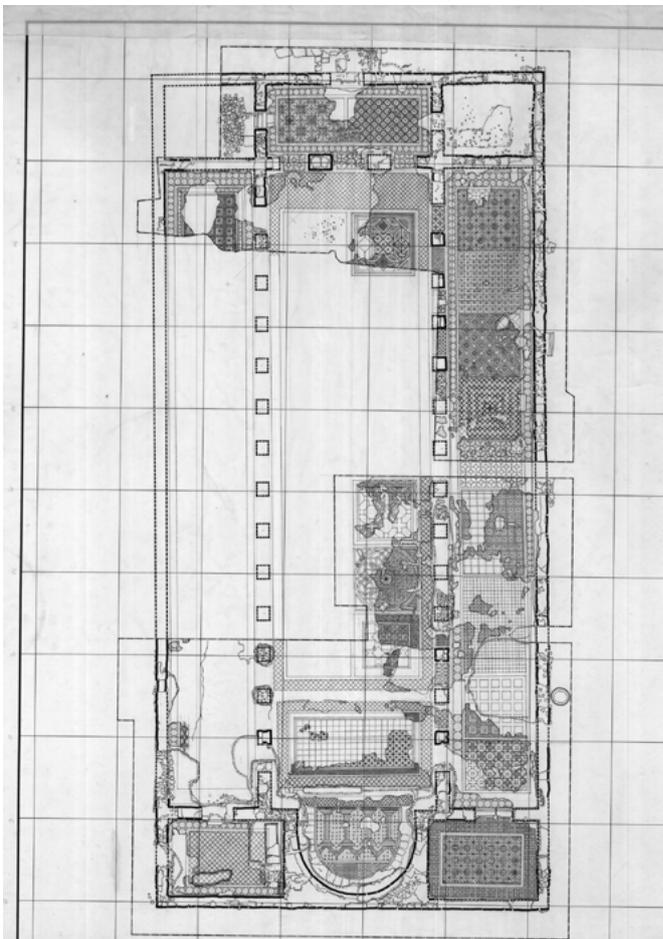


Fig. 8 – Planta com mosaicos da basílica extra-mural. Inscrição na basílica extra-mural.

Fonte: Arquivo Harper, banco de dados do *The Excavation of Dibsī Faraj: Life in the Middle Euphrates*, sob coordenação de Anna Leone e Alexander Sarantis.

O MÉDIO EUFRATES E SUA TRANSFORMAÇÃO DO 3º AO 7º SÉCULO EC

As duas igrejas encontradas nas fases de ocupação do século V EC. Dibsi Faraj podem ser colocadas em similar contexto de construção de igrejas em toda a região neste período. A edificação de muitas igrejas ao longo do Eufrates no século V EC é registrada após a construção da igreja dedicada a Sérgio, em Resafa, pelo Bispo Alexandre de Hierápolis, em 431 EC. Esse marco também precipitou um aumento do número de peregrinações ao túmulo do mártir (FOWDEN, 1999). A localização próxima de Dibsi Faraj, semelhanças arquitetônicas entre suas igrejas e as de Resafa e a referência a um homem chamado Sérgio na igreja da cidadela indicam que o culto e sua atração pelos peregrinos desempenharam um papel importante no desenvolvimento da arquitetura religiosa dos sítios arqueológicos do Médio Eufrates¹⁰⁰.

De acordo com a tradição do culto a São Sérgio, que se tornou extremamente popular durante o século V EC na região, Sérgio teria sido um soldado, a serviço do imperador Maximiano, quando ele e o companheiro, Baco (a formação de duplas no sistema militar ainda é presente na atualidade), foram declarados cristãos. Depois de se recusar a fazer um sacrifício da religião romana tradicional, foram enviados para Barbalissus e, de lá, vestidos com roupas de mulher, foram conduzidos através das ruas do forte. Posteriormente, foram açoitados até que Baco morreu. *Sergius*, finalmente, foi forçado a caminhar com pregos nos pés até Resafa, onde foi decapitado após novas torturas. A popularidade crescente das peregrinações a Resafa, que potencialmente teriam alcançado Dibsi Faraj, não foram o único motivo para a construção de monumentos cristãos no assentamento. Amplamente, esses monumentos, embelezados com mosaicos doados por prosélitos e leigos, também podem ser entendidos no contexto da cristianização dos assentamentos desta região, que acelerou seu movimento no século V EC.

Dibsi Faraj se beneficiou de obras seculares nos séculos IV e V EC. Em meados do século V EC, o assentamento se expandiu pela primeira vez para além de seus muros, com a construção de um complexo de banhos localizado a oeste da fortificação. A parte exposta do complexo de casas de banho tinha cinco componentes principais: 1) um corredor de entrada ou vestíbulo ao norte, levando a; 2) um grande pátio ou átrio a leste; 3) uma câmara fria (frigidário, *frigidarium*)

100 Para o culto de Sergius: Fowden (1999).

com banheira, situada imediatamente a sul da entrada, embora acessado a partir do pátio; 4) um cômodo grande retangular central, sendo uma sala morna (tepidário, *tepidarium*) ou uma sala quente (caldário, *caldarium*), novamente, acessível apenas a partir do leste e subdividido em partes norte e sul (possivelmente um combinação de salas mornas e quentes), com uma pequena banheira (*laconicum* ou *sudatorium*) em sua parte sul; e 5) uma sala quente abside (caldário) ao sul, acessível, possivelmente, apenas da sala para o norte.

A fornalha (*praefurnium*) que provavelmente estava na parte sul (ou, possivelmente, ao lado do caldário leste) não foi revelada pela escavação, muito embora houvesse algumas evidências para confirmar que ela estava localizada lá, principalmente representada pelo contexto com fuligem e cinzas. Este complexo de banhos foi abandonado em meados do século V EC, quando novos banhos foram construídos fora do portão nordeste da cidadela. Estes foram datados por uma inscrição em sua entrada em 764 da era selêucida, ou seja, 452/453 EC (Fig. 9.a-b).

Esses novos banhos foram construídos em tijolos e decorados com mosaicos que foram bem preservados em sua maioria¹⁰¹. O complexo continha um frigidário, conectado a um vestíbulo que conduzia calor a três quartos. As impressionantes obras arquitetônicas dos séculos IV e V EC em Dibsi Faraj incluíram balneários e igrejas, algumas delas extramuros, o que, provavelmente, poderia estar relacionado a uma situação pacífica nesse momento na fronteira oriental. Até mesmo as guerras romano-persas dos séculos IV e V EC, que duraram de 338-350 e 359-363 EC, consistiram, principalmente, em campanhas de atrito e cercos na Alta Mesopotâmia, ao invés do Médio Eufrates¹⁰². Além disso, a malfadada invasão do império persa ao longo do Eufrates, em 363 EC, pelo imperador Juliano, contornou o trecho do rio em que Dibsi Faraj estava localizada (SMITH, 1999). De acordo com Ammianus, Juliano e seu exército cruzaram o Eufrates perto de Hierápolis e, tendo passado por Batnae, desceram o Rio Balikh para Callinicum. De Callinicum, Juliano liderou o exército ao longo da margem esquerda do Médio Eufrates para Circesium e, em seguida, através do Khabur, para o território persa¹⁰³.

101 Feissel, no prelo.

102 Guerras romano-persas do século IV EC: Matthews 1989, esp. Part 1; Dignas e Winter 2007, ch.3.2; Isaac 1997, 437-460. Relatos contemporâneos: Dodgeon e Lieu 1991, cáp.7-9.

103 Relato de Amianus sobre a expedição de Juliano: Amm. marc. 23.2-25.3.

O MÉDIO EUFRATES E SUA TRANSFORMAÇÃO DO 3º AO 7º SÉCULO EC

Embora nenhuma grande obra de fortificação tenha ocorrido durante o reinado de Constâncio II (337-361), o imperador dividiu o que tinha sido a província da Síria Coele em três novas províncias, uma das quais era Euphratensia, compreendendo a região da fronteira do Médio Eufrates¹⁰⁴. O principal comando romano, responsável pelo controle dessas três províncias, era o *Dux Syriae et Euphratensis*, que tinha sua sede em Callinicum, Euphratensia, muito embora o comando pudesse estar ocasionalmente baseado em Chalcis, na Síria I (SCHWARZE, 2017, p. 308).

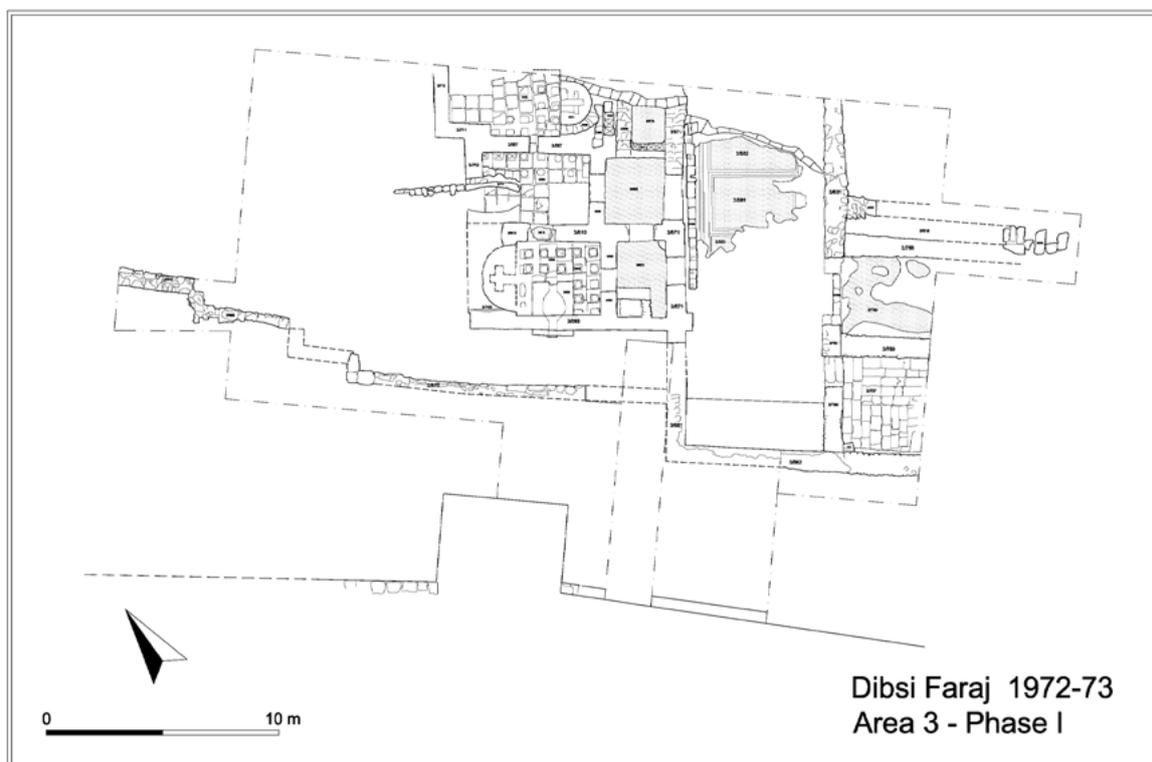


Figura 9a: Área 3 – Estruturas fora da cidadela – fase I (elaborado a partir dos desenhos de arquivo de Harper).
Fonte: M. Brizzi, integrante do *The Excavation of Dibsî Faraj: Life in the Middle Euphrates*, sob coordenação de Anna Leone e Alexander Sarantis.

104 Comfort (2008, p. 270). Veja também Silva (2003).

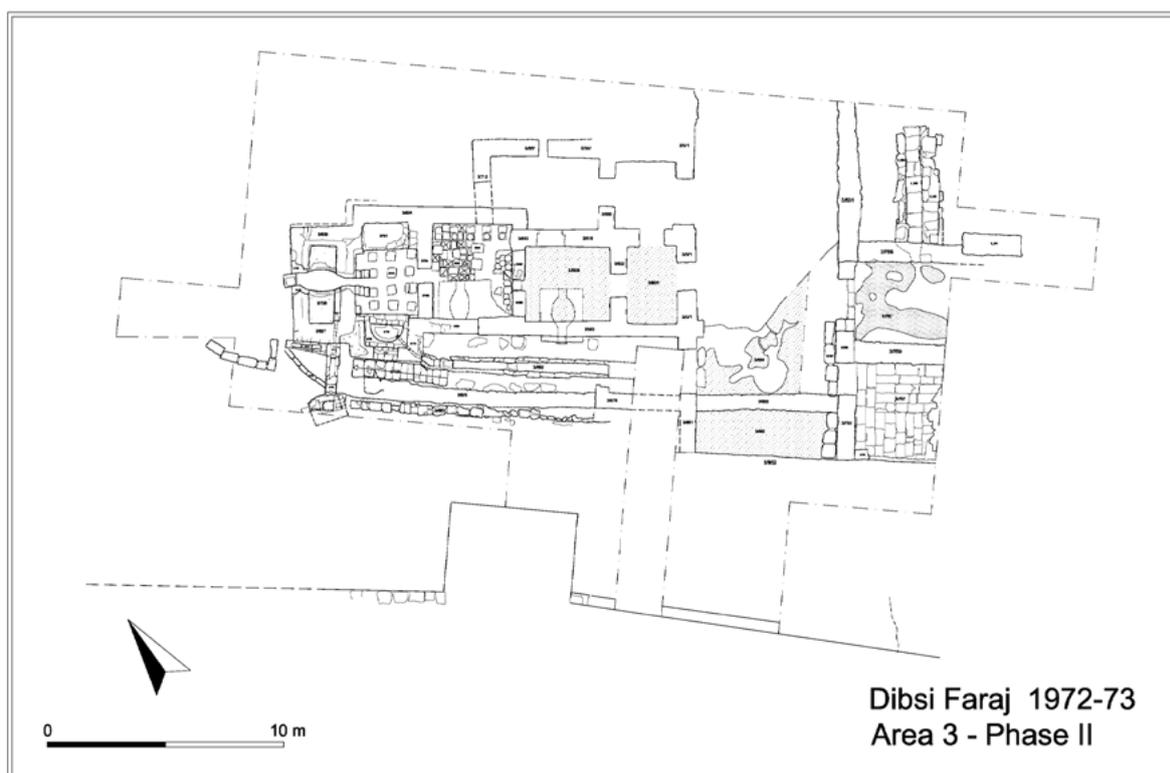


Figura 9b: Área 3 – fase 2

(elaborado a partir dos desenhos de arquivo de Harper).

Fonte: M. Brizzi, integrante do *The Excavation of Dibsī Faraj: Life in the Middle Euphrates*, sob coordenação de Anna Leone e Alexander Sarantis

Esta reorganização provincial mostra um reconhecimento da importância estratégica da região do Médio Eufrates. Na verdade, embora não tenha havido grandes guerras romano-persas pós 363 EC, ataques isolados na região do Médio Eufrates por grupos não persas são registrados em nossas fontes. Os hunos, que invadiram o território romano através do Cáucaso em 395 EC, viajaram o Alto e Médio Eufrates antes de atacar Euphratensia e a Síria (GREATREX; LIEU, 2002, p. 17-19). Durante o breve intervalo (421-422 EC) do conflito romano-persa, os aliados árabes dos persas, Lacmidas, tentaram persuadir o império a invadir a Síria pelo Médio Eufrates. Não há evidências, no entanto, de que isto realmente tenha ocorrido (SHAHÎD, 1989, p. 26-35). Em vez disso, os Lacmidas foram derrotados por uma força romana, presumivelmente, no/perto do Médio Eufrates, no qual muitos deles se afogaram tentando escapar. Quando os Lacmidas atacaram Euphratensia em 498 EC, eles foram novamente derrotados, desta vez pelo *Dux Syriae et Euphratensis* em Resafa (SHAHÎD, 1989, p. 120-125).

No entanto, as ameaças dos hunos pelo norte tanto ao império romano quanto ao persa significavam que a paz acordada entre estes em 363 EC foi mantida

O MÉDIO EUFRATES E SUA TRANSFORMAÇÃO DO 3º AO 7º SÉCULO EC

em sua maior parte durante os 139 anos seguintes (DIGNAS; WINTER, 2007, p. 192-193; CHRYSOS, 1993, p. 183; SARRIS, 2011, p. 125-126). A consequente falta de grandes trabalhos de fortificação em Dibsi Faraj foi típica da região. Alguns dos fortes do Médio Eufrates, Pagnik Oreni, por exemplo, foram até abandonados no século V EC e outros, provavelmente, estavam em mau estado de conservação (HARPER, 1977, p. 455). Paralelamente à construção do balneário de Dibsi Faraj, a proliferação de achados de moedas no local¹⁰⁵ e achados relativos à atividade artesanal e comercial pode ser entendida no contexto de um *boom* econômico, desfrutado pelo Mediterrâneo Oriental e as províncias romanas do Oriente Médio neste período. Na verdade, o norte de Oriens, embora fosse, em parte, uma zona fronteira, era também, um dos “celeiros” do império, uma área que era mais produtora de impostos e tributos do que consumidora (DECKER, 2007, 2009; MANGO, 2011; WALMSLEY, 2007; WICKHAM, 2005, p. 609-626).

Além de produtiva para a agricultura, esta era uma região comercialmente vital, atravessada por redes comerciais que ligavam o Mediterrâneo e o Oriente Médio (BANAJI, 2016; COMFORT, 2008; POLLARD, 2000, p. 175-177). Tendo em mente que o Eufrates era uma dessas rotas e, nas proximidades de Callinicum, uma das rotas oficiais dos entrepostos comerciais romano-persas, não é surpreendente que Dibsi Faraj mostre sinais de expansão nos séculos IV e V EC¹⁰⁶. Decretos legislativos emitidos em 414 EC, abordando o comportamento desenfreado ou corrupto do *Dux Syriae et Euphratensis* e seus homens, reforçam a impressão de que até mesmo os militares poderiam encontrar tempo para o entretenimento (Cod. Theod. 7.11.2 e 15.11.2.). O comando foi acusado de desviar fundos públicos para a construção de banheiros privativos, e os legionários, de passar meses a fio em Hierápolis (onde eles, presumivelmente, estavam se divertindo, a julgar pela reclamação recebida em Constantinopla pelo governador provincial), quando, na verdade, deveriam estar transportando animais selvagens para Constantinopla¹⁰⁷. Não é difícil imaginar os componentes do Dibsi Faraj *principia* se divertindo de maneiras semelhantes.

105 Cerca de 980 moedas foram encontradas durante a escavação (MUNZI, no prelo).

106 Cod. Iust. 4.36.4. Discussão: Pollard 2000, 215-216.

107 Presumivelmente, leões, que ainda habitavam o Vale do Eufrates no século XIX (COMFORT, 2008, p. 196).

A fase Anastasiana

Durante o reinado de Anastácio (491-518 EC), o local foi significativamente fortificado. Os muros foram reconstruídos com grandes trabalhos ocorrendo principalmente em seu setor sudeste. Enquanto a parede foi reconstruída em alvenaria, as torres de Diocleciano foram derrubadas até suas fundações e torres maiores foram erguidas em seu lugar. Ao mesmo tempo, as torres circulares dos cantos foram substituídas por torres hexagonais, e torres retangulares maiores foram colocadas em intervalos mais distantes. Os portões também foram modificados – em particular, o portão central, que protegia diretamente os poços de abastecimento de água (Fig. 10.a-b).

O portão oriental, finalmente, foi reduzido a uma poterna. Em um de seus relatórios preliminares, Harper indicou que este trabalho de reconstrução foi de Justiniano (HARPER, 1975, p. 325-327). Isso se seguiu à identificação do local com Neocesareia e o fato de que foi nomeado por Procópio entre os locais do Médio Eufrates, cujas defesas foram reconstruídas pelo imperador Justiniano (527-565 EC). No entanto, essa datação é colocada em dúvida pelas evidências arqueológicas; em particular, um decreto militar inscrito e a estratigrafia da escavação, que indicam que o trabalho de reconstrução ocorreu, em vez disso, no período de Anastácio¹⁰⁸.

A identificação de vários fragmentos de uma inscrição grega é um elemento especialmente importante na confirmação da função militar do local durante o reinado de Anastácio. De acordo com análise de Denis Feissel, a inscrição faz parte da lei que Anastácio promulgou para proteger o *limitanei*¹⁰⁹. A inscrição em Dibsi preserva apenas algumas linhas, mas Denis Feissel foi capaz de decifrar quase todo o texto, comparando-o com as versões mais completas – as inscrições encontradas em Qasr Al-Hallabat, Bostra e Umm el Jimal na Jordânia¹¹⁰. A leitura da inscrição não deixa dúvidas de que o imperador Anastácio tenha sido o autor desta lei. Embora alguns capítulos deste decreto tenham sido totalmente perdidos (talvez menos de 20%), agora estamos em posição de reconstruir 135 linhas, ou 1.400 palavras, da primeira parte, sem interrupção.

108 Munzi, no prelo. O maior número de moedas registrado desde a data de escavação do reinado de Anastácio: cerca de metade das 130 moedas bizantinas.

109 Feissel, no prelo.

110 Sobre a natureza, conteúdo e cronologia do texto: Arce, Feissel, Weber 2014.

O MÉDIO EUFRATES E SUA TRANSFORMAÇÃO DO 3º AO 7º SÉCULO EC

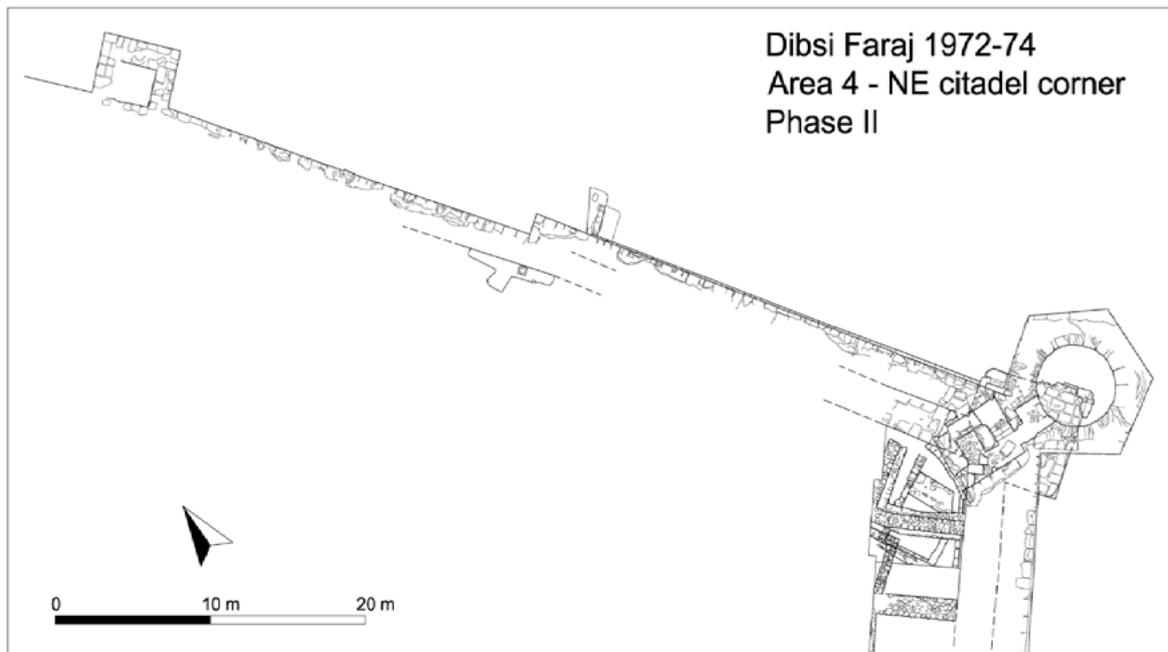


Figura 10a – Área 4 – torre de canto da cidadela construída acima da torre quadrada anterior – Fase 2 (elaborada a partir dos desenhos de arquivo de Harper).

Fonte: M. Brizzi, integrante do *The Excavation of Dibsī Faraj: Life in the Middle Euphrates*, sob coordenação de Anna Leone e Alexander Sarantis.



Fig. 10b - Fotografia aérea da torre baluarte da fortaleza militar.

Fonte: Arquivo Harper, banco de dados do *The Excavation of Dibsī Faraj: Life in the Middle Euphrates*, sob coordenação de Anna Leone e Alexander Sarantis.

A refortificação do período de Anastácio em Dibsi Faraj é compreensível à luz da guerra entre os impérios romano e persa em 502 EC. O conflito de quatro anos que se seguiu foi iniciado pelo rei persa Kavadh, que invadiu a Armênia romana e a Mesopotâmia, em 502-503 EC, capturando uma série de cidades importantes por cerco, incluindo Teodosiópolis e Amida¹¹¹. Kavadh foi motivado pela necessidade de reforçar sua posição política doméstica após uma rebelião que o havia derrubado, temporariamente, em 496 EC (BÖRM, 2007; DARYAEE, 2014). Kavadh, portanto, usou a recusa romana de contribuir para a defesa dos portões do Cáspio, passagem ameaçada por invasores hunos, da Estepe Eurásia, como pretexto para sua invasão em 502 EC¹¹².

A maior parte da guerra de 502-506 EC foi travada ao norte, na Armênia romana e na Mesopotâmia, embora o Médio Eufrates tenha participado em duas ocasiões. Em 503/504 EC, Kavadh levou seu exército de volta ao território persa através do Rio Balikh-Rota, no Médio Eufrates, após o cerco fracassado de Edessa (GREATREX, 1998, p. 105-107); e, em 502 EC, quando os Lacmidas cruzaram o rio a caminho de Osroene, de onde levaram 18.500 prisioneiros, de acordo com a “Crônica de Josué, o Estilita” (Josh. Styl. 52). Após a guerra, as defesas do Médio Eufrates foram melhoradas significativamente como parte de um programa mais amplo de fortificação nas províncias da fronteira oriental¹¹³. A maioria desse trabalho foi concluído na década de 530 EC. Anastácio (491-518 EC) e seus sucessores Justino I (518-527 EC) e Justinian (527-565 EC) organizaram este programa de construção, em resposta à facilidade com a qual os persas conquistaram as principais cidades da Armênia e da Mesopotâmia em 502-504 EC (Fig. 11)¹¹⁴.

Embora os edifícios do período de Procópio (365-366) sejam, em sua maior parte, atribuídos ao período de fortificação de Justiniano, as investigações ar-

111 Guerra de 502–506 EC: Greatrex 1998, cap.5.

112 Greatrex (1998, p. 8-19 e 76-79); Meier (2009, p. 174-194). Veja também Börm (2008) argumentando que os persas exigiram dinheiro de Roma principalmente como um símbolo de sua própria superioridade.

113 Sauer et al. (2017, p. 246) recentemente minimizaram a infraestrutura e capacidade militar dos romanos no final da Antiguidade, apontando para a falta de evidências de grandes bases militares “organizadas” em comparação com o período inicial do Império. Mas, embora não haja dúvida das impressionantes obras de infraestrutura dos sassânidas, outro ponto chave, foram as mais sofisticadas e monumentais fortificações romanas do final da Antiguidade, mais do que em períodos anteriores, como é o caso de Dibsi, mesmo que incluíssem espaços menores e os soldados estivessem baseados em cidades-fortaleza, bem como em bases militares. Para um argumento mais detalhado: Sarantis (2013b).

114 Obras de construção do século VI EC na Armênia e na Alta Mesopotâmia: Sarantis 2013a, 341–348. Outras obras importantes: Whitby 1986a; Comfort 2008, esp. 229–243; Crow 2007; Howard-Johnston 2013, 872–884.

O MÉDIO EUFRATES E SUA TRANSFORMAÇÃO DO 3º AO 7º SÉCULO EC

queológicas deixam claro que uma grande parte inicial foi realizada por Anastácio (CROKE; CROW, 1983; MEIER, 2009, p. 212-213; ULBERT, 2000). A adição de torres de projeção maiores, de formas diferentes e paredes mais espessas, incorporando uma área interna, como Dibsi Faraj, foram os desenvolvimentos típicos deste período. Em Zenobia, por exemplo, a acrópole no topo da colina passou a ser cercada, no início do século VI EC, pelas fortificações da cidade, o que incluiu trinta torres retangulares salientes e seis portões (LAUFFRAY, 1983, part II.). Os muros em Resafa também foram atribuídos ao reinado de Anastácio e, mais uma vez, incluíam fortificações maiores e mais espessas, torres em formato de proa salientes, retangulares e hexagonais (GUSSONE; SACK, 2017, p. 125-127; KONRAD; BALDUS; ULBERT, 2001, p. 14-15).

As torres em forma de “U” em Palmira parecem ter sido construídas provavelmente em algum estágio de 506 EC até a década de 530 EC. Essas fortificações do início do século VI EC foram, na maioria dos casos, construídas com materiais mais duráveis e melhores técnicas de alvenaria do que as defesas da era tetrárquica, com blocos de silhar em vez de tijolos de barro nas faces externas e, em alguns pontos, *opus mixtum* com camadas de rochas. Evidências epigráficas, legislativas e literárias referentes às obras de fortificação oriental deixam claro que elas foram organizadas, financiadas e implementadas em nível local, mesmo quando iniciadas pelas autoridades imperiais¹¹⁵. Ao dedicar inscrições, ocasionalmente reconhecem a distante autoridade do imperador, mas também se referem ao papel direto dos comandantes militares locais, funcionários administrativos e arquitetos. O melhor exemplo é a inscrição de Chalcis, que menciona um general chamado Longinus, um ex-cônsul, Anastácio e Isidoro, um engenheiro – provavelmente o famoso arquiteto militar Isidoro, o Jovem, também responsável pelo trabalho de fortificação em Zenobia, segundo Procópio¹¹⁶. Fontes literárias, entretanto, reconhecem o papel de bispos no início das obras de infraestrutura em locais como Resafa e Dara¹¹⁷. Elites seculares não oficiais, como Tomé, atestado na inscrição da acrópole de

115 Zanini (2003, esp. 218-220), sobre as interações centro-periferia envolvidas na implementação das importantes obras de Dara. Para uma discussão sobre as contribuições locais de fortificação nos Balcãs: Sarantis (2016, p. 219-224).

116 Inscrição de Chalcis: Feissel (2000, p. 98); IGLS 348–349. Isidoro, o Jovem: Martindale 1992, 724–725. Trabalho de fortificação Zenobia: Procop. Aed. 2.8.11–25.

117 Dara: Zach. 7.6. Resafa obras e papel dos bispos: Gussone e Sack 2017, esp.124.

Androna, também poderiam ser responsáveis por tais trabalhos defensivos¹¹⁸. Embora não tenhamos inscrições na fortificação de Dibsi Faraj, não é difícil imaginar uma combinação de um oficial militar local, líderes religiosos e os leigos responsáveis pela doação de mosaicos à basílica contribuindo de várias maneiras para este projeto.

A publicação do edito de Anastácio em Dibsi Faraj, como em outros locais da fronteira oriental, pode ser entendida como outra forma pela qual as autoridades imperiais procuraram fazer valer um controle mais forte sobre o fornecimento, disciplina e responsabilidade das divisões militares de fronteira e seu pessoal administrativo, após a renovação da guerra com a Pérsia (FEISSEL, 2014; SHAHÎD, 1989, p. 131-133)¹¹⁹. O edito em questão também foi publicado em sítios na Jordânia, como mencionado acima, e datam de 492 EC ou 507 EC¹²⁰. Alguns preferiram um contexto dos anos 490 EC para editos militares de Anastácio, com base no fato de que a maior parte de seu suprimento militar-legislação relacionada foi publicada nesta década (ONUR, 2016, p. 188-189).

Embora isso seja plausível, uma data de 507 EC faz mais sentido no contexto dos programas de fortificação e recuperação do pós-guerra, principalmente, tendo em vista que o edital buscou, fundamentalmente, melhorar as condições e proteger os direitos dos soldados fronteiriços *limitanei*.

Além disso, uma série de suprimentos de chaves de Anastácio e decretos relacionados à corrupção podem ser datados de qualquer época entre 491 e 505 EC (Cod. Iust. 12.37.16.). Nesse caso, o edital confirma a presença continuada de uma guarnição militar, aparentemente composta por tropas *limitanei*, em Dibsi Faraj no início do século VI EC. Curiosamente, a única seção do edital encontrado em al-Hallabat referente à província de Euphratensis diz respeito ao fornecimento e pagamento do *dux* e seus soldados (SEG 32, 1554B, 6).

118 IGLS 1682. Discussão: Mango 2017, 202.

119 Feissel 2014; Shahîd 1989, 131–133.

120 Texto: Marcillet-Jaubert 1982. Data: Feissel 2014, 34. Contexte e discussão do edito imperial de al-Hallabatt: Arce, Feissel, e Weber 2014. Inscrição de Bosra: IGLS 9045–9046.

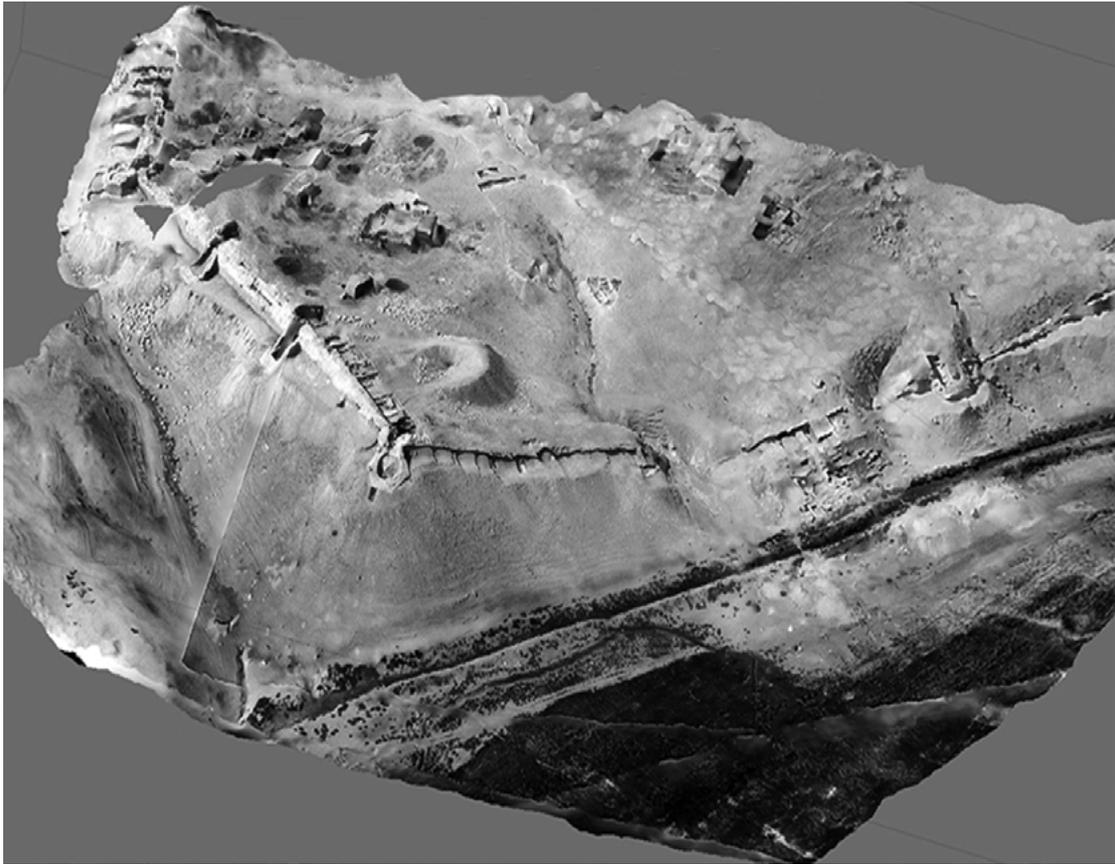


Fig. 11 – Modelo 3D obtido por um mosaico de fotografias aéreas

Fonte: M. Brizzi, integrante do *The Excavation of Dibsī Faraj: Life in the Middle Euphrates*, sob coordenação de Anna Leone e Alexander Sarantis.

Embora seu trabalho de refortificação seja típico, Dibsī Faraj difere de alguns dos outros locais, principalmente na falta de uma construção maior de igreja do período de Anastácio. Novas igrejas importantes e complexos episcopais em Palmira e Resafa foram erigidos nesta época¹²¹. No entanto, apesar da falta de atividade semelhante em Dibsī Faraj, suas igrejas do século V EC continuaram em uso e não há razão para supor que o sítio não tenha permanecido como um importante ponto de parada na peregrinação e rota para Resafa¹²².

121 Igreja de Palmira no Templo de Bel: Jastrzębowska 2013. Resafa: Gussone, Sack 2017, 124-127.

122 Importância do culto a São Sérgio em Resafa e outras bases da fronteira síria-mesopotâmica: Fowden 1999.

O século VI EC – Pós-Anastácio

Mesmo que o restante do século VI EC tenha testemunhado poucas mudanças arquitetônicas no local, a ampliação dos banhos dos *principia*, discutida acima, na fase anterior, representou um desenvolvimento significativo. Essas novas estruturas foram adicionadas a oeste do complexo, cobrindo uma área de 500 m². Eles incluíram um caldário, um tepidário e um hipocausto. Seus pisos e paredes foram originalmente cobertos com *opus sectile* de mármore, que foi quase totalmente roubado no período islâmico. Esta é a única grande atividade de construção identificada durante a escavação que parece ter ocorrido na era Justiniana.

Assim como a reforma dos banhos dos *principia*, achados no local sugerem que eles continuaram a ter uma função militar ao longo do século VI EC. Artefatos que datam do início do período bizantino incluem: um balde de cobre, aparentemente um componente típico de um equipamento oficial militar; várias fíbulas, incluindo uma de seta de besta em bronze, usada, geralmente, por soldados rasos ou oficiais; e um pino de osso com um colar sulcado em forma de lágrima, comum em contextos do leste do Mediterrâneo e aparentemente introduzido na Europa Ocidental pelos soldados da Síria.

A renovação dos banhos dos *principia* em Dibsi Faraj e a aparente continuidade das funções militares pode ser entendida no contexto de uma maior insegurança militar na região. A guerra romano-persa estourou novamente durante o reinado de Justiniano, sendo a guerra de 527-532 EC a primeira de quatro outras guerras importantes durante o século VI EC (527-532, 540-545, 548-556 e 573-591 EC)¹²³. Enquanto a segunda dessas guerras afetou principalmente Lazica, ao sul das montanhas do Cáucaso, os outros ataques persas e Lacmidas árabes foram mais regulares na região do Médio Eufrates e no norte da Síria do que no século IV EC, ou nas guerras do período de Atanácio. Na verdade, seguindo os passos de Shapur I, os reis persas Kavadh (488-531 EC) e Khusro I (531-579 EC) lançaram invasões à Síria romana ao longo do rio em 531, 540, 542 e 573 EC. Em 531 EC, um exército Persa-Lacmida, comandado pelo general Azarethes, foi detido em Cálcis por um exército liderado pelo general romano Belisarius¹²⁴.

123 Guerras romano-persas do século VI EC: Greatrex 1998; Dignas e Winter 2007, cap.3.4; Whitby 1988, part III.

124 Greatrex e Lieu 2002, 92-93. O relato contemporâneo mais detalhado da campanha Callinicum: Procop. Pers. 1.18.

O MÉDIO EUFRATES E SUA TRANSFORMAÇÃO DO 3º AO 7º SÉCULO EC

Belisarius passou a perseguir as forças persas enquanto recuavam ao longo do Danúbio Médio via Barbalissus. Relutantemente, Belisarius foi persuadido por suas tropas a travar uma batalha com os persas na margem direita do Eufrates, oposta a Callinicum¹²⁵. Este encontro sangrento terminou com a vitória de Pirro para os persas; os remanescentes do exército romano tentaram fugir através do Eufrates, muitos se afogando no processo.

Em 540 EC, Khusro I liderou outro ataque à Síria através do Médio Eufrates¹²⁶, passando pela cidade fortemente defendida de Circesium; saqueou Sura e acabou capturado ou detido como resgate pelos *principais* das cidades do norte da Síria, a oeste da curva do Eufrates, incluindo Hierápolis, Bereia e Antioquia¹²⁷. Depois de ocupar as cidades do sul da Síria, como Apaméia, Khusro se dirigiu para o norte, cruzando o Médio Eufrates e lançou uma série de ataques fracassados contra as principais cidades-fortaleza da Mesopotâmia, Dara e Edessa. Khusro atacou novamente em 542 EC, liderando seu exército ao longo da margem direita do Eufrates antes de sitiar, mas não conseguiu capturar Resafa (Procop. Pers. 2. 20–21; Zach. 10.8). Ele foi dissuadido de seu plano de invadir a Palestina pela presença de Belisarius e seu exército na região. Assim, cruzou o Eufrates e saqueou Callinicum antes de recuar para o território persa via Mesopotâmia.

Uma terceira incursão persa na Síria através do Médio Eufrates ocorreu em 573 EC (GREATREX; LIEU, 2002, p. 146-147). Após viajar ao longo do rio, Khusro I dividiu seu exército em Circesium, liderando uma parte dele pelo Vale Khabur em direção a Dara, que acabou caindo após um longo cerco, e enviando a outra parte pelo Médio Eufrates sob o comando do general Adarmahan, para invadir a Síria. Nossa principal fonte para esse ataque, João de Éfeso, apenas menciona especificamente o saque de Apaméia, embora ele se refira vagamente à destruição de muitas outras fortalezas e aldeias (Joh. Eph. 6.6.). Finalmente, Khusro II, fugindo do general rebelde Bahram, viajou pelo território romano através do Médio Eufrates em 591 e.c (Theoph. Sim. 4.10.4–11). Ele foi recebido pelo comandante romano local, Probus, no Circesium, antes de ir para Hierápolis, onde conheceu o general do exército romano do lado oriental, Comentiolus.

125 A Batalha de Callinicum: Greatrex 1998, 200–207; Rubin 1960, 287–289; Shahid 1995, 134–142; Whitby 2018, 1205–1208. O relato contemporâneo: Malalas 18.60; Procop. Pers. 1.17.30–56; Zach. 9.4.

126 Relatos contemporâneos: Greatrex e Lieu 2002, 103–108. Veja também Börm 2006.

127 Saque de Antioquia, 540 EC: Downey 1961, 542–544; Börm 2007, 172–175; Whitby 2018, 1208–1210. Esse evento faz parte da virada de 540/42 EC no reinado de Justiniano, conforme: Meier 2003, 649–650.

O Médio Eufrates também foi atacado pela confederação de tribos Lacmidas árabes apoiada pelos persas, governada pelo formidável Al-Mundhir III (503/505-554 EC) em 518/519, 525 e 529 EC¹²⁸. Na última ocasião, Al-Mundhir atacou a aldeia de Amis entre Chalcis e Antioquia, levando quatrocentas mulheres e um anacoreta chamado Dodo, de acordo com *The Chronicle of Pseudo-Zachariah Rhetor* (Zach. 8.5.). Em 531 EC, em uma repetição da incursão hunna de 395 EC, os Sabir Hunos invadiram a partir do norte, cruzando o Eufrates, atacando a Eufratesia e a Cilícia¹²⁹. Dibsí Faraj certamente teria sido afetado por vários desses ataques, especialmente aqueles em 531 e 540 EC. É, portanto, surpreendente, que, apesar do trabalho expandido dos *principia*, talvez não haja evidências materiais para trabalhos adicionais de fortificação. Os edifícios de Procópio registram obras de construção justiniana no local, informando que, assim como em Zenobia, as paredes eram baixas e construídas com pedras soltas, antes de passar por uma grande reforma justiniana (Procop. Aed. 2.8.8–25). Enquanto isso, trata-se claramente uma manobra retórica para exagerar as conquistas de Justiniano a construção de um novo, mais monumental muro norte em Zenobia, com torres maiores projetadas, de fato atribuída ao seu reinado (Lauffray 1983, esp. Part II, Cáp.4; Ulbert 2000, 141). Portanto, embora não tenha havido uma segunda fase óbvia nos muros de Anastácio em Dibsí Faraj, não é impossível que mais obras de renovação mínimas tenham ocorrido em algum momento mais tarde no século VI EC.

Além disso, além de Zenobia, há boas evidências arqueológicas e epigráficas para outra onda de trabalhos de fortificação na fronteira oriental em toda a região durante o reinado de Justinian (527-565 EC). Isso inclui as plataformas de luta arcadas mais novas e mais altas em Dara e a ampliação e adição de abóbadas às torres de Resafa¹³⁰. Sura adquiriu um fortificado *annexe* maior, de 39,4 ha, a oeste do complexo inicial de fortaleza-*canabae*, datada pelas escavações da era Justiniana (KONRAD, 1999, p. 398-400). As torres em forma de “U” em Palmira, conforme mencionado anteriormente, podem datar de qualquer época no início do século VI EC. Embora muitos desses locais perto ou na fronteira pare-

128 Fontes e historiografia sobre ataques de 518/19 EC e 525 EC: Greatrex 1998, 131 n.30; e Greatrex et al. 2011, 297 n.66; Shahíd 1995, 43–45. 529: Greatrex et al. 2011, 298 n.70.

129 Relatos contemporâneos: Zach. 9.6; Malalas 18.70. Historiografia: Greatrex et al. 2011, 328 n.92.

130 Dara: Whitby 1986b; Keser-Kayaalp e Erdogan 2017, 155. Resafa: Gussone e Sack 2017, 127–130; Konrad, Baldus, e Ulbert 2001, 14–15; Karnapp 1976.

O MÉDIO EUFRATES E SUA TRANSFORMAÇÃO DO 3º AO 7º SÉCULO EC

çam ter sido renovados na primeira parte do reinado de Justiniano, de 527-540 EC, uma onda posterior de trabalhos de fortificação é atestada epigraficamente nas regiões do norte da Síria. As inscrições dos edifícios em Chalcis, Hierápolis, Androna e Cyrrhus são datadas entre o final dos anos 540 e 559 EC¹³¹. As últimas obras foram provavelmente construídas na sequência das invasões persas de 540 e 542 EC.

O impacto socioeconômico das invasões persas e Lacmidas no norte da Síria é sugerido por sinais de estagnação socioeconômica em grandes cidades, como Antioquia e Apamea¹³². O considerável saque, prisioneiros e, no caso de Antioquia, obras arquitetônicas, significou que estes foram os ataques persas (540 e 573 EC) dentre os mais traumáticos episódios militares que a região experimentou desde o ataque de Shapur I em 252 EC. Não há sinais de destruição ou grande deslocamento socioeconômico em Dibsi Faraj, embora haja menos moedas datadas da fase pós-justiniana do final do século VI EC, e a principal igreja intramuros tenha sido arrasada em algum estágio¹³³. A aparente continuidade no local reflete a tendência geral observada em sítios ao longo ou próximos da *Strata Diocletiana* (KONRAD, 1999, p. 408-410). Isso pode ser explicado pelo fato de que, no interior, as províncias sírias mais ricas do Levante foram os principais alvos dos Lacmidas e persas, com ataques às fortalezas de fronteira ao longo do Eufrates sendo frequentemente contornados pelas forças inimigas.

Além disso, este setor norte do limes oriental, sub-Eufratianas, não mostra sinais de abandono pelas forças da fronteira *limitanei* no século VI EC; ao contrário do sul, o *limes Arabus*, em meados do século VI EC aparentemente perdeu sua função militar¹³⁴. Embora os árabes Ghassanidas também possam ter sido responsáveis pela defesa da seção norte do *limes* no final do século VI EC, como é evidente a partir do palácio/salão de recepção de al-Mundhir III, nos arredores de Resafa, as mudanças na topografia dos locais ao da Strata ou do Médio Eufra-

131 Cyrrhus: Alpi 2016. Androna: n.86. Hierapolis: Mouterde et al. 1945, 209, n.39. Chalcis: n.84.

132 Foss 1997, 190–197 e 205–226; Kennedy 1985, 149–163; Liebeschuetz 1988, mais recentemente Walmsley 2007 e 2013. Terremotos como os de 526 e 528 EC., também causaram danos em cidades do norte da Síria, como Antioquia, mas não há evidências de que afetaram áreas tão distantes como o Médio Eufrates: por ex. Ambraseys 2009, 184–185.

133 Moedas: Munzi, prelo. Para a destruição da igreja intramuros: Harper 1975, 333.

134 Arce 2015 vê esse desenvolvimento como uma consequência da política de Justiniano com os Gassânidas. Mais recentemente: Whately 2013, prelo.

tes foram menos óbvias¹³⁵

O século VII EC

Estratigraficamente, tem sido extremamente difícil destacar de maneira específica os desenvolvimentos locais no século VII EC. No entanto, foi possível identificar algumas mudanças nas duas basílicas. O mosaico representando um pórtico na abside elevada da igreja extramuros dos mártires foi o assunto de discussão por Donceel-Voûte (1988). Ela considerou os mosaicos de Dibsi Faraj em seu *corpus* de mosaicos de igrejas da Síria e do Líbano, e propôs que este mosaico datasse depois da fundação da igreja no século V EC. Ela apontou, ainda, que sua arquitetura iconográfica tem paralelos em ilustrações manuscritas, em particular com as tabelas de Canons – Vat Syr 268, datando do século XIII EC (Fig. 9). No entanto, representações de pórticos nestes manuscritos posteriores são normalmente associados a figuras humanas. A representação anicônica de um pórtico encontrado na abside em Dibsi Faraj deve, em vez disso, ser datada por motivos estilísticos no século VII EC, de acordo com Donceel-Voûte (1988, p. 85-87). Isso é confirmado pela estratigrafia, que, nessa época, demonstra que a abside da igreja foi elevada, com um túmulo colocado ao lado dela, bem como o novo mosaico.

Nessa fase, a basílica da cidadela, entretanto, já havia sido abandonada. Um grande edifício em forma de “L” foi construído em cima dele após a ocupação árabe. A função desta estrutura é difícil de identificar, embora seja imponente em tamanho e, portanto, claramente significativa. Edifícios em forma de “L” aparecem comumente no início do período islâmico¹³⁶. Os trabalhos contínuos intramuros e extramuros em Dibsi ocorreram em um pano de fundo de enorme agitação política no Oriente Médio. De 603-628 EC, Khusro II se tornou o primeiro persa governante da Antiguidade Tardia a tentar conquistar a totalidade do Oriente Médio romano (GREATREX; LIEU, 2002; HOWARD-JOHNSTON, 2010; KAEGI, 2003). Para esse fim, ele passou sete anos reduzindo a Mesopotâmia e a Armênia antes de romper a fronteira do Médio Eufrates em 610 EC e conquistar a Síria nos dois ou três anos seguintes. A partir daquele momen-

135 Gassânidas e defesas do norte da Síria: Shahîd 1995, Cáp.4–6. Para as críticas a Shahîd 1995: Whittow 1999, esp. 207 e 212–215. Al-Mundhir salão: Konrad 2015; Brands 1998.

136 Eger 2015, 252. Infelizmente, a função desses edifícios não é clara.

O MÉDIO EUFRATES E SUA TRANSFORMAÇÃO DO 3º AO 7º SÉCULO EC

to, o Médio Eufrates teve pouca participação em uma guerra que foi travada predominantemente na Ásia Menor e o Transcaucus. A paz de 630 EC teve vida curta, à luz das primeiras conquistas islâmicas de, aproximadamente, 632 EC (DONNER, 1981; HOWARD-JOHNSTON, 2010; HOYLAND, 2015). Após quatro séculos de notável estabilidade geopolítica, o Oriente Médio testemunhou uma grande mudança em sua geografia estratégica com o colapso do império sassânida-persa e a ascensão do califado árabe omíada. No entanto, mais uma vez, é improvável que a região do Médio Eufrates tenha sofrido durante as primeiras guerras islâmicas de conquista. Os principais combates ocorreram nas províncias romanas do Levante e no sul da Pérsia Mesopotâmica.

Enquanto moedas acumuladas no norte da Síria, evidências de destruição e mudanças nos assentamentos da Ásia Menor demonstram o impacto da guerra persa nessas regiões, Dibsi Faraj foi um típico assentamento do Médio Eufrates e regiões do norte da Mesopotâmia, não demonstrando nenhum sinal de grande deslocamento econômico¹³⁷. Moedas encontradas, embora em menor número, e os trabalhos no muro da basílica demonstram que a vida continuava no local sem muitos transtornos. Isso pode ser entendido, novamente, em um contexto regional. A longo prazo, as tribos árabes cristãs em ambos os lados do Médio Eufrates resistiram à islamização e a região ao norte do Médio Eufrates, pelo menos, foi governada com um toque suave pelos omíadas na segunda metade do século VII EC (WICKHAM, 2005, p. 778-780). As evidências de pesquisa sugerem a continuidade do padrão de assentamento em torno de Edessa e aumento ao longo dos vales de Balikh e Khabur, assim como em outras áreas do Médio Eufrates (KENNEDY, 2011; WILKINSON; ALGAZE, 1990). Isto é reforçado pela riqueza de evidências textuais e pela pujança contínua das elites seculares em cidades como Edessa, assim como pela cultura monástica cristã em torno da montanha sagrada de Tur Adbin¹³⁸. Ao longo e ao sul do Médio Eufrates, algumas cidades foram abandonadas, incluindo Sura. No entanto, outras foram reaproveitadas pelos primeiros governantes islâmicos, sendo Resafa e Callinicum-Raqqa os exemplos mais espetaculares¹³⁹.

137 Para o impacto da guerra no norte da Síria e continuidade em Oriens: Decker 2007; Decker 2009; Wilkinson e Tucker 1995; Morony 2004.

138 Edessa: Segal 1970. Tur Adbin: Palmer 1990.

139 Callinicum-Raqqa: Mango 1991; Meinecke 1991; Heidemann 2006. Resafa: Brands 2011.

Dibsi Faraj em seu contexto histórico

O sítio arqueológico de Dibsi Faraj nos fornece um conjunto único de dados para uma fortificação militar entre a *Strata Diocletiana* e a curvatura do Médio Eufrates. A evidência de Dibsi Faraj, assim, encontra paralelos de pesquisa em Zenobia, Resafa e na *Strata Diocletiana*, enriquecendo nossa compreensão das fronteiras do norte da Síria. Embora as obras de fortificação tetrárquica e do início do século VI EC fossem típicas da região, Dibsi Faraj era diferente em muitas maneiras. Ao contrário de sítios semelhantes na região, não se transformou marcadamente em tamanho, localização ou caráter entre os séculos IV e VI EC.

Considerando que fortificações legionárias como Resafa evoluíram para assentamentos maiores, dominados por igrejas, Dibsi Faraj manteve seu caráter amplamente militar ao longo do período, de acordo com o funcionamento do *principia*. Só adquiriu duas igrejas, uma das quais era extramuros e não experimentou nenhuma nova fase de construção de igrejas no século VI EC. A falta do nome de um bispo na inscrição do edifício do século V EC da igreja extramuros pode significar que este não foi um bispado. No entanto, as características arquitetônicas e as evidências epigráficas das duas igrejas construídas revelam possíveis ligações religiosas com Resafa e o culto de São *Sergius*. Isso não é surpreendente, tendo em mente que Dibsi estava no caminho feito por peregrinos a oeste do santuário de Sérgio em Resafa.

Dessa forma, são as obras seculares de construção no local que mais impressionam. As fortificações monumentais, *principia* e o sofisticado sistema hídrico testemunham um investimento considerável. O sistema hídrico consistia em cisternas e canais desenvolvidos ao redor do sítio para abastecer seus numerosos banhos, alguns dos quais ricamente decorados. De fato, a adição de um novo complexo de banhos ao *principia*, decorado com mármore, foi o gasto mais conspícuo do século VI EC em uma estrutura arquitetônica. A presença de banhos fora da muralha da cidade não indica que a cidadela defensiva caiu em desuso, mas, antes, a existência de áreas suburbanas ou extras murais. Evidências semelhantes foram identificadas, por exemplo, em Kifrin, onde os arqueólogos registraram outro, embora menor, da cidadela no Eufrates (LIPPOLIS, 2007).

Tudo isso sugere a presença de um número discreto de ocupantes ricos no local que teriam contribuído, pelo menos parcialmente, para o início, organização,

O MÉDIO EUFRATES E SUA TRANSFORMAÇÃO DO 3º AO 7º SÉCULO EC

financiamento e construção de obras de infraestrutura. A elite governante consistia provavelmente em oficiais militares ou pessoal administrativo, a quem a maioria das disposições do decreto militar de Anastácio foram endereçados. Na verdade, a exibição pública da lei militar inscrita de Anastácio com a renovação e reforço da cidadela identifica uma base importante do *limitanei*¹⁴⁰.

Levando em consideração as evidências de outros sítios, essas disposições reforçam a impressão de que uma importante elite secular, eventualmente militar, controlava locais do norte da Síria ao longo e no interior do Médio Eufrates. Isso inclui evidências epigráficas de Chalcis, Cyrrhus, Hierapolis e Androna, assim como evidências materiais e textuais para o espólio de Magnos, o Sírio, e outras vilas do deserto, evidentes na estepe síria, como Ibn al-Wardan¹⁴¹. Mesmo que os Gassânidas federados assumissem esta seção do *limes*, não há evidências de que eles foram organizados de maneiras dramaticamente diferentes dos soldados romanos¹⁴².

Qualquer que seja a identidade das elites com bases locais, como Dibsi, elas foram, presumivelmente, responsáveis por fazer a ligação e gerenciar os grupos tribais nas regiões desérticas. Policiar a área e garantir a segurança das rotas comerciais teriam sido as prioridades, além de defender ataques ao império romano de invasores persas e Lacmidas¹⁴³. A riqueza da elite local não é surpreendente, tendo em vista o setor agrícola e comercial próspero do norte de Oriens. Na verdade, a série de moedas em Dibsi Faraj atinge o pico entre o final do século V e início do século VI EC (59 moedas), seguidas em número por aquelas cunhadas no restante do século VI EC (24 moedas), indicando a vitalidade econômica do local neste período. O assentamento deve ter continuado a ser importante

140 Embora as unidades do exército de campo também estivessem permanentemente estacionadas em bases nesta região no século VI EC, por exemplo, em Palmira: Malalas 18.2. Implantações estratégicas romanas no norte da Síria: Liebeschuetz 1977, 495–497

141 Inscricões, Magnos e outras aristocracias do norte da Síria: Kennedy 2010.

142 Os estudos sobre o *limes Araicus* às vezes assumem que os Gassânidas pararam de usar bases militares fixas (por exemplo, Arce 2015, que parece igualar o emprego dos Gassânidas com o fim da atividade militar nos fortes dos *limes Arabicus*). Isso exagera seu estilo de vida nômade e ignora o fato de que eles eram efetivamente uma chefia dimórfica como os Lacmidas. Sobre Lacmidas dimórficos: Fisher e Wood 2016; Rowton 1977. Gassânidas sedentários: Shahîd 1984, Cáp. 4. A capacidade dos Gassânidas de ligar os mundos nômades e sedentários da estepe síria antecedeu com a ascensão dos Umayyads: Whittow 1999, 224.

143 Para as funções de policiamento de fortes de fronteira: Isaac 1990. Outros, como Parker 1991, enfatizam o papel estratégico mais amplo dos fortes na defesa do império contra ataques inimigos. Não há razão para que os fortes de fronteira não possam ter desempenhado ambas as funções. Para um resumo do debate: Sarantis 2013a, 358–360.

no período Justiniano, tendo em conta a remodelação do complexo de termas, o referido balneário.

Por fim, o fato de o local continuar funcionando e recebendo obras de renovação em todo o final do século VI e no século VII EC demonstra que os séculos de guerras entre romano-persas e islâmicos não tiveram, necessariamente, um impacto socioeconômico de longo prazo na região, como se presume para outras partes do norte da Síria. Dibli Faraj deve ter sido afetada no curto prazo pelas numerosas incursões persas e Lacmidas árabes, mas a presença de elites ricas, economicamente conectadas presumivelmente explicaria como tais locais se recuperaram culturalmente de choques de curto prazo.

Referências

Fontes Primárias

AMMIANUS MARCELLINUS. *Res Gestae*. John C. ROLFE (ed.), Cambridge, MA, Harvard University Press, 1963.

FRAGMENTA HISTORICORUM GRAECORUM, Joh. Epiph. Karl O. MÜLLER, (ed.) book IV, 272–76. Paris: Ambrosio Firmin-Didot. 1878–85.

IOANNIS MALALAE. *Chronographia*. Ioannes Thurn (ed.) 2000. Berlin: W. de Gruyter; Jeffreys, Elizabeth, Jeffreys, Michael and Scott, Roger, trans. 1986. *The Chronicle of John Malalas (Byzantina Australiensia 4)*. Melbourne and Sydney: Australian Association for Byzantine Studies.

KLAUDIUS PTOLEMAIOS. Alfred Stückelberger, e Florian Mittenhuber (eds.) *Handbuch der Geographie: Erg.nzungsband mit einer Edition des Kanons bedeutender St.dte*. Basel: Schwabe, 2009.

LUCIO FLAVIO ARRIANO. *Anabasis of Alexander*. Peter A. Brunt (ed.), Cambridge MA, Harvard University Press, 1976.

PATRUM NICENORUM NOMINA LATINE, GRAECE, COPTICE, SYRIACE, ARABICE, ARMENIACE, Teubner, Lipsia, H. Gelzer, H. Hingelfeld, O. Cuntz, 1898.

PLINY THE ELDER. *Natural History*. Harris RACKHAM (ed.) Volume II: Books 3–7. Cambridge MA: Harvard University Press, 1942.

PROCOPIUS. *De Aedificiis. Buildings 7*. Henry B. Dewing (ed.) Cambridge MA: Harvard University Press, 1914–54.

PROCOPIUS. *The Wars of Justinian*. Anthony Kaldellis (ed.). Cambridge MA: Harvard University Press, 2014.

PSEUDO-ZACHARIAH RHETOR. *Chronicle: Historia Ecclesiastica*. Geoffrey GREATREX, Robert R. PHENIX,, Cornelia Brock HORN e P. SEBASTIAN (eds.). Liverpool: Liverpool University Press, 2011.

STRABO. *Geography*, Volume VII: Books 15–16. Horace L. Jones (ed.). Cambridge MA: Harvard University Press, 1930.

O MÉDIO EUFRATES E SUA TRANSFORMAÇÃO DO 3º AO 7º SÉCULO EC

THE CODEX OF JUSTINIAN. Fred Blume e Bruce W. Frier *et al.* (eds.) a New Annotated Translation with Parallel Latin and Greek Text. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

THE CHRONICLE OF PSEUDO-JOSHUA THE STYLITE. (Translated Texts for Historians 32). Frank R. TROMBLEY, e John W. WATT. Liverpool: Liverpool University Press.

THE HISTORY OF THEOPHYLACT SIMOCATTA. Michael WHITBY, e Mary WHITBY (eds.) Oxford: Oxford University Press, 1986.

THEODOSIANI LIBRI XVI CUM CONSTITUTIONIBUS SIRMUNDIANIS (Cod. Theod.). Theodor MOMMSEN *et al.*, (eds.), Berlin: Weidmann; Pharr, Clive, trans. 1952. The Theodosian Code and Novels and the Sirmundian Constitutions. Princeton: Princeton University Press, 1905.

Bibliografia secundária

ALPI, Frédéric. Les inscriptions justiniennes de Cyrhus (Euphratésie). Syria: *Archéologie, Art et Histoire* 93, 2016, pp. 171-84.

AMBRASEYS, Nicholas. *Earthquakes in the Mediterranean and Middle East: A Multidisciplinary Study of Seismicity up to 1900*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

ARCE, Ignacio. Severan Castra, Tetrarchic Quadriburgia, Justinian Coenobia, and Ghassanid Diyarat: Patterns of Transformation of Limes Arabicus Forts During Late Antiquity. In: Rob COLLINS, Matthew SYMONDS e Meike WEBER (eds.) *Roman Military Architecture on the Frontiers: Armies and Their Architecture in Late Antiquity*, Oxford: Oxbow, 2015, pp. 98-122.

ARCE, Ignacio; FEISSEL, Denis; KREIKENBOM, Detlev; Thomas M. WEBER. *The Edict of the Emperor Anastasius I (491-518 AD): An Interim Report*. Amman: DAAD, 2014.

BANAJI, Jairus. *Exploring the Economy of Late Antiquity: Selected Essays*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

BELL, Gertrude. The East Bank of the Euphrates from Tel Ahmar to Hit. *Geographical Journal* 36, 1910, pp. 513-37.

BÖRM, Henning. Der Perserkönig im Imperium Romanum. Chosroes I. und der sasanidische Einfall in das Oströmische Reich 540 n. Chr. *Chiron* 36, 2006, pp. 299-328.

BÖRM, Henning. Prokop und die Perser: Untersuchungen zu den römisch-sasanidischen Kontakten in der ausgehenden Spätantike. Stuttgart: F. Steiner, *Plekos* 10, 2008, pp. 65-67.

BÖRM, Henning. Es war allerdings nicht so, daß sie es im Sinne eines Tributes erhielten, wie viele meinten...” Anlässe und Funktion der persischen Geldforderungen an die Römer (3. Bis 6. Jh.)” *Historia* 57 (3), 2008, pp. 327-346.

BÖRM, Henning. “A Threat or a Blessing? The Sasanians and the Roman Empire.” In: Carsten BINDER, Henning BÖRM e Andreas LUTHER (eds.) *Diwan*. Untersuchungen zu Geschichte und Kultur des nahen Ostens und des östlichen Mittelmeerraumes im Altertum. Festschrift für Josef Wiesehöfer zum 65. Geburtstag, Duisburg: Wellem Verlag, 2016, pp. 615-646.

BRANDS, Gunnar. City and Territorium of Rusafa in Late Antiquity and Early Islam. In: Antoine BORRUT, Muriel DEBI, Dominique PIERI e Jean-Pierre SODINI (eds.) *Le Proche-Orient de Justinien aux Abassides*, Actes du colloque international de Paris, Inha, 18-20 Octobre 2007, 2011, pp. 59-76.

CHAPOT, Victor. *La Frontiere de l'Euphrate de Pompee a la Conquete arabe*. Paris: Albert

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

Fontemoing, 1907.

CHRYSOS, Evangelos K. "Räumung und Aufgabe von Reichsterritorien. Der Vertrag von 363." *Bonner Jahrbücher*, 1907, 1993, pp. 165-202.

COMFORT, Anthony. *Roads on the Frontier between Rome and Persia: Euphratensia, Osrhoene and Mesopotamia from AD 363 to 602*. Ph.D, University of Exeter, 2008.

COMFORT, Anthony, and Rifat Ergeç. Following the Euphrates in Antiquity: North-South Routes around Zeugma. *Anatolian Studies* 51, 2001, pp. 19-50.

CROKE, Brian; CROW, James. Procopius and Dara. *Journal of Roman Studies* 73, 1983, pp. 143-59.

CROW, James. 2007. Amida and Tropaeum Traiani: A Comparison of Late Antique Fortress Cities on the Lower Danube and Mesopotamia. In: Andrew POULTER (ed.) *The Transition to Late Antiquity: On the Danube and Beyond*. Oxford: The British Academy, 1983, pp. 435-455.

DARYAEE, Touraj. *Sasanian Persia: The Rise and Fall of an Empire*. 1st ed. London: I. B. Tauris, 2014.

DECKER, Michael. Frontier Settlement and Economy in the Byzantine East. *Dumbarton Oaks Papers* 61, 2007, pp. 217-267.

DECKER, Michael. *Tilling the Hateful Earth: Agricultural Production and Trade in the Late Antique East*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

DIGNAS, Beate; WINTER, Engelbert. *Rome and Persia in Late Antiquity: Neighbours and Rivals*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

DODGEON, Michael H.; LIEU, Samuel N. C. *The Roman Eastern Frontier and the Persian Wars (AD 226–363): A Documentary History*. London: Routledge, 1991.

DONNER, Fred McGraw. *The Early Islamic Conquests*, Ebook Central. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1981.

DONCEEL-VOÛTE, Pauline. *Les pavements des Eglises Byzantine de Syrie et du Lyban, Décor, archéologie et liturgie*, Louvain: Oleeffe, 1988.

DOWNEY, Glanville. *A History of Antioch in Syria: From Seleucus to the Arab Conquest*. Princeton: Princeton University Press, 1961.

DUSSAUD, René. *Topographie historique de la Syrie antique et médiévale*. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1927.

EDWELL, Peter M. *Between Rome and Persia: The Middle Euphrates, Mesopotamia and Palmira under Roman Control*. London: Routledge, 2008.

EGER, A. Asa. *The Islamic-Byzantine Frontier: Interaction and Exchange among Muslim and Christian Communities*. London: I.B. Tauris, 2015.

FEAR, Andrew. War and Society. In: Philip SABIN, Hans Van WEES, e Michael WHITBY (eds.) *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare*, Volume 2, Cambridge: Cambridge University Press, 2007, pp. 424-58.

FEISSEL, Denis. Les édifices de Justinien au témoignage de Procope et de l'épigraphie. *Antiquité Tardive* 8, 2000, pp. 81-104.

O MÉDIO EUFRATES E SUA TRANSFORMAÇÃO DO 3º AO 7º SÉCULO EC

FEISSEL, Denis. The Reconstructed Text: A Unique Document on Military Administration in the Late Roman East. In: Ignacio ARCE, Denis FEISSEL e Thomas M. WEBER (eds.) *The Edict of the Emperor Anastasius I. (491–518 AD)*, Amman: DAAD, 2014, pp. 33-36.

FEISSEL, Denis. The Greek Inscriptions. In: Anna LEONE (ed.) *The Excavation of Dibli Faraj: Life in the Middle Euphrates*. Washington DC: Dumbarton Oaks, no prelo.

FISHER, Greg; WOOD, Philip. Writing the History of the “Persian Arabs: The Pre-Islamic Perspective on the “Nasrids of Al-Hirah. *Iranian Studies* 49 (2): 2016, pp. 247-290.

FOWDEN, Elizabeth Key. *The Barbarian Plain: Saint Sergius between Rome and Iran*. Berkeley CA: University of California Press, 1999.

FREEDMAN, David Noel; LUNDQUIST, John M. *Archeological Reports from the Tabqa Dam Project – Euphrates Valley, Syria*. Cambridge MA: American Schools of Oriental Research, 1979.

GAWLIKOWSKI, Michal. Thapsacus and Zeugma: The Crossing of the Euphrates in Antiquity. *Iraq* 58, 1996, pp. 123-133.

GOLVIN, Lucien. À la recherche de la cité médiévale de Bâlis (Moyen-Euphrate). In: *Le Moyen Euphrate: Zone de Contacts et d'Échanges. Syrie romaine*, Paris: P. Geuthner, 1945, pp. 154-56.

GREATREX, Geoffrey. *Rome and Persia at War, 502–532*. Leeds: Francis Cairns, 1998.

GREATREX, Geoffrey; LIEU, Samuel N. C. *The Roman Eastern Frontier and the Persian Wars: A Narrative Sourcebook*. London: Routledge, 2002.

GREATREX, Geoffrey; PHENIX, Robert R.; HORN, Cornelia B.; BROCK, Sebastian P.; WITAKOWSKI, Witold. *The Chronicle of Pseudo-Zachariah Rhetor: Church and War in Late Antiquity*. Liverpool: Liverpool University Press, 2011.

GREGORY, Shelagh. *Roman Military Architecture on the Eastern Frontier*. Amsterdam: Adolf M. Hakkert, 1995.

GUSSONE, Martin; SACK, Dorothee. Resafa/Syrien. Städtebauliche Entwicklung Zwischen Kultort Und Herrschaftssitz. In: Efthymios RIZOS (ed.) *New Cities in Late Antiquity: Documents and Archaeology*, Turnhout: Brepols, 2017, pp. 117-36.

HAARER, Fiona K. *Anastasius I: Politics and Empire in the Late Roman World*. Cambridge: Francis Cairns, 2006.

HARPER, Richard P. Excavations at Dibli Faraj, Northern Syria, 1972. *Les Annales archéologiques arabes syriennes* 24, 1974a, pp. 25-29.

HARPER, Richard P. Second Preliminary Report on Excavations at Dibli Faraj. *Les Annales archéologiques arabes syriennes* 34: 1974b, pp. 30-37.

HARPER, Richard P. Excavations at Dibli Faraj, Northern Syria, 1972–1974: A Preliminary Note 1975. on the Site and Its Monuments with an Appendix. *Dumbarton Oaks Papers* 29, 1975, pp. 319-338.

HARPER, Richard P. Two Excavations on the Euphrates Frontier 1968–1974: Pağnik Öreni (Eastern Turkey) 1968–1971 and Dibli Faraj (Northern Syria) 1972–1974. In: Dorothea HAUPT e Heinz Günter HORN (eds.) *Zu den Militärgrenzen Roms II. Vorträge des 10. internationalen Limeskongresses in der Germania Inferior*, Köln: Rheinland-Verlag, 1977, pp. 453-60.

HARPER, Richard P. Athis-Neocaesarea-Qasrin-Dibli Faraj. In: Jean MARGUERON (ed.) *Le*

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

Moyen Euphrate: zones de contacts et d'changes. Actes du colloque de Strasbourg, 10-12 Mars 1977, edited by. Leiden: Brill, 1980.

HARTMANN, Udo. The Third-Century 'Crisis'. In: Michael WHITBY e Harry SIDEBOTTOM (eds.) *The Encyclopedia of Ancient Battles*, Oxford: Wiley-Blackwell, 2017, pp. 1047-67.

HEIDEMANN, Stefan. The Citadel of Al-Raqqa and Fortifications in the Middle Euphrates Area. In: Hugh KENNEDY (ed.) *Muslim Military Architecture in Greater Syria. From the Coming of Islam to the Ottoman Period*, Leiden: Brill, 2006, pp. 122-50.

HONIGMANN, E. Thapsacos. *Revue des études byzantines* 5A.1, 1934, pp. 1272-79.

HOWARD-JOHNSTON, James. *Witnesses to a World Crisis: Historians and Histories of the Middle East in the Seventh Century*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

HOWARD-JOHNSTON, James. Military Infrastructure in the Roman Provinces North and South of the Armenian Taurus in Late Antiquity. In: Alexander SARANTIS e Neil CHRISTIE (eds.) *War and Warfare in Late Antiquity: Current Perspectives*, Leiden: Brill, 2013, pp. 853-92.

HOYLAND, Robert G. *In God's Path: The Arab Conquests and the Creation of an Islamic Empire*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

ISAAC, Benjamin. *The Limits of Empire: The Roman Army in the East*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

ISAAC, Benjamin. The Eastern Frontier. In: Averil CAMERON e Peter GARNSEY (eds.) *The Cambridge Ancient History*, 13: The Late Empire, Ad 337-425, Cambridge: Cambridge University Press, 1997, pp. 437-60.

JAMES, Simon. Strategems, Combat, and "Chemical Warfare" in the Siege Mines of Dura-Europos. *American Journal of Archaeology* 115 (1), 2011, pp. 69-101.

JASTRZĘBOWSKA, Elżbieta. Christianisation of Palmira: Early Byzantine Church in the Temple of Bel. *Studia Palmyreńskie* 13, 2013, pp. 177-91.

JOHNSON, Stephen. *Late Roman Fortifications*. London: Batsford, 1983.

JUCHNIEWICZ, Karol; AS'AD, Khaled; HARIRI, Khalil al. The Defense Wall in Palmira after Recent Excavations. In: Michal GAWLIKOWSKI (ed.) *Studia Palmyrenskie XI*, Warsaw: Wydawnictwa Uniwersytetu Warszawskiego, 2010, pp. 43-48.

KAEGI, Walter Emil. *Heraclius, Emperor of Byzantium*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KAZHDAN, Alexander P. *Oxford Dictionary of Bizantium*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

KARNAPP, Walter. *Die Stadtmauer von Resafa in Syrien, Denkmäler antiker Architektur*; Bd. 11. Berlin: De Gruyter, 1976.

KENNEDY, Hugh. Syrian Elites from Byzantium to Islam: Survival or Extinction? In: John HALDON (ed.) *Power and Politics in Early Islamic Syria*, Abdingdon: Routledge, 2010, pp. 181-200.

KENNEDY, Hugh. The Feeding of the Five Hundred Thousand: Cities and Agriculture in Early Islamic Mesopotamia. *Iraq* 73, 2011, pp. 177-199.

KESER-KAYAALP, Elif; ERDOGAN, Nihat. Recent Research on Dara/Anastasiopolis. In:

O MÉDIO EUFRATES E SUA TRANSFORMAÇÃO DO 3º AO 7º SÉCULO EC

Efthymios RIZOS (ed.) *New Cities in Late Antiquity: Documents and Archaeology*, Turnhout: Brepols, 2017, pp. 153-76.

KONRAD, Michaela. Research on the Roman and Early Byzantine Frontier in North Syria. *Journal of Roman Archaeology* 2, 1999, pp. 392-410.

KONRAD, Michaela; BALDUS, Hans Roland; ULBERT, Thilo. *Der Spättrömische limes in Syrien: archäologische Untersuchungen an den Grenzkastellen von Sura, Tetrapyrgium, Cholle und in Resafa*. Mainz: von Zabern, 2001.

LAUFFRAY, Jean. *Halabiyya-Zenobia: place forte du Limes Oriental et la Haute-Mesopotamie au VIe Siècle*. Paris: Geuthner, 1983.

LEADBETTER, Bill. *Galerius and the Will of Diocletian*. London: Routledge, 2009.

LEE, A. Doug. *War in Late Antiquity: A Social History*. Oxford: Blackwell, 2007.

LEONE, Anna. *The Excavation of Dibli Faraj (Syria): Life on the Middle Euphrates (1st-13th Century AD)*. Washington DC: Dumbarton Oaks. No prelo

LERICHE, Pierre. Techniques de guerre sasanianes et romaines. Doura-Europos." In: Françoise VALLET e Michel KAZANSKI (eds.) *L'armée romaine et les barbares du IIe au VIIe siècle*, Rouen: Association française d'archéologie mésopotamienne et Musée des Antiquités nationales, 1993, pp. 83-100.

LIEBESCHUETZ, John Hugo Wolfgang Gideon. The Defences of Syria in the Sixth Century." In: Dorothea HAUPT e Heinz Günter HORN (eds.) *Studien zu den Militärgrenzen Roms, 2. Vortr.gd Des 10. internationalen Limeskongresses in der Germania Inferior*, Köln: Rheinland-Verlag, 1977, pp. 487-99.

LIPPOLIS, Carlo. La fortezza romana di Kifrin. In: *Giornata Lincea in onore di Giorgio Gullini* (Roma, 10 maggio 2006. Rome: Accademia nazionale dei Lincei, 2007, pp. 151-64.

MANGO, Marlia. Kallinikos. In: Alexander KAZHDAN (ed.) *The Oxford Dictionary of Byzantium*, 1094. Oxford: Oxford University Press, 1991.

MANGO, Marlia. Byzantine Settlement Expansion in North Central Syria: The Case of Androna/ Andarin. In: Antoine BORRUT (ed.) *Le Proche-Orient de Justinien aux Abbassides: peuplement et dynamiques spatiales*, edited by. Turnhout: Brepols, 2011, pp. 93-122.

MANGO, Marlia M. Androna and the Late Antique Cities of Oriens. In: Efthymios RIZOS (ed.) *New Cities in Late Antiquity: Documents and Archaeology*, edited by. Turnhout: Brepols, 2017, pp. 187-204.

MARCILLET-JAUBERT, Jean. Les inscriptions grecques de Hallabat, II. *Annual of the Department of Antiquities of Jordan* 26, 1982, pp. 145-58.

MARTINDALE, John Robert. The Prosopography of the Later Roman Empire III, A.D, Cambridge: Cambridge University Press, 1992, pp. 527-641.

MATTHEWS, John. The Roman Empire of Ammianus. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.

MEIER, Mischa. *Das andere Zeitalter Justinians: Kontingenzerfahrung und Kontingenzbew. ltigung im 6. Jahrhundert n. Chr.* Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2003.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

MEIER, Mischa.. *Anastasios I.: die Entstehung des byzantinischen Reiches*. Stuttgart: Klett-Cotta, 2009.

MEINECKE, Michael. Raqqa on the Euphrates. Recent Excavations at the Residence of Harun Er-Rashid. In: Susanne KERNER (ed.) *The near East in Antiquity. German Contributions to the Archaeology of Jordan, Palestine, Syria, Lebanon and Egypt II*, Amman: Goethe-Institut Amman, 1991, pp. 17-32.

MILLAR, Fergus. *The Roman Near East, 31 B.C.-A.D. 337*. Cambridge MA: Harvard University Press, 1993.

MORONY, Michael. Population Transfers between Sasanian Iran and the Byzantine Empire. In: *Convegno internazionale la Persia e Bisanzio: Roma, 14-18 Ottobre 2002*, Rome: Academia nazionale dei Lincei, 2004, pp. 161-79.

MOUTERDE, René; POIDEBARD, A.; LAUFFRAY, J.; MAZLOUM, Soubhi. *Le limes de Chalcis: organisation de la Steppe en Haute Syrie Romaine: documents a.riens et.pigraphiques*. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1945.

MUNZI, Massimiliano. The Coins from Dibs Faraj. In: Anna LEONE (ed.) *The Excavation of Dibs Faraj: Life in the Middle Euphrates*. Washington DC: Dumbarton Oaks, no prelo.

NAVAL INTELLIGENCE DIVISION, *Great Britain*. Turkey, Geographical Handbook Series 507. Oxford: Oxford University Press, 1942.

ONUR, Fatih. *The Anastasian Military Decree from Perge in Pamphylia*. Revised 2nd Edition. Vol. 14, 2016.

PALMER, Andrew. Monk and Mason on the Tigris Frontier: The Early History of Tur 'abdin. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PARKER, S. Thomas. The Nature of Roma's Arabian Frontier. In: Valerie A. MAXFIELD e Michael J. DOBSON (ed.) *Roman Frontier Studies 1989: Proceedings of the XVth International Congress of Roman Frontier Studies*. Exeter: Exeter University Press, 1991, pp. 498-504.

POLLARD, Nigel. *Soldiers, Cities, and Civilians in Roman Syria*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2000.

ROWTON, M. B. Dimorphic Structure and the Parasocial Element. *Journal of Near Eastern Studies* 36 (3), 1977, pp. 181-198.

RUBIN, Berthold. *Das Zeitalter Iustinians*. Berlin: Walter de Gruyter, 1960.

SALWAY, Benet. The Nature and Genesis of the Peutinger Map. *Imago Mundi* 57 (2), 2005, pp. 119-135.

SANDERS, Guy D. R.; JAMES, Sarah A.; CARTER, Johnson Alicia. *Corinth Excavation archaeological Manual. Grand Forks: The Digital Press of the University of North Dakota*, 2017.

SARANTIS, Alexander. Fortifications in the East: A Bibliographic Essay. In: Alexander SARANTIS e Neil CHRISTIE (eds.) *War and Warfare in Late Antiquity: Current Perspectives*, Leiden: Brill, 2013a, pp. 317-70.

SARANTIS, Alexander. Waging War in Late Antiquity. In: Alexander SARANTIS e Neil CHRISTIE (eds.) *War and Warfare in Late Antiquity: Current Perspectives*, edited by, Leiden: Brill, 2013b, pp. 1-85.

O MÉDIO EUFRATES E SUA TRANSFORMAÇÃO DO 3º AO 7º SÉCULO EC

SARANTIS, Alexander. *Justinian's Balkan Wars: Campaigning, Diplomacy and Development in Illyricum, Thrace and the Northern World Ad 527–65*. Prenton: Francis Cairns publications, 2016.

SARANTIS, Alexander. The Socio-Economic Impact of Raiding on the Eastern and Balkan Borderlands of the Eastern Roman Empire, *Millennium*, no prelo, pp. 502–602.

SARANTIS, Alexander; NEIL, Christie. Fortifications in the West: A Bibliographic Essay. In: Alexander SARANTIS e Neil CHRISTIE (eds.) *War and Warfare in Late Antiquity: Current Perspectives*, Leiden: Brill, 2013, pp. 255-98.

SARRIS, Peter. *Empires of Faith: The Fall of Rome to the Rise of Islam, 500–700*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

SAUER, Eberhard W.; NOKANDEH, Jebrael; PITSKHELARI, Konstantin; JAVAKHISHVILI, Ivane; REKAVANDI, Hamid O. Innovation and Stagnation: Military Infrastructure and the Shifting Balance of Power between Rome and Persia. In: Eberhard W. SAUER (ed.) *Sasanian Persia: Between Rome and the Steppes of Eurasia*, edited by. Edinburgh: Edinburgh University Press.2017, pp. 241-68.

SCHWARZE, Marcel F. *Römische Militärgeschichte 2: Studie zur römischen Armee und ihrer Organisation im Sechsten Jahrhundert n. Chr.* Pfungstadt: Books on Demand, 2017.

SEGAL, Judah B. *Edessa: 'The Blessed City'*. Oxford: Clarendon Press, 1970.

SEYRIG, Henri. Antiquités syriennes. *Syria* 27 (3–4), 1950, pp. 229-252.

SHAHÎD, Irfan. *Byzantium and the Arabs in the Fourth Century*. Washington, D.C.: Dumbarton Oaks Research Library and Collection, 1984.

SHAHÎD, Irfan. *Byzantium and the Arabs in the Fifth Century*. Washington, D.C.: Dumbarton Oaks Research Library and Collection, 1989.

SHAHÎD, Irfan. *Byzantium and the Arabs in the Sixth Century*. Vol. 2.2. Washington, D.C.: Dumbarton Oaks Research Library and Collection, 1995.

SILVA, Gilvan Ventura da. Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da 'basileia' (337-361). 1. ed. Vitória: Edufes, 2003. v. 1. 333p.

SMITH, Roland R. R. Telling Tales: Ammianus' Narrative of the Persian Expedition of Julian. In: Jan W. DRIJVERS e David HUNT (eds.) *The Late Roman World and Its Historian: Interpreting Ammianus Marcellinus*. London: Routledge, 1999, pp. 89-104.

TALBERT, Richard J. A. *Rome's World: The Peutinger Map Reconsidered*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

ULBERT, Thilo. Procopius, De Aedificiis. Einige.berlegungen zu Buch II, Syrien. *Antiquité Tardive* 8, 2000, pp. 137-47.

VAN BERCHEM, Denis. Recherches sur la chronologie des enceintes de Syrie et M.sopotamie. *Syria* 31 (3–4), 1954, pp. 254-70.

WALMSLEY, Alan. *Early Islamic Syria: An Archaeological Assessment*. London: Duckworth, 2007.

WHATELY, Conor. Organisation and Life in the Late Roman Military: A Bibliographic Essay. In: Alexander SARANTIS e Neil CHRISTIE (eds.) *War and Warfare in Late Antiquity: Current Perspectives*, edited by. Leiden: Brill, 2007, pp. 209-38.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

WHITBY, Michael. Procopius and the Development of Roman Defences in Upper Mesopotamia. In: David L. KENNEDY e Philip FREEMAN (eds.) *The Defence of the Roman and Byzantine East: Proceedings of a Colloquium Held at the University of Sheffield, April 1986*, edited by, Oxford: BAR, 1986a, pp. 717-35.

WHITBY, Michael. 'Procopius' Description of Dara. In: Philip FREEMAN e David L. KENNEDY (eds.) *The Defence of the Roman and Byzantine East: Proceedings of a Colloquium Held at the University of Sheffield, April 1986*. Oxford: BAR, 1986b, pp. 737-87.

WHITBY, Michael. *The Emperor Maurice and His Historian: Theophylact Simocatta on Persian and Balkan Warfare*. Oxford: Clarendon Press, 1988.

WHITBY, Michael. Siege Warfare and Counter-Siege Tactics in Late Antiquity (Ca. 250–640). In: Alexander SARANTIS e Neil CHRISTIE (eds.) *War and Warfare in Late Antiquity: Current Perspectives*. Leiden: Brill, 2013, pp. 433-59.

WHITBY, Michael. Justinian and Persia, 527–562. In: Michael WHITBY e Harry SIDEBOTTOM (eds.) *The Encyclopedia of Ancient Battles*. Oxford: Oxford University Press, 2018, pp. 1199-1213.

WHITTOW, Mark. Rome and the Jafnids: Writing the History of a 6th-c. Tribal Dynasty. In: John H. HUMPHREY (ed.) *The Roman and Byzantine Near East: Some Recent Archaeological Work*, vol.2. JRA Supplementary Series 31. Portsmouth, RI: Journal of Roman Archaeology, 1999, pp. 207-24.

WICKHAM, Chris. *Framing the Early Middle Ages: Europe and the Mediterranean 400–800*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

WILKINSON, T. J.; ALGAZE, Guillermo. *Town and Country in Southeastern Anatolia*. Chicago: Oriental Institute of the University of Chicago, 1990.

WILKINSON, T. J.; TUCKER, D. J. *Settlement Development in the North Jazira, Iraq: A Study of the Archaeological Landscape*. Warminster: Aris & Phillips, 1995.

ZANINI, Enrico. Il restauro giustiniano delle mura di Palmira. In: Antonio IACOBINI e Enrico ZANINI (ed.) *Arte profana, arte sacra a Bisanzio*. Rome: Argos, 1995, pp. 65-104.

ZANINI, Enrico. Christian Topography in the Late Antique Town: Recent Results and Open Questions." In: Luke LAVAN e William BOWDEN (eds.) *Theory and Practice in Late Antique Archaeology*. Leiden: Brill, 2003, pp. 196-224.



LIBANO

UMA VISÃO HOLÍSTICA DA ARQUEOLOGIA DO LÍBANO

Hanan Charaf

*Lebanese University,
Beirute*

Introdução

O Líbano ocupa uma localização estratégica no extremo oeste do Crescente Fértil, na encruzilhada de três continentes. A geografia específica deste pequeno país, composta por séries alternadas de planícies e cadeias de montanhas férteis costeiras e interiores (Vale de Bekaa) e montanhas (Monte Líbano e Antilíbano), influenciou consideravelmente a ocupação humana. Condições climáticas amenas do Mediterrâneo, juntamente com fontes de água abundantes, permitiram que os assentamentos humanos florescessem desde os tempos pré-históricos¹⁴⁴.

Os períodos pré-históricos

A maior parte das pesquisas que tratam da pré-história no Líbano foi realizada no final do século XIX por padres jesuítas da Universidade de Saint-Joseph (USJ), em Beirute (por exemplo, Zumoffen, 1900) e através do inventário de L. Copeland e P. Wescombe de 1965 dos sítios arqueológicos da “Idade da Pedra”, tornando-se este uma referência inicial (Fig. 1).

144 As referências recentes seletivas que abrangem a arqueologia no Líbano incluem as publicações gerais: Gernez e Périssé-Valéro 2010; Heinz e Vollmer 2010; Blas de Roblès et al. 2004; Doumet-Serhal 2004a; os catálogos *Fascination du Liban* publicados em 2012 por ocasião de uma exposição realizada no Museu Rath, em Genebra, e *Liban, sou rive* publicado em 1998 por ocasião de uma exibição realizada no Institut du Monde Arabe em Paris; os periódicos *Bulletin d'archéologie et d'architecture libanaises* (BAAL), publicados pela Direção Geral de Antiguidades no Líbano, Berytus, publicado pela American University of Beirut, *Tempora*, publicado pela Université Saint-Joseph, Síria, publicado pelo Instituto Francês no Próximo Oriente (IFPO) e *Arqueologia e História no Líbano* (AHL) publicado pelos Amigos Britânicos Libaneses do Museu Nacional. Os volumes internacionais recentes de periódicos dedicados a pesquisas arqueológicas no Líbano incluem: *Journal of Eastern Mediterranean Archaeology and Heritage Studies*, Vols. 4 (1-3), 2016 e vol. 3 (4), 2015, todos os convidados editados por Charaf, e *Near Eastern Archaeology*, vol. 73 (2-3), 2010 (convidado editado por Charaf e Fassbeck).

UMA VISÃO HOLÍSTICA DA ARQUEOLOGIA DO LÍBANO



Fig. 1 – Mapa do Líbano, indicando os principais sites citados no texto (Mapa: Hanan Charaf).

Os primeiros assentamentos datados do Paleolítico Inferior (750000-150000 AEC) foram encontrados no sul do Líbano. As ferramentas de sílex acheulianas encontradas em mais de cem locais pesquisados na costa e no vale de Bekaa atestam um aumento substancial na ocupação humana (CAUVIN, 1998, p. 39). Durante o Paleolítico Médio (150000-40000 AEC) e o Superior (40000-10000 AEC), as ferramentas cortadas pelo *Homo sapiens sapiens* foram deixadas em muitas grutas costeiras, como Antelias, Ksar Akil, Nahr el-Kalb ou Jeita. Os assentamentos neolíticos não aparecerão até o final do oitavo milênio AEC, na

costa (CAUVIN, 1998, p. 41) e no vale de Bekaa (AKKERMANS, 2014, p. 138). Casas retangulares monocelulares com piso de gesso em Beirute, Labwe e Biblos, e cerâmica artesanal incisa ou com engobe em Biblos indicam comunidades sedentarizadas cujo sustento se baseava na economia agropastoril (CAUVIN, 1998, p. 42). O período calcolítico a seguir (ca. 4500-3300 AEC) é muito desconhecido no Líbano devido à falta de dados. Alguns locais produziram assentamentos domésticos com casas ovais (DAKERMAN; SAIDAH, 1979) e indústrias líticas especializadas (MINET ED-DALIEH; CAUVIN, 1968), assim como ferramentas de metal – anzóis de Biblos (ARTIN, 2014, p. 219) – e/ou instalações funerárias; como em Biblos, onde 2.059 esqueletos foram enterrados em vasos de cerâmica, um costume funerário até então desconhecido em outras partes do Levante (ARTIN, 2010, 2014, p. 216-218). Esses novos elementos culturais indicam uma mudança das sociedades igualitárias anteriores para as mais complexas e possivelmente hierárquicas, inaugurando, assim, o início do período da Idade do Bronze e a transição das aldeias para as cidades.

O Período da Idade do Bronze (3300 a ca. 1175 AEC)

A transição das aldeias para as sociedades complexas da Idade do Bronze também não é muito bem compreendida no Líbano devido à falta de escavações arqueológicas. No entanto, a partir dos dados disponíveis, percebe-se um período marcado por mudanças culturais, socioeconômicas e políticas (THALMANN, 1998, p. 50). Somente Biblos oferece uma sequência que rastreia o desenvolvimento do assentamento calcolítico em uma cidade envolvida em políticas e comércio regional e internacional durante a Idade do Bronze (CHARAF, 2012; SALLES, 1998, p. 66; THALMANN, 1998, p. 51). A ascensão desta cidade deve-se principalmente à exploração intensiva das abundantes florestas de cedro que cobriam os picos do norte do Monte Líbano (GERNEZ; PÉRISSÉ-VALÉRO, 2010, p. 30; THALMANN, 1998, p. 51). Esse tipo específico de madeira perfumada, resistente à podridão, foi procurada pelos egípcios para construção naval e de prédios administrativos, bem como sua resina usada na mumificação, intensificando as relações comerciais entre o Egito e Biblos, atestadas pela primeira vez desde o final do quarto milênio AEC (Prag, 1986). Presentes reais do Egito foram encontrados em Biblos, datados de 2700 AEC (um deles, um vaso com uma identificação do último faraó da segunda dinastia, Khasekhemwy,

UMA VISÃO HOLÍSTICA DA ARQUEOLOGIA DO LÍBANO

MONTET, 1928; SAGHIEH, 1983). Os governantes de Biblos receberam títulos honoríficos (*haty-a* ou “condes”). Biblos foi identificado por Pepy I como a residência da deusa egípcia Hathor, equiparada à deusa local Baalat-Gebal, para quem foi construído um templo monumental – um dos maiores templos cananeus do antigo Oriente Próximo, em uso contínuo por pelo menos 3.000 anos, até o período romano. No início do terceiro milênio AEC, o ordenamento arquitetônico de Biblos mostra uma cidade florescente protegida por uma muralha e dois portões, com bairros domésticos e quarteirões dedicados às atividades de culto conectados por uma rede de ruas principais (DUNAND, 1937, 1939, 1950, 1954b, 1958; LAUFFRAY, 2008). A cidade continuou a prosperar ao longo do segundo milênio AEC, como é atestado por extensas estruturas urbanas e religiosas, assim como por milhares de objetos de luxo encontrados em três templos e na necrópole real (Fig. 2).



Fig. 2 – Templo dos Obeliscos em Biblos. Construído em 1900 AEC
A adega contém um obelisco dedicado ao deus Reshef (Foto: Hanan Charaf).

Foi, inclusive, criada uma escrita que seguia um sistema silábico gráfico de cerca de cem sinais (DUNAND, 1945a); este silabário, gravado em placas de bronze, ainda não foi decifrado. O caso único de Biblos não foi replicado em outros lugares do Líbano, embora as escavações tenham descoberto vários lo-

cais que prosperaram relativamente bem durante a Idade do Bronze, como os sítios costeiros de Tell Arqa, antiga Irqata (THALMANN, 2006, 2016), Tell Fadous (GENZ, 2011; GENZ *et al.*, 2009), Beirute (BADRE, 1997), Sidon (DOUMET-SERHAL, 2008, 2011, 2013), Sarepta (ANDERSON, 1988), Tell el-Burak (KAMLAH *et al.*, 2016) e Tiro (BIKAI, 1978); assim como sítios no interior, em Tell el-Ghassil (DOUMET-SERHAL, 1996) e Kamed el-Loz-antiga Kumi-di (HACHMANN, 1989; HEINZ, 2010; HEINZ *et al.*, 2001, 2011). Esses locais eram sítios satélites para as grandes cidades, como Biblos ou Sidon, e constituíam cidades-estados locais, estabelecidas perto de um porto ou no eixo de uma rota internacional (CHARAF, 2014).

De fato, muitos desses sítios, tais como Tell Arqa, Sidon e Kamed el-Loz, revelaram objetos importados do Chipre, Egito e Creta ou inspirados nos materiais egípcios e cretenses (como as pinturas de parede encontradas em Tell el-Burak; KAMLAH; SADER 2008, p. 29-31) As escavações arqueológicas demonstraram que essas cidades tinham ordenamentos urbanos complexos com muralhas (Tell Arqa, Beirute, Kamed el-Loz), palácios (Kamed el-Loz e Tell el-Burak), templos (Sidon e Kamed el-Loz) e cemitérios (Tell Arqa, Sidon, Kamed el-Loz). Embora as inumações fossem o método dominante de tratamento dos mortos, a caverna de Mgharet el-Hourriyeh, localizada na montanha norte do Monte Líbano, produziu evidências de cremação (BEAYNO *et al.*, 2002), uma prática que será totalmente empregada somente com o advento dos fenícios. A situação geopolítica pacífica que prevaleceu durante a Idade do Bronze Médio (ca. 2000 a 1550/1500 AEC) levou a um aumento da ocupação humana na região costeira e ao longo do corredor do Vale de Bekaa, que liga o Vale do Jordão ao norte da Síria e a Mesopotâmia (MARFOE, 1995). O alto número de túmulos encontrados nas colinas do interior do sul do Líbano ou no norte da planície de Akkar indica uma ocupação densa das áreas vizinhas.

Os sítios de Kamed el-Loz (MIRON, 1982) e Sidon (DOUMET-SERHAL, 2004b) demonstram cemitérios na cidade, onde foram encontradas dezenas de tumbas pertencentes a adultos e crianças enterrados com alimentos, utensílios, joias e/ou armas. Biblos (e em menor grau, Beirute) revelou cemitérios reais opulentos contendo presentes de faraós egípcios (MONTET, 1928; para Biblos, SAIDAH, 1993-1994). A transição da Idade do Bronze Médio para a Tardia foi pacífica no Líbano, embora as pesquisas atestem uma queda substancial nos as-

sentamentos humanos em todas as áreas, como testemunhado em outras partes do Levante. A Idade do Bronze Tardia (1550/1500-1175 AEC) foi um período de internacionalismo em todo o Mediterrâneo Oriental – no Líbano, ver Heinz (2014). As trocas com a Grécia, Anatólia, Egito e Chipre intensificaram-se, como evidenciado pelas milhares de cerâmicas encontradas em locais libaneses como Tell Arqa (CHARAF-MULLINS, 2006), Biblos (SALLES, 1980), Beirute (BADRE, 1998), Sidon (KARAGEORGHIS, 2011-2012), Sarepta (KOEHL, 1985) e Kamed el-Loz (PENNER, 2006). O Líbano esteve sob a hegemonia egípcia durante esse período – Ramsés II deixou duas estelas comemorando sua passagem pelo Líbano em Nahr el-Kalb (MAÏLA-AFEICHE, 2009, p. 30 e 33) –, embora as cidades fossem governadas por reis e príncipes locais. Enquanto Kamed el-Loz, um dos quatro centros administrativos egípcios no Levante, prosperou durante esse período com arquitetura palaciana notável e um enterro real opulento (HACHMANN, 1989, 2001; HEINZ, 2010); as cidades costeiras como Tell Arqa, Beirute, Sidon e Tiro, embora mencionadas nos tabletas de Amarna, não produziram características arquitetônicas impressionantes datadas nesse período.

O período da Idade do Ferro (ca. 1175-332 AEC)

A revolta causada pelas mudanças climáticas, a queda do Império Hitita na Anatólia e do sistema palaciano na Grécia, assim como o enfraquecimento do Império Egípcio no início do século XII AEC, levaram ao advento dos “Povos do Mar” no Levante e ao surgimento de novas populações, como os arameus no norte do Levante e os israelitas no sul do Levante. Essa turbulência levou, entre outras coisas, à destruição de muitos locais, como Ugarit, na Síria, e ao estabelecimento das pentápolis filisteias na Palestina. No Líbano, o início da Idade do Ferro (Ferro I – ca. 1175-950/900 AEC) ainda é discutível, principalmente, devido à raridade de escavações e pesquisas que cobrem este período (CHARAF, 2007-2008; SADER, 2014). Até hoje, apenas dez sítios arqueológicos escavados atingiram os níveis da Idade do Ferro I (CHARAF, 2017). O que é certo a partir dos dados arqueológicos disponíveis é que as principais cidades da Idade do Bronze passaram para o primeiro milênio bastante pacificamente. De fato, nenhum local costeiro mostrou evidências de destruição, como testemunhado em muitos outros lugares no Levante. Pelo contrário, a cultura arquitetônica e material encontrada em sítios como Tell Arqa, Sarepta e Tiro exibem uma transição suave do final da Idade do

Bronze para a Idade do Ferro. Enquanto a maioria dos sítios arqueológicos testemunha um declínio no início da Idade do Ferro I, evidenciado pela organização de tipo rural, as mudanças que ocorreram parecem ter sido mais medidas adaptativas do que resultantes de uma reorganização dos assentamentos devido a uma conflagração. Tell Arqa sobreviveu até meados do século XII AEC, antes de ser abandonado por quase duzentos anos. Biblos revelou algumas peças de cerâmica datadas da Idade do Ferro I, mas a maioria nunca foi publicada corretamente.

O antigo monte (*tell*) de Beirute teve um depósito de camadas do final da Idade do Bronze/Idade do Ferro I sobre um muro de fortificação (Glacis II) ao redor da cidade, mas nenhuma outra arquitetura associada (BADRE, 1997, p. 64-68). Em Tiro, um bairro industrial para a fabricação de contas de vidro começou durante o século XIV AEC e continuou até pelo menos o final do século XII AEC (BIKAI, 1978, p. 7-8). Em Bekaa, Tell el-Ghassil (BARAMKI, 1961; JOUKOWSKY, 1972) e Kamed el-Loz (HEINZ et al., 2010, p. 18-23) produziram-se estruturas domésticas modestas datadas da Idade do Ferro I. Um templo foi descoberto em Tell el-Ghassil, além de figuras de terracota (BARAMKI, 1961, p. 95). Kamed el-Loz não testemunhou nenhum hiato de assentamento entre o final da Idade do Bronze e a Idade do Ferro I em nenhuma das áreas escavadas no local. Os edifícios públicos do final da Idade do Bronze, como o palácio e o templo, deixaram de existir, e a arquitetura se caracteriza por poços encontrados, por exemplo, a oeste do palácio do final da Idade do Bronze e habitações de curta duração, evidenciadas por numerosos buracos de poste descobertos durante as escavações das décadas de 1970 e 1980. A estratigrafia da Idade do Ferro I mais bem preservada no Líbano vem dos sítios de Sidon e Sarepta. Neste último local, a transição da Idade do Bronze Final para a Idade do Ferro I é caracterizada por um desenvolvimento contínuo e suave. As oficinas de oleiro da Idade do Bronze, estabelecidas durante o século XIII AEC, são caracterizadas por fornos de bilobato e permaneceram em uso de forma ativa até o final do período da Idade do Ferro no local (ANDERSON, 1988; KHALIFEH, 1988). As camadas da Idade do Ferro I em Sidon trouxeram a lume uma estrutura cúltica identificada como um templo com pedras permanentes, *astragali* caprino e duas facas de ferro datadas do final do século XII AEC (DOUMET-SERHAL, 2013, p. 108-109).

A transição para a Idade do Ferro II (ca. 950/900-586 AEC) também é muito enigmática no Líbano devido à escassez de níveis arqueológicos escavados. Mas

o início do primeiro milênio AEC testemunha o surgimento de uma nova cultura no Líbano, apesar de ainda manter as características da Idade do Bronze anterior, espalhadas por grandes partes do Mediterrâneo Oriental. Embora os fenícios¹⁴⁵ tenham se originado essencialmente no Líbano (embora seu continente englobasse o trecho costeiro de Arwad na Síria a Akko na Palestina), pouco se sabe sobre sua civilização em sua terra natal, novamente devido a dados arqueológicos irregulares¹⁴⁶. As razões para o surgimento dos poderosos fenícios são múltiplas; o vazio deixado após a destruição dos principais centros da Idade do Bronze, a retirada dos egípcios do Levante e a falta de destruição em muitos locais costeiros do Líbano permitiram aos fenícios impor muito rapidamente seu domínio comercial e marítimo no Mediterrâneo no início do primeiro milênio AEC (AUBET, 2014, p. 706). Graças a sua extensa abrangência marítima, os fenícios monopolizaram o comércio de mercadorias (estanho, cobre, madeira de cedro, prata, especiarias e incenso) entre a Ásia, o norte da África e a Europa.

Suas intensas atividades marítimas os levaram ao estabelecimento de muitos postos comerciais (Palaepaphos no Chipre) e colônias (Kition no Chipre e Cartago na Tunísia) em todo o Mediterrâneo. Um dos principais marcadores culturais dos fenícios é um novo repertório de cerâmica que durará até o advento do helenismo no Líbano. Três principais classes de cerâmica foram produzidas em massa pelos fenícios e espalhadas pelo Mediterrâneo: o *Red Slip Ware* constituía-se de diversas formas de recipientes embebidos em um engobe de cor vermelha; o *Phoenician Bichrome Ware*, descrevendo vasos pintados nas cores preto e vermelho; e os jarros de tamanho médio com base pontiaguda, usados no comércio. Os fenícios também se destacaram em outras produções artísticas, como pingentes antropomórficos em vidro, incrustações de marfim, trabalhos em metal e, principalmente, tingimento roxo, que obtiveram das conchas *Murex*. O corante roxo fenício era conhecido em todo o Levante, como atestado em Plínio II Nat. Hist. Livro IX. Porém, talvez eles sejam mais conhecidos pela invenção de um alfabeto simplificado derivado de um protótipo semítico ante-

145 Fenícia (Phoiniki – Φοινίκη) é o nome que os gregos conferiram a esta região e sua população. Não há evidência textual indicando o nome pelo qual os fenícios se referiam.

146 Embora a literatura abundante esteja disponível sobre os fenícios, a maioria se baseia em aspectos históricos e em produções de arte encontradas na terra natal e em todo o Mediterrâneo. Pouco se sabe sobre sua vida cotidiana, seus costumes, literatura, rituais e crenças. Veja Elayi 2018; Holst 2011; Markoe 2000; Moscati 2001; 1968; Rawlinson 2014; Woolmer, 2011. Ver Quinn (2017), que argumenta que os fenícios não constituem uma população ou grupo étnico homogêneo.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

rior e composto por 22 letras consoantes. Os melhores exemplos desse alfabeto estão gravados no sarcófago de Ahiram, rei de Biblos, que viveu por volta de 1000 AEC (Fig. 3). Tabnit e sarcófagos de seu filho Eshmunazar II, reis de Sidon durante o século V EC, e alguns jarros funerários da antiga cidade cananita e fenícia de Tiro e de Tell Rachidiyeh (BORDREUIL, 2004) também atestam sobre o alfabeto. Este alfabeto tornou-se um dos sistemas de escrita amplamente utilizados no Mediterrâneo e corroborou a criação dos caracteres em grego e latim.

Talvez, as cidades fenícias mais conhecidas sejam Sidon e Tiro por causa de suas muitas menções em diferentes dados textuais. Infelizmente, a Arqueologia ainda é incapaz de corroborar qualquer uma dessas narrativas. A Bíblia menciona Sidon como o primogênito de Canaã (Gn 10:15), enquanto a preeminência de Tiro é notada sob o governo do rei Hiram I (969-936 AEC), que enviou madeira de cedro, carpinteiros e pedreiros para construir a casa do rei Davi (2 Sm 5:11) e, mais tarde, o palácio e o templo do rei Salomão (1 Rs 5: 8-11; 2 Cr 2:16).



Fig. 3 – Sarcófago do rei fenício Ahiram, encontrado em Biblos. O sarcófago possui uma das mais antigas inscrições fenícias datadas de 1000 AEC, Museu Nacional de Beirute (Foto: Hanan Charaf).

UMA VISÃO HOLÍSTICA DA ARQUEOLOGIA DO LÍBANO

Embora os dados arqueológicos deste período sejam bastante tímidos nesta última cidade e certamente não reflitam o monumental centro urbano construído de acordo com as narrativas clássicas de Hiram I (Flavius Josephus e Herodotus), a estratigrafia descoberta trouxe à luz um bairro industrial dedicado à cerâmica e produções de metal (BIKAI, 1978) e a maior necrópole da Fenícia até então (cemitério de Al-Bass, AUBET, 2004).

Foram encontradas mais de 225 urnas de cremação datadas do séculos IX e VII AEC, acompanhadas de materiais funerários padronizados contendo cerâmica e joias (AUBET, 2014, p. 709). A maioria dos enterros foi realizada em urna dupla, contendo os restos humanos carbonizados de um único indivíduo, uma característica não atestada em outras partes do reino fenício. Algumas necrópoles fenícias, como Tire-Al Bass e Khaldé (SAIDAH, 1966), possuíam estelas de pedra instaladas ao lado de algumas tumbas. Enquanto os níveis da Idade do Ferro II de Sidon ainda estão sendo expostos (College Site Area), eles já produziram inscrições fenícias, como uma mencionando “os altares de Abdyahu”, datada dos séculos IX a VIII AEC (DOUMET-SERHAL, 2013, p. 110). As cidades próximas de Tell el-Burak (cujo nome antigo ainda é desconhecido) e Sarepta forneceram contundentes evidências da civilização fenícia durante esse período. Ambos os locais revelaram áreas domésticas e industriais focadas na produção de cerâmica e azeite, bem como em instalações de culto – para Sarepta, veja Anderson (1988), e para Tell el-Burak, veja Kamlah *et al.* (2016). A típica alvenaria silhar usando conexões travessão e estendidas é atestada nesses dois locais e em Tell Arqa, no norte, onde também foram encontradas uma muralha de pedra da casamata e um templo contendo dezenas de figuras femininas (THALMANN, 2004, p. 33).

O domínio assírio do Levante (séculos VIII e VII AEC) também foi sentido no Líbano, onde alguns locais testemunharam destruição total – como Tell Arqa, cuja população foi completamente deportada para o Iraque por Tiglath-Pileser III em 732 AEC (CHAYA, 2010a, p. 214), e talvez o interior de Tiro, arruinado por Assurbanipal. No entanto, enquanto muitos outros reinos foram incorporados ou subjugados ao domínio assírio, as cidades-estados fenícias permaneceram mais ou menos independentes com a exigência de enviar tributos à Assíria (AUBET, 2014, p. 714). A cidade de Tiro, que há muito se pensava ter sido espoliada pelos assírios, gozou de altos níveis de prosperidade devido ao seu potencial econômico e posição estratégica. Os reis de Sidon resistiram à pre-

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

sença assíria e puderam construir muitos templos.

Foi somente com o advento dos persas ou dos aquemênidas (séculos VI a IV AEC) que o poder de Tiro diminuiu para ser substituído pela crescente influência de Sidon (LEHMANN, 2014; OGGIANO; PEDRAZZI, 2013). Embora a cultura material ainda fosse predominantemente fenícia (com a continuidade dos tipos de cerâmica fenícia), influências estrangeiras do Egito e especialmente da Grécia são notáveis nas produções arquitetônicas e artísticas. Os vestígios de edifícios desse período incluem evidências de construção de palácio, um bairro doméstico e alguns templos, todos localizados na costa, assim como tumbas reais. Restos de capitéis monumentais, estilo “Persa de dois-touros”, foram encontrados perto de Sidon, indicando uma construção palaciana semelhante à encontrada em Persépolis (STUCKY, 2004a) (Fig. 4).

Beirute apresenta a arquitetura urbana mais bem preservada, com dois grandes bairros dispostos de acordo com um plano hipodâmico, mas com a técnica fenícia de construção com conexões travessão e estendidas (*header-and-stretcher*) (ELAYI, 2010; ELAYI; SAYEGH, 1998, 2000). Alguns templos foram encontrados no Líbano deste período.



Fig. 4 – Capital decorada com protomas de touros encontrados em Sidon e datados do período aquemênida, Museu Nacional de Beirute (Foto: Hanan Charaf).

UMA VISÃO HOLÍSTICA DA ARQUEOLOGIA DO LÍBANO

Nas proximidades de Bustan el-Sheikh, o Templo de Eshmun (Fig. 5) dedicado ao deus fenício da cura (o grego Asklepios) foi erguido em um pódio monumental (STUCKY, 2004b; STUCKY et al., 2005). O sítio de Al-Kharayeb, perto de Sidon, revelou um santuário onde foram encontradas muitas figuras de divindades femininas (CHÉHAB, 1951-4; OGGIANO et al., 2016); recentemente, as fundações de um templo também foram identificadas em Sidon (DOUMET-SERHAL, 2013, p. 111). Ao sul de Tiro, o local de Umm el-Amed desenterrou um templo *in antis* e muitas inscrições e estelas fenícias (DUNAND; DURU, 1962). Os numerosos túmulos de Sidon apresentam sarcófagos antropomórficos de origem egípcia e sarcófagos arquitetônicos cobertos com magníficos baixos-relevos. Os enterros de cães atestados em outros lugares (Asheklon) também foram encontrados em Beirute (FINKBEINER; SADER 1997) e Tell Arqa. Após o surgimento das moedas na Lídia, as cidades de Trípoli, Biblos, Sidon e Tiro começaram em 470 AEC a cunhar suas próprias moedas (ELAYI, 2009; ELAYI; ELAYI, 2014).

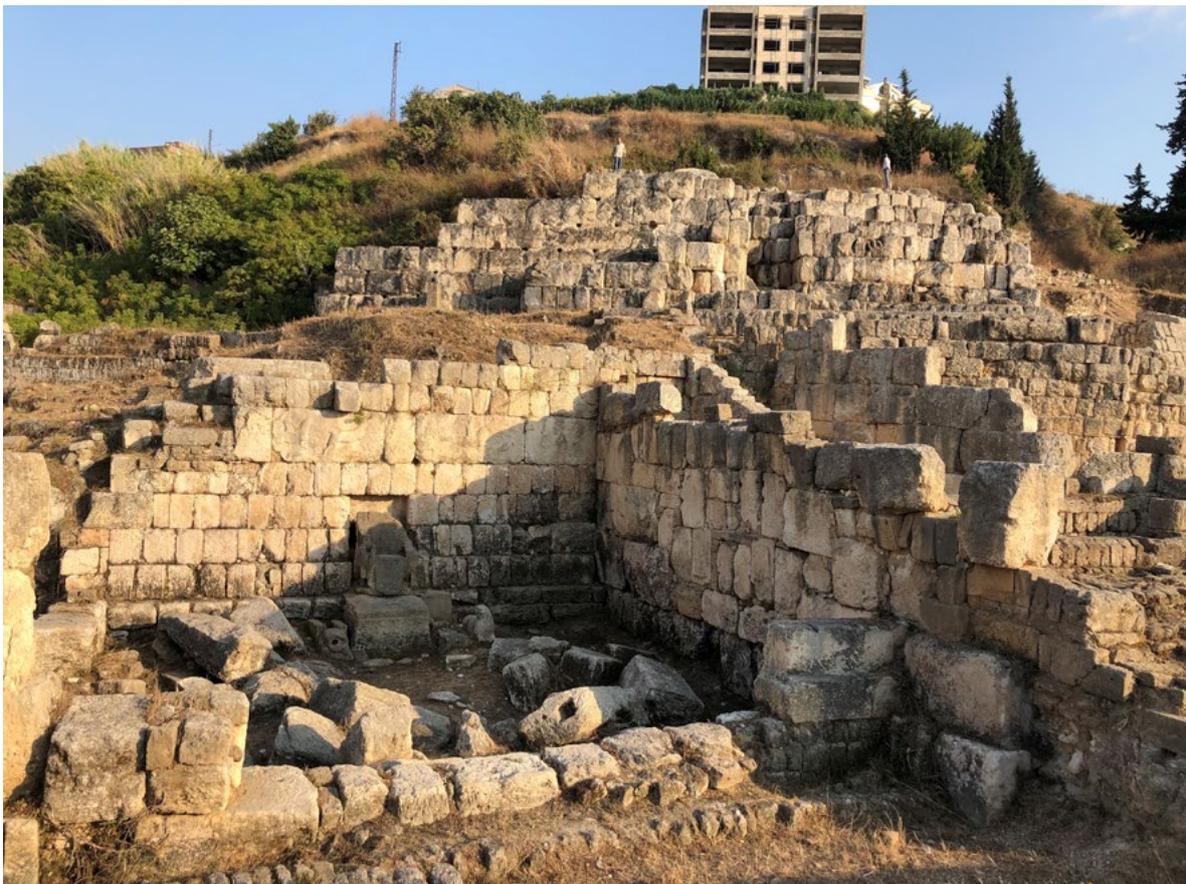


Fig. 5 – O templo de Eshmun (Asklepios, em grego), o deus da cura, fica em um enorme pódio, Bustan el-Sheikh (Foto: Hanan Charaf).

Os períodos Helenístico e Romano (332-395 EC)

A conquista do Oriente Médio por Alexandre, o Grande, em 333 AEC, após a batalha de Issos, marcou o fim das cidades-estados fenícias. Enquanto alguns estados (Arwad, Biblos e Sidon) se renderam ao rei da Macedônia, Tiro resistiu por muitos meses e acabou sendo sitiada e destruída em 332 AEC. O Líbano caiu sob o domínio sucessivo dos ptolomeus e selêucidas após a morte de Alexandre e adotou rapidamente a cultura grega. Novos costumes, leis e práticas religiosas foram implementadas. A língua fenícia desapareceu em grande parte (exceto nos nomes fenícios de cidades como Biblos, Beirute, Sidon e Tiro, que não foram helenizadas como era habitual nas cidades conquistadas por Alexandre), bem como em muitos dos estilos artísticos ancestrais. Pouco se sabe sobre as cidades durante o período helenístico, exceto timidamente sobre Tell Arqa (THALMANN, 1990), Beirute (CURVERS; STUART, 1997) e mais extensivamente sobre Jiyeh (antigo Porphyreon), onde recentes descobertas arqueológicas revelaram uma área residencial completa construída seguindo um estilo arquitetônico grego (BLAS DE ROBLÈS *et al.*, 2004; WALISZEWSKI; GWIAZDA, 2015, p. 334-337). No entanto, comerciantes de Beirute, Sidon e Tiro atuavam nas redes de comércio internacional e estabeleceram vários postos de comércio na Anatólia, Grécia e Itália. Eles também estavam envolvidos no comércio de especiarias e incenso, como atestado nos Arquivos Zenon encontrados na região de Fayyum, no Egito, e em muitas moedas e inscrições encontradas em Petra e na Arábia do Sul (FRANGIÉ-JOLY, 2016, p. 41).

O final do século II AEC testemunhou o surgimento de uma nova população, os itureanos, que estabeleceram sua capital em Chalcis no vale de Bekaa. A localização desta cidade ainda é desconhecida, embora muitos estudiosos a vejam na moderna cidade de Anjar. Sua influência se estendeu sobre a costa norte do Líbano e para o leste, em direção a Damasco (STUCKY, 1972, p. 108).

O período romano é, sem dúvida, um dos mais bem representados no Líbano. Integrado à província romana da Síria do Império Romano em 64 AEC, sob Pompeu, o Líbano conheceu um período de paz e estabilidade, especialmente sob a *Pax Romana*, que levou a um aumento substancial da ocupação humana na costa e no interior. Este período também é marcado pela prosperidade que muitas cidades desfrutaram, evidenciada nos ricos vestígios arqueológicos. Tiro e Beirute oferecem uma visão geral da organização urbana de uma metrópole, enquanto Baalbek oferece um incrível testemunho dos costumes religiosos e de

UMA VISÃO HOLÍSTICA DA ARQUEOLOGIA DO LÍBANO

culto do leste romano.

O Líbano estava coberto por uma complexa rede de estradas que ligavam centenas de assentamentos romanos da costa ao vale de Bekaa. A fim de proteger as florestas do Monte Líbano, o imperador romano Adriano deixou mais de duzentas inscrições espalhadas pelas montanhas, colocando essas florestas sob proteção imperial e proibindo qualquer um de cortar árvores sem ordens oficiais (BRETON, 1980). Contabilizam-se mais de cinquenta templos romanos no Líbano (KRENCKER; ZSCHIEZSCHMANN, 1938; YASMINE, 2005). No entanto, a maioria deve ter se originado nos primeiros tempos cananeus e helenísticos. Uma das cidades mais importantes do Líbano durante o período romano foi, certamente, Tiro, que se tornou a capital da província da Síria-Fenícia no final do século II EC. A cultura na Fenícia tornou-se romanizada, da linguagem às crenças religiosas.

Grandes escavações em Tiro descobriram um dos maiores hipódromos do Oriente Próximo (Fig. 6), que continha banhos para as equipes concorrentes (KAHWAJI-JANHO 2009), bem como uma extensa necrópole com centenas de túmulos (colombaria e sarcófagos, Fig. 7) e um dos maiores banhos do império (Fig. 8).



Fig. 6 – O hipódromo de Tiro é um Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Partes da seção de assentos (cavea) e espinha ainda estão conservadas (Foto: Hanan Charaf).



Fig. 7 – A necrópole de Tiro fica na parte interior da cidade antiga, na área de Al-Bass. Ela contém centenas de túmulos datados dos períodos romano e bizantino (Foto: Hanan Charaf).



Fig. 8 – O salão basilíco dos banhos em Tiro era a estrada principal antes de pesquisas recentes determinarem que pertencia a um salão. É datado do século II/III EC. Algumas das colunas são feitas em mármore Cipolin importado (Foto: Hanan Charaf).

UMA VISÃO HOLÍSTICA DA ARQUEOLOGIA DO LÍBANO

Pesquisas no vale de Bekaa – por exemplo, Bonatz (2002) – revelam um aumento de assentamentos helenísticos-romanos estabelecidos nesta via vital, que liga o Vale do Jordão ao interior da Síria. Camadas recém-escavadas em Kamed el-Loz revelaram casas romanas e helenísticas anteriormente insuspeitas (HEINZ *et al.*, 2001). Baalbek (Heliópolis romana), localizado no alto Bekaa, tornou-se, durante o século II EC, um importante centro religioso no império oriental (VAN ESS, 2008). Seu vasto complexo de culto foi construído para mostrar o poder dos romanos na fronteira leste do império, impressionantemente bem preservado. O templo dedicado a Júpiter/Zeus é um dos maiores do mundo; assenta-se em um enorme pódio feito de monólitos e megálitos, pesando cada um mais de mil toneladas, provenientes de uma pedreira próxima (ABDUL MASSIH, 2015) (Fig. 9).

Embora seja construído no estilo romano, ele apresenta algumas tradições arquitetônicas locais, como um *adyton* (área restrita dentro da cela) ou torres angulares com escadas. Esse hibridismo existe na maioria dos templos romanos no Líbano, independentemente de seu tamanho ou localização.



Fig. 9 – Dois megálitos (Hajjar el-Hibla e Janin el-Hajar) pesando 1 e 1,6 t estão na pedreira de Baalbek, localizada a 1 km do complexo culto. Eles estão entre os maiores monólitos do mundo (Foto: Hanan Charaf).

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

Outros templos incluídos no complexo Baalbek são o chamado Templo de Baco (Fig. 10), o incomum Templo Octogonal de Vênus (Fig. 11) e o Templo de Mercúrio, localizado na colina com vista para a cidade. Pouco se sabe sobre a área residencial da cidade antiga (provavelmente localizada sob a cidade moderna), mas foram encontradas muitas tumbas espalhadas pela cidade e ao redor dela, porém, infelizmente, a maioria foi saqueada. Em 2010, uma equipe pesquisou a área de Baalbek e identificou 59 túmulos datados entre o séculos I e V EC (DE JONG, 2011).

Beirute tornou-se uma colônia romana chamada Colonia Julia Domna Augusta Felix Berytus (em homenagem à filha de Ceasar), durante o século I AEC, e testemunhou um período de riqueza sem precedentes (LAUFFRAY, 1944-1945; 1946-1948). Herodes, o Grande, Herodes Agripa I e Herodes Agripa II adornaram a cidade com teatros e banhos. Uma escola de direito especializada na tradução e transmissão das leis romanas foi reconhecida em todo o império. Escavações arqueológicas desenterraram inúmeros edifícios impressionantes, como dois complexos de banho¹⁴⁷, a ágora, partes das estradas Decumanus e Cardo, o hipódromo e outras estruturas cívicas e administrativas que ainda não foram publicadas¹⁴⁸. Muitas inscrições encontradas em Beirute indicam que os habitantes desta cidade adoravam os deuses e deusas do panteão Baalbek Helio-politano (GHADBAN, 1997, p. 229; HAJJAR, 1977).

147 Um deles, desenterrado no local de Bey 001, desapareceu desde então, removido para construir os souks modernos de Beirute (GHADBAN, 1997; p. 223). O outro ainda é visível sob o Grand Sérail, a sede do governo libanês.

148 Após o fim da Guerra Civil em 1990, a cidade testemunhou uma extensa atividade arqueológica dentro de um programa iniciado pela Unesco. A Solidere, uma empresa libanesa imobiliária privada, assumiu a administração das atividades arqueológicas em Beirute depois de 1995. Até o momento, mais de quatrocentos locais foram escavados, mas apenas um punhado foi publicado em relatórios preliminares no *Bulletin d'archéologie et d'architecture libanaises*, o jornal oficial da Direção Libanesa Générale des Antiquités.



Fig. 10 – Templo que se pensa ser dedicado ao deus Baco/Dionísio, Baalbek. Um dos templos romanos mais bem preservados do mundo. Foi encomendado pelo imperador romano Antoninus Pius e data do século II/meados do século III EC (Foto: Hanan Charaf).

Os templos encontrados nas colinas com vista para Beirute (Beit Mery) e nas montanhas do Monte Líbano (Faqra) também podem ter sido dedicados ao culto heliopolita a julgar pelas inscrições encontradas perto deles (HAJJAR, 1977). A cidade de Beirute foi abastecida com água por um impressionante aqueduto que transportava os recursos hídricos da nascente do antigo Rio Magoras, situado a 4 km da cidade, nas colinas mais baixas do Monte Líbano (DAVIE et al., 1997).

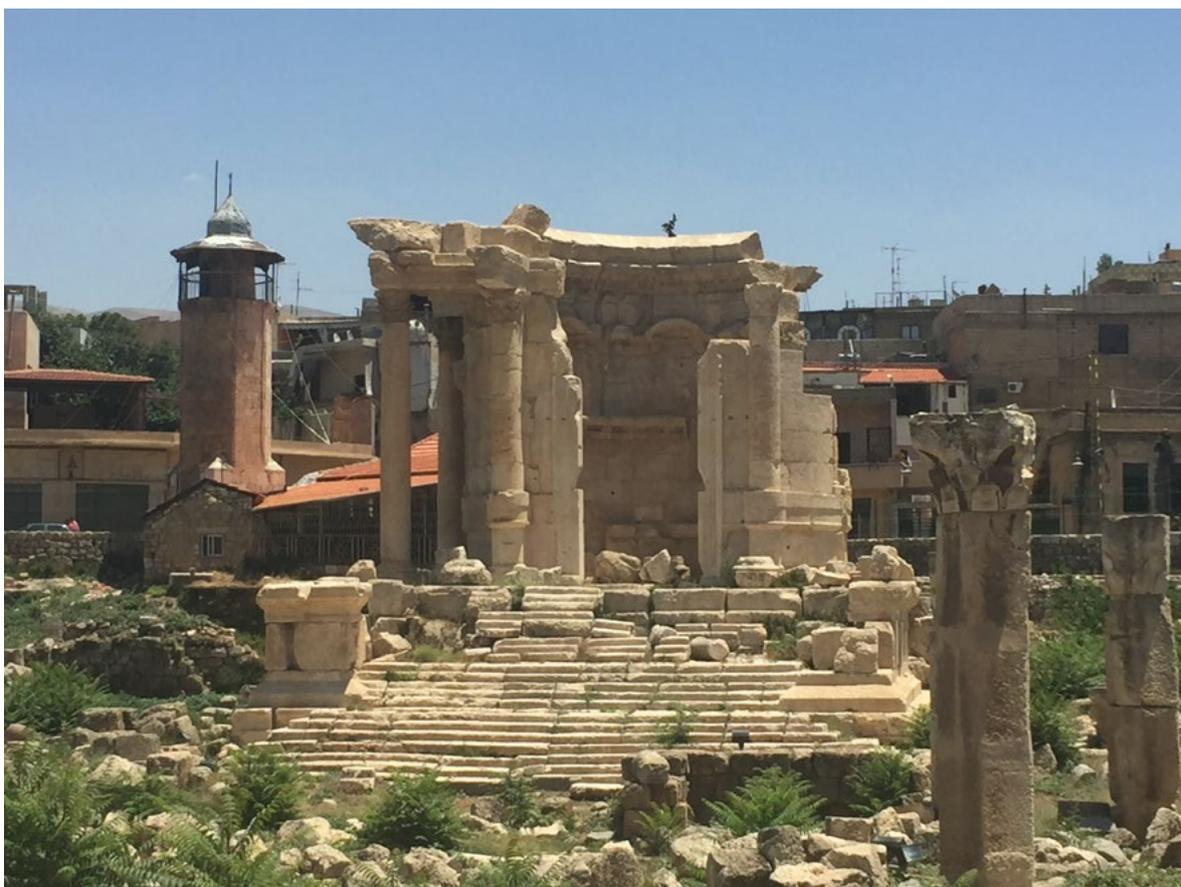


Fig. 11 – Templo que se pensa ser dedicado a Vênus, Baalbek. Possui um plano circular, com cinco nichos. Data do século III EC (Foto: Hanan Charaf).

Embora pouco se saiba sobre Sidon durante o período romano, escavações recentes renderam mais de 150 estatuetas de terracota despejadas em um poço (DOUMET-SERHAL, 2013, p. 113). Tell Arqa, no norte, foi anexado à província romana da Síria e renomeada para Cesareia do Líbano. Sob o reinado de Antoino Pio (138-161 EC), obteve o direito de cunhar suas próprias moedas e, sob Caracala (211-217 EC), seus habitantes se tornaram cidadãos romanos. Expandiu-se substancialmente durante o mesmo período (THALMANN, 2000, p. 13-18) e incluiu um fórum, um estádio, muitas vilas e um templo dedicado a Venus Lugens, como atestado em textos e moedas. Essa riqueza não deve surpreender, pois Arqa foi o berço do imperador Alexandre Severus (222-235 EC) e deve, portanto, ter lucrado com a generosidade imperial (STARCKY, 1972, p. 108). Biblos recebeu grande parte das estradas romanas e um pequeno teatro. Outro teatro também foi encontrado em Batroun, localizado ao norte de Biblos.

Tiro e Beirute prosperaram consideravelmente durante o período romano. Eles trocavam mercadorias produzidas dentro de seus domínios (vidro, têxteis ou corante púrpura) ou nos vastos territórios que controlavam (trigo, azeite e vinho).

O Período Bizantino (395-638 EC)

A cristianização do Líbano foi intensa e as cidades libanesas adotaram muito rapidamente a nova religião monoteísta. Tiro e Sidon são citados inúmeras vezes na Bíblia e Tiro teve um arcebispo em 190 EC. Jesus visitou Tiro e curou um gentio (Marcos 7:24) e elogiou Tiro e Sidon por sua rápida taxa de conversão ao cristianismo (Mateus 11:21). Paulo visitou Sidon e Tiro no retorno de sua viagem missionária a Antioquia (Atos 11: 22-30). Após o estabelecimento do Império Bizantino em Constantinopla, Tiro foi a sede do governador regional designado pelo imperador bizantino. No norte, Arqa tornou-se um assento de bispado mencionado no Concílio de Antioquia em 363 EC. Por todo o Líbano, centenas de igrejas onde dezenas de santos eram venerados foram erigidas, frequentemente sobre as instalações dos templos greco-romanos¹⁴⁹. Alguns deles foram minuciosamente escavados e estudados, como a basílica em Chhim, uma vila nos arredores de Sidon, construída de acordo com um plano de três corredores típico do Líbano bizantino (WALISZEWSKI; ORTALI-TARAZI, 2004, p. 234-235). Se o cristianismo floresceu na costa, os cultos romanos continuaram nas fronteiras orientais do império, como em Baalbek, onde Júpiter continuou a ser adorado até 580 EC. Beirute era uma metrópole próspera e um centro religioso ativo, como atestado por textos antigos. A famosa Igreja de Anastasia, mencionada várias vezes em diversos relatos e supostamente localizada no centro de Beirute, ainda não foi encontrada, apesar de numerosas escavações terem sido realizadas no perímetro do local presumido.

No litoral, escavações de salvamento e operações ilegais descobriram um grande número de mosaicos adornando as vilas localizadas na costa ao sul de Beirute (ORTALI-TARAZI; WALISZEWSKI, 2004). A maioria desses mosaicos, datados dos séculos V e VI EC, foi recuperada e hoje eles são exibidos no Palácio Beiteddine, nas Montanhas Chouf. As escavações polonesas na localidade de Jiyeh (antigo Porphyreon) revelaram uma cidade urbana próspera e rica, com uma basílica e um complexo ordenamento residencial (WALISZEWSKI; GWIAZDA, 2015). Se as principais escavações se concentram nos locais urbanos, pouco se sabe sobre os assentamentos bizantinos nas áreas rurais. No entanto, as escavações polonesas em Chhim descobriram uma vila que prosperava na produção e no comércio

149 É impossível incluir todas as igrejas bizantinas neste artigo, mas algumas delas incluem: Majdel Zoun, ao sul de Tiro (Waliszewski 1997), Jiyeh (Waliszewski et al. 2006: 27-34) ou Yanouh (Gatier *et al.* 2001: 109- 113).

de azeite (WALISZEWSKI; ORTALI, 2002). No norte, Tell Arqa tornou-se uma cidade fortificada, como atestado pela presença de uma torre e uma muralha de pedra ao redor da cidade (THALMANN, 2004, p. 26-30).

Uma série de terremotos poderosos seguidos por tsunamis destruíram completamente Beirute em 551 EC e Sidon em 572 EC. Traços desses cataclismas são visíveis em muitos sítios arqueológicos de Beirute, como os banhos que datam originalmente do período romano, mas foram restaurados e ampliados por Marthianos, alto funcionário encarregado pelo imperador Justiniano para reconstruir Beirute após o terremoto de 551 EC (GHADBAN, 1997, p. 210). Destruições atribuídas a esse terremoto também são visíveis em outros locais libaneses, como Tell Arqa, onde pisos cimentados de prédios administrativos foram rachados pelo forte impacto (THALMANN, 2004, p. 30).

O Período Islâmico (638-1099 EC)

Os conflitos políticos internos e regionais, aliados à longa guerra com os sassânidas persas, enfraqueceram o Império Bizantino e permitiram aos árabes conquistar facilmente o Oriente Médio, o norte da África e o sul da Europa. Trípoli, Beirute e Baalbek caíram nas mãos dos árabes durante a segunda metade do século VII EC e perderam sua autonomia sob o subsequente Império Omíada. O Líbano foi administrado pelos califas omíadas, que governavam sua capital em Damasco. O califa Al-Walid Ibn abd el-Malik construiu uma cidade em Anjar, no vale do Bekaa, na estrada internacional que liga Beirute a Damasco (FINSTER, 2003). Anjar foi construída como as cidades clássicas da época. Duas estradas principais dividiram a cidade em quatro partes. Ela foi fortificada com muralhas e quatro torres em cada esquina. As estruturas escavadas incluíam lojas, banhos, mesquitas e dois palácios. Além de Anjar, Baalbek revelou uma mesquita do período omíada. Arqueologicamente, poucos vestígios escavados são atestados em textos antigos datados do período islâmico. Por exemplo, apenas as fortalezas de Arqa e Trípoli são mencionadas nos relatos de viajantes e historiadores árabes (FOURNET; VOISIN, 2004, p. 152). Vestígios dos diferentes períodos islâmicos no Líbano são escassos, provavelmente porque foram destruídos por construções posteriores; as cerâmicas e moedas atestam essencialmente as atividades islâmicas no Líbano a partir desse período.

O Período Cruzado e Mameluco (1099-1291 EC)



Fig. 12 – O castelo dos cruzados em Biblos data do século XII EC (Foto: Hanan Charaf).

Os cruzados criaram o condado de Trípoli, um dos estados francos do Reino Latino de Jerusalém. Arqueologicamente, os restos do período dos cruzados são atestados por castelos ou fortalezas e uma série de torres de vigia construídas principalmente na costa – veja Deschamps (1977) para obter uma descrição desses castelos. Estes eram controlados por reis francos, famílias poderosas ou ordens religiosas (os hospitaleiros e os templários). Os cruzados roubaram alvenarias antigas (blocos e colunas) para construir seus castelos, cujas paredes geralmente continham colunas clássicas inseridas horizontalmente. A região acidentada e fértil de Akkar, no norte do Líbano, foi dominada primeiro pelos Puylaurens, que estabeleceram uma rede defensiva eficaz compreendendo as fortalezas de Akkar el-Aatiqa, Menjez e Qalaat el-Borj, antes de serem controladas diretamente pelo conde de Trípoli Raymond III (FOURNET; VOISIN, 2004, p. 152). Raymond IV de Saint-Gilles construiu um impressionante castelo em Trípoli, onde estabeleceu seu condado (CHAAYA, 2010b, p. 57 e 65). Tell Arqa também revelou vestígios de uma fortaleza composta por maciças paredes reforçadas por uma torre (THALMANN, 2004, p. 31-33). Depois que o sultão mameluco Baibars assumiu

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

o controle desta cidade em 1266 EC (WILL, 1975, p. 44), a fortaleza foi sistematicamente desmantelada e suas pedras foram enviadas a Trípoli para construir a nova cidade mameluca (LERICHE, 1983). Hoje, a cidade de Trípoli data principalmente dos séculos XIV e XV, e tem mais de quarenta monumentos antigos datados do período mameluco (SALAM-LIEBICH, 1983).

Biblos tem um dos castelos cruzados mais bem preservados do Líbano. Foi construído sobre as defesas da Idade do Ferro e Bronze da cidade, perto do porto (Fig. 12). Não muito longe de Biblos, outra fortaleza franca, o castelo de Smar Jbeil, pertencia ao barão de Boutron (moderno Batroun) (CHAAYA, 2016). Na parte sul do Líbano, uma rede defensiva semelhante pontilhava as colinas com vista para a Galileia, Sidon e Tiro. O castelo de Beaufort é uma das muitas fortificações dos cruzados (como o castelo de Toron) construídas no sul do Líbano para proteger o Reino de Jerusalém. No topo de um penhasco, a 700 m de altura, há uma vista para a paisagem montanhosa do Líbano e da Alta Galileia (BESSAC; YASMINE, 2001). Originalmente, foi um castelo árabe, antes de ser legado em 1139 EC a Foulque d'Anjou, rei de Jerusalém.



Fig. 13 – O Castelo do Mar Cruzado em Sidon é construído em uma pequena ilha conectada ao continente por uma calçada de pedra. Data do século XIII EC (Foto: Hanan Charaf).

UMA VISÃO HOLÍSTICA DA ARQUEOLOGIA DO LÍBANO

Foi controlada pelos Templários até 1268 EC, quando o castelo foi capturado por Baybars, o quarto sultão mameluco do Egito e da Síria, terminando assim a ocupação dos cruzados.

Sidon foi conquistado pelo rei Baldwin I em 1110 EC, e tornou-se um senhorio do Reino de Jerusalém. Os vestígios arqueológicos nesta cidade revelaram dois castelos construídos pelo rei Luís IX: o Castelo Land que fica dentro da cidade, não muito longe do porto, e o castelo do mar, construído sobre uma massa rochosa e ligado à costa por uma ponte (Fig. 13). Outros vestígios do período dos cruzados incluem dois enterramentos em massa pertencentes a adultos, alguns deles decapitados, encontrados nas escavações na cidade de Sidon (DOUMET-SERHAL, 2013, p. 115-116). A análise de carbono 14 (14C) estabeleceu uma data para o enterramento entre 1160 e 1256 EC.

Conclusão: O Período Otomano (1516-1920 EC)

Depois de 1516 EC, o Líbano caiu sob o domínio otomano até 1920, quando os franceses proclamaram o Estado do Pequeno Líbano. Os vestígios arqueológicos otomanos são tímidos no Líbano devido à sua remoção para atingir níveis arqueológicos mais antigos. As principais características sobreviventes incluem palácios, como o de Fakhreddine, em Beiteddine, no Monte Líbano, ou edifícios administrativos, como o Grand Sérail (construído em 1853 como quartel do exército turco) e o Small Sérail no centro de Beirute. Muitas igrejas foram convertidas em mesquitas, como a Grande Mesquita de Sidon, que era originalmente uma igreja construída pelos Hospitalários de São João, ou a Mesquita Omari, no centro de Beirute, que era uma igreja dedicada a São João Batista e foi convertida em uma mesquita quando Saladino tomou a cidade em 1291 EC. Numerosos edifícios residenciais ainda podem ser observados nos bairros mais antigos das principais cidades e vilarejos libaneses, mas a maioria data dos séculos XVIII e XX. Desde os períodos otomanos, uma série de fortalezas estava alinhada no sul do Líbano, como a fortaleza de Doubiyeh (YOVITCHITCH, 2011) e o Castelo Toron, construído sobre os restos de uma fortificação anterior dos cruzados (PIANA; CURVERS, 2004).

Como pode ser percebido nessa visão holística da Arqueologia no Líbano, o país resguarda um enorme potencial arqueológico e histórias que estão entrelaçadas com as formações basilares do Oriente Médio e mesmo o mundo Ocidental.

Agradecimentos

Meu cordial agradecimento ao Prof. Dr. Marcio Teixeira-Bastos pelo convite, tradução e a editoração do meu capítulo para esta obra. Sem dúvida, seus esforços em conjunto com o Prof. Dr. Vagner Carvalheiro Porto são integrativos e marcam essa instigante obra apresentada ao público lusófono.

Referências

ABDUL MASSIH, J. The Megalithic Quarry of Baalbek: Sector III, the Megaliths of Hajar al-Hibla, *Journal of Eastern Mediterranean Archaeology and Heritage Studies* 3(4),, 2015, pp. 313-329.

AKKERMANS, P. The Northern Levant during the Neolithic Period. In: M. STEINER e A. KILLEBREW (eds.) *The Oxford Handbook of the Archaeology of the Levant c. 8000-332 BCE*, Oxford University Press, Oxford, 2014, pp. 134-146.

ANDERSON, W.. *Sarepta I. The Late Bronze and Iron Age strata of Area II*, Y. Université Libanaise, Beyrouth, 1988

ARTIN, G. The Northern Levant during the Chalcolithic Period. The Lebanese-Syrian Coast. In: M. STEINER e A. KILLEBREW (eds.) *The Oxford Handbook of the Archaeology of the Levant c. 8000-332 BCE*, Oxford University Press, Oxford, 2014, pp. 212-222.

ARTIN, G.. The Necropolis and Dwellings of Biblos during the Chalcolithic Period: New Interpretations. *Near Eastern Archaeology* 73(2-3), 2010, pp. 74-84.

AUBET, M. E. Phoenicia during the Iron Age II period. In: M. STEINER e A. KILLEBREW (eds.) *The Oxford Handbook of the Archaeology of the Levant (ca. 8000 – 332 BCE)*, Oxford University Press, Oxford,, 2014, pp. 706-716.

AUBET, M. E. The Phoenician cemetery of Tyre. *Near Eastern Archaeology* 73 (2-3), 2010, pp. 144-155.

AUBET, M. E.. The Phoenician cemetery of Tyre-Al Bass. Excavations 1997-1999, *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises Hors-Série 1*, 2004.

BADRE, L. Late Bronze and Iron Age imported pottery from the archaeological excavation of Urban Beirut. In: V. KARAGEORGHIS e N. STAMPOLIDES (eds.) *Eastern Mediterranean Cyprus-Dodecanese-Crete 16th- 6th c. B.C. Proceedings of the International symposium held at Rethymnon-Crete in May 1997*, University of Crete and Leventis Foundation, Athens, 1998, pp. 73-84.

BADRE, L.. Bey 003 Preliminary report. Excavations of the American University of Beirut Museum 1993-1996, *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 2, 1997-94.

BARAMKI, D. Preliminary report on the excavations at Tell El Ghassil. *Bulletin du Musée de Beyrouth* XVI, 1961, pp. 87-97.

BEAYNO, F.; MATTAR, C.; ABDUL-NOUR, H. Mgharet al-Hourriyé (Karm Saddé, Caza de Zghorta). Rapport préliminaire de la fouille de 2001, *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 5, 2002, pp. 135-178.

BESSAC, J.-C.; YASMINE J.. Etude préliminaire des chantiers de construction du château de Beaufort. *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 5, 2001, pp. 241-320.

UMA VISÃO HOLÍSTICA DA ARQUEOLOGIA DO LÍBANO

- BIKAI, P. *The pottery of Tyre*. Aris & Phillips, Warminster, 1978
- BLAS DE ROBLÈS, J.-M.; PIERI, D.; YON, J.-B. *Vestiges archéologiques du Liban*. Edisud, Librairie Antoine, Avignon, 2004
- BONATZ, D. Preliminary remarks on an archaeological survey in the Anti-Lebanon. *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 5, 2001, pp. 283-307.
- BORDREUIL, P. A propos des jarres inscrites de Tell Rachidieh. In: C. DOUMET-SERHAL (ed.) *Decade. A decade of archaeology and history in the Lebanon*. Archaeology and History in the Lebanon Special volume, 2004, pp. 80-87.
- BRETON, J.-F. *Inscriptions grecques et latine de la Syrie. Les inscriptions forestières d'Hadrien dans le Mont Liban*. Tome VIII.3. Ed. Paul Geuthner, Paris, 1980.
- CAUVIN, J. *Un aperçu sur la préhistoire du Liban, in Liban, l'autre rive: Catalog of the exhibit at the Institut du monde arabe, 27 octobre 1998 au 2 mai 1999*, Flammarion, Paris, 1998, pp. 38-47.
- CAUVIN, J. *Les outillages néolithiques de Biblos et du littoral libanais*. Fouilles de Biblos IV. Maisonneuve, Paris, 1968.
- CHAAYA, A. The castle of Smar Jbeil- A Frankish feudal stronghold in Lebanon. *Journal of Eastern Mediterranean Archaeology and Heritage Studies* 4(2-3), 2016, pp. 209-241.
- CHAAYA, A. L'évolution et le changement culturel à Tell 'Arqa après l'invasion de Tiglath-Pileser III (Niveaux 10-9). In: P. MATTHIAE, A. ENEA, L. PEYRONEL e F. PINNOCK (eds.) *Proceedings of the First International Congress of the Archaeology of the Near East*. Rome, May 18th-23th 1998, Università degli studi di Roma "La Sapienza", Roma, 2010a.
- CHAAYA, A. *Le dispositif défensif du Comté de Tripoli-Liban*. Unpublished PhD dissertation, University of Lyon II, Lyon, 2010b.
- CHARAF, H. *The Iron Age I in the Northern Levant: New perspectives from Lebanon*. Video-Conference presented to the First BAF meeting, University of Bern, Switzerland, June 24 - 25, 2016, BAF Online: Proceedings of the Berner Altorientalisches Forum, Vol 1 (2016), 2017.
- CHARAF, H. The Northern Levant (Lebanon) during the Middle Bronze Age. In: M. STEINER e A. KILBREW (eds.) *The Oxford Handbook of the Archaeology of the Levant (ca. 8000 - 332 BCE)*, Oxford University Press, Oxford, 2014, pp. 434-450.
- CHARAF, H. Biblos. In: H.-J. KLAUCK, V. LEPPIN, B. MCGINN, C.-L. SEOW, H. SPIECKERMANN, B. WALFISH e E. ZIOLKOWSKI (eds.) *Encyclopedia of the Bible and its Reception*. De Gruyter, Berlin,, 2012, pp. 688-696.
- CHARAF, H. New light on the end of the Late Bronze Age at Tell Arqa. In: H. CHARAF (ed.), *Inside the Levantine maze. Archaeological and historical studies presented to Jean-Paul Thalmann on the occasion of his sixtieth birthday*, Archaeology and History in the Lebanon 26-27, Beirut,, 2007-2008, pp. 70-98.
- CHARAF-MULLINS, H. Les céramiques importées de l'Ouest. In: J.-P. THALMANN (ed.) *Tell Arqa - I. Les niveaux de l'âge de Bronze*, Bibliothèque Archéologique et Historique, T. 177, IFPO, Beyrouth, 1, 2006, pp. 73-192.
- CHÉHAB, M. *Les terres cuites de Kharayeb*. Librairie d'Amérique et d'Orient, Paris, 1951-1954.
- COPELAND, L.; WESCOMBE, P. *Inventory of Stone-Age sites in Lebanon*. Imprimerie Catholique, Beyrouth, 1965.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

CUVERS, H.; STUART, B. The BCD infrastructure archaeology project, 1995, *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 2:, 1997, pp. 167-205.

DAVIE, M.; MAKAROUN, Y.; NORDIGUIAN, L. Les Qanater Zubaydé et l'alimentation en eau de Beyrouth et de ses environs à l'époque romaine. *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 2, 1997, pp. 262-289.

DESCHAMPS, P. *Les châteaux des Croisés en Terre-Sainte*. Vol. III. Bibliothèque Archéologique et Historique, T. XC, Geuthner, Paris, 1977.

DOUMET-SERHAL, C. *Sidon. 15 years of excavations*. Archaeology and History in the Lebanon Special volume, 2013.

DOUMET-SERHAL, C. Thirteenth and fourteenth season of excavations (2011-2012). *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 15, 2011, pp. 175-238.

DOUMET-SERHAL, C. The British Museum excavation at Sidon: markers for the chronology of the Early and Middle Bronze Age in Lebanon. In: M. BIETAK e E. CZERNY (eds.) *The Bronze Age in Lebanon*. Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, Wien, 2008, pp. 11-44.

DOUMET-SERHAL, C. *Decade. A decade of archaeology and history in the Lebanon*. Archaeology and History in the Lebanon Special volume, 2004a.

DOUMET-SERHAL, C. *Sidon (Lebanon): Twenty Middle Bronze Age burials from the 2001 season of excavations*, *Levant* 36, 2004b, pp. 89-154.

DOUMET-SERHAL, C. *Les fouilles de Tell el-Ghassil de 1972 à 1974*. Etude du matériel. Bibliothèque Archéologique et Historique CXLVI, IFAPO, Beyrouth, 1996.

DUNAND, M. *Fouilles de Biblos*, Tome II** 1933-1938. Texte. Adrien Maisonneuve, Paris, 1958.

DUNAND, M. *Byblia Grammmata: documents et recherches sur le développement de l'écriture en Phénicie*. Ministère de l'Éducation Nationale des Beaux-Arts, Beyrouth, 1954a.

DUNAND, M. *Fouilles de Biblos*, Tome II , 1933-1938. Texte. Adrien Maisonneuve, Paris, 1954b.

DUNAND, M. *Fouilles de Biblos*, Tome II, 1933-1938. Atlas. Adrien Maisonneuve, Paris, 1950.

DUNAND, M. *Fouilles de Biblos*. Tome I. 1926-1932. Texte. Geuthner, Paris, 1939.

DUNAND, M. *Fouilles de Biblos*, Tome Ier, 1926-1932. Atlas. Geuthner, Paris, 1937.

DUNAND, M.; DURU, R. *Oumm el-'Amed: une ville de l'époque hellénistique aux échelles de Tyr*. Librairie d'Amérique et d'Orient, Paris, 1962.

ELAYI, J. *The history of Phoenicia*. Lockwood Press, Atlanta, 2018.

ELAYI, J. An unexpected archaeological treasure: The Phoenician quarters in Beirut City Center, *Near Eastern Archaeology* 73 (2-3), 2010, pp. 156-168.

ELAYI, J. The coinage of the Phoenician city of Tyre in the Persian period (5th- 4th century BCE). *Orientalia Lovaniensia Analecta* 188, Peeters, Leuven, 2009.

ELAYI, J.; ELAYI, A. G. *Phoenician Coinages*. Gabalda, Paris, 2014.

ELAYI, J.; SAYEGH, H. *Un quartier du port phénicien de Beyrouth au Fer III/Perse*. *Archéologie et histoire*. Transeuphratène, Suppléments no. 7, Librairie Gabalda, Paris, 2000.

UMA VISÃO HOLÍSTICA DA ARQUEOLOGIA DO LÍBANO

ELAYI, J.; SAYEGH, H. *Un quartier du port phénicien de Beyrouth au Fer III/Perse. Les objets.* Transeuphratène, Supplément no. 6. Librairie Gabalda, Paris, 1998.

FINKBEINER, U.; SADER, H. Bey 020. Preliminary report of the excavations 1995, *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 2, 1997, pp. 114-166.

FINSTER, B. Researches in 'Anjar. I. Preliminary report on the architecture of 'Anjar, *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 7, 2003, pp. 7-14.

FOURNET, T.; VOISIN, J.-C. Le château de Aakkar el-Aatiqa (Nord-Liban), *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 4, 2004, pp. 149-163.

FRANGIÉ-JOLY, D. Perfumes, Aromatics, and Purple Dye, *Journal of Eastern Mediterranean Archaeology and Heritage Studies* 4(1), 2016, pp. 36-56.

GATIER, P.-L.; CHARPENTIER, G.; HARFOUCHE, R.; MAQDISSI, M.; MERCIER, F.; NORDIGUIAN, L.; PIERI, D.; POUPET, P.; ROUSSET, O. Mission de Yanouh et de la haute vallée du Nahr Ibrahim. Rapport préliminaire, *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 5, 2001, pp. 93-152.

GENZ, H. Excavations at Tell Fadous-Kfarabida. Preliminary report on the 2011 season of excavations, *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 15, 2011, pp. 151-170.

GENZ, H.; ÇAKIRLAR, C.; DAMICK, A.; JASTRZEBSKA, Riehl, S.; DECKERS, K; Donkin, A. Excavations at Tell Fadous-Kfarabisa: Preliminary report on the 2009 season of excavations, *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 13, 2009, pp. 71-124.

GERNEZ, G.; PÉRISSÉ-VALÉRO, I. *Le Liban. De la Préhistoire à l'Antiquité.* Editions Errance, Paris, 2010.

GHADBAN, C. Trois nouvelles inscriptions latines de Beyrouth, *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 2, 1997, pp. 206-235.

HACHMANN, R. *Kamid El-Loz. 16. "Schatzhaus"- Studien.* Rudolf Habelt Verlag GMBH, Bonn, 2001.

HACHMANN, R. Kamed el-Loz 1963-1981, German Excavations in Lebanon, *Berytus XXXVII*, 1989, pp. 9-180.

HAJJAR, J. La triade d'Héliopolis-Baalbeck. Son culte et sa diffusion à travers les textes littéraires et épigraphiques. *EPRO* 59, Brill, 1977.

HEINZ, M. The Northern Levant (Lebanon) during the Late Bronze Age. In: M. STEINER e A. KILLEBREW (eds.) *The Oxford Handbook of the Archaeology of the Levant (ca. 8000 – 332 BCE)*, Oxford University Press, Oxford, 2014, pp. 524-540.

HEINZ, M. Kamid el-Loz. Intermediary between cultures. More than 10 years of archaeological research in Kamid el-Loz (1997 to 2007). *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises*, Hors-Série VII, 2010.

HEINZ, M.; VOLLMER, W. *Libanon. Treffpunkt der Kulturen. Eine archäologische Perspektive.* Lit Verlag, Berlin, 2010.

HEINZ, M.; BONATZ, D.; GILIBERT, A.; HECKMANN, H.; HOLZER, I.; JAUSS, Kirchofer, J.; KNÖTZELE, P.; PETERSEN, L.; SOMMER, M.; ZAVEN, T. Kamid el-Loz in the Beqa'a plain/ Lebanon. Continuity and change in the settlement of a region, *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 5, 2001, pp. 5-91.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

HEINZ, M.; WAGNER-DURAND, E.; LINKE, J.; CATANZARITI, A. Kamid el-Loz. Report on the excavations 2010 and 2011, *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 15, 2011, pp. 29-108.

HEINZ, M.; WAGNER-DURAND, E.; LINKE, J.; WALTHER, A.; CATANZARITI, A.; MÜLLER, J.-M.; WEBER, M.. Kamid el-Loz. Report on the excavations in 2008 and 2009, *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 14, 2010, pp. 103-129.

HOLST, S. Phoenician Secrets: Exploring the ancient Mediterranean. Santorini Books, de Jong, L., 2011. The tombs of Roman Baalbek, *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 15, 2011, pp. 239-280.

JOUKOWSKY, M. *The pottery of Tell el-Ghasil in the Beqaa*. Unpublished MA thesis, American University of Beirut, Beirut, 1972.

KAMLAH, J.; SADER, H.; SCHMITT, A. A cultic installation with a standing stone from the Phoenician settlement at Tell el-Burak, *Berytus* LV, 2016, pp. 136-168.

KAMLAH, J.; SADER, H. The Tell el-Burak archaeological project. Preliminary report on the 2005, 2008 and 2009 seasons. *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 12, 2008, pp. 17-34.

KAHWAJI-JANHO, H. Synthèse de l'étude archéologique et architecturale de la zone de l'hippodrome romain de Tyr. *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 13, 2009, pp. 125-190.

KHALIFEH, I. *Sarepta II. The Late Bronze and Early Iron Age Periods of Area II*, X. Publications de l'Université Libanaise, Beyrouth, 1988.

KARAGEORGHIS, V. Mycenaean, Cypriote and related material. In: C. DOUMET-SERHAL (ed.) *And Canaan begat Sidon his firstborn...A tribute to Dr. John Curtis on his 65th birthday*, Archaeology and History in the Lebanon Special volume, 2011-2012, pp. 372-382.

KOEHL, R. *Sarepta III. The imported Bronze and Iron Age wares from Area II*, X. Université Libanaise, Beyrouth, 1985.

KRENCKER, D.; ZSCHJETZSCHMANN, W. *Römische Tempel in Syrien*. Leipzig, 1938.

LAUFFRAY, J. *Fouilles de Biblos*, Tome VI. L'urbanisme et l'architecture. Bibliothèque Historique et Archéologique 182, IFPO, Beyrouth, 2008.

LAUFFRAY, J. Forums et monuments de Béryte, *Bulletin du Musée de Beyrouth* VII, 1944-1945, pp. 13-80.

LAUFFRAY, J. Forums et monuments de Béryte (suite). *Bulletin du Musée de Beyrouth* VIII, 1946-1948, pp. 7-16.

LEHMANN, G. The Levant during the Persian period. In: M. STEINER e A. KILLEBREW (eds.) *The Oxford Handbook of the Archaeology of the Levant (ca. 8000 – 332 BCE)*, Oxford University Press, Oxford, 2014, pp. 841-851.

LERICHE, P. Les défenses orientales de Tell 'Arqa au Moyen-Âge, Syria LX, 1983, pp. 111-132.

MAÏLA-AFEICHE, A.-M. Le site de Nahr el-Kalb. *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* Hors-Série V, 2009.

MARFOE, L. *Kamid el-Loz. 13. The prehistoric and early historic context of the site*. Dr. Rudolf Habelt GMBH, Bonn, 1995.

MARKOE, G., 2000. Phoenicians. University of California Press, Oakland.

UMA VISÃO HOLÍSTICA DA ARQUEOLOGIA DO LÍBANO

MIRON, R. Die "mittelbronzezeitlichen" Gräber am Nordhang des Tells. In: R. HACHMANN (ed.) *Bericht über der Ausgrabungen in Kamid el-Loz in den Jahren 1971 bis 1974*, R. Habelt, Bonn, 1982, pp. 101-121.

MONTET, P. Biblos et l'Égypte: quatre campagnes de fouilles à Gebeil 1921-1924. *Bibliothèque Archéologique et Historique* 11, Geuthner, Paris, 1928.

MOSCATI, S. *The Phoenicians*. I.B. Tauris, London, 2001.

MOSCATI, S. *The world of the Phoenicians*. Littlehampton Book Services Ltd, 1968.

Penner, S. *Kāmid El-Loz. 19. Die Keramik der Spätbronzezeit*. Dr. Rudolf Habelt GMBH, Bonn, 2006.

OGGIANO, I.; KHALIL, W.; FESTUCCIA, S. The cult place of Kharayeb: Report of the 2013-2014 missions. *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 16, 2016, pp. 193-214.

OGGIANO, I.; PEDRAZZI, T. *La Fenicia in età persiana. Un ponte tra il mondo iranico e il Mediterraneo*. Fabrizio Serra, Pisa/Roma, 2013.

ORTALI-TARAZI, R.; WALISZEWSKI T. La Mosaïque du Nil découverte à Jiyé. *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 4, 2004, pp. 165-177.

PIANA, M.; CURVERS, H. The castle of Toron (Qal'at Tibnin) in South Lebanon. Preliminary results of the 2000/2003 campaigns. *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 8, 2004, pp. 333-356.

PRAG, K. Biblos and Egypt in the Fourth Millennium B.C., *Levant* 18, 1986, pp. 59-74.

QUINN, J. *In search of the Phoenicians*. Princeton University Press, New Jersey, 2017.

RAWLINSON, G. *History of Phoenicia*. CreateSpace Independent Publishing Platform, 2014.

SADER, H. The Northern Levant during the Iron Age I period. In: M. STEINER e A. KILLEBREW (eds.) *The Oxford Handbook of the Archaeology of the Levant (ca. 8000 – 332 BCE)*, Oxford University Press, Oxford, 2014, pp. 607-623.

SAGHIEH, M. *Biblos in the Third Millennium B.C.: A Reconstruction of the Stratigraphy and a Study of the Cultural Connections*. Aris & Phillips, Warminster, 1983.

SAIDAH, R. Beirut in the Bronze Age: The Kharji Tombs, *Berytus* XLI, 1993-1994, pp. 137-210.

SAIDA, R. Fouilles de Sidon-Dakerman: l'agglomération Chalcolithique, *Berytus* XXVII, 1979, pp. 29-76.

SAIDAH, R. Fouilles de Khaldé: rapport préliminaire sur les première et deuxième campagnes (1961-1962). *Bulletin du Musée de Beyrouth* 19, 1966, 51-90.

SALAM-LIEBICH, H. *The architecture of the Mamluk city of Tripoli*. The Aga Khan Program for Islamic Architecture, Harvard University and the Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1983.

SALLES, J.-F. *Biblos, métropole maritime, in Liban, l'autre rive*: Catalog of the exhibit at the Institut du monde arabe, 27 octobre 1998 au 2 mai 1999, Flammarion: Paris,, 1998, pp. 66-70.

SALLES, J.-F. *La nécropole "K" de Biblos*. Recherche sur les grandes civilisations. Mémoire n°2. ADPF, Lyon, 1980.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

- STARCKY, J. *Arca du Liban, Cahiers de l'Oronte* 10, 1972, pp. 103-117.
- STUCKY, R. Eléments de construction. In: C. DOUMET-SERHAL (ed.) *A decade of archaeology and history in the Lebanon*. Archaeology and History in the Lebanon Special volume, 2004a, pp. 214-223.
- STUCKY, R. Le sanctuaire sidonien d'Echmoun. Aperçu historique du site, des fouilles et des découvertes faites à Bostan ech-Cheikh. *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 4, 2004b, pp. 123-148.
- STUCKY, R.; STUCKY, S.; LOPRIENO, A.; MATHYS, H.-P.; WACHTER, R. *Das Eschmun-Heiligtum von Sidon: Architektur und Inschriften*. Vereinigung der Freunde antiker Kunst, Basel, 2005.
- THALMANN, J.-P. Rapport préliminaire sur les campagnes de 2008 à 2012 à Tell Arqa. *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 15, 2016, pp. 15-78.
- THALMANN, J.-P. Tell Arqa-I. Les niveaux de l'âge du Bronze. *Bibliothèque Archéologique et Historique* 177, IFPO, Beyrouth, 2006.
- THALMANN, J.-P. Tell Arqa. *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 4, 2004, pp. 5-74.
- THALMANN, J.-P. *Le Liban à l'âge du Bronze, du village à la cité-Etat, in Liban, l'autre rive: Catalog of the exhibit at the Institut du monde arabe, 27 octobre 1998 au 2 mai 1999*, Flammarion: Paris,, 1998, pp. 50-59.
- THALMANN, J.-P. Tell Arqa, de la conquête assyrienne à l'époque perse, *Transeuphratène* 2, 1990, pp. 51-57.
- VAN ESS, M. Baalbek/Heliopolis. Results of archaeological and architectural research 2002-2005. *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* Hors-Série IV, 2008.
- WALISZEWSKI, T. Une église byzantine à Majdal Zoun (Liban-Sud). *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 2, 1997, pp. 290-306.
- WALISZEWSKI, T.; GWIAZDA, M. Porphyreon through the Ages. *Journal of Eastern Mediterranean Archaeology and Heritage Studies* 3(4), 2015, pp. 330-348.
- WALISZEWSKI, T.; ORTALI-TARAZI, R. Chhim. In: C. DOUMET-SERHAL (ed.) *A decade of archaeology and history in the Lebanon*. Archaeology and History in the Lebanon Special volume, 2004, pp. 224-245.
- WALISZEWSKI, T.; ORTALI-TARAZI, R. Village romain et Byzantin à Chhim-Marjiyat. Rapport préliminaire (1996-2002). *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 6, 2002, pp. 5-105.
- WALISZEWSKI, T.; WICENCIAK, U.; EL-TAYEB, M.; DOMZALSKI, K.; WITECKA, A.; WAGNER, M.; HERBICH, T.; NOUREDDINE, I.; WOZNIAK, M.; KOTLEWSKI, K.; ŻUKOWSKI, R. Jiyeh (Porphyreon). Hellenistic, Roman and Byzantine settlement on the southern coast of Lebanon. Preliminary report on the 1997 and 2003-2005 seasons. *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 10, 2006, pp. 5-84.
- WILL, E. Tell 'Arqa de l'âge du Bronze au Moyen-Âge, *Dossiers d'Archéologie* 12, 1975, pp. 44-49.
- WOOLMER, M. *Ancient Phoenicia: An introduction*. Bristol Classical Press, Bristol, 2011.

UMA VISÃO HOLÍSTICA DA ARQUEOLOGIA DO LÍBANO

YASMINE, J. Remaniements de temples d'époque romaine; les cas de Niha et de Faqra. L'apport de l'étude métrologique. *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 9, 2005, pp. 301-316.

YOVITCHITCH, C. Qal'at Doubiyé, une forteresse-garnison de l'arrière-pays de Tyr. *Bulletin d'architecture et d'archéologie libanaises* 15, 2011, pp. 291-312.

ZUMOFFEN, G. *La Phénicie avant les phéniciens: l'âge de la pierre*. Imprimerie Catholique: Beyrouth, 1900

FENÍCIOS E SEU PROCESSO DE EXPANSÃO NO MEDITERRÂNEO ORIENTAL¹⁵⁰

Maria Cristina Nicolau Kormikiari,
*Universidade de São Paulo,
São Paulo*

Introdução

Os fenícios, grupo semita-cananita, habitante de cidades-estados na região da costa Siro-palestina, no atual Oriente Médio, foram assim denominados pelos gregos, particularmente em Homero. Até hoje não foi encontrada documentação escrita ou material que nos permita ter uma ideia mais clara de como eles construíram uma identidade comum, ou mesmo se esta existiu em níveis que poderiam ser identificados como os de um povo¹⁵¹.

Independentemente das discussões acerca da identidade – ou melhor, identidades – dos fenícios (seria esta mais cidadina, isto é, ligada a cada cidade-estado, ou haveria uma identidade compartilhada, em momentos históricos específicos, nos moldes dos helenos?), o fato é que possuímos um grande conjunto de documentos, principalmente materiais, mas igualmente textuais, que apontam para um espalhamento, uma expansão fenícia pelo Mediterrâneo como um todo, a

150 Este capítulo foi originalmente publicado na revista *Projeto História* da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no primeiro semestre de 2024.

151 Nos últimos anos tem havido um reaquecimento das discussões acadêmicas sobre a identidade fenícia, com reexames da documentação disponível, e uma análise historiográfica do tema. Sobre essa questão, ver: Kormikiari 2019; Killebrew, 2019; Quinn 2018. Sabatino Moscati, em 1974, nos lembrava que um povo costuma compartilhar língua, cultos, territórios e uma história. Ao mesmo tempo, a discussão acerca do conceito de identidade(s) é antiga e longa, principalmente nos campos da Arqueologia e Antropologia, e o grande denominador comum nessa discussão é a percepção do(s) discurso(s) que são construídos para sistematizar essa história e como estes são igualmente mutantes ao longo do tempo e das vicissitudes históricas. Sobre o tema ver Hall (1997, 2002).

FENÍCIOS NO EGEO

partir de suas cidades-estados, principalmente Tiro¹⁵² (Fig. 1).

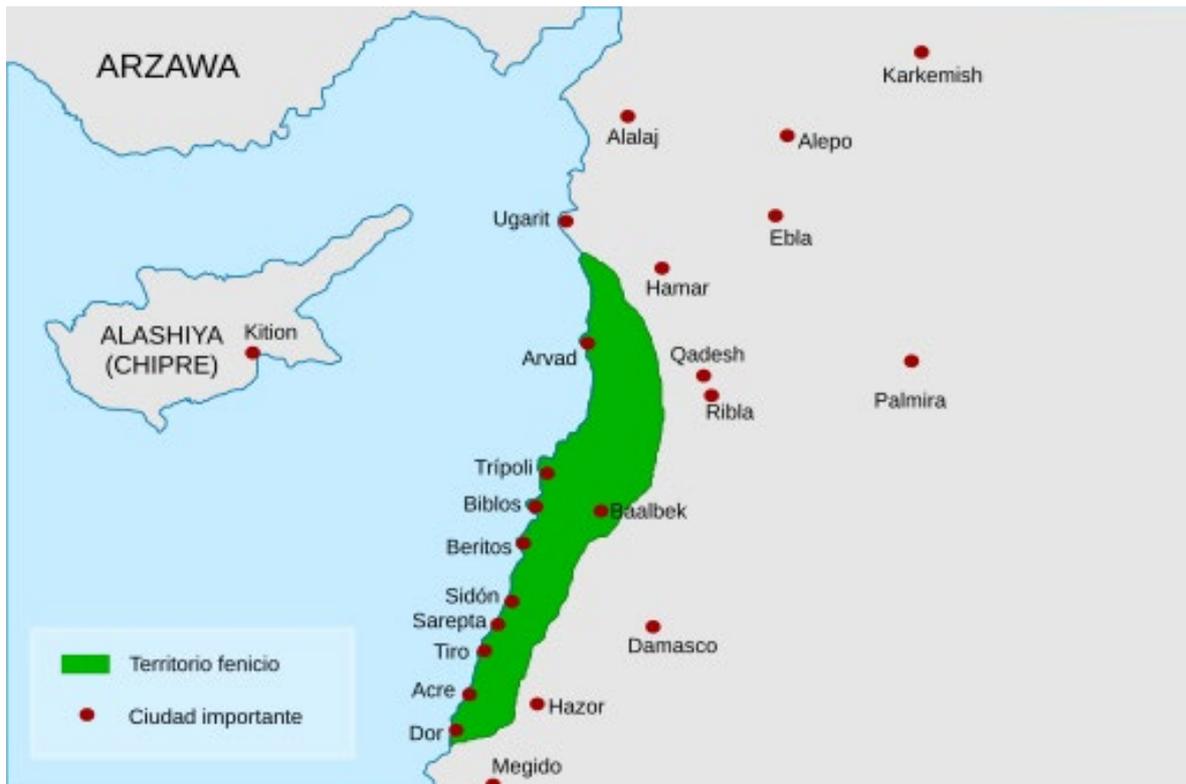


Fig. 1 – Mapa da Fenícia

Fonte: Wikimedia Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Phoenicia_map-es.svg

A cronologia dessa expansão acompanha a própria constituição fenícia e costuma ser colocada entre os séculos XI e X AEC¹⁵³. Assim:

É famoso o trecho de Tucídides (VI, 2) aonde se diz que os fenícios após terem ocupado toda a Sicília retiram-se, com a chegada em grande número dos gregos, para a região noroeste da ilha; estabelecem-se em Motia, Palermo e Solunto aonde encontram segurança na proximidade de Cartago e aliados nos elímios, povo indígena local. De maneira geral, os escritores antigos afirmam que a colonização fenícia no Mediterrâneo teria começado no final

152 Entretanto, as escavações na ilhota de Motia, localizada próxima à costa da Sicília, que foi um dos principais centros fenícios do Mediterrâneo Central, apontam para uma possível fundação por parte de Sidon (NIGRO, 2019, p. 120)

153 Existe um consenso entre os estudiosos sobre a marcação cronológica de início da determinação fenícia: a virada da Idade do Bronze para a Idade do Ferro. Como pontuamos no início deste texto, os fenícios são semitas-cananitas, e cidades semitas estão já constituídas na Idade do Bronze, por exemplo, Biblos, Palmira, Ugarit e outros centros. Nem toda cidade semita fez parte da Fenícia. Isto é, a identidade semita-cananita é mais ampla, abarca outras geografias e populações. Os processos históricos que determinaram a transformação dos centros semitas-cananitas da costa Siro-palestina (a já mencionada Biblos, mas também Tiro, Berytus, Arado, Sidon e outros) em centros fenícios estão ligados às invasões dos Povos do Mar e às flutuações de controle político-militar do Egito e à destruição dos Hititas. Fatos que ocorreram no final da Idade do Bronze. Portanto, entre os séculos XII e XI AEC estabeleceu-se, academicamente, a virada fenícia (cf. AUBET, 1997, p. 10; KILLEBREW, 2019; ACQUARO, 1987, p. 11).

do século XII a.C. Cádiz e Útica, por exemplo, as duas colônias fenícias na Espanha e no Norte da África, teriam sido fundadas em torno de 1.100 a.C. de acordo com Veleio Patérculo (I, 2, 3) e Plínio (XVI, 216), respectivamente. Entretanto, os primeiros vestígios arqueológicos de cidades fenícias propriamente ditas começam apenas no século VIII a.C. (TUSA, 1982, p. 103) e, portanto, não confirmam os dados textuais. A explicação teórica para essa disparidade apoia-se em dois pontos: em primeiro lugar as fontes textuais referentes à colonização fenícia remetem-se a uma única tradição criada no período helenístico, e em ambientes alexandrinos; essa tradição considera os poemas homéricos como verdades históricas e o retrato dos fenícios como navegadores e comerciantes, que ali é pintado, como contemporâneo aos outros fatos narrados nos poemas. As fontes textuais clássicas também relacionam Hércules como progenitor dos fenícios, assimilando assim as viagens marítimas destes para o extremo Ocidente com as viagens míticas do herói grego (MOSCATI, 1983, p. 1). Em segundo lugar, já em 1925, Biagio Pace (Pace, 1958) havia caracterizado os primeiros ‘estabelecimentos’ fenícios na Sicília como escalas marítimas ao longo da costa, postos comerciais e de armazenamento de mercadorias, com poucas pessoas habitando as vilas indígenas próximas, talvez reunidas em quarteirões próprios, mas sem qualquer tipo de soberania territorial. Seria compreensível que a arqueologia falhasse em apresentar traços desses primeiros ‘estabelecimentos’, dado seu caráter modesto, e que documentasse apenas a consolidação posterior das colônias. (KORMIKIARI, 1993, p. 262)

Geograficamente, como vimos pelo excerto acima, a porção ocidental da Bacia do Mediterrâneo é particularmente privilegiada, seja nos relatos textuais sobre essa expansão, seja pelas análises arqueológicas. De fato, as escolas arqueológicas francesa, italiana, espanhola, tunisiana, argelina e marroquina possuem um longo e frutífero histórico de pesquisas sobre os assentamentos fenício-púnicos em suas regiões de origem¹⁵⁴. A bibliografia sobre estes é imensa e nela se destacam nomes como os de Sabatino Moscati, Piero Bartoloni, Ferruccio Barreca, M. Tarradel, Maria Eugenia Aubet, M’hamed Hassine Fantar, e seus alunos, hoje notórios pesquisadores¹⁵⁵.

154 Mais recentemente, nas últimas duas décadas, a academia portuguesa, na figura de Ana Margarida Arruda e seus alunos, avançou enormemente em suas pesquisas locais, de maneira que, hoje, já temos muito bem documentada a presença fenícia também nestas terras.

155 A bibliografia sobre os estudos fenício-púnicos pode ser acompanhada no compêndio organizado por Veronique Krings (1994), primeiro grande manual sobre o tema, na recentemente lançada atualização organizada por Carolina López-Ruiz e Brian R. Doak (2019) e no *Roman Africa: an Archaeological Review*, de David J. Mattingly e Bruce Hitchner (1995).

FENÍCIOS NO EGEU

Mas a porção oriental foi, não sem uma certa lógica, a primeira a ser explorada. Chipre, em primeiro lugar, mas também o Egeu. Neste capítulo, gostaríamos de apresentar um conjunto de dados que nos permitem melhor apreciar os inícios dos contatos fenícios no Egeu. Nestes, o papel inicial dos micênicos ainda não foi totalmente apreendido, sem dúvida em razão das dificuldades da documentação. Assim:

No estágio atual dos estudos não podemos apresentar as possíveis formas de colaboração entre fenícios e micênicos, entretanto, algumas questões podem ser levantadas: uma delas seria o importante papel de Chipre como intermediária nas relações fenício-micênicas [...] Chipre, devido tanto à sua posição geográfica – sua extremidade sudeste está a menos de 100 km da costa Siro-palestina – como às suas riquezas minerais, foi frequentada já desde a metade do 2º milênio por egeus e cananeus. A presença fenícia é ali atestada entre o final do II e o início do 1º milênio em diversos sítios: Golgoi; Idalion; Tamassos; Marion e Lapethos. Isto para não mencionarmos Kition, a colônia fundada por Tiro no século 9º AEC. Ou seja, no final do 2º milênio, quando se inicia o processo que qualificamos de verdadeira pré-colonização em Chipre, a presença micênica na ilha já era um fato desde o 14º século AEC. Estes dois povos voltados para o comércio devem, com certeza, ter entrado em contato nessa área rica em metais brutos (especialmente o cobre), um bem que interessava a ambos. (KORMIKIARI, 1993, p. 265)

Existem duas questões essenciais para pensarmos a presença fenícia no Egeu¹⁵⁶. A primeira diz respeito à própria identificação dos objetos, dos artefatos, como fenícios. A segunda diz respeito aos portadores de tais objetos. A arqueóloga grega Nota Kourou, no artigo “The evidence from the Aegean” (2008), chama atenção para estes dois pontos. Lembra-nos como o uso do termo “oriental” foi substituído pelo termo “fenício”¹⁵⁷ nas últimas décadas, em referência a objetos da região Anatólica e Siro-palestina – o que, no fundo, pode simplesmente significar trocar uma generalização por outra; este é um problema ao qual devemos permanecer atentos. Ao mesmo tempo, houve avanços nos estudos de análise e classificação estilística da arte fenícia em comparação a outras escolas orientais, de maneira que há mais certeza, hoje em dia, acerca da classificação de objetos de marfim e

156 Esclarecemos que usaremos, neste texto, a chamada cronologia alta para as datações dos períodos Proto-geométrico e Geométrico.

157 Igualmente problemático, tendo em vista que se trata de um termo cunhado em língua grega, no século VIII AEC (Homero é o primeiro a utilizá-lo), conforme pontuamos acima. Ou seja, não é êmico. Sobre o tema ver Kormikiari (2019, p. 21-22).

FENÍCIOS NO EGEU

Ainda que tenhamos diante de nós questões de difícil resolução, lançar um olhar sobre a evidência material que possuímos, hoje, pode nos ajudar a melhor compreender a natureza e os personagens dos contatos estabelecidos no Egeu com o mundo fenício durante a Idade do Ferro (Fig. 2).

A documentação

Um importante conjunto de objetos cerâmicos, de bronze e de faiança é elencado por Nota Kourou como marcadores cronológicos para a presença de gentes fenícias no Egeu (2008). Isto se dá porque esses artefatos foram todos encontrados em contextos arqueológicos fechados, isto é, em enterramentos não perturbados¹⁵⁹, essencialmente do importante sítio de Lefkandi, na ilha grega de Eubeia (Fig. 3).



Fig. 3 – Mapa da Eubeia, com Lefkandi.

Fonte: Wikimedia Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Aegean_Sea_map_bathymetry-fi.svg

159 A autora analisa material escavado apenas de contextos funerários fechados, isto é, contextos arqueológicos que não sofreram intervenção humana ou natural posterior, de maneira que a datação carrega bastante segurança. Além dessa importante questão, toda a determinação cronológica é retirada das cerâmicas gregas encontradas associadas aos materiais fenícios nessas tumbas. Assim: “*In other words, the main effort of this attempt is to present a reliable seriation of Phoenician imports in the Aegean based entirely on the sound Greek ceramic sequences*” (KOUROU, 2008, p. 308).

O primeiro grupo de artefatos, os de cerâmica, é o mais diminuto. Em Lefkandi foram encontrados vasos fenícios em duas tumbas, mas, por outro lado, achados bem estudados em contexto cretense também serão aqui arrolados. Os principais tipos são vasos de verniz vermelho, jarros bicrômicos¹⁶⁰ e ânforas de transporte. As datações variam do final do século XI AEC ao século VIII AEC (KOUROU, 2008, p. 311-313).

Um exemplo interessante, e o mais antigo, é um par de jarros bicrômicos encontrado em uma tumba em poço de Lefkandi, classificada como pertencente a um “guerreiro”¹⁶¹. Para além dos vasos fenícios, a tumba continha os ossos cremados do guerreiro depositados em um caldeirão de bronze com tampa, armas, vasos áticos, dois selos queimados (ou seja, foram retirados da pira de combustão do corpo do defunto) de um tipo classificado como do norte da Síria e datados de 1800 AEC, duas jarras de pintura branca cipriotas e uma jarrinha vermelha sobre preto (KOUROU, 2008, p. 313). A datação da tumba, e dos vasos fenícios, é entendida entre 875-850 AEC.

Um dos tipos mais comuns de vasos fenícios são os chamados jarros com boca em forma de cogumelo. Estes vasos aparecem em vários contextos na Grécia – por exemplo, em tumbas de Ialyssos, em Rodes, as quais continham também vasos cipriotas. Igualmente em Kommos, um porto no sul de Creta, dessa vez em contexto ritual e não funerário, pois foram encontrados em um depósito relacionado ao Templo B, datado do Geométrico Final (século VIII AEC). Por fim, uma outra jarrinha foi encontrada em um enterramento de cremação masculina feito em um *pithos*¹⁶² datado do século VII AEC, também em contexto cretense, dessa vez no sítio de Eleftherna. O local de enterramento, denominado Orthi Petra, é rico em achados importados, principalmente do Oriente Próximo. Igualmente, em Orthi Petra encontraram-se estelas funerárias específicas, denominadas *cippi*, de tipo fenício. Nota Kourou acredita que temos aqui uma clara indicação de atividades fenícias no local (KOUROU, 2008, p. 319).

Recentemente (STAMPOLIDIS, 2019, 497), estas estelas foram apresenta-

160 Em geral, vasos bicrômicos em contexto egeu são de origem cipriota. Ainda assim, alguns exemplos de fabricação fenícia foram encontrados.

161 Tumba 79 de Lefkandi (KOUROU, 2008, p. 313).

162 Os chamados píthoi (sing. píthos) são enormes vasos de armazenamento.

FENÍCIOS NO EGEU

das como os indícios mais fortes que temos, até o momento, de uma presença permanente fenícia no Egeu. As referidas estelas (três em Eleftherna e duas em Kommos) possuem características típicas de estelas encontradas na própria Fenícia e em importantes centros de contato fenício mais ao sul da costa Siro-palestina (Dor e Akko, localizados na moderna Israel).

Já as ânforas de transporte são particularmente interessantes, pois, para além do artefato em si, sua própria denominação técnica revela sua função, a de transporte de conteúdos variados¹⁶³. Um conjunto de tais ânforas fenícias – 339 fragmentos compondo 25 vasos variados de armazenamento – foram encontradas em Kommos, Creta, associadas a outros materiais relacionados à segunda fase do Templo A do sítio, datada de ca. 950 AEC (KOUROU, 2008, p. 320). Ou seja, anterior ao Templo B arrolado acima, o que nos indica a longevidade dos contatos.

Kommos é um dos mais importantes sítios com presença fenícia no Egeu para o início da Idade do Ferro. Sendo um porto, acredita-se que foi um local estratégico da rota que ligava o Oriente ao Ocidente desde a Idade do Bronze. A grande quantidade de cerâmica ali encontrada parecer comprovar este ponto. No entanto, a estrutura que mais chama a atenção é o altar em três pilares do Templo B, o qual é identificado como o único santuário fenício encontrado no Egeu (KOUROU, 2000, p. 1068). Altares em três pilares são melhor conhecidos em contexto ocidental e púnico, ou seja, ligados ao processo de expansão fenícia no Ocidente, sendo púnico o termo com o qual os romanos batizaram os descendentes destes fenícios (KORMIKIARI, 2019). No Egeu, um exemplo vem da cidade fenícia de Sarepta, lembrando outros de contexto cananita.

O segundo grupo de artefatos é formado por objetos de bronze. Trata-se de uma vasta categoria composta por joias, cetros (símbolos de *status*) e vasos¹⁶⁴.

Os que foram identificados como sendo de fabricação fenícia, mais precisamente fenício-cipriota, são um grupo de tigelas decoradas e jarros com alça em botão de lótus. Três tigelas decoradas foram encontradas: duas na necrópole de Toumba em Lefkandi e uma em uma tumba de Atenas.

A primeira tigela traz uma cena bastante elaborada: esfinges rodeando uma

163 As ânforas de transporte podiam levar líquidos como vinho e óleo; mas também grãos.

164 É preciso lembrar que vasos de metal, em termos arqueológicos, são achados excepcionais. De maneira geral, objetos de metal são raros, devido à sua recuperação e reutilização constante ao longo do tempo.

árvore sagrada (palmeira) e a famosa cena da procissão de adoradores em direção a uma divindade sentada (Popham, 1995)¹⁶⁵. Esta tigela foi encontrada com uma sítula¹⁶⁶ simples e um jarro com alça em lótus (mas estes aparecem fragmentados). Esta tumba específica, identificada como ricamente decorada pelos arqueólogos, pertencia a uma mulher. A datação da tumba foi estabelecida a partir do achado de três cerâmicas simples, do Proto-geométrico Tardio (duas euboicas e uma ática). Deste modo, a datação ficou estabelecida para a segunda metade do século X AEC (KOUROU, 2008, p. 321).

Da segunda tumba em Lefkandi (T55) emergiu a segunda tigela decorada. Estava acompanhada de mais uma tigela de bronze, esta, no entanto, sem decoração. A tigela decorada possui um ônfalo¹⁶⁷ central, a partir do qual os registros iconográficos estão distribuídos paralelamente. No registro superior, ao redor da boca da tigela, estão representados pares de esfinges flanqueando uma árvore sagrada. No registro inferior, ao redor do ônfalo central, veem-se animais correndo entre árvores (KOUROU, 2008, p. 321).

A tumba 55, da qual emergiram as tigelas descritas acima, é particularmente interessante porque, segundo os arqueólogos que a escavaram, traz um padrão de duplo enterramento, o qual não é usual nem para a localidade, nem para o período. Nela, foram encontradas uma cremação depositada em uma grande jarra com tampa e uma inumação no chão do poço.

Além das tigelas fenícias, a tumba continha: quinze taças euboicas¹⁶⁸, monocrômicas e com alças únicas, muito comuns na região; um prato euboico; uma ânfora ática com três alças; duas fíbulas¹⁶⁹ de bronze; anéis de bronze; e um alfinete com finalização em cristal. Todo esse conjunto material data os enterramentos do final do século X ao início do IX AEC (900-875 AEC) (KOUROU, 2008, p. 321).

Segundo Nota Kourou (2008, p. 326), as duas tigelas decoradas de bronze

165 Tumba 70, na necrópole de Toumba, Lefkandi, Eubeia.

166 Sítula é um termo genérico para vasos com formatos variados de “balde”, podendo conter, ou não, pés, mas usualmente com alça na altura da boca. Os primeiros exemplares de sítulas são justamente datados da Idade do Ferro.

167 O ônfalo é uma palavra de origem grega (*omfalós*) que significa umbigo. Relaciona-se à origem de todas as coisas, o ponto central.

168 Estas “taças” possuem um formato que as aproxima, do ponto de vista descritivo, do formato de xícaras.

169 Fíbulas são alfinetes de segurança para roupas. Extremamente comuns no Mediterrâneo Antigo.

fenícias, descritas acima, são os exemplos mais antigos do seu tipo encontradas em contexto egeu. Com uma cronologia próxima, a terceira tigela decorada, encontrada em um enterramento da famosa necrópole do Cerâmico¹⁷⁰, em Atenas, traz um medalhão em roseta circulado por um registro com seis pares de figuras femininas e animais. Javalis, touros e leões aparecem representados com as cabeças viradas para cada uma das mulheres, as quais seguram seus rabos. A tumba ateniense consistia em uma cremação com um rico mobiliário funerário: seis vasos áticos; fragmentos de um diadema em ouro com decoração em padrão zigue-zague e a nossa tigela fenício-cipriota, a qual havia sido usada para cobrir a ânfora que continha as cinzas do morto. Este conjunto funerário foi seguramente datado do século IX AEC (850-800 AEC) (KOUROU, 2008, p. 326).

A partir da análise destes três importantes achados, escavados em contextos fechados (isto é, não perturbados), podemos visualizar uma circulação de artefatos fenícios no Egeu dentro de uma longa cronologia, desde o início da Idade do Ferro (século X AEC) até o período geométrico (séculos IX-VIII AEC)¹⁷¹.

Um quarto exemplo de artefato fenício, bem contextualizado arqueologicamente, é uma tigela de bronze sem decoração, mas que traz uma inscrição fenícia com o nome de seu proprietário. Esta tigela foi encontrada em Cnossos (Creta), na tumba em câmara (TJ) da necrópole de Tekke. Sendo uma tumba em câmara, ela continha mais de um enterramento, mas todos foram datados entre o final do século X e início do IX AEC (920-875 AEC) (KOUROU, 2008, p. 329). A tigela foi encontrada associada a uma ânfora em barriga cretense; a uma segunda ânfora, em pescoço, também cretense; e a vasos áticos.

Um quinto exemplar de tigela, mais uma em ônfalo, com uma inscrição hieroglífica, foi encontrada junto a uma tigela em bronze semiesférica sem decoração. Esta última muito comumente é encontrada em contextos gregos e é de origem cipriota. As duas estavam associadas a um rico enterramento da necrópole de Tragana, perto de Lamia, no golfo Euboico. As tigelas foram encontradas dentro

170 Do termo em grego, *kerameikós*. Nas cidades da Grécia antiga, define o local onde se concentram as oficinas de oleiros. Em Atenas, em particular, define um bairro ao norte da cidade, assim chamado em razão das olarias ali escavadas, o qual contém a mais importante necrópole da cidade, denominada, portanto, Cerâmico (Glossário Labeca, em <http://labeca.mae.usp.br/pt-br/glossary> consultado em 01/08/2020).

171 É preciso ter em mente que afora os exemplos de tigelas de bronze decoradas apresentados acima, existem outras escavadas em contextos funerários e rituais não fechados (em necrópoles e templos) que confirmam uma circulação dentro da cronologia aqui apresentada. Estes exemplos vêm de Cnossos (Creta), da Gruta Idaean (Creta), de Olímpia e de Delfos (Kourou, 2008, p. 328).

de um pithos contendo os vestígios ósseos inumados de uma jovem de cerca de 18 anos. A jovem falecida foi enterrada usando um conjunto de ornamentos em bronze: dois braceletes; vinte anéis; um colar em contas; oito grampos em espiral de cabelo; oito fíbulas com decoração incisa. As tigelas foram depositadas a seus pés (KOUROU, 2008, p. 329).

A inscrição na tigela de Tragana é silábica com quatro hieróglifos. Ela descreve o nome hitita um-wa-zi, talvez o nome do proprietário (KOUROU, 2008, p. 335). O conjunto é datado do Geométrico Final (760-700 AEC).

Ainda dentro da classe artefactual de objetos em metal, jarros em bronze com alça em botão de lótus encontrados no Egeu costumam ser associados aos fenícios. São jarros usualmente pequenos, com cerca 12 a 15 cm de altura. No entanto, em termos cronológicos, são inicialmente identificados em contextos egípcios, em que são datados do final da Idade do Bronze e início da Idade do Ferro.

Em razão dos locais de achado mais antigos serem egípcios, há quem defenda uma origem egípcia para eles. Por outro lado, com base em análises estilísticas, as jarras datadas da Idade do Ferro costumam ser atribuídas ao artesanato fenício. No Egeu, estes jarros são mais comumente encontrados em Creta (KOUROU, 2008, p. 335).

De Lefkandi, na Eubeia, temos três exemplares encontrados em tumbas. A primeira jarra com alça em botão de lótus foi encontrada na tumba 39, uma rica tumba ampla e retangular em poço, com mobiliário funerário que continha igualmente seis vasos áticos e cinco vasos euboicos fabricados no torno, além de ornamentos, como dois diademas em ouro, e armas, como uma lança e um punhal. Os vasos áticos garantem a datação ao período do Geométrico Final, ou seja, do século VIII AEC (KOUROU, 2008, p. 335). Esta tumba em particular continha, além da jarra fenícia, outros artefatos importados: rodas em bronze cipriotas; objetos em faiança, como um leão deitado e um asco¹⁷² em forma de pato; contas; e quatro vasos (KOUROU, 2008, p. 341). As outras duas jarras vieram, respectivamente, das tumbas 70 e 33.

172 O *askós* (pl. *askoi*) era um vaso pequeno, redondo, com base plana e uma longa alça em arco que se junta ao pescoço do vaso colocado em um ângulo oblíquo. O termo *askós* faz referência às bolsas de couro usadas para carregar vinho. Nas cenas dos vasos áticos em figuras vermelhas, essas bolsas costumam ser retratadas nas mãos dos sátiros. A adoção do termo pela academia moderna para se referir a este tipo de vaso originou-se de uma associação com a forma dos exemplos em couro (<https://www.beazley.ox.ac.uk/tools/pottery/shapes/askos.htm> consultado em 01/08/2020).

FENÍCIOS NO EGEU

Por fim, gostaríamos de apresentar alguns objetos orientais em faiança encontrados em enterramentos gregos bem contextualizados, os quais representam nosso terceiro grupo.

Objetos em faiança estão entre os produtos importados mais comumente atestados em enterramentos nas necrópoles de Lefkandi, bem como em outros locais egeus da Idade do Ferro Inicial. Nota Kourou pontua que, infelizmente, atribuições a ateliês específicos ainda são problemáticas. O Egito, Chipre e Rodas são locais usuais de atribuição para alguns tipos precisos. Ainda assim, a maioria deles, no entanto, deve ser genericamente relacionada à costa Siro-palestina (KOUROU, 2008, p. 349).

Entre os tipos encontrados no Egeu, temos contas, selos, estatuetas e vasos de formatos variados, incluindo modelos que imitam frutas ou pássaros. Apesar de termos alguns achados de faiança, em Lefkandi, datados já do Proto-geométrico Inicial (1100-1075 AEC), incluindo 202 contas na tumba S.16, de origem levantina, será ao longo do Proto-geométrico Final (1050-1000 AEC) que as importações de faiança se tornam comuns (KOUROU, 2008, p. 349)¹⁷³. A maioria continua sendo de contas e selos, mas também temos anéis, vasos e modelos de frutas.

O mais comum é encontrarmos mais de um objeto em faiança associados. Isto é, eles não eram depositados isoladamente, mas em conjunto. Assim, por exemplo, a tumba T59, em Lefkandi, revelou um vaso no formato de uma romã e uma tigela. Um selo em faiança, no formato de uma cabeça humana, foi encontrado na tumba 46 junto a várias contas em formato de disco. Mas a tumba mais rica com este tipo de achado é a T39, apresentada acima, na qual foram encontrados o já mencionado leão deitado, quatro vasos, o asco em formato de pato e contas (KOUROU, 2008, p. 351). Lembramos que nesta tumba foram encontrados, também, as rodas cipriotas e o jarro em bronze fenício.

Já na tumba 42, um frasco de faiança no formato de uma romã e um colar com contas de faiança foram encontrados com uma sítula egípcia. Ao longo do primeiro quarto do século IX AEC (900-875 AEC) as importações mais comuns nos enterramentos de Lefkandi são constituídas por objetos de faiança ou de vidro. Um colar de faiança com 53 pendentos no formato de uma deusa leoa

173 O período Proto-geométrico corresponde, de maneira geral, aos anos de 1050 a 900 AEC.

sentada segurando uma criança é de particular destaque (KOUROU, 2008, p. 352). Este colar foi encontrado na tumba 22, que também continha contas em vidro e em faiança. A representação da deusa é identificada com a egípcia Ísis segurando Hórus, sendo que a manufatura é atribuída ao ambiente fenício. Outras tumbas, como a 45 e a 51, revelaram mais contas, pendentes (no formato de esfinges) e tigelas, todos em faiança.

Com datação para os dois períodos subsequentes do século IX AEC, continuamos a encontrar contas variadas, mas em particular o tipo Beth-Pelet, associado ao ambiente cipriota e palestino. Uma exceção a essa regra é uma rara estatueta de um anão acorçado, encontrado na tumba 32. Acredita-se que este seja de manufatura fenícia e que represente os deuses egípcios Ptah-Seker-Osiris, que os fenícios conheciam como Pataikos (KOUROU, 2008, p. 351).

No santuário ateniense de Lindos, estatuetas semelhantes foram encontradas. Igualmente, em enterramentos cretenses. Por exemplo, o enterramento em *pitthos* de uma menina com idade estimada entre 12-16 meses, do Cemitério Norte de Cnossos (KOUROU, 2008, p. 351).

Neste último enterramento, em particular, foi encontrado uma grande estatueta de Nefertum, com cerca de 32 cm, o que torna este artefato o maior objeto em faiança importado do Oriente Próximo para o Egeu. As estatuetas em faiança de Nefertum não são raras, mas usualmente são de tamanho diminuto. Na tumba da criança em Cnossos, junto à estatueta de 32 cm, havia uma segunda, do tamanho normalmente encontrado, c. 4 cm (KOUROU, 2008, p. 355).

Esta última traz um buraco de suspensão, ou seja, muito provavelmente era utilizada como um amuleto. Segundo Kourou (2008, p. 355), as estatuetas de Nefertum começaram a ser fabricadas na região da Siro-palestina a partir de meados do século IX AEC, e aparecem também em Chipre e em Rodas.

De Creta temos mais objetos em faiança, mas a maioria não é proveniente de contextos arqueológicos fechados e bem definidos, o que dificulta sua interpretação. Mas temos: um vaso no formato de um leão e outro no chamado formato *B-on-R*; e duas estatuetas encontradas na capela de três pilares do Templo B de Kommos, uma representando, provavelmente, a deusa egípcia leoa Sekhmet e a outra, a deusa Nefertum. Ambas foram encontradas em pé, entre os pilares, junto a uma estatueta grega de bronze datada do Geométrico Final, isto é, da segunda metade do século VIII AEC.

FENÍCIOS NO EGEO

Uma segunda estatueta de Sekhmet foi encontrada, para o mesmo período e associada a um vaso de faiança, dentro de uma urna de bronze da tumba A1K1 da já mencionada necrópole de Orthi Petra, no importante sítio de Eleftherna (KOUROU, 2008, p. 355).

De Creta, arrolamos um conjunto final de artefatos que se associam aos fenícios: estelas de pedra. Estas são tanto funerárias como votivas e reforçam, inclusive, pensarmos em fenícios residentes permanentes em Creta, para além da presença já pontuada em relação a Kommos (STAMPOLIDIS, 2019, p. 497). Os exemplares vêm de três sítios: necrópoles de Cnossos e Eleftherna (Orthi Petra), e da capela dos três pilares do Templo B de Kommos.

Na opinião de Nota Kourou, este grupo de evidência é importante também porque indicaria uma tradição religiosa distinta dentro de uma comunidade grega (KOUROU, 2000, p. 1068; 2008, p. 356). A questão cronológica destas estelas é problemática pois não foram encontradas em contextos fechados, mas podemos apontar como um *terminus post quem* o Geométrico Final para as comunidades fenícias tanto em Cnossos como em Eleftherna.

Já em Kommos, o início de um período de frequência fenícia pode ser identificado para um período anterior, como visto. Ânforas de transporte e outros vasos cerâmicos fenícios encontrados no sítio pertencem ao Proto-geométrico Final, isto é, ao final do século X AEC, como visto acima. Já a importante construção em três pilares do templo B, reconhecida como uma capela fenícia foi, de fato, erigida posteriormente, entre meados do século IX AEC e finais do VIII AEC. Deste modo, enquanto residentes permanentes, toda a evidência de Cnossos, Eleftherna e Kommos aponta para uma presença fenícia do Final do Geométrico (KOUROU, 2008, p. 356).

A cronologia dos contatos

A partir do exposto acima, podemos afirmar que objetos fenícios começam a aparecer no Egeu desde o Proto-geométrico Inicial, isto é, desde o segundo quarto do século XIAEC, período que marca, justamente, a virada fenícia. No final do século X AEC, estes achados tornam-se razoavelmente comuns, particularmente em Creta, mas também temos exemplos de Atenas. No entanto, o local com mais achados fenícios bem datados continua sendo a Eubeia, em

particular, Lefkandi¹⁷⁴.

Para períodos anteriores, a evidência parece apontar mais para contatos cipriotas. No entanto, de maneira bastante interessante, Nota Kourou lembra que muitos destes objetos cipriotas podem ser entendidos na chave de “heranças familiares”, e se referirem a contatos ainda mais antigos, da Idade do Bronze (KOUROU, 2008, p. 357).

Os personagens

Jaime Alvar Ezquerro, no artigo “Modos de contacto y medios de comunicación: los orígenes de la expansión fenícia” (2008), propôs que os contatos estabelecidos pelos fenícios por todo o Mediterrâneo sejam entendidos a partir da mensuração de aspectos como intensidade e periodicidade. Diferentes graus implicariam diferentes formatos conceituais. Assim, a ideia tradicional de uma pré-colonização, à qual se seguiria uma colonização, não se aplicaria aos fenícios – o que não significa que contatos esporádicos, não sistemáticos, não poderiam vir a se transformar em uma ação colonial. O interessante de sua proposta é guardarmos a necessidade de interpretar os contatos fenícios pelo Mediterrâneo caso a caso, sem tentar impor um modelo de ação prévio. Assim:

Colonización y precolonización son ante todos modos de contacto, cuya diferencia estriba esencialmente no en el criterio de la secuencia temporal, sino en la frecuencia, intensidad y características del contacto entre culturas. Por ello desearía identificar la colonización como una de las formas posibles en una forma más general de relación intercultural que podríamos denominar Modo de Contacto Sistémico Hegemónico (MCSH). Entre sus características estarían el control directo o indirecto de la explotación de los recursos locales, la gestión de la exportación de los excedentes, la regulación de las formas de intercambio por parte de la comunidad que se desplaza y la consiguiente relación hegemónica con el entorno local. La sistematización regularizada de las relaciones y el predominio del elemento exógeno son, pues, las claves que permite identificar el MCSH.

La precolonización, en cambio, al no compartir esas características, ha de ser encuadrada en otra modalidad del contacto entre culturas. Los intercambios

174 Neste capítulo nos detivemos na documentação material advinda de contextos arqueológicos fechados, mais relacionados com o Egeu Meridional. A partir das fontes textuais gregas, no entanto, podemos conjecturar uma extensão maior dos contatos, incluindo o norte do Egeu, como Tassos, por exemplo, de onde Heródoto narra que fenícios extraíam ouro (STAMPOLIDIS, 2019, p. 494).

FENÍCIOS NO EGEU

pueden ser esporádicos, lo que no requiere ni regularidad, ni sistematización. Además, el objetivo es lograr un determinado abastecimiento, que no exige el control de la producción o la de su redistribución, por lo que pueden existir enclaves comerciales permanentes sin función administrativa. (EZQUERRA, 2008, p. 20)

À ideia de nuançarmos nosso entendimento acerca dos processos de exploração fenícia dos territórios mediterrâneos e atlânticos¹⁷⁵, entendendo-os como não necessariamente conectados, nem orquestrados por uma única cidade fenícia (ainda que o papel de Tiro, a partir do século X AEC seja destacado na documentação), permite-nos trabalhar momento a momento e localidade a localidade.

Quais teriam sido os interesses fenícios no Egeu? É preciso lembrarmos que o Mediterrâneo Oriental esteve em intenso contato ao longo de toda a Idade do Bronze. Conforme mencionamos brevemente no início de nosso texto, achados de vasos micênicos em centros cipriotas e levantinos é bastante comum. A documentação arrolada brevemente neste capítulo, por outro lado, procurou pormenorizar a contrapartida, isto é, os tipos de artefatos fenícios mais antigos encontrados no Egeu.

A possibilidade de estabelecermos uma frequência documentada já a partir do século XI AEC, quando a academia interpreta a virada fenícia, demonstra quão bem essas terras eram conhecidas pelas gentes semitas e/ou quão apreciados eram o artesanato oriental pelos micênicos e seus descendentes.

Acredita-se que o artesão fenício organizava seu ateliê para suprir o palácio, mas no primeiro milênio AEC este não estaria mais tão sujeito à mão de ferro do rei, como deve ter ocorrido na Idade do Bronze. Na Idade do Ferro, o artesão passa a servir igualmente a um grupo empreendedor privado que, então, se torna importante elemento dentro do sistema econômico levantino (BOTTO; OGGIANO, 2003, p. 1). Ainda assim, a forte presença do palácio real não pode ser descartada, principalmente nesse período inicial.

Atividades de trocas comerciais estão entre as categorias de caracterização dos fenícios. Homero (*Odisseia*, IV, 646; XIV, 190; XV, 116) os apresenta como comerciantes de têxteis e escravos. Não apenas, igualmente menciona seu talento para a navegação e para o engano, o ludibriar... Mas, de fato, com relação

175 Temos evidência arqueológica da presença fenícia na costa atlântica do Marrocos, na Ilha de Mogador e documentação textual, os relatos de Hannon e de Himilcon e, de frequências fenícias e cartaginesas na Cornualha (SLIM; MAHJOUBI; BELKHOJA; ENNABLI, 2010, p. 41).

especificamente à Fenícia, o período das grandes trocas comerciais de cidades como Tiro, Sídon e Biblos¹⁷⁶ é relativamente breve. Este período pode ser delimitado entre os séculos XI e VIII AEC (GRAS; ROUILLARD; TEIXIDOR, 1988, p. 80). No entanto, em termos históricos, quatro séculos é um período bastante longo. Devemos levar em conta que ocorreram desde transformações nos quadros sociais das cidades fenícias, incluindo, naturalmente, desenvolvimentos ligados aos agentes da iniciativa comercial, até modificações nas estruturas organizacionais sobre as quais esta iniciativa se apoiava. De maneira análoga, os circuitos nos quais os fenícios agiam também se alteraram, de forma que o Ocidente do Mediterrâneo será privilegiado, e os próprios objetos utilizados nas trocas modificaram-se (KORMIKIARI, 2004, p. 131).

Ao longo do século XX EC, a academia se acostumou com a ideia da existência de dois momentos consecutivos no processo das navegações fenícias. Entre os séculos XI e VIII AEC teríamos o chamado período pré-colonial fenício (MAZZA, 1988, p. 196; KORMIKIARI, 2004, p. 132), ou, se for preferível, seguir novas conceituações advindas das teorias pós-coloniais, o período do Modo de Contato não Hegemônico (MCnH), conforme o excerto de Jaime Alvar Ezquerro apresentado acima – o período pré-colonial sendo entendido como um momento de visitas frequentes a territórios novos para o aproveitamento de matérias primas locais.

O *Antigo Testamento* é uma importante fonte textual. Em uma famosa passagem, Ezequiel (XXVII, 12-24) nos apresenta o que teria sido o circuito comercial de Tiro. São citadas as seguintes localidades: o Egeu, que nos interessa aqui; a Armênia; a Mesopotâmia; e a Arábia.

Em cada região visitada, contactada pelos fenícios, seja no Oriente, seja no Ocidente, temos processos históricos próprios, regionais – os quais podem, em algum momento, serem compreendidos em uma chave mais ampla, global. Mas o tratamento mais localizado nos permite identificar diferentes objetivos, intenções distintas, tipos específicos de trocas e produtos, uma vez que os parceiros das trocas foram também os mais diversos.

As fontes textuais, mesmo que estrangeiras – como as passagens em Homero e no *Antigo Testamento* – podem ser arroladas para jogar luz a alguns destes

176 Lembramos que durante a Idade do Bronze, antes da virada fenícia, Biblos foi um importantíssimo porto, responsável pelo trânsito de contatos e trocas entre o Egito e o Levante.

FENÍCIOS NO EGEU

processos. O relato, escrito sobre um papiro egípcio do século XI AEC, de Ounamon, enviado egípcio de Herihor, supremo sacerdote de Ammon, à corte do rei Shekerbaal de Biblos, será agora abordado, pois acreditamos que ele é muito rico para o nosso entendimento do contexto histórico fenício do período.

Ounamon, encarregado do pântano dos domínios de Ammon em Karnak, foi comissionado por seu superior, o sumo sacerdote Herihor, para ir a Biblos obter a madeira necessária para a reconstrução do grande barco Ouserhat, o qual servia para transportar a estátua de Amon no Nilo durante a festa de Opet. Depois de entregar suas cartas de credibilidade a Smendès I e Tentamon em Tânis, administradores do Baixo Egito, Ounamon foi enviado para um navio fretado por eles. Primeiramente, parou no porto de Dor, atual Israel. Durante esta breve pausa, Ounamon foi roubado de parte dos presentes que lhe tinham sido confiados por um dos homens da tripulação. Assim, quando ele finalmente chega a Biblos, não pode apresentar nem suas credenciais, as cartas, nem os presentes diplomáticos. Deste modo, inicialmente o monarca de Biblos se recusa a vê-lo.

No relato de Ounamon fica claro o seu espanto ao ser recebido de maneira hostil, e passará por maus bocados até conseguir ser aceito como interlocutor do lado egípcio da transação (BONDI, 1995, p. 269). Quando finalmente consegue ser recebido pelo monarca fenício, este demanda que os produtos solicitados sejam pagos pelo egípcio, uma vez que Ounamon havia falhado em sua obrigação, a de trazer os presentes esperados.

Entre o envio de amostras das madeiras, para comprovar sua qualidade, por Shekerbaal, e o pagamento por Smendès I e Tentamon, Ounamon passa cerca de um ano esperando em Biblos. Em seu retorno, uma tempestade o joga em Alashiya (Chipre), onde foi atacado por pessoas locais que queriam saquear o navio, antes de receber a proteção da rainha Hatbi.

O relato então se interrompe, mas nos parece claro que os tópicos das trocas de dom conforme estabelecidas por Marcel Mauss no *Ensaio sobre a dádiva*¹⁷⁷ (1974) aparecem nele e, de fato, caracterizam a período do Bronze Final nesta região. Por exemplo, Shekerbaal a princípio se recusa a tratar com Ounamon e o faz apenas quando do Egito lhe é enviada uma série de presentes ou pagamentos – isto é, quando sua posição é reconhecida e ele vê-se na “obrigação” de retribuir.

177 Publicado pela primeira vez em 1925.

O rei de Biblos apresenta-se, então, como um interlocutor em posição de controlar, ele próprio, o objeto da transação, a madeira (cf. KORMIKIARI, 2004, p. 133): “Se eu der um grito em direção ao Líbano, faço o céu se abrir e os troncos chegarão aqui e o príncipe [envia 300 homens e 300 bois], colocando à sua frente mensageiros, para que os troncos sejam cortados” (BONDÌ, 1995, p. 270).

A realeza ainda controla a região do Oriente Próximo no final da Idade do Bronze. Esse mundo de palácios é governado por um poder centralizador e centralizado. Ounamon trata diretamente com Shekerbaal.

O poder do palácio estaria igualmente no controle do meio de transporte essencial para as empreitadas, os navios. Assim Jaime Ezquerria desenvolve a questão ¹⁷⁸:

Y así, en la medida en la que los barcos intervienen en la adquisición de bienes por parte del grupo dominante, cuyo estilo de vida caracterizan, será en la que tal mismo grupo atienda ese sector artesanal dinamizándolo o manteniéndolo. En este sentido, el comercio ultramarino estaría en manos de los grupos dirigentes del Estado, únicos capacitados para afrontar el gasto requerido en la construcción y aparejo de una nave. Sólo ellos tendrían la posibilidad de obtener, de forma directa o indirecta, los beneficios generados mediante los intercambios. No es probable que hubiera otros miembros de la comunidad capacitados para acceder a esas riquezas. (EZQUERRA, 2008, p. 24)

Justamente o *Antigo Testamento* apresenta passagens mencionando expedições conduzidas conjuntamente por hebreus e fenícios a mando dos reis (I Reis – 9, 26-28; 10, 11 e 22) provavelmente no litoral do Mar Vermelho: “[...] o rei possuía, no mar, uma frota de Tarshish, em conjunto com uma frota de Hiram, e a cada três anos a frota de Tarshish retornava carregada de ouro, de prata, de marfim, de macacos e de macacas” (I Reis – X, 22 – *apud* BONDÌ, 1995, p. 270).

Sobre o termo Tarshish, bastante complexo, reproduzimos, de maneira condensada, nossos comentários no texto “O comércio, as trocas e o sistema do dom entre os fenícios” (KORMIKIARI, 2004, p. 135-137):

Tarshish aparece diversas vezes nas tradições literárias relativas à expansão fenícia no Mediterrâneo. Por exemplo: aparece em uma inscrição arcaica encontrada na colônia fenícia de Nora, na Sardenha (*Corpus Inscriptionum Se-*

178 Veremos abaixo que outros pesquisadores, como Gras; Rouillard; Texidor e Botto; Oggiano, entendem que a Idade do Ferro traz consigo uma mudança social importante, com a ascensão de uma classe de comerciantes privados, atuando lado a lado com o palácio.

FENÍCIOS NO EGEO

miticarum – CIS, I, n.144); qualifica os navios de Salomão, como vimos anteriormente, cujas navegações são associadas às de Hiram; e novamente qualifica navios, como em Isaias, 23:1, 6, 10 e 14. No entanto, até hoje, não se chegou a um consenso com relação ao seu significado.

Em suma, Tarshish poderia designar um tipo específico de navio; uma posição geográfica (entre inúmeras outras citações, há a que menciona que Salomão possui navios que vão a Tarshish, junto com servidores de Hiram – II Crônicas, 9:21); seria um topônimo (Tarshish, filho de Yawan, segundo a Tábua dos Povos em Gêneses, 10: 4, cf. Crônicas 1:7); e, ainda, significaria uma pedra preciosa ou semipreciosa (entre outras menções, Ezequiel 10:9).

Diante da dificuldade de se associar uma localização geográfica ao termo Tarshish, alguns estudiosos voltaram-se para as outras interpretações advindas da análise das inscrições bíblicas, de uma inscrição de Asarhaddon e da estela de Nora, mencionadas acima. Assim, a expressão “navios de Tarshish” aparece associada ao comércio tírio (Isaias, 23:1 e 14; Ezequiel, 27:25), mais precisamente ao comércio de luxo (Isaias, 2:16), o que vai ao encontro da tradição que apresenta Salomão e Josephat utilizando estes navios para obterem ouro e outras mercadorias raras.

Muitas vezes, estas menções aos “navios de Tarshish” parecem simbolizar o conjunto da atividade marítima (Isaias, 2:26; 60:9; Salmos, 68:8). G. Bunnens (1979, p. 346-348) acredita que devemos enxergar no termo “navios de Tarshish”, navios aptos a realizarem o grande comércio. De maneira análoga aos nossos transatlânticos, estes navios seriam apropriados para o comércio e para percorrer grandes distâncias, até uma hipotética Tarshish, cuja localização exata ainda não possuímos, mas que, talvez, estivesse situada na extremidade da região mediterrânica, provavelmente no extremo ocidente. Não podemos, no entanto, excluir a possibilidade que Tarshish tenha sido alguma área da rica Arábia.

Uma recente compilação do conjunto material relacionado a essas movimentações e trocas entre o Mediterrâneo central e ocidental e o Oriente (CELESTINO; RAFEL; ARMADA, 2008) mostra a forte atuação de navegantes multi-étnicos, incluindo micênicos, cipriotas, líbios, cananeus (muito provavelmente nossos futuros fenícios) e possivelmente outros grupos, em rotas micênico-cipriotas, desde os séculos XIII/XII a XI AEC. Entre os conjuntos materiais associados a essas primeiras redes de contato, há diversos elementos egípcios, de maneira muito análoga ao que encontramos no Egeu, como visto. Por exemplo, podemos mencionar o achado de contas de cornalina em assentamentos da Andaluzia ocidental. Estas peças têm a forma de garrafinhas, e possuem uma perfuração na extremidade su-

perior do pescoço, levando a crer que formariam adornos pessoais¹⁷⁹. As análises petroquímicas do material demonstraram a origem egípcia das peças. De fato, estilisticamente falando, contas de pedra deste formato estão presentes no Egito desde meados do segundo milênio AEC (XVIII dinastia). Teriam chegado à Andaluzia antes mesmo dos primeiros colonos fenícios, e seriam, então, objetos de troca exóticos, de prestígio, nas mencionadas navegações cipro-micênicas.

Interessantemente, essas mesmas rotas serão retomadas, a partir do século X AEC, pelas gentes então estabelecidas como fenícias, ainda junto a elementos cipriotas, quando manter-se-á a inclusão de objetos de origem egípcia entre o conjunto material de trocas. Por exemplo, no sítio sobre a costa tirrênic da Calábria, Torre Galli, foram encontrados objetos que atestam de maneira inequívoca uma presença cipro-fenícia na área entre o fim do século X e o início IX AEC. Esses mercadores cipriotas e tírios levaram escaravelhos de oficinas egípcias e fenícias. Igualmente, foram encontrados objetos em faiança egeus e, principalmente, marfim, identificado como procedente do Egito, em grande quantidade.

Mais uma vez, o paralelo com o Egeu nos parece bastante forte e instigante.

Os vasos de luxo usados como objetos pré-monetários podem ter servido, na verdade, para as relações entre reis micênicos e reis fenícios que, como vimos, atuavam adicionalmente como agentes comerciais¹⁸⁰. Por outro lado, é possível conjecturar sobre um início de empreitadas relacionadas a classes nobres, particularmente para o início do 1º milênio AEC (BOTTO; OGGIANO, 2003, p. 1). No próprio relato de Ounamon, quando da discussão que se desenvolve entre o rei e o nosso infeliz personagem, há uma menção a estes novos agentes, pois Shekerbaal, irado, interpela Ounarmon sobre sua necessidade de negociar diretamente com ele, o rei, já que havia outros empreendedores a quem ele poderia recorrer: “[...] não há vinte navios de transporte, em meu porto, que possuo em sociedade com Smendès? E, no que diz respeito a Sídón, não tenho lá mais outros cinquenta navios em sociedade com Barkatel?” (BONDÌ, 1995, p. 270).

A própria expansão da rede de contatos inviabiliza um controle centralizado nas mãos dos soberanos e, aliada muito provavelmente a outros fatores que nos escapam, permite o surgimento de uma classe de navegadores e comerciantes atu-

179 São encontradas em conjunto também em contexto funerário cipriota do segundo milênio AEC.

180 Bem entendido que não estamos nos referindo a um comércio nos moldes capitalistas modernos, mas a trocas entre grupos de elite.

ando por conta própria. Indícios da existência destes comerciantes-aristocratas chegaram até nós pelas suas grandes tumbas, datadas do século VII AEC, encontradas no Mediterrâneo ocidental (GRAS; ROUILLARD; TEIXIDOR, 1988, p. 106). E por que não imaginar que o mesmo tenha ocorrido em Lefkandi e Creta?

Conclusão

Nas últimas décadas a pesquisa acadêmica se voltou com grande força para os estudos de contato e suas consequências para as populações da Bacia do Mediterrâneo. As abordagens, agora, partem das teorias pós-coloniais, decoloniais, globais e locais.

O Mediterrâneo é personagem central, permitindo a travessia de imensas distâncias – impensáveis se tivessem que ser percorridas pelos continentes, aproximando os objetos de nossos estudos. Assim as antes isoladas entidades culturais autônomas – gregos, hebreus, etruscos, romanos, castrejos, berberes, fenícios, entre inúmeros outros – começam a ser repensadas a partir da apreensão de uma compreensão da complexa rede de relacionamentos que estas mesmas sociedades, com suas particularidades culturais, sociais, econômicas e políticas, construíram umas com as outras em locais e momentos específicos ao longo da História.

Apresentamos um pequeno conjunto documental que aponta interessantes caminhos de pesquisa acerca da presença fenícia no Egeu. No século VIII AEC, os gregos adotaram as “letras fenícias”, isto é, adaptaram o alfabeto fenício à sua língua (Heródoto, *História* V, 58). O percurso deste aprendizado muito provavelmente tem raízes muito anteriores, de séculos atrás, como esperamos ter demonstrado.

Referências

Fontes textuais

HERÓDOTO. *História*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

HOMERO. *Odisseia*. São Paulo: Cultrix, 1976.

Obras

ACQUARO, E. *Cartagine: un impero sul Mediterraneo*. 2ª edição. Roma: Club del Libro Fratelli Melita, 1987.

ANTONIADIS, V. *Early Iron Age Cemeteries at Knossos: The Appreciation of Oriental Imports and their Imitations by Knossian Society*. Tese de doutorado. DEPARTAMENT D’HUMANITATS, INSTITUT UNIVERSITARI D’HISTORIA JAUME VICENS I VIVES, Universitat Pompeu Fabra, Madrid, 2012.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

AUBET, M. E. *The Phoenicians and the West. Politics, Colonies and Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997 (1a ed. 1987).

BONDÏ, S. F. Le commerce, les échanges, l'économie. In: Véronique KRINGS (ed.), *La civilisation phénicienne et punique*. Manuel de recherche. Handbook of Oriental Studies, Zwanzigster Band. Köln: E. J. Brill, 1995, pp. 268-281.

BUNNENS, G. *L'expansion phénicienne en Méditerranée. Essai 'interprétation fondée sur une analyse des traditions littéraires'*. Roma / Bruxelles: Institut Historique Beige de Rome, Etudes de Philologie, D 'Archeologie et d'His toire Anciennes, v. 17, 1979.

BOTTO, M.; OGGIANO, I. L'Artigiano. In: J. ZÁMORA (ed.), *El hombre fenicio: estudios y materiales*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2003, pp. 1-19.

CELESTINO, S.; RAFEL, N.; ARMADA, X.-L. *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII a.n.e) – la precolonización a debate*. (Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma Serie Arqueológica 11). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2008.

CRAWLEY QUINN, J. *In Search of the Phoenicians*. Princeton: Princeton University Press, 2018.

GRAS, M; Rouillard, P.; Teixidor, J. *L'univers phénicien*. Paris: Artaud, 1988.

HALL, J. *Ethnic Identity in Greek Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

HALL, J. *Hellenicity, between Ethnicity and Culture*. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

KORMIKIARI, M. C. N. Expansão marítima e influência cultural fenícia no Mediterrâneo centro ocidental. *Clássica*, Anais da VII Reunião Anual da SBEC, 1993, pp. 261-267.

KORMIKIARI, M. C. N. Quem eram os fenícios? Ou da crise identitária na Academia do século XXI. *Hélade*, vol.5, n.2, pp. 13-34.

KILLEBREW, A. E. Canaanite roots, proto-Phoenicia, and the early Phoenician Period. Ca. 1300-1000 BCE. In: Carolina LÓPEZ-RUIZ e Brian R. DOAK (eds.) *The Oxford Handbook of the Phoenician and Punic Mediterranean*. Oxford: Oxford University Press, 2019, pp. 39-55.

KOUROU, N. Phoenician Presence in Early Iron Age Crete Reconsidered. *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos*. Cádiz, 2 a 6 de outubro, 1995. Cádiz: Servicios de Publicaciones Universidad de Cádiz, 2000, pp. 1067-1081.

KOUROU, N. The evidence from the Aegean. In: Claudia SAGONA (ed.) *Beyond the Homeland: Markers in Phoenician Chronology*. Leuven, Paris, Dudley, MA: Peeters, 2008, pp. 305-364.

KRINGS, V. (ed.) *La civilisation phénicienne et punique: manuel de recherche*. Brill Academic Publishers, 1994.

LÓPEZ-RUIZ, C.; DOAK, B. R. (eds.) *The Oxford Handbook of the Phoenician and Punic Mediterranean*. Oxford University Press, 2019.

MATTINGLY, D. J.; HITCHNER, B. Roman Africa: an Archaeological Review. *The Journal of Roman Studies*, 85, 1995, pp. 165-213.

MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: E.P.U.; Edusp, 2 v., 1974.

FENÍCIOS NO EGEU

MAZZA, F. La 'precolonizzazione' fenicia: problemi storici e questioni metodologiche. In: Enrico ACQUARO, L. GODART; F. MAZZA e O. MUSTI (orgs.) *Momenti precoloniale nel Mediterraneo Antico*, Atti del Convegno Internazionale, Roma, 1985. Roma: Consiglio Nazionale delle Ricerche, 1988, pp.191-203.

MOSCATI, S. Problematica della Civiltà Fenicia. *Studi Semitici*, 46. Roma, 1974.

NIGRO, L. The temple of Astarte 'Aglaia' at Motya and its Cultural Significance in the Mediterranean Realm. In: Sandra BLAKELY e Billie Jean COLLINS (orgs.) *Religious Convergence in the Ancient Mediterranean*. Studies in Ancient Mediterranean Religions. Lockwood Press, 2019, pp. 101-125.

POPHAM, M. An engraved Near Eastern Bronze bowl from Lefkandi. *Oxford Journal of Archaeology*, vol. 14, n. 1, 1995, pp. 103-107.

SLIM, H.; Mahjoubi, A.; Belkhoja, K.; Ennabli, A. *L'Antiquité*. Histoire Général de la Tunisie. Tunis: Sud Éditions, 2010.

STAMPOLIDIS, N. The Aegean. In: Carolina LÓPEZ-RUIZ e Brian R. DOAK (orgs.) *The Oxford Handbook of the Phoenician and Punic Mediterranean*. Oxford: Oxford University Press, 2019, pp. 493-503.

The image features a halftone pattern in shades of orange and red. A faint map of Jordan is visible in the background. A large white 'X' shape is overlaid on the image, with its arms extending from the corners towards the center. The word 'JORDÂNIA' is written in white, bold, uppercase letters, rotated 45 degrees counter-clockwise, and positioned within the lower-right quadrant of the 'X'.

JORDÂNIA

OS RECURSOS HÍDRICOS DE UMA CIDADE DA TRANSJORDÂNIA NA *LONGUE DURÉE*: O PROJETO GERMANO-DINAMARQUÊS NO BAIRRO NOROESTE DE JERASH-GERASA, JORDÂNIA

Achim Lichtenberger
*Universität Münster,
Münster*

Rubina Raja
*Aarhus University,
Aarhus*

Um sítio urbano no noroeste da Jordânia

A cidade romana de Gerasa, no período islâmico conhecido como Jerash, era uma cidade no norte da Jordânia, que floresceu por vários séculos (KRAELING, 1938; ZAYADINE, 1986; KENNEDY, 2007; LICHTENBERGER; RAJA, 2018a; LICHTENBERGER; RAJA; STOTT, 2019) (fig. 1 e 2). É uma cidade conhecida de fontes antigas, mencionada por outros autores antigos como uma das cidades da Decápolis do período romano por Plínio (Plin. N. H. 6.16.74). Decápolis e Gerasa também são mencionadas no Novo Testamento (Mc 5:20, Mc 7: 3 e Mt 4:25 para o termo Decapolis; Mc 5: 1, Lc 8:26 para Gerasa). Quase todas as cidades da Decápolis, exceto uma, localizavam-se no lado leste do Vale do Jordão e no sul da Síria (cf. BIETENHARD, 1977; LICHTENBERGER, 2003). Gerasa foi redescoberta no século XIX por uma série de viajantes europeus; o primeiro destes foi o alemão Ulrich Jasper Seetzen, que visitou o local em 1806 e o identificou como a Gerasa antiga (SEETZEN I, 1854, 388-390). Desde então, a cidade tem sido objeto de numerosos estudos e, no início do século XX, ocorreram as primeiras explorações de caráter arqueológico.

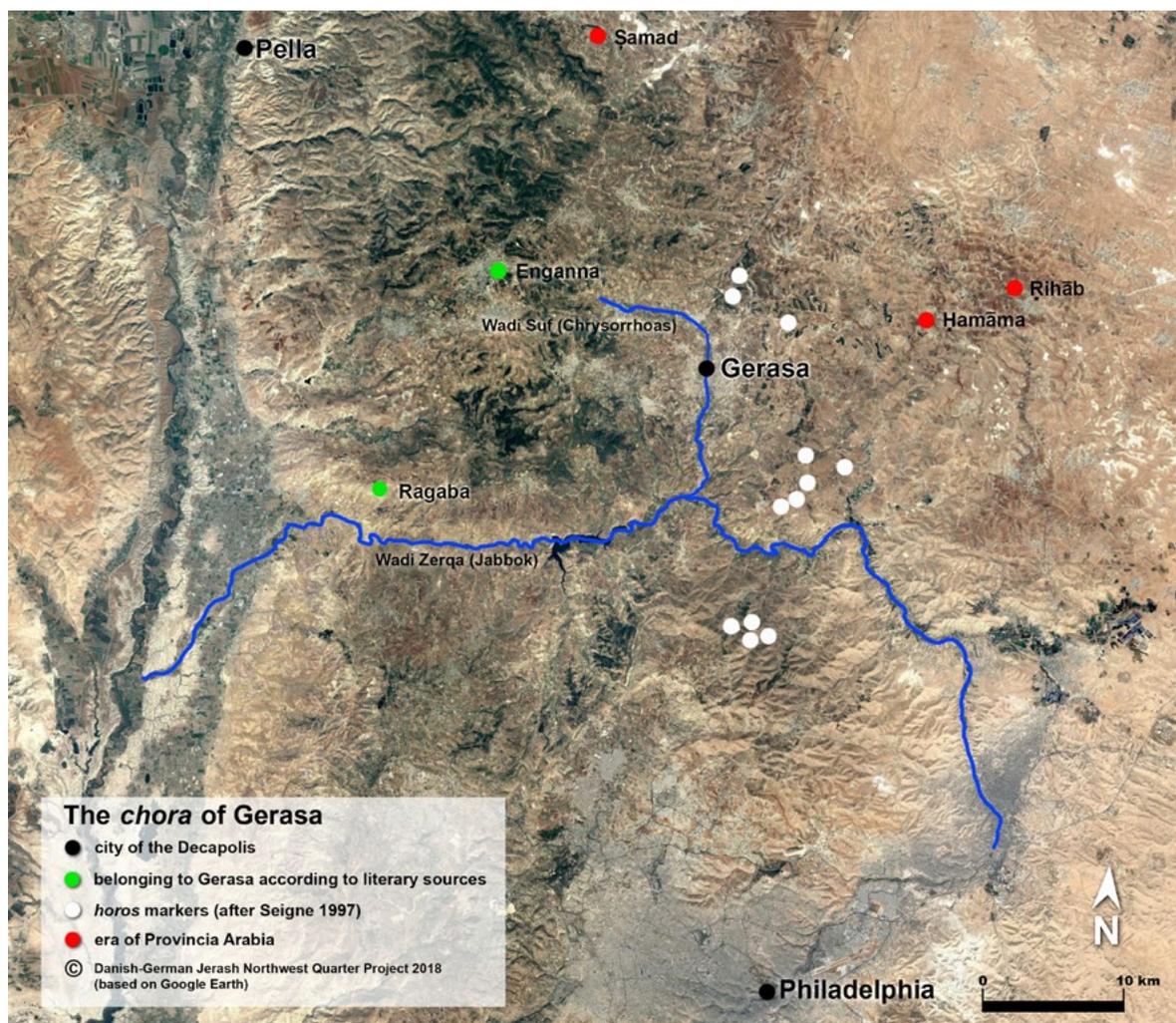


Fig. 1 – Plano de Gerasa em um cenário regional

Fonte: Projeto dinamarquês-alemão Jerash Northwest Quarter, sob coordenação de Achim Lichtenberger e Rubina Raja.

As escavações norte-americanas em grande escala, lideradas por C. H. Kraeling, nos anos 1920 e 1930, foram as primeiras realizadas com o objetivo de entender o desenvolvimento geral do local ao longo do tempo (KRAELING, 1938). Embora não estivessem equipados com as técnicas e métodos da Arqueologia moderna, os estudiosos empreenderam uma imensa quantidade de trabalhos e publicaram suas descobertas na famosa publicação síntese de 1938, editada por Kraeling. (*Gerasa: City of the Decapolis*) A cidade da Decápolis, desde então, teve muitos projetos jordanianos e internacionais que trabalharam em distintas áreas da cidade, concentrando-se principalmente no centro dela (ZAYADINE, 1986). Enquanto as primeiras missões se interessavam principalmente pelos monumentos romanos e cristãos, os períodos islâmicos e pré-históricos entraram em foco somente nos últimos anos (WALMSLEY; DAAMSGARD, 2005; LICHTENBERGER; RAJA, 2018B; LICHTENBERGER; RAJA, 2019a).

COMPREENDENDO OS RECURSOS HÍDRICOS DE UMA CIDADE DA TRANSJORDÂNIA

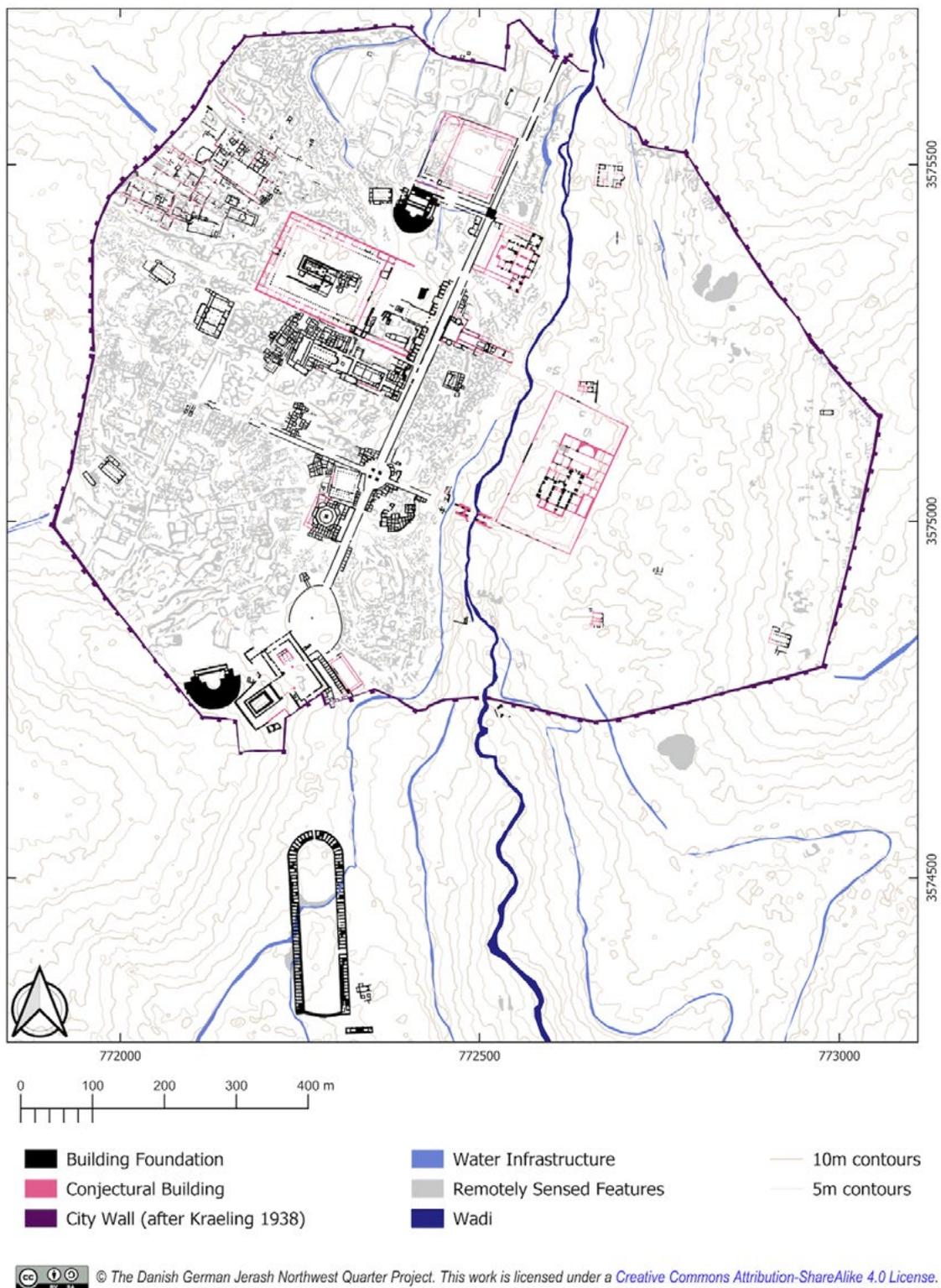


Fig. 2 – Mapa de Gerasa.

Fonte: Projeto dinamarquês-alemão Jerash Northwest Quarter, sob coordenação de Achim Lichtenberger e Rubina Raja.

A cidade de Gerasa/Jerash floresceu nos períodos romano, romano-tardio, bizantino e islâmico, até que foi atingida por um terremoto devastador em 749 EC, o que quase levou ao abandono completo do local (TSAFRIR;

FOERSTER, 1992; LICHTENBERGER; RAJA, 2019b). Sabemos por fontes literárias e evidências arqueológicas que a cidade existia no período helenístico, quando, segundo a lenda, foi estabelecida como um assentamento para veteranos que serviam no exército de Alexandre, o Grande (LICHTENBERGER, 2003). Essa tradição parece ser uma invenção do período romano, uma vez que evidências helenísticas confiáveis derivam do domínio selêucida no século II AEC. No geral, no entanto, muitas evidências arqueológicas do período helenístico foram encontradas em Gerasa até agora. As evidências que testemunham esse período incluem o Santuário de Zeus Olympios, localizado na parte sul da cidade, bem como parte de um assentamento localizado em frente ao santuário no chamado “Camp Hill”, onde hoje está um pequeno museu (SEIGNE, 1997). Mais evidências helenísticas ainda podem aguardar descoberta.

Períodos anteriores ao helenístico foram descobertos em Gerasa e na região. Um dos locais neolíticos mais importantes da região, o chamado megasítio, fica localizado fora da antiga Gerasa, na estrada em direção ao sul, para Amã, antiga Filadélfia. Este sítio, Tell as-Sawan, que inclui assentamentos desde 5000 AEC, contém fortes evidências da atividade humana, recebendo atenção renovada na última década; atualmente está sendo investigado por uma equipe da Universidade da Jordânia (AL-NAHAR, 2018). O sítio está localizado em um promontório no ponto em que *dois* wadis nos tempos antigos corriam juntos. O local teria sido fácil de proteger e fortificar, além de ser próximo à água. Ali, crânios humanos, separados dos corpos e com conchas inseridas nas cavidades dos olhos, foram encontrados enterrados sob o piso das casas. Essa prática funerária também é conhecida em outros locais neolíticos, como Jericó Tell es-Sultan e Ain Ghazal. As investigações de Tell as-Sawan trazem novos conhecimentos sobre o desenvolvimento dos padrões de assentamentos da época na região. No período romano a cidade se tornou murada e o material pré-histórico também veio à luz, no entanto, não na mesma medida em que é encontrado em Tell as-Sawan (veja, por exemplo, LICHTENBERGER; RAJA; SØRENSEN, 2013, p. 49). No entanto, este material mostra que a atividade não se limitou apenas à localidade estratégica de Tell as-Sawan.



Fig. 3 – Vista do fórum oval e do chamado cardo do sudoeste

Fonte: Projeto dinamarquês-alemão Jerash Northwest Quarter, sob coordenação de Achim Lichtenberger e Rubina Raja.

A Gerasa helênica e romana estava situada em uma região muito dinâmica. As cidades da Decápolis foram influenciadas pelas culturas helenística grega e romana e seus ordenamentos urbanos eram frequentemente orientados para os modelos que seguiam essas tradições (Fig. 3). Ao mesmo tempo, as cidades da Decápolis estavam cercadas pelas populações nativas, como a Judeia, povoada por judeus no oeste e nabateus árabes no sul. Às vezes, eclodiam conflitos violentos, como durante a Primeira Guerra Judaica, tendo o conflito entre essas sociedades tradicionais e Roma afetado também a região da Decápolis e Gerasa (LICHTENBERGER, 2018).

Gerasa está localizada no norte da Jordânia, na fronteira das chamadas Terras Altas de Ajlun, a oeste, e o deserto das estepes, a leste (KENNEDY, 2007). Ao norte, começam as formações de basalto que levam ao Hauran e, ao sul, o caminho do deserto que leva à Petra e Aqaba. Importantes rotas Sul-Norte atravessam a região e se conectam ao Egito, Mar Vermelho e a Mesopotâmia, bem como aos portos do Mediterrâneo.



Fig. 4 – As fontes em Suf, a noroeste de Gerasa

Fonte: Projeto dinamarquês-alemão Jerash Northwest Quarter, sob coordenação de Achim Lichtenberger e Rubina Raja.

As terras altas de Ajlun ainda são férteis. Na antiguidade, como hoje, as terras eram cultivadas. Além disso, o Rio Chrysorrhoas, conhecido como “Rio de Ouro”, atravessava Gerasa, literalmente cortando a cidade em duas partes, uma oriental e outra ocidental, conectadas na antiguidade por pontes (LICHTENBERGER; RAJA, 2016). O rio tinha sua origem não muito longe da cidade, em Suf, a cerca de 8 km de distância, de onde ainda flui ainda hoje, mas em um ritmo muito mais lento do que na antiguidade (Fig. 4).

As terras férteis ao redor de Gerasa foram uma das razões pelas quais a cidade floresceu na antiguidade. Entre outras coisas, a cidade era conhecida por sua produção de linho, além do cultivo de azeitonas e uvas. As inscrições nos falam sobre as propriedades pertencentes às elites nessas regiões e sublinham

que a vida urbana andava de mãos dadas com o que acontecia fora dos muros da cidade (GATIER, 1985, p. 310-312; SEIGNE, 2004, p. 176). No entanto, a área em torno de Gerasa, apesar de algumas pesquisas realizadas por uma equipe australiana de pesquisadores, permanece pouco explorada no que diz respeito à natureza exata do uso das terras fora da cidade (KENNEDY, 2004; BAKER; KENNEDY, 2011; sobre a chora de Gerasa, LICHTENBERGER; RAJA, 2020). Nos últimos tempos, o local e a região ao redor têm passado por um intenso desenvolvimento moderno e, a cada ano, mais e mais sítios arqueológicos desaparecem como resultado da construção de novas casas e estradas (STOTT *et al.*, 2018).

Do Romano ao início do florescimento urbano islâmico

É do período romano até os tempos islâmicos que Gerasa/Jerash produz mais evidências da vida urbana. A cidade tornou-se monumentalizada no século I EC, quando grandes estruturas foram construídas ao longo da rua principal com mais de 1 km de comprimento – o chamado *cardo* –, que atravessa a cidade na direção norte-sul (RAJA, 2012) (Fig. 3). Esse processo começou já no final do século I AEC durante o reinado dos imperadores Trajano e Adriano, quando se intensificou um programa de construção urbana em larga escala. As longas *colunatas* foram colocadas nos teatros, mercados, santuários e, mais tarde, em igrejas e uma mesquita. Tais monumentos podem ser encontrados em todas as cidades desses períodos no Mediterrâneo Oriental e testemunham o orgulho cívico. Os santuários também se expandiram e o de Artemis se tornou um dos maiores de todo o mundo romano (KRAELING, 1938) (Fig. 5). É a área ao longo e ao redor da rua principal que, durante muito tempo, foi mais bem explorada e onde ocorreu a maior parte das atividades arqueológicas. Muitas publicações se originaram a partir das investigações desses monumentos, incluindo o “Jerash International Project”, que foi iniciado na década de 1980 com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e durou alguns anos (ZAYADINE, 1986). Esse grande projeto trouxe à tona informações importantes sobre as várias estruturas monumentais da cidade, incluindo os teatros, o Santuário de Zeus, o Santuário de Artemis, algumas igrejas e o chamado *macellum* (mercado) na rua principal. Outros projetos, posteriormente, aumentaram o conhecimento do sítio arqueológico durante a Antiguidade

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

tardia e o período Islâmico. O Jerash Islamic Project, com sede em Copenhague, investigou a antiga mesquita omíada situada em um dos principais cruzamentos das ruas, construída em um balneário do período romano anterior (WALMSLEY; DAMSGAARD, 2005). No entanto, todos esses projetos se concentraram nos grandes monumentos da cidade e nos espaços situados na rua principal ou perto dela. Não se sabe muito sobre a área circundante da cidade e muito menos sobre as áreas situadas longe da rua principal, como o Bairro Noroeste (Fig. 6).



Fig. 5 – O santuário de Artemis em Gerasa

Fonte: Projeto dinamarquês-alemão Jerash Northwest Quarter, sob coordenação de Achim Lichtenberger e Rubina Raja.

Gerasa era, no período romano, uma cidade de tamanho médio, cobrindo uma área de aproximadamente 85 ha, cercada por muros altos construídos em algum momento do período romano (os muros da cidade nunca foram sistematicamente investigados, recentemente, ((KEHBERG-OSTRASZ; MANLEY, 2019)). As muralhas têm mais de 4 km de extensão e são marcadas pelos portões da cidade em pontos estratégicos. Eles também têm bastiões situados regularmente ao redor das muralhas da cidade.

COMPREENDENDO OS RECURSOS HÍDRICOS DE UMA CIDADE DA TRANSJORDÂNIA

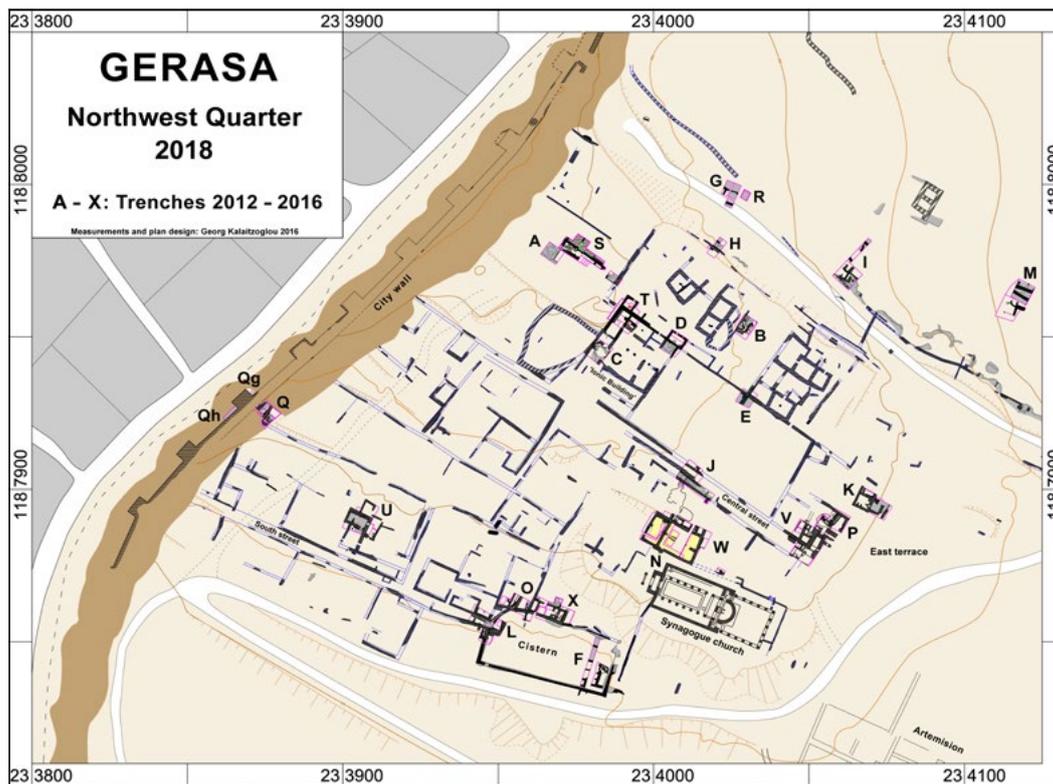


Fig. 6 – Mapa do bairro noroeste de Jerash

Fonte: Projeto dinamarquês-alemão Jerash Northwest Quarter, sob coordenação de Achim Lichtenberger e Rubina Raja.

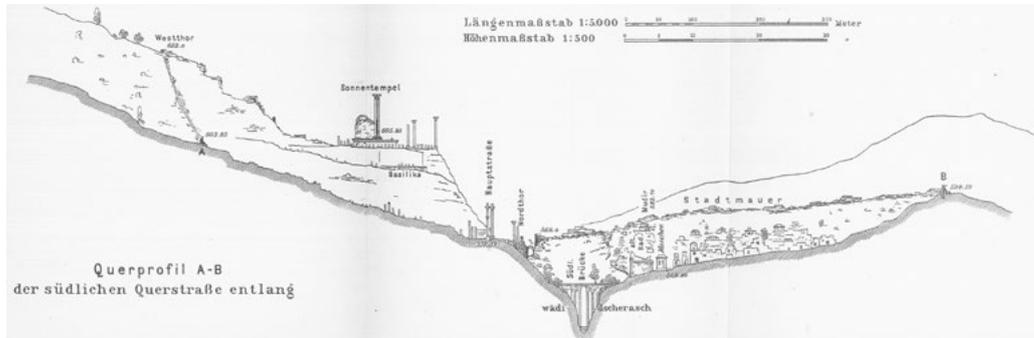


Fig. 7 – Transecto oeste-leste através de Gerasa (SCHUMACHER, 1902)

Fonte: Banco de imagens do Projeto dinamarquês-alemão Jerash Northwest Quarter, sob coordenação de Achim Lichtenberger e Rubina Raja.

A topografia extrema do local, com o rio cortando o sítio, foi ocupada através de pontes construídas, abordadas na publicação de Schumacher em 1902 de um perfil da cidade, também bastante negligenciado (SCHUMACHER, 1902) (Fig. 7). No entanto, o fato do terreno ter um forte declive de mais de 60 m de cada lado da cidade, em direção ao rio, significava que a topografia teve um impacto na maneira como o assentamento poderia se desenvolver; ao mesmo tempo que a topografia foi um desafio, também forneceu um cenário magnífico para várias áreas do assentamento.

Na antiguidade tardia, Gerasa/Jerash continuou a prosperar. De fato, o período antigo tardio parece ser o período mais próspero do assentamento. Observa-se um denso assentamento urbano e uma rica produção de cerâmica. Além disso, muitas igrejas foram erguidas nesses séculos, bem como sinagogas e mesquitas posteriores, que foram construídas na cidade e atestam a diversidade da vida religiosa da antiguidade tardia (sobre as igrejas de Jerash, CROWFOOT, 1938; MICHEL, 2011; WATTA, 2018; sobre a mesquita, WALMSLEY, 2018). O contínuo florescimento urbano de Jerash não parece ter diminuído em época justiniana durante o século VI EC ou pela curta ocupação persa (614 EC) (KEHRBERG; OSTRASZ, 2017). Até a conquista islâmica, seguida pela invasão árabe (636 EC), a cidade não mudou muito. As igrejas continuaram a ser usadas e, embora uma grande mesquita tenha sido erguida no centro da cidade, ela permaneceu uma cidade fortemente bizantina com as impressões da cultura cristã. A destruição da cidade clássica ocorreu na forma de um terremoto no ano 749 EC. Foi um dos terremotos mais graves da região, que frequentemente experimenta esses fenômenos, e devastou grande parte do Levante do sul. Já antes do terremoto, indicações de declínio podem ser encontradas (HOLDRIDGE *et al.*, 2017), sendo essa uma explicação para a falta de resiliência e, portanto, incapacidade de reconstruir a cidade após 749 EC. Embora certa reconstrução em pequena escala pareça ter ocorrido no centro da cidade, Jerash nunca se recuperou deste terremoto e foi abandonada, ao que parece, alguns decênios após o evento. No período islâmico médio de Ayyubid-Mamluk, ocorreu um reassentamento no local; a natureza do assentamento já era dispersa e pouco tinha a ver com um verdadeiro caráter urbano (LICHTENBERGER; RAJA, 2018b). Quando Seetzen visitou o sítio em 1806 EC, a cidade estava amplamente abandonada, com apenas um reassentamento circassiano, que ocorreu no final do século XIX EC, lançando as bases para a moderna cidade de Jerash, que hoje ocupa a parte oriental da cidade antiga – fato que também dificulta toda investigação arqueológica dessa parte do sítio e região.

O Bairro Noroeste e o Projeto Dinamarquês-Alemão

O Bairro Noroeste é o ponto mais alto da cidade murada e está localizado atrás do imponente santuário de Artemis, que foi construído durante o século II EC (Fig. 6). O Bairro Noroeste cobria uma área de aproximadamente 4 ha, que por

si caracteriza a própria colina, inclinando-se de oeste para leste, tornando essa colina uma característica paisagística de destaque no cenário urbano. A topografia do Bairro Noroeste e sua situação única, bem como o fato de não ter sido feito muito trabalho arqueológico nessa área, lançaram as bases para o “Projeto Dinamarquês-Alemão do Bairro Noroeste de Jerash” (*Danish-German Jerash Northwest Quarter Project*), que começou a explorar a área em 2011 (cf. LICHTENBERGER; RAJA, 2017, aguardando as publicações finais). Um complexo que havia sido investigado no início da década de 1920 foi a famosa “Sinagoga Igreja” (HAENSCH; LICHTENBERGER; RAJA, 2016). Este complexo era uma sinagoga construída em uma casa do período romano anterior. Mais tarde, no decorrer do século VI EC, a sinagoga foi transformada em igreja. Desde a publicação deste complexo, apenas algumas sondagens foram realizadas na área, deixando-nos quase sem nenhuma informação sobre o padrão geral de assentamento na colina (CLARK; BOWSER, 1986). Entre outras coisas, a pergunta sobre por que e como a sinagoga foi transformada em igreja tem intrigado os estudiosos há décadas, já que muitas vezes não encontramos tais apropriações de edifícios religiosos por outras comunidades religiosas. Nossa pesquisa sugere agora que a transformação da sinagoga em uma igreja ocorreu sob o imperador Justiniano em 531/530 EC e estava relacionada a uma unidade militar chamada *Electi Iustiniani*.

Seis campanhas de trabalho de campo (2011-2016) foram realizadas pelo projeto e as informações coletadas foram publicadas em extensos relatórios preliminares no *Annual of the Department of Antiquities, Amman, Jordania* (LICHTENBERGER; RAJA, 2012; KALAITZOUGLOU *et al.*, 2012; LICHTENBERGER *et al.*, 2013; KALAITZOUGLOU *et al.*, 2013; LICHTENBERGER *et al.*, 2014; KALAITZOUGLOU *et al.*, 2014; LICHTENBERGER *et al.*, 2015; KALAITZOUGLOU *et al.*, 2015). Além disso, uma série de artigos de síntese foi publicada sobre vários aspectos do desenvolvimento do Bairro Noroeste e as maneiras pelas quais eles nos fornecem informações sobre a organização geral e o uso do espaço na cidade ao longo do tempo¹⁸¹.

Pelo trabalho realizado, fica claro que o Bairro Noroeste estava densamente povoado nos períodos romano, bizantino e islâmico e que o devastador terre-

181 Cf. <https://projects.au.dk/internationaljerashexcavation/publicações-apresentações-e-imprensa/publicações> (acesso em 2 de junho de 2019).

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

moto de 749 EC interrompeu a vida nesta parte da cidade. Levou até pelo menos o período islâmico (século XI EC) para que a área da colina retomasse as ocupações na forma de muitas casas, uma das quais é bastante monumental e fica no topo do Bairro Noroeste, indicando que ela pode ter tido uma função importante (LICHTENBERGER; RAJA, 2018b). Embora o período romano tenha rendido menos material, agora também está claro que complexos monumentais foram construídos no topo da colina, incluindo uma cisterna, que serviu de suestrutura para um grande edifício, que parece ter sido destruído no século III EC (veja abaixo). Além disso, a maior cisterna da cidade também está localizada no Bairro Noroeste, no lado sul da colina (Fig. 8).

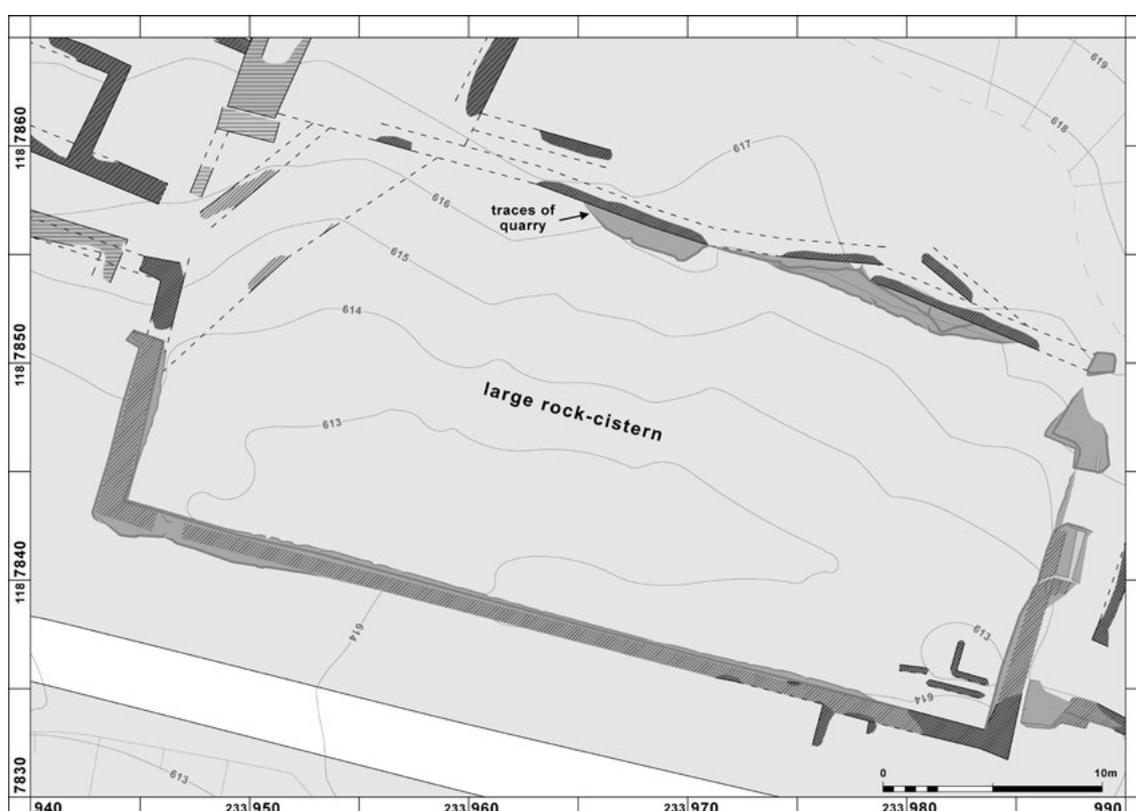


Fig. 8 – Plano da cisterna na encosta sul do bairro noroeste de Jerash

Fonte: Projeto dinamarquês-alemão Jerash Northwest Quarter, sob coordenação de Achim Lichtenberger e Rubina Raja.

Essa estrutura, medindo aproximadamente 40 m × 18 m em sua fase inicial, também data do período romano, indicando que o gerenciamento da água foi realizado por volta do século II EC (veja abaixo). Os canos de água em locais estratégicos indicam que o sistema de gerenciamento de água já era extenso. No entanto, alguns dos monumentos do período romano na colina parecem ter sido, por um lado, fechados em algum ponto do século III EC, e, por outro, amplamente reutili-

COMPREENENDO OS RECURSOS HÍDRICOS DE UMA CIDADE DA TRANSJORDÂNIA

zados, reconstruídos e reestruturados nos séculos seguintes, de modo que permanece difícil ter uma impressão geral de como o Bairro Noroeste seria no período romano (LICHTENBERGER; RAJA, 2015a, 2015b). Os períodos romano-tardio e bizantino renderam mais informações e geralmente apresentam ocupação do início do período islâmico. Entre alguns dos complexos mais interessantes que vieram à luz, um grande salão coberto de mosaicos, incluindo inscrições dos doadores do edifício, que eram forças especiais do imperador Justiniano, obviamente estavam estacionadas em Jerash para manter a lei e ordem romana durante o século VI EC (HAENSCH; LICHTENBERGER; RAJA, 2016) (Fig. 9).

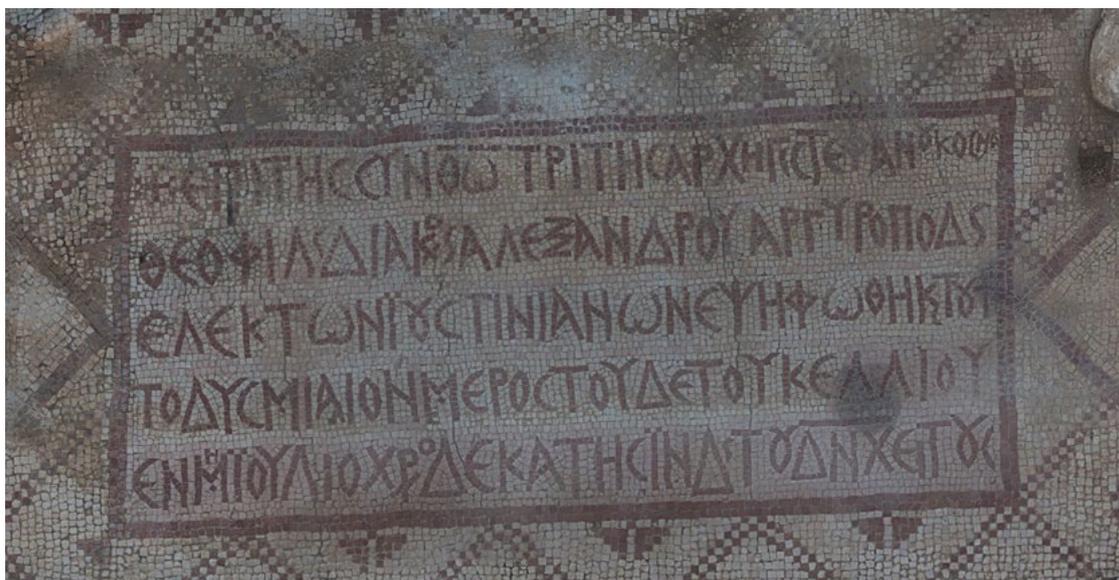


Fig. 9 – Inscrição em mosaico do Bairro Noroeste de Jerash mencionando Electi Iustiniani.

Fonte: Projeto dinamarquês-alemão Jerash Northwest Quarter, sob coordenação de Achim Lichtenberger e Rubina Raja.

É interessante salientar que essa unidade romana militar especialmente era desconhecida até agora; além disso, a estreita conexão entre a chamada Sinagoga-Igreja e o salão de mosaicos indica que essas forças especiais podem ter algo a ver com a conversão da sinagoga em uma igreja. Isso abre uma nova compreensão da história de Jerash na Antiguidade Tardia, onde os militares romanos obviamente tiveram um papel maior do que se assumiu até o momento. Contudo, restos do período islâmico inicial também forneceram informações sobre a continuidade de tradições, técnicas e traços culturais dos períodos romano e bizantino, por um lado, e, por outro, sobre o que as mudanças de governo trouxeram, amparados pelas evidências das moedas encontradas na chamada “Casa do Pergaminho” no “Terraço Leste” no Bairro Noroeste (LICHTENBERGER; RAJA *et al.*, 2016) (Fig. 10).



Fig. 10 – Jerash, Northwest Quarter, vala K (“casa do pergaminho”) do sudeste

Fonte: Projeto dinamarquês-alemão Jerash Northwest Quarter, sob coordenação de Achim Lichtenberger e Rubina Raja.

O Terraço Leste revelou uma série de casas destruídas pelo terremoto, que foram todas devastadas em 749 EC, e desde então não foram tocadas. Essa situação pode ser comparada com a de lugares como Pompéia e Herculano, onde estão sendo escavados contextos com esse grau de preservação, situações que os arqueólogos nem sempre encontram. Em uma das casas, foi possível observar uma reforma contínua dos pisos e paredes, fornecendo novas informações importantes sobre a organização das oficinas de mosaicos na cidade (LICHTENBERGER; RAJA, 2017b).

As escavações no Bairro Noroeste de Jerash são realizadas com as mais avançadas técnicas modernas. Uma prospecção geofísica não invasiva e um levantamento de toda a superfície permanecem precedendo as escavações, que ocorreram em áreas cuidadosamente selecionadas (KALAITZOGLOU *et al.*, 2012). A documentação e o processamento são cruciais para qualquer projeto arqueológico e, portanto, fazemos documentação analógica e digital, além de um extenso programa de amostragem de todos os tipos de materiais. Essas amostras são

COMPREENDENDO OS RECURSOS HÍDRICOS DE UMA CIDADE DA TRANSJORDÂNIA

analisadas quanto à datação e composição e contribuem para uma melhor compreensão do sítio arqueológico e sua cultura material. Em um caso, a tomografia computadorizada foi aplicada em um rolo de prata para desdobrar e decifrar digitalmente os que estava escrito sem abrir o objeto frágil (BARFOD *et al.*, 2015; LARSEN *et al.*, 2016) (Fig. 11).

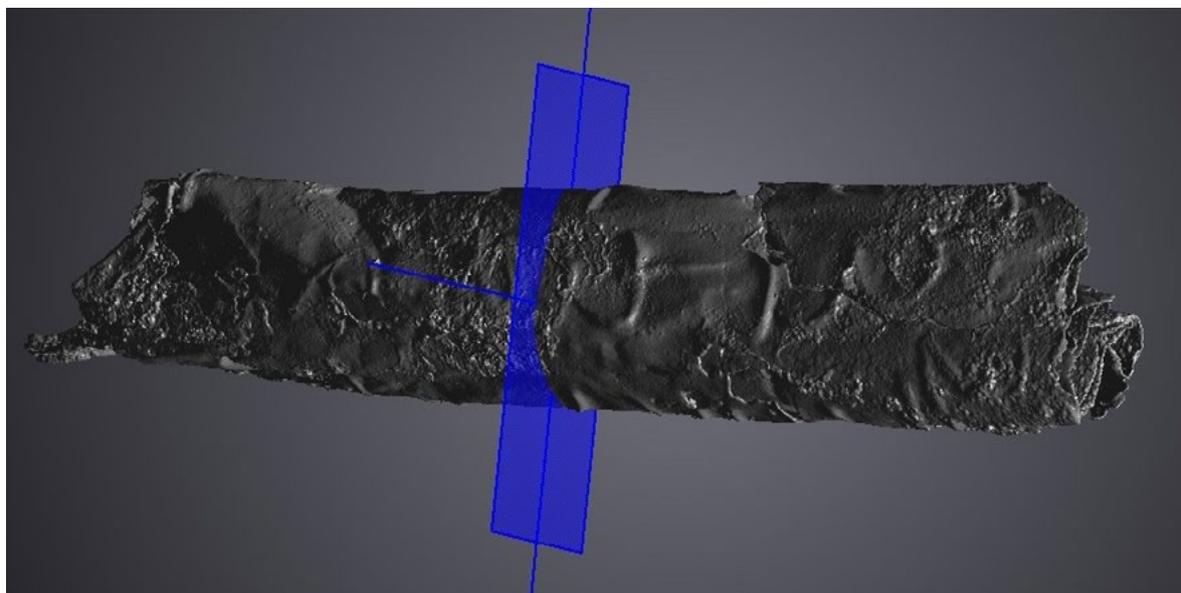


Fig. 11 – Tomografia computadorizada de pergaminho de prata dobrado

Fonte: Projeto dinamarquês-alemão Jerash Northwest Quarter, sob coordenação de Achim Lichtenberger e Rubina Raja.

Embora o Bairro Noroeste, em muitos aspectos, pareça não convencional da perspectiva urbana tradicional, quando as investigações foram iniciadas, mostrou-se de profundo interesse para a compreensão geral do desenvolvimento de Gerasa/Jerash e região.

O projeto dinamarquês-alemão analisa, assim, a história dos assentamentos do Bairro Noroeste. Mas esse histórico de assentamentos não é apenas investigado como o histórico de assentamentos de um bairro periférico de Gerasa/Jerash; é tomado como base e como um estudo de caso, que fornece informações importantes para o entendimento estrutural geral da cidade no Oriente Médio. Em todas as áreas escavadas, não é apenas o histórico de assentamentos de um local restrito que investigamos, mas nos ocupamos também do quadro geral. Assim, o trabalho no Bairro Noroeste teve um grande impacto em nossa compreensão da organização geral e a topografia urbana da cidade romana. Trincheiras escavadas nas encostas norte do bairro provaram que o chamado Decumanus do Norte, uma das principais rotas cívicas, não continuava muito além do teatro norte, a oeste (Fig. 12).

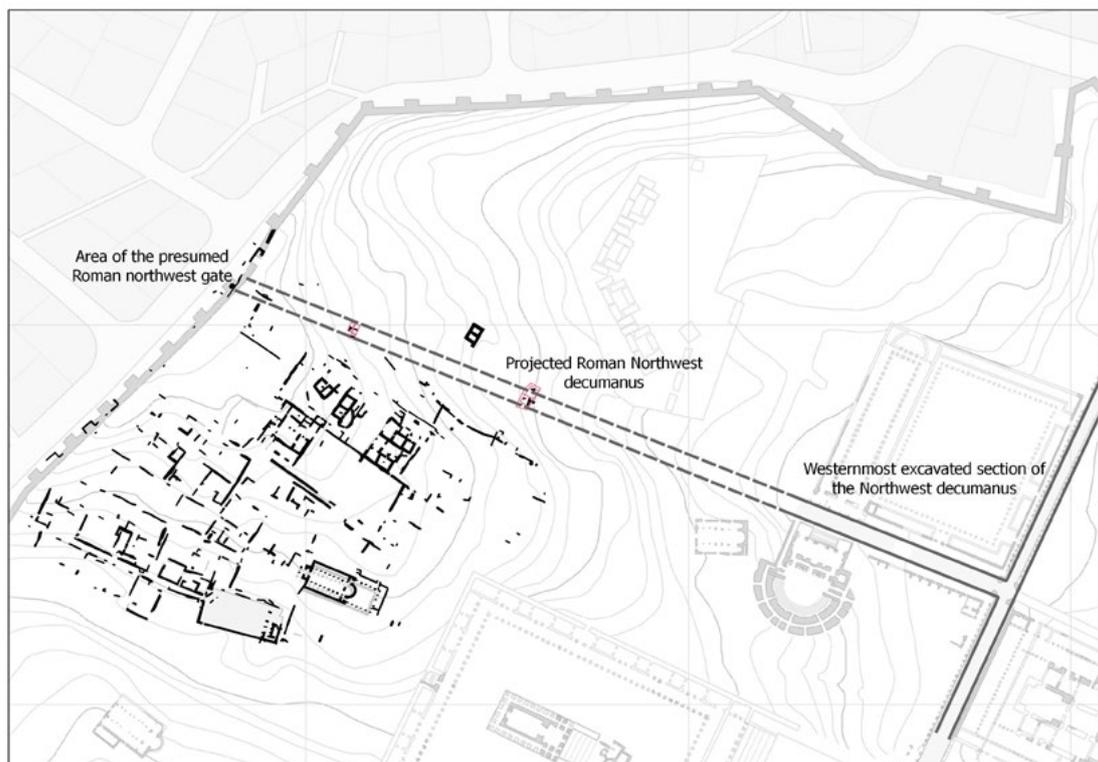


Fig. 12 – Projeção do possível curso de decumanus norte na direção oeste

Fonte: Projeto dinamarquês-alemão Jerash Northwest Quarter, sob coordenação de Achim Lichtenberger e Rubina Raja.

Isso mostra que a cidade romana foi planejada de forma otimista demais e nunca foi concluída (LICHTENBERGER; RAJA, 2015a). É, portanto, um testemunho impressionante de como uma cidade romana no Oriente pretendia embelezar sua paisagem urbana e como as restrições econômicas e geográficas estabeleceram limites para a realização de tais intenções.

Abastecimento de Água como Estudo de Caso

A água é um dos recursos básicos necessários para sustentar a vida (para a região, ver BIENERT; HÄSER, 2004; OHLIG, 2008. Para Gerasa / Jerash, cf. SEIGNE, 2004; SEIGNE, 2008; LICHTENBERGER; RAJA, 2016; BOYER, 2016a; BOYER, 2016b; STOTT *et al.*, 2018). Situações urbanas de todos os tipos apresentam desafios particulares quando se trata da gestão da água. Nas cidades, as pessoas estão reunidas sem necessariamente estarem conectadas de forma direta umas às outras. No entanto, elas ainda precisam compartilhar recursos. Nesse contexto, a gestão da água ainda desempenha um papel central nas relações entre os habitantes da cidade, assim como desempenhou no passado.

COMPREENDENDO OS RECURSOS HÍDRICOS DE UMA CIDADE DA TRANSJORDÂNIA

A água pode vir de uma nascente, ser coletada como água de escoamento em cisternas ou trazida para o assentamento por meio de aquedutos. Água para beber e preparar alimentos, bem como água para fins de higiene e produção, era essencial. Os complexos de banhos, por exemplo, as organizações centrais que sustentavam a saúde higiênica na antiguidade, afastando doenças e epidemias, exigiam grandes quantidades de água corrente fresca para sua eficiência (LEPAON, 2008). No período romano, esses banhos eram muitas vezes públicos e o abastecimento ocorria por meio de uma intensa e extensa gestão pública dos recursos hídricos, na qual o governo cívico investia fortemente. Mais tarde, no início do período islâmico, quando os hábitos de banho mudaram, as estruturas diminuíram e, em muitos casos, tornaram-se particulares e incorporadas à arquitetura das casas particulares. No entanto, a gestão geral da água ainda precisava ser mantida através de um processo comunitário que envolvia a sociedade urbana e seus vários níveis sociais. Processos de produção de, por exemplo, azeite, vinho e têxteis também exigiam uma grande quantidade de água, como seria presumível em uma produção agrícola (um exemplo impressionante é a pedra movida à água – SEIGNE, 2002).

Todas essas atividades poderiam ocorrer dentro dos espaços urbanos e fora da cidade. Além disso, instalações extensivas para escoar águas residuais eram essenciais. Os esgotos, através dos quais corriam todas as águas residuais das casas e complexos públicos da cidade, eram essenciais para manter a gestão dos resíduos nos espaços urbanos. Por último, mas não menos importante, a água também era simplesmente usada para consumo conspícuo. Os jardins urbanos podiam ser luxuosamente decorados com piscinas e fontes, assim como nos espaços públicos e santuários. Localizado na estrada principal, o Ninfeu de Gerasa é um bom exemplo (Fig. 13) (KRAELING, 1938).



Fig. 13 – Nymphaion de Gerasa.

Fonte: Projeto dinamarquês-alemão Jerash Northwest Quarter, sob coordenação de Achim Lichtenberger e Rubina Raja.

Esses depósitos e piscinas ajudariam a refrescar os espaços públicos nos verões quentes e os tornariam adequados para recreação urbana. Por todas essas razões, as evidências para o gerenciamento da água em contextos arqueológicos não são apenas evidências de gerenciamento de recursos, mas também uma maneira de abordar as maneiras pelas quais o recurso foi manejado e o que isso pode nos dizer a respeito da organização geral da sociedade. Questionamentos sobre como os recursos hídricos foram administrados, se publicamente ou se cabia a um único agregado familiar, ou mesmo um proprietário de terreno, podem ser discutidos com base nas evidências arqueológicas. Independentemente da maneira com que os recursos hídricos foram gerenciados, a conclusão é que o gerenciamento da água era essencial para que os espaços urbanos permanecessem habitáveis e as pessoas se mantivessem vivas; assim, os vestígios do gerenciamento da água nos dizem muito sobre as maneiras pelas quais as sociedades antigas se organizaram nesse espaço.

Ao longo das escavações arqueológicas empreendidas pelo Projeto Dinamarquês-Alemão do Bairro Noroeste de Jerash, foram encontradas evidências arqueológicas para o gerenciamento da água ao longo dos séculos. Desde os primeiros períodos estabelecidos no tempo dos romanos, perpassando as camadas

COMPREENDENDO OS RECURSOS HÍDRICOS DE UMA CIDADE DA TRANSJORDÂNIA

medievais encontradas no Bairro Noroeste, as instalações de gerenciamento e armazenamento de água foram de extrema importância. É claro que isso não é uma surpresa. No entanto, a interpretação de tais instalações podem ser desafiadora. Como essas instalações devem ser entendidas e que tipo de organização social elas expressam? As mudanças nas instalações hídricas implicam mudanças na sociedade? Ou, melhor, mudanças na acessibilidade aos recursos hídricos poderiam ser expressões de flutuações nos fluxos de água ao longo do tempo, por exemplo? Essas são questões que permeiam os trabalhos.

Água para Gerasa/Jerash

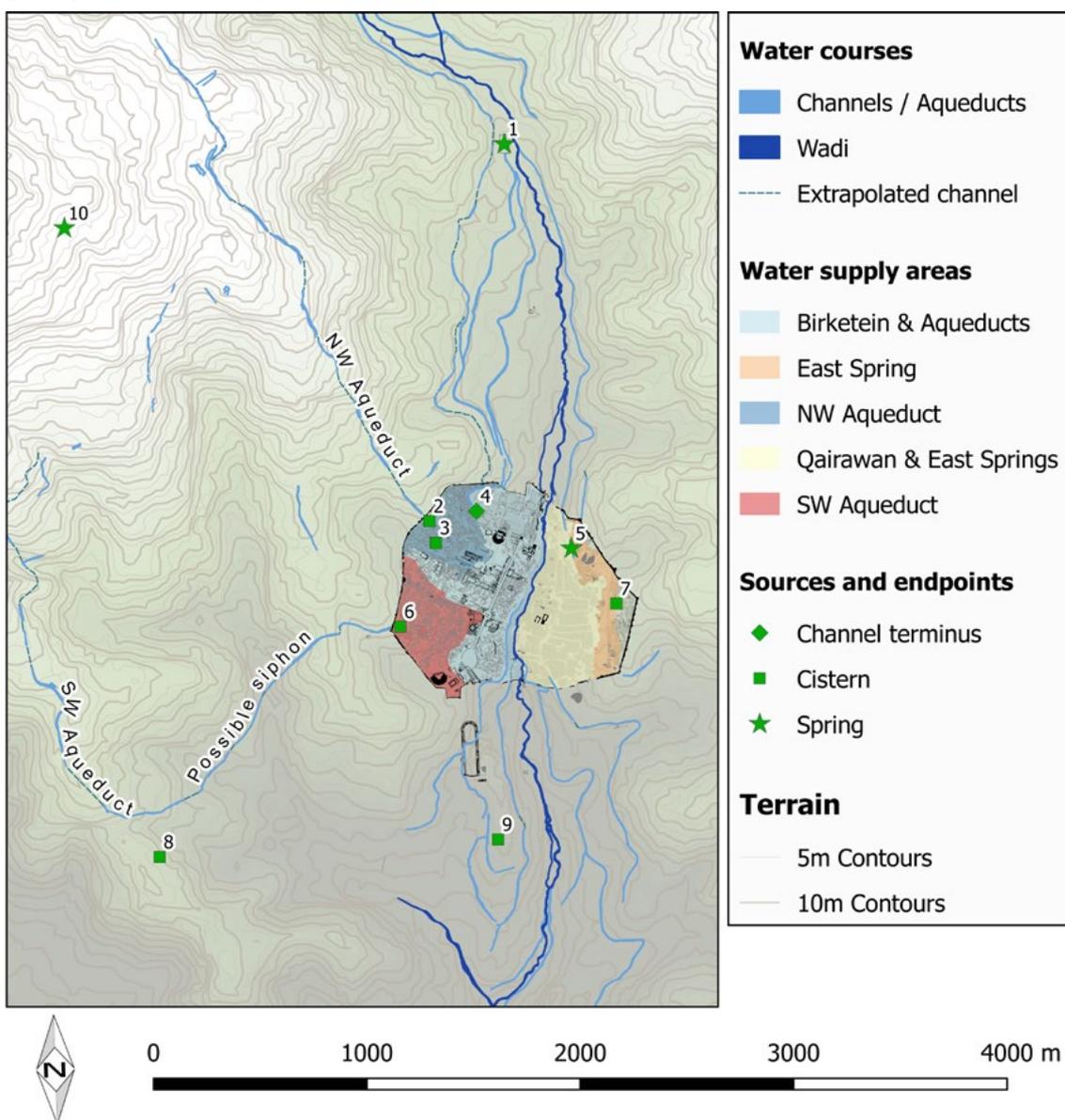


Fig. 14 – Abastecimento de água de Gerasa

Fonte: Projeto dinamarquês-alemão Jerash Northwest Quarter, sob coordenação de Achim Lichtenberger e Rubina Raja

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

Gerasa estava situada em um rio, o Chrysorrhoas, ou Rio do Ouro (veja LICHTENBERGER, 2019), que cortava a cidade em duas partes e percorria a paisagem urbana em um barranco profundo. A água do rio certamente teria alimentado várias das estruturas monumentais da cidade, tais como os banhos orientais. Através do trabalho de Don Boyer e nosso sensoriamento remoto, temos algumas informações sobre como a água de fontes mais distantes foi trazida para a antiga Gerasa (BOYER, 2016a; BOYER, 2016b; STOTT *et al.*, 2018) (Fig. 14). A 8 km do local, localizava-se o início do rio, onde fica a moderna Vila de Suf. Ali, fontes ainda fluem, porém, na antiguidade, devem ter tido muito mais força.



Fig. 15 – Tubo e canal de pressão da água no local no bairro noroeste de Jerash

Fonte: Projeto dinamarquês-alemão Jerash Northwest Quarter, sob coordenação de Achim Lichtenberger e Rubina Raja.

COMPREENENDO OS RECURSOS HÍDRICOS DE UMA CIDADE DA TRANSJORDÂNIA

Na área ao redor de Suf também está localizada uma série de outras fontes, podendo algumas delas ter alimentado o Bairro Noroeste – que poderia, por razões do nível mais alto da topografia, não ter sido alimentado pela água do rio. Ao norte de Jerash, fora dos muros da cidade, havia duas grandes cisternas, hoje chamadas Birketein (“duas cisternas”) que coletavam água do norte antes de ser trazida para a cidade (McCOWN, 1938). A importância cívica deste local de coleta de água é sublinhada por um pequeno teatro e túmulos romanos nas proximidades.

A água que abastecia o Bairro Noroeste teria vindo do oeste e do noroeste. Em várias trincheiras escavadas nos últimos anos, foram encontradas evidências de canos de água que saíam através das muralhas da cidade à direção leste (Fig. 15). Elas podem ter sido conectadas a canos de água que atravessam o Bairro Noroeste no sentido norte-sul, em direção à grande cisterna na parte sul.

A cisterna no lado sul do Bairro Noroeste

A cisterna no lado sul da colina do Bairro Noroeste é a maior cisterna encontrada até agora em Gerasa (LICHTENBERGER et al. 2015; LICHTENBERGER; RAJA, 2018c, p. 149-150) (Fig. 16). Ela mede aproximadamente 40 m×18 m e foi cortada diretamente no leito de calcário macio. Investigações, tanto arqueológicas quanto químicas, mostraram que essa cisterna estava em uso a partir do período romano.

Tal constatação indica que uma atividade extensa já deveria ter ocorrido no Bairro Noroeste neste momento, uma vez que, de outra forma, essa intensa gestão do abastecimento de água não seria necessária. É provável que a construção da cisterna no início do século II EC esteja relacionada à expansão urbana de Gerasa, ocorrida durante os reinados dos imperadores Trajano e Adriano e, portanto, o Bairro Noroeste reflete esse esforço de construção. Ademais, vestígios de pedreiras encontrados em várias trincheiras escavadas no Bairro Noroeste provavelmente estão relacionados ao amplo desenvolvimento urbano que ocorreu, principalmente no centro da cidade (LICHTENBERGER; RAJA, 2018c, p. 148-149).

Os exames mostram que a cisterna era mantida e reparada continuamente (Fig. 17). Algumas vezes, novas camadas de argamassa hidráulica foram espalhadas em espessas camadas no interior de toda a cisterna, a fim de mantê-la impermeável e garantir a manutenção da qualidade da água. Isso foi feito até a cisterna, no pe-

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

río do romano tardio, desabar sobre uma caverna natural. No entanto, ela deve ter sido importante para sustentar a vida nesta parte da cidade, tendo em vista que a caverna natural foi transformada em cisterna e usada para coleta de água, enquanto a antiga área da cisterna maior foi usada para fins domésticos. Somente mais tarde, no século VII EC, o bairro doméstico, para ter esgotada a capacidade da cisterna, preencheu-a propositalmente com entulho, inutilizando-a. Muito esforço, no entanto, parece ter sido feito para manter a cisterna em um nível em que pudesse ser usada como reservatório de água pelo maior tempo possível. Essa organização de manter a cisterna ao longo de séculos deve ter sido um esforço conjunto, envolvendo numerosas pessoas e instituições cívicas ao longo dos tempos.

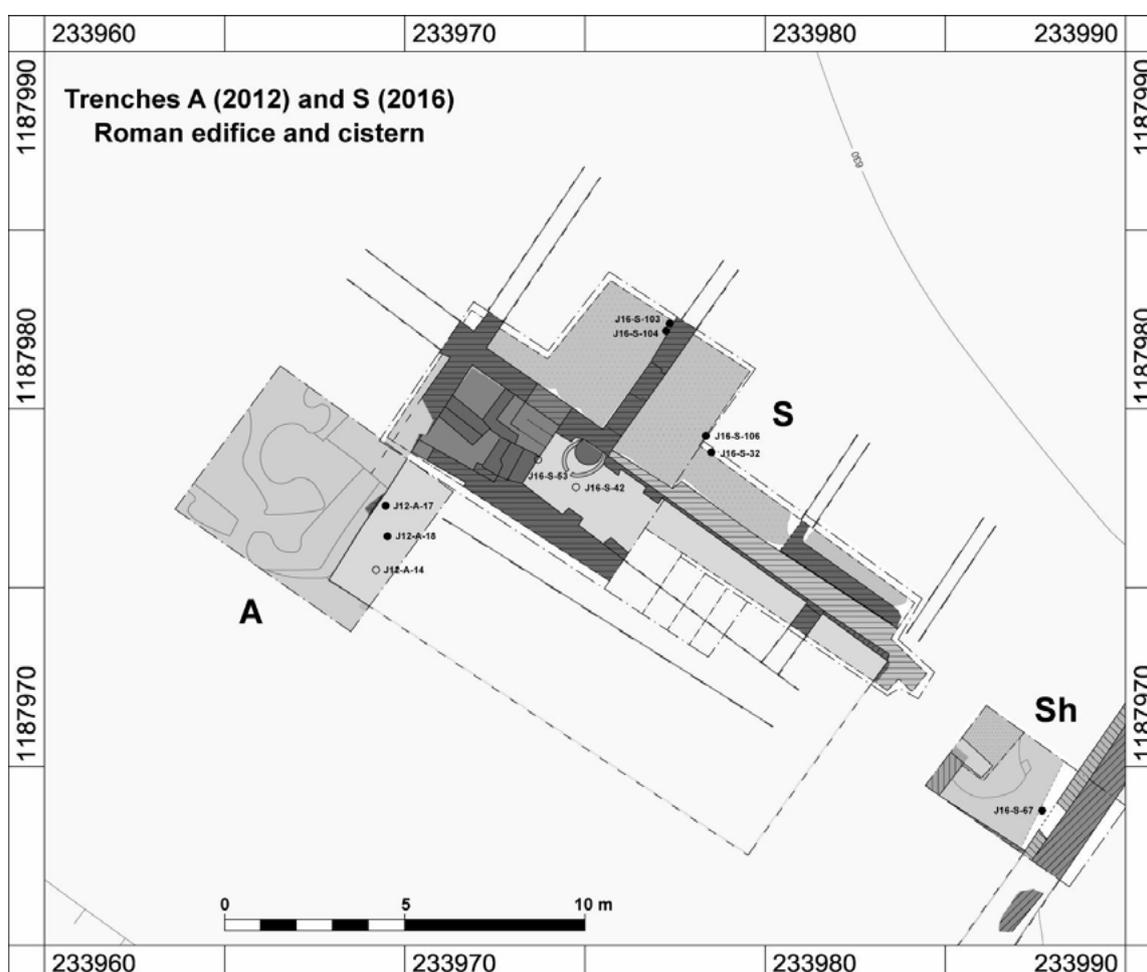


Fig. 16 – Planta da cisterna no topo da colina do bairro noroeste de Gerasa
Fonte: Projeto dinamarquês-alemão Jerash Northwest Quarter, sob coordenação de Achim Lichtenberger e Rubina Raja.

Os dados instigam o pensamento. Quem teria decorado a escadaria que levava a um reservatório de água tão generosamente? É bem provável que a cisterna tenha pertencido a um complexo monumental romano maior, cuja função e

COMPREENDENDO OS RECURSOS HÍDRICOS DE UMA CIDADE DA TRANSJORDÂNIA

forma ainda precisam ser explorados. A cisterna, medindo aproximadamente 20 m de leste a oeste e 14 m de norte a sul, foi rapidamente preenchida e de forma contínua em algum momento do século III EC, como mostram as datações do carbono 14 (14C).



Fig. 17 – Cisterna no topo da colina do bairro noroeste de Gerasa, a leste
Fonte: Projeto dinamarquês-alemão Jerash Northwest Quarter, sob coordenação de Achim Lichtenberger e Rubina Raja.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

O preenchimento da cisterna ocorreu deliberadamente e foi realizado conscientemente com várias camadas de material de preenchimento, incluindo camadas homogêneas preenchidas com pedras dos mesmos tamanhos, por exemplo. Entre algumas dessas camadas de preenchimento homogêneas, foi encontrado muito material quebrado, incluindo pinturas de parede de alta qualidade (Fig. 18), fragmentos de esculturas em mármore e fragmentos arquitetônicos, incluindo colunas em estuque. Parece que o enchimento intencional e rápido dessa cisterna pode ter acontecido como resultado ou na sequência de um incidente repentino e potencialmente violento. Nunca houve uma nova cisterna nesta área após o fechamento da cisterna de alta qualidade. A função desse complexo em uma posição de destaque em Gerasa continuará a ser explorada com mais detalhes nas ações futuras do projeto.



Fig. 18 – Pinturas na parede da cisterna no topo da colina do bairro noroeste de Gerasa
Fonte: Projeto dinamarquês-alemão Jerash Northwest Quarter, sob coordenação de Achim Lichtenberger e Rubina Raja.

Canais e cisternas de água em casas islâmicas

No Terraço Oriental do Bairro Noroeste, uma série de casas islâmicas antigas foram escavadas (veja acima) (LICHTENBERGER; RAJA, 2018c, p. 158-161). Elas foram devastadas pelo terremoto de 749 EC e nunca foram tocadas desde então, até que as escavações científicas começaram a ocorrer. Essas casas, que não foram totalmente escavadas, produziram abundantes evidências para o gerenciamento da água desse período até o terremoto. Enquanto os períodos romano e bizantino parecem mostrar evidências que apontam na direção de grandes instalações de gerenciamento de água, como cisternas em espaços públicos ou em conexão com grandes estruturas, como a que fica no topo da colina, as primeiras casas islâmicas mostram diferentes tipos de instalações.

COMPREENDENDO OS RECURSOS HÍDRICOS DE UMA CIDADE DA TRANSJORDÂNIA

Estes parecem ter sido conectados a grandes canais de água que correm ao longo da encosta da colina. Dentro das próprias casas também foram encontradas cisternas fechadas. Uma delas estava conectada a uma instalação no telhado de uma casa, onde a água da chuva era coletada e levada para a cisterna. Tais instalações mostram que a água foi gerenciada cuidadosamente e que todos os tipos de água foram considerados importantes para a coleta. Desde então, as grandes (e possivelmente públicas) cisternas do topo da colina e na encosta sul caíram em desuso, e ao que tudo indica um armazenamento de água mais descentralizado em cisternas privadas entrou em prática.

Abastecimento de água no período islâmico intermediário

Durante as escavações, algumas estruturas do período Aiúbida-Mameluco foram escavadas (LICHTENBERGER; RAJA, 2018b). Entre eles, havia um monumental edifício retangular no topo da colina. Até agora, nenhuma evidência de abastecimento de água nessas estruturas islâmicas foi encontrada. Pelo contrário, uma grande cisterna anterior, escavada na área C, foi deliberadamente preenchida pelos ocupantes do período Aiúbida-Mameluco na área, não sendo reutilizada (KALAITZOGLOU *et al.*, 2013). Ainda não se sabe como a aldeia islâmica se abastecia de água. Esta continua sendo uma questão de pesquisa para os próximos anos.

Conclusão

O que a gestão da água diz sobre a estrutura da vida urbana?

Os poucos exemplos descritos acima decorrem de diferentes períodos da vida urbana em Gerasa/Jerash e variam em tipo, tamanho e finalidade. No entanto, o que todos eles têm em comum é que fizeram parte da manutenção da vida urbana no assentamento ao longo de séculos e tornaram a paisagem urbana habitável. Essas instalações mostram claramente a importância da água e como ela foi gerenciada extensivamente ao longo do tempo. Além disso, quando se observa na longa duração, também fica evidente que ocorreram mudanças nas maneiras de gerenciar a água. Essas mudanças podem ter sido o resultado de uma variedade de fatores, como mudanças naturais ou nas fontes e fluxos de água, ou, ainda, outras maneiras pelas quais a comunidade foi organizada. O foco maior em cisternas internas e coleta de água dos telhados na antiguidade

tardia, por exemplo, indicam que a água dentro das casas foi administrada de maneira menos centralizada nos períodos bizantino e islâmico, se compararmos ao suprimento centralizado de água da cidade romana.

Agradecimentos

Agradecemos ao Prof. Dr. Marcio Teixeira-Bastos pelo convite e tradução do texto para o português, suas comunicações com a Dinamarca, assim como ao Prof. Dr. Vagner Carvalheiro Porto pelo cordial tratamento. Especialmente, a ambos e à Profa. Dra. Juliana Figueira da Hora pela visita no Institut für Klassische Archäologie und Christliche Archäologie em Münster, Alemanha.

Referências

AL-NAHAR, M. The Neolithic Site of Tell Abu Suwwan in Jerash, Jordan. In: Lichtenberger A. e Raja R. (eds.) *The Archaeology and History of Jerash: 110 Years of Excavations*, Jerash Papers. Vol. 1. Turnhout: Brepols, 2018, pp. 7-14.

BAKER F.; Kennedy D. Jarash Hinterland Survey 2010: An Overview of the Results. *ADAJ* 55, 2011, pp. 451-466.

BARFOD, G. H.; LARSEN, J. M.; LICHTENBERGER, A. E RAJA, R. Revealing text in a complexly rolled silver scroll from Jerash with computed tomography and advanced imaging software. *Scientific Reports* 5: 17765, 2015. <<http://www.nature.com/articles/srep17765>>

BIENERT, H-D.; HÄSER J. (eds.) Men of dikes and canals. The archaeology of water in the Middle East. International symposium held at Petra, Wadi Musa (H.K. of Jordan) 15-20 June, 1999. *Orient-Archäologie Band* 13. Rahden: Verlag Marie Leidorf, 2004.

BIETENHARD, H. Die syrische Dekapolis von Pompeius bis Trajan. In: Temporini, H. e HAASE, W. (eds.) *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt* II.8. Berlin, 1977, pp. 220-226.

BOYER, D. D. Aqueducts and birkets: New evidence of the Water Management System Servicing Gerasa (Jarash), Jordan. In: *Proceedings of the 9th International Congress on the Archaeology of the Ancient Near East*. Wiesbaden, 2016a, pp. 517-531.

BOYER, D. D. The Jarash Water Project 2015 Report on the Third Field Season. *ADAJ* 59, 2016b, pp. 369-381.

CLARK, V.; BOWSER, J. A note on the soundings in the Northwestern Quarter of Jerash. In: ZAYADINE F. (ed.) *Jerash Archaeological Project 1981-1983*. Amman: The Department of Antiquities of Jordan, 1986, pp. 343-49.

CROWFOOT, J. W. The Christian Churches. In: KRAELING, C. H. (ed.) *Gerasa: City of the Decapolis*. New Haven: American Schools of Oriental Research, 1938, pp. 171-262.

GATIER, P-L. Nouvelles inscriptions de Gerasa. *Syria* 62, 1985, pp. 297-312.

HAENSCH, R.; LICHTENBERGER, A.; RAJA, R. Christen, Juden und Soldaten im Gerasa des 6. Jahrhunderts. *Chiron* 46, 2016, pp. 177-204.

COMPREENENDO OS RECURSOS HÍDRICOS DE UMA CIDADE DA TRANSJORDÂNIA

HOLDRIDGE, G.; KRISTIANSEN, S. M.; LICHTENBERGER, A.; RAJA, R.; SIMPSON, I. A. *City and Wadi: Exploring the Environs of Jerash*. Antiquity Project Gallery 91.358, 2017, e7.

KALAITZOGLOU, G.; KNISS, R.; LICHTENBERGER, A.; PILZ, D.; RAJA, R. Report on the geophysical prospection of the Northwest quarter of Gerasa/Jarash 2011. *ADAJ* 56, 2012, pp. 79-90.

KALAITZOGLOU, G.; LICHTENBERGER, A.; RAJA, R. Preliminary Report of the Second Season of the Danish-German Jarash Northwest Quarter Project 2012, *ADAJ* 57, 2013, pp. 57-79.

KALAITZOGLOU, G.; LICHTENBERGER, A.; RAJA, R. The Danish-German Jarash North-West Quarter Project 2013: Preliminary Field Report, *ADAJ* 58, 2014, pp. 11-37.

KALAITZOGLOU, G.; LICHTENBERGER, A.; RAJA, R. Preliminary Report on the Fourth Season of the Danish-German Jarash Northwest Quarter Project 2014. *ADAJ* 59, 2015, pp. 11-43.

KEHRBERG, I.; OSTRASZ, A. A. Ancient Burials at the Hippodrome of Gerasa/Jarash. *ADAJ* 58, 2017, pp. 181-218.

KEHRBERG-OSTRASZ, I.; MANLEY, J. *The Jarash City Walls Project. Excavations 2001-2003: Final Report*. Sydney: The University of Sydney, Fisher Library, 2019.

KENNEDY, D. Settlement in the Jarash Basin and its Wider Context: A Proposal for Fieldwork and a Re-search Project to Interpret and Explain Settlement and Landuse in North-West Jordan. *SHAJ* 8, 2004, pp. 197-215.

KENNEDY, D. *Gerasa in the Decapolis: A 'Virtual Island' in Northwest Jordan*. London: Duckworth, 2007.

KRAELING, C. H. *Gerasa: City of the Decapolis*. New Haven: American Schools of Oriental Research, 1938.

LARSEN, J. M.; LICHTENBERGER, A.; RAJA, R. An Umayyad Period Magical Amulet from a Domestic Context in Jerash, Jordan. *Syria* 93, 2016, pp. 369-386.

LEPAON, T. Les édifices balnéaires de Gerasa de la Décapole: Premières observations. *Syria* 85, 2008, pp. 51-70.

LICHTENBERGER, A. *Kulte und Kultur der Dekapolis: Untersuchungen zu numismatischen, archäologischen und epigraphischen Zeugnissen*. Abhandlungen des Deutschen Palästina-Vereins 29. Wiesbaden, 2003.

LICHTENBERGER, A. The First Jewish Revolt as Reflected on the City Coins of the Southern Levant. *INR* 13, 2018, pp. 121-138.

LICHTENBERGER, A. Antiochia at the Chrysorrhoeas: Gerasa, but which river? *Syria* 96, 2019, no prelo.

LICHTENBERGER, A.; LINDROOS, A.; RAJA, R.; HEINEMEIER, J. Radiocarbon analysis of mortar from Roman and Byzantine water management installations in the Northwest Quarter of Jerash, Jordan. *Journal of Archaeological Sciences: Reports* 2, 2015, pp. 114-27.

LICHTENBERGER, A.; RAJA, R. Preliminary report of the first season of the Danish-German Jarash Northwest Quarter Project 2011. *ADAJ* 56, 2012, pp. 231-239.

LICHTENBERGER, A.; RAJA, R. New archaeological research in the Northwest Quarter Jerash and its implications for urban development of Roman Gerasa. *AJA* 119, 2015a, pp. 483-500.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

LICHTENBERGER, A.; RAJA, R. An architectural block with altar-iconography from the Northwest quarter of Jerash. *Levant* 47: 1, 2015b, pp. 112-130.

LICHTENBERGER, A. RAJA, R. Intentional cooking pot deposits in Late Roman Jerash (Northwest Quarter). *Syria* 92, 2015c, pp. 309-238.

LICHTENBERGER, A.; RAJA, R. Living with and on the river-side: The example of Roman Antioch-on-the-Chrysorroas-formerly-called-Gerasa. In: J. K. MADSEN, N. O. ANDERSEN e I. THUESEN (Eds.) *Water of Life*. Proceedings of the Danish Institute in Damascus 11. Copenhagen, 2016, pp. 98-111.

LICHTENBERGER, A. *et al.* A newly excavated private house in Jerash: Reconsidering aspects of continuity and change in material culture from Late Antiquity to the early Islamic period. *Antiquité Tardive* 24, 2016, p. 317-359.

LICHTENBERGER, A.; RAJA, R. (eds.) *Gerasa/Jerash: from the urban periphery*. Aarhus: Fællestrykkeriet AUTRYK, 2017a.

LICHTENBERGER, A.; RAJA, R. Mosaicists at work: the organisation of mosaic production in Early Islamic Jerash. *Antiquity* 91, 358, 2017b, pp. 998-1010.

LICHTENBERGER, A.; RAJA, R. (eds.) *The Archaeology and History of Jerash: 110 Years of Excavations*. Jerash Papers 1. Turnhout: Brepols, 2018a.

LICHTENBERGER, A.; RAJA, R. (eds.) *Middle Islamic Jerash (9th Century – 15th Century): Archaeology and History of an Ayyubid-Mamluk Settlement*. Jerash Papers 3. Turnhout: Brepols, 2018b.

LICHTENBERGER, A.; RAJA, R. A View of Gerasa/Jerash from its Urban Periphery: The Northwest Quarter and its Significance for the Understanding of the Urban Development of Gerasa from the Roman to the Early Islamic Period. In: A. LICHTENBERGER e R. RAJA (eds.) *The Archaeology and History of Jerash: 110 Years of Excavations*. Jerash Papers 1. Turnhout: Brepols, 2018c, pp. 143-66.

LICHTENBERGER, A.; RAJA, R. (eds.) *Byzantine and Umayyad Jerash Reconsidered: Transitions, Transformations, Continuities*. Jerash Papers 4. Turnhout: Brepols, 2019a.

LICHTENBERGER, A.; RAJA, R. Defining Borders: The Umayyad-Abbasid Transition and the Earthquake of AD 749 in Jerash. In: A. LICHTENBERGER e R. RAJA (eds.) *Byzantine and Umayyad Jerash Reconsidered: Transitions, Transformations, Continuities*. Jerash Papers 4. Turnhout: Brepols, 2019b, pp. 265-286.

LICHTENBERGER, A.; RAJA, R. *The Chora of Gerasa*. AIAC, 2018, no prelo.

LICHTENBERGER, A.; RAJA, R.; SØRENSEN, A. H. Preliminary Registration Report of the Second Season of the Danish-German Jerash Northwest Quarter Project 2012. *ADAJ* 57, 2013, pp. 9-56.

LICHTENBERGER, A.; RAJA, R.; SØRENSEN, A. H. The Danish-German Jarash Northwest Quarter Project 2013: Preliminary Registration Report. *ADAJ* 58, 2014, pp. 39-103.

LICHTENBERGER, A.; RAJA, R.; SØRENSEN, A. H. The Danish-German Jerash Northwest Quarter Project 2014: Preliminary Registration Report. *ADAJ* 59, 2015, pp. 45-131.

LICHTENBERGER, A.; RAJA, R.; STOTT, D. Mapping Gerasa: a new and open data map of the site. *Antiquity* 93, 367, 2019, e7, pp. 1-7.

COMPREENENDO OS RECURSOS HÍDRICOS DE UMA CIDADE DA TRANSJORDÂNIA

MCCOWN, C. C. The festival theater at the Birketein. In: C. H. KRALING (ed.) *Gerasa: City of the Decapolis*. New Haven: American Schools of Oriental Research, 1938, pp. 159-170.

MICHEL, A. *Les églises d'époque et Umayyade de la Jordanie (provinces d'Arabie et de Palestine), Ve-VIIIe Siècle: Typologie architecturale et aménagements liturgiques*. Turnhout: Brepols, 2011.

OHLIG, C. (ed.) *Cura Aquarum in Jordanien*. Siegburg: Deutsche Wasserhistorische Gesellschaft, 2008.

RAJA, R. *Urban Development and Regional Identity in the Eastern Roman Provinces, 50 BC–AD 250: Aphrodisias, Ephesos, Athens, Gerasa*. Copenhagen: Museum Tusculanum Press, 2012.

SCHUMACHER, G. Dscherasch. *ZDPV* 25, 1902, pp. 109-177.

SEETZEN U. J. *Reisen durch Syrien, Palästina, Phönicien, die Transjordan-Länder, Arabia Petraea und Unter-Aegypten*. 4 Vols. Editado e comentado por F. KRUSE et al. Berlin: G. Reimer, 1854.

SEIGNE, J. De la grotte au périptère : Le sanctuaire de Zeus Olympien à Jérash. *Topoi* 7, 1997, pp. 993-1004.

SEIGNE, J. A sixth century water-powered sawmill at Jerash. *ADAJ* 46, 2002, pp. 205-213.

SEIGNE, J. Remarques préliminaires à une étude sur l'eau dans la Gerasa antique. Men of dikes and canals. The archaeology of water in the Middle East. International symposium held at Petra, Wadi Musa (H.K. of Jordan) 15-20 June, 1999. In: H-D. BIENERT, J. HÄSER, (eds.) *Orient-Archäologie* 13. Rahden: Verlag Marie Leidorf, 2004, pp. 173-185.

SEIGNE, J. Fontaines et adduction d'eau à Gerasa (Jérash, Jordanie). *Syria* 85, 2008, pp. 33-50.

STOTT, D.; KRISTIANSEN, S. M.; LICHTENBERGER, A.; RAJA, R. *Mapping an ancient city with a century of remotely sensed data*. Proceedings of the National Academy of Sciences of the USA 115: 24, 2018.

TSAFRIR, Y.; FOERSTER, G. The dating of the 'Earthquake of the Sabbatical Year' of 749 CE in Palestine. *BSOAS* 55: 2. 1992, pp. 231-235.

WALMSLEY, A. Urbanism at Islamic Jarash: new readings from archaeology and history. In: A. LICHTENBERGER e R. RAJA (eds.) *The Archaeology and History of Jerash: 110 years of excavations*. Turnhout: Brepols, 2018, pp. 241-256.

WALMSLEY, A.; DAMSGAARD, K. The Umayyad Congregational Mosque of Jarash in Jordan and its Relationship to Early Mosques. *Antiquity* 79, 2005, pp. 362-378.

WATTA, S. *Sakrale Zonen im frühen Kirchenbau des Nahen Ostens: Zum Kommunikationspotenzial von Bodenmosaiken für die Schaffung heiliger Räume*. Wiesbaden, 2018.

ZAYADINE, F. (ed.) *Jerash Archaeological Project 1981-1983*. Amman: Department of Antiquities of Jordan, 1986.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO DA ORDEM DÓRICA NA ERA HELENÍSTICA NO MEDITERRÂNEO ORIENTAL

Leonardo Fuduli
*Univesidade de São Paulo,
São Paulo*

Introdução

O uso da ordem dórica na era helenística, tradicionalmente considerada em declínio, pode ser analisado de maneira diferente de acordo com a área geográfica de pertencimento. Considerando o Mediterrâneo Oriental, é possível notar um uso dela em termos de representação do poder como ocorre em Nea Paphos, devido, principalmente, à influência da classe dominante ptolomaica. Por outro lado, sua presença é mais branda nas regiões orientais como Israel, onde elementos de diferentes influências estão presentes, ou Petra, onde os trabalhadores reproduzem os modelos sem compreendê-los profundamente, dando vida a elementos que às vezes são novos.

Na história da arquitetura grega, a era helenística é aquela em que a ordem dórica – que conhecia emprego, experimentação e difusão conspícua nos séculos anteriores – parece sofrer uma redução em grande escala, a tal ponto que, nos estudos, a definição encontrada é de “crise dórica”¹⁸². Esta “crise” deriva não da atividade de um arquiteto em particular, mas de uma mudança nas necessidades construtivas, que provavelmente têm suas premissas no século anterior e cujos motivos são variados.

Segundo Knell (1983), a maior importância dada à elevação frontal dos templos, já em alguns edifícios do século V AEC, constitui o início do declínio do

182 O problema já é colocado por Dinsmoor (1950, p. 271); ver também Knell (1983, p. 203). Um resumo útil em português sobre a ordem dórica usada em templos encontra-se em Duarte (2015).

CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO DA ORDEM DÓRICA

templo períptero dórico (edifício que está rodeado de colunas alinhadas de cada um dos seus lados, formando um peristilo exterior), que foi colocado em complexos estruturados em terraços, dentro dos quais o templo, com sua fachada, constitui um elemento cênico: portanto, os novos tipos construtivos, os novos cultos e os princípios estéticos da época sancionam o fim dos templos com *peristasis*¹⁸³, que muito raramente se repetirá em novos edifícios e apenas com uma intencionalidade precisa. De acordo com Knell, a maior ênfase da elevação frontal do templo pode ser considerada a causa do enxugamento do papel opistódomo¹⁸⁴ na ordem dórica, bem como no que iônico, já evidente na primeira metade do século IV AEC – Templo de Asclépio em Epidauro (cf. KNELL, 1983, p. 203; HELLMANN, 2006, p. 96-97). Uma importância menor é dada pelo estudo aos problemas decorrentes, no uso da ordem dórica, por sua rigidez, como o “conflito angular”, considerado em estudos anteriores a causa raiz do declínio da ordem na era helenística (ROBERTSON, 1976, p. 110). Outra hipótese, que não exclui o que acabamos de mencionar, é formulado por Hans Lauter, que argumenta que o abandono do templo períptero em favor dos edifícios da planta mais simples tem uma explicação funcional: o tamanho do templo parece, de fato, desproporcional à sua função de casa da divindade, e não à comunidade, razão pela qual a construção de grandes edifícios é racionalmente rejeitada. A diminuição do tamanho do templo reside no interesse da harmonização com a estátua de culto que é diretamente proporcional à cela, ao contrário dos gigantes da era clássica (LAUTER, 1999, p. 177.).

Essa interpretação dos dados, apesar de amplamente compartilhada, exige que o esclarecimento não seja totalmente referível a todo o mundo grego; um olhar para o Mediterrâneo Oriental, de fato, e em particular para as regiões que estão diretamente sob o domínio ptolomaico ou na esfera de sua influência (Israel, Jordânia) permite esclarecer a incidência do uso da ordem dórica e suas transformações.

A presença do estilo dórico em Alexandria e em outros locais no Egito, evidenciada por muitos elementos arquitetônicos, em sua maioria esporádicos, revela as características típicas da ordem como: alteração de proporções, maior

183 Trata-se de uma colunata com pórticos, que envolve os naus, particularmente nos templos gregos, mas também nos romanos.

184 No templo grego, é a câmara oposta ao pronau.

simplificação das molduras e uma mistura com elementos jônicos e coríntios¹⁸⁵.

Com uma maior incidência, mesmo que apenas por seus aspectos ideológicos, a ordem dórica tinha se constituído no posto avançado do reino ptolomaico no Mediterrâneo. Essa influência pode ser observada, por exemplo, na ilha de Chipre, cuja capital Pafos (Nea Paphos) hospedou, em mais de uma ocasião, a corte de Alexandria, até a conquista romana¹⁸⁶. Um estudo recente realizado sobre a decoração arquitetônica de Pafos mostrou que, se os dados quantitativos decorrentes da análise dos elementos atribuíveis à ordem dórica na cidade podem parecer poucos, ou pelo menos não muito longe das outras ordens, os testemunhos do emprego monumental disso, por exemplo, nos túmulos de Paleocastro e talvez em um prédio com pórtico ao sul da colina de Fanari (MŁYNARCZYK, 1996, p. 195), revelam um uso certamente mais consistente do que os outros, concentrados na sede do poder político e nos edifícios de maior representação¹⁸⁷.



Fig. 1 – Paleocastro, exemplo de um pórtico dórico.

Fonte: Leonardo Fuduli, 2021.

185 Para uma análise completa dos problemas relacionados ao desenvolvimento da ordem dórica em Alexandria ver Pensabene (1993, p. 79-83 e 93).

186 A este respeito ver Młynarczyk (1996, p. 193-194).

187 Fuduli (2015, pp. 72-78). Para a adoção do dórico em outros reinos orientais, ver Kidd (2003).

CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO DA ORDEM DÓRICA

Com isso, certamente não queremos dizer de maneira precipitada que Chipre e sua capital são uma exceção à redução da ordem dórica que afeta todo o mundo helenístico, mas é verdade que, com base nas evidências que vêm da ilha, um uso disso antes do domínio ptolomaico nunca havia sido conhecido. Isso está intimamente ligado a Alexandria, onde o uso do estilo dórico é amplamente comprovado com uma série de variantes, das quais Chipre não está isento, o que define sua fase final¹⁸⁸.

As peculiaridades da ordem dórica em Nea Paphos podem ser deduzidas da análise dos fragmentos de capitéis: nem sempre é possível estabelecer a ordem usada em um edifício completamente destruído no período com as fusões e misturas dos elementos retiradas de outras ordens; por exemplo, em Pafos, o capitel dórico é habitualmente associado às colunas lisas, de acordo com um uso bem estabelecido e que aparece em um contexto monumental como o dos pórticos dos túmulos de Paleocastro (Fig. 1) (HADIJSAVVAS, 2014, p. 10).

O capitel mostra um enrijecimento das formas, com o aparecimento de alguns exemplares com o ânulo¹⁸⁹ abaixo do equino¹⁹⁰ e na forte tensão deste último, como pode ser visto não apenas nos tipos de Nea Paphos, mas também de um conhecido em Kourion¹⁹¹; os anuli em um caso (Fig. 2) também alcançam o número incomum de quatro.

188 Bacchielli (1980, p. 33) fala de “*dorico manieristico*”, fazendo uma distinção entre o conservadorismo alexandrino e o maior experimentalismo cirenaico, também determinado por escolhas de regime. Sobre o dórico de Alexandria, ver Pensabene (1993, p. 81-83); para mais informações sobre usos do dórico no período Helenístico, ver Ortolani (1997, p. 20).

189 Os *anuli* são, geralmente três finas faixas sobrepostas, colocadas na base do equino, em ligeiro relevo.

190 O equino faz parte da capital dórica, toscana ou jônica, que forma uma espécie de “almofada” sob o ábaco.

191 Cf. Wright 1992, p. 447-449, fig. 298; 300. Scranton 1967, p. 44, fig. 36. Sobre Alexandria ver Bacchielli 1980, p. 339. Por elementos similares de *Garrison's Camp* ver. *infra*, p. 56.



Fig. 2 – Capitel dórico de coluna de Nea Paphos.

Fonte: Leonardo Fuduli, 2015.

Nesta categoria fica também um capitel trabalhado, no exemplo dos capitéis diretos conhecidos no mundo ptolemaico, que representa um *unicum* na paisagem cipriota, a partir da qual, no momento, parece fortemente desatado, e dos capitéis (Fig. 3), que apresentam o chamado “*doppia regula*” em uma posição intermediária com relação aos exemplares alexandrinos e que pode constituir um sinal de antiguidade em relação a eles.

Muito pouco é o que pode ser obtido a partir de fragmentos do entablamento 39-40, que não permitem nada para adicionar e pertencem ao pequeno grupo dos elementos provenientes da ilha em que muitas questões estão sobrecarregadas¹⁹².

A presença dessa pluralidade de formas que coexistem quase sincronicamente em Pafos e em alguns locais da ilha, juntamente com a quase total ausência de dados relativos ao seu uso em período clássico, do qual nada é conhecido, sugerem uma afirmação maciça da ordem da era helenística em conjunção com a conquista ptolemaica, como já mencionado, e em particular daquela fase da ordem que podemos definir conclusivamente.

192 Entre estes estão os fragmentos do Santuário de Apolo Hylates e aqueles do templo de Zeus de Salamina.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO DA ORDEM DÓRICA



Fig. 3 – Capitel dórico de coluna de Nea Paphos.

Fonte: Leonardo Fuduli, 2015.

Por isso, o conceito de “crise dórica”, em particular em referência a Chipre, requer uma correção, também à luz de outras áreas da esfera ptolemaica – como em Israel¹⁹³, onde o discurso pode ser estendido a outras ordens arquitetônicas que, não tendo uma tradição, são usadas com igual recorrência.

Sobre a introdução da ordem dórica na ilha, com exceção de alguns fragmentos do templo de Zeus em Salamina, onde elementos pertencentes a um entablamento dórico com *regulae* e *guttae* atribuíveis a um postulado edifício de período clássico foram encontrados num edifício da idade clássica¹⁹⁴ no distrito de Kourion¹⁹⁵, datado do período ptolomaico até o período romano (final do século II AEC ao século I EC)¹⁹⁶.

Não há, portanto, nenhuma evidência do uso da ordem dórica do período arcaico ou clássico na ilha que possa provar seu uso na arquitetura oficial (WRIGHT, 1992, p. 446).

Dos materiais escassos conhecidos da ilha, há evidências de um caráter estri-

193 Fisher apontou como o uso das ordens arquitetônicas em igual medida durante o período Helenístico em Israel não reflete o que acontece no resto do mundo grego, ver Fischer (1988, p. 435) e também Fischer, Tal (2003, p. 119).

194 *Le temple de Zeus*, p. 131.

195 Scranton 1967, *passim*.

196 Cf. Vasdaris (1987, p. 311). Poderia ser do período Helenístico Tardio ou romano (e não clássico) um capitel dórico encontrado em Kouklia (Paleapaphos), que Maier (1977, p. 140, tav. XXXIX, 4) considera romano, ao contrário de Młynarczyk (1996, p. 232), que o considera clássico.

tamente dependente da ordem dórica alexandrina que, como sabemos, parece ser fortemente conservador.

Um fato que certamente não é desprezível, e que pode ser considerado um elemento de continuidade entre os testemunhos do estilo dórico alexandrino e do cipriota, mesmo antes do nível formal, é a representação do uso do mesmo suporte material: o calcário local, que relega o mármore para o papel de produtos de luxo importados apenas em casos raros e sabiamente substituído pelo uso de estuque (MŁYNARCZYK, 1996, p. 232).

Entre os capitéis dóricos conhecidos por Kourion, é possível encontrar algumas semelhanças formais no enrijecimento das formas, no deslizamento dos ânulos sob o equino e na forte tensão deste último, que representa um elemento seguro de continuidade com o Egito, na fase final do estilo dórico. O caso específico de Nea Paphos certamente ocupa uma posição diferente do resto da ilha: o uso seguro da ordem dórica na arquitetura oficial é evidenciado pela necrópole monumental de Palaeocastro, até a mais conhecida como Tumbas dos Reis (MŁYNARCZYK, 1996, p. 232).

A tipologia planimétrica e decorativa da necrópole monumental é agora universalmente considerada como o produto da transposição de modelos derivados de Alexandria (necrópole de Mustapha Pasha¹⁹⁷) em Chipre, onde foi provavelmente usada pela classe dominante ptolemaica a partir do século III AEC¹⁹⁸, desde quando Nea Paphos se tornou a capital da ilha e a sede do representante dos Lágidas.

Agora é bastante certo que as tumbas monumentais de Alexandria se inspiram na arquitetura doméstica, especialmente para os aspectos planimétricos, apresentando uma combinação de salas e espaços arcados¹⁹⁹, mas também em relação à decoração, com uma clara predominância do uso da ordem dórica sobre as demais ordens, como é o caso de Palaeocastro, em que também se observa um uso mais livre das regras tradicionais²⁰⁰.

197 Para uma descrição detalhada de todos os aspectos planimétricos e decorativos, veja Adriani (1936) e mais recentemente Greve (2014).

198 Jeffery (1924, p. 37-60), Nicolau (1966 p. 600-601), Młynarczyk (1996, p. 197) e Wright (1992, p. 352.); por fim, ver Venit (2002, p. 175) e Hadjisavvas (2014, p. 15). Sobre a derivação do tipo de túmulos com pátio interno do Egito, ver a recente contribuição de Greve (2014, p. 10).

199 Adriani (1936, p. 74). Ver Młynarczyk (1996, p. 236-238), Tatton-Brown (1985) e Hadjisavvas (1985).

200 Sobre o uso da ordem dórica na necrópole de *Mustapha Pasha* ver Adriani (1936, p. 79) e Pensabene (1993, p. 81-83).

CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO DA ORDEM DÓRICA

Apesar do trabalho pesado de restauração que envolveu alguns túmulos²⁰¹, como a Tumba 3, na qual os materiais da necrópole foram reutilizados para reconstruir os espaços de arcada²⁰², é possível destacar o uso dos elementos da ordem dórica em harmonia com o afirmar-se dessa contaminação de ordens que se torna difundida com a aproximação do helenismo médio em Alexandria. Isso é evidente tanto na flexibilidade da relação entre o friso quanto entre os intercolúnios, na dimensão do friso e da arquitrave²⁰³, mas também no tipo de capitel usado que aparece de uma forma obviamente simplificada²⁰⁴.

Analisando o Oriente Próximo, é possível apontar algumas constantes do uso da idade dórica da era helenística em áreas que podem ser definidas como periféricas – áreas estas que estão longe dos centros de elaboração e difusão de novidades no campo estilístico como Alexandria; no caso, os territórios pertencentes aos atuais Estados de Israel e da Jordânia. Estes são dois casos claramente diferentes que, apesar da continuidade territorial, devem ser analisados separadamente.

Até a formação do reino Hasmoneu, após o meio do século II EC, Israel esteve sob a influência dos Lágidas, antes de passar permanentemente ao reino selêucida. É mais provável, nesta fase de profunda helenização do território, que tenha ocorrido a introdução das ordens arquitetônicas gregas na região.

Quanto à ordem dórica em Israel: trata-se de uma introdução bastante recente, conforme destacado por Moshe Fischer e Oren Tal no estudo sobre a decoração arquitetônica da era helenística da região (FISCHER; TAL, 2003, p. 24-25, fig. 2). De fato, só é testemunhado a partir do século II AEC juntamente com as outras ordens, suplantando a tradição pré-existente local, caracterizada pelo capitel eólico que, então, cai em desuso.

Juntamente com alguns exemplos de inspiração clássica, prevalece uma variedade de padrões que são atribuíveis a uma origem local: se é bastante comum uma certa facilidade no uso das ordens arquitetônicas na era helenística em um nível geral, parece ser ainda mais em um território como este, onde as formas

201 Todo o complexo e os monumentos individuais são atualmente inéditos; no entanto, algumas descrições neles presentes podem ser vistas em Hadjisavvas (1985, 1985a, 2014) e Młynarczyk (1996, p. 232-234).

202 Hadjisavvas (2014, p. 21) e Greve (2014, cat. n. 02, p. 234).

203 Para um resumo da variação nas relações dimensionais entre os elementos da trabeação dos edifícios dóricos na era helenística, ver Rocco (1994, p. 93). Para uma análise aprofundada dos resultados do friso dórico no período helenístico em áreas periféricas (Petra), ver McKenzie (1990, p. 92).

204 Para o capitel dórico usado na Tumba 3 de Paleocastro.

não estão ancoradas em uma tradição sólida.

Uma situação muito diferente pode ser destacada nos territórios Nabateus e, em particular, na capital Petra, que sofria fortes influências dos reinos helenísticos vizinhos. É evidente a partir dos estudos sobre a arquitetura helenística de Petra a ausência do uso do capitel dórico em face de um uso maciço do coríntio. No entanto, estão presentes decorrentes do friso dórico que aparecem decompostos, reinterpretados e reutilizados com novas proporções nas fachadas dos edifícios.

Em um grupo de tumbas de Medain Saleh, que datam da primeira metade do 1º século AEC, Judith McKenzie destacou, no uso do friso dórico nas fachadas das tumbas, como uma coroação da porta na fachada, não apenas uma evidente alteração da relação entre a largura do tríglifo²⁰⁵ e a métopa²⁰⁶, que passa de 2:3 para 2:5, mas também uma certa facilidade na aplicação da gutta, que, em número de quatro em vez de seis, aparece completamente separada do tríglifo acima; este é um sinal claro da falta de compreensão dos modelos que provavelmente são imitados pelos trabalhadores locais²⁰⁷.

Esse tipo de “ecletismo” pode ser justificado, por um lado, na área dos Nabateus, com a falta de uma tradição sólida e, por outro lado, com a inclinação para a mistura de elementos derivados de diferentes ordens arquitetônicas. Isso certamente deve ter favorecido a recepção dos elementos arquitetônicos, totalmente livres das ordens originais de pertencimento, no campo dos trabalhadores que operam em Petra, até mais do que nos de Chipre ou Israel.

Isso também pode ser justificado com os dados cronológicos: os principais edifícios de Petra foram erigidos principalmente durante o século I AEC, na época de um helenismo maduro, quando a noção de ordem arquitetônica tinha que ser certamente mais flexível e longe de ser rígida em sua aplicação.

Este breve resumo dos dados permite realizar algumas reflexões sobre a difusão da ordem dórica em regiões muito próximas, mas que passaram por eventos históricos bastante diferentes.

205 Tríglio é um elemento arquitetônico do entablamento dórico com dois sulcos (glifos) inteiros centrais, dois meio-sulcos e uma faixa no cume.

206 A métopa é um espaço existente entre dois tríglifos de um friso dórico; inicialmente era liso, depois passou a receber ornamentações. Também conhecido como ditríglifo e métope.

207 O uso de *regulae* e *guttae* liberados dos tríglifos acima é bastante atestado na maior parte do mundo grego no período helenístico, de Alessandria a Campania (Mckenzie, 1990, p. 20-21 e 97).

CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO DA ORDEM DÓRICA

A ilha de Chipre esteve sob diferentes dominações antes de entrar na órbita helenística: só depois das conquistas de Alexandre a ilha é totalmente helenizada. Após um curto período sob os selêucidas, a ilha definitivamente entra na órbita ptolemaica a partir de 294 AEC até 58 AEC, quando é conquistada pelos romanos.

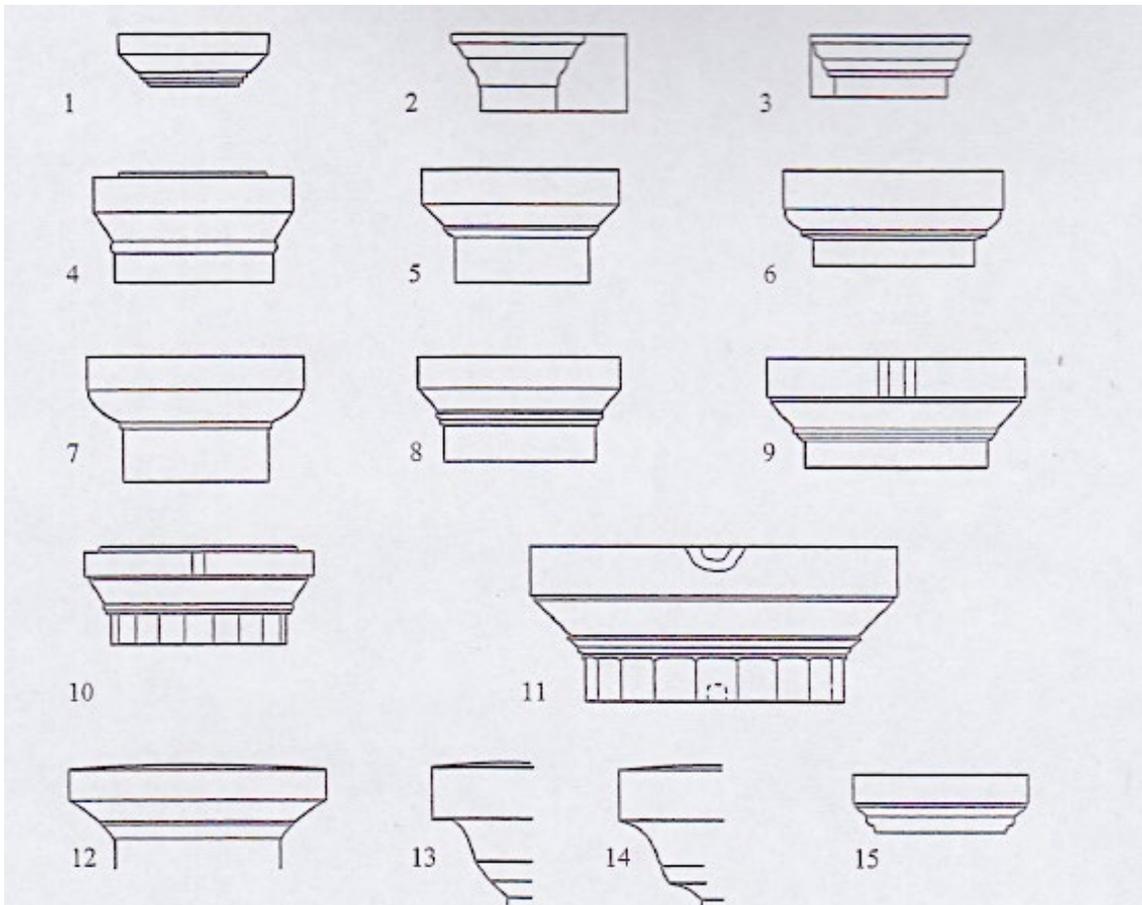


Fig. 4 – Capitéis dóricos de Israel.

Fonte: Adaptado de Fischer, Tal 2003, p. 23, fig. 2. Banco de imagens do Projeto *Aquitetura e Decoração Romana Provincial Durante a Dinastia Severa. Identidade e Propaganda*, coordenado por Leonardo Fuduli.

Através da decoração arquitetônica é possível acompanhar paralelamente os eventos históricos da ilha, como o estabelecimento de Nea Paphos como capital e sede dos estrategos, e, na última fase, de 106 a 88 AEC, com Ptolemeo IX Látiro, também conhecido como Ptolemeu IX Sóter II, como capital de um reino independente. Com base em evidências arqueológicas, parece que a ordem dórica desempenhou um papel não secundário na construção da capital, testemunhada principalmente nos túmulos monumentais de Paleocastro e através de numerosos fragmentos da área da cidade antiga. A escolha disto pode provavelmente ter sido ditada pelo desejo da classe dominante de se representar através da que foi considerada a mais nobre das ordens arquitetônicas. Além disso, não é uma

novidade nos reinos helenísticos a adoção de uma ordem arquitetônica para se reconectar a uma tradição ilustre, como no caso do templo de Atena em Ilium ou de Atena Polias em Pérgamo²⁰⁸.

Neste caso, a ordem é usada para representar uma classe dominante, de um reino substancialmente novo que precisa se autoapresentar. O caso de Israel é diferente, tendo uma tradição arquitetônica mais fraca que Chipre, e onde o dórico, com suas diferentes variantes, é introduzido no mesmo nível das outras ordens arquitetônicas e sem uma função aparentemente precisa, algo que é testemunhado por uma maior flexibilidade (Fig. 4).



Fig. 5 – Medain Saleh, Tumba B7.

Fonte: Adaptado de McKenzie 1990, Pl. 2, b. Banco de imagens do Projeto *Arquitetura e Decoração Romana Provincial Durante a Dinastia Severa. Identidade e Propaganda*, coordenado por Leonardo Fuduli.

208 Para o templo de Atena em Ilium, um períptero hexastilo dórico construído durante o reinado selêucida, ver Rumscheid (1994, p. 145) e Radt (2006, p. 135-157). Para o templo de Atena Polias em Pérgamo, que é uma clara retomada do culto à deusa de Atenas, manifestando-se na forma externa do edifício, um períptero exastilo, ver Radt (2011, p. 159).

CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO DA ORDEM DÓRICA

Ainda mais brando é o dórico no reino Nabateu, testemunhado exclusivamente por elementos de trabeação²⁰⁹ (Fig. 5), em que os elementos individuais são feitos sem respeitar os modelos, muitas vezes não compreendidos e repetidos em maneira estereotipada ou dando origem a novas formas.

Referências

- ARGOUD, G.; OCALLOT, O.; HELLY, B. Le temple de Zeus à Salamine. *RDAC* 1975, pp. 198-204.
- BACCHIELLI, L. *Un architetto del III sec. a.C. e l'affermazione a Cirene di una nuova architettura dorica. Rapporti e differenze con Alessandria*, in *RendLinc* 35, 1980, pp. 317-341.
- DINSMOOR, W. B. *The architecture of ancient greece*, London 1950.
- DUARTE, C. “Elegância” e “sutileza” na concepção dos templos dóricos gregos (séc. V- II a.C.), PhD dissertation, São Paulo, 2015.
- FISCHER, M. Some Remarks on Architectural Decoration in Palestine during the Hellenistic Period (3rd-1st Centuries B. C. E.). *Akten des XIII Internationalen Kongresses für Klassische Archäologie*, Berlin 1988, pp. 434-436.
- FISCHER, M.; TAL, O. Architectural Decoration in Ancient Israel in Hellenistic Times. Some Aspects of Hellenization. *ZDPV*, I, 119, 2003, pp. 19-37.
- FUDULI, L. *Fragmenta Paphia. Elementi di decorazione architettonica da Garrison's Camp di Nea Paphos*, Catania, 2015.
- GREVE, A. *Sepulkrale Hofarchitekturen im Hellenismus. Alexandria, Nea Paphos, Kyrene*, Turnhout, 2014.
- HADJISAVVAS, S. Excavations at the “Tombs of the Kings” - Kato Paphos. In: V. KARAGEORGHIS, (ed.) *Archaeology in Cyprus 1960-1985*, Nicosia 1985, pp. 262-268.
- HADJISAVVAS, S. New evidence from recent excavations at the “Tombs of the Kings”. In: Πρακτικά του Δευτέρου Διεθνούς Κυπριολογικού Συνεδρίου, Λευκωσία 20-25 Απριλίου 1982, 1, Nicosia, 1985a, pp. 343-347.
- HADJISAVVAS, S. *Digging up The Tombs of the Kings, a World Heritage Site*, Nicosia, 2014.
- HELLMANN, M. C. *L'architecture greque, II, Architecture religieuse et funéraire*, Paris 2006.
- JEFFERY, G. Notes in the Origin of the Doric Style of Architecture. *Archaeologia*, 28, 1924, pp. 37-60.
- KIDD, B. *The Doric revival under the Attalids of Pergamon*, PhD dissertation, University of Missouri-Columbia, 2003.
- KNELL, H. Dorische ringhallentempel in spät- und nachklassischer Zeit, *JdI* 98, 1983, pp. 203-233.

209 Trabeação ou entablamento na arquitetura clássica constitui-se do conjunto de arquitrave, friso e cornija.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

- LAUTER, H. *L'architettura dell'Ellenismo*, Milano 1999.
- MAIER, F. G. Excavation at Kouklia Palepaphos. Ninth Preliminary Report: season 1976. *RDAC*, 1977, pp. 133-140.
- MCKENZIE, J. *The Architecture of Petra*, Oxford 1990.
- MLYNARCZYK, J. Palaces of Strategoi and the Ptolemies in Nea Paphos Topographical Remarks. In: W. HOEPFNER e G. BRANDS (eds.) *Basileia. Die Paläste der hellenistischen Könige*, Internationales Symposium in Berlin vom 16.12.1992 bis 20.12.1992, Mainz 1992, pp. 193-202.
- NICOLAU, K. *The Topography of Nea Paphos*, in *Mélanges offerts à K. Michalowski*, Warszawa 1966, pp. 561-601.
- ORTOLANI, G. Tradizione e trasgressione nell'ordine dorico in età ellenistica e romana. *Palladio* 19, 1997, pp. 19-38.
- PENSABENE, P. *Elementi architettonici di Alessandria e di altri siti egiziani*, Roma 1993.
- RADT, W. *Stadtgrabungen und Stadtforschungen im westlichen Kleinasien*, Internationales Symposium 6-7 August in Bergama, Türkei (Byzas 3), Istanbul 2006, pp. 135-157.
- ROBERTSON, D. S. *Greek and roman architecture*, Cambridge, 1976.
- ROCCO, G. *Guida alla lettura degli ordini architettonici antichi I. Il dórico*, Napoli 1994.
- RUMSCHEID, F. *Untersuchungen zur kleinasiatischen Bauornamentik des Hellenismus*, Mainz, 1994.
- SCRANTON, R. The Architecture of the Sanctuary of Apollo Hylates at Kourion. *Transactions of the American Philosophical Society* 57, 5, 1967.
- TATTON-BROWN, V. Archaeology in Cyprus 1960-1970: Classical to Roman Period. In: V. KARAGEORGHIS (ed.) *Archaeology in Cyprus 1960-1985*, Nicosia 1985, pp. 60-72.
- VENIT, M. S. *Monumental Tombs of Ancient Alexandria. The Theater of the Dead*, Cambridge, 2002.
- WRIGHT, G. R. H. *Ancient Building in Cyprus*, Leiden – New York – Köln, 1992.

CHIPRE

O ANTIGO CHIPRE: SUA HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA

Sabine Rogge
*Universität Münster,
Münster*

Introdução

Com uma área de 9.251 km², Chipre (Fig. 1) é a terceira maior ilha do Mediterrâneo depois da Sicília (ca. 25.400 km²) e Sardenha (ca. 24.100 km²).



Fig. 1: Mapa do Chipre com as maiores cidades da ilha (a capital Nicósia, Larnaca, Limassol, Paphos, Famagusta, Kyrenia, Morphou) e seus locais de escavação mais importantes indicados. O pequeno mapa mostra a divisão da ilha que existe desde 1974: ao sul (verde) a República do Chipre, ao norte (laranja) a chamada “República Turca do Chipre do Norte”; no meio, a zona de proteção da ONU (a chamada “Linha Verde”); marcadas em branco estão as duas bases militares soberanas britânicas.

Todas as figuras do capítulo pertencem ao banco de imagens do Instituto de Estudos Interdisciplinares do Chipre (Institut für Interdisziplinäre Zypern-Studien). <https://www.uni-muenster.de/ZypernInstitut/mitarbeiter/rogge.html>

A HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO CHIPRE ANTIGO

Os Montes Troodos são a maior cordilheira de Chipre, com seu pico mais alto atingindo aproximadamente 2.000 m. Tendo uma altura máxima em torno de 1.000 m, os Montes Cirênia (Pentadáctilos), que passam ao longo da costa norte da ilha por cerca de 160 km, têm apenas a metade da altura dos Montes Troodos. A fértil planície de Mesaoria está localizada entre essas duas cadeias de montanhas. Localizada na parte oriental do Mar Mediterrâneo, Chipre está apenas a 80 km da costa sul da Turquia; a distância até a Síria é de quase 100 km; até o Egito, cerca de 315 km; quase 400 km de distância até a ilha grega de Rodes; e 830 km até o continente grego.

Chipre, que se tornou um estado membro da União Europeia em 2004, é uma ilha dividida: desde 1974, uma linha de demarcação com aproximadamente 180 km de extensão (a chamada Linha Verde) divide a ilha em uma parte ao norte e outra ao sul – e, no mesmo sentido, Nicósia (Lefkosia), a capital da ilha, também é dividida. A internacionalmente reconhecida República do Chipre pode exercer controle apenas sobre a parte sul da ilha. De acordo com a lei internacional, a parte norte da ilha é considerada um território militarmente ocupado. A chamada República Turca do Chipre do Norte, proclamada unilateralmente em 1983, é reconhecida como um estado independente unicamente pela Turquia, que ocupou a parte norte em 1974. A divisão da ilha também tem um impacto na exploração arqueológica de Chipre; o único ponto de contato legítimo para questões arqueológicas que afetam toda a ilha é o Departamento de Antiguidades Chipre (*Department of Antiquities, Cyprus*)²¹⁰.

Chipre do Período Neolítico ao Romano

Período Neolítico (ca. 10º ao 5º milênio AEC)

A Ilha de Chipre possui vestígios impressionantes do período Neolítico – quando se deu a transição do antigo modo de vida, de caça-coleta, ao novo, de agricultores sedentários engajados em agricultura e pecuária animal. Em Chipre, essas atividades agrícolas remontam ao 9º milênio AEC. Os primeiros assentamentos tinham construções circulares feitas de pedra, terra batida e tijolos de barro (Fig. 2). As pessoas viviam da agricultura, caçando gamos, pescando e criando ovelhas, bodes e porcos. Não havia separação entre assentamento e

210 Cf. http://www.mcw.gov.cy/mcw/da/da.nsf/DMLindex_en/DMLindex_en?OpenDocument.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

cemitério: os mortos eram enterrados sob o chão das casas ou nas proximidades imediatas das casas. A designação do período como “Neolítico” equivale ao fato de que pedra era o material do qual muitos objetos da vida cotidiana eram feitos; madeira e outros materiais perecíveis eram utilizados também, mas tais objetos não foram preservados.



Fig. 2: No fim do 7º milênio AEC, as pessoas começaram a construir suas casas circulares no assentamento neolítico de Kalavassos-Tenta.

Fonte: TODD, 1998, p. 62.

Depois de vários séculos de declínio, a chamada “cultura de Khirokitia”, que cobriu o período Neolítico Acerâmico Tardio, desapareceu em torno do médio 6º milênio AEC (não sabemos o porquê) e apenas na segunda metade do 5º milênio AEC a ilha de Chipre experienciou uma época de recuperação. O número de assentamentos seguiu aumentando. As antigas construções circulares tornaram-se obsoletas. As casas adquiriram uma disposição aproximadamente retangular, os cemitérios estavam no exterior dos assentamentos e havia uma importante inovação: os primeiros vasos de argila foram feitos na ilha (Fig. 3). No início do 4º milênio AEC, deu-se essa segunda fase do Neolítico, a chamada “cultura de Sotira”, que leva o nome de um de seus sítios arqueológicos mais importantes, localizado na parte sul da ilha (norte da Península de Acrotíri).



Fig. 3: Tigela de Khirokitia, 5º milênio AEC (32,5 cm de diâmetro); um dos primeiros vasos de argila feitos em Chipre.

Fonte: KARAGEORGHIS, 2012, nº cat. 7.

Período Calcolítico (ca. 3900–2500 AEC)

O termo “Calcolítico” (uma palavra que combina as palavras gregas para cobre e pedra) – utilizado para designar o período seguinte ao Neolítico – indica que o emprego do metal encontrou seu caminho no Chipre daquele tempo; mas, apenas na Idade do Bronze, a metalurgia tornou-se significativa. Com o nome de um dos seus locais de descoberta mais importantes, essa era – que durou cerca de um milênio e um milênio e meio (de aproximadamente 3900 até 2500 AEC) – também é chamada de “cultura de Erimi”. Muitos dos assentamentos Neolíticos não continuaram no período Calcolítico. O distrito de Paphos, no sudoeste da ilha, tornou-se uma área preferida de assentamento. Por volta de 3000 AEC, essa cultura estava em seu auge.

As casas eram novamente circulares (como no período Neolítico Acerâmico) e geralmente os mortos eram novamente enterrados dentro dos assentamentos – mas não diretamente sob o chão das casas (Fig. 4). No importante sítio de Souskiou (na parte sudoeste de Chipre, perto de Palaipaphos), a separação entre o cemitério e os assentamentos já era praticada aproximadamente desde 3300 AEC. Além disso, pode-se observar que esta nova forma de enterrar os mortos é acompanhada por um aumento significativo dos bens fúnebres. Os túmulos das câmaras, que se tornaram tão típicos em Chipre nas épocas seguintes, podem ser observados aqui pela primeira vez. Essas tumbas experimentaram uso repetido por muitas gerações.



Fig. 4: Vista de Lemba, um sítio particularmente importante do período calcolítico, localizado no sudoeste de Chipre (próximo a Paphos); em primeiro plano, são visíveis os restos de vários edifícios circulares e, em segundo plano, os edifícios reconstruídos pelos escavadores britânicos.

Fonte: Sabine Rogge

Estatuetas cruciformes pertencem aos objetos especialmente característicos do período Calcolítico. Como demonstrado por uma das maiores e melhores estatuetas – o ídolo de Pomos –, tais estatuetas eram obviamente utilizadas como pingentes, como joias ao redor do pescoço (Fig. 5); podem ter sido usadas também como oferta votiva. Foram encontradas em túmulos e pode-se assumir que estavam ligadas à fertilidade. O fato de o ídolo de Pomos ter sido escolhido para figurar nas moedas de 1 e 2 euros (Fig. 6) mostra a significância emblemática desse objeto – e o grupo inteiro de estatuetas cruciformes – para Chipre.



Fig. 5: Estatueta cruciforme, característica do período Calcolítico em Chipre (de Gialia/Pomos, ca. 3000 AEC; 15,3 cm).

Fonte: KARAGEORGHIS, 2012, n° cat. 13.

Fig. 6: Moeda moderna de Chipre (2008) decorada com esta estatueta cruciforme.

Fonte: Sabine Rogge.

A HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO CHIPRE ANTIGO

Idade do Bronze (ca. 2500-1050 AEC)

No começo da Idade do Bronze, povos da Anatólia parecem ter migrado para o Chipre, efetuando algumas inovações importantes, como a introdução de gado e de burros, além da utilização do arado (Fig. 7); tudo isso resultou em um aumento significativo da produtividade na agricultura.



Fig. 7: Objeto de terracota representando a cultura agrícola no Chipre da Idade do Bronze (provavelmente da grande necrópole de Vounous, ca. 2100-1800 AEC; 41 cm de comprimento).

Fonte: Department of Antiquities, Cyprus.

As pessoas viviam em construções que tinham uma disposição retangular e consistiam em várias salas organizadas ao redor de um campo aberto (Fig. 8); os muros eram frequentemente feitos de pedra em sua parte inferior e de tijolos de barro na parte superior. Os mortos eram enterrados em cemitérios fora dos assentamentos, normalmente em tumbas escavadas na rocha (Fig. 9).



Fig. 8: O assentamento de Marki, datado do início da Idade do Bronze com suas casas mostrando uma planta baixa retangular.

Fonte: HADJISAVVAS, 2010, p. 71, fig. 19.



Fig. 9: Tumba escavada na rocha na necrópole de Dhenia (2000-1650 AEC), claramente visível o poço e a grande pedra que bloqueavam a entrada da câmara funerária.

Fonte: PILIDES; PAPADIMITRIOU, 2012, p. 53, fig. 7.5.

Na Idade do Bronze, Chipre, que já tinha estabelecido alguns contatos com as regiões vizinhas durante o período Calcolítico, expandiu consideravelmente seus contatos, especialmente durante a fase tardia daquele período (ca. 1650-1050 AEC). Na ilha, ocorreu uma mudança de uma cultura caracterizada por pequenos assentamentos relativamente isolados para uma cultura próspera, com centros urbanos, localizados principalmente na costa, tais como Enkomi, Kition (atual Lárnaca) e Hala Sultan Tekke (próxima a Lárnaca). Muitos novos assenta-

A HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO CHIPRE ANTIGO

mentos emergiram e a população aumentou significativamente. Embora nosso conhecimento da(s) cultura(s) da Idade do Bronze Inicial e Médio seja amplamente baseado em achados de túmulos (porque apenas pouquíssimos assentamentos foram escavados), estamos em uma posição muito melhor com relação à Idade do Bronze Final: as escavações não apenas revelaram muitos túmulos, mas um grande número de assentamentos (e mesmo cidades reais) e santuários.

Na Idade do Bronze Final, a ilha experienciou um período de prosperidade absoluta, caracterizada pelos extensos contatos (comerciais) com culturas vizinhas. Esses contatos apareceram na cultura material; as influências do Egito, Síria e regiões do Egeu podem ser claramente vistas. Em adição, uma profusão de objetos foi importada dessas áreas para a ilha. Uma forte influência do Egeu é evidente (Fig. 10), mas associar esta influência egeia, principalmente aos imigrantes gregos micênicos, ainda é uma questão controversa.

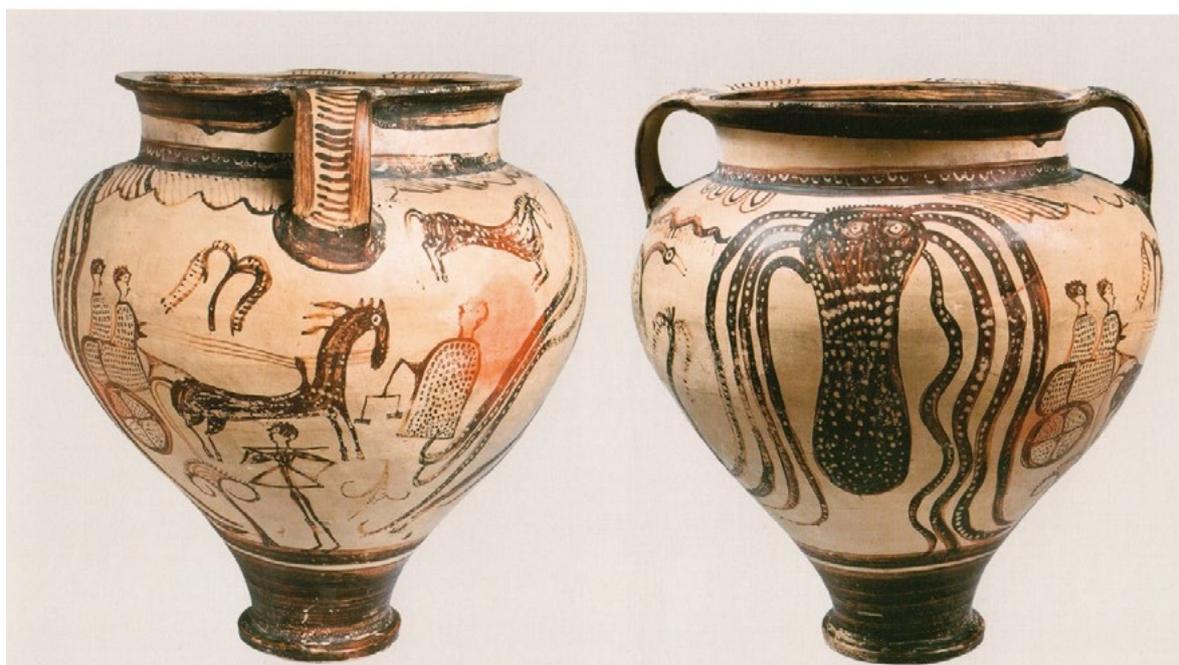


Fig. 10: Vaso micênico refletindo a forte influência do Egeu no Chipre da Idade do Bronze Final (de uma tumba em Enkomi, cerca de 1400 AEC; 37,5 cm de altura); decorado com um grande polvo de um lado e uma cena com uma carruagem puxada a cavalo do outro, Fonte: KARAGEORGHIS, 2012, n° cat. 52.

A exploração sistemática dos ricos depósitos de cobre localizados ao redor das encostas dos Montes Troodos começou naquele tempo. Esse recurso valioso indubitavelmente contribuiu significativamente ao florescer sem precedentes na ilha, especialmente na Idade do Bronze Final.

Não é surpreendente que os primeiros documentos escritos do Chipre pos-

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

sam ser atribuídos a esse período – documentos que ainda não foram decifrados (Idiomas e Escritas, abaixo). Portanto, ainda não somos capazes de obter informação muito direta a respeito da história da ilha e desses documentos nativos, mas há documentos escritos das culturas vizinhas (hititas, assírios, egípcios) a partir dos quais podemos obter alguma informação sobre o Chipre na Idade do Bronze Final, que, naquele tempo, era provavelmente mais conhecido pelo nome Alashiya.

A cultura material de Chipre da Idade do Bronze é extremamente rica. Temos, por exemplo, enormes quantias de objetos feitos de argila – vasos, estatuetas e, às vezes, em combinação. A maior parte dos vasos é feita à mão (Figs. 11 e 12); os primeiros localmente produzidos, feitos com rodas de oleiro, aparecem na Idade do Bronze Final.

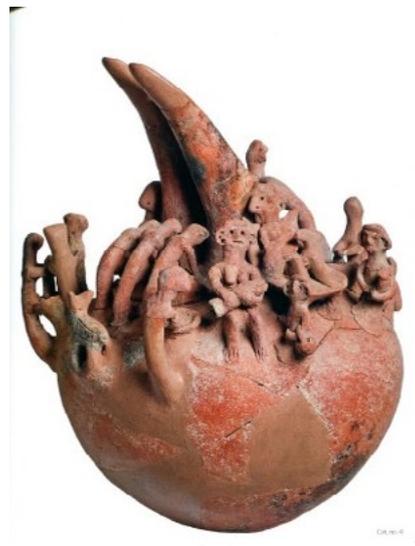


Fig. 11: Vaso do início da Idade do Bronze (da necrópole de Vounous, aprox. 2400-2200 AEC; 18,2 cm de altura) decorada com padrões incisos e com cabeças de animais com chifres presas em sua borda; devido à queima especial, ele adquiriu sua aparência bicromatizada.

Fonte: KARAGEORGHIS, 2012, n° cat. 21.

Fig. 12: Vaso do início da Idade do Bronze com decoração figurada que nos permite ter uma visão da vida cotidiana do povo de Chipre naquela época (da necrópole de Pyrgos, ca. 2100-2000 AEC; 46,5 cm de altura).

Fonte: HADJISAVVAS, 2010, n° cat. 41.

Há uma abundância de objetos feitos de materiais preciosos, como, por exemplo, marfim (Fig. 13), faiança (Fig. 14) e diferentes tipos de metais (bronze, ouro, prata), que foram encontrados em contextos da Idade do Bronze Final.



Fig. 13: Caixa de jogos em marfim encontrada num túmulo em Enkomi, decorada com cenas de caça nas duas faces longas e animais nas duas faces curtas (séc. XII AEC; 29,1 cm de comprimento).

Fonte: KARAGEORGHIS, 2012, p. 100, fig. 205.

Fig. 14: Elaborado vaso de faiança para beber, decorado com animais, uma cena de caça ao touro e espirais (de Kition, século XIII AEC; 26,8 cm de altura); esse objeto mostra uma mistura de elementos do Egeu e do Oriente Próximo e deve ter sido usado por um membro da elite durante um banquete ritual.

Fonte: KARAGEORGHIS, 2012, n° cat. 62.

Como indicado pelo nome do período – Idade do Bronze – o número de objetos feitos de bronze aumentou significativamente durante aquele período. Primeiro, apenas instrumentos/ferramentas bastante simples foram produzidos, tais como facas, adagas, machados, foices, alfinetes de vestidos e agulhas de costura, mas, posteriormente, na Idade do Bronze Final, objetos luxuosamente decorados (por exemplo, vasos, armas, estatuetas, etc.) foram ambos importados para o Chipre ou manufaturados na própria ilha.

O apogeu que a ilha de Chipre vivenciou durante a Idade do Bronze Final chegou ao fim quando o Egeu e o Mediterrâneo Oriental entraram em um período de grande turbulência e agitação, em aproximadamente 1200 AEC. A cultura micênica e o Império Hitita colapsaram. Se os chamados “povos do mar” foram o único ou principal fator relativo ao colapso ocorrido nestas áreas e período é algo ainda bastante discutido. Um assunto de feroz discussão é também entender se houve uma grande onda de migração do mundo micênico em direção a Chipre como um resultado desses eventos, e se algum fenômeno desse período pode ser somente explicado convincentemente quando associado à imigração de gregos micênicos. Contudo, um espeto de bronze (*obelos*, em grego) com uma inscrição foi encontrado em Palaipaphos-Skales, em um túmulo datado do século XI ao X AEC. Essa inscrição não é classificada na ainda não decifrada escrita cipriota-minoica, mas na já decifrada escrita cipriota-silábica: o nome grego Opheltes (no caso genitivo) foi inscrito naquele espeto. Este objeto, de certa forma simples, é, portanto, a evidência mais antiga do uso do idioma grego no Chipre.

Idade do Ferro Inicial e o Período das Cidades-Reinos (ca. 1050-312 AEC)

O período de transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro é geralmente referido como “Idade das Trevas”. Pesquisas recentes têm, contudo, “encolhido” essa “Idade das Trevas” que, em tempos passados, foi datada do período relativo aos séculos XII a VIII AEC; hoje, é datada pela maioria dos estudiosos no intervalo de tempo de aproximadamente 1050 a 800 AEC. A expressão é utilizada para descrever um período do qual se podem encontrar apenas, comparativamente, poucos achados arqueológicos e com quase nenhuma fonte escrita. Em Chipre, no entanto, numerosos achados desse período mostram que a ilha vivenciou a “Idade das Trevas” somente de forma consideravelmente mais branda – se realmente vivenciou. São, acima de tudo, ricos achados de um número considerável de túmulos (por exemplo, o cetro de ouro e esmalte de *Kourion-Kaloriziki*, Fig. 15), que provam a prosperidade da ilha mesmo naqueles tempos.



Fig. 15: Cetro de ouro e esmalte com dois falcões no topo (da tumba em *Kourion-Kaloriziki*, ca. 1050 AEC; 16,5 cm); esse cetro caracteriza o homem enterrado na tumba como uma pessoa de alto escalão - talvez um rei.

Fonte: Department of Antiquities, Cyprus

Fig. 16: Magnífica tigela de prata cipro-fenícia decorada com cenas que mostram claramente suas raízes na iconografia egípcia, assíria e fenícia (supostamente de *Kourion*, ca. 725-675 AEC; 16,8 cm de diâmetro); ela tem duas inscrições cipro-silábicas que mencionam dois homens que a possuíram: “Akestor, rei de Pafos” e “Timokretes”.

Fonte: KARAGEORGHIS, 2000, n° cat. 299.

No começo do I milênio AEC, provavelmente no século IX AEC, um novo ator chegou a Chipre: os fenícios. Eles vieram da costa levantina, expandiram-se ao Oeste e, durante esse processo, também se estabeleceram em Chipre. Os fenícios, contudo, não estavam interessados em controlar a ilha inteira, e se conten-

A HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO CHIPRE ANTIGO

taram em apenas se estabelecerem em algumas cidades costeiras (especialmente Kition e Amatunte), com o intuito de prosseguir com seus interesses amplamente orientados ao comércio. Entre outras coisas, o número de valiosa de tigelas de ouro, prata e bronze encontrados em Chipre provavelmente são referentes à presença dos fenícios na ilha (Fig. 16).

Outras potências do Oriente também voltaram sua atenção para Chipre: os assírios parecem ter dominado a ilha por aproximadamente meio século, começando no final do século VIII AEC. Existem dois monumentos assírios datados desse período que nos informam sobre a situação política de Chipre naquele momento: um é uma estela do rei assírio Sargão II, com uma longa inscrição cuneiforme, na qual, entre outras coisas, os sete reis (das cidades) do Chipre são mencionados. A estela encontrada em Kition (moderna Lárnaca) em 1844 EC e agora mantida em Berlim (Vorderasiatisches Museum – Museu do Antigo Oriente Próximo) é datada de 707 AEC. O segundo objeto é um prisma de argila do rei assírio Assaradão (Esar-Hadom), datado de 673 AEC; neste monumento, dez reis cipriotas são mencionados pelo nome, assim como suas respectivas sedes. Aprendemos com esse prisma que as seguintes cidades-reinos existiram naquele tempo: Paphos, Salamina (Salamis), Soloi, Cúrio (Kourion), Cítrea (Chytroi), Idálio (Idalion), Tamassos, Ledra – e duas cidades-reinos adicionais que não podem ser identificadas com certeza absoluta (Kition/Amatunte/Marion) (Fig. 17).

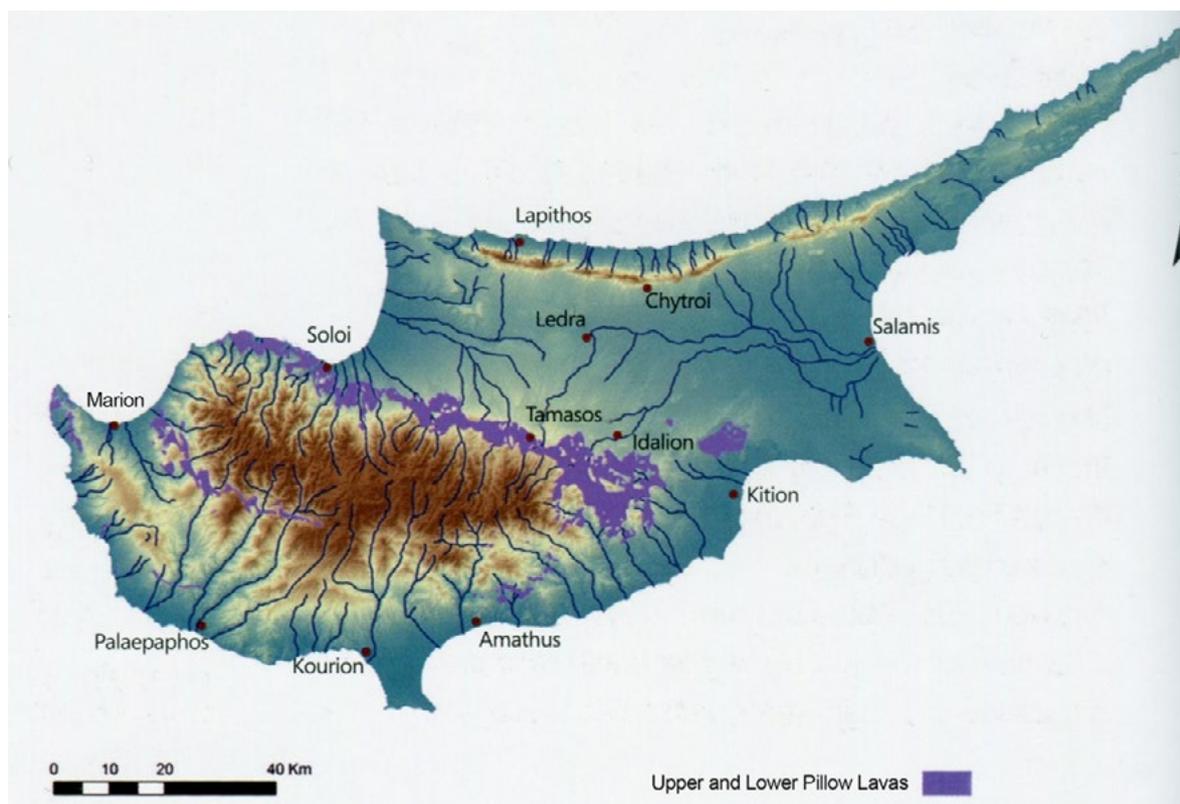


Fig. 17: Mapa de Chipre, no qual são indicadas 12 cidades que serviram como capitais de cidades-reinos; o número desses reinos variava e não sabemos a extensão exata de cada reino. Também são indicadas (em azul-violeta) as áreas dos minérios de cobre no sopé das Montes Troodos.

Fonte: PILIDES, D.; PAPADIMITRIOU, 2012, p. 62, fig. 9.1 (com pequenos acréscimos de S. Rogge).

Esses reinos, presumidamente, já existiam antes de terem sido mencionados na estela de Sargão e no prisma de Assaradão. De acordo com alguns estudiosos, eles já existiam no século IX AEC, mas isso não está absolutamente claro. Em relação ao período da dominação assíria sobre Chipre, podemos assumir que os soberanos assírios estavam interessados principalmente em receber tributos regulares, e que os reis cipriotas eram relativamente independentes.

A emergência da realeza pode ser vista clara e especialmente em Salamina quando observando os assim chamados “Túmulos Reais” (cf. *Salamina*, abaixo). Dentro de uma enorme necrópole de Salamina, vários túmulos foram escavados nos anos 1960 – túmulos que são os mais impressionantes monumentos funerários e que eram tão ricamente equipados com espólios sepulcrais que foram rotulados “Túmulos Reais” por seus escavadores. Se os reis de Salamina foram realmente enterrados nesses túmulos ou apenas representantes da elite social, permanece como uma questão em aberto, mas, indubitavelmente, os enterros podem ser descritos como extremamente ricos e luxuosos. Ainda, Salamina não

A HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO CHIPRE ANTIGO

é o único sítio arqueológico em Chipre onde túmulos extraordinariamente elaborados foram encontrados: em Tamassos, Amatunte e Kition, por exemplo, tais túmulos também foram escavados.

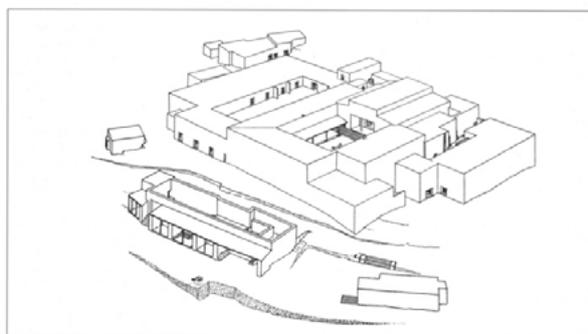
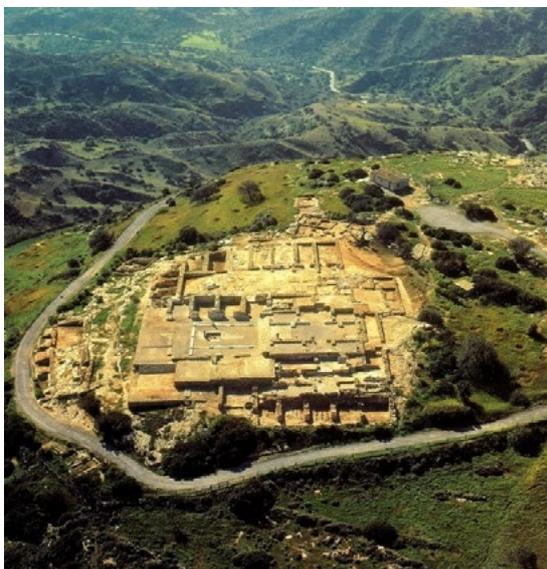


Fig. 18: Vista aérea das ruínas do palácio Vouni (próximo a Soloi). O grande complexo de edifícios, com seus muitos cômodos e pátios abertos, foi iniciado em ca. 500 AEC e sofreu várias alterações antes de ser destruído por volta de 380 AEC.

Fonte: KARAGEORGHIS, 1998, p. 104, fig. 60.

Fig. 19: Desenho de reconstrução do palácio Vouni.

Fonte: *Medelhavsmuseet*, 2009, p. 34, fig. 7.

Certamente não associamos só a existência de túmulos reais à realeza, mas de palácios também. Essas escavações em Salamina não revelaram, até agora, nenhum vestígio arquitetônico que podemos seguramente identificar como palácio, mas construções que muito provavelmente podem ser conjecturadas como palácios têm sido descobertas em Idálio, Palaipaphos, Amatunte e próximo a Soloi (palácio Vouni, Figs. 18 e 19).

Não há nenhum consenso quanto aos egípcios terem governado o Chipre no século VI AEC (ca. 570-525 AEC), mas não há dúvida de que os cipriotas adotaram muitos símbolos egípcios; muitas esculturas cipriotas de calcário do século VI AEC (de pequeno e grande tamanho), por exemplo, mostram forte influência egípcia (Fig. 20).



Fig. 20: Estátua de calcário retratando um homem vestido em estilo egípcio (supostamente de Golgoi, 550-525 AEC; 1,30 m).

Fonte: KARAGEORGHIS, 2000, n° cat. 182.

Fig. 21: Grande estátua de terracota de um homem, produzida em duas partes (do santuário de Apolo em Tamassos, fim do séc. VII AEC; 1,65 m).

Fonte: KARAGEORGHIS, 2012, n° cat. 136.

Em cerca de 525 AEC, a ilha ficou sob o governo persa, que durou aproximadamente dois séculos. Em 499 AEC, portanto, os cipriotas também se juntaram à Revolta Jônica – uma rebelião de muitas regiões gregas da Ásia Menor contra a supremacia persa (499-493 AEC) –, mas voltaram a ficar sob o controle persa já em 497 AEC²¹¹. Essa situação permaneceu a mesma até Alexandre, o Grande começar, em 334 AEC, a conquistar o Império Persa (vitória sobre o rei persa Dario III em Issos em 333 AEC). Como resultado, a situação em Chipre mudou consideravelmente.

211 Heródoto, *Histórias*, V, 104-115.



Fig. 22: Cabeça colossal de calcário de um homem com uma longa barba e um barrete cônico (de Lefkoniko, cerca de 600 AEC; 60 cm).

Fonte: KARAGEORGHIS, 2012, n° cat. 158.

Fig. 23: Cabeça de divindade de calcário com jóias elaboradas (de Idálio, início do séc. V AEC; 36 cm).

Fonte: KARAGEORGHIS, 2005, fig. 242.

Ao contrário do que ocorrera com a história cipriota até a Idade do Bronze Final, pode-se aproveitar um número considerável de antigas fontes escritas no que diz respeito à história da ilha no primeiro milênio AEC. Os anteriormente mencionados documentos cuneiformes assírios do fim do século VIII e VII AEC. São de alguma forma as únicas fontes escritas nas quais o Chipre é mencionado. Já Homero (séculos VIII e VII AEC) menciona a ilha várias vezes e, desde o século V AEC, escritores antigos – ninguém menos que Heródoto (século V AEC) – repetidamente relataram sobre Chipre e eventos relacionados a Chipre em seus livros. Assim, nosso conhecimento da antiga Chipre não é mais baseado quase exclusivamente no que aprendemos a partir dos vestígios arqueológicos da ilha.

Da rica cultura material de Chipre datada do tempo das cidades-reinos, apenas alguns objetos aleatoriamente selecionados podem ser apresentados aqui. Uma estátua de terracota de um homem em um longo roupão (Fig. 21), uma cabeça colossal de um homem (Fig. 22) e uma cabeça de uma divindade (Fig. 23) representam o grande grupo de esculturas de calcário e terracota em grande formato, cuja produção começou no Chipre aproximadamente na metade do século VII AEC.

Um jarro decorado com um touro a cheirar uma flor de lótus (Fig. 24) repre-

senta um grupo de vasos de argila decorado, na maioria dos casos, com animais (pássaros, peixes e touros ou outro quadrúpede) em um estilo que é muito característico em Chipre, chamado de “campo livre” (“*free field style*”).



Fig. 24: Jarro de argila decorado com um touro (de Arnadhi, próximo de Salamina, 750-600 AEC; 28 cm).
Fonte: Department of Antiquities, Cyprus.

As moedas cipriotas cunhadas do século VI até o século IV AEC nas cidades-reinos são um importante grupo de monumentos, visto que refletem o sistema político da ilha – as cidades-reinos – de uma forma direta. A maioria das moedas cipriotas podem ser atribuídas seguramente a um desses reinos, exceto os de Cítrea, Cúrio, Ledra e Tamassos. As moedas das cidades-reinos de Salamina, Paphos, Kition, Idálio e Amatunte serão brevemente apresentadas aqui:

- Salamina (Fig. 25): Evelthon, rei de Salamina em aproximadamente 560-525 AEC, foi o primeiro rei cipriota a emitir moedas em seu nome. O reverso de suas primeiras moedas foi deixado vazio – com apenas o anverso sendo decorado com um carneiro reclinado. As moedas salaminianas de Evelthon e seus sucessores (séculos VI e V AEC) são todas decoradas com um carneiro (algumas apenas com a cabeça do animal) e o símbolo egípcio *ankh*; as moedas posteriores – de Evagoras I e seus sucessores (séculos V e IV AEC) – mostram uma maior variedade de temas: Hércules sentado ou apenas a sua cabeça; um bode reclinado; uma jovem cabeça masculina; uma roda com quatro raios; as divindades Afrodite, Atenas, Ártemis, Apollo; e uma pessoa masculina, ainda não identificada seguramente, ricamente equipada com joias.

A HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO CHIPRE ANTIGO



Fig. 25: Moeda de prata emitida pelos sucessores do rei Evelthon de Salamina com um carneiro no anverso e o símbolo egípcio *ankh* no reverso (500-480 AEC; 21 mm de diâmetro).

Fonte: PILIDES; PAPADIMITRIOU, 2012, n° cat. 160.

- Paphos (Fig. 26): Depois de ter batido suas primeiras moedas no fim do século VI AEC, os reis dessa cidade-reino decoraram suas moedas, desde o começo do século V AEC, com um touro em pé no anverso e uma águia (primeiro só a cabeça da águia, depois uma águia voando e, por fim, uma águia em pé) no reverso.



Fig. 26: Moeda de prata emitida pelo rei Mineus/Mineos de Paphos (segunda metade do sec. V AEC) com um touro no anverso e uma águia no reverso.

Fonte: KARAGEORGHIS, 2012, n° cat. 159.4.

- Kition (Fig. 27): As moedas de Kition informam-nos sobre a dinastia fenícia residindo naquela cidade, com seu primeiro rei, Baalmilk I (ca. 479-449 AEC), e seu último rei, Pumyaton (362/361-312 AEC), executado por ordem do rei egípcia Ptolemeu I em 312 AEC. As moedas são geralmente decoradas com uma figura de Hércules ou apenas a cabeça do herói e um leão derrubando um veado.



Fig. 27: Moeda de prata da cidade “fenícia” de Kition com Hércules/Melqart no anverso e um grupo de luta animal (leão e veado) no reverso (425-400 AEC; 21 mm de diâmetro).
Fonte: ZAPATI.; MICHAELIDOU, 2008, p. 58, n° 12.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

- Idálio (Fig. 28): Os reis de Idálio emitiram suas próprias moedas – com uma esfinge no anverso e uma flor de lótus no reverso – de cerca de 500 AEC até meados do século V AEC, quando esse reino foi incorporado ao reino de Kition.



Fig. 28: Moeda de prata de Idálio: esfinge no anverso e flor de lótus no reverso (ca. 470-460 AEC).

Fonte: KARAGEORGHIS, 2012, n° cat. 159.6.

- Amatunte (Fig. 29): As primeiras moedas desse reino foram batidas no começo do século V AEC e, pela metade do século IV AEC, a produção de moedas parece ter parado. Todas as moedas que podem ser atribuídas ao reinado “Eteocipriota” de Amatunte são decoradas no anverso e reverso, ambos com um leão (a expressão “Eteocipriota” foi cunhada no século XIX para denominar a população nativa do Chipre e seu idioma).



Silver didrachm of Epipalos (370-360 BC)

Obv: Lion lying right; above, eagle. Rev: Forepart of lion right (no. 17).

Fig. 29: Moneda de prata produzida em Amatunte (ca. 370-360 AEC; 20 mm de diâmetro): leão no anverso e reverso.

Fonte: ZAPATI.; MICHAELIDOU, 2008, p. 74.



Fig. 30: Relevo de sepultura em calcário mostrando a defunta Aristila sentada em um tamborete e segurando um pássaro na mão esquerda (de Marion, cerca de 420 AEC; 92,2 cm de altura). A inscrição ciprio-silábica diz: “Eu sou Aristila de Salamina, filha de Onasis”.

Fonte: KARAGEORGHIS, 1989, n° 92, direito.

Um processo iniciado já no século V e muito mais forte no século IV AEC é claramente visível na cultura material. Esse era o processo de adoção de estilos gregos e divergência do até então muito forte impacto oriental. Assim, não é surpresa que o alfabeto grego tenha sido introduzido em Chipre (cf. *Idiomas e Escritas*, abaixo) antes de ser encontrado nas moedas cunhadas pelo rei de Salamina Evagoras I (411-374/373 AEC) e que achamos objetos como a estela do túmulo de Aristila (Fig. 30), que obviamente foi produzida em uma oficina cipriota, mas fortemente influenciada pelos protótipos gregos ou mais áticos.

Período Helenístico (312-58/30 AEC) – Chipre sob o governo ptolomaico

Após a morte de Alexandre o Grande (323 AEC), a luta que irrompeu entre seus generais, especialmente entre Ptolomeu e Antígono, também teve um impacto em Chipre: Alguns dos reis cipriotas ficaram ao lado de Ptolomeu, outros, de Antígono. Ptolomeu I Sóter, que aboliu em 312 AEC as cidades-reinos, era finalmente capaz de prevalecer contra seu oponente e, em 294 AEC, Chipre tornou-se parte do reino ptolomaico por cerca de dois séculos e meio (Fig. 31).

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO



Fig. 31: Moeda produzida em Chipre sob domínio ptolomaico: a cabeça do rei Ptolomeu V Epifanes (205/4-181/0 AEC; 28 mm de diâmetro) no anverso e uma águia no reverso.

Fonte: ZAPATI; MICHAELIDOU, 2008, p. 128, nº 23.

Chipre estava fundamentalmente reestruturada sob os novos governantes: as cidades-reinos, que existiram por muitos séculos, eram agora história. Um *strategos* (general-governador), instalado pelos ptolomaicos, era a pessoa mais poderosa na ilha agora. Primeiro, Salamina foi a cidade mais importante da ilha, mas, desde a primeira metade do século II AEC, Paphos tornou-se capital.



Fig. 32: Os banhos helenísticos construídos na ágora de Amatunte no início do século III AEC.
Fonte: Sabine Rogge.

Apenas poucas construções ainda visíveis na ilha podem ser conectadas a esse período; quase tudo desapareceu com as novas construções se erguendo durante o tempo, quando Chipre foi incorporada ao Império Romano. Os cha-

A HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO CHIPRE ANTIGO

mados “Túmulos Reais” da nova Paphos (Nea Paphos) estão indubitavelmente entre os vestígios arquitetônicos mais impressionantes do período Helenístico. Esses túmulos obviamente copiaram o estilo dos monumentos funerários de Alexandria, a capital do reino ptolomaico no Egito (cf. *Paphos*, abaixo). O teatro de Paphos foi construído no começo do período Helenístico, e banhos no estilo grego (*balaneia*), que foram preservados em Kition e Amatunte (Fig. 32), podem também ser datados desse período. A ilha foi extensivamente helenizada sob o poder dos ptolomaicos – um processo que pode ser observado em todas as áreas de sua cultura material (Fig. 33).

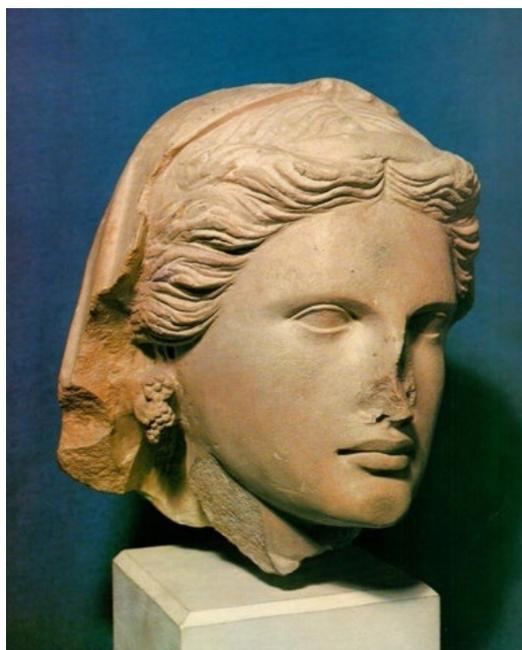


Fig. 33: Cabeça de mulher feita de calcário no início do século III AEC (27 cm), evidenciando a influência helenística.

Fonte: KARAGEORGHIS, 1989, nº 105.

Período Romano (58/30 AEC –século IV EC)

Os romanos já haviam assumido a posse da ilha em 58 AEC, mas ela voltou a ficar sob o domínio ptolomaico da rainha Cleópatra. Em 30 AEC, contudo, a ilha foi finalmente incorporada ao Império Romano e, em 22 AEC, ficou sob a condição de província senatorial administrada por um procônsul. Dos escritores antigos, podemos apenas adquirir informações escassas sobre a ilha de Chipre do período romano. Nosso conhecimento é principalmente baseado em vestígios arqueológicos e inscrições daquele tempo. Uma razão para esse silêncio entre os escritores antigos poderia ser o fato de que a ilha experienciou um período de paz e prosperidade sob o governo romano. Exceto por vários terremotos fortes (15, 76/77, 332, 342 EC) e a Revolta Judaica (115-117 EC), Chipre foi essencialmente poupada dos grandes tumultos daquele período.



Fig. 34: Magnífico piso de mosaico da Casa de Aion, em Nea Paphos, decorado com várias cenas mitológicas (meados do séc. IV EC).

Fonte: KARAGEORGHIS, 2012, p. 29, fig. 37.

A ilha, que continuou sendo uma importante exportadora de cobre e madeira, foi provida com numerosas construções públicas: templos, teatros, banheiros públicos, aquedutos, etc. Além disso, recebeu uma bem desenvolvida rede de estradas conectando as doze grandes cidades da ilha. Paphos (Nea Paphos) continuou sendo a capital – seu centro administrativo e cultural. Apenas no século IV EC foi suplantada por Salamina, que foi nomeada Constantia. Ambas, Nea Paphos e Salamina, foram as mais importantes cidades de Chipre durante o período romano.

Entre os mais impressionantes vestígios de Chipre do período romano estão os mosaicos. Em Nea Paphos, por exemplo, várias casas com elaborados pisos-mosaicos foram escavadas (Fig. 34; cf. *Paphos/Nea Paphos*).

Uma impressionante estátua de bronze do imperador Septímio Severo (Fig. 35) e as muitas estátuas de mármore, que podem agora ser vistas nas cidades cipriotas (Fig. 36), mostram a inclusão de Chipre no mundo romano (a ilha, a propósito, não tem nenhuma pedra de mármore; então, todas as estátuas de mármore – ou pelo menos a pedra de mármore – devem ter sido importadas).



Fig. 35: Estátua de bronze do imperador romano Septímio Severo (de Cirene, cerca de 200 EC; 2,08 m).

Fonte: KARAGEORGHIS, 2012, n° cat. 186.

Fig. 36: Estátua de mármore do deus grego Apolo (de Salamina, séc. II EC; 2,03 m).

Fonte: KARAGEORGHIS, 2012, n° cat. 192.

No título deste capítulo, o fim do período romano em Chipre é colocado no século IV EC. Todavia, não é possível apontar uma data precisa para o fim do período romano. O ano de 395 EC foi, no entanto, um ano decisivo, visto que o Império Romano foi dividido entre os filhos do imperador Teodósio I (379-395 EC), em parte oriental e ocidental. Sendo uma parte do Império Romano Oriental, Chipre não experienciou a queda dramática do Império Romano do Ocidente (no século V EC), mas foi embutido no Império Bizantino, que teve seu fim apenas quando os turco-otomanos conquistaram Constantinopla, a capital do império, em 1453 EC.

Tópicos especiais

Cobre

Em sua enciclopédia, *História Natural*, o autor romano Plínio, o Velho (23/24-79 EC) escreve que o cobre foi primeiramente descoberto no Chipre (*Naturalis Historia* 34, 2). Isso não é inteiramente verdade, mas essa declaração revela a importância do cobre para essa ilha, cujo nome é diretamente ligado a esse metal: a palavra “cobre” é derivada da expressão latina “*aes cyprium*” (metal de Chipre), que posteriormente foi corrompida a “*cuprum*”.



Fig. 37: Em Skouriotissa, uma enorme pilha de escória de cobre atesta a importância de Chipre como ilha de cobre.

Fonte: Sabine Rogge.

O cobre é necessário para a produção de bronze (junto com o estanho) e bronze é necessário para a produção de uma vasta variedade de objetos utilizados em quase todas as esferas da vida humana: ferramentas, armas, vasos, esculturas e assim por diante. A abundância de cobre no Chipre influenciou e avançou o desenvolvimento da ilha em muitos modos. Objetos feitos de cobre sólido foram produzidos desde a metade do quarto milênio AEC – mas apenas em números bastante pequenos. Uma indústria de cobre verdadeira, contudo, não se desenvolveu até bem mais de um milênio depois, quando os cipriotas puderam controlar melhor o processo de derretimento (i. e. a extração do metal do minério). O período de prosperidade da ilha na segunda metade do segundo milênio AEC (Idade do Bronze Final) está diretamente relacionado aos ricos depósitos de cobre de Chipre, tendo a ilha também permanecido como importante supridora de cobre no primeiro milênio AEC – com uma produção que alcançou níveis sem precedentes nos tempos romanos e não chegou a uma pausa até o século VII EC. Impressionantes testemunhas dessas atividades são as mais de quarenta pilhas de escória que podem ser encontradas nos locais onde havia

A HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO CHIPRE ANTIGO

extração de cobre, nas encostas dos Montes Troodos (Fig. 37). O peso das escórias de cobre antigo é estimado em aproximadamente 4 milhões de toneladas.

Visto que o cobre era tão importante para a Chipre antiga, não é surpreendente que esse metal estivesse obviamente associado de forma direta à atividade divina. Isso pode ser mais bem demonstrado em uma figura de bronze encontrada em Enkomi no ano de 1963, em uma construção identificada como um santuário (Fig. 57): O chamado “Deus do Lingote”, que mostra uma grande semelhança com figuras de bronze de guerreiros encontradas na região sírio-palestina, fica em cima de um objeto que pode ser claramente identificado como lingote de cobre. A figura retratada pode assim ser endereçada como uma divindade tutelar de processamento de cobre.



Fig. 38: Lingote de cobre medindo 73 cm de comprimento e pesando 39,18 kg (de Enkomi, séc. XVI/XV AEC).
Fonte: KARAGEORGHIS, 2002, p. 58, fig. 117.

Fig. 39: Lingote de bronze em miniature, 8,5 cm de comprimento, peso: 163 g (do santuário de “Deus Chifrudo” em Enkomi, séc. XII/XI AEC); contém inscrições da ainda não decifrada escrita cipriota-minoica.
Fonte: KARAGEORGHIS, 2002, p. 58, fig. 119.

Em Enkomi, também foi encontrado um lingote de cobre real (Fig. 38). Com um comprimento de 73 cm e pesando 39 kg, é um espécime extremamente grande e pesado; o peso médio de tais lingotes é de 29 kg. Foram encontrados 354 lingotes de cobre desse formato (assim chamados “lingotes de pele de boi”, porque têm a forma da pele de um boi) em um navio mercador, de origem possivelmente cipriota, que afundou em torno de 1300 AEC em Kap Uluburun, na costa meridional da Turquia. Tais lingotes de cobre têm sido amplamente negociados no Mediterrâneo e além.

Lingotes de pele de boi também aparecem em um tamanho muito menor (7 a 11 cm de comprimento), e não de cobre, mas de bronze (Fig. 39). Vários foram encontrados em Enkomi, no santuário do “Deus Chifrudo” ou na vizinhança

imediatamente. Alguns também carregam inscrições da ainda não decifrada escrita cipriota-minoica. Esses pequenos lingotes foram provavelmente utilizados como ofertas votivas, depositados em santuários com a intenção de solicitar assistência divina para extração e comércio de cobre.

Também achamos lingotes de pele de boi retratados em alguns suportes de bronze com quatro lados (Fig. 40), que formam um grupo muito característico de objetos de bronze produzidos no Chipre na Idade do Bronze Final; indubitavelmente, o cobre local foi usado em suas produções. Nesses suportes, os lingotes são carregados por homens em seus ombros.

Com relação à função desses suportes que foram encontrados em túmulos, santuários e tesouros (e muitas deles sem qualquer informação sobre sua proveniência), podemos ter certeza de que foram utilizados para servir de suporte a vasos que continham algum tipo de líquido (vinho, água) ou incenso queimando. Podemos também assumir que tais objetos elaborados não foram utilizados na vida cotidiana, mas para eventos especiais (talvez rituais?).



Fig. 40: Suporte pequeno em bronze da Idade do Bronze Final. Numa das quatro lados, está representado um homem carregando um lingote em seus ombros (provavelmente de Episkopi/Kourion, ca. 1200 AEC: 11 cm de altura).
Fonte: PILIDES; PAPADIMITRIOU, 2012, p. 79, fig. 11.5.

Idiomas e Escritas

Os documentos escritos mais antigos de Chipre são tabletas de argila contendo textos que ainda não foram decifrados, visto que não sabemos o idioma desses textos (Fig. 41). Por causa da similaridade dessa escrita, desenvolvida em aproximadamente 1500 AEC, como a escrita Minoica Linear A (usada em Creta),

A HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO CHIPRE ANTIGO

é rotulada cipriota-minoica. Essa escrita foi obviamente utilizada para escrever textos na linguagem falada pelos habitantes de Chipre durante a Idade do Bronze. Até agora, apenas relativamente poucos documentos escritos desse tipo foram encontrados.

A escrita cipriota-minoica foi posteriormente adotada e levemente adaptada pelos falantes de grego, que podem ter migrado para a ilha de Chipre quando a cultura micênica colapsou na Grécia, na Idade do Bronze Final: essa escrita modificada (silábica) – a chamada cipriota-silábica – é composta de cerca de 55 caracteres e foi utilizada para escrever textos gregos até o fim do século IV AEC, antes da ilha ficar sob o governo ptolomaico. A escrita parece ter desaparecido amplamente em torno de 200 AEC.

Há também alguns textos em cipriota-silábica que não podem ser lidos porque a linguagem desses textos não é grega, mas provavelmente o antigo idioma cipriota, o chamado “Eteocipriota”. A maior parte dessas inscrições (apenas cerca de duas dúzias) foi encontrada em Amatunte e nos arredores da cidade.

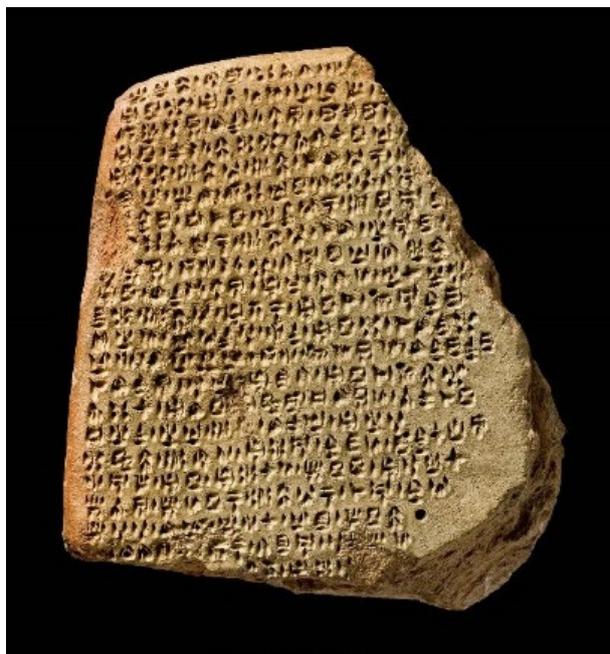


Fig. 41: Tábete de argila contendo textos que ainda não decifrados, uma vez que está escrita em cipriota-minoica (de Enkomi, ca. 1200 AEC; 9 cm de comprimento).

Fonte: Department of Antiquities, Cyprus.

Um inscrito adicional é fenício (Fig. 42), trazido por este povo quando se estabeleceram em alguns lugares de Chipre desde o século IX AEC. A maioria das inscrições fenícias foram certamente achadas em Kition, o assentamento mais importante dos fenícios em Chipre. Inscrições fenícias desapareceram totalmente quando a ilha ficou sob governo ptolomaico no século III AEC.

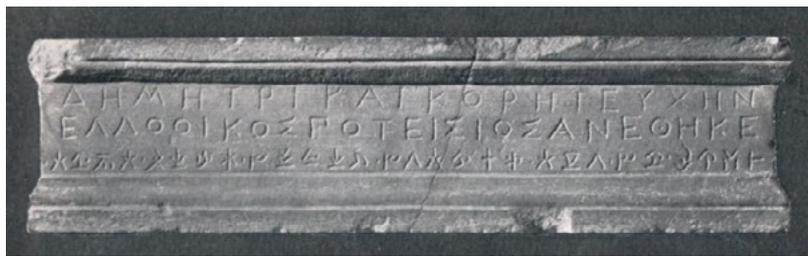
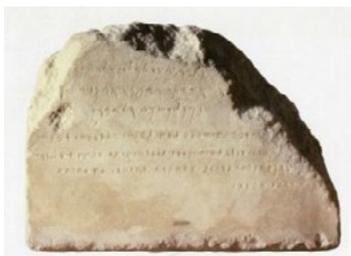


Fig. 42: Inscrição bilíngue (em cima fenício, em baixo grego em escrita cipriota-silábica) numa base calcária para uma pequena estátua de mármore (de Idalion, ca. 375 AEC; 40 cm de comprimento).

Fonte: PILIDES; PAPADIMITRIOU, 2012, p. 86, fig. 13.4.

Fig. 43: Base de mármore com uma inscrição bilíngue (de Cúrio, fim do séc. IV AEC; 28 cm de comprimento); não se trata de uma verdadeira inscrição bilíngue, uma vez que ambas as escritas são utilizadas para escrever o mesmo texto grego – primeiro no alfabeto grego e depois com caracteres cipriota-silábicos. É um dos documentos mais antigos em que são utilizados tanto o alfabeto grego como o cipriota-silábico.

Fonte: NICOLAOU, 1971, XIVb.

O alfabeto grego apareceu primeiramente em Chipre, na virada do século V para o IV AEC, mas apenas cerca de um século depois, quando a ilha ficou sob governo ptolomaico, foi quando tornou-se a principal escrita da ilha de Chipre (Fig. 43) – e permaneceu assim, mesmo quando a ilha se tornou parte do Império Romano.

Inscrições em latim foram certamente encontradas em Chipre também, mas, visto que o grego era o idioma oficial da ilha mesmo no período romano, o número de inscrições em latim, principalmente encontradas em marcos e edifícios, é bastante pequeno.

Religião/Santuários

Um modelo de argila encontrado no túmulo 22 da Idade do Bronze Inicial/Médio na necrópole de Vounous (Fig. 44) é o primeiro monumento a nos permitir observar uma atividade de culto/ritualística em Chipre. Há algumas estatuetas Neolíticas e Calcolíticas que podemos conectar a rituais religiosos, mas não podemos realmente provar isso. O modelo de Vounous, datado do fim do terceiro/começo do segundo milênio AEC, está obviamente mostrando uma cena em um santuário: dentro de um cercado circular, um grupo de pessoas se encontraram – um sentando-se em um tipo de trono, outros, em bancos, e alguns juntos em pé, em grupos. Em ambos os lados da entrada há áreas cercadas com bois. O cercado pode ser interpretado como um santuário ao ar livre; no centro do ritual está uma estrutura consistindo de três postes verticais, encimados por crânios de touros (oposto da entrada).



Fig. 44: Modelo de argila de um santuário encontrado em um túmulo da necrópole de Vounous (ca. 2100-1800 AEC; 37 cm de diâmetro).

Fonte: KARAGEORGHIS, 2012, n° cat. 23.

Fig. 45: Modelo de argila representando cena de libação num santuário (da necrópole de Kotchati, ca. 2100-1800 AEC; 23,5 cm de altura).

Fonte: KARAGEORGHIS, 2006, p. 40, fig. 32.

Felizmente, dois modelos encontrados em Kotchati (em um ou dois túmulos) mostram essa estrutura mais claramente (Fig. 45). Visto que temos ausência de informação precisa sobre crenças religiosas e atividades de culto no Chipre pré-histórico, podemos apenas interpretar bem vagamente a cena apresentada no modelo de Vounous. A situação é muito melhor na Idade do Bronze Final, quando um número de santuários pôde ser confiavelmente identificado em Chipre (em Enkomi, Kition-Kathari, Palaipaphos e em alguns outros locais). Eles frequentemente se assemelham ao tipo de santuário do Oriente Próximo com um campo aberto dentro de um *témenos*²¹², que é majoritariamente equipado apenas com instalações arquitetônicas bastante simples.

O templo com colunatas, que desde o século VI AEC era construído em todas as partes do mundo grego (cf., por exemplo, o templo de Apolo em Corinto, o Partenon em Atenas, o templo de Apolo em Delfos e o templo de Zeus em Olímpia), não é encontrado em santuários cipriotas, que são firmemente enraizados em uma tradição oriental (Fig. 46).

212 Na Grécia Antiga, um *témenos* (em grego, τέμενος) era uma terra delimitada dedicada a um deus, excluída dos usos seculares. Para além dos grandes santuários, magnificamente decorados, havia também um grande número de pequenos e simples santuários; nem todos estes pequenos santuários, para além do altar, estavam equipados com um templo. Quase sempre se tinha que passar por uma purificação antes de poder entrar nele. O *temenos* era composto de várias partes, como propileus, altar, templo, tesouros, estoas, etc. O primeiro testemunho registrado está em grego micênico “te-me-no”, escrito em Linear B.

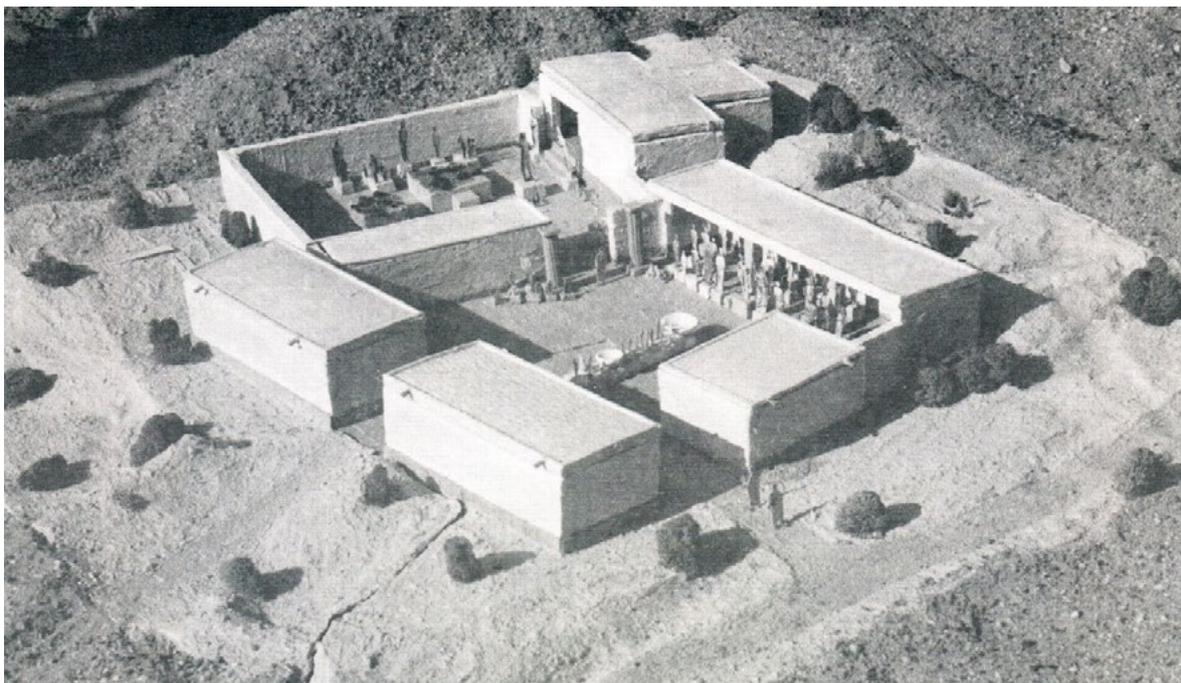


Fig. 46: Maquete de um santuário cipriota típica: o santuário de Apolo em Idálio, utilizado desde o século VII até ao século III/II AEC.

Fonte: SENFF, 1993, 2a

Apenas no período helenístico e romano os templos erguidos são mais próximos à forma “padrão” de templos encontrados em partes mais ocidentais do mundo antigo. O templo de Zeus, *Olympios*, em Salamina, construído no fim do século II AEC, é até agora o único com colunatas em Chipre; templos com uma fachada com quatro colunas, recordando-nos do típico templo romano erguido em um pódio, foram construídos no santuário de Apolo, *Hylates*, em Cúrio (Fig. 47) e na acrópole de Amatunte (templo de Afrodite). As capitais nabateias (não coríntias) nos templos de Cúrio e Amatunte, no entanto, ainda mostram a conexão próxima da ilha de Chipre com o Leste.

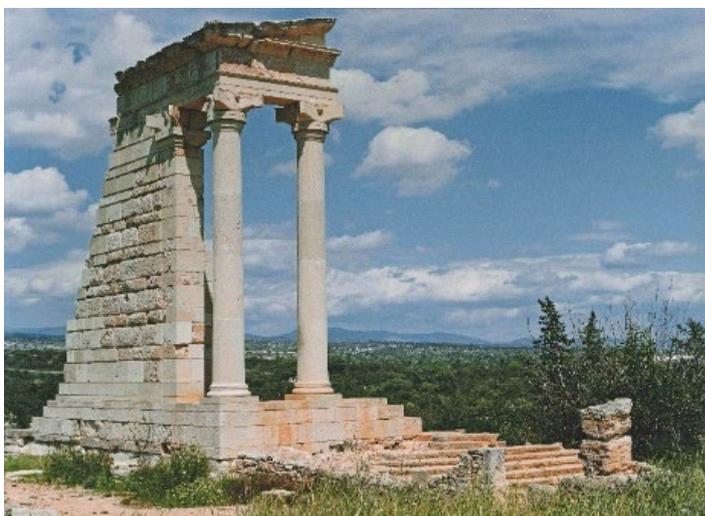


Fig. 47: Templo de Apolo Hylates em Cúrio, que, em partes, foi reconstruído pelos arqueólogos. O edifício, que passou por várias fases de construção nos séculos I e II EC, tinha originalmente quatro colunas na fachada.

Fonte: Sabine Rogge.

A HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO CHIPRE ANTIGO

Um santuário escavado em 1929 próximo ao vilarejo de Agia Irini (Fig. 48) mostra-nos como era um típico santuário rural do Chipre. Era um santuário a céu aberto com apenas instalações arquitetônicas absolutamente modestas dentro de um muro-*temenos*.



Fig. 48: Fotografia tirada durante a escavação do santuário rural escavado em 1929 próximo ao vilarejo de Agia Irini; é possível ver claramente o altar cercado por cerca de 2000 figuras de terracota de tamanhos muito diferentes.

Fonte: WINBLADH, 1997, p. 159 (CY059).



Fig. 49: Das cerca de 2.000 figuras de terracota escavadas no santuário de Agia Irini, metade está agora exposta no Museu do Chipre, em Nicósia; a segunda metade (veja a foto) pode ser vista no Medelhavsmuseet, em Estocolmo (Suécia).

Fonte: KARAGEORGHIS, 2003, p. 154

Fig. 50: Uma das muitas figuras arcaicas do santuário de Agia Irini. Essa figura de terracota, composta de duas partes, está em Nicósia, no Museu do Chipre (ca. 80 cm de altura).

Fonte: Department of Antiquities, Cyprus.



Agia Irini 1566

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

O centro do santuário era um altar com uma pedra no topo, ao redor do qual foram organizadas, em círculos concêntricos, cerca de duas mil figuras de terracota de tamanhos muito diferentes, a maioria delas datadas do período de 700-500 AEC (Figs. 49 e 50).

O santuário pode ser redirecionado à última fase da Idade do Bronze Final (ca. 1200-1050 AEC) e foi abandonado após ter sido inundado por uma enchente em torno de 480 AEC; apenas no período helenístico foi reutilizado de forma bem reduzida. A enchente fez com que os escavadores encontrassem, em 1929, as figuras de terracota em seu contexto original, e a maioria delas *in situ*. A divindade adorada no santuário de Agia Irini deve ter sido uma masculina, visto que as figuras de terracota são quase exclusivamente masculinas; a identidade da divindade, no entanto, não é revelada pela evidência epigráfica.

Chipre, contudo, é geralmente conhecida como a ilha de Afrodite. O poeta grego Hesíodo (ca. séculos VIII a VII AEC) conta-nos em sua *Teogonia* (188-200) que a deusa nasceu a partir da espuma (*aphrós*, em grego) produzida pela genitália do deus Urano, que seu filho, Cronos, cortou e arremessou ao mar. Ele também nos conta que a deusa Afrodite foi primeiramente à ilha grega de Citera e, de lá, a Chipre. A estátua de mármore de Soloi (cidade situada à noroeste da ilha), mantida no Museu do Chipre em Nicósia, é algo quase emblemático relativo a essa deusa (Fig. 51).



Fig. 51: Estátua de mármore da deusa Afrodite (de Soloi, sec. I AEC; 81 cm).

Fonte: KARAGEORGHIS, 2012, n° cat. 185.

Fig. 52: Estatueta de terracota do tipo deusa/sacerdotisa com os braços levantados (de Palaipaphos, sec. VII AEC; 36,5 cm).

Fonte: KARAGEORGHIS, 2005, p. 34, fig. 29.

Fig. 53: Estátua de Afrodite segurando Eros em seu braço esquerdo (supostamente de Golgoi, ca. 330-320 AEC; 126 cm); a divindade está vestida com *quítton* e *himation* e com um tipo de coroa em sua cabeça, que è decorada com palmetas e mulheres nuas.

Fonte: KARAGEORGHIS, 2000, n° cat. 341.

A HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO CHIPRE ANTIGO

Essa estátua, frequentemente fotografada, coincide exatamente com a imagem que as pessoas geralmente têm dessa divindade: a bela divindade do amor apresentada em completa nudez. Mas, apenas pelos séculos V e IV AEC a poderosa deusa de Chipre foi identificada com a grega Afrodite. As imagens no estilo grego, como a Afrodite de Soloi, mostrando a divindade semi ou completamente nua, não aparecem antes do fim do século IV AEC. O que podemos dizer com certeza é que a principal divindade de Chipre era feminina e muito frequentemente chamada apenas de “a deusa”, “Kypria” ou – de acordo com seus locais de culto mais importantes, por exemplo, Paphos, Golgoi, Idálio – “Paphia”, “Golgia” e “Idalia”. A antiquíssima expressão “*wanassa*” (governante) foi também utilizada para ela. Podemos admitir que, na maioria dos casos, não podemos seguramente identificar essa divindade entre as muitas figuras/estátuas cipriotas feitas de argila ou calcário (Fig. 52).

Uma estátua que retrata indubitavelmente Afrodite – por causa do pequena Eros em seu braço esquerdo – mostra a divindade vestida com *quíton*²¹³ e *himation*²¹⁴ e com um tipo de coroa em sua cabeça, que é decorada com *anthemia*²¹⁵ e figuras femininas nuas (Fig. 53). Em seu santuário em Palaipaphos, o local de culto mais importante da ilha, completamente famoso no mundo antigo, a adoração anicônica foi obviamente continuada até o santuário deixar de funcionar (cf. *Paphos*, abaixo).

Apesar disso, muitas coisas são incertas com relação à “Grande Deusa” do Chipre que, posteriormente, foi identificada como a divindade grega Afrodite, não há dúvidas que essa divindade era adorada na maioria dos santuários urbanos, extramuros e rurais da ilha. A maioria dos deuses gregos famosos, tais como Atenas, Apolo, Ártemis, Deméter (e Core), Dionísio, Hera, Hermes, Poseidon e Zeus, também eram adorados em Chipre, mas apareceram bem depois – muitos deles apenas nos períodos helenístico e romano. Frequentemente essas divindades eram adoradas juntamente a Afrodite.

213 Quíton (do grego χιτών, khitón) é uma peça de vestuário utilizada na Antiguidade. Era uma túnica usada tanto por homens quanto por mulheres. Estendida, era basicamente um retângulo de tecido.

214 Himation (do grego ἱμάτιον) era um tipo de roupa, um manto usado por homens e mulheres gregos antigos desde o período arcaico até o helenístico (c. 750-30 AEC).

215 Anthemion (plural Anthemia) é o termo grego para uma faixa de friso composta por elementos florais (folhas de lótus ou palmetas) e que era utilizada em aplicações arquitetônicas e decorativas na Antiguidade.



Fig. 54: Quatro figuras apresentando o deus egípcio Bes num magnífico sarcófago de calcário encontrado num túmulo em Amatunte (ca. 500-475 AEC; 1,09 m de comprimento).

Fonte: 2000, n° cat. 330 (view 2).

Fig. 55: Capital de calcário com a imagem da deusa egípcia Hathor, encontrado no santuário de Afrodite na acrópole de Amatunte (ca. 500 AEC; 1,21 m de altura).

Fonte: HADJISAVVAS, 2010, n° cat. 125.

Os fenícios certamente introduziram seus próprios deuses em Chipre quando se estabeleceram na ilha. Sua deusa Astarte (e Anat também) foi identificada com Afrodite. Em Kition, sua cidade principal, Astarte era adorada em um templo erguido na metade do século IX AEC. Esse templo, no entanto, foi construído nas fundações de um templo da Idade do Bronze Final que era provavelmente dedicado à “Grande Deusa” de Chipre.

Os fenícios também introduziram algumas divindades egípcias – como, por exemplo, Bes (Fig. 54) e Hathor (Fig. 55); a última parece ter sido identificada como Afrodite em cerca de 500 AEC e adiante. Outras divindades egípcias como Serápis e Ísis foram adicionadas posteriormente, no período helenístico, quando a ilha estava sob o governo dos reis ptolomaicos residentes em Alexandria.

Observar a impressionante figura de bronze do “Deus Chifrudo” (Fig. 56) e do “Deus do Lingote” (Fig. 57), ambos de Enkomi e datados dos séculos XIII e XII AEC, mostra-nos que os deuses masculinos eram venerados no Chipre desde a Idade do Bronze Final. Um deus (da fertilidade) masculino foi adorado no santuário de Agia Irini mencionado acima e, perto de Cúrio, outro deus

A HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO CHIPRE ANTIGO

masculino (“Deus das Madeiras” – *Hylates*) foi venerado em um santuário, que depois tornou-se dedicado a Apolo (cf. *Cúrio*, abaixo).



Fig. 56: Encontrado num santuário em Enkomi, o chamado “Deus Chifrudo” é a maior figura de bronze da Idade do Bronze Final encontrada em Chipre (51,5 cm de altura, sec. XIII/XII AEC; 51,5 cm).

Fonte: Department of Antiquities, Cyprus.

Fig. 57: A figura de bronze, conhecida como “Deus do Lingote”, foi encontrada num santuário em Enkomi; representa uma figura masculina armado e de pé sobre um lingote (sec. XIII/XII AEC; 35 cm).

Fonte: HADJISAVVAS, 2010, p. 118.

Em Salamina, temos o templo com colunatas do deus grego Zeus (*Olympios*), construído no período helenístico. Com relação a Apolo e Zeus, podemos assumir que o poderoso deus masculino venerado em Chipre por um longo tempo foi, posteriormente, identificado com esses dois deuses gregos – no tempo em que os deuses venerados em Chipre se tornaram helenizados, um processo que provavelmente não começou antes do século IV AEC.

Sítios arqueológicos importantes – uma seleção

Khirokitia

O pequeno e imperceptível (moderno) vilarejo de Khirokitia está localizado a meio caminho entre Lárnaca e Limassol, a 6 km da beira-mar. Quando as primeiras escavações foram executadas nesse vilarejo em 1934, os arqueólogos não tinham ideia de que haviam tido contato com o maior e mais importante assentamento neolítico do Chipre, datado da fase tardia do Neolítico Pré-Cerâmico (Acerâmico) (ca. 7000-5200 AEC) –, uma fase caracterizada pelos seus objetos de pedra (Figs. 58 e 59), pois a cerâmica ainda era desconhecida até então.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO



Fig. 58: Tigela de pedra decorada (7º/6º milénio AEC; 30,5 cm de comprimento).

Fonte: *World Heritage Sites in Cyprus*, 1999, p. 15.

Fig. 59: Figura antropomórfica de pedra (7º/6º milénio AEC; 19 cm de altura).

Fonte: HADJISAVVAS, 2010, nº cat. 18.

Neste meio tempo, uma grande parte desse assentamento, que se estende sobre uma colina como uma faixa larga, foi escavada (Fig. 60). A inclusão de Khirokitia na Lista de Patrimônio Cultural da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1998, confirma, de forma mais impressionante, a importância desse antigo assentamento.



Fig. 60: Fotografia aérea do assentamento neolítico de Khirokitia, situado entre as cidades modernas de Larnaca e Limassol.

Fonte: LE BRUN, 1997, fig. 4.

A HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO CHIPRE ANTIGO

É assumido que cerca de trezentas a seiscentas pessoas viviam ali ao mesmo tempo – pessoas que estavam caçando gamos, pescando, criando ovelhas, bodes e porcos e que praticavam agricultura. Elas viviam em construções circulares de diâmetro exterior variando entre 2 e 10 m, aproximadamente (Fig. 61).



Fig. 61: Um complexo de edifícios circulares reconstruídos no sítio arqueológico de Khirokitia.
Fonte: Sabine Rogge.

Pedras, terra socada e tijolos de barro foram os materiais de construção aplicados; os muros, alcançando uma altura de até 3,50 m, eram cobertos por um reboco de argila tanto no interior como no exterior. Algumas das casas eram equipadas com lareiras, bacias, nichos de parede e pódios ou bancos ao longo dos muros; algumas parecem ter um tipo de mezanino. Se as construções tinham janelas, estas eram pequenas, assim como as portas. Aparentemente, várias de tais construções circulares agrupadas ao redor de um campo formavam uma unidade residencial. É provável que a vida cotidiana tivesse ocorrido nesses campos; é também provável que a maioria do trabalho realizado em tal comunidade tivesse sido feito ali.

Não foi (ainda) encontrado um santuário em Khirokitia, e os arqueólogos não tiveram que procurar um cemitério perto do assentamento, uma vez que os mortos foram enterrados sob o chão ou nas imediações das casas (Fig. 62).

Como os outros assentamentos do Neolítico Acerâmico, Khirokitia foi abandonada aproximadamente em 5500 AEC – por uma razão que desconhecemos. Apenas em torno de um milênio depois, as pessoas se estabeleceram lá novamente, na fase tardia do período Neolítico, quando as cerâmicas fizeram sua primeira aparição.



Fig. 62: Sepultura de uma jovem mulher sob o chão de um dos edifícios circulares de Khirokitia.
Fonte: LE BRUN, 1997, fig. 47.

Enkomi

O sítio arqueológico de Enkomi está localizado muito próximo a Salamina, a apenas 4 km do mar (Fig. 77). Durante as primeiras escavações nesse sítio, realizadas no fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, os arqueólogos acreditavam ter encontrado um cemitério da Idade do Bronze Final (ca. 1650-1050 AEC). Apenas na década de 1930, os arqueólogos descobriram que aquela área, onde muitos túmulos foram descobertos, era parte de um assentamento – não apenas um assentamento comum, mas um dos mais importantes do Chipre na Idade do Bronze Final, com uma área medindo cerca de 400 m × 350 m. As escavações realizadas nesse local – até a invasão turca de 1974 tornar impossível investigações adicionais – descobriram grandes partes dessa cidade (Fig. 63).

Ao menos algumas partes do sítio de Enkomi já eram habitadas no século VI AEC. Três séculos depois, no entanto, a área foi reorganizada em um jeito inovador: recebeu uma rede de ruas ortogonais e foram erguidas numerosas construções particularmente representativas. Os muros dessas construções consistem

A HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO CHIPRE ANTIGO

(pelo menos em sua parte inferior) de grandes blocos de calcários cuidadosamente esculpidos – um tipo de alvenaria que foi provavelmente inspirada pelos protótipos no Levante (Ugarit) e que era desconhecida em Chipre até aquele tempo.



Fig. 63: Foto aérea do assentamento de Enkomi.
Fonte: TRÜMPLER, 2003, p. 51.



Fig. 64: Santuário do “Deus Chifrudo” na cidade de Enkomi.
Fonte: Sabine Rogge.



Fig. 65: Vestígios de túmulos descobertos nas áreas habitadas de Enkomi (no primeiro plano e no plano de fundo, à esquerda do arbusto verde).

Fonte: Sabine Rogge.

Isso se aplica a ambas as construções residenciais, provavelmente atribuídas à elite e às construções particularmente proeminentes da cidade, tais como o santuário do “Deus Chifrudo” (Fig. 64), onde a famosa figura de bronze de um deus masculino vestindo um elmo cônico com chifres (Fig. 56) foi encontrada.

Em várias áreas da cidade, a metalurgia era praticada – de forma particularmente impressionante na parte norte da cidade, próximo ao portão norte, onde os escavadores descobriram algumas oficinas de cobre.

Os numerosos túmulos descobertos nas áreas habitadas de Enkomi (Fig. 65) não contêm apenas a costumeira quantidade de vasos de cerâmica, mas também objetos particularmente valiosos e às vezes muito raros, tais como uma caixa de jogos de marfim (Fig. 13). Isso não é surpreendente, visto que essas sepulturas certamente eram reservadas à elite de Enkomi. A cidade deve também ter tido uma necrópole separada, mas esta ainda não foi localizada.

Rumo ao final do século XIII AEC, Enkomi vivenciou uma grande destruição, mas ainda existiu até o século XI AEC. Finalmente, quando o porto da cidade, que era conectado ao mar por um canal, foi assoreado, os habitantes de Enkomi aparentemente se mudaram para mais próximo da costa, onde a cidade de Salamina foi fundada.

Paphos

Palaipaphos / Kouklia

No pequeno vilarejo moderno de Kouklia, localizado no sudoeste da ilha, os vestígios da antiga cidade de Palaipaphos (Antiga Paphos) foram escavados – entre estes, os vestígios do maior santuário cipriota (Fig. 66). Na Idade do Bronze Final (séculos XIII a XII AEC), Palaipaphos já era um assentamento florescente, consideravelmente maior do que a moderna Kouklia. Quando Nícocles, o último rei da cidade-reino de (Palai-)Paphos, fundou a cidade de Nea Paphos (Nova Paphos) aproximadamente 15 km mais a oeste no fim do século IV AEC, Palaipaphos perdeu sua importância como uma cidade, mas permaneceu como um sítio de proeminente importância para cultos. Aqui, uma deusa da fertilidade (a “Grande Deusa”) era adorada desde a Idade do Bronze Final, que posteriormente foi associada com a Afrodite grega. De acordo com a tradição oral, o local de nascimento de Afrodite era próximo a esse sítio, em uma localização chamada “Petra tou Romiou” (Pedra do Romano)

O que sobrou do santuário da Idade do Bronze Final é um monumental muro de um cercado construído com enormes blocos de calcário e alguns vestígios escassos que não nos permitem realmente reconstruir esse santuário.

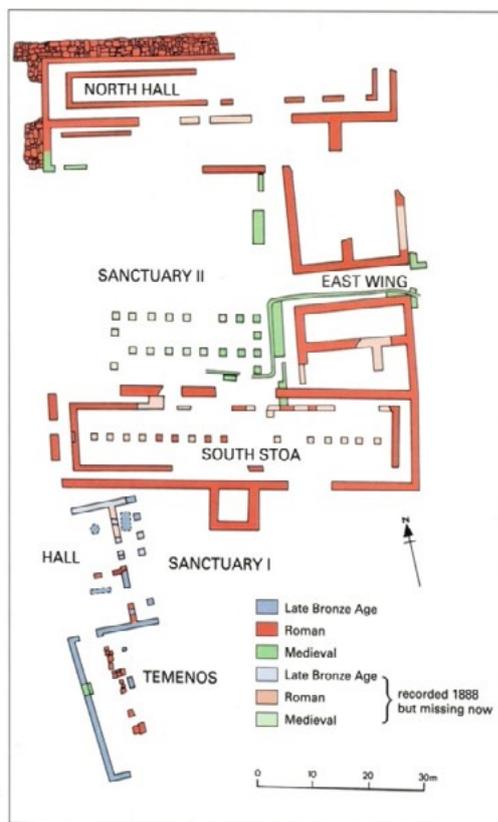


Fig. 66: Planta e foto das ruínas do santuário de Afrodite na antiga cidade de Palaipaphos. Na planta, os restos do santuário da Idade do Bronze Final (Santuário I) estão marcados em azul, e os do santuário do período romano (Santuário II) em vermelho. Na fotografia, é possível ver os restos escassos do santuário dentro da impressionante muro de um cercado da Idade do Bronze Final com seus grandes blocos de calcário.

Fontes: MAIER, 2004, fig. 23 [planta]; Sabine Rogge [foto].

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

Podemos, mesmo assim, assumir que tratava-se de um santuário com um campo aberto intimamente ligado aos santuários do Mediterrâneo Oriental. Nos tempos romanos, no final do século I/começo do século II EC, novas construções foram erguidas adjacentes aos antigos complexos de culto – entre elas, duas longas construções provavelmente usadas para banquetes de rituais: a *stoa*²¹⁶ sul (“South Stoa” na planta, fig. 66) e o salão norte (“North Hall” na planta, fig. 66), ambas equipadas com pisos de mosaico. Parece que o santuário, que funcionou até o século IV EC, nunca foi equipado com um templo “real” com colunas ao menos na fachada da construção. Felizmente, podemos obter uma impressão de como eram os santuários pelas moedas (Fig. 67), datadas do período helenístico à metade do século III EC. Todas mostram uma construção bastante pequena – algum tipo de santuário – erguida ao redor de uma simples “estátua” cültica anicônica (*baitylos*). Um objeto cônico feito de pedra escura encontrado no santuário (Fig. 68) é considerada por alguns arqueólogos como essa “estátua” cültica anicônica; embora isso seja bastante improvável, a pedra original pode ter sido muito similar.

Visto que a área onde esse santuário uma vez esteve é seriamente impactada pelas atividades de construção posteriores (medievais), a possibilidade de aumentar nosso conhecimento com futuras escavações não existe.



Fig. 67: Moeda do imperador romano Vespasiano (69-79 EC) com a representação do santuário de Afrodite em Palaipaphos; um objeto cônico é claramente visível no centro.

Fonte: KARAGEORGHIS, 2012, n° cat. 159.9.

Fig. 68: Pedra cônica encontrada no santuário de Afrodite em Palaipapho, que é considerada por alguns arqueólogos como “estátua” cültica anicônica (1,22 m de altura).

Fonte: *World Heritage Sites in Cyprus*. Nicosia 1999, p. 19.

216 *Stoa* (em grego: στοά; romaniz.: *stoá*, pl. *stoai*) é um elemento arquitetônico muito utilizado na Grécia Antiga e que consistia em um corredor ou pórtico coberto, comumente destinado ao uso público.

A HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO CHIPRE ANTIGO

Nea Paphos (Nova Paphos)

Na moderna cidade de Paphos, situada no extremo sudoeste da ilha, os arqueólogos escavaram grandes partes da antiga cidade de Nea Paphos (Fig. 69). Nicles, o último rei da cidade-reino de Paphos, fundou a cidade no fim do século IV AEC (provavelmente por causa da possibilidade de construir um bom porto nesse lugar), apenas poucos vestígios arqueológicos podem ser remetidos à fase inicial da cidade: um destes é o teatro nos declives da chamada colina “Fabrica”, para cerca de 8.000 espectadores.



Fig. 69: Mapa evidenciando os sítios arqueológicos mais importantes de Nea Paphos.
Fonte: MAIER, KARAGEORGHIS, 1984, p. 227, fig. 208.

Podemos também assumir que esse foi o primeiro teatro de Chipre. Quando a ilha ficou sob governo ptolomaico no começo do século III AEC, primeiro com Salamina como capital, Nea Paphos sucessivamente tornou-se o centro po-

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

lítico, administrativo, econômico e cultural da ilha – um processo completado no começo do século II AEC. A cidade também continuou sendo a capital da ilha quando Chipre se tornou parte do Império Romano.

Apesar da importância da cidade sob o governo ptolomaico, vestígios arquitetônicos daquele período são extremamente raros em Nea Paphos (isso também se aplica a toda a Ilha do Chipre). Apenas voltando-nos para a grande necrópole ao norte da cidade, podemos ver alguns vestígios impressionantes daquele período, as chamadas “Tumbas dos Reis”²¹⁷ (Fig. 70), com sua relação muito óbvia com os túmulos na capital ptolomaica de Alexandria (no Egito).



Fig. 70: Um dos chamados “Túmulos Reais” na necrópole epónima de Nea Paphos. Estes túmulos helenísticos, obviamente inspirados por túmulos da Alexandria egípcia, copiam luxuosas casas domésticas e são totalmente diferentes dos túmulos “normais” de Chipre.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tombs_of_the_Kings_Paphos_Cyprus_Tomb_3_4.JPG.

217 A grande necrópole localizada fora das muralhas do norte de Nea Paphos, com seus impressionantes túmulos escavados na rocha, recebeu o nome de “Tumbas dos Reis” no segundo quartel do século XX. Esta denominação não condiz com a realidade, uma vez que os túmulos não são de reis, mas da elite da cidade, sepultados numa época em que toda a ilha estava sob o domínio ptolomaico (de 294 a 58 AEC). As cidades-reinos cipriotas com seus respectivos reis foram abolidas a partir desse período.

A HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO CHIPRE ANTIGO

Desde que Nea Paphos continuou sendo a capital da ilha até o século IV EC, destacou-se como uma cidade com muitas construções representativas. O governador romano (*proconsul*) tinha sua residência ali. A chamada “Villa de Theseus”, com suas mais de cem salas e corredores, é obviamente tal residência. Essa construção luxuosa com seus muitos mosaicos e seu complexo de banho privado foi construída no fim do século II/começo do século III EC. Outras casas com elaborados pisos de mosaico são a “Casa de Dionísio”, a “Casa de Orfeu” e a “Casa de Aion” (os nomes dessas casas são puramente artificiais; eles eram baseados nas figuras mitológicas apresentadas nos mosaicos encontrados nessas casas).

Na “Casa de Dionísio” – construída no fim do século II EC nas fundações de uma casa mais antiga –, cerca de um quarto do espaço inteiro de convivência é decorado com mosaicos no piso (Fig. 71). Essa é uma casa grande, mas típica daquele tempo, com cerca de quarenta cômodos (alguns deles utilizados como oficinas) construídos ao redor de um campo aberto – o *atrium*. A “Casa de Aion”, construída no século IV EC, é decorada com um mosaico de grande mão de obra. Vários temas mitológicos são retratados neste local (Fig. 34).

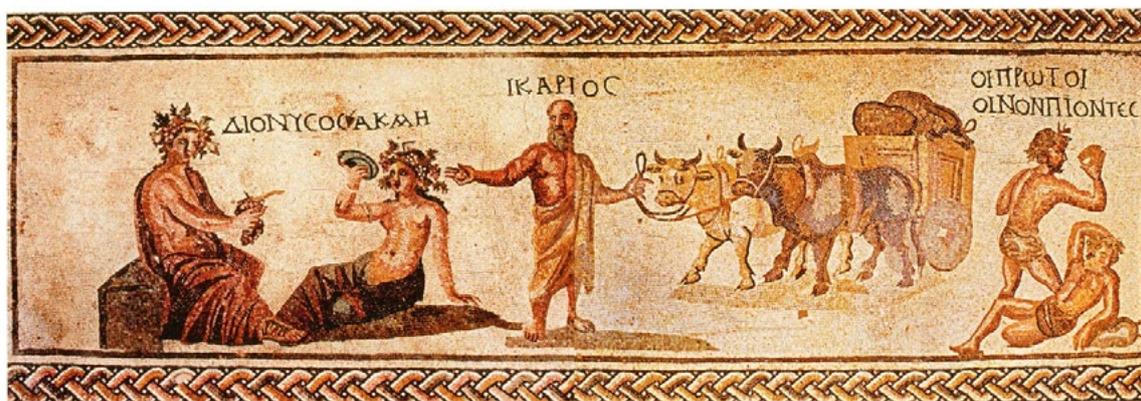


Fig. 71: Mosaico da “Casa de Dionísio” em Nea Paphos (fim do sec. II / início do sec. III AEC), mostrando o mito de Ikarios e os “Primeiros Bebedores de Vinho” (cf. a inscrição grego à direita).
Fonte: KARAGEORGHIS, 2012, p. 28, fig. 34.

Nea Paphos estava certamente equipada com todas as construções com as quais uma cidade romana deveria ser provida. Entre as construções escavadas, há uma ágora, um odeão, um Asclepieion e partes dos muros da cidade; além disso, sabemos a localização do anfiteatro, ainda não escavado. Em 1980, ambas Palai-paphos e Nea Paphos foram inscritas na lista de Patrimônio Mundial da Unesco.

Cúrio (Kourion)

A cidade de Cúrio, localizada na costa sul de Chipre cerca de 10 km a leste de Limassol, fica em uma região onde a mais antiga evidência de assentamento data da fase tardia do período Neolítico (ca. 5500-3900 AEC). Em Cúrio, no entanto, os vestígios arqueológicos são principalmente datados dos períodos romano e cristão inicial.

Em tempos posteriores, quando a cidade se tornou uma sede episcopal, uma grande basílica foi erguida próxima ao fórum (começando do século V EC) e mais duas foram construídas nas proximidades: uma na costa, no pé da colina Kourion (basílica litorânea, começo do século VI EC) e uma próxima ao estádio (basílica extramuros, fim do século V EC) (Fig. 72).

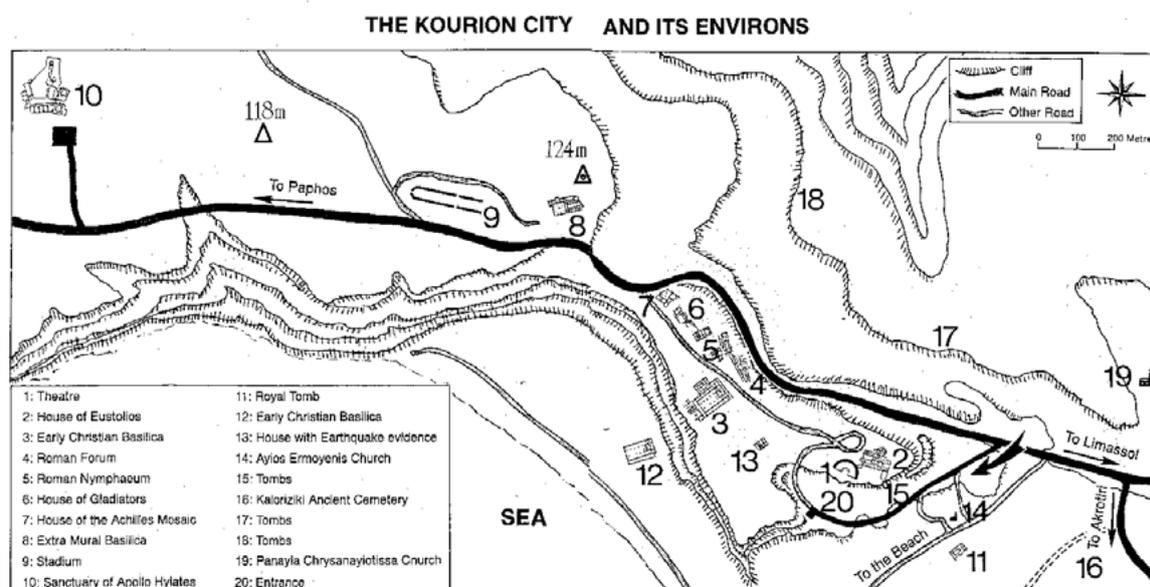


Fig. 72: Carta topográfica apontando os principais vestígios arqueológicos de Cúrio.

Fonte: CHRISTOU, 1996, pp. 94-95.

A cidade foi equipada com todas as construções necessárias: um teatro para aproximadamente 3.500 espectadores, uma praça espaçosa – o fórum – rodeada por colunatas sombreadas, banhos públicos, um impressionante ninfeu e residências públicas e domésticas, algumas delas luxuosamente decoradas com mosaicos (Fig. 73 e Fig. 74).

O historiador grego Heródoto (século V AEC) informa-nos que Cúrio foi fundada por pessoas de Argos, cidade grega situada no Peloponeso. Investigações arqueológicas, na contramão, têm revelado um assentamento da Idade do

A HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO CHIPRE ANTIGO

Bronze Final em um sítio próximo, o de Bamboula (perto de Episcópi), que pode ser identificado como a cidade originária de Cúrio. Cúrio é mencionada no prisma de Assaradão (Esar-Hadom) (673/672 AEC) como uma das cidades-reinos cipriotas (com um rei chamado “Damasu”).

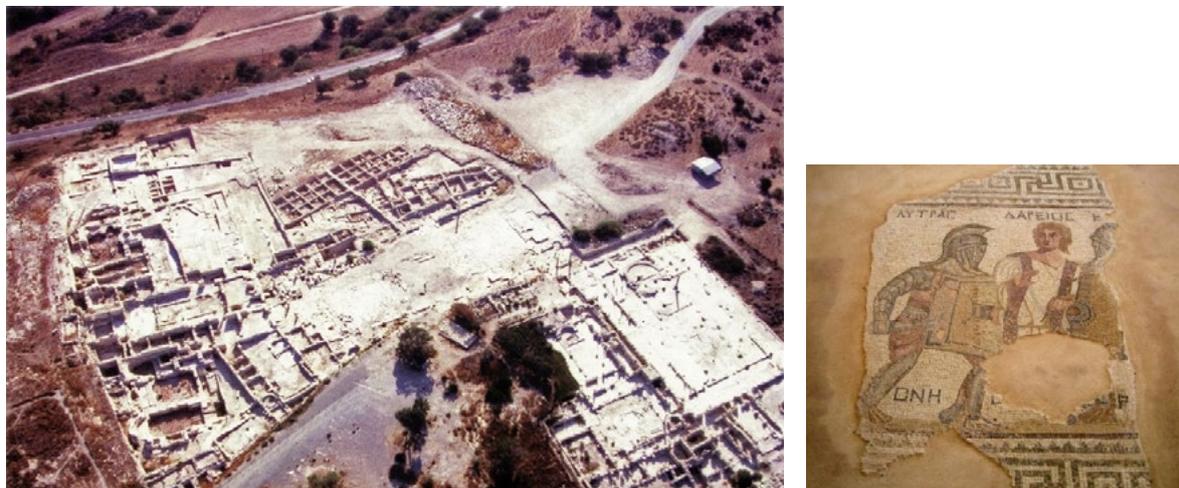


Fig. 73: Fotografia aérea de Cúrio, com a basílica episcopal (em baixo à direita) e a grande área do fórum romano – mercado e ponto de encontro dos habitantes da cidade; os vestígios datam de meados do século IV AEC até meados do século VII EC.

Fonte: CHRISTOU, 2007 (8a edição), p. 4.

Fig. 74: Mosaico que mostra dois gladiadores com uma pessoa entre eles, que é provavelmente o árbitro. O mosaico decorava o chão da chamada Casa dos Gladiadores, um edifício especialmente representativo do século III EC.

Fonte: Sabine Rogge.

As escavações na cidade de Cúrio não têm – até agora – revelado um templo/santuário, mas aproximadamente 2,5 km a oeste da cidade, um santuário dedicado a Apolo *Hylates* foi localizado (Fig. 75). A estrutura começou como um local de culto bastante humilde no fim do século VIII AEC, onde um deus da fertilidade era adorado.

O epíteto *Hylates* (*Hyle* é a palavra grega para madeira) está referindo-se a esse “Deus das Madeiras”. Apenas do século V AEC em diante, esse deus foi identificado como o deus grego Apolo. É principalmente o santuário do século II EC – reconstruído após o desastroso terremoto de 76/77 EC – que podemos estudar nesse sítio arqueológico. Nele, compreendem-se todas as características de um santuário: um altar (sempre uma das características mais importantes de um santuário), um templo, edifícios nas quais as preciosas dedicações podem ser apresentadas/armazenadas (os chamados tesouros) e construções em que os banquetes do culto poderiam ser realizados. Bastante única é uma estrutura circular onde árvores foram plantadas (vários furos de árvore foram encontrados

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

pelos arqueólogos); essa estrutura era provavelmente utilizada para procissões de rituais e danças.

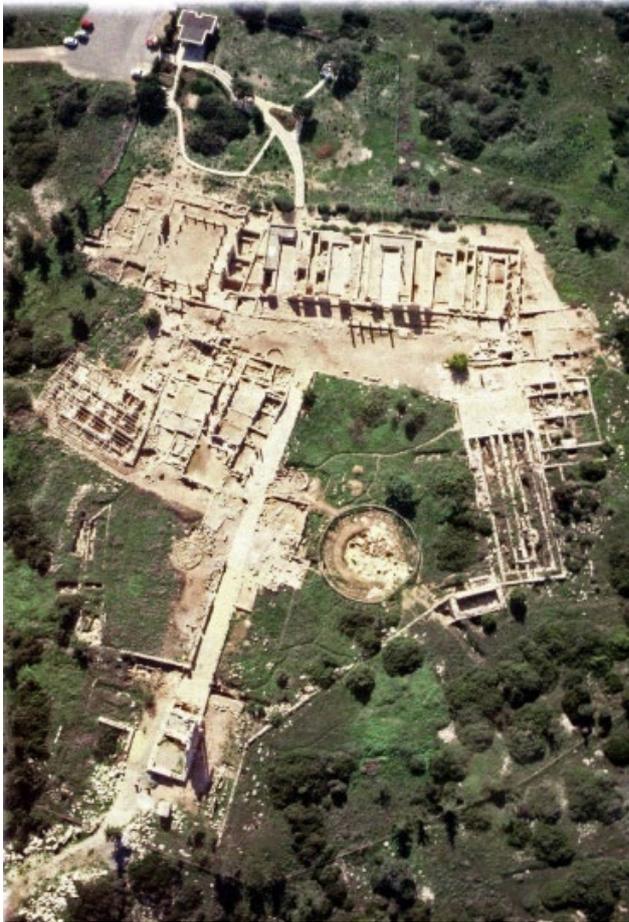


Fig. 75: Fotografia aérea do santuário de Apolo *Hylates*, com a estrutura redonda (para procissões e danças rituais?) claramente visível, com o templo de Apolo no final de uma estrada pavimentada (em baixo, à esquerda), com a sequência de salas, provavelmente, utilizadas para banquetes (em cima, no centro), com uma construção utilizada para atividades desportivas (*palaestra*; em cima, à esquerda) e com um complexo de banhos (abaixo da *palaestra*, à esquerda).

Fonte: CHRISTOU, 2007, p. 69.

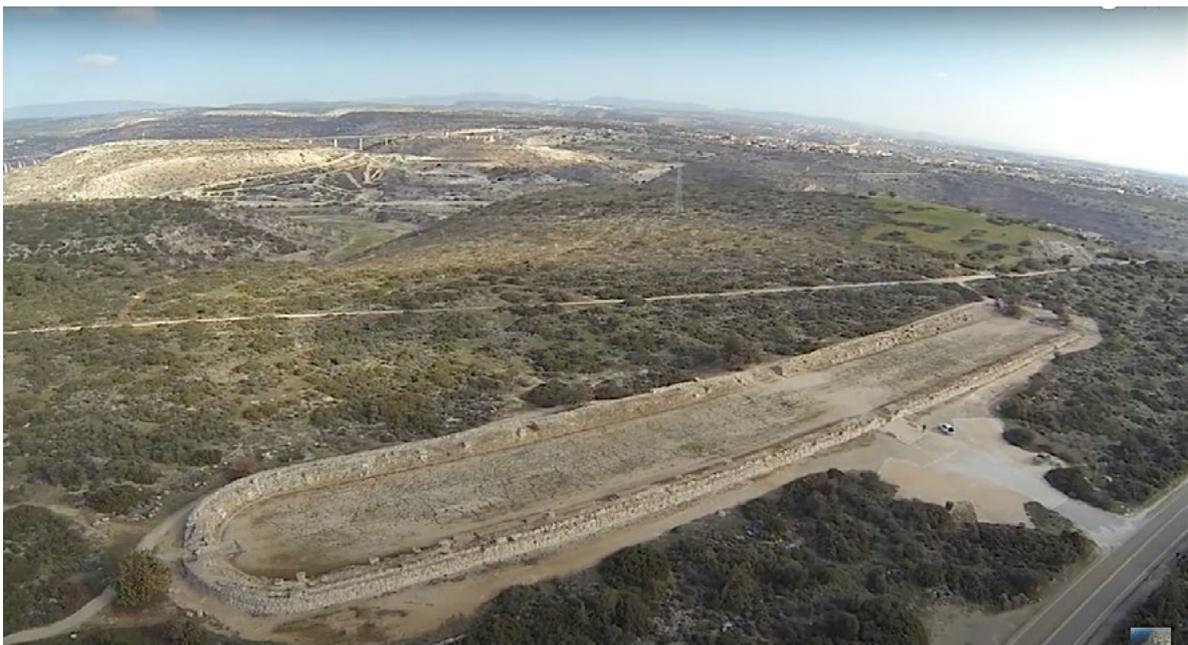


Fig. 76: Estádio (*circus*) da época romana localizado entre a cidade de Cúrio e o santuário de Apolo *Hylates*.
Fonte: Google Earth.

A HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO CHIPRE ANTIGO

Um estádio foi construído no século II EC (Fig. 76); mede cerca de 200 m em comprimento e acomoda aproximadamente 6.000 espectadores que poderiam assistir a disciplinas atléticas como corridas, saltos, luta-livre e disco, assim como lançamentos de dardo.

Salamina (Salamis)

O declínio da cidade de Enkomi na Idade do Bronze Final, um centro de grande importância daquele tempo, é diretamente conectado à ascensão da cidade de Salamina (Fig. 77), que se tornaria uma das mais proeminentes cidades-reinos de Chipre. Os habitantes de Enkomi parecem ter se mudado de suas cidades para o novo assentamento localizado diretamente no mar; ambos obviamente coexistiram em paralelo por um curto período. Os vestígios impressionantes da antiga cidade visitados hoje são quase exclusivamente datados dos períodos helenístico, romano e cristão inicial.

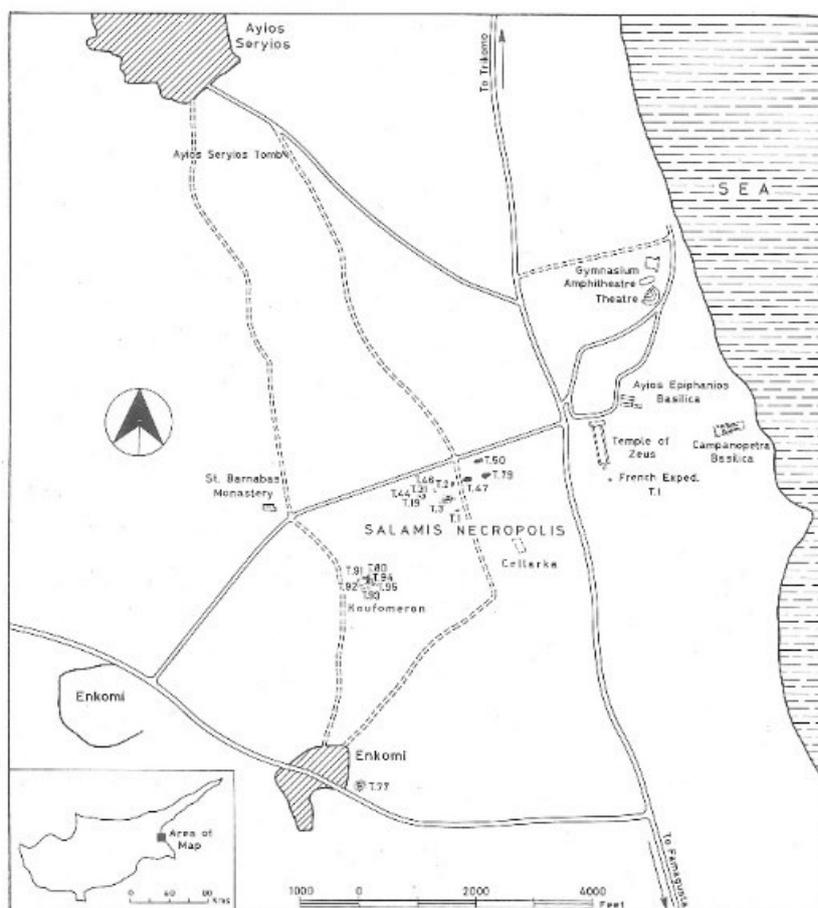


Fig. 77: Mapa de Salamina com seus edifícios mais importantes e sua enorme necrópole mapeada. Enkomi, a importante cidade da Idade do Bronze Final, e a antecessora de Salamina, também está indicada - acima do pequeno mapa que mostra a localização de Salamina no Chipre; a área sombreada, também chamada de Enkomi, no entanto, é um vilarejo moderno.

Fonte: KARAGEORGHIS, 1978, p. 2, fig. 1.



Fig. 78: Fotografia aérea mostrando uma parte da espaçosa cidade de Salamina; à esquerda, o grande complexo de ginásio e banheiros, à direita, o teatro e, no espaço entre eles, alguns restos escassos do anfiteatro.

Fonte: https://en.tripadvisor.com.hk/AttractionProductReview-g190382-d11878270-Salamis_Ancient_Kingdom_and_Famagusta_from_Limassol-Limassol_City_Limassol.html.

O tempo em que os reis de Salamina estavam entre os governantes mais poderosos da ilha não pode ser documentado pelos achados na área da cidade, mas apenas por um número de túmulos na grande necrópole localizada a oeste da cidade. A maioria desses túmulos, datados dos séculos VIII e VII AEC, foi escavada nos anos 1960. Eles são chamados “Túmulos Reais” pelos escavadores porque não eram somente estruturas funerárias impressionantes, mas também túmulos com os objetos de sepultamento mais elaborados (Figs. 79-81).

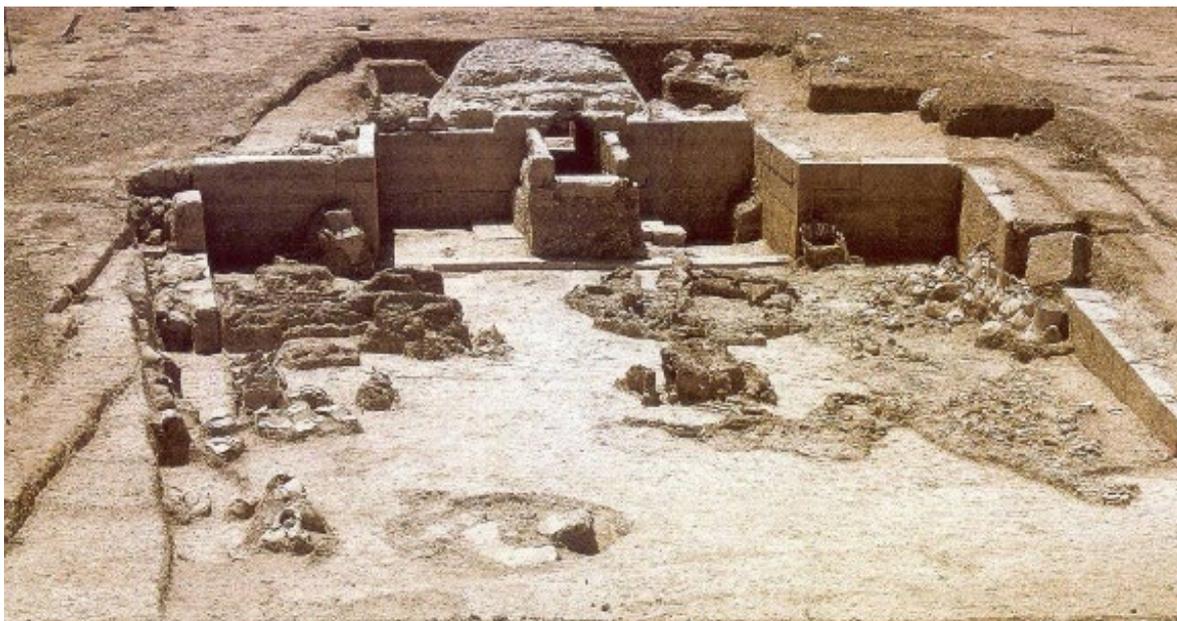


Fig. 79: Túmulo 79 de Salamina. Fotografia tirada no final da campanha de escavação em 1966, com os objetos, em sua maioria muito valiosos, colocados nos amplos *dromos* (corredor), em frente à entrada da câmara funerária, para as duas pessoas que foram enterradas. Entre os objetos encontrados no *dromos* estão quatro carruagens (duas pertencentes a cada sepultamento), incluindo o riquíssimo equipamento dos cavalos que puxavam essas carruagens em frente à câmara funerária e que foram mortos para serem enterrados no *dromos*, várias peças de mobília preciosa, vasos de bronze, armas e grandes quantidades de cerâmica. A própria câmara funerária havia sido saqueada por ladrões de túmulos há muito tempo, mas os saqueadores, obviamente, não tinham ideia da enorme quantidade de objetos funerários depositados no *dromos*.

Fonte: KARAGEORGHIS, 2012, fig. 23.



Fig. 80: Placa de marfim encontrada no *dromos* da túmulo 79 de Salamina, provavelmente pertencente a um trono revestido de marfim (fim do séc. VIII AEC; 16,4 cm de altura). A decoração consiste em uma esfinge, que usa uma coroa do Alto e Baixo Egito em sua cabeça.

Fonte: Department of Antiquities, Cyprus.

Fig. 81: Caldeirão de bronze em um tripé de ferro, também do *dromos* da túmulo 79 de Salamina (fim do séc. VIII AEC; 1,25 m de altura); vários protótipos estão fixados no caldeirão abaixo da borda: 8 grifos e 4 figuras semelhantes a pássaros com cabeças barbadas (cada uma com duas faces). Esses caldeirões, que normalmente têm sua origem no Oriente Próximo, foram encontrados em grandes quantidades em santuários gregos (Delfos, Olímpia etc.) e em túmulos etruscos.

Fonte: Department of Antiquities, Cyprus.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

Nenhum dos túmulos, no entanto, pode ser conectado a um rei de Salamina, cujo nome sabemos (o primeiro rei que conhecemos pelo nome é Euelthon, governando a cidade-reino de Salamina no século VI AEC).

A fase inicial da cidade é apenas documentada por vestígios extremamente esparsos: traços de um santuário, de uma muralha e de uma necrópole. As construções típicas de uma cidade antiga romana/tardia podem ser visitadas em Salamina: um complexo de ginásio-banho, um teatro para cerca de 15.000 espectadores, um anfiteatro – tudo localizado na parte norte da cidade – e a ágora/fórum da cidade com o templo de Zeus *Olympios* na parte sul da cidade; a grande praça (ágora/fórum), com 230 m de comprimento, era rodeada por pórticos e conduzia ao templo com colunatas de Zeus *Olympios*, já construído no período helenístico (pelo final do século II AEC). Após sua destruição por terremotos no século IV EC, o templo foi convertido em uma igreja (século V/começo do século VI EC). Devido à invasão turca em 1974, as escavações em Salamina tiveram um final abrupto. Desde 1998, escavações turcas ilícitas são realizadas nesse sítio, o que revelou grandes partes de duas ruas principais interceptadas da cidade, cada uma forrada com colunatas, um segundo banho público e um número de outras construções.

No século IV EC, depois das graves destruições causadas pelos terremotos de 332 e 342 EC, Salamina foi reconstruída no governo de Constâncio II (337-361 EC), o filho do imperador Constantino, e foi nominada Constância. Pela metade do século IV EC, Salamina/Constância tornou-se a capital de Chipre. A importância contínua dessa cidade é evidenciada não menos do que por duas grandes igrejas cristãs (Basílica de Santo Epifânio e Basílica Campanopetra).

Nota de conclusão

Já foi mencionado na introdução que Chipre é um país dividido. Dois dos sítios apresentados no capítulo “Sítios arqueológicos importantes” – *Enkomi* e *Salamina* – localizam-se na parte norte da ilha, que está sob controle turco desde o golpe militar em 1974. Deve-se também mencionar que a divisão de Chipre afeta todos os aspectos da vida na ilha, afetando também a arqueologia cipriota, visto que os sítios arqueológicos na parte norte estão inacessíveis para pesquisas internacionais desde 1974. Vamos esperar que essa situação deplorável logo chegará ao fim!

Agradecimentos

Estendo meu agradecimento ao Prof. Dr. Vagner Carneiro Porto e ao Prof. Dr. Marcio Teixeira-Bastos pela tradução do texto para o Português, a ambos pelo convite para este livro quando estiveram visitando o Institut für Interdisziplinäre Zypern-Studien (Instituto de Estudos Interdisciplinares do Chipre), em Münster, Alemanha. Também, aos esforços preliminares de tradução de Nicolas Ribeiro Porto (Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo, e Lorena Ribeiro Porto (Faculdade de Letras da Universidade Anhembi Morumbi).

Referências

A bibliografia apresenta apenas uma seleção concisa de publicações sobre Chipre Antigo e restringe-se principalmente a livros; artigos publicados em periódicos ou anais de congressos são mencionados apenas em casos excepcionais.

Livros gerais/básicos sobre o Chipre antigo (do período neolítico ao período romano)

The Cambridge Ancient History: obra em vários volumes da História Antiga, que também contém vários capítulos sobre Chipre antigo, escritos por estudiosos conhecidos – como H. W. Catling, V. Karageorghis, T. B. Mitford, O. Masson, F. G. Maier.

HILL, G. *A History of Cyprus*, vol. 1: To the conquest by Richard Lion Heart. Cambridge, 1940.

HUNT, D. (ed.). *Footprints in Cyprus – an illustrated history*. London, 1990.

KARAGEORGHIS, V. *Cyprus from the Stone Age to the Romans*. London, 1982.

KARAGEORGHIS, V. *Early Cyprus*. Crossroads of the Mediterranean. Los Angeles, 2002 [abrangendo o período de aproximadamente 1600 a 480 AEC].

KARAGEORGHIS, V. *Ancient Cyprus*. 9000 years of culture. Nicosia, 2012.

KNAPP, A. B. *The archaeology of Cyprus – from earliest prehistory through the Bronze Age*. Cambridge, 2013.

KÖRNER, Ch. *Die zyprischen Königtümer im Schatten der Großreiche des Vorderen Orients. Studien zu den zyprischen Monarchien vom 8. bis zum 4. Jh. v. Chr.* Leuven, Paris, Bristol/Ct, 2017.

MITFORD, T. B. Roman Cyprus. In: *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, II.7.2. Berlin, 1980, pp. 1285-1384.

PAPADOPOULLOS, Th. (ed.). *Ιστορία της Κύπρου* [História do Chipre], vols. 1 e 2: *Αρχαία Κύπρος* [Chipre arcaico]. Nicosia, 1997 e 2000.

PAPANTONIOU, G. *Religion and social transformations in Cyprus – from the Cypriot basileis to the Hellenistic strategos*. Leiden, Boston, 2012.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

REYES, A. T. *Archaic Cyprus. A study in the textual and archaeological evidence*. Oxford, 1994.

SMITH, J. S. *Art and society in Cyprus from the Bronze Age into the Iron Age*. Cambridge, 2009.

STEEL, L. *Cyprus before history – from the earliest settlers to the end of the Bronze Age*. London, 2004.

The Swedish Cyprus Expedition:

* vols. I–III: GJERSTAD, E.; LINDROS, J.; SJÖQVIST, E.; WESTHOLM, A. *Finds and results of the excavations in Cyprus 1927–1931*. Stockholm, 1934, 1935, 1937.

* vol. IV, 1A: DIKAIOS, P.; STEWART, J. R. *The Stone Age and the Early Bronze Age in Cyprus*. Lund, 1962.

* vol. IV, 1B: ÅSTRÖM, P. *The Middle Cypriote Bronze Age*. Lund, 1972.

* vol. IV, 1C: ÅSTRÖM, P. *The Late Cypriote Bronze Age. Architecture and pottery*. Lund, 1972.

* vol. IV, 1D: ÅSTRÖM, L.; ÅSTRÖM, P. *The Late Cypriote Bronze Age. Other arts and crafts. Relative and absolute chronology. Foreign relations*. Lund, 1972.

* vol. IV, 2: GJERSTAD, E. *The Cypro-Geometric, Cypro-Archaic and Cypro-Classical periods*. Stockholm, 1948.

* vol. IV, 3: VESSBERG, O; WESTHOLM, A. *The Hellenistic and Roman periods in Cyprus*. Lund, 1956.

TATTON-BROWN, V. *Ancient Cyprus*. London, 1997 (2a ed.).

ZOURNATZI, A. *Persian rule in Cyprus: Sources, problems, perspectives*. Paris, 2005.

* a respeito de Chipre no período helenístico, cf. os muitos artigos de Andreas Mehl publicados em diversos periódicos / anais de conferências

* cf. o site *Kyprios Character. History, Archaeology & Numismatics of Ancient Cyprus*. (<http://kyprioscharacter.eie.gr>) com muitas contribuições de acadêmicos conhecidos.

Catálogos de exposições com bons textos introdutórios sobre o Chipre antigo

HADJISAVVAS, S. (ed.). *Cyprus – crossroads of civilizations*. Nicosia, 2010.

LEMBKE, K. (ed.). *Zypern – Insel der Aphrodite*. Mainz, 2010.

PILIDES, D.; PAPADIMITRIOU, N. (eds.). *Ancient Cyprus: cultures in dialogue*. Nicosia, 2012.

Compilação de fontes escritas antigas sobre Chipre (tradução em inglês)

KNAPP, A. B. (ed.). *Near Eastern and Aegean texts from the third to the first millennia BC. Sources for the history of Cyprus*, vol. II. Altamont, 1996.

WALLACE, P. W.; ORPHANDES, A. G. (eds.). *Greek and Latin texts to the third century A.D. Sources for the history of Cyprus*, vol. I. Albany, 1990.

A HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO CHIPRE ANTIGO

Anais da conferência – uma seleção

FLOURENTZOS, P. (ed.). *From Evagoras I to the Ptolemies. The transition from the Classical to the Hellenistic period in Cyprus* [conferência Nicosia 2002]. Nicosia, 2007.

GUILAINE, J. et al. (eds.). *Le néolithique de Chypre* [conferência Nicosia 2001] (= Bulletin de Correspondance Hellénique, suppl. 43). Paris, 2003.

GUIMIER-SORBETS, A.-M.; MICHAELIDES, D. (eds.). *Chypre à l'époque hellénistique et impériale* [conferência Nanterre-Paris 2009]. In: *Cahier du Centre d'Études chypriotes* 39, 2009, pp. 9-402.

IACOVOU, M (ed). *Cyprus and the Aegean in the Early Bronze Age. The legacy of Nicolas Coldstream* [conferência Nicosia 2010]. Nicosia, 2012.

CANNAVO, A.; THÉLY, L. (éds.). *Les royaumes de Chypre à l'épreuve de l'histoire* [conferência Atenas 2015] (= Bulletin de Correspondance Hellénique, suppl. 60). Athènes, 2019.

KARAGEORGHIS, V.; MATTHÄUS, H.; ROGGE, S. (eds.). *Cyprus – religion and society* [conferência Erlangen 2004]. Möhnese, 2005.

MICHAELIDES, D.; KASSIANIDOU, V.; MERRILLEES, R. S. (eds.). *Egypt and Cyprus in Antiquity* [conferência Nicosia 2003]. Oxford, 2009.

SCHERRER, P; KOINER, G.; ULBRICH, A. (eds.). *Hellenistisches Zypern / Hellenistic Cyprus* [conferência Graz 2010]. Graz, 2012.

VANDENABEELE, F; LAFFINEUR, R. (eds.). *Cypriote stone sculpture* [conferência Brussels–Liège 1993]. Brussels, Liège, 1994.

VANDENABEELE, F; LAFFINEUR, R. (eds.). *Cypriote terracottas* [conferência Brussels–Liège–Amsterdam 1989]. Brussels, Liège, 1991.

YON, M. (ed.). *Kinyras. L'archéologie française à Chypre / French archaeology in Cyprus* [conferência Lyon 1991]. Lyon/Paris, 1993.

Anais da conferência publicados em *Cahiers du Centre d'Études Chypriotes (CCEC)* – por exemplo:

* *Le temps des royaumes de Chypre, XIIIe-IVe s. av. J.-C.* [conferência Lyon 2002]: CCEC 32, 2002, pp. 19–368.

* *Chypre et la côte du Levant aux IIe et Ier millénaires* [conferência Paris 2007]: CCEC 37, 2007, pp. 15–427.

* *Chypre à l'époque hellénistique et impériale* [conferência Nanterre-Paris 2009]: CCEC 39, 2009, pp. 9–402.

* *Chypre et les grandes îles de Méditerranée. Un nouvel espace d'échanges, de la fin du IIe millénaire av. J.-C. à l'époque hellénistique* [conferência Marselha 2015]: CCEC 46, 2016, pp. 19–348.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

Catálogos de Museus

Muitos dos catálogos de objetos cipriotas antigos mantidos em museus em todo o mundo foram escritos / publicados por V. KARAGEORGHIS (frequentemente em cooperação com outros estudiosos) – p. ex. The Metropolitan Museum of Art, New York / Nova York (Ancient Art from Cyprus. The Cesnola Collection, Nicosia, 2000; *The Cesnola collection of Cypriot Art: Terracottas*, New Haven 2016); Musée d'art et d'histoire, Genève / Genebra (Athens, 2004); Royal Ontario Museum, Toronto (Nicosia, 2003); Staatliche Museen Berlin / Berlim [Antikensammlung, Museum für Vor- und Frühgeschichte, Münzkabinett] (Nicosia, 2001); Medelhavsmuseet, Stockholm / Estocolmo (Nicosia, 2003); National Archaeological Museum, Athens / Atenas (Athens, 2003); Pitt Rivers Museum, University of Oxford (Nicosia, 2009); Fitzwilliam Museum, Cambridge (Nicosia, 1999); Musée du Louvre, Paris (Paris, 1992); National Museum / Ny Carlsberg Glyptotek, Copenhagen / Copenhagen (Nicosia, 2001); The State Historical Museum, Moskow / Moscou – The Pushkin State Museum of Fine Arts, Moskow / Moscou – The State Hermitage Museum, St. Petersburg / São Petersburgo (Nicosia 2005); Archaeological Museum of the American University of Beirut / Beirute (Nicosia, 2009); Archaeological Museum of Odessa (Nicosia 2001); etc.

Isso também se aplica a uma série de catálogos de coleções em Chipre – p. ex. Museum of the Pierides Foundation, Larnaca (Larnaca, 1985); Leta and Costakis Severis Collection in the Leventis Municipal Museum, Nicosia (Nicosia, 2010); Angelos and Emily Tsirides Collection, Nicosia (Nicosia, 2011); Phylactou Collection in the Leventis Municipal Museum, Nicosia (Nicosia, 2010); George and Nefeli Giabra Pierides Collection, Nicosia (Athens, 2002); etc.

Existem, é claro, também catálogos, que não são escritos/publicados por V. Karageorghis, como por exemplo: o catálogo das terracotas cipriotas no Louvre, Paris, por A. Caubet, S. Fourrier e A. Queyrel-Bottineau (Paris, 1998); das antiguidades cipriotas nas coleções públicas da França, por A. Decaudin (Nicosia, 1987); da escultura cipriota no Louvre, Paris, por A. Hermary (Paris, 1989); da escultura de pedra cipriota da coleção Cesnola em Nova York, por A. Hermary e J. R. Mertens (New Haven, 2015); das antiguidades cipriotas em Dublin, por Ch. Souyoudzoglou-Haywood (Nicosia, 2004); da coleção cipriota no Ny Carlsberg Glyptotek em Copenhagen, por A. M. Nielsen (Copenhagen, 1992); etc.

Revistas Especializadas

Os artigos sobre Chipre Antigo são publicados em muitas revistas, mas os dois a seguir são especializados no Chipre antigo:

- * *Report of the Department of Antiquities, Cyprus* (RDAC)
- * *Cahiers du Centre d'Études Chypriotes* (CCEC)

Livros sobre alguns tópicos especiais

Moedas

MARKOU, E. *L'or des rois de Chypre. Numismatique et histoire à l'époque classique*. Athènes, 2011.

MARKOU, E. *Coinage and history. The case of Cyprus during the Archaic and Classical periods*. Nicosia, 2015.

PARKS, D. A. *The Roman coinage of Cyprus*. Nicosia, 2004.

A HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO CHIPRE ANTIGO

ZAPATI, E.; MICHAELIDOU, L. *Coins of Cyprus – from the collection of the Bank of Cyprus Cultural Foundation*. Nicosia, 2008.

* Cf. também os muitos artigos publicados por E. Markou e A. Destrooper-Georgiades em periódicos e anais de conferências.

Cobre

KASSIANIDOU, V.; PAPASAVVAS, G. (eds.). *Eastern Mediterranean metallurgy and metalwork in the second millennium BC* [conferência Nicosia 2009]. Oxford, 2012.

MUHLY J. D.; MADDIN, R.; KARAGEORGHIS (eds.). *Early Metallurgy in Cyprus, 4000 – 500 B.C.* [conferência Larnaca 1981]. Nicosia, 1982.

* Cf. também os muitos artigos publicados por V. Kassianidou em periódicos e anais de conferências.

Idiomas e Manuscritos

EGETMEYER, M. *Wörterbuch zu den Inschriften im kyprischen Syllabar*. Berlin, New York 1992.

EGETMEYER, M. *Le dialecte grec ancien de Chypre*, vol. 1: *Grammaire*; vol. 2: *Répertoire des inscriptions en syllabaire chypro-grec*. Berlin, 2010.

FERRARA, S. *Cypro-Minoan inscriptions*, vol. 1: *Analysis*; vol. 2: *The corpus*. Oxford, 2012 e 2013.

MASSON, O. *Les inscriptions chypristes syllabiques. Recueil critique et commenté*. Paris, 1983.

NICOLAOU, I. *Cypriot inscribed stones*. Nicosia, 1971.

* Cf. também os vários artigos de I. Nicolaou (“Inscriptiones Cypriae Alphabeticae”) publicados em *Berytus* 14, 1963, pp. 129-141 (parte 1) e em *Report of the Department of Antiquities, Cyprus* desde 1963 (parte 2 e seguintes).

OLIVIER, J.-P. *Édition holistique du chypro-minoen*. Pisa, 2007.

PALAIMA, Th. *The triple invention of writing in Cyprus and written sources for Cypriote history*. Nicosia, 2005.

SMITH, J. S. (ed.). *Script and seal use on Cyprus in the Bronze and Iron Ages*. Boston, 2002.

STEELE, Ph. M. (ed.). *Syllabic writing on Cyprus and its context*. Cambridge, 2013.

Inscriptiones Graecae, vol. XV, 2,1 (vol. XV: *Inscriptiones Cypri insulae*; pars 2: *Inscriptiones Cypri alphabeticae*; fasciculus 1: *Inscriptiones Cypri orientalis*) ed. por D. SUMMA e M. KANTIREA. Berlin, 2020.

Mosaicos

MICHAELIDES, D. *Cypriot Mosaics*. Nicosia, 1992.

DASZEWSKI, W. A.; MICHAELIDES, D. *Mosaic floors in Cyprus* (Ravenna 1988).

Religião / Santuários

KARAGEORGHIS, V. *Greek gods and heroes in ancient Cyprus*. Athens, 1998.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

KARAGEORGHIS, J. *Kypris – the Aphrodite of Cyprus*, Nicosia, 2005.

ULBRICH, A. *Kypris. Heiligtümer und Kulte weiblicher Gottheiten auf Zypern in der kyproarchaischen und kyproklassischen Epoche (Königszeit)*. Münster, 2008.

Escultura em Terracotta

KARAGEORGHIS, V. *The coroplastic art of ancient Cyprus*, vols. I–VI. Nicosia, 1991–1999 [o vol. V (B) foi escrito por Jacqueline Karageorghis].

Livros sobre Enkomi, Khirokitia, Cúrio (Kourion), Paphos e Salamina (Salamis)

Enkomi

Alasia

* vol. I: SCHAEFFER, C. F.-A. et al. *Alasia*, vol. I: *Publié à l'occasion de la XX^e campagne de fouilles à Enkomi-Alasia (1969) sous la direction de Claude F.-A. Schaeffer*. Paris, 1971.

* vol. II: COURTOIS, J.-C. et al. *Alasia*, vol. II: *Les tombes d'Enkomi. Le mobilier funéraire (fouilles C. F.-A. Schaeffer 1947-1965)*. Paris, 1981.

* vol. III: COURTOIS, J.-C. et al. *Alasia*, vol. III: *Les objets des niveaux stratifiés d'Enkomi (fouilles C. F.-A. Schaeffer 1947-1970)*. Paris, 1984.

* vol. IV: LAGARCE, J.; LAGARCE, E. *Alasia*, vol. IV: *Deux tombes du Chypriote Récent d'Enkomi (Tombes 1851 et 1907)*. Paris, 1985.

COURTOIS, J.-C.; LAGARCE, J.; LAGARCE, E. *Enkomi et le Bronze Récent à Chypre*. Nicosia, 1986.

CREWE, L. *Early Enkomi – regionalism, trade and society at the beginning of the Late Bronze Age on Cyprus*. Oxford, 2007.

DIKAIOS, Ph. *Enkomi: Excavations 1948-1958*, vols. 1–3. Mainz, 1969-1971 (cf. também: KARAGEORGHIS, V. *Enkomi – the excavations of Porphyrios Dikaios 1948–1958: supplementary catalogue of finds*. Nicosia, 2011)

SCHAEFFER, C. F.-A. *Enkomi-Alasia: nouvelles missions en Chypre 1946-1950* (Paris 1952).

Khirokitia

ASTRUC, L. *L'outillage lithique taillé de Khirokitia: analyse fonctionnelle et spatiale*. Paris, 2002.

DIKAIOS, Ph. *Khirokitia: final report on the excavation of a Neolithic settlement in Cyprus on behalf of the Department of antiquities, 1936-1946*. London, New York, Toronto, 1953.

LE BRUN, A. *Fouilles récentes à Khirokitia I: (Chypre), 1977-1981*. Paris, 1984.

LE BRUN, A. *Fouilles récentes à Khirokitia II: (Chypre), 1977-1981*. Paris, 1984.

LE BRUN, A. *Fouilles récentes à Khirokitia (Chypre), 1983-1986*. Paris, 1989.

LE BRUN, A. *Fouilles récentes à Khirokitia (Chypre), 1988-1991*. Paris, 1994.

LE BRUN, A. *Khirokitia – a Neolithic site*. Nicosia, 1997 (publicado também em outras línguas).

A HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO CHIPRE ANTIGO

Kourion / Cúrio

AMBROS, G. *Der kyprische Apoll'. Heiligtum und Kult des Apollon Hylates in Kourion*. Wien, 2019.

CHRISTOU, D. *Kourion – its monuments and local museum*. Nicosia, 2007 (8th edition).

CHRISTOU, D. *Ανασκαφές Κουρίου. 1975–1998*, 2 vols. Nicosia, 2013.

IACOVOU, M. (ed.). *A guide to Kourion*. Nicosia, 2009 (4th edition).

MEGAW, H. S. *Kourion. Excavations in the episcopal precinct*. Washington/D.C., 2007.

SCRANTON, R. *The architecture of the sanctuary of Apollo Hylates at Kourion*. Philadelphia, 1967.

SINOS, S. *The temple of Apollo Hylates at Kourion and the restoration of its south-west corner*. Athens, 2009

SOREN, D. *Kourion. The search for a lost Roman city*. New York, 1988.

SOREN, D. *The sanctuary of Apollo Hylates at Kourion, Cyprus*. Tucson, 1987.

SWINY, H. Wylde (ed.). *An archaeological guide to the ancient Kourion area and the Akrotiri peninsula*. Nicosia, 1982.

Paphos

MAIER, F. G.; KARAGEORGHIS, V. *Paphos. History and archaeology*. Nicosia, 1984.

Palaipaphos

Cf. as publicações das missões arqueológicas em Palaipaphos:

* *Ausgrabungen in Alt-Paphos auf Cypern*, vol. 1 e seguintes, 1977 e seguintes.

MAIER, F. G. *Guide to Palaipaphos (Kouklia)*. Nicosia 2004 (publicados também em outras línguas).

KARAGEORGHIS, V. *Tombs at Palaepaphos. 1. Teratsoudia. 2. Eliomyla*. Nicosia, 1990.

VON RÜDEN, C. *et al. Feasting, craft and depositional practice in Late Bronze Age Palaipaphos. The well fillings of Evreti*. Rahden, 2016.

Nea Paphos

Cf. as publicações das missões arqueológicas em Nea Paphos:

* Escavações polonesas: *Nea Paphos*, vols. 1 e seguintes, 1976 e seguintes.

* Escavações do Department of Antiquities, Cyprus: *Paphos*, vols. 1 e seguintes, 1976 e seguintes.

BALANDIER, C. (ed.). *Nea Paphos: fondation et développement urbanistique d'une ville chypriote de l'antiquité à nos jours: études archéologiques, historiques et patrimoniales* [conferência Avignon 2012]. Bordeaux, 2016.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

CAYLA, J.-B. *Les inscriptions de Paphos. La cité chypriote sous la domination lagide et à l'époque impériale*. Lyon, 2018.

DASZEWSKI W. A.; MICHAELIDES, D. *Guide to the Paphos mosaics*. Nicosia, 1988 (publicado também em outras línguas).

GREEN, R.; BARKER, C.; GABRIELLI, S. *Fabrika: An ancient theatre of Nea Paphos*. Nicosia, 2004.

HADJISAVVAS, S. *Digging up the tombs of the kings. A world heritage site*. Nicosia, 2011.

KONDOLEON, Ch. *Domestic and divine. Roman mosaics in the House of Dionysos*. Ithaca, London, 1995.

MŁYNARCZYK, J. *Nea Paphos in the Hellenistic period*. Warsaw, 1990.

Salamis / Salamina

Cf. as publicações das missões arqueológicas em Salamina:

* Escavações francesas: *Salamine de Chypre*, vols. 1 e seguintes, 1969 e seguintes.

* Escavações do Department of Antiquities, Cyprus: *Salamis*, vols. 1 e seguintes, 1964 e seguintes [O primeiro volume de V. Karageorghis sobre as esculturas de Salamina não foi designado como volume 1 da série de publicações *Salamis*; a numeração dessa série só começou com o volume 2].

KARAGEORGHIS, V. *Salamis in Cyprus – Homeric, Hellenistic and Roman*. London, 1969.

KARAGEORGHIS, V. *Excavating at Salamis in Cyprus. 1952–1974*. Athens, 1999.

KARAGEORGHIS, V. *Excavations in the necropolis of Salamis*, vols. I–IV. Nicosia, 1967–1978.

ROGGE, S.; IOANNOU, Ch.; MAVROJANNIS, Th. (eds.). *Salamis of Cyprus – history and archaeology from the earliest times to Late Antiquity* [conferência Nicosia 2015]. Münster, 2019.

YON, M. (ed.). *Salamine de Chypre. Histoire et archéologie, état des recherches* [conferência Lyon 1978]. Paris, 1980.

Cf. também a série de guias publicados pela Fundação Cultural do Banco de Chipre / Bank of Cyprus Cultural Foundation sobre os seguintes sítios arqueológicos: Amathus (por P. AUPERT et al., 1999), Kalavassos-Tenta (por I. A. TODD, 1998), Khirokitia (por A. LE BRUN, 1996), Kourion (por M. IACOVOU, 1987), Lemba e Kissonerga (por P. CROFT, 1999), Palaipaphos (Kouklia) (por F. G. MAIER, 2007), e sobre os mosaicos de Paphos / Paphos Mosaics (por W. A. DASZEWSKI e D. MICHAELIDES, 1989).

OBSERVAÇÕES SOBRE A INVESTIGAÇÃO MULTIDISCIPLINAR DE LUCERNAS DO PERÍODO HELENÍSTICO E ROMANO EM NEA PAPHOS, CHIPRE

Malgorzata Kajzer
The Polish Academy of Sciences,
Varsóvia

Introdução

Nea Paphos (atual Pafos), cidade portuária localizada na costa sudoeste do Chipre, foi um centro importante nos períodos helenístico e romano. Como a ela foram vinculadas funções administrativas, a cidade foi sede do governador ptolomaico e, posteriormente, romano; é possível interpretar a cidade como sendo a capital da ilha daquele tempo (LUND, 2015, p. 20.; PAPUCI-WŁADYKA 2020, p. 73-74). A especial situação econômica e política da cidade resultou em várias conexões e influências que podem ser observadas em diferentes aspectos de sua cultura. Sua posição especial é também refletida na variedade de bens materiais que foram distribuídos. Entre as mais numerosas categorias de objetos identificados em camadas arqueológicas, podemos encontrar a cerâmica. Milhares de cacos “falam” depois de anos, dando-nos a chance de reconstruir o passado. Um dos grupos específicos de cerâmica é o de lucernas feitas de argila, que criam um grupo funcional separado. Esses pequenos recipientes, utilizados para propósitos particulares, foram escolhidos como tema da pesquisa interdisciplinar conduzida na área da antiga Nea Paphos desde 2016.

A história da pesquisa arqueológica em Nea Paphos (Fig.1) começa em 1965, quando vestígios da área residencial helenístico-romana começaram a ser escavados (MŁYNARCZYK, 1990, p. 17; PAPUCI-WŁADYKA, MISZK 2020a, p. 94). Um crescente interesse na história da cidade antiga resultou na proteção de sua área, que foi colocada na Lista de Patrimônio Mundial da Organização

das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Até agora, várias equipes de todo o mundo investigaram diferentes áreas e poucas delas foram incluídas no projeto que apontamos a seguir.

O núcleo do projeto, intitulado “Iluminação nos tempos antigos: pesquisa sobre as lucernas feitas de terracota romanas e helenísticas de Nea Paphos, Chipre”, versa sobre um conjunto de lucernas encontradas na ágora da cidade (PAPUCI-WŁADYKA; MACHOWSKI, 2016; PAPUCI-WŁADYKA, 2020) (Fig. 2). Outras lucernas incluídas na pesquisa vêm do teatro helenístico-romano (BARKER, 2016), da chamada Colina Fabrika (BALANDIER, 2012, 2016), do santuário chamado “Toumpallos” – ou Acampamento de Garrison (GIUDICE, 2009, 2012) – e de quatro túmulos na área da cidade (um deles publicado, RAPTOU, 2004). Em paralelo, foram analisados cerca de mil fragmentos e lucernas completas datados entre o final do século IV AEC e o meio do século V EC. Para o propósito da pesquisa, a cronologia dos achados foi limitada ao meio do século II EC, quando a ágora da cidade foi abandonada (não há nenhuma arquitetura ligada ao período romano tardio e adiante, comparar MISZK, 2020). O projeto é financiado pelo Centro de Ciência Nacional da Polônia (nº 2015/19/N/HS3/01810), e tem como intuito o estudo compreensivo das lucernas, interpretadas em diferentes aspectos²¹⁸.

218 Deve-se enfatizar que o projeto em discussão foi finalizado em 2021. Os resultados abrangentes e integrados foram publicados em KAJZER, et al. 2021.

OBSERVAÇÕES SOBRE A INVESTIGAÇÃO MULTIDISCIPLINAR DE LUCERNAS



Fig. 1 – Pesquisa Arqueológica em Nea Paphos, Cipe.

Fonte: Projeto Iluminação nos tempos antigos: pesquisa sobre as lucernas feitas de terracota romanas e helenísticas de Nea Paphos, Chipre, sob coordenação de Malgorzata Kajzer.



Fig. 2 – Vista do sítio com destaque para o anfiteatro de Nea Paphos, Cipro, ao fundo.

Fonte: Projeto Iluminação nos tempos antigos: pesquisa sobre as lucernas feitas de terracota romanas e helenísticas de Nea Paphos, Chipre, sob coordenação de Malgorzata Kajzer.

Primeiramente, as lucernas são consideradas como uma das categorias de cerâmica que foi amplamente produzida e distribuída, de forma que as questões sobre sua proveniência são cruciais. Para responder a essa questão, foi implementado um estudo sobre a estrutura das lucernas para se encontrar um potencial local de origem. É necessário sublinhar que elas são normalmente tratadas como um indicador cronológico por meio das mudanças em suas formas ou como objetos que oferecem apenas essência iconográfica. Apesar desses assuntos serem importantes, as lucernas podem ser tratadas como um material relevante para mais pesquisas interdisciplinares (comparar KAJZER, 2016a). Como resultado, esse projeto inovador envolve diferentes métodos e abordagem compreensiva que, esperançosamente, nos dará as respostas para questões da pesquisa e ajudará a verificar hipóteses propostas.

Objetivos do projeto

Alguns objetivos do projeto concentram-se em torno dos problemas ligados à produção e proveniência das lucernas encontradas durante a pesquisa. A primeira hipótese a ser testada é a de que lucernas foram produzidas localmente, em algum lugar da área da cidade de Nea Paphos, ou na vizinhança próxima. Como não temos evidências arqueológicas para apoiar isso, várias suposições

OBSERVAÇÕES SOBRE A INVESTIGAÇÃO MULTIDISCIPLINAR DE LUCERNAS

tiveram que ser aplicadas. Primeiramente, a vizinhança da cidade tem abundância de argila apropriada para produção de cerâmica, de forma que se sugere a existência de oficinas (HAYES, 1991, p. 26; LUND, 1997, p. 203). A alta popularidade do uso de lucernas provavelmente exigiu a presença de uma oficina na vizinhança de uma cidade tão importante. Além disso, entre os materiais de cerâmica, incluindo lucernas, a dominação de estruturas particulares pode ser observada e podem ser interpretadas como localmente fabricadas (comparar HAYES, 1991, p. 26; MŁYNARCZYK, 1995, p. 203; PAPUCI-WŁADYKA, 1995, p. 69). Em segundo lugar, há uma suposição de que, além de objetos de proveniência cipriota, há uma presença significativa de outros objetos produzidos distantes do lugar em que foram achados. Tais objetos são interpretados como importados – então a hipótese a respeito do comércio a longa distância de lucernas (comparar BES, 2015, p. 3, 150; LUND, 2015, p. 44) também é testada. Como os quadros cronológicos incluem um período bastante longo de tempo, há também a suposição de que algumas mudanças diacrônicas quanto à distribuição podem ser registradas.

Isso pode estar ligado às mudanças políticas e culturais que se estabeleceram com Ptolomeu e, posteriormente, com o Império Romano e, em geral, referente às mudanças observáveis na produção de lucernas ao longo do Mediterrâneo. Um aspecto importante do estudo é a possibilidade da observação de diferenças potenciais na composição dos conjuntos de lucernas encontrados em diferentes áreas da cidade.

Metodologia

A maioria dos materiais analisados são lucernas não publicadas da área de Nea Paphos. A primeira parte da pesquisa, já conduzida, envolveu uma análise macroscópica dos achados. Isso significa um estudo tipológico e cronológico padrão dos materiais, assim como descrições iconográficas e identificação epigráfica, se aplicável. Os objetos não publicados foram comparados com conjuntos de lucernas conhecidas de Chipre (por exemplo VESSBERG, 1953; OZIOL, 1977; ABADIE-REYNAL, 1987; BAILEY, 1988; MŁYNARCZYK, 1998; BEZZOLA, 2004) e do Mediterrâneo inteiro (tais como BRONEER, 1930; GOLDMAN JONES, 1950; HOWLAND, 1958; BRUNEAU, 1965; PERLZWEIG, 1961; DENEAUVE,

1969; MŁYNARCZYK, 1997). Além disso, obteve-se acesso à Coleção Cesnola²¹⁹ (LIGHTFOOT, 2021) no Museu de Arte Metropolitano em Nova York, possibilitando estudar 119 lucernas encontradas no Chipre, utilizadas como referência²²⁰.

A segunda parte da pesquisa macroscópica focou no estudo detalhado da pasta de argila. Foi conduzida para definir as assim chamadas estruturas macroscópicas – baseadas em inclusões (suas formas, quantidade, tamanho e ordenação), cores (definidas pelo uso da cartela de cores para solos, o Munsell 2009), tratamento de superfície, textura da quebra e sensação de frescor da superfície.

A terminologia proposta por Orton e Hughes (2013) foi utilizada para determinar características particulares. Todas elas ajudaram a criar uma visão mais objetiva dos objetos e providenciar informações sobre a tecnologia de produção.

219 A Coleção Cesnola é notável não só pelo seu tamanho e diversidade, mas também pela sua amplitude cronológica, que se estende desde o início da Idade do Bronze até o final da Antiguidade. Quando o Museu de Arte Metropolitano de Nova Iorque (The Metropolitan Museum) foi inaugurado em seu local atual no Central Park em 1880, a coleção foi o foco de atenção, anunciada como um grande patrimônio para a cidade de Nova York, que então aspirava a se tornar um importante centro cultural e comercial. A riqueza e a fama da Coleção Cesnola também contribuíram muito para estabelecer a reputação do Museu como um importante repositório de antiguidades clássicas e colocá-lo em pé de igualdade com os principais museus da Europa, cujas coleções haviam sido formadas em uma data anterior. Na verdade, no que diz respeito às antiguidades cipriotas, pode-se dizer que a aquisição da Coleção Cesnola pelo Museu levou a expedições britânicas e francesas subsequentes destinadas a fornecer aos museus europeus material cipriota para combinar com o de Nova Iorque. Fonte: https://www.metmuseum.org/toah/hd/cesn/hd_cesn.htm (tradução nossa).

220 Através dos bons ofícios de Christopher Lightfoot, o curador da Coleção Cesnola, e graças ao suporte da Jagiellonian University, lucernas selecionadas foram estudadas em junho de 2017.



Fig. 3 – Fragmentos de lucernas do período romano de Nea Paphos.

Fonte: Projeto Iluminação nos tempos antigos: pesquisa sobre as lucernas feitas de terracota romanas e helenísticas de Nea Paphos, Chipre, sob coordenação de Malgorzata Kajzer.

A conexão do material macroscópico e o tipo e cronologia previamente definidos resultaram na distinção de 28 grupos macroscópicos; onze deles foram escolhidos para análise posterior (ao todo, 64 amostras individuais representam esses grupos)²²¹. Apenas dois grupos²²² selecionados são datados do período romano inicial e isso está ligado à alta homogeneidade tipológica e às dificuldades na definição de diferenças tecnológicas entre os achados datados daquele período (Fig. 3).

No caso de amostras selecionadas, o estudo macroscópico é seguido da aná-

221 Foi realizada uma análise no Laboratório Fitch da Escola Britânica de Atenas. Os resultados das análises químicas foram publicados em KAJZER, et al, 2021.

222 A análise laboratorial revelou que na verdade formam três grupos.

lise química da composição da argila pelo uso do método de fluorescência de raios X por dispersão em comprimento de onda (*Wavelength Dispersive X-ray Fluorescence* – WDXRF). Este foi escolhido como um dos métodos químicos, sendo mais confiável para produtos finos (devido à pequena quantidade de inclusões). Além disso, análises anteriores de outras categorias de cerâmica do Chipre (incluindo Paphos, MARZEC, 2018, MARZEC, *et al*, 2018, MARZEC, *et al*, 2019) foram feitas com essa ferramenta. Como resultado, há uma boa base de dados referencial para amostras cipriotas. No caso de importações, há alguns materiais publicados, assim como a base de dados do laboratório, que será utilizada para fins de referência.

A etapa final da pesquisa será a comparação de todos os métodos aplicados para indicar alguns possíveis padrões na produção e distribuição, incluindo a perspectiva diacrônica.

Os estudos comparativos também incluirão objetos publicados de outros centros da ilha e de diferentes sítios no Mediterrâneo. Tal atitude dá oportunidade para pesquisas holísticas sobre as lucernas de uma cidade, o que é o valor único do projeto²²³.

Resultados preliminares e discussão

Quatro grupos selecionados para análise são interpretados como potenciais produtos cipriotas e são os achados mais numerosos ao redor da cidade. Os resultados da análise química esperançosamente mostrarão mais de maneira mais clara os aspectos das estruturas características da ilha. Além da pequena amostra analisada por Daszkiewicz (1995), não existe tal evidência para lucernas cipriotas. Sete grupos macroscópicos selecionados para análise são descritos preliminarmente como importações de diferentes centros do Mediterrâneo Oriental. Entre eles, foram definidos objetos de provável origem na região Ática, Rodes, Cnido, Éfeso e na região levantina (KAJZER, 2016b, KAJZER, 2016c, KAJZER, 2020)²²⁴.

Assim, a evidência coletada até agora sugere que aquelas lucernas podem ser tratadas como importações reais em alguns casos; no entanto, essa suposição foi rejeitada por um longo tempo (HARRIS, 1980, p. 134). Lucernas eram tratadas

223 Para os resultados deste estudo integrado, ver KAJZER, *et al.*, 2021.

224 As direções de fornecimento propostas foram confirmadas durante as análises laboratoriais (KAJZER, *et al.*, 2021).

OBSERVAÇÕES SOBRE A INVESTIGAÇÃO MULTIDISCIPLINAR DE LUCERNAS

como objetos de alcance local, o que era explicado pelo fácil acesso aos materiais crus usados para sua manufatura, assim como pelo processo de produção barato quando se utilizavam moldes. Além disso, afirmou-se que tais recipientes pequenos e baratos não eram lucrativos para propósito comercial em perspectiva econômica. Mais e mais publicações relacionadas a lucernas mudaram essa perspectiva. A quantidade substancial de lucernas de oficinas particulares no Mediterrâneo, identificadas em sítios diferentes e, por vezes, muito distantes, não pode ser rejeitada. Como resultado, a existência de lucernas provindas de negócios a longa distância torna-se altamente provável. Não pode ser rejeitado, certamente, que as lucernas eram distribuídas devido a diferentes razões (não apenas como objetos de comércio). Como pequenos objetos de uso privado, poderiam viajar com seu proprietário, ser compradas como lembranças ou dadas como oferta votiva (KAJZER, 2016a, p. 120). A interpretação adequada pode ser difícil, mas o número significativo de alguns objetos não locais sugere que são realmente importados. Além disso, a evidência publicada vinda de naufrágios mostra a presença de lucernas em cargas. Entre 73 naufrágios²²⁵ analisados datados entre os períodos helenístico e romano inicial (final do século IV AEC – metade do século II EC), vinte lucernas incluídas foram interpretadas como parte da carga.

Todas as premissas mostram que as lucernas, pelo menos temporariamente, podem ter sido comercializadas. O projeto proposto procurou comprovar essa tese (KAJZER, *et al.*, 2021). Como a estrutura é a característica mais relevante para descrever e distinguir a proveniência dos objetos, foi necessária a análise da argila para confirmar essa hipótese. a metodologia proposta e a abordagem multidisciplinar em estudos das lucernas mostram o valor potencial de uma pesquisa tão holística.

Notas finais

As lucernas da área de Nea Paphos representar um conjunto diversificado. A primeira etapa da análise (macroscópica) mostra que a maioria dos materiais lych-

225 São baseados principalmente em Parker (1992), mas também em Gibbins (1989), Rotroff (1994), Jurišić (2000), McCann, Oleson (2004), Peña (2007), Carlson, Aylward (2010), Vivliodetis (2012), Strauss (2013) e Nantet (2016).

nológicos²²⁶ deveriam estar ligados às oficinas locais. Porém, existe também um grande compartilhamento de objetos importados. A segunda etapa da pesquisa (análises arqueométricas e estatísticas) foi necessário esclarecer a análise macroscópica e comprovar as direções particulares de abastecimento. Esperamos que a investigação futura traga mais descobertas arqueológicas e novos dados laboratoriais, alargando o nosso conhecimento sobre a produção e distribuição de lâmpadas em Paphos, em todo o Chipre e, de forma mais geral, na região do Mediterrâneo Oriental.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Vagner Carvalheiro Porto e ao Prof. Dr. Marcio Teixeira-Bastos pela tradução do texto para o Português e pelo convite para a publicação desse capítulo nesse livro. Agradeço os esforços preliminares de tradução de Nicolas Ribeiro Porto (Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo), e Lorena Ribeiro Porto (Faculdade de Letras da Universidade Anhembi Morumbi).

Referências

ABADIE-REYNAL, C. Céramique romaine. In: V. KARAGEORGHIS; O. PICARD; C. TYTGAT (eds.) *La nécropole d' Amathonte Tombes 113-367. II Céramiques non chypriotes*. Nicosie, 1987.

BAILEY, D. M. *A Catalogue of the Lamps in the British Museum*, III: Roman Provincial Lamps. London, 1988.

BALANDIER, C. Du nouveau sur la capitale hellénistique et romaine de Chypre: premiers résultats de la Mission archéologique française à Paphos (2008-2012), *Dialogues d'histoire ancienne* 38/2 – 2012, pp. 151-206.

BALANDIER, C. Fabrika, un quartier résidentiel à Paphos? Résultats archéologiques et réflexion historique sur l'évolution urbaine du secteur Nord-Est de la villa antique. In: C. BALANDIER (ed.) *Nea Paphos. Fondation et développement urbanistique d'une ville chypriote de l'antiquité à nos jours. Études archéologiques, historiques et patrimoniales*, Actes du Ier colloque international sur Paphos, Avignon, 30, 31 Octobre et 1er Novembre 2012, organisé par Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse & Department of Antiquities of Cyprus (Ausonius Éditions, Mémoires 43). Bordeaux, 2016, pp. 121-144.

226 Este vocábulo corresponde, em certa medida, a um estrangeirismo utilizado pelas escolas francesa e inglesa, destacando-se a primeira, que pretende individualizar o estudo da iluminação na Antiguidade. É geralmente utilizado para as cerâmicas de iluminação, ainda que se reporte a todo tipo de artefatos cuja finalidade fosse a de iluminar. O conceito tem origem no Latim “*lychnus*” (lâmpada) (PEREIRA; ALBUQUERQUE, 2014, p. 15; também TEIXEIRA-BASTOS, 2016).

OBSERVAÇÕES SOBRE A INVESTIGAÇÃO MULTIDISCIPLINAR DE LUCERNAS

BARKER, C. The Theatre Precinct of Nea Paphos (Fabrika): recent Excavations by the Australian Mission. In: C. BALANDIER (ed.) *Nea Paphos. Fondation et développement urbanistique d'une ville chypriote de l'antiquité à nos jours. Études archéologiques, historiques et patrimoniales*, Actes du Ier colloque international sur Paphos, Avignon, 30, 31 Octobre et 1er Novembre 2012, organisé par Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse & Department of Antiquities of Cyprus (*Ausonius Éditions, Mémoires* 43). Bordeaux, 2016, pp. 91-104.

BES, P. *Once upon a Time in the East. The Chronological and Geographical Distribution of Terra Sigillata and Red Slip Ware in the Roman East (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 6)*. Oxford, 2015.

BEZZOLA, S. *Lucerne fittili dagli scavi di Palaepaphos. Ausgrabungen in Alt-Paphos auf Zypern, Band 5*. Mainz am Rhein, 2004.

BRONEER, O. *Corinth. Results of Excavations conducted by The American School of Classical Studies at Athens*. Vol. IV, part II. Terracotta Lamps. Cambridge, 1930.

BRUNEAU, P. *Exploration archéologique de Délos faite par l'École Française d'Athènes. Les lampes*. Fascicule XXVI. Paris, 1965.

CARLSON, D. N.; AYLWARD, W. The Kızılburun Shipwreck and the Temple of Apollo at Claros, *AJA* 114, 2010, pp. 145-159.

DASZKIEWICZ, M.; RAABE, J. Alexandria and Nea Paphos: lamp producing centres. A technological point of view. In: H. MEYZA; J. MŁYNARCZYK (eds.) *Hellenistic and Roman Pottery in the Eastern Mediterranean – Advances in Scientific Studies. Acts of the II Nieborów Pottery Workshop*. Warszawa, 1995, pp. 212-231.

DENEAUVE, J. *Lampes de Carthage*. Paris, 1969.

GIBBINS, D. J. L. The Roman wreck of c. AD 200 at Plemmirio, near Siracusa (Sicily): second interim report. The domestic assemblage 1: medical equipment and pottery lamps. *The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration* 18.1, 1989, pp. 1-25.

GIUDICE, F. The excavations of the Italian Archaeological Mission in the “Garrison’s Camp” of Nea Paphos (Cyprus). Achievements and Perspectives. In: AYGÜN, . Ö. (ed.) *SOMA 2007. Proceedings of the XI Symposium on Mediterranean Archaeology*, Istanbul Technical University, 24-27 April 2007 (BAR IS 1900), 2009, pp. 142-144.

GIUDICE, F. Paphos, Garrison’s Camp, XIa Campagna (1998), *RDAC*, 2012, pp. 437-495.

GOLDMAN, H., JONES, F. F. The Lamps. In: H. GOLDMAN (ed.) *Excavations at Gözliü Kule, Tarsus, vol. I. The Hellenistic and Roman Periods*. Princeton, 1950, pp. 84-135.

HARRIS, W. V. Roman Terracotta Lamps: The Organization of an Industry, *JRS*, 70, 1980, pp. 126-145.

HAYES, J. W. *Paphos III: The Hellenistic and Roman Pottery*. Nicosia, 1991.

HOWLAND, R. H. *Greek Lamps and Their Survivals. The Athenian Agora IV*. Princeton, 1958.

JURIŠIĆ, M. *Ancient Shipwrecks of the Adriatic. Maritime transport during the first and second centuries AD (BAR IS 828)*. Oxford, 2000.

KAJZER, M. To light Antiquity: perspectives for research on clay oil lamps from the Agora in Nea Paphos, Cyprus. *Studies in Ancient Art and Civilization* 20, 2016a, pp. 115-124.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

KAJZER, M. Terracotta Oil Lamps from the Paphos Agora Project. In: R. MAGUIRE, J. CHICK (eds.) *Approaching Cyprus: Proceedings of the Post-Graduate Conference of Cypriot Archaeology (PoCA) held at the University of East Anglia, Norwich, 1st-3rd November 2013*. Cambridge, 2016b, pp. 127-137.

KAJZER, M. Changes in the Eastern Mediterranean contacts in the Hellenistic and Roman Periods based on oil lamps' finds from Cyprus – preliminary remarks. In: M. KAJZER; Ł. MISZK; M. WACLAWIK (eds.) *The Land of Fertility. South-East of Mediterranean from the beginning of The Bronze Age to the Muslim Conquest*. Proceedings from The 1st International Post-graduate Conference. Cambridge, 2016c, pp. 105-110.

KAJZER, M. Hellenistic and Roman Lamps. In: E. PAPUCI-WŁADYKA (ed.), 2020, pp. 283-296..

KAJZER, M.; MARZEC, E.; KIRIATZI, E.; MÜLLER, N.S. Production and supply of ceramic oil lamps in Hellenistic and Early Roman Nea Paphos, Cyprus: integrated typological, chronological and provenance studies. *Annual of the British School at Athens* 116, 2021, pp. 291–357.

LIGHTFOOT, C. *The Cesnola Collection of Cypriot Art. Terracotta Oil Lamps*. The Metropolitan Museum of Art, New York, 2021.

LUND, J. The distribution of Cypriot Sigillata as Evidence of Sea-trade Involving Cyprus. In: S. SWINY; R. L. HOHLFELDER; H. W. SWINY (eds.) *Res Maritimae. Cyprus and the Eastern Mediterranean from Prehistory to Late Antiquity. Proceedings of the second International Symposium 'Cities on the Sea', Nicosia, Cyprus, October 18-22, 1994*. Atlanta, Georgia, 1997, pp. 201-215.

LUND, J. *A Study of the Circulation of Ceramics in Cyprus from the 3rd Century BC to the 3rd Century AD (Gosta Enbom Monographs 5)*. Aarhus, 2015.

MARZEC, E. *Provenance and Technology of Colour-coated Ware Pottery from Nea Paphos on Cyprus (from the late 4th to the 1st century BCE)*, non-published PhD dissertation, Jagiellonian University, Krakow, 2018.

MARZEC, E.; KIRIATZI, E.; MÜLLER, N. S.; HEIN, A. The provenance and technology of a group of Hellenistic colour-coated ware pottery from the excavations at Nea Paphos on Cyprus, *JRS Reports*, 2018, pp. 1035-1043.

MARZEC, E.; KIRIATZI, E.; MÜLLER, N. S.; HEIN, A. An integrated typological, technological and provenance investigation of Late Hellenistic colour-coated pottery from Nea Paphos, Cyprus. *Archaeological and Anthropological Sciences* 11(8), 2019, pp. 4103–4122.

McCANN, A. M.; OLESON, J. P. *Deep-water shipwrecks off Skerki Bank: the 1997 survey*. JRA Supplementary Series no. 58, 2004.

MISZK, Ł. Stratigraphy and Architecture of the Agora. In: E. PAPUCI-WŁADYKA (ed.), 2020, pp. 127-184. MŁYNARCZYK, J. Hellenistic Terracotta Lamps from Nea Paphos, *RDAC*, 1978, p. 235-253.

MŁYNARCZYK, J. *Nea Paphos III. Nea Paphos in the Hellenistic Period*. Warszawa, 1990.

MŁYNARCZYK, J. Alexandria and Paphos: Lamp Producing Centres. In: H. MEYZA; J. MŁYNARCZYK (eds.) *Hellenistic and Roman Pottery in the Eastern Mediterranean – Advances in Scientific Studies. Acts of the II Nieborów Pottery Workshop*. Warszawa, 1995, pp. 203- 239.

MŁYNARCZYK, J. *Alexandrian and Alexandria-Influenced Mould-Made Lamps of the Hellenistic Period. (BAR International Series 677)*, Oxford, 1997.

OBSERVAÇÕES SOBRE A INVESTIGAÇÃO MULTIDISCIPLINAR DE LUCERNAS

MŁYNARCZYK, J. Lampki terakotowe z polskich wykopalisk w Nea Pafos. In: W. DASZEWSKI; H. MEYZA (eds.) *Cypr w badaniach polskich*. Warszawa, 1998, pp. 51-66.

NANTET, E. *Phortia. Le Tonnage des Navires de Commerce en Méditerranée du VIIIe siècle av. l'Ère Chrétienne au VIIe siècle de l'Ère Chrétienne*. Rennes, 2016.

ORTON, C.; HUGHES, M. *Pottery in Archaeology, Second Edition*. Cambridge, 2013.

OZIOL, TH. *Salamine de Chypre VII. Les lampes du Musée de Chypre*. Paris, 1977.

PAPUCI-WŁADYKA, E. Nea Paphos, Cyprus. The Hellenistic Pottery from the Polish Excavations (1965-1993). *Studies in Ancient Art and Civilization*, 7, 1995, pp. 65-78.

PAPUCI-WŁADYKA, E. (ed.) *PAPHOS AGORA PROJECT (PAP) vol. 1. The Interdisciplinary Research of the Jagiellonian University in Nea Paphos UNESCO World Heritage Site (2011-2015) – First Results*. Krakow, 2020.

PAPUCI-WŁADYKA, E. Paphos Agora Project (PAP): Its aims, stages of development, methodology and chronology. In: E. PAPUCI-WŁADYKA, (ed.), 2020, pp. 73-89.

PAPUCI-WŁADYKA, E.; MACHOWSKI W. Paphos Agora Project. Preliminary results of the 2011–2012 seasons of the Jagiellonian University (Krakow, Poland) excavations. In: C. BALANDIER (ed.) *Nea Paphos. Fondation et développement urbanistique d'une ville chypriote de l'antiquité à nos jours. Études archéologiques, historiques et patrimoniales*, Actes du Ier colloque international sur Paphos, Avignon, 30, 31 Octobre et 1er Novembre 2012, organisé par Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse & Department of Antiquities of Cyprus (*Ausonius Éditions, Mémoires 43*). Bordeaux, 2016, pp. 67–77.

PAPUCI-WŁADYKA, E.; MISZK, E. History of the Research on Nea Paphos and its Agora. A Brief History of Research on Nea Paphos (without the Agora). In: E. PAPUCI-WŁADYKA, (ed.), 2020, pp. 91-109.

PAPUCI-WŁADYKA, E.; MISZK, Ł. Summary of the Results – Synthesis. In: E. PAPUCI-WŁADYKA, (ed.), 2020, pp. 505-526.

PARKER, A. J. *Ancient Shipwrecks of the Mediterranean & the Roman Provinces (BAR IS 580)*. Oxford, 1992.

PEÑA, J. T. *Roman Pottery in the Archaeological Record*. Cambridge, 2007.

PEREIRA, C.; ALBUQUERQUE, P. A Diacronia do Encontro de Ulisses com o Ciclope no Repertório Iconográfico “Lychnológico”. *Habis*, 45, 2014, pp. 7-28.

PERLZWEIG, J. *The Athenian Agora VII. Lamps of the Roman Period*. New Jersey, 1961.

RAPTOU, E. A painted Roman Tomb at Paphos (P. M. 3510), *Mediterranean Archaeology* 17, 2004, 311-321.

ROTROFF, S. I. The Pottery. In: G. HELLENKEMPER SALIENS,; H.-H. von PRITTWITZ GAFFRON e G. BAUCHHENS (eds.) *Das Wrack. Der Antike Schiffsfund von Mahdia I*. Cologne, 1994, pp. 133-152.

STRAUSS, J. *Shipwrecks Database*. Version 1.0. Accessed (16.02.2018): oxrep.classics.ox.ac.uk/databases/shipwrecks_database/, 2013.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

TEIXEIRA-BASTOS, M. Análise e Distribuição Espacial de Lucernas Romanas de Disco: o Caso das Províncias da Palestina e da África Proconsular. Tese de doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2016.

THE CESNOLA COLLECTION AT THE METROPOLITAN MUSEUM OF ART. Disponível em https://www.metmuseum.org/toah/hd/cesn/hd_cesn.htm. Acesso em junho de 2019.

VESSBERG, O. Hellenistic and Roman Lamps in Cyprus, *OpAth* 1, 1953, 115-129.

VIVLIODETIS, E. The lamps. In: KALTSAS, N.; VLACHOGIANNI, E.; BOUYIA, P. (eds.) *The Antikythera Shipwreck: The Ship, the Treasures, the Mechanism, Exhibition Catalogue*. Athens, 2012, pp. 164-168.

ISRAEL

CULTURA MATERIAL COMO AMULETO: ELEMENTOS MÁGICOS E O APOTROPAICO NO MUNDO ROMANO ANTIGO

Vagner Carvalheiro Porto
*Universidade de São Paulo,
São Paulo*

Juliana Figueira da Hora
*Universidade de São Paulo,
São Paulo*

Apresentação

Este capítulo²²⁷ tem como objetivo fazer uma breve apresentação dos elementos da cultura material da região da antiga Palestina romana, principalmente as moedas, que foram retiradas de seu contexto de produção e colocadas em contextos funerários²²⁸, convertidas em amuletos, adquirindo sentidos mágicos e apotropaicos. Valeremos de exemplos verificados em diversas partes do Império Romano para demonstrar como essas práticas eram recorrentes em todo o império. Neste sentido, destacamos os achados de Pithekússai²²⁹; os achados nas margens do Tâmis, em contextos celtas, mais propriamente na atual cidade de Lezoux, França; os achados na antiga cidade de Aquincum, atual Budapeste; e os achados em Tel Maresha, Tel Barukh e Tiberíades, atual Israel. Também é nossa intenção observar elementos

227 Este trabalho é inspirado no artigo “Material Culture as Amulets: Magical Elements and the Apotropaic in Ancient Roman”, publicado na Revista *World Philosophy Study* em agosto de 2020 e na comunicação apresentada no 15th Congress of the Fédération internationale des associations d’études classiques and the Classical Association annual conference 2019, com o título “Material culture as amulets: magical elements and the apotropaic in Roman Palestine”.

228 Encontram-se com relativa frequência moedas enterradas em sepulturas. Os textos de Gabriela Bijovsky (1996 e 2015, Cf. bibliografia), trazem informações relevantes a este respeito.

229 Hoje Ísquia, pequena ilha vulcânica que fica no mar Tirreno. Encontra-se no extremo norte do Golfo de Nápoles, a cerca de 30 km da cidade de Nápoles.

iconográficos que trazem conteúdo apotropaico em suas formulações, pois, além do papel que as moedas poderiam desempenhar na conexão entre os mundos de homens e deuses, muitas pessoas acreditavam que tinham o poder de projetar força mágica e apotropaica através das imagens poderosas que elas retrataram.

Mágica, amuletos e o elemento apotropaico

Antes de tudo, creio que seja importante definir, para o escopo de nossa abordagem, o conceito de mágica, que, diferentemente dos nossos dias – em que geralmente recebe um sentido negativo – recebeu no passado um significado muito distinto. De acordo com Golding (2013, p. 16), “mágica é a tentativa de influenciar eventos por meio do uso de certas mídias, como a palavra escrita ou falada, o uso de imagens, ações rituais e o uso e exibição de encantos chamados amuletos”. Ainda, Golding vê a força mágica que contêm certas palavras, como o nome de uma divindade, ou certas imagens, muitas vezes representativas da divindade, que continham algum poder. Acreditava-se que esse poder pudesse influenciar positivamente eventos negativos, como uma doença ou as ações de um demônio. Portanto, a magia foi usada para manter a boa saúde e o bem-estar, além de manter o mal sob controle (GOLDING, 2013, p. 16). Geller (2010, p. 38), a seu turno, resume a magia como “expressões de ansiedade e preocupação da humanidade com deuses raivosos, demônios maliciosos”.

Magia tem uma infinidade de significados. Neste texto, estamos interessados em entender como os amuletos funcionavam no mundo romano, mais especialmente na antiga Palestina, de uma maneira mágica, servindo para proteger e evitar que o mal pudesse vir e invadir o possuidor de alguns objetos sacralizados.

Mesmo que não seja o mote deste texto, é fundamental expor diferenças existentes entre amuletos e talismãs. *Grosso modo*, amuletos e talismãs são encantos mágicos usados para garantir o poder espiritual ou para afastar o mal. A crença nos poderes mágicos de amuletos e talismãs é tão antiga quanto a civilização humana, e pode-se observar que continua firme e forte. Acredita-se que os amuletos têm o poder de afastar energias negativas, espíritos malignos ou até doenças; os amuletos são usados pelas pessoas como forma de proteção e defesa contra o mal ao seu redor. Um talismã (palavra que deriva do grego “*telesma*”²³⁰, que sig-

230 Henry George Liddell, Robert Scott, *A Greek-English Lexicon*, τέλεσμα». *Perseus.tufts.edu*

nifica rito de consagração, conclusão, pagamento) é exatamente o oposto de um amuleto; acredita-se que dão mais poder à pessoa que os usa. Este item é pensado para dar energia positiva à pessoa que o possui. Objetos mágicos são usados para incutir poder, confiança e força naqueles que os usam. Eles geralmente são feitos de cristais e pedras preciosas. Os talismãs são vistos como amplificadores naturais que levam a pessoa aos pensamentos certos²³¹.

Parece que, etimologicamente, a palavra amuleto significa “algo que pode ser carregado”, ou seja, são, por definição, portáteis. Autores como Petrie (1972, p. 1) e Budge (2001) afirmam que essa palavra tem origem árabe. Golding (2013, p. 25) afirma que “a magia apotropaica incorpora o uso de amuletos para repelir danos ou males. Neste sentido, possui dois valores importantes: 1) Tutelar: a proteção de uma pessoa, posição ou local; 2) Profilático: especificamente uma medida preventiva contra a doença”. Nesse sentido, Hora (2018, p. 147), trazendo Henderson (1991) para o debate, afirma que é problemático falar sobre amuletos profiláticos sem os vincular ao apotropaico, uma vez que os termos estão muito entrelaçados no grego *προφυλά (γ) ω* (proteger) com *φυλαχτό* (amuleto). Haland (2017, p. 178) informa que tratar-se-ia de um tipo de magia ou simpatia baseada na imitação e uso de efígies para garantir a fertilidade e a cura.



Fig. 1 – Exemplo de “olho grego” pendurado em uma parede para proteção da casa.
Fonte: Fotografia Vagner Carvalheiro Porto, 2021.

231 Para aprofundar o conhecimento sobre diferenças entre talismãs e amuletos, ver SKINNER, Stephen. Refining the Definition of Amulet, Phylactery, Charm, Lamen and Talisman as they appear in the PGM and the grimoires. Extraído do capítulo 6.2 *Techniques of Graeco-Egyptian Magic*, Singapore: Golden Hoard, 2014, pp. 159-168. Também, VARNER Gary R. *The History & Use of Amulets, Charms and Talismans*. An OakChylde Book Published by Lulu Press, Inc., 2008.

CULTURA MATERIAL COMO AMULETOS

As práticas tutelares e profiláticas são, portanto, ambos os aspectos da magia apotropaica. Um dos símbolos apotropaicos mais conhecidos é o “olho” azul e branco, que tem como função repelir o mal. Este objeto é comumente encontrado em países modernos, como Grécia, Turquia e Síria. É geralmente conhecido como “olho do mal”, mas, aqui no Brasil, é bastante conhecido como “olho grego” (Fig. 1). O olho pode ser pendurado em uma sala ou acima de uma porta para fornecer proteção. Também pode ser usado como joalheria e muitas vezes é incorporado a lembranças turísticas populares. Os amuletos antigos funcionavam da mesma maneira (BUDGE, 2001, p. 13)²³².

Muito do que sabemos sobre objetos amuletos do mundo dos israelitas vem da Bíblia Hebraica e de escavações arqueológicas. Os sumérios e babilônios influenciaram sua magia, de acordo com Budge (2001, p. 213). Nesse sentido, Golding (2013, p. 29) nos lembra que:

havia vários objetos amuletos hebraicos. Incluídos nesta lista de objetos estão saharôn²³³, terâphîm²³⁴, lehâshîm²³⁵ e sinos. Alguns amuletos siro-palestinos foram encontrados em túmulos de acordo com De Tarragon (1995, p. 2079). Eles pretendiam exorcizar o mal acumulado na vida e na morte (GOLDING, 2013, p. 29, tradução nossa).

O estudo de achados arqueológicos encontrados no complexo subterrâneo de Maresha²³⁶, cidade perto de Jerusalém e Hebron, mostra uma outra esfera de amuletos, com propósitos culturais. Em um artigo de 2017, Esther Eshel classifi-

232 Victoria Arroyo Adaime, em sua Dissertação de Mestrado intitulada *Mudanças e permanências no mobiliário funerário em cemitérios de não-elite do Reino Novo e do Terceiro Período Intermediário: um estudo sobre o papel dos amuletos*, defendida em 2021, apresenta uma interessante definição do que vem a ser amuleto e demonstra como estes poderiam ser escolhidos deliberadamente como acompanhamentos funerários no contexto egípcio.

233 Um ornamento de forma crescente usado em camelos, por mulheres e realeza (BUDGE, 2001, p. 213, tradução nossa).

234 Figuras antropomórficas provavelmente influenciadas por figuras semelhantes encontradas no sul da Mesopotâmia, onde eram amuletos domésticos apotropaicos (BUDGE, 2001, p. 214, tradução nossa).

235 Ornamentos, inclusive de joias, que foram usados enquanto encantavam orações e feitiços (BUDGE, 2001, p. 215, tradução nossa).

236 Tel Maresha é um *Tel* (em arqueologia, uma colina, morro, ou monte, que é um tipo de sítio arqueológico na forma de um montículo de terra) da cidade bíblica da Idade do Ferro conhecida como Maresha. Posteriormente, era conhecida por seu nome helenizado Marisa. O *Tel* está situado na região de Shephelah, em Israel, ou seja, no sopé das montanhas da Judeia. Foi escavada pela primeira vez em 1898-1900 pelos arqueólogos britânicos Bliss e Macalister em nome do Fundo de Exploração da Palestina e novamente depois de 1989 pelo arqueólogo israelense Amos Kloner em nome da Autoridade de Antiguidades de Israel (NEGEV; GIBSON, 2001, p. 315; KLONER, 2003). A maioria dos artefatos da escavação britânica encontra-se hoje nos museus de arqueologia de Istambul.

cou mais de cem óstracos (*ostraka*) e os conceituou como textos de adivinhação.

Eshel enfatiza que “nesse mesmo complexo subterrâneo foi encontrado um número desproporcional de outras descobertas que podem ser consideradas de natureza cúltica” (2017, p. 7). Esses materiais cultuais estão ligados à fertilidade, ao apotropismo e à proteção da saúde e incluem estatuetas, modelos de falos feitos de rocha calcária (Fig. 2), pequenos altares de pedra doméstica (Fig. 3), astrágalos, cerno (*kérnos*) anicônicos e lamparinas. Na sequência, podemos ver algumas imagens desses achados.

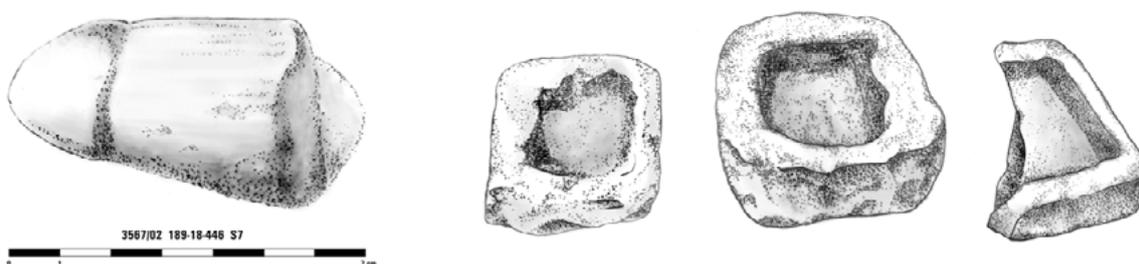


Fig. 2 – À esquerda, falo de calcário (SC 169) encontrado no complexo subterrâneo de Maresha. Desenho de Denise Dal Pino, adaptado de Eshel, 2017, p. 13.

Fonte: Banco de imagens do Projeto Contatos Culturais na *Ivdaea-Palaestina* de Época Romana: Estudos da Malha Urbana e da Circulação Monetária em Tel Dor, Israel, Fapesp 2020/16698-0.

Fig. 3 – À direita, pequenos altares domésticos (SC 169) encontrados no complexo subterrâneo de Maresha. Desenho de Denise Dal Pino, adaptado de Eshel, 2017, p. 13.

Fonte: Banco de imagens do Projeto Contatos Culturais na *Ivdaea-Palaestina* de Época Romana: Estudos da Malha Urbana e da Circulação Monetária em Tel Dor, Israel, Fapesp 2020/16698-0.

Agora queremos desviar a sua atenção, leitor, para as moedas que são encontradas em túmulos, e o que esses achados podem significar. De acordo com György Németh (2013, p. 59-61), “aparentemente dois tipos de moedas podem ser distinguidos em sepultamentos. O óbolo de Caronte²³⁷, chamado *δανάκη*²³⁸

237 Embora a arqueologia mostre que o mito reflete um costume real, a deposição de moedas com os mortos não era generalizada nem confinada a uma única moeda na boca do falecido. Em muitos enterros, tabuletas de folhas de metal inscritas ou Exonumia tomam o lugar da moeda, ou cruzeiros de folhas de ouro durante o início do período cristão. A presença de moedas ou um tesouro de moedas nos enterros de navios germânicos sugere um conceito análogo. Para aprofundar a questão, ver: GRABKA, Gregory. *Christian Viaticum: A Study of Its Cultural Background*. *Traditio*, 1953, p. 9. Também, STEVENS, Susan T. Charon's Obol and Other Coins in Ancient Funerary Practice. *Phoenix*, 1991, p. 45.

238 *Danake* ou *danace* (grego: *δανάκη*) foi uma pequena moeda de prata do Império Persa, equivalente ao óbolo grego, e circulou por entre as pólis do Oriente. Mais tarde, foi usada pelos gregos em outros metais (ver em Albert R. Frey, *A Dictionary of Numismatic Names* (New York, 1917), p. 60; A. D. H. Bivar, “Achaemenid Coins, Weights and Measures”. In: *The Cambridge History of Iran* (Cambridge University Press, 1993), vol. 2, p. 635). Julius Pollux, gramático, lexicógrafo e sofista grego do século II EC faz referência ao nome danikê (ainda, danakê ou danikon) como sendo uma moeda persa (ver em A. Cunningham, “Relics from Ancient Persia in Gold, Silver, and Copper”, *Journal of the Asiatic Society of Bengal* 50 (1881), p. 167).

ou *viaticum*²³⁹, é uma categoria, enquanto que uma cunhagem de moedas com função apotropaica é a outra”. Este autor afirma que, se não houver uma descrição detalhada das circunstâncias da deposição de moedas em um sepultamento, é impossível perceber e inferir sobre a real função desses pequenos objetos. Assim, moedas de diversas outras escavações, que foram depositadas com propósitos e funções apotropaicas, muitas vezes foram interpretadas erroneamente como *viatica* (NÉMETH, 2013, p. 59).

De acordo com Németh (2013, p. 59), além das notas dos lexicógrafos, Plutarco afirmou que o “δανακή (óbolo de Caronte/*viaticum*) foi colocado em sepultamentos e foi usado como uma forma de pagamento para ajudar o falecido a atravessar o pântano de Aquerúsia”²⁴⁰. Dessa forma, um texto de Estrabão (ESTRABÃO, VIII 6, 12 apud NÉMETH, 2013, p. 60) diz: “a palavra ναῦλον se refere à passagem paga a bordo do barco”. Segundo Németh:

[...] Hesíquio de Alexandria escreve que ela [a moeda/δανακή] tinha que ser colocada na boca dos mortos. Um fragmento de Calímaco chama essa moeda de πορθμῆιον, pois facilitou a travessia através de Aquerúsia (NÉMETH, 2013, p. 60, tradução nossa).

Sylvia Alfayé, refletindo sobre as diferenças entre *viaticum* e objetos depositados com função apotropaica, examinou alguns pregos encontrados em contexto funerário (teriam sido utilizados para prender o mobiliário de sepulturas) e conjecturou sobre o componente apotropaico que estes objetos poderiam vir a conter.

A pesquisadora percebeu em um “gráfico detalhado, que os enterros com

239 Em latim, o óbolo de Caronte é, muitas vezes, chamado de *viaticum*, ou “sustento para a jornada”; a colocação da moeda na boca também foi explicada como um selo para proteger a alma do falecido ou impedir que ele retornasse. Ian Morris, em *Death-ritual and Social Structure in Classical Antiquity* (1992, p. 106), coloca uma discussão cétrica sobre “quem paga o barqueiro?” que “as moedas podem ter pagado o barqueiro, mas não era tudo o que elas pagavam” (tradução nossa). Keld Grindler-Hansen, em “Charon’s Fee in Ancient Greece?”, publicado em *Acta Hyperborea* 3 (1991, p. 215), chega ao ponto de afirmar que “há muito pouca evidência a favor de uma conexão entre o mito de Caronte e a prática da moeda da morte”, mas o ponto principal é que o termo “óbolo de Caronte” pertence mais ao discurso do mito e da literatura, do que da disciplina arqueológica em si.

240 Aquerúsia, na mitologia grega, foi o nome dado pelos antigos para vários lagos e pântanos, também aos vários rios que foram intitulados como Aqueronte. O lago que deu origem a esta crença foi o Aquerúsia, em Tesprócia, para onde o Rio Aqueronte flui (TUCÍDIDES I. 46; ESTRABÃO VII. p. 324.) Outros lagos e pântanos com o mesmo nome foram considerados como sendo uma conexão com o mundo inferior. Entre eles, estão: Hermione, em Argólida (PAUSÂNIAS II. 35. § 7); Heracleia, na Bitínia (XENOFONTE *Anab.* VI, 2. § 2; DIODORO SÍCULO XIV, 31); Cumas (PLÍNIO, o Velho. HN. III, 5; ESTRABÃO V. p. 243); e Mênfis (DIODORO SÍCULO I, 96). Conteúdo aberto. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Conteúdo_aberto&oldid=15696001> Acesso em: 8 de abril de 2019.

pregos geralmente também continham moedas”. Segundo Alfayé, no caso de se encontrarem várias moedas que não estivessem localizadas na boca dos mortos, estes objetos provavelmente estavam destinados a servir como amuletos e não como *viaticum* (ALFAYÉ, 2010, p. 430-438). Abaixo (fig. 4), podemos ver o rascunho de um vaso de cerâmica, dois pregos, duas moedas²⁴¹ e uma lamparina²⁴² encontrados no cemitério romano de Pithekússai (pequena ilha localizada na Península Itálica). Nele, Alfayé ilustra os objetos encontrados em uma tumba romana na parte central do Império. Acreditamos que as observações de Alfayé possam ser estendidas à parte oriental do Império Romano, especialmente à Palestina Romana, nosso principal interesse geográfico neste texto.

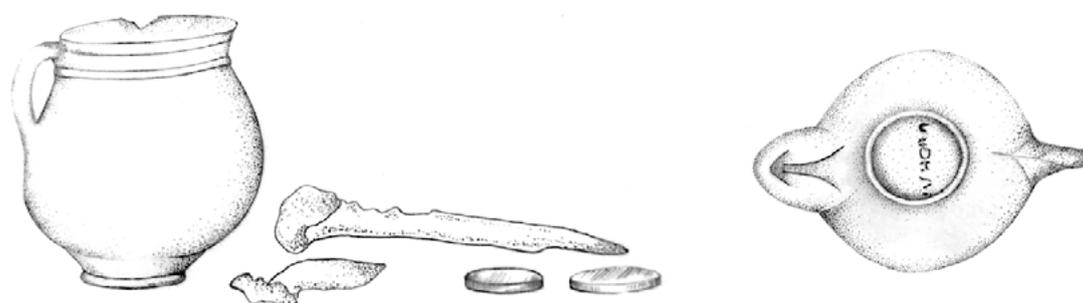


Fig. 4 – Bens funerários: vaso de cerâmica, dois pregos, duas moedas e uma lamparina. Sepultamento 110. Desenho de Denise Dal Pino, adaptado de J. Rodríguez Corral, a partir de Buchner e Ridgway 1993, prancha CXI. Cf. Alfayé, 2010, p. 430.

Fonte: Banco de imagens do Projeto Contatos Culturais na *Ivdaea-Palaestina* de Época Romana: Estudos da Malha Urbana e da Circulação Monetária em Tel Dor, Israel, Fapesp 2020/16698-0.

Moedas como amuletos

Os amuletos eram chamados *peripta* ou *periammata*, e significavam “coisas ligadas”. Segundo João Crisóstomo, as pessoas supersticiosas costumavam usar as moedas de Alexandre, o Grande, como *peripta* ou amuletos²⁴³ (JOHN

241 A perspectiva antropológica da noção de valor no mundo antigo nos mostra que a conexão do humano com o divino se dá desde tempos imemoriais e que o metal sempre foi um elo de ligação entre ambos. O homem ofertava metal aos deuses, a princípio em estado bruto, depois, manufaturado: argolas, pesos, lanças, pontas de flecha e, por fim, moedas. Esta troca simbólica pode ser observada nos vários achados arqueológicos tanto em bases de templos, quanto em sepultamentos (visto que os mortos, em muitas culturas adquirem *status* divino). O que estamos querendo insinuar aqui é que o ato de depositar moedas aos mortos ou aos deuses está além dos significados práticos e econômicos observados geralmente, alcançando valores outros como mágicos, míticos e simbólicos, que se ligam ao metal propriamente dito, dentre outras coisas; uma herança que teve início em períodos pré-históricos e que ecoou tanto no mundo grego quanto no mundo romano.

242 Também conhecida na língua portuguesa como lucerna.

243 “*Quid vero diceret aliquis de iis, qui carminibus et ligaturis utuntur, et de circumligantibus aerea Alexandri Macedonis numismata capiti vel pedibus?*”

CHRYSOSTOM, *Ad illuminandos catechesis*, II, 52; também WINGES, 2018).

A aplicação de moedas como filactérios²⁴⁴ foi generalizada, não somente no período Clássico, como também na Antiguidade Tardia e no período Bizantino. Além do papel das moedas que ligam os mundos de homens e deuses mencionados acima, muitas pessoas acreditavam que elas eram eficientes para retratar imagens poderosas: Vitória, a cruz, Cristo, o imperador em armas ou mesmo o próprio Alexandre (ROWAN, 2009, p. 9). Muitas joias de amuleto foram produzidas para parecer peças de dinheiro, embora não fossem moedas cunhadas (FULGHUM, 2001, p. 146).

Neste sentido, presumivelmente, foi a imagem da deusa Fortuna que transformou uma moeda cunhada em 88/89 EC em um amuleto. A moeda de que falamos foi descoberta junto ao mastro de um navio encontrado próximo a um barranco, nas margens do rio Tâmis. Este é um dos navios naufragados em Blackfriars²⁴⁵, atual Londres. A propósito dessa moeda, Rowan (2009, p. 9) afirma: “particularmente uma imagem de Fortuna segurando um leme, foi sem dúvida uma escolha adequada para se colocar sob o mastro de um navio”. Curiosamente, o navio é datado de cem anos depois da data da moeda, quando o objeto não estava mais em circulação como meio de pagamento. No caso em questão, conjecturar-se que a moeda possa ter sido colocada justamente naquele lugar do navio, junto ao mastro, é uma ação deliberada de quem ansiava que Fortuna protegesse não apenas algum dos tripulantes a bordo, mas todo o navio (NÉMETH, 2013, p. 62).

Um uso especial de moeda como amuleto foi observado também em contextos celtas, em que um texto profilático foi escrito em uma lamela de chumbo dobrada, que continha em seu interior uma moeda cunhada pelo imperador Trajano.

A lamela de chumbo inscrita em celta foi encontrada no cemitério romano de Lezoux (França) e a moeda é datada entre 103 e 111 EC (POURSAT, 1975,

244 Filactério vem do termo grego *phylaktérion*, que significa basicamente “posto avançado”, “fortificação” ou “proteção”, o que explica a utilização destes objetos como proteção ou amuleto.

245 Os naufrágios dos Blackfriars foram uma série de destroços descobertos pelo arqueólogo Peter Marsden na área de Blackfriars nas margens do Rio Tâmis, em Londres, Inglaterra. Os destroços foram descobertos durante a construção de um muro em um barranco ao longo do rio. Marsden descobriu o primeiro em 6 de setembro de 1962 e os dois seguintes foram descobertos em 1970. Uma descoberta posterior foi adicionada aos três destroços anteriores, constituindo agora o que é conhecido como os quatro destroços de Blackfriars. Para aprofundar a questão ver: Milne, G. Blackfriars ship 1; Romano-Celtic, Gallo-Roman or Classis Britannicae? *The International Journal of Nautical Archaeology* 25, 1996, pp. 234-238. Marsden, P. Blackfriars Wreck III: A Preliminary Note. *The International Journal of Nautical Archaeology* 1, 1972, p. 130-132. E, também, Blackfriars Wrecks. In: *Encyclopedia of underwater and maritime archaeology*, edited by J. Delgado, 1998, p. 64-66. New Haven: Yale University Press.

p. 432-434 apud NÉMETH, 2013, p. 61). A imagem na moeda sugere um amuleto: vitória à esquerda, segurando uma folha de palmeira e erguendo um troféu²⁴⁶. Apenas algumas palavras da inscrição celta foram decifradas, mas sua interpretação indubitavelmente sugere uma função amulética (NÉMETH, 2013, p. 62). Interessante notar que, neste caso, a função amulética apresenta-se tanto na lamela (que envolve) quanto na moeda (objeto envolvido). Este componente reforça a hipótese do emprego amulético neste contexto.

De acordo com György Németh (2005, p. 62), também é mantida uma lamela de prata de 85 mm por 78 mm no Museu Aquincum, em Budapeste (Figs. 5 e 6). Seu invólucro foi encontrado em 1927/8 nas escavações do cemitério junto ao córrego Aranyhegyi, mas a lamela foi descoberta somente depois de 1945, dentro de uma *bulla*²⁴⁷ de bronze perfurada, de 30 mm de diâmetro (Inv. 30236/3).

Esta lamela de prata, que também contém inscrições de caráter mágico, foi dobrada nove vezes, como era habitual no caso de lamelas mágicas de prata, e – bastante incomum – uma moeda de prata ainda na condição de disco metálico²⁴⁸, sem estar totalmente pronta para circular, foi dobrada junto. Seria uma emissão de Trajano de 116 EC (tipo monetário 187 do catálogo de Edward E. Cohen de acordo com J. SZILÁGYI, 1950, p. 319 apud NÉMETH, 2005, p. 63). Németh conclui, portanto, que a moeda não determina o usual *terminus post quem*, pois as moedas em condição de fabricação não podiam estar em circulação nem por um único dia. Assim, a lamela de prata de Aquincum foi fabricada pouco tempo depois da moeda ter sido cunhada e posteriormente colocada dentro da *bulla*, provavelmente usada por seu dono durante anos no pescoço antes de ser enterrada com ele (NÉMETH, 2005, p. 63). No caso da lamela de Lezoux, França, o caráter

246 De acordo com B. Mees no texto *Gaulish prayer for vengeance on a lamella from Lezoux*, de 2010, a moeda em questão retrata em seu anverso o imperador laureado (sua cabeça virada para a direita). Segundo o autor, como está marcado *s(enatus) c(onsulto)*, ou seja, “cunhada pelo Senado”, a peça seria naturalmente de baixo valor. As moedas de bronze eram tipicamente cunhadas pelo Senado romano nos tempos imperiais, sendo os valores mais altos prerrogativas das produções imperiais. O reverso da moeda traz a deusa Vitória em pé, virada para a esquerda, segurando um ramo de palmeira e erguendo um troféu. Segundo Mees, trata-se de um *As* (RIC II 524). Ainda segundo o autor, conseqüentemente, o texto da lamela deve ser uma criação do final do século I ou do início do século II EC e é mais ou menos contemporânea do tablete de maldição funerário encontrado em L’Hospitalet-du-Larzac (RIG L-98) (MEES, 2010, p. 48).

247 As *bullae* romanas eram objetos enigmáticos de chumbo, às vezes cobertos com uma folha de ouro, se a família pudesse pagar. Uma *bulla* era usada no pescoço como uma espécie de medalhão para proteger contra espíritos e forças do mal. As *bullae* eram feitas de diferentes materiais, dependendo da riqueza da família.

248 Em numismática, denominamos disco metálico (*flan*) o estado prévio da moeda; neste ponto a moeda ainda não está pronta para circular economicamente. Ela só estará completa quando lhe for conferida a pesagem e quando estiverem gravadas nos dois lados do disco metálico as imagens e legendas.

CULTURA MATERIAL COMO AMULETOS

mágico é indubitável; somam-se o texto de caráter mágico da lamela, o contexto de enterramento da mesma e a moeda em seu interior. No caso da lamela encontrada no cemitério junto ao córrego Aranyhegyi, que está no Museu Aquincum, Budapeste, verificou-se o caráter mágico do texto da lamela (NÉMETH, 2005, p. 63) e também o contexto do enterramento, mas a moeda, neste caso, não pôde determinar o caráter profilático ou apotropaico do enterramento. É fato que esta moeda ainda não exatamente pronta para circular foi encontrada embrulhada dentro da lamela no contexto de enterramento, e isto não é de se desprezar. Mas, neste caso, precisaríamos de mais elementos para determinar o papel da moeda neste conjunto. Há contextos, como veremos mais adiante, em que o contexto arqueológico consegue determinar o caráter apotropaico ou não de uma moeda depositada em enterramentos. Também há contextos em que o metal da moeda depositada em contexto arqueológico prevalece sobre suas características monetárias. A moeda do interior da lamela do Museu Aquincum sequer circulou como moeda, como vimos. O elemento apotropaico deve ser analisado por todo o contexto arqueológico relacional, e estes exemplos de lamelas que envolvem moedas junto aos corpos sepultados nos trazem reflexões singulares sobre o caráter mágico dos objetos enterrados juntamente aos mortos.

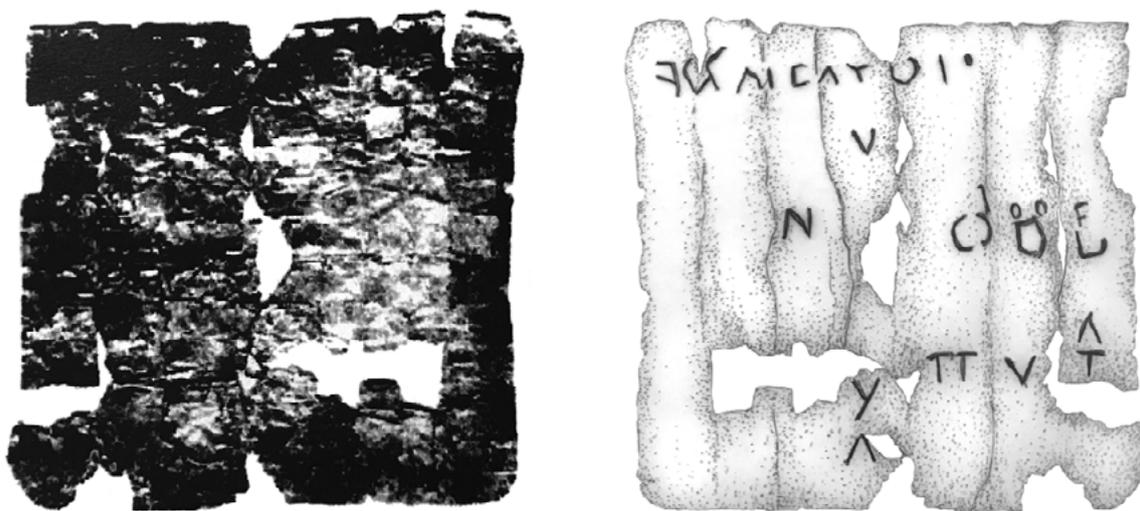


Fig. 5 – À esquerda, lamela encontrada em Aquincum, atual Budapeste.

Fonte: Desenho de Denise dal Pino. Adaptado de Németh 2005, p. 64. Banco de imagens do Projeto Contatos Culturais na *Ivdaea-Palaestina* de Época Romana: Estudos da Malha Urbana e da Circulação Monetária em Tel Dor, Israel, Fapesp 2020/16698-0.

Fig. 6 – À direita, desenho de Denise Dal Pino, inspirado no desenho de Kotansky (KOTANSKY 1994, Nr. 20).
Fonte: Banco de imagens do Projeto Contatos Culturais na *Ivdaea-Palaestina* de Época Romana: Estudos da Malha Urbana e da Circulação Monetária em Tel Dor, Israel, Fapesp 2020/16698-0.

Segundo Florenzano (1995, p. 229), existem muitas referências a moedas usadas como amuletos na Antiguidade. Em primeiro lugar, chamamos a atenção para as moedas descobertas em contextos arqueológicos que carregam perfurações. Por vezes, estas eram interpretadas como “testes” da qualidade do metal. No entanto, esses testes eram feitos de maneiras diferentes, como raspar as bordas de uma peça ou remover pequenas porções de suas superfícies. É muito mais provável que as perfurações regulares encontradas nas moedas gregas, bem como nas da Idade Média (época cuja documentação textual está bem disponível), tenham o objetivo de segurar a moeda perto do pescoço, tornozelo ou punho (GORINI, 1978). Certamente podemos estender essas características gregas das moedas para as moedas do período romano.

A propósito de moedas perfuradas, chamamos a atenção para um trabalho de Gabriela Bijovsky (2015, p. 81), que analisa um grupo de 94 moedas (todas de bronze) descobertas durante as escavações no cemitério de Tel Barukh²⁴⁹ (escavações estas dirigidas por Y. Kaplan em 1951-1952 e 1967 e por Y. Levy em 1989). Segundo Bijovsky, moedas de bronze, geralmente usadas e frequentemente perfuradas, são comuns em sepulturas em Israel, especialmente durante o período romano (final do primeiro ao final do século III EC). A título de exemplo, pode-se observar os túmulos de Akeldama em Jerusalém, datando do final do Segundo Templo até os primeiros períodos bizantinos (BIJOVSKY, 1996, p. 105-107). Nestes túmulos, foram encontradas grandes quantidades de moedas com estas características.

A estudiosa, ao analisar os relatórios de escavação de Tel Barukh, aponta que mais de quarenta moedas foram descobertas na Gruta 4, mas que, infelizmente, não foi possível rastrear o local exato de cada moeda dentro de cada caverna, a fim de estabelecer as relações dentro dos espaços internos, os corpos do falecido e as moedas. Além disso, como as cavernas foram saqueadas, a localização *in situ* das moedas dentro dos túmulos não é clara. Moedas foram encontradas em todos os lugares: nos pátios em frente às cavernas funerárias (*arcosolia*) e dentro das câmaras internas (*loculi*). Apesar do número significativo de moedas descobertas durante as escavações, a falta de uma localização exata para cada moeda nos impede de tirar conclusões sobre os costumes funerários e as práticas

249 Tel Barukh fica a Norte de Tel Aviv, com uma distância aproximada de 8 km entre as localidades.

CULTURA MATERIAL COMO AMULETOS

religiosas do falecido. Bijovsky observa que as moedas datam do século I EC ao período omíada, ou seja, um intervalo bastante espaçado, no entanto, a maioria delas são bastante homogêneas e sua datação concentra-se entre os séculos IV e V EC. Isto indica o principal período de uso do cemitério. As primeiras moedas são um bronze perfurado de Alexandria, datado do reinado do imperador Tibério, e uma moeda de Severo Alexandre, cunhada em Cesareia Marítima. Estas são seguidas por dois *antoniniani*²⁵⁰ desgastados datados até a segunda metade do século III EC.

Como nenhuma moeda foi datada antes da primeira metade do século IV EC, parece que o cemitério não estava em uso antes de meados deste século. De cerca de 346 a 408 EC, há uma sequência contínua de moedas – *minimi* – que constituem a maior parte das evidências numismáticas. A maioria das moedas são mal preservadas e as marcas da oficina monetária que poderiam indicar seus locais de origem estão quase sempre gastas ou ilegíveis.

Após um pico na quantidade durante o último quarto do século IV EC, o número de moedas diminuiu para a mesma frequência anterior a este pico. Com base na evidência numismática, portanto, o cemitério estava em uso durante a primeira década do século V EC.

Ao discorrer sobre o caráter religioso da deposição das moedas junto aos mortos, Bijovsky conjectura sobre a possibilidade de serem oferecidas como pagamento ao barqueiro Caronte (*δανακή/viaticum*), mas não reflete sobre a possibilidade de a moeda ter uma função apotropaica – outra categoria que estas moedas depositadas junto aos mortos podem ter, como vimos em Németh (2013, p. 59-61).

Segundo Bijovsky, a prática de fornecer aos mortos um óbolo para o barqueiro Caronte, a fim de cruzar o rio para o mundo inferior, era um costume da religião grega e romana usualmente difundido por todo o Império Romano. A moeda costuma ser encontrada dentro da boca do falecido, entre os dentes ou na mão (BIJOVSKY, 2015, p. 83).

Não há nenhuma evidência clara da adoção desse costume pelos judeus na

250 O antoniniano (*antoninianus*, em latim, pl. *antoniniani*) era uma antiga moeda romana, equivalente a dois denários. Inicialmente cunhada em prata, sua progressiva desvalorização fez com que emissões posteriores passassem a ser em bronze. A moeda foi introduzida por Caracala no início de 215 EC. Era de prata, semelhante ao denário, exceto que era um pouco maior e apresentava o imperador usando uma coroa radiada, indicando se tratar de uma denominação dupla. *Antoniniani* retratando mulheres (geralmente a esposa do imperador) exibiam o busto apoiado em uma lua crescente (ABDY, 2012, p. 507).

Palestina (RAHMANI 1993, p. 149-150 *apud* BIJOVSKY, 2015, p. 83). No entanto, é muito comum em cavernas funerárias não judaicas datadas dos séculos II a III EC a oeste da Galileia, norte de Israel, conforme observado em vários complexos funerários. De acordo com Bijovsky, em Hurfeish²⁵¹, por exemplo, cinco moedas de bronze foram encontradas atrás de dois *kokhim*²⁵² na Gruta 1 e outras três moedas na Gruta 2, todas elas perto do local da cabeça do falecido (AVIAM; GORIN-ROSEN, 1997, p. 34 *apud* BIJOVSKY, 2015, p. 83). Quatro moedas datadas do final do século III EC foram encontradas no pátio em frente à caverna funerária escavada em Qiryat Ata. De acordo com Vitto, os indivíduos enterrados na caverna compartilhavam a crença no óbolo de Caronte e, com base nessa evidência, o arqueólogo discute a religião do falecido (VITTO, 2008, p. 159-160 *apud* BIJOVSKY, 2015, p. 83). Pelo que pudemos depreender da leitura de Bijovsky, nem Vitto, nem ela própria, entram no mérito da distinção sobre a função da moeda depositada junto ao morto: se *Ivdaea-Palaestina* (óbolo a Caronte) ou apotropaica.

Achados arqueológicos de cavernas funerárias no oeste da Galileia atestam que esse costume continuou a ser praticado durante os séculos IV a V EC. Em Horbat Kenes (Karmiel), dez moedas datadas do final do terceiro até a primeira metade do século IV EC foram descobertas junto com joias dentro de um sarcófago de argila inserido em um *loculus* na Gruta 3. Mais uma vez o arqueólogo relaciona os achados à prática de depositar o óbolo a Caronte (PORAT, 1997, p. 15 *apud* BIJOVSKY, 2015, p. 83). Dentro de duas cavernas funerárias intactas em Kisra (oeste da Galileia), doze moedas foram recuperadas da Caverna 2 e onze, da Caverna 3, a maioria delas de dentro dos *loculi*. As moedas datam do início do século IV ao início do século V EC (BIJOVSKY, 2015, p. 83).

Até que ponto a prática de depositar moedas em sepultamentos, seja como óbolo pago a Caronte, seja como uma função apotropaica, foi adotada fora dos contextos de predominância grega e romana na Palestina? É possível sugerir alguma conexão funerária com as comunidades samaritanas? Ao contrário de

251 Hurfeish é um conselho local localizado no Distrito Norte de Israel, nas colinas da Galileia. Em 2015, tinha uma população de 6.077, principalmente drusos.

252 A *kokh* (plural: *kokhim*, hebraico: קֹחַ), em latim *loculus*, plural *loculi*, é um tipo de complexo de tumba caracterizado por uma série de fossos longos e estreitos, nos quais os mortos eram colocados para sepultamento, irradiando de uma câmara central. Esses complexos de tumbas eram geralmente esculpidos em uma face de rocha e fechados com uma laje de pedra, com canais cortados no centro do poço para drenar qualquer água que vazasse pela rocha.

CULTURA MATERIAL COMO AMULETOS

outros achados da cultura material, como lamparinas de óleo e amuletos, que podem manifestar elementos étnico-religiosos característicos dos samaritanos, as moedas bizantinas dos séculos IV a V não foram atribuídas a nenhum grupo étnico ou afiliação religiosa em particular. Elas eram apenas as moedas oficiais em circulação em uso pela população em geral em todo o império.

Apesar dos exemplos citados, Bijovsky – considerando as evidências arqueológicas e numismáticas de Tel Barukh e outro material comparativo de dentro e fora de Samaria – entende que é difícil estabelecer um padrão consistente com relação ao uso de moedas em práticas de sepultamento em tumbas samaritanas. As conclusões não são possíveis por vários motivos: primeiro, a maioria das tumbas foi saqueada, seus conteúdos saqueados, perturbados ou dispersos e, portanto, os locais de achado das moedas não são confiáveis e devem ser interpretados com cautela; em segundo lugar, o número de moedas encontradas dentro das cavernas funerárias é geralmente muito pequeno; e, em terceiro lugar, a localização exata das moedas dentro das cavernas geralmente não é registrada nos relatórios arqueológicos. De qualquer forma, basear a evidência para um uso específico de moedas em rituais funerários samaritanos – como o óbolo de Caronte ou com uma função apotropaica – a partir dos exemplos mencionados é mais do que inconclusivo. Em outras palavras, mesmo que observáveis nos exemplos de sepultamentos não judaicos (entenda-se de populações com inclinação religiosa de matriz grega e romana), Bijovsky entende que não existe base material concreta que possibilite o entendimento de que as moedas encontradas em sepultamentos judaicos/samaritanos possam ser usadas como um elemento da identidade étnico-religiosa.

A iconografia monetária e os elementos mágico-religiosos

Nesta última parte do texto, gostaríamos de aprofundar um pouco mais o tema da iconografia das moedas (lembrando que já abordamos a iconografia de uma moeda que trazia a deusa Fortuna e outra que trazia a deusa Vitória e um troféu).

Acreditamos que é possível analisar moedas encontradas em contextos arqueológicos para entender algumas situações mágicas que envolvem esse pequeno objeto – como mencionamos anteriormente – e também que seja possível estudar moedas como amuletos a partir da análise iconográfica deste objeto. Neste sentido, a professora Maria Beatriz Florenzano, precursora dos trabalhos

numismáticos no Brasil, apresenta e discute, em vários de seus textos, como as moedas se revelam carregadas de valores mágicos²⁵³. A estudiosa costuma dizer que as moedas eram “objetos impregnados de magia” (FLORENZANO, 1995, p. 228).

Aqui, valeremos do seguinte exemplo: o aparecimento de cobras nas moedas da cidade romana conhecida como Tiberíades, que ficava na região da Galileia.

Uma moeda batida à época de Trajano traz uma representação interessante de Higeia²⁵⁴, a deusa da saúde, sentada em uma pedra, alimentando uma cobra com uma fíala²⁵⁵. Observemos a moeda a seguir (Fig. 7), em que da rocha jorra uma fonte (GOODENOUGH, 1965, p. 52-54). Esta moeda representa simbolicamente as fontes termais de Hammat Tiberíades, cujas propriedades curativas eram famosas no mundo antigo.

Hammat Tiberíades é mencionada como uma nascente de águas medicinais em fontes textuais do século I EC, como nos escritos de Plínio (Pl. *NH*, V. 71) e de Josephus (*War*. II. 614; *War*. IV.11; *Ant*. XVIII. 36; *Life* 85).



Fig. 7 – Moeda batida à época de Trajano. Data: 108-109 EC. À esquerda, anverso: busto de Trajano, virado para a direita. À direita, reverso: Higeia sentada em rocha, virada para a direita, alimentando serpente com *patera*.

Fonte: Meshorer, 1985, p. 78. Banco de imagens do Projeto Contatos Culturais na *Judaea-Palaestina* de Época Romana: Estudos da Malha Urbana e da Circulação Monetária em Tel Dor, Israel, Fapesp 2020/16698-0.

253 A título de exemplificação, citamos FLORENZANO, M.B.B. Anotações sobre a representação de monstros nas moedas gregas. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 5, p. 223-234, 1995. FLORENZANO, M. B. B. Notes on the imagery of Dionysos on Greek Coins. *Revue Belge de Numismatique*, Bruxelas, v. CXLV, p. 37-48, 1999. Também, FLORENZANO, M. B. B. Coins and religion: representations of Demeter and Kore-Persephone on Sicilian Greek Coins. *Revue Belge de Numismatique et de Sigillographie*, Bruxelas, v. CLI, p. 1-29, 2005.

254 Smith, William. *Dictionary of Greek and Roman Biography and Mythology*, London (1873). (Verbete Hygieia).

255 Também chamada *patera* (não há distinção significativa entre os dois termos). Ver: Nancy Thompson de Grummond and Erika Simon, *The Religion of the Etruscans* (University of Texas Press, 2006), p. 171; Gocha R. Tsetskhladze, *North Pontic Archaeology: Recent Discoveries and Studies* (Brill, 2001), p. 239; Rabun Taylor, *The Moral Mirror of Roman Art* (Cambridge University Press, 2008), p. 104, 269; Rebecca Miller Ammerma, *The Sanctuary of Santa Venera at Paestum* (University of Michigan Press, 2002), pp. 64, 66.

CULTURA MATERIAL COMO AMULETOS

Essas fontes históricas poderiam estar promovendo um discurso imperial, em consonância à instrumentalização política dessas moedas (observemos que os imperadores romanos também estavam representados neste conjunto iconográfico, quase sempre nos aversos) para chamar a atenção das pessoas, destacando a possibilidade de se tomar banho nas águas saudáveis de Hammat Tiberíades. Escritos judaicos também mencionam as fontes termais de Tiberíades e suas propriedades medicinais. O livro judaico *Midrash Esther Rabbah* relata que Shim'on bar Yohai disse: “Venha, mergulhemos nas fontes medicinais de Tiberíades. Eles então foram buscar saúde” (MESHORER, 1985, p. 35).

De acordo com Shulamit Miller (2011, p. 9), as moedas romanas de Tiberíades carregam imagens simbolizando as fontes de Hammat. Cunhadas sob Trajano e Cômodo, exibem a imagem da deusa Higeia, filha de Asclépio, alimentando uma cobra, enquanto descansava em uma pedra cercada por água borbulhante – representando claramente as fontes naturais. Moedas cunhadas por Heliogábalo retratam Higeia e Asclépio segurando cobras e encarando um ao outro.

Existe uma conexão entre cobras como criaturas que curam e fontes como locais de cura? Os arameus se referiam à “água da vida” como “serpente” (AL-BRIGHT, 1920, p. 284). A água que dá vida emerge do solo como uma fonte; as cobras também emergem do solo (GOLDING, 2013, p. 161).

Campbell, analisando a força e performance das cobras, diz: “a serpente também é uma senhora das águas. Morando na terra, entre as raízes das árvores, frequentando fontes, pântanos e cursos de água, ela desliza com um movimento de ondas” (CAMPBELL, 1976, p. 10).

Este comentário ocorre dentro do contexto da antiga Mesopotâmia. O comentário feito por Thompson (1903) é o de que se acreditava que a água na Mesopotâmia antiga tinha uma qualidade purificadora e era borrifada sobre o sofredor no final de um ritual de encantamento.

Thompson (1903) menciona que a água também simbolizava o deus Ea, que sabemos ter uma forma de monstro serpente (cf. THOMPSON, 1903, *apud* GOLDING, 2013, p. 162). O estudioso W. A. Jayne (1962, p. 119) acredita que Ea era o representante das qualidades curativas associadas às fontes.

A conexão de cura entre a água, o submundo e as cobras é mais ilustrada nas informações fornecidas por Van Buren (1934, p. 64). Pensa-se que um dos sig-

nificados do nome de Ningizida seja “encontrado no submundo com a água da vida existente lá”.

Este epíteto incorpora uma divindade serpente com natureza ctônica, água e cura. Van Buren (1935-1936, p. 54) acreditava que a natureza ctônica das cobras é o que fazia as pessoas acreditarem em seus poderes de “vida e morte, cura ou destruição” (GOLDING, 2013, p. 162).

Na representação iconográfica desta moeda, podemos ver que a serpente está conectada com um poder de cura mágico em uma tradição oriental ligada às deidades da água, e uma tradição grega e romana pode ser evocada ao se representar Higeia, filha de Asclépio, deuses relacionados à saúde, no contexto da presença grega e romana na Galileia, mais especificamente em Hammat Tiberíades. Nesse caso, a serpente representada nessas moedas foi projetada como um amuleto que protegeria seu dono de qualquer doença relacionada a males e problemas de saúde de qualquer natureza.

Considerações Finais

Neste trabalho, buscamos apresentar alguns conceitos para mágica no mundo antigo, amuletos e elementos apotropaicos. Vimos que a magia apotropaica possui dois aspectos inerentes a sua essência: as práticas tutelares (protetivas) e profiláticas (preventivas).

Observamos o exemplo dos achados arqueológicos encontrados em sepultamentos de Maresha, que, segundo Esther Eshel, trata-se de objetos de natureza cùltica; seriam amuletos, com propósitos cultuais, ligados à noção de fertilidade, apotropismo, e proteção da saúde.

Na sequência, pontuamos as diferenças entre duas funções de moedas encontradas em sepultamentos, junto aos mortos: o óbolo de Caronte, também conhecido como *viaticum*, por um lado, e as moedas depositadas com o morto, que tinham função apotropaica, por outro.

Moedas foram usadas como amuletos (*periapta*). Vimos como o poder do metal implica no porquê de sua escolha para compor o fabrico deste pequeno e importante objeto. Vimos também como as imagens nela contidas podem gerar ou fortalecer o vínculo entre deuses e mortais, e como as imagens nela retratadas tinham tamanha força protetiva.

Observamos também que moedas foram encontradas envolvidas por lamelas

de chumbo e prata em contextos funerários. O caso que discutimos foi observado na cidade de Lezoux, na França, e a moeda em questão é datada do início do século II EC. Fator interessante neste achado é que esta moeda não continha ainda imagens em nenhum de seus lados, tendo sido posta ali antes mesmo de ficar pronta para sua circulação comercial.

Pudemos ver que, muitas vezes, perfurações em moedas foram interpretadas como testes feitos para averiguar a qualidade do metal. Esta interpretação não procede, pois testes eram feitos usualmente de maneiras diferentes, como raspar as bordas de uma peça ou remover pequenas porções de suas superfícies. Hoje, a interpretação mais aceita é a de que essas perfurações serviriam como adornos, enfeites no pescoço, tornozelo ou punho das pessoas, por um lado, ou, por outro, ficavam expostas nestes lugares com a finalidade de proteção, muito diretamente associadas a funções mágicas.

Gabriela Bijovsky analisou moedas descobertas durante as escavações no cemitério de Tel Barukh. Esta autora nos informa que moedas de bronze perfuradas eram comuns na Judeia-Palestina durante o Império Romano. Bijovsky discute sobre a possibilidade de moedas encontradas em sepultamentos possuírem algum sentido religioso ao conjecturar sobre a possibilidade de serem oferecidas como pagamento ao barqueiro Caronte, mas conclui que os exemplos em que se deteve não são suficientes para inferir que moedas depositadas em sepultamentos judaicos/samaritanos tenham sido usadas como um elemento da identidade étnico-religiosa destes grupos.

Finalmente, apresentamos e discutimos uma moeda produzida em Tiberíades, Galileia, que contém em seu reverso (coroa) a deusa da saúde Higeia sentada em uma rocha, alimentando uma serpente; podem-se observar borbulhas de água, representadas circundando a rocha em que Higeia se encontra; trata-se das águas termais de Hammat Tiberíades. Pudemos observar pelos estudos apontados no decorrer do artigo que a serpente se liga a um poder de cura mágico na tradição mesopotâmica, por um lado, e à presença de Higeia, filha de Asclépio na região, herança da tradição helenística no local e reafirmada pelos romanos, por outro. O portador desta moeda acreditava que todos estes signos iconográficos protetivos haveriam de manter sua saúde intacta.

Buscamos mostrar com este texto, dentre tantas coisas, que objetos, mas, mais detidamente, as moedas no mundo romano poderiam ter funções e naturezas que

ultrapassavam seu sentido econômico – premissa tão facilmente observada nos dias de hoje – e que conseguiam, seja pelo poder do metal, pela força das crenças religiosas ou pela força da iconografia, fazer parte de esferas muito variadas das vidas das pessoas que viveram nestes períodos tão distantes de nosso tempo.

Referências

Fontes

FLAVIUS JOSEPHUS. *The Jewish war*. Translation H. St. Thackeray. Harvard University, London, 1997.

FLAVIUS JOSEPHUS. *Jewish antiquities*. Translation Ralph Marcus. Harvard University, London, 1998.

FLAVIUS JOSEPHUS. *Life of Josephus*. Translation Steve Mason. Brill, Leiden, 2001.

JOHN CHRYSOSTOM. *Ad illuminandos catechesis*, II 52. Disponível em https://medieval.bodleian.ox.ac.uk/catalog/work_2642. Acesso em 12 de março de 2019.

PLÍNIO SEGUNDO, C. *Histoire naturelle de Pline*. Paris : Librairie de Firmin Didot, Editeurs, 1855/1855.

Bibliografia

ABDY, R. The Severans. In: Metcalf, William (ed.). *The Oxford handbook of Greek and Roman coinage*. New York: Oxford University Press. 2012.

ADAIME, V. A. *Mudanças e permanências no mobiliário funerário em cemitérios de não-elite do Reino Novo e do Terceiro Período Intermediário: um estudo sobre o papel dos amuletos*. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia – Universidade de São Paulo, 2021.

ALBRIGHT, W. F. The goddess of life and wisdom. *The American Journal of Semitic languages and literatures* 36 (4), 1920, pp. 258-294.

ALFAYÉ Villa, Silvia. Nails for the dead: a polysemic account of an ancient funerary practice. In: R. GORDON e F. M. SIMÓN (eds.) *Magical Practice in the Latin West*. Leiden – Boston, 2010, pp. 427-456.

BAKOWSKA-CZERNER, Grażyna. Elements of Gnostic Concepts in Depictions on Magical Gems. *The Polish Journal of the Arts and Culture*. No. 13, 1, 2015, pp. 23-39.

BELAYCHE, Nicole. Cults in contexts in the Hellenistic and Roman Southern Levant: the challenge of cult places. In: Oren TAL e Zeev WEISS (eds.) *Expressions of Cult in the Southern Levant in the Greco-Roman Period*. Brepols Publishers, Turnhout, Belgium, 2017, pp. 3-21.

BIJOVSKY, G. The Coins. In: G. AVNI e Z. GREENHUT (eds.) *The Akeldama Tombs: Three Burial Caves in the Kidron Valley* (IAA Reports 1). Jerusalem, 1996, pp. 105-107.

BIJOVSKY, G. Coins. In: O. TAL e I. TAXEL (eds.) *Samaritan Cemeteries and Tombs in the Central Coastal Plain* (Ägypten und Altes Testament 82). Münster: Ugarit Verlag, 2015, pp. 81-98.

BRUYN, Theodore S. de; DIJKSTRA, Jitse H. F. Greek Amulets and Formularies from Egypt Containing Christian Elements: A Checklist of Papyri, Parchments, Ostraka, and Tablets. *The Bulletin of the American Society of Papyrologists*, Vol. 48, 2011, pp. 163-216.

CULTURA MATERIAL COMO AMULETOS

- BUDGE, E. A. W. *Amulets and magic*. London: Kegan Paul, 2001.
- CLINE, Rangar H. Amulets and the Ritual Efficacy of Christian Symbols. In: William R. CARAHER, Thomas W. DAVIS e David K. PETTEGREW (eds.) *The Oxford Handbook of Early Christian Archaeology*. Jan. 2019, pp. 1-18.
- DAVIAU, P. M. Michèle. The Coroplastics of Transjordan Forming Techniques and Iconographic Traditions in the Iron Age. In: Stephanie M. LANGIN-HOOPER (ed.) *Figuring Out the Figurines of the Ancient Near East*. Occasional Papers in Coroplastic Studies 1, Association for Coroplastic Studies, 2014, pp. 1-12.
- ECKER, Avner. People and gods in the cities of Roman Palestine: a preliminary inquiry into the popularity of civic cults. In: Oren TAL e Zeev WEISS (eds.) *Expressions of Cult in the Southern Levant in the Greco-Roman Period*. Brepols Publishers, Turnhout, Belgium, 2017, pp. 61-67.
- ESHEL, Esther. Divination Texts of Maresha – Archeology and Texts. In: David SMALL e Itzhaq SHAI (eds.) *Archaeology and Text: A Journal for the Integration of Material Culture with Written Documents in the Ancient Mediterranean and Near East*. Vol. 1, Lehigh University. Ariel University Press, 2017, pp. 7-26.
- FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. Anotações sobre a representação de monstros nas moedas gregas. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 5, 1995, pp. 223-234.
- FULGHUM, M. Coins Used as Amulets in Late Antiquity. In: S. R. ASIRVATHAM, C. O. PACHE e J. WATROUS (eds.) *Between Magic and Religion*. Lanham – Oxford, 2001, pp. 139-147.
- GOLDING, Wendy Rebecca Jennifer. *Perceptions of the serpent in the ancient Near East: its Bronze Age role in apotropaic magic, healing and protection*. Master of Arts in the subject Ancient Near Eastern Studies. University of South Africa, 2013.
- GOODENOUGH, E. R. *Jewish symbols in the Greco-roman period*. Nova Iorque e Toronto, 1965.
- GORINI, G. La piece comme blason ou talisman. *Diogène*, 1978, pp. 76-97.
- GUERRA, Tupá. Encountering evil: apotropaic magic in the Dead Sea scrolls. Theses of Doctorate. Department of Theology and Religion. University of Birmingham, 2017.
- GELLER, M. J. *Ancient Babylonian Medicine*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2010.
- JAYNE, W. A. *The healing gods of ancient civilizations*. New York: University Books, 1962.
- KLONER, A., *Maresha Excavations Final Report I: Subterranean Complexes 21, 44, 70*. Jerusalem, Israel Antiquities Authority, 2003.
- KOTANSKY, Roy. Two Inscribed Jewish Aramaic Amulets from Syria. *Israel Exploration Journal*, Vol. 41, No. 4, 1991, pp. 267-281.
- MCCULLY, Sarah Elizabeth. *Sacred Shields: The Material, Religious, and Cultural Significance of Persian Ashkelon's Egyptianizing Amulets*. Thesis submitted to the faculty of Wesleyan University, 2016.
- MEEES, B. A Gaulish prayer for vengeance on a lamella from Lezoux. *Celtica*, Vol. 26, 2010, pp. 48-65.
- MESHORER, Y. *City-Coins of Eretz-Israel and the Decapolis in the Roman Period*. Jerusalém, Israel Museum, 1985.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

MILLER, Shulamit. *The Mosaics of Tiberias and Hammat Tiberias during the Roman, Byzantine and Early Islamic Periods*. Thesis submitted for the degree of M.A. Institute of Archaeology. The Hebrew University of Jerusalem, 2011.

NEGEV, A.; GIBSON, S. Mreshah (Tell); Marissa; Sandahannah (Tell). *Archaeological Encyclopedia of the Holy Land*. New York and London: Continuum, 2001, p. 315.

NÉMETH, György. A magic silver lamella from Aquincum. *Politai: Studies in Greek Social History and Epigraphy*. Debrecen: Hungarian Polis Studies, 2005, pp. 63-67.

NÉMETH, György. Coins in Water. *Acta Classica Univ. Scient. Debrecen.*, XLIX, 2013, pp. 55-63.

PETRIE, W. M. *Flinders Amulets*. Surrey: Biddles, 1972.

PORTO, Vagner Carvalheiro Porto. *Imagens monetárias na Judéia/Palestina sob dominação romana*. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PORTO, Vagner Carvalheiro Porto. Material Culture as Amulets: Magical Elements and the Apotropaic in Ancient Roman. *World Philosophy Study*, August 2020, Vol. 10, No. 8, pp. 492-502

SALZMAN, Michele Renee. Aurelian and the Cult of the Unconquered Sun: The Institutionalization of Christmas, Solar Worship, and Imperial Cult. In: Oren TAL e Zeev WEISS (eds.) *Expressions of Cult in the Southern Levant in the Greco-Roman Period*. Brepols Publishers, Turnhout, Belgium, 2017, pp. 37-49.

SKINNER, Stephen. Refining the Definition of Amulet, Phylactery, Charm, Lamen and Talisman as they appear in the PGM and the grimoires. *Techniques of Graeco-Egyptian Magic*, Singapore: Golden Hoard, 2014, pp. 159-168.

ROWAN, C. Slipping out of circulation: the after-life of coins in the Roman World. *Journal of the Numismatic Association of Australia* 20, 2009, pp. 3-14.

THOMPSON, R. C. *The devils and evil spirits of Babylonia*. Vol. 1. London: Luzac, 1903.

VAN BUREN, E. D. The God Ningizzida. *Iraq* Vol. 1 (1), 1934, pp. 60-89.

VAN BUREN, E. D. Entwined serpent. *Archiv für Orientforschung* 10, 1935-1936, pp. 53-65.

VARNER Gary R. *The History & Use of Amulets, Charms and Talismans*. Na OakChylde Book Published by Lulu Press, Inc., 2008.

WINGES, S. D. *Two Sides of the Same Coin: Numismatic Amulets In The Eastern Roman Empire (A.D. 491 – 602)*. Conference: Canadian Society of Patristic Studies, Annual Meeting At: University of Regina, 2018.

OS SAMARITANOS NA PLANÍCIE DO SHARON MATERIALIDADE, ETNICIDADE E RELIGIÃO NA ANTIGUIDADE TARDIA

Marcio Teixeira-Bastos
*Universidade de São Paulo,
São Paulo*

Oren Tal
*Tel Aviv University,
Tel Aviv*

A Planície do Sharon e sua Ocupação

Entender uma região como a da Planície do Sharon (em hebraico, שרון) é mister quando se tem a intenção de abordar as relações que foram estabelecidas nesse espaço. A paisagem do Sharon serviu de interação às culturas e povos que nela se instalaram e que por ela passaram. Dessa forma, é produto das inter-relações sociais e materiais e, por consequência, participa da dinâmica de tensão entre o ambiente natural e uma imagem socialmente construída da paisagem (KNAPP, 1999, p. 230).

Ao passo que a Planície Costeira (Fig.1) foi sendo ocupada e manejada conforme as contingências de ordem social, econômica, cultural e simbólica, os indivíduos foram sendo condicionados, influenciados, adaptados e estimulados pela interação com esse espaço. Israel está dividido longitudinalmente em três grandes regiões geográficas, sendo elas: a Planície Costeira, a Região das Montanhas e o Vale do Jordão. Formada pela deposição de sedimentos marinhos, a Planície Costeira compreende uma área entre 4-7 km de largura ao norte, estendendo-se ao sul por cerca de 50 km. Delimitada pelo Monte Carmelo (norte), Península do Sinai (sul), as Montanhas de Samaria (leste) e pelo Mar Mediterrâneo (oeste), a Planície ainda se divide em seis áreas: Planície da Galileia, Planície do Akko, Planície do Carmel e a Planície do Sharon (TEIXEIRA-BASTOS; FUNARI, 2019, p. 81-104).

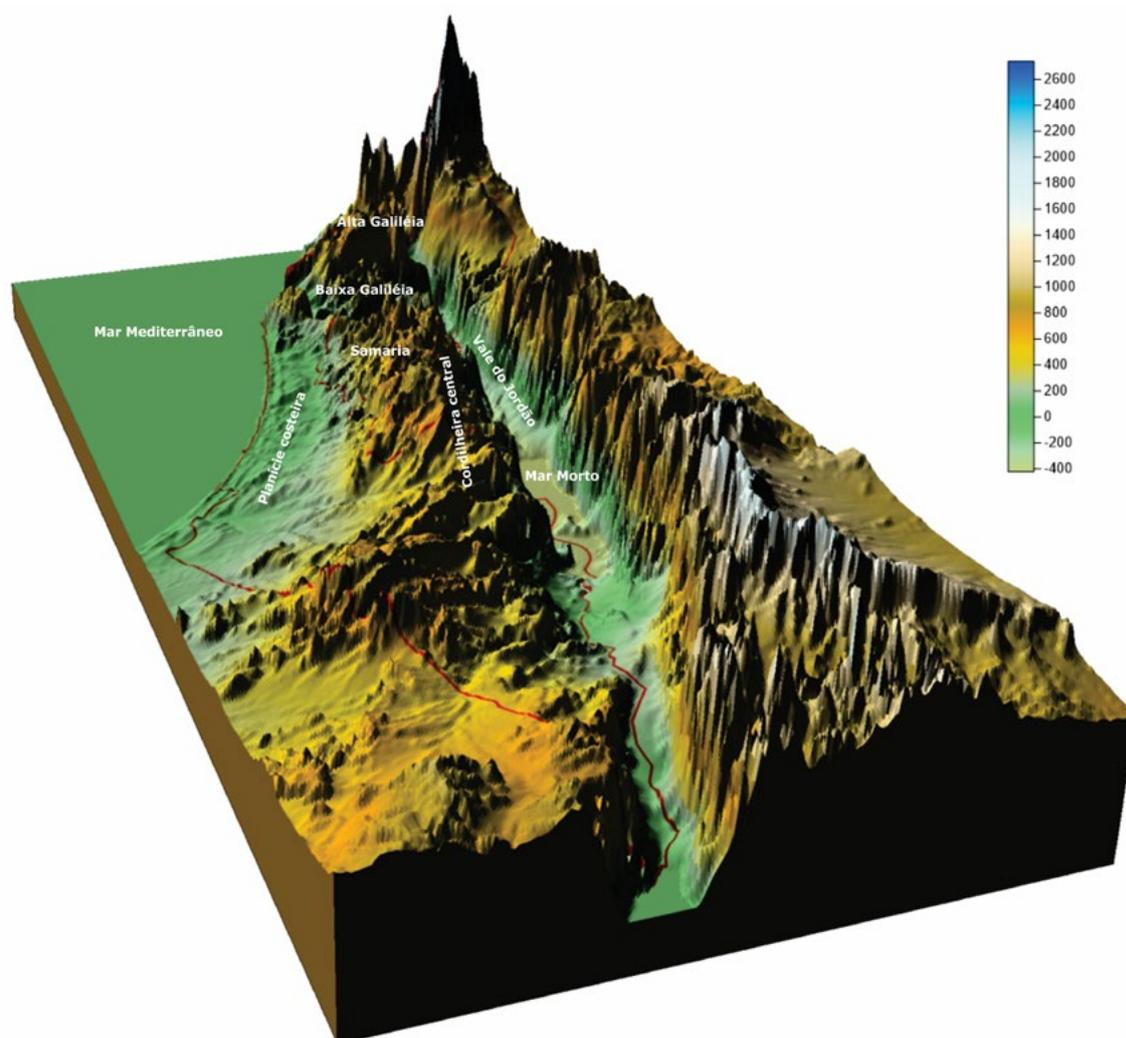


Fig. 1 – Geologia de Israel, Modelo Elevação 3D (Marcio Teixeira-Bastos; Samuel de Paiva).

A Escarpa do Sharon, por sua vez, pode ser vista como a linha divisória entre a praia do Mediterrâneo e uma prateleira superior que se ergue a aproximadamente 40 m acima do nível do mar. Essa escarpa, se observada panoramicamente (Fig. 2), forma quase uma reta, ligeiramente senoidal, constituída de uma crista de arenito longitudinal, formada por grãos fossilizados, com clareiras naturais por onde alguns riachos fluem, sendo esta a parte mais ocidental de uma série de cadeias de dunas do Holoceno (PERATH; ALMAGOR 2000). Essas dunas quartzosas constituem penhascos ao longo da costa e essa formação de arenito de quartzo carbonatado recebe o nome de Kurkar.

OS SAMARITANOS NA PLANÍCIE DO SHARON



Fig. 2 – Escarpa do Sharon vista da parte norte do Sítio de Apollonia, Israel.
(Foto: Marcio Teixeira-Bastos).

Embora num primeiro olhar tenhamos a tendência de identificar a Planície do Sharon de forma homogênea, é importante salientar que sua topografia é marcada por três cadeias distintas de Kurkar, que se estendem a leste até os montes de Samaria. Essas escarpas bloqueiam o escoamento das águas aluviais, formando depressões conhecidas como *marzevahs*. A percolação da água da chuva dissolve o carbonato e aumenta as fissuras no calcarenito, causando liquefação parcial e formando as fissuras. Dessa forma, a água que flui através dos sulcos é absorvida rapidamente por essas fissuras devido à porosidade do *kurkar*, carregando, assim, a densa camada superior de areia vermelha (chamada de *hamra*). Nos locais onde essas incidências são constantes, as erosões se intensificam e as depressões são maiores (PERATH; ALMAGOR, 2000).

A dificuldade no escoamento das águas, particularmente nas áreas de *marzavah*, contribuiu para formação de inúmeros pântanos entre a segunda e a terceira cadeia de *kurkar*. Esse ambiente, aliado à floresta de carvalho – que predominava na região –, tornou dispendioso o processo de ocupação da Planície do Sharon (ROLL; AYALON, 1988; ROLL, 1989; FLORENZANO; GALVÃO SOBRINHO, 2001). Essa região, assim, pode ser entendida como um abran-

gente “nicho geográfico”, onde o Rio Taninim (norte), Rio Poleg (centro) e o Rio Yarkon (sul) são considerados delimitadores georreferenciais atuantes e as ocupações no tempo e no espaço não podem ser interpretadas como lineares e progressivas, como se encerrassem um encadeamento previsível de eventos que levam a um fim inexorável. Até mesmo paisagens que por fim não sofreram alterações – como sugere Bradley (2000) – podem ser entendidas enquanto categorias culturais, pois revelam termos simbólicos do imaginário dos indivíduos que ocuparam esse espaço, atribuindo significados às unidades elementares da paisagem. Nessa acepção, mesmo aquelas paisagens de pouca circulação são compreendidas como apropriações recorrentes das apreensões da forma imagética, enquanto delimitadores cosmológicos de ação. O ambiente geográfico e o espaço socialmente construído, não são vivenciados da mesma forma e nem percebidos da mesma maneira pelos grupos que dele participam e/ou nele estão inseridos. Toda percepção de espaço e ambiente tem sua base na cultura: é nela e por ela que os indivíduos constroem as experiências sobre os distintos ambientes, modelam suas necessidades de compreensão e apreensão; é onde aprendem a se definir e definir aquilo que os circunda (CLAVAL, 1997).

É dessa forma que a paisagem é um elemento ativo nas ações humanas, um vestígio material propriamente, produto das interações com o Humano – sendo, portanto, o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem memórias socialmente construídas, representando as sucessivas relações particulares entre o homem e a natureza (SANTOS, 2004). Zedeño, expondo suas ideias sobre os delimitadores georreferenciais, baliza que a paisagem é um repositório de sequências de ações, que através do tempo e repleção passam a fazer parte da memória de um povo (ZEDEÑO, 2000). Essas ações podem ser evidenciadas nos tipos de artefatos com características associadas às múltiplas ocupações de uma determinada localidade ou em práticas de uso visivelmente consistentes que modificam um lugar e seu entorno imediato, conforme as necessidades dos ocupantes. Se, ao longo do tempo, um lugar continua a ser ocupado, então, os artefatos, recursos e as modificações podem se tornar marcos de memórias individuais e/ou de grupo, perpassando desde os conhecimentos coletivos sobre a terra e história, até as lições de moral necessárias para manter a coesão social (ZEDEÑO; BOWSER, 2009).

Assim, a cultura material não pode ser entendida enquanto um dado pronto

OS SAMARITANOS NA PLANÍCIE DO SHARON

que reflete literalmente determinada cultura, com um pequeno número de artefatos servindo para diagnosticar relações étnicas de forma funcionalista, e os objetos sendo mera confirmação de dados históricos. Knapp (1999), procurando escapar de tal concepção, alerta para a constante manutenção e significação da paisagem: “Paisagem não está nem completa nem construída ou desconstruída, mas é a expressão social eternamente em construção” (KNAPP, 1999, p. 230-231). Essa constante construção da paisagem pode ser notada na parte norte da Planície do Sharon no ínterim do período helenístico para o período romano. Lugares como Stratonospyrgos, Krokodeilonpolis, Tel Mevorakh, Tel Zeror, Nativ Valley, Maioumas, Tel Burga, Tel Duda'imn e Tel Esur constituíram-se como as principais áreas de ocupação dessa porção do Sharon durante esse período.

A princípio, a região parece ter sido uma pacífica e próspera área agrícola, tendo os portos de Krokodeilonpolis, Mulberry e a Torre de Straton como elo entre a prática agrícola e os contatos através do Mediterrâneo. O clima ameno e a presença perene de três importantes rios – Daliyya, Tanninim e Hadera – forneceram subsídios para espriar por grande parte da Planície propriedades voltadas à agricultura. Os nomes de dois destes córregos são conhecidos: o Daliyya, identificado como Chorseus; e o Tanninim, como Krokodeilon. Já a identificação do Hadera é desconhecida (AVI-YONAH, 1936; ROLLER; HOHFELDER, 1983). Embora nenhum desses rios tenha mais do que alguns metros de largura, a constância de seu suprimento, ao que tudo indica, contribuiu para o desenvolvimento do cultivo de cereais, ervas e vinhas. A exceção não agrícola fica por conta da caça a crocodilos no Rio Tanninim. A associação deste rio é feita por fontes escritas e pela constatação de esse ser o único rio na Palestina onde foram encontrados crocodilos, até última referência aos répteis em 1906. O reporte dessas informações recua ao século XII EC, quando o córrego é chamado de “Rio dos Crocodilos” – no período de Ricardo I (1157-1199 EC), dois de seus homens foram mortos por crocodilos (*Itinerarum Ricardi* 4.14; ROLLER; HOHFELDER, 1982/3, p. 61).

A Torre de Straton é conhecida apenas pelas descrições de suas ruínas, pois, sobre elas, Herodes, o Grande, mandou erigir Caesarea Marítima e, por consequência, aquilo que se sabe da cidade de Stratonospyros provém dessa mesma fonte. Tendo em vista que para o interior da região a prática agrícola era predominante, é provável que a Torre de Straton tenha servido como um armazém

de estocagem (LEVINE, 1975). Esse tipo de torre de pedra foi uma implantação comum na paisagem, principalmente a partir do século II EC, quando inúmeras torres se espalharam pela área. Posicionadas pelos campos em espaços relativamente regulares, são geralmente associadas a instalações para processamento de produtos agrícolas. Foram registrados aproximadamente 1.500 vestígios dessas torres. O número elevado de vestígios pressupõe a existência de um agente organizador único e uma reorganização do campo em torno de famílias nucleares (FLORENZANO; GALVÃO SOBRINHO, 2001). Com o estabelecimento da província da Judeia (6-135 EC) e o implemento do domínio herodiano, as torres começam a se desvanecer. A diminuição pode ser um fenômeno ligado ao confisco de terras promovido por Herodes, durante todo o século I EC, e, mais tarde, pelos romanos.

Sabe-se que Dor e a Torre de Straton foram conquistadas por Alexandre Jajneu, anexadas ao Reino dos Hasmoneus, e posteriormente dominadas pela conquista romana. No ano 30 AEC, Herodes determinou a construção de um porto no local em honra a *Gaius Iulius Caesar Octavianus Augustus* e a cidade recebeu o nome de Caesarea Marítima. Quando Flávio Josefo descreve esse entreposto, que se tornou uma cidade urbanizada, diz que Herodes: “escolheu na costa uma cidade abandonada com o nome de Torre de Estratão [...] que graças a sua localização favorável foi adequada a realização de seus ambiciosos planos. Ele reconstruiu inteiramente de pedra branca e a adornou com um palácio real que exibiu um esplendor único [...] o brilhantismo de sua mente” (FLAVIO JOSEFO. *Bellum Judaicum* I, 21,5).

Como efeito da construção do porto, a costa norte da Planície do Sharon sofreu com o processo erosivo. O constante vento oeste, aliado ao desvio de correntes marítimas carregadas de sedimentos pela construção do quebra-mar, agravaram as erosões. Dessa forma, as dunas que formam um semicírculo ao redor do porto parecem ter sido menos extensas do que as atuais, avançando 5 km para o interior. Os limites territoriais de Caesarea Marítima acabam, portanto, seguindo basicamente a mesma ocupação territorial do período, tendo como fronteira os assentamentos de Apollonia (sul) e Dor (norte) (AVI-YONAH, 1936; ABEL, 1938). Dor e Apollonia apresentam semelhanças: ambas são cidades litorâneas em uma região de *kurkar* de difícil acesso ao interior. Dor esteve organizada, ainda durante o século III EC, em pequenos lotes com fins agrícolas,

OS SAMARITANOS NA PLANÍCIE DO SHARON

com o estabelecimento de locais temporários, sem residência fixa no campo.

Dessa forma, estava muito mais voltada para o mar, embora o acesso ao litoral se desse mais ao sul da Planície do Sharon, na altura da bacia do Rio Yarkon, que, juntamente com o Rio Ayalon e com o Wadi Qana, formavam um corredor natural entre o Mediterrâneo e o continente. A fronteira leste do Sharon, pelas condições de solo aluvionar favorável e constantes fontes de água, serviu de elo fundamental no entroncamento das rotas que ligavam o norte da Síria ao Egito, bem como à Mesopotâmia. A cidade de Tel Aphek, que, em período romano, tem seu nome mudado para Antípatris, floresce nestes contextos, junto à área da nascente do Rio Yarkon. Não obstante, a porção Sul da Planície do Sharon, sobre a qual incide a maior atenção deste ensaio, tem seus primeiros registros de pesquisa no final do século XIX, sob o Protetorado Britânico. Os locais apontados por Clemont-Ganneau, Guérin e o *Survey of Western Paletine* – obra de C.R. Conder e H.H. Kitchener –, publicado pelo Committe of Palestine Exploration Fund (1881-1883), foram as primeiras referências de localização de alguns sítios da região (ROLL; TAL, 1999). Entre os anos de 1977-1979 a preocupação em entender e localizar os demais sítios arqueológicos da região conduziu a prospecções nas áreas entre os Rios Poleg (norte) e Yarkon (sul), a fim de preparar um mapa arqueológico da municipalidade de Herzliyya. Na década seguinte, a busca pelo mapeamento arqueológico dessa área se intensificou com outras prospecções arqueológicas (*surveys*, em inglês); em 1998, o *Map of Herzliyya* registrou 99 sítios arqueológicos e foi publicado na série “*Archaeological Survey of Israel* com o apoio do Israel Antiquities Authority (GOPHNA; AYALON, 1998)²⁵⁶.

O território de Tel Aphek (Antípatris) e o *marzevah* oriental situam a área limítrofe de Samaria e estiveram sob influência cultural samaritana e judaica, provavelmente fora dos limites territoriais legais das cidades litorâneas de influência fenícia e helenística. Applebaum (1986) sugere que existiam relações de venda e transporte dos gêneros agrícolas e cereais das cidades costeiras para a Judeia do período hasmoneu. Dessa forma, mesmo que os processos culturais, sociais e simbólicos não estivessem espalhados em todas as cidades costeiras, algumas destas relações, através dos contatos de trocas comerciais e

256 Ver a atualização do mapeamento arqueológicos digital de Israel (Beit-Arieh e Ayalon 2012) em: http://www.antiquities.org.il/survey/newmap_en.asp#zoom=8.0000;xy:34.80852508545,31.298049926757

culturais, parecem mais do que plausíveis. Reconhece-se que as cidades litorâneas do Sharon Sul estiveram inicialmente mais voltadas ao mar do que para o interior do continente (especialmente devido à dificuldade topográfica e captação de recursos nas imediações). A insipiência da agricultura na porção Sul do Sharon é evidenciada em Gelilot e em Tel Michal, no fim do período persa. Durante o período helenístico, nota-se a diminuição de vestígios arqueológicos em Tel Michal e um crescimento de Apollonia, levando em consideração que esses dois centros urbanos estariam em alternância durante esse período (GOPHNA; AYALON, 1998).

As atividades ligadas ao extrativismo na floresta são atestadas pelas fontes literárias. Contudo, em Apollonia, os fragmentos de ânfora provindos de Rodes e presentes nas áreas D e H, como propõem Fischer e Tal (1996), representariam um comércio de longa distância durante o período helenístico (FISCHER; TAL, 1996). O intercâmbio através do Mediterrâneo possibilitou a migração de gregos para as cidades do Sharon (e. g. Apollonia, Dor, Estratão, Jope), fomentando um ambiente de cidades helenizadas (STERN, 2000). As implementações agrícolas experimentaram relativo crescimento durante o reinado de Herodes, reforçando os objetivos do estado hasmoneu de colonizar e/ou judaizar a Planície Costeira. Apesar da historiografia tradicional aludir a uma regressão significativa da presença judaica nos territórios helenizados entre 63 AEC e 30 EC (APPLEBAUM, 1977), as evidências arqueológicas confortam essa hipótese, corroborando a ideia de recuperação demográfica e econômica significativa, provavelmente contando com o auxílio do campesinato samaritano e judeu. Nesse contexto, Apollonia e Tel Michal estariam dividindo funções: enquanto a primeira projetava-se na liderança administrativa, a segunda teria uma função militar específica (FISCHER; TAL, 1996).

Fato elucidativo é que as comunidades são economicamente tão diversas quanto ideologicamente separadas. O espaço rural descontínuo, o cultivo agrícola dos cereais de Iamnia e Jope, as cebolas de Ascalon e o eventual extrativismo das florestas de Apollonia apontam para uma fragmentação em que cada cidade estaria voltada às suas próprias especificidades, sem um desígnio centralizador. O quadro esparso de ocupação do Sharon Sul indica um desenvolvimento mais acentuado somente a partir do século II EC, associado, segundo Roll e Ayalon (1990), à dinamização da economia, principalmente. Em que pese a explicação

pautada nos processos econômicos, o posicionamento que procuro traçar neste estudo não atribui significado maior sobre esse aspecto além daquele necessário.

Assim, embora essa área ainda contasse com espaços completamente vazios e estivesse coberta por uma floresta de carvalhos, as implicações de ocupação na paisagem não se restringiam somente à dinamização da economia. O foco nas interações entre a economia e outros domínios não deveria ocupar uma posição predominante na cadeia causal. Antes, na busca pela distinção de uma série de domínios sociais, seria possível abandonar a elevação de uma esfera social em particular, que usualmente ocupa a posição de prioridade causal geral, e abordar as ocupações no tempo e no espaço de forma multicausal; participando, portanto, de uma dinâmica mais ampla da paisagem e do espaço, entendidos como palimpsestos e emaranhados. Sendo assim, a paisagem humana e sua ocupação seriam uma combinação de vários tempos presentes, da memória viva de um passado em constante construção por meio de acumulações e substituições, e da ação das diferentes pessoas e grupos que se superpõem, complementando-se ao mesmo tempo em que se distinguem (BEBORATTI, 1993; SANTOS, 2004).

O Cemitério de Tel Barukh e as Tumbas de Khirbet al-Hadra e Tell Qasile: Etnicidade e Religião na Planície Costeira no Período Romano-Tardio e Bizantino

Os cemitérios e enterramentos em cavernas isoladas evidenciam, até certo ponto, as mudanças que ocorreram na composição religiosa e/ou étnica na Planície Costeira de Israel durante a transição do período romano-tardio para o bizantino no Oriente Médio. As recentes escavações enriquecem nosso conhecimento sobre costumes e materiais funerários das culturas presentes na Planície Costeira, particularmente, nesse caso, em relação aos samaritanos, pouco conhecidos e/ou estudados além do registro bíblico. A lista de cavernas funerárias escavadas e publicadas associadas à população samaritana nas Montanhas de Samaria, região do Monte Carmelo e da Planície Costeira de Israel, é bastante curta. Além de Tell Qasile, que fora previamente pesquisada (AYALON, 1987; AYALON; HARPAZI-OFFER, 2007), outros contextos arqueológicos similares foram identificados em Shechem (NEAPOLIS; MAGEN, 2009, p. 289-351); Qedumim, Khirbet Samara e Khirbet 'Amurieh (MAGEN,

2008); Raqit (DAR, 2004); 'Arara (SUSSMAN, 1976); Kafr Samir/Castra (YEI-VIN; FINKIELSTZEJN, 2008); Tirat HaCarmel (YANKELEVITCH, 1991); Cesareia (PORATH, 2007); e Mughar el-Sharaf (PORATH; LEVY, 1993).



Fig. 3 – Vista Geral da porção sudoeste do Cemitério de Tel Barukh (destaque para as cavernas 1 e 2), (Foto: Oren Tal e Itamar Taxel 2015, p. 3).

Se comparamos as evidências arquitetônicas do Cemitério Tel Barukh (Fig. 3) e as tumbas de Khirbet al-Hadra e Tell Qasile com outros contextos funerários romanos-tardios e bizantinos identificados com as populações judaicas e/ou cristãs, virtualmente nenhuma característica pode ser identificada como tipicamente samaritana, algo que já foi notado por Pummer (1989) e Magen (2008). Mas como podemos afirmar, então, que se trata de samaritanos? De fato, nenhuma fonte histórica se refere aos sítios de Tel Barukh (Khirbet al-Aura), Khirbet al-Hadra ou Tell Qasile, assim, poderíamos assumir que identidade étnica-religiosa de seus habitantes permaneceria vaga.

OS SAMARITANOS NA PLANÍCIE DO SHARON

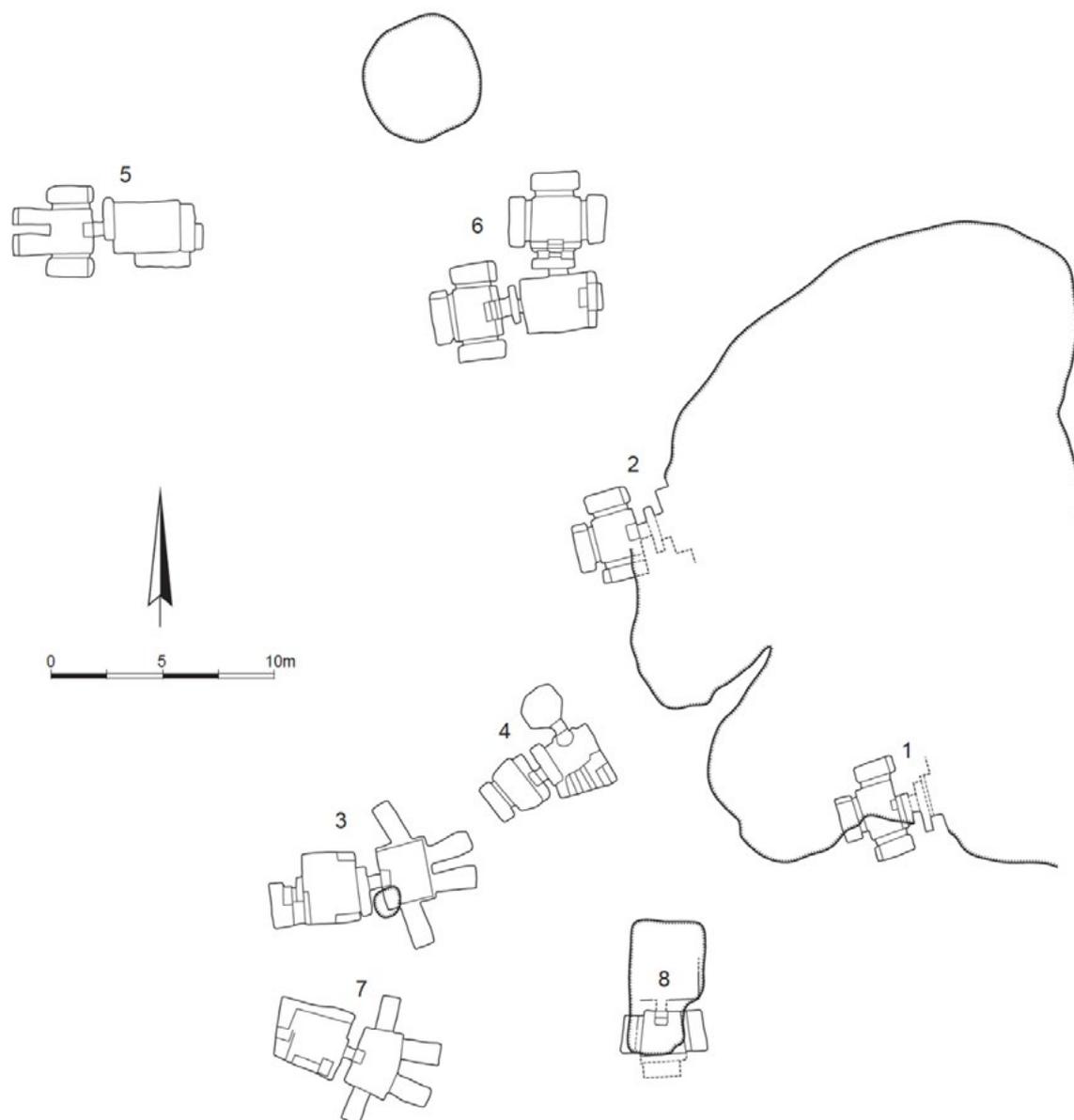


Fig. 4 – Planta do Cemitério com as principais formas das cavernas de Tel Barukh, Tumbas 1-8. (Tal e Taxel, 2015, p. 2).

Contudo, como devemos argumentar, concordando com Tal e Taxel (2015), apesar das tipologias das cavernas de sepultamento e materiais funerários permitirem poucas diferenciações entre judeus e samaritanos (e mesmo cristãos) nos períodos referidos, a presença de certos vestígios materiais, combinados com algumas considerações geográficas, parecem indicar com um alto grau de certeza que a população que usou o cemitério de Tel Barukh e as tumbas de Khirbet al-Hadra e Tell Qasile eram, de fato, samaritanos.

Sob uma perspectiva tipológica, as cavernas funerárias discutidas representam três tipos diferentes conhecidos de outros sítios arqueológicos de Israel. Em Tel Barukh (Fig. 4) foram registradas oito cavernas (Tumbas 1, 2, 4, 6, 7 e 8), que,

assim como nas cavernas de Khirbet al-Hadra e Tell Qasile, são do tipo *arcosolia*, que se tornou o tipo dominante de estrutura funerária na Palestina durante os períodos Romano e Bizantino. São especialmente encontradas em assentamentos na Galileia, na área do Monte Carmelo, na Cordilheira Central e na Planície Costeira. As mais comuns foram as cavernas com câmara única e com pelo menos três *arcosolia* (AVNI; DAHARI; KLONER, 2008).

Algumas variações desse tipo foram encontradas em Tel Barukh (tumba 4); já as tumbas 6 e 8 apresentaram duas câmaras de enterro *arcosolia*. As tumbas 3 e 7 pertencem ao tipo *loculi*, que foi menos comum no país após o século II EC, embora tenha permanecido em uso entre algumas comunidades urbanas e rurais ao longo do período Romano-Tardio e Bizantino (muitas vezes sob a forma de reocupação de cavernas romanas reutilizadas, Avni, Dahari e Kloner (2008). O cemitério judeu de Abu Kabir nas imediações de Jope (Jaffa) é um sólido exemplo datado do século IV ao VII EC (ECKER, 2010). Na tumba 5 de Tel Barukh foi possível constatar uma combinação entre os tipos *arcosolia* e *loculi*. Esse tipo de caverna é relativamente raro, embora conhecido por uns poucos assentamentos romanos-tardios e bizantinos no norte e centro de Israel (AVNI; DAHARI; KLONER, 2008).

Outro fenômeno no cemitério de Tel Barukh que deve ser mencionado neste contexto é a ocorrência de nichos para lâmpadas nas fachadas das cavernas funerárias. Três desses nichos aparecem nas tumbas 1 e 7, e parece haver vestígios de mais nichos na fachada da tumba 5 (embora também possa se tratar de erosão). Curiosamente, Magen (1993, p. 179) sugeriu, com base em lâmpadas descobertas no contexto da caverna de *arcosolia* em Qedumim (tumba A), que o costume de iluminar o memorial com lucernas fora do túmulo (ou uma luz memorial) começou nos montes de Samaria no decorrer dos séculos VI e VII EC, dada a aparente popularidade deste fenômeno na região (embora não tenha provido maiores evidências e dados além desta afirmação). Lucernas foram descobertas fora das cavernas de enterro em Tel Barukh, foram encontradas nas tumbas 5, 6 e 8. Muito embora possa se tratar de um rito funerário, o depósito de lucernas nos nichos das fachadas das cavernas, simplesmente colocados nas paredes ou nos espaços, não pode ser atestado como uma prática que caracterizou exclusivamente os samaritanos, uma vez que também foram encontrados nas fachadas de algumas cavernas com enterramentos cristãos em Jerusalém (MA-

OS SAMARITANOS NA PLANÍCIE DO SHARON

CALISTER, 1900; ZISSU; ADAWI, 2014). Embora se possa sugerir funcionalidade (iluminar as câmaras funerárias escuras), as portas relativamente grandes das câmaras funerárias desfrutaram de luz suficiente durante o dia, como pode ser visto ainda hoje (Fig. 5).



Fig. 5 – Câmara da Tumba 3 de Tel Barukh (Foto: Oren Tal e Itamar Taxel 2015, p. 18).

Entre os artefatos encontrados nas cavernas funerárias em discussão, as lâmpadas cerâmicas formam uma das classes predominante de materiais das escavações. Deve-se notar que praticamente todas as lâmpadas (com exceção de uma lucerna em Tel Barukh, tumba 2, e outra de Tell Qasile) cuja ponta do bocal sobreviveram até nós apresentavam vestígios de fuligem, claramente indicando seu uso por pelo menos uma vez antes do depósito nas cavernas.

Conforme sustenta Hachlili (2005, p. 376), embora haja consenso sobre o uso funcional das lâmpadas para iluminar a sepultura, elas também poderiam ter tido um significado simbólico, como iluminar o caminho para os mortos. Hachili mencionou (2005, p. 388-389), como descrito no Talmude Mishnah, Berakhot 8: 6, a prática do uso de lâmpadas (lucernas, lamparinas) como sinal de

respeito e dedicação aos mortos:

לא... על הנר ולא על הבשמים של מתים אין מברכין

“Não existe vela sobre vela (reutilização de lâmpadas) e nem nos perfumes dos mortos... não se pode abençoar!”²⁵⁷

Uma série de estudos já discutiu a frequente presença de lâmpadas nos túmulos a partir do período Helenístico, intensificados nos períodos Romano e Bizantino na Palestina. As lucernas foram empregadas em muitos contextos e finalidades, seja para o sentido prático de iluminar o túmulo para a cerimônia funerária, o ato de enterrar e os lamentos finais, mas também para a demonstração de respeito e comemoração aos mortos, como um símbolo da vida e da alma de uma pessoa no contexto funerário. Usada pelos vivos, pode ter tido lugar no túmulo no momento do funeral, do enterro, ou mais tarde durante a visita de pessoas enlutadas e mesmo, em certos casos, removidas pelos enterradores após o funeral (veja a esse respeito TAL, 2006, p. 262). Parece, no entanto, que esse costume foi observado muito além do Talmude, bem como em tempos anteriores (TAL; TAXEL, 2015, p. 199-202). Kloner e Zissu (2007, p. 125) são da opinião de que evidentemente as lâmpadas em túmulos do período não foram destinadas para o falecido, mas para serem usadas pelas pessoas enterrando os mortos, e que as lâmpadas nesse contexto foram deixadas intencionalmente, uma vez que eram de cerâmica e estariam ritualmente contaminadas durante o enterro.

Ainda assim, parece que as lâmpadas do período Romano-Tardio e Bizantino foram usadas muito além da função utilitária (TAL; TEIXEIRA-BASTOS, 2012; TAL; TAXEL; TEIXEIRA-BASTOS, 2020). Isso é indicado pelo grande número de lâmpadas frequentemente descobertas em contextos funerários, especialmente no enterro em cavernas, mas também pela sua localização espacial variada dentro e fora das tumbas (incluindo ao lado dos indivíduos enterrados) e pela existência (bastante rara) de lâmpadas não utilizadas em túmulos (TAXEL, 2010, PORATH, 2007). Esta imagem complexa é amparada pelas lucernas encontradas nos três sítios arqueológicos discutidos nesse ensaio, bem como por algumas evidências indiretas para o uso de lâmpadas de uma forma utili-

257 Ver RUBIN, 1997, p. 124-125, com referências adicionais; TAL e TAXEL, 2015, p. 198.

OS SAMARITANOS NA PLANÍCIE DO SHARON

tária, como na tumba 2 de Tel Barukh e a ausência de lâmpadas na tumba 3. A grande maioria das lâmpadas de cerâmica encontradas nas cavernas funerárias dos sítios aqui estudados pertencem a três tipos do grupo chamado de “lucernas samaritanas”, e especialmente as duas produções mais antigas, que datam principalmente dos séculos IV e V EC.

Sussman (1983) foi quem primeiramente associou essa produção de lâmpadas à característica da cultura material samaritana na Palestina, muito embora, posteriormente, reconhecesse que essas lâmpadas também podem ter sido usadas por outros grupos religiosos e/ou étnicos (SUSSMAN, 2002). De acordo com Lapp (2007), os desenhos geométricos abundantes das lucernas samaritanas sugerem que os fabricantes de lâmpadas desta classe pretenderam vender seus produtos para uma clientela mais ampla e mais diversificada, não estritamente aos clientes samaritanos – como é o caso da produção de Beit Nattif, também com padrões geométricos. A decoração não religiosa específica teria apelo aos membros de qualquer grupo religioso e, portanto, sugeriria que a fabricação foi pretendida a um mercado de massa. No entanto, Lapp concorda que as lucernas samaritanas decoradas com uma *menorah* ou com inscrições samaritanas foram peremptoriamente destinadas ao consumo dos clientes samaritanos e talvez judeus.

Magen (2008) também é da opinião de que essas lâmpadas não eram usadas exclusivamente pelos samaritanos, mas por todos os grupos étnicos e/ou religiosos que ocupavam as regiões onde essas lâmpadas foram encontradas (principalmente nas Montanhas Samaria e na Planície Costeira). Ela conclui afirmando que não podem ser usadas como um indicador cultural para os samaritanos (ver PLUMMER, 1989).

Uma atitude semelhantemente expressa por Dar, que afirma que a existência de uma lucerna samaritana isolada em um determinado local não pode provar uma presença samaritana, e que a identificação da cultura material samaritana continua controversa, assim como a definição de um samaritano. Além disso, com base em lucernas encontradas em diferentes contextos do período Romano-Tardio, e chegando ao período Islâmico (cerca do século VIII EC), ao longo da Planície do Sharon, a presença de lucernas samaritanas indica ser predominante na região – contexto semelhante à situação nas colinas central e norte de Samaria e na maior parte da região do Carmelo (SUSSMAN, 2010, p. 140-143).

Isto é especialmente verdadeiro para os assentamentos rurais e centros ur-

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

banos de médio porte, incluindo aqueles em que uma população mista de samaritanos e não samaritanos conviveram, como é o caso de Apollonia/Sozoussa (TAL, 2009). Ou ainda aqueles assentamentos onde a população samaritana teve maior presença, mas que, através da dominação cristã, a população foi substituída durante o período bizantino (por exemplo, Horbat Migdal / Tsur Natan; CHARVIT, 1994). Em outras palavras, embora outras áreas arqueológicas e evidências históricas, de fato, apontem para um assentamento samaritano intensivo na Planície Sharon, a alta frequência de lucernas “samaritanas” deve ser compreendida como uma característica regional e expressões de etnicidade e religião ao mesmo tempo (Fig. 6).



Fig. 6 – Material encontrado na tumba 6, com destaque para as lucernas samaritanas, frascos de vidro (inclusive com figuras antropomórficas, n.12), e materiais em metal. (TAL; TAXEL, 2015, p. 31, l.31).

OS SAMARITANOS NA PLANÍCIE DO SHARON

No entanto, se alguns pesquisadores levantam dúvidas em alguns contextos arqueológicos (ou simplesmente emitem opinião) para os sítios de Tel Barukh e Khirbet al-Hadra, temos a descoberta de epígrafe artificial inequívoca, corroborando a atribuição samaritana (portanto, além das discussões sobre lucernas); ou seja, os quatro objetos mágicos inscritos em língua samaritana (dois anéis de dedo e dois amuletos sob a forma de uma “folha inscrita”, Fig.7-8). De acordo com certas opiniões (por exemplo, PUMMER, 1987), não existe justificativa para atribua artefatos mágicos com inscrições samaritanas a uma população samaritana.

No entanto, outros estudiosos, enfatizando a necessidade de tratar cada item separadamente em seu contexto arqueológico e histórico mais amplo (HAMITOVSKY, 2004; REICH, 2002), concordam que tais objetos são representantes da cultura material samaritana e do mundo religioso (nomeadamente, com base na sua distribuição geográfica e evidência de outras mídias mágicas dos samaritanos, como amuletos e citações de palavras e/ou versos do Pentateuco Samaritano).

| Obverse | Reverse |
|---------|---------|
| קומה | יהוה |
| יהוה | גיבור |
| אינ כאל | יהוה |
| ישרון | גיבור |
| [יהוה] | [יהוה] |
| אחד | שמרד |



Fig. 7 – Amuleto samaritano de Tel Barukh, tumba 2. (OREN; TAXEL, 2015, p. fig.119, 1.79).

| Obverse | Reverse |
|---------|---------|
| יהוה | קומה |
| גיבור | יהוה |
| כיכול | כיכול |
| יהוה | יהוה |
| יהוה | יהוה |



Fig. 8 – Amuleto samaritano de Khirbet al-Hadra e uma folha inscrita dobrada (Defixiones em Latin) do Arcossólio no. 2. (TAL; TAXEL, 2015, p. 170, fig. 2.22).

Assim, é seguro concluir que as pessoas que foram enterradas nos cemitérios de Tel Barukh e Khirbet al-Hadra (e que faziam parte da população dos assentamentos associados) eram samaritanos, como sugerido pela primeira vez por Kaplan (1966).

O mais interessante dos amuletos, encontrado na tumba 2, consiste em um pingente de liga de cobre em forma de folha com um texto apotropaico de seis linhas em escrita samaritana de cada lado (Fig.7). Como mencionado acima, o amuleto (na forma de um pingente) foi publicado por Kaplan cerca de 20 anos após sua descoberta (KAPLAN, 1975) e foi posteriormente incluído na revisão de Reich dos amuletos samaritanos (REICH, 2002). O segundo amuleto também foi

OS SAMARITANOS NA PLANÍCIE DO SHARON

publicado por Kaplan (1967) e mais tarde por Reich (2002) e, mais recentemente, no CIIP III (nº 2169), sendo praticamente idêntico ao descoberto no cemitério de Tel Barukh; ou seja, tem forma de folha, com um laço de suspensão (em forma de pingente), e apresenta de cada lado um texto apotropaico de cinco linhas em escrita samaritana. Os textos dos pingentes (Fig. 7 e 8), assim, são traduzidos:

| (Fig. 7) Verso | Reverso |
|----------------------------------|----------------------|
| המוק (Andar) | הוהי (Yahweh) |
| קומה (Yahweh) | יהוה: (Herói) |
| יהוה ניא (Não há ninguém igual) | גיבור (Yahweh) |
| אינ כאל ²⁵ (Yeshurun) | יהוה: (Herói) |
| ישרנ [Yahweh] | גִּיבֹרִי (Yahweh) |
| דחא (Uno) | [ה]יהו (O Nome Dele) |
| אחד | ד/שמו |

| (Fig. 8) Verso | Reverso |
|-----------------------|----------------|
| הוהי (Javé) | המוק (Andar) |
| יהוהג (Herói) | קומה (Javé) |
| גִּיבֹר (Isso é) | יהוה: (Isso é) |
| כיכול (Javé) | כיכול (Javé) |
| יהוה (Javé) | יהוה (Javé) |
| יהוה | יהוה |

No caso de Tell Qasile, embora nenhum artefato com uma inscrição samaritana tenha sido encontrado na caverna funerária sob discussão, a escavação de uma pequena sinagoga samaritana no sítio arqueológico, datando, aproximadamente, do século V EC, indica que o lugar foi habitado – predominante ou mesmo exclusivamente – pelos samaritanos durante todo o período bizantino e provavelmente até antes desse período (CHIDIOSAN; AYALON; YOSEF, 1990; AYALON; HARPAZI-OFFER, 2007). Também deve ser observado que não se encontrou tentativa aparente de padronizar o tamanho das cavernas ao cortar as rochas. Parece que a necessidade e a funcionalidade ditaram as dimensões, enquanto os tipos seguiam os modelos recorrentes do período. Pode-se presumir que tais cavernas funerárias necessitavam de uma certa especialidade na

258 *Yeshurun* = povo de Israel, judaíta.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

sua escultura e que os cortadores de pedra treinados foram empregados quando surgiu a necessidade. Também pode ser sugerido que esses cortadores de rocha usavam um padrão *ad hoc* ao esculpir as câmaras de enterros. Ainda assim, uma padronização geral de certos elementos pode ser rastreada, e as oito cavernas funerárias do Tel Barukh do cemitério fornecem evidência para isso.



Fig. 9 – Tumba 5, Tel Barukh, destaque para os nichos de lâmpadas (canto superior esquerdo e superior direito) (TAL; TAXEL, 2015, p. 26, fig. 1.24).

Os pátios não excedem 3 m × 3 m. As “Pedras Rolantes”, ou seja, as portas das câmaras funerárias, medem 1 m de diâmetro e 0,2-0,3 m de espessura. As portas têm até 1,1 m de altura e 0,8 m de largura (Fig. 9). Como regra geral, as câmaras funerárias são menores que seus pátios e normalmente não excedem 2,5 m × 2,5 m; a altura delas é de menos de 2 m. As dimensões médias da *arcosolia* são de 0,8 m × 1,9 m e 0,5 m de profundidade, enquanto as da *loculi* são de 0,75 m × 1,70 m e 1,00 m de altura. Além disso, a largura da *arcosolia* e os *loculi* são muitas vezes semelhante à largura das portas. O comprimento da *arcosolia* é semelhante à altura das câmaras funerárias. É preciso ter em mente que, em muitos casos, a alta porosidade da rocha local (*kurkar*) impediu os obreiros de manter padrões fixos.

OS SAMARITANOS NA PLANÍCIE DO SHARON

Além disso, a porosidade dessa rocha e a constante deterioração nos impede em muitos casos de reconstruir as dimensões precisas das diferentes cavernas funerárias (Fig. 10). Nos três sítios, a localização das cavernas funerárias se deu nas encostas de colinas baixas perto da área habitada dos assentamentos com os quais estavam associados. Isto é especialmente claro no caso de Khirbet al-Hadra e Tell Qasile, onde as cavernas funerárias foram cortadas perto de outras estruturas não residenciais, nomeadamente, instalações industriais e agrícolas (TAL; TAXEL, 2015; TAL; TAXEL; JACKSON-TAL, 2013; AYALON, 1987), de acordo com a situação conhecida em muitos outros cemitérios contemporâneos rurais e urbanos em Israel (ver AYALON, 1997; AVNI; DAHARI; KLONER 2008; WEISS, 1994).



Fig. 10 – Porta da tumba 6 (pedra rolante) de Tel Barukh. (TAL; TAXEL, 2015, p. 29, fig. 1. 27).

É razoável assumir que cada uma das oito cavernas de enterro de Tel Barukh pertenceu a uma família (provavelmente estendida) durante várias gerações, sendo ocupadas essencialmente durante o século V EC – talvez, inclusive no sé-

culo anterior. É possível questionar se a população de Khirbet Al'Aura, onde está localizado o cemitério de Tel Barukh, durante qualquer momento dentro dos séculos IV e V EC, de fato não compreendeu oito famílias (pelo menos), contabilizando cerca de 40-50 membros cada. Considerando a densidade populacional aceitável de 25 pessoas por *dunam* (HIRSCHFELD, 2007), não seria irracional assumir que o cemitério de Tel Barukh foi propriedade exclusiva dos habitantes de Khirbet Al'Aura. Ainda assim, existe a possibilidade de que o mesmo cemitério tenha sido usado por pessoas de outro assentamento mais distante, que por algum motivo não foram sepultados em um lugar mais próximo.

Em termos de práticas funerárias, pouco pode ser dito sobre os indivíduos dos três cemitérios em discussão ou mesmo sobre suas posições de enterro e sua relação com os vários artefatos encontrados nas cavernas. Isto se deve ao mau estado de preservação dos restos esqueléticos e a aparente perturbação de praticamente todas as cavernas por atividades pós-deposição por humanos e/ou animais. Ainda assim, a descoberta de jarros de armazenamento com material ósseo nas tumbas 4 e 6 de Tel Barukh indica que os enterramentos primários infantis e/ou enterros secundários de adultos também foram realizados neste cemitério. A evidência arqueológica disponível mostra que o costume de enterrar os mortos com jarros e frascos foram limitados quase que exclusivamente às regiões costeiras do país, onde os enterramentos são acompanhados dessa materialidade, presente em enterros independentes (individuais ou agrupados), e em cavernas ou estruturas regulares de enterro, em contextos pagãos, cristãos e samaritanos (TAXEL, 2010).

Do ponto de vista da identificação do sexo, pode-se concluir com segurança que pelo menos alguns dos enterrados eram mulheres jovens e/ou adultas, conforme indicado pelas grandes quantidades de joias e as pequenas dimensões de alguns dos braceletes. Outros itens que podem ser específicos de gênero, nesse caso também feminino, são os espelhos de vidro (REICH, 2001). As espátulas de cobre são geralmente relacionadas aos cosméticos e, portanto, podem ser usadas como outro indicador de presença feminina em um determinado contexto arqueológico, embora não se possa excluir o uso pelos homens para os materiais discutidos (MAGNESS, 2002). As espátulas encontradas na tumba 4 de Tel Barukh podem ter sido utilizadas como grampos de cabelo e também como instrumento para “abrir” (assim como pregos, e. g. Fig. 11.19) as lucernas, uma vez

que a produção das lucernas sacarinas é caracterizada por peças completamente fechadas, havendo somente o orifício de iluminação (cabendo ao usuário romper a parede cerâmica, quebrando o objeto para alimentar com óleo a lâmpada). Por outro lado, itens que denotam o gênero masculino foram encontrados, representados por adagas de ferro das tumbas 3 e 4 de Tel Barukh.

Se concordarmos que as três cavernas funerárias em discussão fornecem um microcosmo de artefatos utilizados pela população associada aos contextos domésticos e outros contextos diários, estes objetos nos auxiliam na compreensão da situação econômica e as conexões comerciais dessas comunidades samaritanas, principalmente amparados pelos estudos cerâmicos e dos vasos de vidro. Conforme indicado pela análise petrográfica, fica constatado que essas pessoas usaram quase que exclusivamente materiais produzidos local ou regionalmente (ISERLIS, 2015). Apenas uma das lâmpadas examinadas de Tel Barukh (Tipo 4, Beit Nattif, dos quais apenas quatro exemplos foram encontrados) e uma das lâmpadas examinadas de Tell Qasile (Tipo 3, candelabro, um único exemplo) foram originadas em áreas mais distantes do que a localidade. Mesmo a única lucerna estilo Beit Nattif de Khirbet al-Hadra foi produzida localmente.

Os conjuntos de lâmpadas em discussão não podem ser comparados com a grande diversidade de lâmpadas produzidas nos centros de manufatura da região e do Mediterrâneo, como por exemplo, Caesarea e mesmo Apollonia/Sozousa (SUSSMAN, 2008). É bem possível que a relativa proximidade geográfica da comunidade samaritana local dos centros urbanos costeiros multiétnicos/religiosos (nomeadamente Jaffa, Apollonia e Cesareia) resultou em uma tolerância um pouco maior para o uso de certos objetos figurativos na vida diária (e mesmo em determinados enterros, e. g. Fig. 6.12, 19, 22). Contudo, as poucas lucernas e cerâmicas não locais, as joias abundantes, os itens mágicos de bronze e as muitas moedas do cemitério de Tel Barukh confirmam que a maioria das pessoas associados a estes cemitérios foram aldeões que mantiveram alguns contatos com mais lugares mais remotos. Em geral, muitos dos materiais encontrados nos sítios de Tel Barukh, Khirbet al-Hadra e Tell Qasile podem ter tido mais de um significado quando depositado no local. A natureza multifuncional das lâmpadas e dos amuletos, assim como de outros objetos mágicos e/ou apotropaicos podem ser constatados nesse ensaio. Além disso, o mais provável é que os itens pessoais, muitas vezes não

possuídos pelo falecido anteriormente (KING, 2004), tais como joias, frascos de unguento (perfumes) e implementos cosméticos foram colocados nos túmulos para serem utilizados na vida após a morte. Da mesma feita, significavam consolo para os que viviam o luto, uma forma simbólica de afirmar que o ente querido não está completamente sozinho ou despreparado (GRENN, 2008).

Além disso, eram verdadeiros agentes de proteção (seja dos mortos ou dos vivos). Como salienta Ian Hodder (2016), a religião em última análise lida com o alcance do “além”, do inefável. Não se trata de um imaginário. É real porque todos os emaranhados se estendem a relacionamentos e dependências enormemente complexas que nós, como atores individuais, podemos ter poucas chances de controlar. O que podemos fazer, no entanto, é pegar exemplos dessas coisas e manipulá-las na esperança de influenciar outras coisas. Portanto, o interessante da religião é que ela entende a conexão das coisas e usa essa conexão para influenciar emaranhados que se estendem para o além (HODDER, 2016; 2018; TEIXEIRA-BASTOS; FERREIRA; HODDER, 2020).

Quanto aos numerosos fragmentos de cerâmicas de cozinha e armazenagem encontrados nas tumbas 7 e 8 em Tel Barukh (Fig. 11), pode-se sugerir que esses achados representam o costume de refeições funerárias que podem ter ocorrido nos pátios das cavernas (ou arredores) pelos presentes no funeral. É possível também que pertençam à atividade pós-funerária no cemitério.

OS SAMARITANOS NA PLANÍCIE DO SHARON



Fig. 11 – Seleção de achados da tumba 7 de Tel Barukh (TAL; TAXEL, 2015, p. 36, fig. 1.34).

Os vasos, ou pelo menos alguns deles, também poderiam ter servido como recipientes para água e gêneros alimentícios que acompanharam o falecido²⁵⁹. Aparentemente, existe evidência mais sólida para refeições funerárias no cemitério de Tel Barukh pela presença de ossos de animais (alguns carbonizados) encontrados descartados em um poço de pedra. Infelizmente, sabe-se muito pouco sobre o funeral samaritano e ritos de luto na antiguidade e, portanto, não podemos afirmar com certeza se os samaritanos da Palestina durante o período romano-tardio e bizantino realizavam refeições comemorativas dentro do cemitério (TAL; TAXEL, 2015).

O uso único de lâmpadas de óleo “samaritana” é atribuído às leis de pureza do samaritanismo. Nesse mesmo sentido, o uso de incensos e perfumes encontrados em Tel Barukh também podem ter sido predominantemente um costume samaritano, embora, como mencionado anteriormente, tais objetos também tenham sido encontrados em algumas cavernas funerárias que não foram utilizadas pelos samaritanos. De fato, como enfatizado por Taxel (2010, p. 246), a grande maioria dos métodos funerários e costumes arqueologicamente rastreáveis conhecidos da Palestina Romana-Bizantina, ao menos em suas regiões centrais, entre os séculos IV e VII EC, eram práticas comuns entre todos os grupos religiosos e étnicos contemporâneos que viviam nesse espaço.

Conclusão

Os sítios de Tel Barukh, Khirbet al-Hadra e Tell Qasile Burial atestam a presença samaritana na Planície Costeira no decorrer dos séculos IV e V EC e podem ser interpretados no contexto da expansão dos samaritanos para a Planície Costeira central (bem como para a região do Monte Carmelo, Beth She'an e outras áreas durante o período romano-tardio e bizantino). Em um estudo anterior, Tal e Taxel (2010) argumentaram que a área do Rio Yarqon inferior era predominantemente habitada por samaritanos durante os períodos abordados (Fig. 12).

Os achados aqui expostos corroboram essa perspectiva e reforçam o argumento. Esse processo de expansão provavelmente começou algum tempo após a

259 Achados semelhantes são evidenciados nas cavernas de 'Ar'ara, provavelmente usados por uma população samaritana (SUSSMAN, 1976), e Silet edh-Dhahr (SELLERS e BARAMKI, 1953).

OS SAMARITANOS NA PLANÍCIE DO SHARON

revolta de Bar-Kokhba (encerrada em 135 EC), período em que os judeus foram momentaneamente dispersos, dando aos samaritanos oportunidade de reocupar as áreas com novas aldeias e fazendas na primeira metade do século II EC.

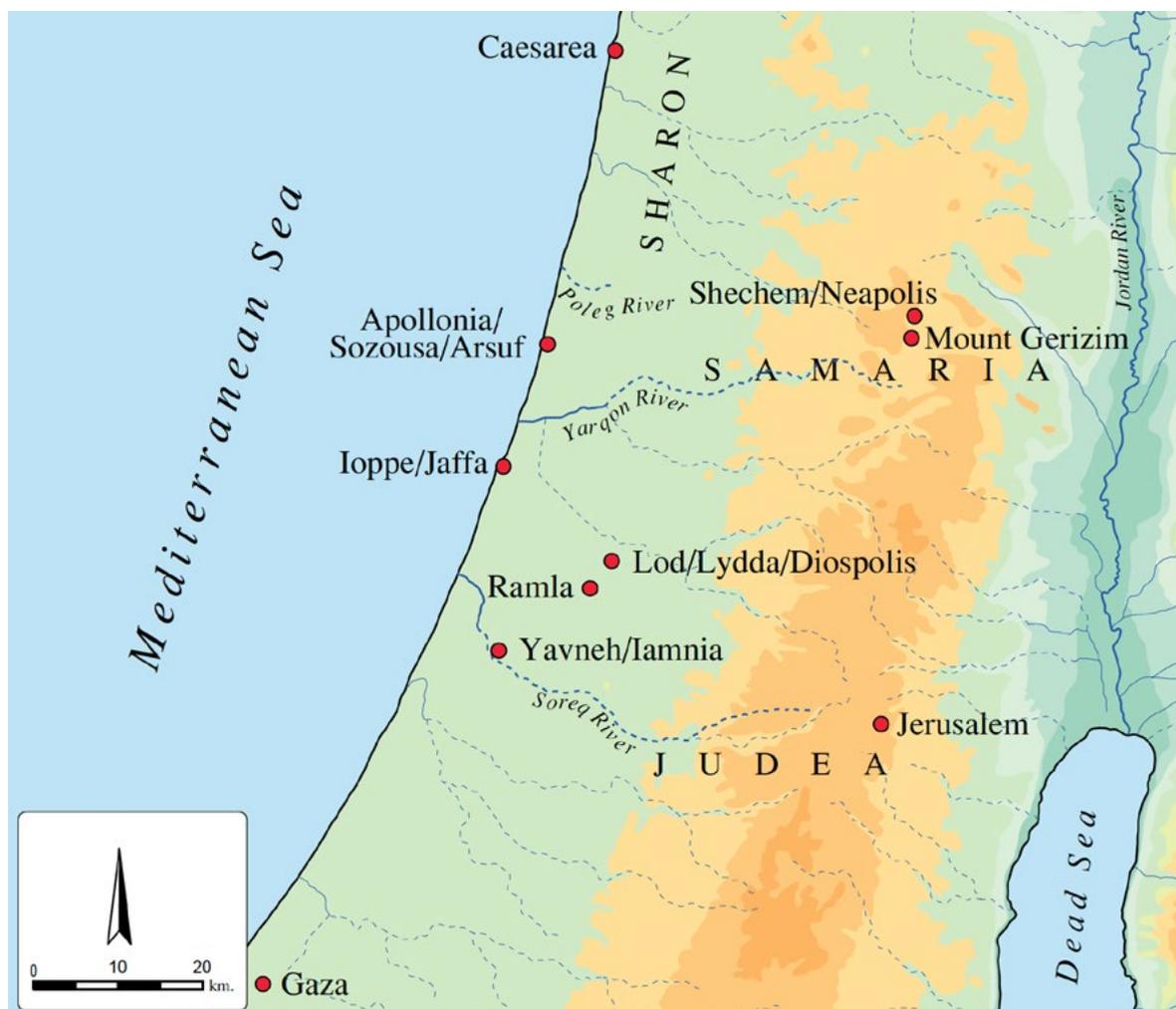


Fig. 12 – Mapa com as principais cidades do período, salientando Schechem/Neapolis e o Monte Gerizim. (Tal and Taxel 2015, p. xvi).

Alguns autores apontam que a presença dessa população se acelerou durante os séculos III e IV EC, quando muitos assentamentos ocuparam o vazio deixado pela destruição e abandono dos judeus da área durante os conflitos anteriores. Outros, porém, preferem dar mais ênfase às condições econômicas e de segurança nas montanhas de Samaria, o que deu origem à necessidade de estabelecer territórios fora desta região, mais notavelmente ao longo da costa, próximo de grandes centros urbanos e comerciais (ROLL; AYALON, 1989; HAMITOVSKY, 2004, 2006; MAGEN, 2008; DAR, 2010, 2014b).

Cohen (1981) atribuiu esta iniciativa ao Sumo Sacerdote Baba Rabbah (séculos III a IV EC), que é conhecido por obras samaritanas posteriores como

um reformador religioso que teve boas ligações com as autoridades romanas. Parece, no entanto, que a expansão territorial samaritana fora de Samaria começou mais cedo e pode ter sido formalmente reorganizada sob essa figura, que diz ter dividido os territórios samaritanos em doze distritos e estabelecido governantes locais das famílias samaritanas aristocráticas. No caso dos três sítios em discussão, há evidência clara de um assentamento judaico durante o início do período romano para Tell Qasile (TAL; FANTALKIN, 2009). Esse sítio, portanto, constitui um bom exemplo do modelo descrito acima, a saber, uma mudança étnica-religiosa da presença judaica à samaritana em determinado local, provavelmente após uma certa lacuna de tempo. Em contraste, Khirbet al-'Aura (Tel Barukh) e Khirbet al-Hadra até agora não têm sinais de uma ocupação romana primitiva, embora em Khirbet al-Hadra existam remanescentes do período helenístico. Nesse sítio, o processo é de estabelecimento de um assentamento novo, relacionado de forma semelhante à expansão samaritana fora de Samaria no período romano-tardio. Essa expansão levou a uma predominância de assentamentos samaritanos não somente em ambos os lados do Rio Yarqon, mas provavelmente também em todo o território da Planície do Sharon, bem como em toda a área norte e nordeste do Monte Carmelo.

A Planície Costeira é, arqueologicamente – e às vezes historicamente –, documentada por comunidades prósperas, tanto nos centros urbanos mistos de Caesarea (DAR, 2012) e Apollonia/Sozousa (ROLL; AYALON, 1989; TAL, 2009), como também nos assentamentos rurais, quer mistos ou mono-étnico-religiosos (ROLL; AYALON, 1989). Além de Khirbet al-'Aura (Tel Barukh), Khirbet al-Hadra e Tell Qasile são exemplos seguros de assentamentos rurais samaritanos. Outros sítios cemitérios incluem: Khirbet Sabiya (AYALON, 1994), Kefar Sava (AYALON, 1998; ROLL; AYALON, 1998; ROLL; AYALON, 1989), Horbat Gelilot (AYALON; LEVY, 2011), Mughar el-Sharaf (PORATH; LEVY, 1993), Tel Hefer (PORATH; DAR; APPLEBAUM, 1985), Netanya (Umm Khalid), (PORATH; DAR; APPLEBAUM, 1985), Pardes Ha-Gedud (VAN DEN BRINK, 2004), Horbat Migdal/Tsur Natan (AYALON, 2002; FREIMAN; GOVRIN; HADAD, 2013), Khirbet Ibreica (TAXEL; FELDSTEIN, 2006). Por outro lado, fontes literárias e evidências arqueológicas, apontam para uma presença cristã bastante escassa na Planície do Sharon, a maioria datada da parte posterior do período bizantino (século VI ao VIII EC). Ainda assim, nenhuma divisão clara entre os

OS SAMARITANOS NA PLANÍCIE DO SHARON

territórios samaritano e cristão pode ser distinguida na planície, contrastando, por exemplo, com a Galileia ocidental e as colinas do sul da própria Samaria (ROSEN, 1991; AYALON, 2008).

Na verdade, a intensificação da reocupação samaritana de muitos assentamentos rurais da Planície do Sharon durante os séculos IV e V EC talvez possa ser identificada com o fenômeno contemporâneo mais amplo do estabelecimento de numerosas fazendas e aldeias em todo o país (HIRSCHFELD). Alguns desses assentamentos agrícolas foram fundados sobre as antigas ruínas e estruturas romanas. Entre os fatores que levaram a essa expansão de assentamento, Hirschfeld menciona a legislação imperial romana no período bizantino. A propriedade legal das terras previamente não cultivadas foi concedida a qualquer pessoa que pudesse torná-la fértil (*agri deserti*). No decorrer do século V ao VI EC, pode-se assumir que os samaritanos receberam quase nenhuma terra agrícola abandonada em regiões fora de suas áreas originárias, sendo as terras provavelmente de propriedade da coroa ou da igreja (RABELLO, 2002). Nesse sentido, deve-se mencionar que as tensões entre os samaritanos e a comunidade cristã local acarretou uma série de confrontos e revoltas durante o período bizantino; mais notavelmente, sob o imperador Zeno (484 EC) e o imperador Justiniano I (529 EC). Os últimos embates, de acordo com fontes literárias, foram os mais violentos e tiveram as consequências mais dramáticas, incluindo a proibição da fé samaritana e da diminuição significativa da população samaritana, pelo menos na áreas que formaram os focos desta revolta – as colinas de Samaria e talvez também as cidades de Cesareia, Beth She'an (Scythopolis) e seus arredores. Alguns estudiosos tentaram atribuir a aparente destruição e/ou abandono de certos assentamentos rurais do período bizantino nas Montanhas Samaria e ao longo da Planície do Sharon com as revoltas samaritanas de 484 e 529 EC (AYALON, 1994, 1998, 2002; DAR, 1988; 2002; MAGEN, 2008). É bem possível que a expansão samaritana possa ser explicada pela sugestão de Ayalon (2008) de que a incursão cristã bastante tardia no Sharon resultou em danos aos assentamentos locais samaritanos após as revoltas acima mencionadas. No entanto, como enfatizado por Sivan (2008), a extensão exata desse dano material que a Palestina sofreu como resultado dos confrontos entre samaritanos e cristãos ainda é difícil de medir, apesar do novo e intrigantes revides dos últimos anos.

Referências

Fontes Primárias

FLAVIO JOSEFO. *The Jewish war*. Translation H. St. Thackeray. Harvard University, London, 1997.

FLAVIO JOSEFO. *Jewish antiquities*. Translation Ralph Marcus. Harvard University, London, 1998.

FLAVIO JOSEFO. *Obras Completas*. Introdução e tradução direta do grego de Luis Farré. Buenos Aires, Acervo Cultural, 1961.

Fontes Secundárias

ABEL, F.-M. *Geographie de la Palestine*. Paris: J. Gabalda, 1938.

APPLEUBAUM, S. The Settlement Pattern of Western Samaria from Hellenistic to Byzantine Times: a Historical Commentary. In: S. DAR (ed.) *Landscape and Pattern. An Archaeological Survey of Samaria. 800 BCE – 636 CE*. Oxford: BAR International Series, 308, 1986, pp. 257-269.

AVI-YONAH, M. *Map of Roman Palestine*. Quarterly of the Department of Antiquities of Palestine, 5, 1936, pp. 139-93.

AVNI, G.; DAHARI, U.; KLONER, A. *The Necropolis of Bet Guvrin-Eleutheropolis* (IAA Reports 36). Jerusalem, 2008.

AYALON, E. A Byzantine Road and Other Discoveries in the Vicinity of Tell Qasile. *Israel—People and Land* 4, (Hebrew), 1987, pp. 9-34.

AYALON, E. A Roman-Byzantine Mausoleum at Kh. Sabiya, Kefar Sava. *Atiqot* 25, (Hebrew), 1994, pp. 27-39.

AYALON, E. Ecological Aspects of Villages in the Southern Sharon Region during the Roman-Byzantine Period. In: S. DAR e Z. SAFRAI (eds.) *The Village in Ancient Israel*. Tel Aviv, (Hebrew), 1997, pp. 209-227.

AYALON, E. Ancient Kefar Sava in the Light of Recent Excavations. *Atiqot* 34, (Hebrew), 1998, pp. 107-120.

AYALON, E. Horbat Migdal (Tsur Natan) — An Ancient Samaritan Village. In: E. STERN e H. ESHEL (eds.) *The Samaritans. Jerusalem* (Hebrew), 2002, pp. 272-288.

AYALON, E.; HARPAZI-OFER, S. A Late Roman Burial Cave and Dump at Tell Qasile. *Atiqot* 55, (Hebrew), 2007, pp. 29-36.

AYALON, E. A Church and Village Remains from the Byzantine Period at Paredessiya in the Sharon. *Atiqot* 58 (Hebrew), 2008, pp. 66-89.

AYALON, E.; LEVY, Y. Horbat Gelilot (el-Jelil): Excavations on the Fringes of a Roman-Byzantine-Period Village in the Sharon Plain. *Atiqot* 66 (Hebrew), 2011, pp. 17-61.

BEIT-ARIEH, I.; AYALON, E. *Archaeological Survey of Israel: Map of Kefar Sava* (77), 2012.

BRADLEY, R. *Archaeology of Natural Places*. London: Routledge, 2000.

CHARVIT, Y. Catalogue of Oil Lamps from Zur Natan. In: *Reports on the Texas Foundation for Archaeological and Historical Research Excavations at Zur Natan, Israel; Silistra, Bulgaria; and Ulanci, Macedonia*. Houston, 1994, pp. 22-26.

OS SAMARITANOS NA PLANÍCIE DO SHARON

CHIDIOSAN, N.; AYALON, E.; YOSEF, A. *Two Byzantine Winepresses in the Eretz Israel Museum*, Tel Aviv. Israel—People and Land 5-6 (Hebrew), 1990, pp. 23-36.

CLAVAL, Paul A *geografia cultural*. Florianópolis: Editora UFCS, 1997.

COHEN, J. M. *A Samaritan Chronicle: A Source of the Life and Time of the Great Samaritan Reformer Baba Rabbah*. Leiden, 1981.

DAR, S. Archaeological Evidence on the Samaritan Revolts of the Byzantine Period. In: D. JACOBY e Y. TSAFRIREDS (eds.) *Jews, Samaritans and Christians in Byzantine Palestine*. Jerusalem, Magen 2008, 54, (Hebrew), 1988, pp. 228-237.

DAR, S. *Raqit: Marinus's Estate on the Carmel, Israel* (BAR International Series 1300). Oxford, 2004.

DAR, S. Archaeological Aspects of Samaritan Research in Israel. In: D. M. GWYNNAND e S. BANGERT (eds.) *Religious Diversity in Late Antiquity* (Late Antique Archaeology 6). Leiden, 2010, pp. 189-198.

DAR, S. The Samaritans in Caesarea Maritima. In: Y. SHAHAR (ed.) *Israel and the Diaspora in the Time of the Second Temple and the Mishnah: Aryeh Kasher Memorial Volume* (Te'uda 25). Tel Aviv, (Hebrew), 2012, pp. 327-334.

ECKER, A. *The Abu Kabir Necropolis of Jaffa* (M.A. thesis, Hebrew University of Jerusalem), 2010.

FISCHER, M.; TAL, O. Two ceramic assemblages from Hellenistic Apollonia. *Journal of Tel Aviv University* 23, 1996, pp. 213-234.

FLORENZANO, M. B. B.; GALVÃO Sobrinho, C. R. *Apolônia e seu território: paisagem rural e mudança social na Palestina romana*. Universidade de São Paulo: Relatório de Pesquisa, 2001, pp. 2000-2001.

FREIMAN, E.; GOVRIN, Y.; HADAD, S. Excavations at Tsur Yitzhak—2010: Two Byzantine Tombs. *NGSBA Archaeology* 2, 2013, pp. 173-181.

GREEN, D. Sweet Spices in the Tomb: An Initial Study for the Use of Perfume in Jewish Burials. In: L. BRINK e D. GREEN (eds.) *Commemorating the Dead: Texts and Artifacts in Context*. Studies of Roman, Jewish, and Christian Burials. Berlin, 2008, pp. 145-173.

HACHLILI, R. *Jewish Funerary Customs: Practices and Rites in the Second Temple Period*. Leiden and Boston, 2005.

HAMITOVSKY, I. *Changes and Developments of the Samaritan Settlement in the Land of Israel during the Hellenistic-Roman Period* (M.A. thesis, Bar-Ilan University) (Hebrew), 2004.

HAMITOVSKY, I. Talmudic Traditions Concerning the Distribution of the Samaritans in the Land of Israel during the Mishnah and Talmud Period in Light of Archaeological Evidence. *Jerusalem and Eretz-Israel* 3, (Hebrew), 2006, pp. 69-101.

HIRSCHFELD, Y. The Expansion of Rural Settlement during the Fourth-Fifth Centuries CE in Palestine. In: J. LEFORT, C. MORRISON e J.-P. SODINI (eds.) *Les villages dans l'empire byzantine (IVe–XVe siècle)*. Paris, 2005, pp. 523-537.

HIRSCHFELD, Y. *En-Gedi Excavations II: Final Report* (1996–2002). Jerusalem, 2007.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

Hodder, I. *Entangled: An Archaeology of the Relationships between Humans and Things*. Wiley-Blackwell: John Wiley and Sons Inc., 2016. (disponível <http://www.ian-hodder.com/books/studies-human-thing-entanglement>)

HODDER, I. *Where Are We Heading? The Evolution of Humans and Things*. New Have and London: Yale University Press, 2018.

ISERLIS, M. Thin-section Analysis of Samaritan Oil Lamps and Incense Bowl. In: O. TAL e I. TAXEL (eds.) *Samaritan Cemeteries and Tombs in the Central Coastal Plain. Archaeology and History of the Samaritan Settlement outside Samaria* (ca. 300-700 CE). Munster: Ugarit-Verlad, Ägypten und Altes Testament 82, 2015, pp. 223-224.

KNAPP, A. B. Ideational and industrial landscape on prehistoric Cyprus. In: W. ASHMORE e A. B. KNAPP (eds.) *Archaeological of Landscape: contemporary perspectives*. Oxford: Blackwell, 1999, pp. 229-252.

KAPLAN, J. Samaritan Settlements of Byzantine Date in the Yarkon Basin. *Museum HaAretz Bulletin* 8, 1966, pp. 65-66.

KAPLAN, J. Two Samaritan Amulets. *Israel Exploration Journal* 17, 1967, pp. 158-160.

KAPLAN, J. A Second Samaritan Amulet from Tel Aviv. *Israel Exploration Journal* 25: 1975, pp. 157-159.

KING, J. M. Grave-Goods as Gifts in Early Saxon Burials (ca. AD 450–600). *Journal of Social Archaeology* 4, 2004, pp. 214-238.

KLONER, A.; ZISSU, B. *The Necropolis of Jerusalem in the Second Temple Period*. Leuven, 2007.

LAPP, E. C. Marketing Religious Difference in Late Antique Syria-Palestine: Clay Oil Lamps as Clientele Indicators. In: R. EDWARDS e C. T. MCCOLLOUGH (eds.) *The Archaeology of Difference. Gender, Ethnicity, Class and the "Other" in Antiquity: Studies in Honor of Eric M. Meyers* (Annual of the American Schools of Oriental Research 60/61). Boston, 2007, pp. 371-380.

LEVINE, L. I. *A History of Caesarea under Roman Rule*. Leiden: Brill, 1975.

MACALISTER, R. A. S. The Rock-Cut Tombs in Wâdy Er-Rababi, Jerusalem. *Palestine Exploration Fund Quarterly Statement* 1900, pp. 225-248.

MAGEN, Y. Qedumim—A Samaritan Site of the Roman-Byzantine Period. In: F. MANNIS e E. ALLIATA (eds.) *Early Christianity in Context: Monuments and Documents*. Jerusalem, 1993, pp. 167-180.

MAGEN, Y. *The Samaritans and the Good Samaritan* (Judea and Samaria Publications 7). Jerusalem, 2008.

MAGEN, Y. *Flavia Neapolis: Shechem in the Roman Period* (Judea and Samaria Publications 11). Jerusalem, 2009.

MAGNESS, J. *The Archaeology of Qumran and the Dead Sea Scrolls*. Grand Rapids and Cambridge, 2002.

PEARATH, I.; ALMAGOR, G. The Sharon Escarpment (Mediterranean Coast, Israel): Stability, Dynamics, Risks and Environmental Management. *Journal of Coastal Research* 16 (1), 2000, pp. 207-224.

OS SAMARITANOS NA PLANÍCIE DO SHARON

PORATH, Y.; DAR, S.; APPLEBAUM, S. *The History and Archaeology of Emek-Hefer*. Tel Aviv (Hebrew), 1985.

PORATH, Y.; LEVY, Y. Mughar el-Sharaf: A Cemetery of the Roman and byzantine Periods in the Sharon. *‘Atiqot* 22, (Hebrew), 1993, pp. 29-42.

PORATH, Y. Burials from the Roman and Byzantine Periods at Caesarea. *‘Atiqot* 55, (Hebrew), 2007, pp. 45-56.

PUMMER, R. Samaritan Amulets from the Roman-Byzantine Period and Their Wearers. *Revue Biblique* 94, 1987, pp. 251-263.

PUMMER, R. Samaritan Material Remains and Archaeology. In: A.D. CROWN (ed.) *The Samaritans*. Tübingen, 1989, pp. 135-177.

RABELLO, A. M. The Samaritans in Roman Law. In: E. STERN e H. ESHEL (eds.) *The Samaritans*. Jerusalem, (Hebrew), 2002, pp. 481-495.

REBORATTI, Carlos E. *La geografía en la escuela secundaria: de inventario intrascendente a herramienta de comprensión*. Geographikós, uma revista de geografia, 4: Ano 3, 1993.

REICH, R. Women and Men at Masada. *Zeitschrift des Deutschen Palästina-Vereins* 117, 2001, pp. 149-163.

REICH, R. Samaritan Amulets from the Late Roman and Byzantine Periods. In: E. STERN e H. ESHEL (eds.) *The Samaritans*. Jerusalem, (Hebrew), 2002, pp. 289-309.

ROLL, I.; AYALON, E. *Apollonia and Southern Sharon: Model of a Coastal City and Its Hinterland*. Tel Aviv, (Hebrew), 1989.

ROLL, I.; TAL, O. *Apollonia-Arsuf. Final Reports of the Excavations*. Vol. I: The Persian and Hellenistic periods. Tel Aviv: Tel Aviv University, 1999.

ROLLER, D. W.; HOHFELDER, R. L. The problem of the location of Straton's Tower. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research* 252, 1983, pp. 61-68.

ROSEN, B. An Apostate Jewess from Tyre: The Abbess of a Monophysite Monastery South of Caesarea. *Cathedra* 61, (Hebrew), 1991, pp. 54-66.

RUBIN, N. *The End of Life: Rites of Burial and Mourning in the Talmud and Midrash*. Tel Aviv (Hebrew), 1997.

SANTOS, Milton O Espaço Geográfico, um Híbrido. Uma necessidade Epistemológica: a distinção entre a Paisagem e o Espaço. In: *A Natureza do Espaço: Técnicas e Tempo, Razão e Emoção*. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Coleção Milton Santos; 1), 2004.

SELLERS, O. R.; BARAMKI, D. C. *A Roman-Byzantine Burial Cave in Northern Palestine* (The Joint Excavation of the American School of Oriental Research in Jerusalem and McCormick Theological Seminary at Silet edh-Dhahr). (Bulletin of the American Schools of Oriental Research Supplementary Studies 15-16). New Haven, 1953.

SIVAN, H. *Palestine in Late Antiquity*. New York, 2008.

SUSSMAN, V. A Burial Cave at Kefar 'Ara. *‘Atiqot* 11, 1976, pp. 92-101.

SUSSMAN, V. The Samaritan Oil Lamps from Apollonia-Arsuf. *Tel Aviv* 10, 1983, pp. 71-96.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

SUSSMAN, V. Samaritan Oil Lamps. In: E. STERN e H. ESHEL (eds.) *The Samaritans*. Jerusalem, (Hebrew), 2002, pp. 339-371.

SUSSMAN, V. The Oil Lamps. In: J. PATRICH (ed.) *Archaeological Excavations at Caesarea Maritima: Areas CC, KK and NN. Final Reports, Vol. I: The Objects*. Jerusalem: 2008, pp. 207-300.

SUSSMAN, V. The Ceramic Oil Lamps from Horbat Roóeó. *Atiqot* 62, 2010, pp. 139-144.

TAL, O. *The Archaeology of Hellenistic Palestine: Between Tradition and Renewal*. Jerusalem (Hebrew), 2006.

TAL, O. A Winepress at Apollonia-Arsuf: More Evidence on the Samaritan Presence in Roman-Byzantine Southern Sharon. *Liber Annuus* 59, 2009, pp. 319-342.

TAL, O.; FANTALKIN, A. The Area of Tel Aviv in the First Millennium BCE: Between Kingdoms and Empires. In: E. AYALON (ed.) *The Hidden History of Tel Aviv*. Tel Aviv, (Hebrew), 2009, pp. 80-111.

TAL, O.; TAXEL, I. A Re-appraisal of the Archaeological Findings at Tel Hashash: On the Archaeology of the Yarqon Estuary from Classical Times to Late Antiquity. *Palestine Exploration Quarterly* 142, 2010, pp. 95-126.

TAL, O.; TEIXEIRA-BASTOS, M. Intentionally Broken Discus Lamps from Roman Apollonia: A New Interpretation. *Tel Aviv*, v. 39, p. 104-114, 2012.

TAL, O.; TAXEL, I.; JACKSON-TAL, R. E. Khirbet al-Hadra: More On Refuse Disposal Practices in Early Islamic Palestine and Their Socio-Economic Implications. *Bulletin of the Anglo-Israel Archaeological Society* 31, 2013, pp. 117-148.

TAL, O.; TAXEL, I. *Samaritan Cemeteries and Tombs in the Central Coastal Plain. Archaeology and History of the Samaritan Settlement outside Samaria (ca. 300-700 CE)*. Munster: Ugarit-Verlad, Ägypten und Altes Testament 82, 2015.

TAL, O.; TAXEL, I.; TEIXEIRA-BASTOS, M. Lamps. In: Oren Tal. (Org.). *Apollonia-Arsuf: Final Report of the Excavations Volume II: Excavations Outside the Medieval Town Walls*. 1ed. Pennsylvania: Eisenbrauns (Penn State University Press), 2020, v. 2, p. 152-193.

TAXEL, I.; FELDSTEIN, A. Khirbet Ibreica: A Rural Settlement in the Southeastern Sharon Plain. *Salvage Excavation Reports* 3, 2006, pp. 40-68.

TAXEL, I. *Aspects of the Material Culture of the Rural Settlement in the Province of Palaestina Prima in the Fifth-Seventh Centuries CE* (Ph.D. dissertation, Tel Aviv University) (Hebrew), 2010.

TEIXEIRA-BASTOS, M.; FUNARI, P. P. A. A presença de Roma no Oriente: Iudaea Capta e as tradições culturais da Palaestina Romana. *HVMANITAS (COIMBRA)*, v. 73, p. 81-104, 2019.

TEIXEIRA-BASTOS, M.; FERREIRA, L. M.; HODDER, I. Isso não é um artigo: dialogando com Ian Hodder sobre a virada ontológica em Arqueologia. *Revista de Arqueologia*, v. 33, p. 118-134, 2020.

VAN DEN BRINK, E. C. M. A 'Provincial' Roman-Period Samaritan Burial Ground in Pardes Ha-Gedud, Netanya. *Atiqot* 47, 2004, pp. 131-154.

WEISS, Z. The Location of Jewish Cemeteries in the Galilee in the Mishnaic and Talmudic Periods. In: I. SINGER (ed.) *Graves and Burial Practices in Israel in the Ancient Period*. Jerusalem, (Hebrew), 1994, pp. 230-240.

OS SAMARITANOS NA PLANÍCIE DO SHARON

YANKELEVITCH, S. Tirat Hacarmel. *Excavations and Surveys in Israel* 10, 1991, pp. 101- 102.

YEIVIN, Z.; FINKIELSTZEJN, G. Kafr Samir. In: E. STERN (ed.) *The New Encyclopedia of Archaeological Excavations in the Holy Land*, 5. Jerusalem, 2008, pp. 1895-1899.

ZEDEÑO, M. N. On What People Make of Places. A Behavioral Cartography. In: M. B. SCHIFFER (ed.) *Explorations in Social Theory*. Salt Lake City: University of Utah Press, 2000.

ZEDEÑO, M. N.; BOWSER, B.J. *The Archaeology of Meaningful Places*. Salt Lake City: University of Utah Press, 2009.

ZISSU, B.; ADAWI, Z. Two Rock-Cut Burial Caves and Greek Inscriptions from the Qidron Valley, Jerusalem. *‘Atiqot* 78, 2014 pp. 13-24.

UMA SINAGOGA SAMARITANA DO PERÍODO BIZANTINO EM APOLLONIA-ARSUF/SOZOUSA?

Oren Tal

*Tel Aviv University,
Tel Aviv*

Marcio Teixeira-Bastos

*Universidade de São Paulo,
São Paulo*

Introdução

Este capítulo aborda uma inscrição bilingue greco-samaritana descoberta no sítio de Apollonia-Arsuf (Sozousa) na Área P1 em 2014. Apresenta os resultados de uma temporada adicional de escavações realizadas em 2015, em torno da estrutura onde a inscrição foi desenterrada. Esta temporada de escavações teve como objetivo localizar os restos do edifício de uma suposta sinagoga samaritana que, a nosso ver, deve ter abrigado esta inscrição bilingue greco-samaritana.

O sítio Apollonia-Arsuf está localizado em uma duna de arenito fossilizado na costa do Mediterrâneo, na parte noroeste da moderna cidade de Herzliya. Escavações preliminares do local foram realizadas em 1950. Desde 1977 até o presente está sendo escavada, primeiro, em nome do Departamento de Antiguidades e Museus, e, a partir de 1982, pelo Instituto de Arqueologia da Universidade de Tel Aviv, sob a pioneira direção de Israel Roll. Desde 2006, Oren Tal é o diretor das escavações²⁶⁰. O sítio arqueológico foi ocupado continuamente desde o final do século VI AEC até meados do século XIII. Restos arquitetônicos relativamente escassos dos períodos persa e helenístico sobreviveram, confinados a segmentos de paredes, fossas de lixo e alguns cemitérios. A maioria dos vestígios significativos da ocupação romana são os de uma vila de tipo peristilo romano,

260 https://en-humanities.tau.ac.il/archeology/excavations_and_Projects/current_excavations/Apollonia-Arsuf.

UMA SINAGOGA SAMARITANA DO PERÍODO BIZANTINO EM APOLLONIA-ARSUF?

rodeada por um corredor periférico e ladeada por quartos. Apolônia bizantina, chamada Sozousa, não tinha muros, estendendo-se sobre uma área de cerca de 280.000 m². Entre seus vestígios arquitetônicos publicados estão uma igreja e uma área industrial, com lagares de vinho, lagares de azeite, piscinas de gesso e fornalhas de vidro cru. Nos dias do omíada Califa 'Abd el-Malik (685-705) o local, naquele ponto chamado Arsuf, foi fortificado por um muro de cerca de 77.000 m². No final do período islâmico inicial, tornou-se um *ribbat* (forte), onde residiam os filósofos muçulmanos.

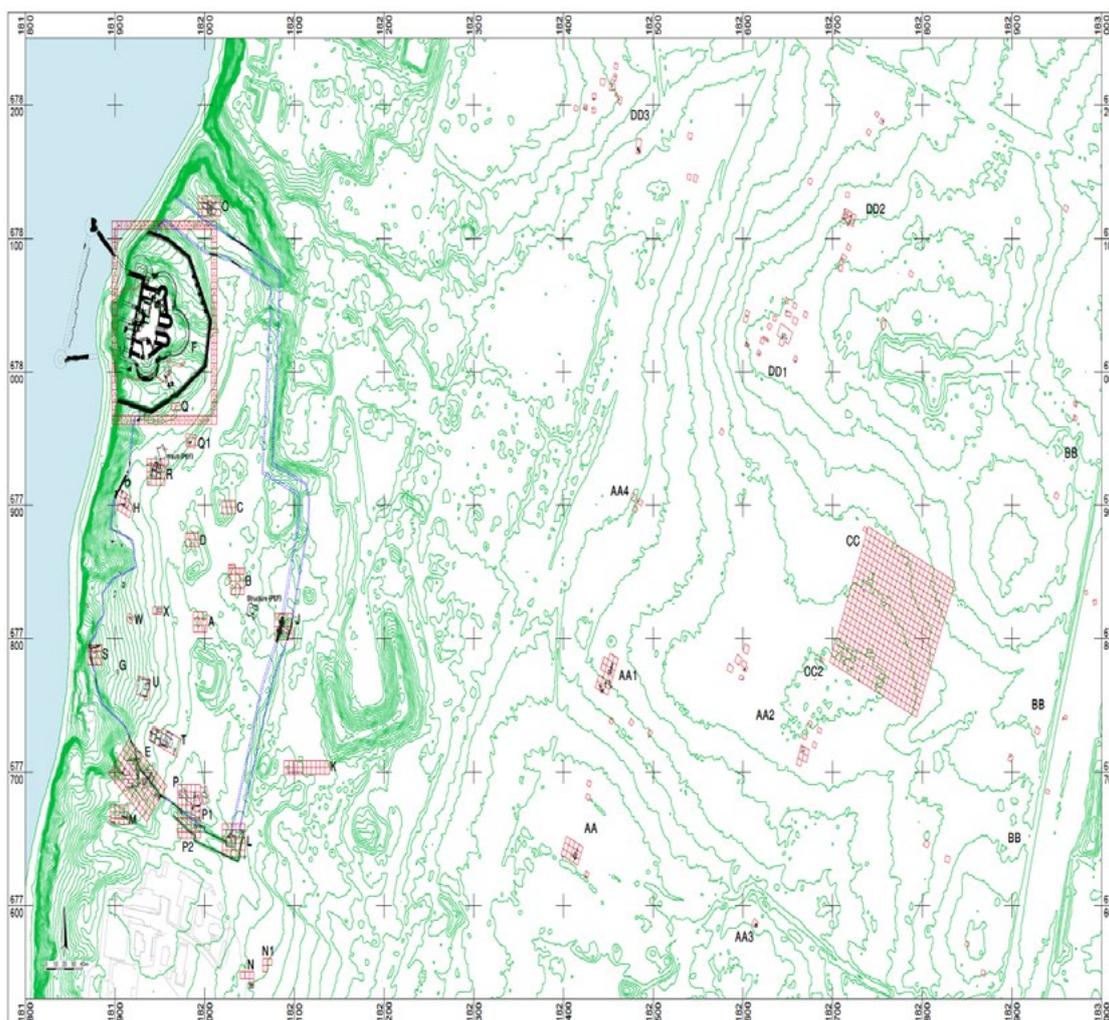


Fig. 1 – Planta de escavações de Apollonia-Arsuf, com indicativo da muralha da cidade medieval.
Fonte: Slava Pirsky, integrante do *TAU Apollonia-Arsuf Excavation Project*, sob coordenação de Oren Tal.

Em 1101 EC, o local foi conquistado pelos Cruzados. Em meados do século XII, a propriedade foi transferida a uma nobre família cruzada e o local se tornou o centro de um senhorio feudal. A construção do castelo no setor norte do sítio arqueológico começou em 1241 EC e, em 1261 EC, sua administração, a

cidade e o senhorio de Arsur (como era, então, conhecida no momento) foram transferidos aos Cavaleiros Hospitalários. Ao final de um cerco mameluco, por volta de 1265 EC, a vila e o castelo foram destruídos e nunca mais foram povoados (TEIXEIRA-BASTOS, 2016) (Fig. 1).

Sozousa: Apollonia Bizantina

O povoamento do período bizantino de Sozousa tem sido objeto de extensas e contínuas escavações e pesquisas modernas há algum tempo. Outrora um modesto assentamento costeiro, Apollonia-Arsuf se tornou o centro urbano da planície de Sharon ao sul (pelo menos em sua faixa costeira), do período persa ao período dos cruzados. O sítio arqueológico é mencionado em uma série de fontes clássicas do período romano²⁶¹, principalmente no que diz respeito às cidades costeiras da Judeia. Em fontes escritas do período bizantino, é registrado duas vezes na Cosmografia anônima de Ravenna em uma lista de centros urbanos de Iudaea-Palaestina²⁶², onde aparece depois de Cesareia e antes de Jope, e novamente entre Jope e Cesareia, em uma longa lista das cidades costeiras do Sinai e da Palestina²⁶³. Apolônia também aparece na lista detalhada de 25 cidades com esse nome compilada por Stephanus Byzantius, sob o número 13, “perto Jope” (STARK, 1852; CLERMONT-GANNEAU, 1896). Por outro lado, Apollonia não aparece nas primeiras listas eclesiásticas. Dois estudiosos, Stark e Clermont-Ganneau, do século XIX, presumiram que a razão para sua ausência é devida ao fato de que o nome de Apollonia foi mudado para Sozousa – uma mudança comum para cidades nomeadas após Apollo Sōter nos tempos bizantinos²⁶⁴. Textos posteriores e edições críticas de textos, que narram a captura persa-sassânida de Jerusalém, registram a morte do patriarca Modestus em uma cidade chamada Sozos: Sozousa em textos georgianos, e Arsuf em textos árabes²⁶⁵.

261 2.14.2 and 5.7.2, *Itineraria Romana*, ed. by SCHNETZ, II, 25, 90, e 133.

262 A Cosmografia de Ravenna foi compilada logo após 700 EC a partir de fontes anteriores que remontam ao início do período bizantino ou mesmo romano (ver SCHNETZ, 1942; DILKE, 1985, p. 174-76).

263 *Stephani Byzantii Ethnicorum quae supersunt*, ed. por Meineke, p. 106. É importante notar que no texto de *Stephanus Byzantius*, o nome Sozousa (s.v. no. 1, p. 596) também é mencionado (veja abaixo), provavelmente porque Stephanus usou fontes de diferentes períodos: um da época romana ao listar Apolônia, e uma segunda fonte da época bizantina ao mencionar Sozousa. Para Apollonia, veja também *Stephani Byzantii Ethnica*, I, 228-29.

264 *La prise de Jérusalem*, ed. GARITTE, p. 55; *Expugnatio Hierosolymae*, ed. GARITTE, 341, p. 38, 70; 348, p. 131.

265 *Acta conciliorum oecumenicorum*, III, ed. Schwartz, pp. 80, 188, and IV, ed. Schwartz, no. 1, p. 221.

samaritana que residia na cidade até a conquista islâmica, como é evidente a partir dos achados arqueológicos (PEETERS, 1923-1924)²⁶⁷. Arsuf também é mencionado em conexão com a campanha militar sassânida na região (SCHICK, 1995, p. 250; para as evidências arqueológicas cf. TAL; TAXEL, 2012; TAL; BIJOVSKY, 2017). Como não há evidências de destruição, pode-se assumir que a cidade se rendeu pacificamente aos seus conquistadores persa-sassânidas (FLUSIN, 1992). A *Acta Anastasii Persae* relata que a escolta transportando as relíquias do mártir cristão Anastácio, o Persa, de Cesareia para Jerusalém, em 631 EC, logo depois que os persas evacuaram a Palestina, marcharam via Sozousa. Isso indica que o nome Sozousa continuou a ser usado para Apollonia-Arsuf até a conquista islâmica (TEIXEIRA-BASTOS, 2014, 2015).

O assentamento do período bizantino foi objeto de pesquisas e escavações por muito tempo (ROLL; AYALON, 1989; ROLL, 1999; TAL, 2020), e a contribuição atual se concentra em uma das áreas de escavações dentro da cidade murada, designada Área P1 (Fig. 2). As escavações foram focadas nesta área por causa de sua proximidade com a muralha medieval (período das Cruzadas) da cidade; especialmente, em um ponto onde uma brecha de 21 m de comprimento pode ser vista (onde acreditamos que o exército mameluco tenha destruído as fortificações durante os combates em março de 1265 EC). Esta brecha delimita a área ao sul e o fosso das fortificações medievais pode ser visto logo abaixo (Fig. 3). Escavações anteriores, a oeste da Área P1 e arredores da Área P durante as temporadas de 2003, 2004 e 2006, desenterraram materiais relacionados à destruição Mameluca do sítio (1265 EC)²⁶⁸.

No âmbito das escavações na Área P1, descobrimos uma inscrição bilingue greco-samaritana (Fig. 4) (TAL, 2015). A seguir, forneceremos uma versão revi-

267 *La prise de Jerusalem*, ed. GARITTE, p. 4, 42; *Expugnatio Hierosolymae*, ed. GARITTE, 348, p. 75, 104; veja também SCHICK 1995, P. 20-25).

268 A principal descoberta da Área P foi uma formidável plataforma construída em estratos anteriores e datada do final do período das Cruzadas, supostamente servindo à artilharia cruzada; ver a este respeito TAL e ROLL, 2011, p. 37-38. Como o local da cidade medieval murada faz parte do Parque Nacional de Apolônia (desde 2001), originalmente, os arquitetos do parque planejaram uma ponte sobre a cidade medieval, cruzando o fosso das fortificações ao sul, no qual um caminho para deficientes físicos servirá de entrada para a cidade murada. Assim, escavações preliminares em ambos os lados do fosso (na Área P1 e Área P2) foram realizadas em 2012 no contexto das fundações desta ponte. Pode-se adicionar que o nível superior da Área P1 é caracterizado, principalmente, por superfícies de argamassa branca e espessa (para facilitar as ações dos Cruzados), em que muitas pontas de flechas do século XIII foram encontradas, semelhantes às desenterradas no castelo dos Cruzados, atestando a feroz luta com os mamelucos (veja ASHKENAZI, *et al.*, 2013). A área P2 não revelou nenhuma descoberta substancial, além do fosso e parede da fortificação externa (sul).

UMA SINAGOGA SAMARITANA DO PERÍODO BIZANTINO EM APOLLONIA-ARSUF?

sada e aumentada desta descoberta. Será seguida por um relato dos resultados da temporada de 2015 de escavações nesta área e sua contribuição para a reconstrução de uma suposta sinagoga samaritana do período bizantino. A inscrição foi encontrada em um pavimento mosaico de uma sala com paredes rebocadas (#6226), constituído por tesselas (*tesserae*)²⁶⁹ brancas médias e pequenas (1-1,5 cm em média) (Fig. 5). Dessa maneira, o mosaico e a inscrição que o adornavam estão parcialmente preservados.



Fig. 3 – Fotografia aérea da seção sul da cidade murada medieval de Apollonia-Arsuf (com indicação das fortificações da Área P).

Fonte: Pavel Shrago, integrante do *TAU Apollonia-Arsuf Excavation Project*, sob coordenação de Oren Tal.

Já o cômodo – provavelmente, um hall adornado em gesso – parece pertencer a uma estrutura cujo caráter ainda não é totalmente claro (Fig. 4). Possui uma forma trapezoidal, ca. 7,5 m × 6,5m, com três bases de leste a oeste, que foram provavelmente usadas para apoiar seu telhado. Uma abertura (ca. 2,7 m de largura) é visível na parte norte do cômodo; pode ter havido outra abertura na parte leste (cerca de 1,5 m de largura) do recinto. Um nicho semicircular

269 Tessela ou téssera, é uma peça, geralmente quadrangular ou cúbica, usada no revestimento de pavimentos, mosaicos ou marchetaria.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

rebocado com gesso (ca. 0,75 m de comprimento) é evidente na parte sul do cômodo. Dadas todas essas características, é tentador sugerir que o nicho escavado no lado sul do cômodo pode ter servido, em posterior reocupação, como um *mihrab* (um nicho semicircular na parede de uma mesquita que indica a direção do *qibla*)²⁷⁰. Embora a altura de suas paredes seja um tanto unificada (0,5 m), sua espessura é irregular (0,3-1,0 m). A razão para isso parece ser a reutilização de paredes anteriores (algumas são, provavelmente, contemporâneas ao pavimento mosaico), especialmente aquelas em sua parte sul, onde um cômodo rebocado com gesso (L6235) foi desenterrado, e cuja construção e gesso são semelhantes aos do hall trapezoidal da parte norte. Esses dois espaços, provavelmente, seriam parte da mesma edificação.



Fig. 4 – Apollonia-Arsuf, Área P1, F6226, voltada para sudoeste.

Fonte: Pavel Shrago, integrante do *TAU Apollonia-Arsuf Excavation Project*, sob coordenação de Oren Tal.

O mosaico foi descoberto na metade sul do hall com a inscrição próxima ao centro – isto é, retangular e com uma moldura dupla de tesselas pretas (as dimensões reconstruídas são de 1,3-1,4 m). Está alinhado em uma orientação leste-oeste, ou seja, a pessoa que lê ficaria voltada para o leste em direção ao Monte Gerizim. Central à única moldura preta assentada através de *guilloché*²⁷¹

270 Mirabe ou mirabi é um termo que designa um nicho em forma de abside numa mesquita. Tem como função indicar a direção da cidade de Meca, para a qual os muçulmanos se orientam quando realizam as cinco orações diárias (*qibla*).

271 *Guilloché* é uma técnica decorativa na qual um padrão muito preciso, intrincado e repetitivo é gravado mecanicamente em um material.

UMA SINAGOGA SAMARITANA DO PERÍODO BIZANTINO EM APOLLONIA-ARSUF?

está a própria inscrição, tricolor e parcialmente preservada, formada em preto, vermelho e branco (Figs. 5 e 6)²⁷². Parece que o painel retangular de moldura dupla com a inscrição no centro e o guilhoché envolvente foram circundados por um medalhão redondo, do qual apenas uma pequena parte sobreviveu no oeste. Nossas medições mostram que nem o preto da moldura dupla retangular nem as linhas da inscrição estão totalmente alinhados; portanto, não podemos excluir a possibilidade que partes do pavimento mosaico mudaram ligeiramente ao longo dos anos. Além disso, pequenas partes da inscrição foram extraídas do chão em períodos posteriores e, ao longo do tempo, foram cobertas por cal que se acumulou no chão (desvinculado do posterior reboco). No entanto, a própria inscrição foi encontrada quase completa.



Fig. 5 – A inscrição encontrada na foto Área P1 de Apollonia-Arsuf (à esquerda, após restauração) e seu desenho, detalhado (à direita).

Fonte: Slava Pirsky, integrante do TAU Apollonia-Arsuf Excavation Project, sob coordenação de Oren Tal.

As letras gregas foram feitas de tesselas vermelhas e as da inscrição samaritana feitas de tesselas pretas. Enquanto a inscrição grega é composta por cinco linhas (e uma linha adicional desigual com o sufixo da última palavra), o da inscrição samaritana tem uma única linha.

272 O motivo representado em torno da inscrição pode ser definido como um *guilhoché* sombreado de quatro fios em um fundo branco (ver, por exemplo, BALMELLE, 1985, pl. 73c). É mais familiar nos pavimentos de mosaico dos séculos V e VI EC na região (ver, por exemplo, OVADIAH e OVADIAH, 1987, p. 202, motivo B4).



Fig. 6 – Detalhe da inscrição de Apollonia-Arsuf, Área P1, após restauração da inscrição.

Fonte: Fotografia de Pavel Shrago, integrante do *TAU Apollonia-Arsuf Excavation Project*, sob coordenação de Oren Tal.

Com base na divisão das letras do grego e do samaritano, parece que o artesão que fez o trabalho na inscrição não era altamente qualificado e sua redação pode ter sido alterada (ou seja, expandida) enquanto o trabalho ainda estava em andamento. Como a preservação da inscrição é muito boa e, como observado, foi encontrada quase completa, fomos capazes de transcrever as letras da seguinte maneira:

EICΘEO ...
 COBOHΘ ...
 ΓΑΔΙΩΝΑΝ
 Κ/ΙΟΥΛΙΑΝΩ
 ΚΕΠΙACINTOICAΞ
 IOIC
 COY E6PE

Portanto, a versão transliterada e restaurada da inscrição pode ser lida da seguinte forma:

Εἷς θεὸς[ς μόνο-]
 ς ὁ βοηθ[ῶν]
 Γαδιωναν
 κ(αὶ) Ἰουλιανῶ
 κ(αὶ) πᾶσιν τοῖς ἄξ-
 ίοις
 פעלהבדה

Enquanto a tradução do grego é “Um único deus/que ajuda/Gadiona/e Iulianus/e todos os justos que merecem”, a do aramaico (em escrita samaritana) pode ser traduzido como “(feito de sua) posse nesse lugar”.

A combinação de nomes aramaicos e latinos como dedicadores é interessante. O nome Gadiona seria aparentemente a transcrição grega do nome semítico **gdynw*. Portanto, representaria uma forma de aramaico²⁷³, conhecida por ter sido usada entre judeus (e outros grupos étnicos), apesar de sua conotação teofórica (Ba'al Gad)²⁷⁴. Iulianus era um nome latino comum usado entre as diferentes populações bizantinas da Palestina. Assim, encontrar esses nomes em um contexto samaritano não é surpreendente²⁷⁵.

Quanto à parte aramaica, a terceira letra samaritana da direita pode ser lida como -gimmel- mas a raiz פגל não tem significado e não faria sentido. Já a segunda letra samaritana da esquerda pode ser lida como -resh- רה – “neste lugar” – e pode ser lido também como הרב – “seu filho”, mas isso parece menos provável dado o conteúdo grego da inscrição em que dois nomes privados estão

273 Da mesma forma que Sergonas para Sergius/Sergas. Em contextos do período bizantino -*gd*- significa sorte, daí que o nome pessoal Gadiona pode representar a manifestação de uma boa fortuna (sobre a etimologia do nome Gad, veja FRIEDHEIM, 2002, p. 117-26; MA'OZ, 2010a, 2010b).

274 Ver, por exemplo, ZADOK, 1987, p. 280, §2.1.10.4.1 e p. 300, §2.2.6.2 (com bases não gregas, semítico, iraniano e latino); ILAN, 2002–2012, I (Palestina 330 AEC – 200 EC), p. 366–67; 2012, II (Palestina 200–650 CE), p. 334; 2008, III (A Diáspora Ocidental 330 AEC–650 CE), p. 668; 2011, IV (A Diáspora Ocidental 330 AC – 650 EC), p. 341–42, para comparação.

275 Os dois (KAi em grego) são escritos de forma abreviada, o primeiro é aparentemente – K – com uma marca de abreviação na forma de um traço diagonal, e o segundo parece ter sido escrito como – Kε-, com um épsilon arredondado.

na forma dativa, assim como “*todos os justos*”. Visto que *p’lh* (הלעפ), de acordo com o nosso entendimento, é usado como um pronome possessivo (abreviado) neste contexto²⁷⁶, a tradução sugerida “(feito de sua) posse neste lugar” estaria relacionada ao edifício em que a inscrição foi colocada. Desta forma, ambas as partes da inscrição, o grego e o aramaico, não apenas interagem uns com os outros, mas também falta um verbo que descreva a ação do benfeitor – o que era, obviamente, claro para aqueles que leram a inscrição do edifício quando ainda estava em uso. O uso de *p’lh* como um pronome possessivo parece bastante comum, como pode ser visto, por exemplo, em uma inscrição em aramaico na sinagoga de Korazim²⁷⁷ e uma inscrição aramaica no pavimento mosaico da êxedra sinagoga em Eshtemoa²⁷⁸. Assim como em nossa inscrição, a inscrição da sinagoga em Eshtemoa parece exibir a forma singular de *p’lh* apesar dos benfeitores plurais²⁷⁹.

Em geral, as letras samaritanas, conforme aparecem na inscrição, não têm o alinhamento diagonal comum visto, por exemplo, em outras inscrições samaritanas em pavimentos de mosaico (veja abaixo), e pode implicar em um artesão inexperiente ou uma data anterior (segunda metade do século IV ou menos provavelmente o início do século V EC)²⁸⁰.

Está além do escopo deste capítulo repetir os argumentos anteriores sobre o uso da inscrição Εἰς θεοῦ μόνου como fórmula exclusiva samaritana. O que pode ser

276 Originalmente, a formulação *qutl*, que significa “posseção” em judeu aramaico + o sufixo possessivo da terceira pessoa do singular masculino -hé- (e – hé -, – waw -, – nun – para terceira pessoa do plural masculino) (cf. BEYER, 1984, p. 669).

277 A inscrição está gravada na base frontal de uma cadeira de pedra decorada. Diz-se:

הוגרדו / הוטס גדה דבעד / לאעמשי רב גדוי בטל ריכד

היקידצ בע קלוח הל / יהי הילעפמ

“Para a boa lembrança de Yodan Bar Ishmael que fez este pórtico (?) e escadas de sua posse, que possa ser compartilhado com seus justos” (cf. BEYER, 1984, p. 382-83; veja também NAVEH, 1978, p. 36-38, no. 17). Conforme os dados arqueológicos, a sinagoga é datada do século IV ou V EC (veja YEIVIN, 2000, p. 106), resumo em inglês 30* –31*.

278 Êxedra, em arquitetura, refere-se a um amplo átrio ou pórtico semicircular com assentos cobertos ou expostos ao ar livre, que serviam de local para reunião onde discussões dos antigos cientistas, filósofos, oradores e literatos se desenrolavam. A inscrição diz: [י]רט דה בהיד יונבו / אנהכ רזעל בטל ריכד – “Para a boa lembrança de Lezer, o sacerdote e seus filhos que deram um tremisis [um terço de um *solidus* de ouro] de sua posse” (cf. BEYER, 1984, p. 365; NAVEH, 1978, p. 114, no. 74). A sinagoga é datada do século III ou IV EC (YEIVIN, 2004).

279 Ainda assim, como nosso exemplo é abreviado, pode muito bem representar a forma plural deste pronome possessivo, ou seja, *p’lhwn*.

280 O motivo representado em torno da inscrição pode ser definido como um *guilhoché* sombreado de quatro fios em um fundo branco (ver, por exemplo, BALMELLE, 1985, pl. 73c). É mais familiar nos pavimentos mosaico dos séculos V e VI EC na região (ver, por exemplo, OVADIAH; OVADIAH, 1987, p. 202, motivo B4).

dito é que em uma série de artigos²⁸¹ intenrou-se demonstrar que essas inscrições são muito menos comuns do que a fórmula Εἰς θεός em outras inscrições palestinas²⁸², e que são encontrados em sítios arqueológicos romanos e bizantinos em Samaria e nos povoados onde as comunidades samaritanas são atestadas tanto pelos achados arqueológicos quanto pelas fontes escritas²⁸³.

A inscrição atual de Apollonia/Sozousa é única, pois não existem muitos exemplos de inscrições dedicatórias bilíngues greco-samaritanas²⁸⁴. As que conhecemos são normalmente de sinagogas (ou supostamente vindas de sinagogas). A mais antiga evidência que temos é a coluna capital, estilo Iônico, de Emaús-Nicópolis, encontrada em contexto secundário, no solo do corredor norte da igreja do período dos cruzados, com a inscrição Εἰς θεός de um lado, e (“seu nome é abençoado para sempre”) no lado oposto, dentro de uma *tabula ansata*²⁸⁵. Outro exemplo de inscrições em grego e samaritano é o pavimento em mosaico da sinagoga de Sha'alvim (Salbit); aqui, o grego e as inscrições samaritanas foram separados umas das outras, mas aparecem no mesmo pavimento mosaico (SUKENIK, 1949, p. 25–30; p. 29, XV; veja também; REICH, 1994; MAGEN, 2010). Enquanto a inscrição samaritana $\text{הוהי / כולמי / מלועל / דעו}$ (“o Senhor reinará para todo o sempre”; Êxodo 15:18) foi descoberta na seção central da parte norte do salão, em frente ao local onde o *bimah*²⁸⁶ e a Arca da Lei devem ter estado; as duas inscrições em grego foram encontradas no centro do salão (medalhão) e mais atrás dele. Um fenômeno semelhante de inscrições gregas e samaritanas separadas no mesmo pavimento mosaico também é conhecida na sinagoga samaritana em Tell Qasile (KAPLAN, 1978). Contudo, apenas um terço do edifício sobreviveu. A inscrição samaritana foi descoberta na seção cen-

281 ROLL e TAL, 2008; TAL, 2009; ver também SEG 59, no. 1704, em que minha interpretação da fórmula como samaritana é dada pelos editores; e mais especificamente (TAL, 2015).

282 Ver a este respeito (DI SEGNI, 1994, p. 100-101, nos. 16, 20a, Fórmula C na página 111). A estes podemos acrescentar (PATRICH, 1999, p. 97; PATRICH, 2001, p. 81, nota 17). Veja também SEG 49, no. 2054. Outra fórmula é conhecida de Raqit no Carmelo, onde é atribuída a uma sinagoga samaritana (DI SEGNI, 2004, p. 196–97); ver também SEG 55, no. 1731).

283 Também pode ser acrescentado que acredito ter levantado dúvidas convincentes contra as tentativas de atribuí-los a outros grupos de fés monoteístas. (Contra PETERSON, 1926, esp. Pp. 196, 256; e, também, CIIP, II: Caesarea and the Middle Coast 1121--2160, BERLIN, 2011, no. 1342).

284 É claro que existem muitos amuletos bilíngues, mas eles estão além do escopo deste capítulo.

285 Conforme publicado por (CLERMONT-GANNEAU, 1882); e mais recentemente por (BARAG, 2009, p. 311-14) para sua história de pesquisa e revisão, datando do século V ao VI EC.

286 *Bema* ou, em contextos judaicos, *bimah*: uma plataforma elevada, um estrado; também “palco” em hebraico moderno.

tral do corredor sul²⁸⁷, enquanto as duas inscrições em grego foram encontradas perto da entrada²⁸⁸. Neste contexto, a inscrição samaritana da sala adjacente à sinagoga de Beth-She'an/Scythopolis deve ser mencionada (ZORI, 1967). Naveh (1981) demonstrou, no entanto, que o texto desta inscrição neste medalhão, apesar de ter sido escrito na forma samaritana, é, na verdade, expressão da língua grega (היררהק / התוב / ירפא / ננעיהק – D'us ajude Efrai [m] e Anan) (ZORI, 1967).

Com essas comparações em mente, voltamos a campo no verão de 2015 com o objetivo de encontrar o restante da sinagoga no local em que desenterramos a inscrição em 2014. Estendemos a área de escavações ao norte e oeste, e a extensão total da Área P1 é agora de cerca de 18 m × 15 m, enquanto a extensão de 2015 incluiu cerca de cinco (4 m × 4 m) novas quadrículas. A preservação geral dos vestígios arqueológicos remanescentes nessa área era relativamente pobre, já que as três quadrículas mais ao norte e as três mais ao leste foram escavadas logo abaixo de uma área que foi ocupada até 2001 por uma fábrica das Indústrias Militares de Israel. Essas quadrículas estavam localizadas logo abaixo da entrada da fábrica, debaixo de um transformador elétrico e uma cerca. Como tal, essas quadrículas foram encontradas perturbadas e sem quaisquer vestígios arqueológicos seguros na elevação que alcançamos. Ainda, nas outras partes das novas quadrículas recém abertas, foram encontrados, principalmente, pisos de gesso (e fundações de piso) que serviam originalmente para instalações rebocadas com gesso (por exemplo, F6271, F6306), delimitadas por paredes fragmentadas (por exemplo, W6329, W6335, veja Fig. 2, acima), datados do período islâmico inicial.

287 Diz: ריקד ריכת/הנסקרפ/רקד ריכת/מיסכמ – Maximus / ona é / será lembrado por ter doado / homenageado. Proxena / Priscianus é / será lembrado por ela / ele doou / é homenageado; após a tradução de A. Yardeni no CIIP, III (Costa Sul 2161-2648), no. 2168. A data das inscrições descobertas no edifício no mesmo pavimento em mosaico é incoerente. Por um lado, os editores aparentemente aceitaram a datação posterior do escavador e, conseqüentemente, dataram uma das duas inscrições gregas entre os séculos VI-VII EC (no. 2167 [por J. J. Price]), enquanto, por outro, a inscrição grega foi deixada sem data (no. 2166 [por W. Eck]). Ainda, A. Yardeni datou a inscrição samaritana no século V EC (no. 2168). Em qualquer caso, a decoração do pavimento mosaico concorda mais com a datação anterior. Uma datação anterior também é apoiada pelas descobertas que vieram das fundações da sinagoga (ver TAL e TAXEL, 2015, Apêndice I.3, p. 209–213).

288 Curiosamente, a cor das letras samaritanas em todos os pavimentos mosaico que exibem inscrições samaritanas e gregas é normalmente preta (ou cinza escuro), enquanto os pavimentos das letras gregas são normalmente vermelhos.



Fig. 7 – Apollonia-Arsuf, Área P1. (1) Parede 6332, voltada para o leste. (2) Quina da Parede 6221 (topo) com uma seta marcando o ponto assumido e Parede 6332 (centro), panorama sul do sítio arqueológico.

Fonte: Pavel Shrago, integrante do *TAU Apollonia-Arsuf Excavation Project*, sob coordenação de Oren Tal.

Entre os vestígios que desenterramos estava uma parede (W6332) construída na orientação norte-sul, descoberta na parte central da área que inauguramos em 2015, cerca de 5,5 m ao norte da inscrição do mosaico (Fig. 7). Foi encontrada localizada em alinhamento com a inscrição e perpendicular a outra parede (W6221), construída em uma orientação leste-oeste. Ambas as paredes foram construídas usando uma técnica de construção semelhante, especialmente em seus cursos inferiores. Silhares e pedras lavradas das dunas fossilizadas locais foram colocadas em cursos nivelados e consolidados com pedras do campo e argamassa lamacenta. A profundidade das fundações dessas paredes (W6332, W6221) e sua preservada elevação podem sugerir que os cursos inferiores serviriam às paredes leste e sul do salão cujo piso serviu à inscrição do mosaico. Pode-se acrescentar que as pedras dos cursos inferiores do canto entre essas paredes estavam faltando, como é atestado por uma trincheira (Fig. 7, p. 2). Ainda assim, é claro que a parte superior dessas paredes pertencem a construções posteriores e que a natureza fragmentada da área nos impede de compreender seu uso posterior.

A sinagoga samaritana de Apollonia-Arsuf/Sozousa

Portanto, os cursos inferiores das paredes W6332 e W6221, assim como os restos do piso mosaico com sua inscrição e suas paredes, nos permitem sugerir que todas essas características fazem parte do salão principal de uma sinagoga samaritana, cuja orientação leste-oeste voltava-se para o Monte Gerizim (Fig. 8). Esta

suposta sinagoga pode ser adicionada à lista das sinagogas samaritanas fora de Samaria, conforme mencionado acima (ou seja, Tell Qasile [Museu Eretz Israel], Sha ‘Alvim, Beth-She’an / Scythopolis e Raqit)²⁸⁹. O alinhamento da inscrição em direção ao Monte Gerizim apoia tal conclusão.

A data de construção desta suposta sinagoga pode ser atribuída entre o século IV e V EC. Esta datação é baseada nos primeiros fragmentos de cerâmica e vasos de vidro recuperados em camadas abaixo das paredes na área (excluindo alguns achados anteriores isolados). Como essas camadas foram descobertas perturbadas e a parte sul do sítio arqueológico (conforme escavado nas áreas E-norte, K, L, M, N, N1, P, P1, P2, U e T, consulte a Fig. 1) não mostra evidências de uma ocupação anterior ao século IV EC²⁹⁰, concluímos que as atividades do edifício samaritano se situaram nesse período, apoiados pela paleografia das letras samaritanas da inscrição. Além disso, as primeiras moedas descobertas na área e seus arredores próximos (Área P) são datadas do século III e IV EC. Outro argumento é o estilo do mosaico (sombreado, *guilhoché* de quatro fios) e a paleografia das letras gregas que apoiam totalmente a datação proposta para a ocupação.

O edifício foi destruído (ou abandonado) em algum momento no final do período bizantino ou no início do período islâmico. As paredes estucadas e o piso do corredor (#6226) foram provavelmente construídos no século VII ou VIII EC. Esta datação é baseada nos achados recuperados em relação à sua construção. Eles nos fornecem um *terminus ante quem* para o momento em que a suposta construção da sinagoga deixou de ser usada, ou seja, qualquer data entre o século IV e VII EC. É tentador sugerir que a sinagoga foi destruída no contexto da promulgação da lei de Justiniano (ca. 527-531 EC) proibindo reuniões samaritanas de qualquer tipo, como sugeri em outra publicação em relação a outra área que temos escavado no sítio arqueológico (TAL, 2009, 2020; TAL; TAXEL; TEIXEIRA-BASTOS, 2020)²⁹¹. O incentivo de Justiniano para destruir as sinagogas samaritanas (*Samaritarum synagogae destruuntur*)²⁹² pode ter sido

289 Visite <http://synagogues.kinneret.ac.il/excavated-synagogues/synagogues-interactive-map/> (para Samaria veja também MAGEN, 2008, p. 117–80).

290 Veja a este respeito (TAL e BIJOVSKY, 2017, p. 155–56). Uma exceção é a Área E-sul, em que uma mansão do período romano inicial estava sozinha no local na época (ver TAL e ROLL, 2018, p. 313-14).

291 Na Área O, parte norte do sítio, um lagar intencionalmente cheio de lixo datado de meados do século VI EC foi escavado e encontramos uma inscrição dedicatória samaritana escrita em grego em seu piso.

292 *Codex Iustianus* (ed. KRUEGER) 1.15.17; ver também (RABELLO, 1991; DI SEGNI, 2002).

UMA SINAGOGA SAMARITANA DO PERÍODO BIZANTINO EM APOLLONIA-ARSUF?

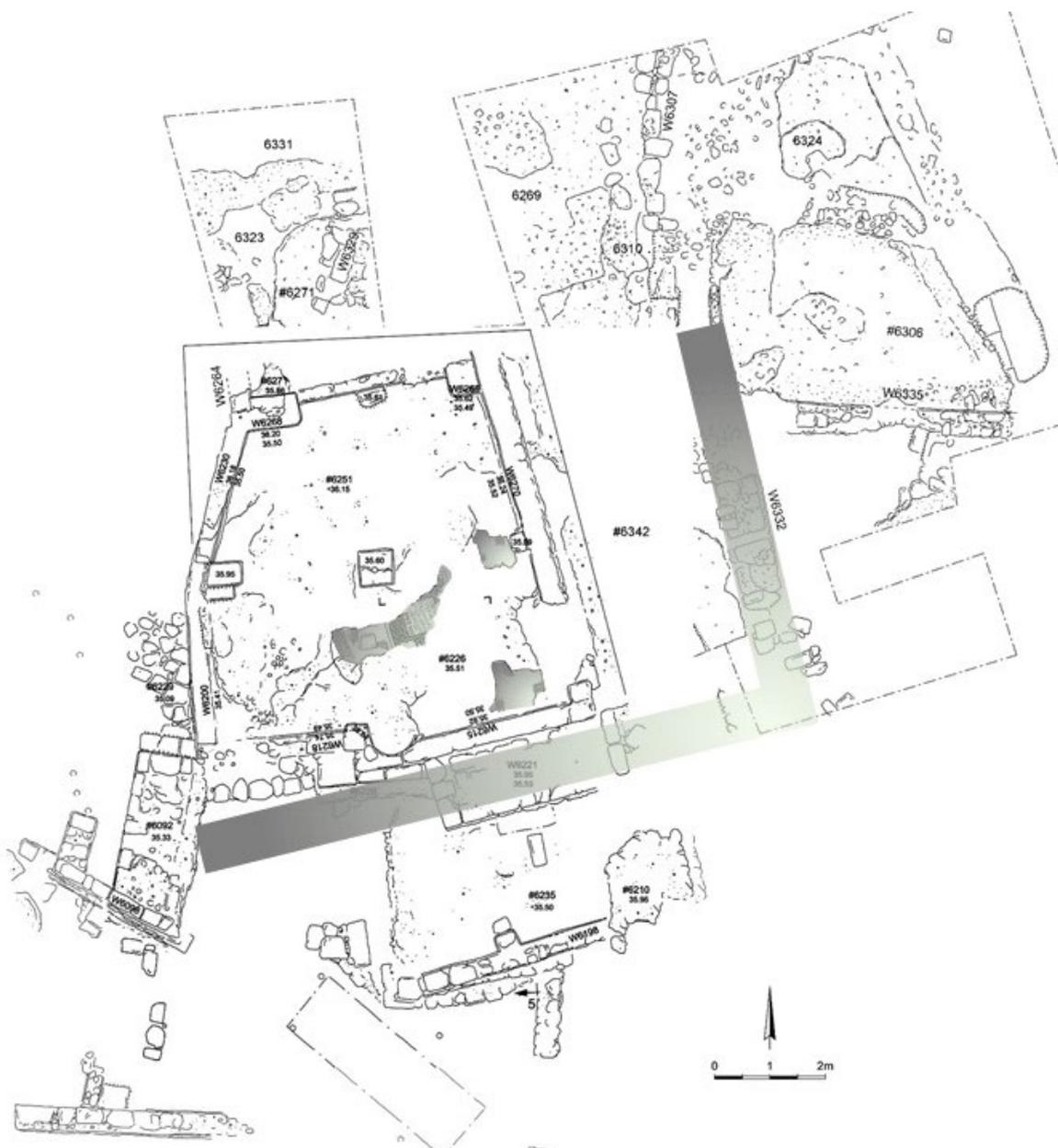


Fig. 8 – Apollonia-Arsuf, planta da Área P1, com indicação de vestígios arquitetônicos do período bizantino.
Fonte: Slava Pirsky, integrante do *TAU Apollonia-Arsuf Excavation Project*, sob coordenação de Oren Tal.

o cenário histórico para a destruição desta sinagoga. Infelizmente, não temos nenhuma evidência arqueológica para apoiar tal hipótese.

Ainda assim, deve-se ter em mente que as escavações foram limitadas e a área está bastante perturbada devido às ocupações do período bizantino e o início do período islâmico. Se nossa identificação acima do nicho semicircular rebocado no corredor (#6226) como um *mihrab* está de fato correta, a sugestão é plausível e temos aqui um local de culto anterior, ou seja, uma suposta sinagoga samaritana, que foi transformada em outro lugar de culto, ou seja, uma mesquita, imediatamente após a sinagoga sair de uso ou após um hiato no qual o edifício estava vazio.

Referências

Fontes Primárias

CODEX IUSTINIANUS. Berlin: Corpus Iuris Civilis, vol. 2. Itineraria Romana, L. Schnetz, ed. 1940. Cosmography of Ravenna. In: *Ravennatis Anonymi Cosmographia et Guidonis Geographica*. Leipzig: Friderici Nicolai, vol. II.

YARNOLD, E. S. J. (ed.) *Catecheses*. In: Cyril of Jerusalem. London and New York: Routledge. 2000.

GARITTE, G. (ed.) *Expugnationis Hierosolymae A.D. 614, Corpus Scriptorum Christianorum Orientalium 341, Scriptores Arabici 27*. Louvain: Secretariat du Corpus SCO. 1953.

GARITTE, G. (ed.) *Expugnationis Hierosolymae A.D. 614, Corpus Scriptorum Christianorum Orientalium 348, Scriptores Arabici 29*. Louvain: Secretariat du Corpus SCO, 1974.

FLAVIUS JOSEPHUS. *Jewish Antiquities*. Books XII-XII. Traduzido por R. Marcus. Cambridge: Harvard University Press, vol. V, LCL 365, 1980.

GARITTE, G. (ed.) *La prise de Jerusalem par les Perses en 614. Corpus Scriptorum Christianorum Orientalium 203, Scriptores Iberici 12*. Louvain: Secretariat du Corpus SCO, 1960.

HOUSE, C. Life of George of Choziba. Vita Sancti Georgii Chozibitae auctora Antonino Chozibita. *Analecta Bollandiana* 7, 1888, pp. 95-144.

PLÍNIO, O VELHO. *Plini Secundi Naturalis Historiae*. Editado por Mayhoff, C. Leipzig: Teubner, vol. I. 1906.

PTOLOMEU. *Claudii Ptolemaei Geographia*. Edited by Muller, C. (revised Edited by Fischer, C. T.). Paris: A. Firmin-Didot [n.p.], vol. II, 1901.

SEG. *Supplementum Epigraphicum Graecum*. Leiden: Brill, 1923.

SOZOMEN. *Ecclesiastical History*. The Ecclesiastical History of Sozomen, Comprising a History of the Church from A.D. 323 to A.D. 425. Translated by Hartranft, C. D. Buffalo: Christian Literature Publishing Co, 1890.

BILLERBECK, M. (ed.) *Stephani Byzantii Ethnica*. Berlin and New York: W. de Gruyter, vol. I, 2006.

MEINEKE, A. (ed.) *Stephani Byzantii Ethnicorum Quae Supersunt*. Berlin: G. Reimer, 1849.

Fontes Secundárias

ASHKENAZI, Dana, GOLAN, Oz; TAL, Oren. An Archaeometallurgical Study of 13th-Century Arrowheads and Bolts from the Crusader Castle of Arsuf/Arsur. *Archaeometry* 55, 2013, pp. 235-57.

BALMELLE, Catherine (ed.) Le décor géométrique de la mosaïque romaine. In: *Répertoire Graphique et Descriptif des Compositions Linéaires et Isotropes*. Paris: Piccard, vol. 1, 1985.

BARAG, Dan. Samaritan Writing and Writings. In: Hannah M. COTTON, Robert G. HOYLAND, Jonathan J. PRICE e David J. WASSERSTEIN (eds.) *From Hellenism to Islam: Cultural and Linguistic Change in the Roman Near East*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, pp. 303-23.

BEYER, Klaus. *Die aramäischen Texte vom Toten Meer: samt den Inschriften aus Palästina, dem Testament Levis aus der Kairoer Genisa, der Fastenrolle und den alten talmudischen Zitaten*.

UMA SINAGOGA SAMARITANA DO PERÍODO BIZANTINO EM APOLLONIA-ARSUF?

Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht. 1984.

BIRNBAUM, Rachel; OVADIAH, Asher. A Greek Inscription from the Early Byzantine Church at Apollonia. *IEJ* 40, 1990, pp. 182-91.

CLERMONT-GANNEAU, Charles. Note II, Expedition to Amwas (Emmaus-Nicopolis). Palestine Exploration Fund, *Quarterly Statement* 14: 1882, pp. 24-33.

CLERMONT-GANNEAU, Charles. *Archaeological Researches in Palestine during the Years 1873-1874*. London: Palestine Exploration Fund, vol. 2, 1896.

DILKE, O. A.W. *Greek and Roman Maps*. London: Thames and Hudson, 1985.

DI SEGNI, Leah. עִיָּה וְעִיָּה in Palestinian Inscriptions. *SCI* 13, 1994, pp. 94-115.

DI SEGNI, Leah. Samaritan Revolts in Byzantine Palestine. In: Ephraim STERN e Hanan ESHEL (eds.) *The Samaritans*. Jerusalem: Yad Ben-Zvi Press, (In Hebrew), 2002, pp. 467-80.

DI SEGNI, Leah. Two Greek Inscriptions at Horvat Raqit. In: Shimon DAR (ed.) Raqit: Marinus' Estate on the Carmel, Israel. BAR International Series 1300; Oxford: Archaeopress, pp. 2004, pp. 196-98.

FLUSIN, Bernard (ed.) *Saint Anastase le Perse et l'histoire de la Palestine au debut du VII^e siècle*. Paris: Éd. du CNRS, 1992.

FRIEDHEIM, Emmanuel. The Names "Gad", "Gadda" and "Gadya" among Palestinians and Babylonian Sages, and the Rabbinic Struggle against Pagan Influences. In: Aaron DEMSKY (ed.) *These Are the Names: Studies in Jewish Onomastics*. Ramat-Gan: Bar Ilan University Press, vol. 3, (In Hebrew, English summary p. 147), 2002, pp. 117-26

ILAN, Tal. *Lexicon of Jewish Names in Late Antiquity, part I-IV*. Texte und Studien zum antiken Judentum 91, 126, 141, 146. Tübingen: Mohr Siebeck, 2002-2012.

KAPLAN, Haya. A Samaritan Church on the Premises of 'Museum Haaretz'. *Qadmoniot* 42-43, (In Hebrew), 1978, pp. 78-80.

LEVY-RUBIN, Milka. *The Continuatio of the Samaritan Chronicle of Abū L-Fath Al-Sāmīrī Al-Danafī*. Studies in Late Antiquity and Early Islam 10. Princeton: Darwin Press, 2002.

MAGEN, Yitzhak. *The Samaritans and the Good Samaritan*. Judea & Samaria Publications 7. Jerusalem: Staff Officer of Archaeology—Civil Administration of Judea and Samaria, 2008.

MAGEN, Yitzhak. *The Good Samaritan Museum*. Judea & Samaria Publications 12. Jerusalem: Staff Officer of Archaeology—Civil Administration of Judea and Samaria, 2010.

MA'OZ, Zvi Uri. Baniyas and Baal-Gad "below Mt Hermon" (Josh 11:17). *Transeuphratène* 39, 2010a, pp. 113-19.

MA'OZ, Zvi Uri. *Interpretatio Graeca: The Case of Gad and Tyché*. Qazrin: Archaostyle, 2010b.

NAVEH, Joseph. *On Stone and Mosaic: The Aramaic and Hebrew Inscriptions from Ancient Synagogues*. Jerusalem: Karta/Israel Exploration Society, (In Hebrew), 1978.

NAVEH, Joseph. A Greek Dedication in Samaritan Letters. *IEJ* 31, 1981, pp. 220-22.

OVADIAH, Ruth; OVADIAH, Asher. *Hellenistic, Roman and Early Byzantine Mosaic Pavements in Israel*. Rome: «L'Erma» di Bretschneider, 1987.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

PATRICH, Joseph. The Warehouse Complex and Governor's Palace (Areas KK, CC, and NN, May 1993–December 1995). In: Kenneth G. HOLM, Avner RABAN e Joseph PATRICH (eds.) *Caesarea Papers*. JRA Supplement Series 35; Portsmouth: Journal of Roman Archaeology, vol. 2, 1999, pp. 70-108.

PATRICH, Joseph. Urban Space in Caesarea Maritima, Israel. In: Thomas S. BURNS e John W. EADIE (eds.) *Urban Centers and Rural Contexts in Late Antiquity*. Michigan: East Lansing, 2001, pp. 77-110.

PEETERS, Paul. *La Prise de Jerusalem par les Perses*. Melanges de l'Universite Saint Joseph de Beyrouth 9, 1923–1924, pp. 1-42.

PETERSON, Erik. *Epigraphische, Formgeschichtliche und Religionsgeschichtliche Untersuchungen*. Göttingen: Vandenhoeck und Rupprecht, 1926.

RABELLO, Mordechai Alfredo. The Samaritans in Justinian's Code I, 5. In: Avraham TAL e Moshe FLORENTIN (eds.) *Proceedings of the First International Congress of the Société d'Études Samaritaines*, Tel Aviv, April 11--13, 1988. Tel Aviv: Chaim Rosenberg School of Jewish Studies, Tel Aviv University, 1991. pp. 139-46.

REICH, Ronny. The Plan of the Samaritan Synagogue at Sha'alvim. *IEJ* 44, 1994, pp. 228-33.

ROLL, Israel. Introduction: History of the Site, Its Research and Excavations. In: Israel ROLL e Oren TAL (eds.) *Apollonia-Arsuf: Final Report of the Excavations*, vol. I: The Persian and Hellenistic Periods (with Appendices on the Chalcolithic and Iron Age II Remains). Monograph Series of the Institute of Archaeology 16; Tel Aviv: Emery and Clair Yass Publications in Archaeology, 1999, pp. 1-62.

ROLL, Israel; AYALON, Etan. *Apollonia and Southern Sharon: Model of a Coastal City and Its Hinterland*. Tel Aviv: HaKibbutz HaMeuchad. (In Hebrew), 1989.

ROLL, Israel; TAL, Oren. A New Greek Inscription from Byzantine Apollonia-Arsuf/Sozousa: A Reassessment of the Q^{A} and Q^{B} Inscriptions of Palestine. *SCI* 28, 2008, pp. 139-47.

SCHICK, Robert. *The Christian Communities of Palestine from Byzantine to Islamic Rule: A Historical and Archaeological Study*. Studies in Late Antiquity and Early Islam 2. Princeton: Darwin Press, 1995.

SCHNETZ, Joseph. Untersuchungen über die Quellen der Cosmographie des anonymen Geographen von Ravenna, Sitzungsberichte der Bayerischen Akademie der Wissenschaften, *Philosophisch-Historische Abteilung* 6, 1942, pp. 1-87.

STARK, Karl Bernhard. *Gaza und die Philistäische Küste*. Jena: F. Mauke, 1852.

SUKENIK, Eliezer L. The Samaritan Synagogue at Salbit, Preliminary Report. *Bulletin of the L. M. Rabinowitz Fund for the Exploration of Ancient Synagogues* 3, 1949, pp. 25-30.

TAL, Oren. A Winepress at Apollonia-Arsuf: More Evidence on the Samaritan Presence in Roman-Byzantine Southern Sharon. *Liber Annuus* 59, 2009, pp. 319-42.

TAL, Oren. A Bilingual Greek-Samaritan Inscription from Apollonia-Arsuf/Sozousa: Yet More Evidence of the Use of Q^{A} and Q^{B} Formula Inscriptions among the Samaritans. *ZPE* 194, 2015, pp. 169-75.

TAL, Oren. *Apollonia-Arsuf: Final Report of the Excavations*. Volume II: Excavations outside the Medieval Town Walls. Monograph Series of the Institute of Archaeology 38. Tel Aviv/University

UMA SINAGOGA SAMARITANA DO PERÍODO BIZANTINO EM APOLLONIA-ARSUF?

Park: Penn State University Press, 2020.

TAL, Oren; Bijovsky, Gabriella. A Hoard of Fourth-Fifth Century CE Copper Coins from Sozousa. *INR* 12, 2017, pp. 147-58.

TAL, Oren; ROLL, Israel. Arsuf: The Site, Settlement and Crusader Castle, and the Material Manifestation of Their Destruction. In: Oren TAL (ed.) *The Last Supper at Apollonia: The Final Days of the Crusader Castle in Herzliya*. Edited by Tel Aviv: Eretz Israel Museum, 2011, pp. 8-51.

TAL, Oren; ROLL, Israel. The Roman Villa at Apollonia (Israel). In: Guy P. R. MÉTRAUX e Annalisa MARZANO (eds.) *The Roman Villa in the Mediterranean Basin*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. pp. 308-16.

TAL, Oren; TAXEL, Itamar. Socio-Political and Economic Aspects of Refuse Disposal in Late Byzantine and Early Islamic Palestine. In: Roger MATTHEWS e John CURTIS (eds.) *Proceedings of the 7th International Congress on the Archaeology of the Ancient Near East*, 12-16 April 2010, com a colaboração de Michael Seymour, Alexandra Fletcher, Alison Gascoigne, Claudia Glatz, St John Simpson, Helen Taylor, Jonathan Tubb and Rupert Chapman. Wiesbaden: Otto Harrassowitz GmbH & Co, 2012. pp. 497-518.

TAL, Oren; TAXEL, Itamar. *Samaritan Cemeteries and Tombs in the Central Coastal Plain: Archaeology and History of the Samaritan Settlement outside Samaria (ca. 300-700 CE)*. *Agypten und Altes Testament* 82. Munster: Ugarit Verlag, 2015.

TAL, O.; TAXEL, I. ; TEIXEIRA-BASTOS, M. Lamps. In: Oren Tal. (Org.). *Apollonia-Arsuf: Final Report of the Excavations Volume II: Excavations Outside the Medieval Town Walls*. 1ed. Pennsylvania: Eisenbrauns (Penn State University Press), 2020, v. 2, p. 152-193.

TEIXEIRA-BASTOS, Marcio. A indústria da luz na Palestina romana: produção, consumo e distribuição de lucernas de disco. *REVISTA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA*, v. 18, p. 99-108, 2014.

TEIXEIRA-BASTOS, Marcio. Arqueologia e ritual: lugares de devoção na Palestina romana. *ROMANITAS – REVISTA DE ESTUDOS GRECOLATINOS*, p. 39, 2015.

TEIXEIRA-BASTOS, Marcio. Espaços sagrados na Palestina romana: arqueologia, imperialismo e a multiplicidade ritual no Oriente Médio. *TOPOI (ONLINE): REVISTA DE HISTORIA*, v. 17, p. 339-345, 2016.

YEIVIN, Ze'ev. *The Synagogue at Korazim: The 1962-1964, 1980-1987 Excavations*. IAA Reports 10. Jerusalem: Israel Antiquities Authority, 2000.

YEIVIN, Ze'ev. The Synagogue at Eshtemo'a in Light of the 1969 Excavations. *'Atiqot* 48: 59-98, (In Hebrew, English summary), 2004. pp. 155-58.

ZADOK, Ran. Zur Struktur der nachbiblischen jüdischen Personennamen semitischen Ursprungs. *Trumah* 1: 1987, pp. 243-343.

ZORI, Nehemiah. The Ancient Synagogue at Beth-Shean. *Eretz-Israel* 8, (In Hebrew, English summary p. 73), 1967, pp. 149-67.



EGITTO

A CULTURA MATERIAL E O *POST MORTEM*: OS SHABTIS COMO UM ESTUDO DE CASO DESMENTINDO A DITA “DEMOCRATIZAÇÃO” DE PRÁTICAS FUNERÁRIAS EGÍPCIAS ANTIGAS

Cintia A. Gama-Rolland
Musée des Confluences,
Lyon

A origem do termo “democratização” no discurso da egiptologia remonta ao início do século XX; H. Willems o situa muito precisamente em 1909, quando A. H. Gardiner publica seu estudo sobre o poema de Ipuer (WILLEMS, 2008, p. 133). Mas seria A. Moret (1922, p. 331-360) e, logo após, H. Kees (1920), muito provavelmente influenciados pelas ideias correntes no início do século XX, que teriam formalizado o uso dessa palavra e seu emprego com um olhar tanto positivo quanto negativo, dependendo da visão política dos autores (WILLEMS, 2008, p. 133-139).

Originalmente, esse vocábulo foi introduzido num contexto mais amplo do estudo da história política do final do Antigo Império e do Primeiro Período Intermediário. J. H. Bresasted, seguido por A. H. Gardiner, tinha começado a tratar os textos funerários associados a uma ideia de exclusividade real, evoluindo para uma difusão em direção ao povo com os *Textos dos caixões* (HAYS, 2011, p. 116-117). O primeiro nunca usou o termo “democratização”; tratava simplesmente da “popularização dos costumes mortuários das classes altas e popularização do antigo Além real” (BREASTED, 1970, p. 256). Por outro lado, A. H. Gardiner utiliza o termo duas vezes ao tratar de religião, três anos depois, em 1915 (HAYS, 2011, p. 116-117).

Mesmo que os termos “democratização” ou “demotização” ainda sejam em-

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

pregados atualmente, em diversos domínios da egiptologia, estes são mal utilizados, pois nunca houve, na sociedade egípcia antiga, um sistema político e administrativo em que a camada dirigente fosse controlada pela população (WILLEMS, 2008, p. 131).

A despeito desse erro etimológico básico, a egiptologia continua a empregar essa palavra. Entretanto, atualmente, esse termo é usado para definir uma proliferação e não um sistema político, definindo a extensão de certos possíveis privilégios reservados aos reis a toda a população, sobretudo no que diz respeito aos textos e práticas funerárias no Egito. Essa palavra, atualmente, está menos “na moda”, mas se mantém como um jargão egiptológico anacrônico.

Na tentativa de aliviar a associação ao modo de governo democrático, alguns egiptólogos empregam o termo “demotização” (ASSMANN, 1990, p. 114, 118 e 119 e ASSMANN, 1999, p. 74).

Sublinhemos que os termos “democratização” ou “demotização” são usados, pelos especialistas, para tratar da difusão dos textos e crenças funerárias partindo da esfera real para a esfera popular, principalmente no que concerne à migração dos *Textos das Pirâmides* (Fig. 1) para os *Textos dos caixões*. Essas palavras referem-se a uma ideia de exclusividade real em oposição aos costumes populares, como se, após um enfraquecimento do poder real, ocorrido no Primeiro Período Intermediário, os particulares tivessem tomado certas prerrogativas antes apenas da realeza.

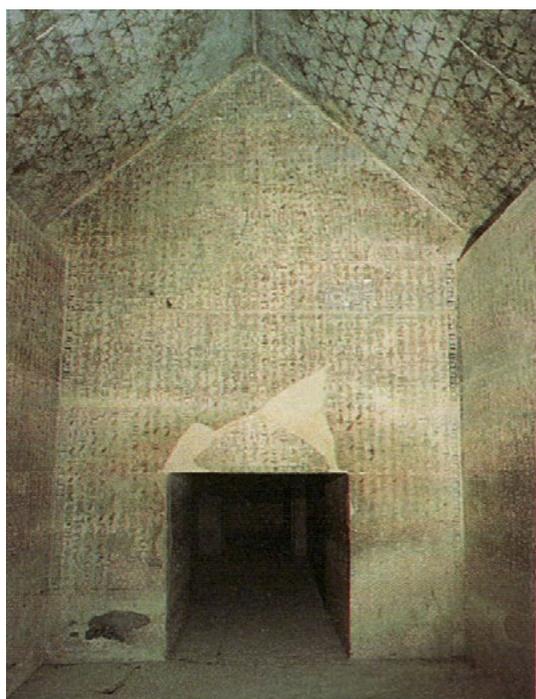


Fig. 1 – Textos das Pirâmides, Unas. Acervo Pessoal – Cintia Gama-Rolland, 2022.

H. Willems demonstra muito bem que essa propagação tanto tratada pelos egiptólogos é quase inexistente, pois os textos do Médio Império nunca foram acessíveis a todos. Nas palavras do referido autor, “dispor dos *Textos dos sarcófagos*, no Médio Império, seria tão raro quanto, nos dias de hoje, possuir um Rolls Royce” (WILLEMS, 2008, p. 171-172). Assim, quaisquer que sejam os termos empregados – “democratização”, “demotização” ou, ainda, “proliferação” –, todos são inapropriados, como veremos mais detalhadamente no decorrer deste capítulo.

Além disso, no que concernem os textos funerários e sua suposta “democratização” ou “demotização” para os períodos em que os textos ditos reais estão presentes com os particulares, isto é, durante o Médio Império, dispomos apenas da documentação dos particulares e não dos reis. Então, não se pode saber se o rei ainda utilizaria esses textos ou não. Se a hipótese de abandono dos textos funerários pelo rei e uso de uma nova literatura funerária pelos particulares evocada por S. Quirke (1992, p. 155-156) se mostrasse correta, não teria havido o uso de uma prerrogativa real pelo povo, mas, sim, um abandono dos textos por parte dos reis.

Como afirma B. Mathieu, “se julgarmos pelo número de TP [*Textos das Pirâmides*] que passaram quase que tais quais para o corpus dos TS [*Textos dos sarcófagos*], constata-se que a atribuição a simples particulares de conceitos funerários supostamente reservados ao rei não teria representado nenhuma dificuldade para os egípcios” (2013, p. 256). Pode-se notar que os mesmos textos são usados por particulares e pela realeza.

Aqueles que pregam a “democratização” utilizam a ideia de que haveria uma interdição de acesso ao povo no Além de acordo com certas passagens dos *Textos das Pirâmides* (TP 373, TP 463-464, TP 724, TP 667A, TP 716B, TP 665D, TP 361), mas O. I. Pavlova mostrou que esses textos devem ser interpretados não num contexto social ou político, mas moral e teológico (1999, p. 91-104), em que os excluídos seriam os impuros, aqueles que não seriam justificados ou glorificados.

S. Quirke mostra igualmente que o uso de uma prerrogativa real pelos particulares pode também testemunhar a força da realeza, que autorizaria uma camada social ou certas pessoas da sociedade a fazerem parte de um círculo mais

limitado²⁹³, em torno do rei. Para esse autor, não teria sido o povo quem teria tomado as prerrogativas reais acerca do post mortem, mas o rei quem teria se imiscuído no pós-vida de seus súditos e, mais precisamente, num círculo privilegiado próximo ao poder (QUIRKE, 1992, p. 158). A possibilidade de utilizar os textos funerários reais seria, então, não a consequência do enfraquecimento do poder real, como foi afirmado no que concerne ao Primeiro Período Intermediário, mas uma afirmação desse poder para as camadas próximas ao rei, sob a forma de privilégios concedidos aos seus sujeitos mais próximos.

A nosso ver, o que foi constatado com os textos funerários, isto é, um pertencimento à camada mais alta da sociedade, ao menos no Médio Império, de acordo com H. Willems, também é observado nos artefatos de contexto funerário e, dentre eles os *shabtis*²⁹⁴.

O uso dos *shabtis* apresenta dados ainda mais significativos para contradizer a suposta proliferação a partir de costumes reais ou a chamada “demotização”, pois é no domínio dos particulares que os servidores funerários são primeiramente empregados, e não pela realeza. Assim, não teria sido o Além real que teria influenciado ou se expandido para outros círculos sociais, mas os conceitos de post mortem dos particulares que teriam ganhado um lugar privilegiado no Além real, exatamente o contrário do que se subentende por “democratização”.

Entretanto, quando tratamos de particulares, de qual grupo social estamos falando? A extensão dessa palavra é vasta e nós devemos tentar determinar de qual camada social estamos tratando, a fim de compreender de que nível social a introdução dos conceitos associados à vida quotidiana, que geraram o uso dos *shabtis*, teria emanado. Nós evocaremos, assim, a organização social no Novo Império para determinar quais membros da sociedade egípcia possuíam artefatos funerários, mais precisamente *shabtis*, para que, na sequência, possamos

293 Ver, por exemplo: os *Textos das Pirâmides*, utilizados nas tumbas das rainhas, assim como os textos cosmográficos nas tumbas dos altos funcionários durante o reinado de Hatshepsut e Thutmés III, e o uso dos textos reais pelo arquivista Khay, o terceiro sacerdote de Amon Tjanefer e por uma mulhar chamada Anhay, todos do período ramessida.

294 Atestadas desde o Médio Império até o Período Ptolomaico, as estatuetas funerárias egípcias chamadas pelos seus proprietários originais de *shabtis*, *shawabtis* ou, a partir da XXI dinastia, *ushabtis*, podem ser consideradas como um dos artefatos mais comuns dentre os deixados pelos egípcios antigos, sobretudo no contexto funerário. Essas estatuetas portam um texto conhecido como capítulo VI do *Livro dos mortos*, em que se expõe a necessidade de trabalho nos campos osiríacos. Dentre as funções que lhes são atribuídas, destacamos a necessidade de servir de substituto ao morto na realização das tarefas agrícolas que lhes são incumbidas, essencialmente relacionadas com os trabalhos necessários para a sua alimentação e a corveia devida aos deuses, conservando magicamente a integridade corporal do morto.

A CULTURA MATERIAL E O POST MORTEM FARAÔNICO DO NOVO IMPÉRIO

cruzar todas as informações para tratar de uma eventual “demotização/democratização” dos servidores funerários. Nosso intuito, aqui, será determinar se podemos ou não empregar ideias associadas à “democratização” ou “demotização” do Além para esse artefato funerário preciso e, em que medida a cultura material corrobora ou não os documentos escritos.

A sociedade egípcia se representa verticalmente, pois o indivíduo encontra a definição de sua posição social com relação ao soberano, seu superior, de um lado, e seus inferiores socialmente de outro, como é documentado por meio de cenas conhecidas como sendo da vida cotidiana nas sepulturas dos particulares. Tal definição de sociedade pressupõe um caráter burocrático com ênfase na posição do indivíduo na hierarquia do estado e de sua carreira (POOLE, 1996, p. 121).

A distinção social não se fazia por classe, mas por função/trabalho, grupos e instituições às quais as pessoas poderiam pertencer, com os indivíduos se situando em relação a seus superiores ou inferiores no trabalho (POOLE, 1996, p. 121). Essa hierarquia é observável no *Onomasticon d'Amenhotep* (GARDINER, 1974, p. 13) que apresenta uma lista de tipos de pessoas de acordo com suas ocupações. Ela começa pelo “deus” e termina com os “escravos”²⁹⁵ e mostra que o lugar de uma pessoa na sociedade se determina de acordo com sua atividade.

Os grupos sociais se definem em relação ao seu papel no processo produtivo, formando “corpos sociais” (POOLE, 1996, p. 123), que possuem suas maneiras de se representar e organizar para diferenciar-se dos outros. Assim, pode-se distinguir uma elite, pessoas que têm um status social médio e outros mais desmunidos, tudo isso de maneira simplificada, pois os estratos desta sociedade são muito mais complexos do que esses três mencionados. No domínio funerário, esta divisão é visível, e pode-se notar claramente uma diferença entre o equipamento funerário dos mais ricos e dos que possuíam menos posses; às vezes, diversos níveis sociais são perceptíveis num mesmo sítio arqueológico como em Qau e Badari (GOULDING, 2013, p. 4-5), para citarmos apenas dois exemplos.

No Novo Império, as sepulturas dotadas de uma câmara decorada, com mumificação, sarcófago e equipamento funerário, eram a prerrogativa de uma parte da sociedade que contava com o soberano, os membros da administração e o

295 A definição da palavra “escravo” para os egípcios antigos foi muito debatida e não há um consenso sobre esse termo. Nós o empregamos, aqui, por ser o mais difundido na bibliografia e o termo utilizado por A. H. Gardiner, mas sublinhamos os problemas interpretativos associados a essa palavra. Entenda-se aqui não no sentido estrito de escravidão, mas como o nível social mais baixo da sociedade egípcia.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

clero, assim como algumas categorias especiais de subordinados, como os trabalhadores de Deir el-Medina (Fig. 2), que integramos na alta esfera da sociedade egípcia. Assim, é nesse tipo de culturas que os *shabtis* são encontrados no Novo Império (POOLE, 1996, p. 99).



Fig. 2 – Deir el Medina, vista do alto da necrópole. Acervo Pessoal – Cintia Gama-Rolland, 2022.

De acordo com H. D. Schneider, “a partir dos nomes e títulos nos *shabtis*, aprendemos que apenas os mais privilegiados na terra, os donos de terras e pessoas, seriam os proprietários de *shabtis* no Além. *Shabtis* para os pobres nunca existiram” (SCHNEIDER, 1977, p. 9). Não é fácil verificar a afirmação de H. D. Schneider, entretanto, é fato que a existência ou a presença de *shabtis* é um indicador social, mostrando ao mesmo tempo uma relação entre o proprietário e os servos, o que denota uma desigualdade social (POOLE, 1996, p. 95). Infelizmente, a verificação do que afirma H. D. Schneider, fundada nos nomes e títulos, é praticamente impossível, pois diversas estatuetas não portam nenhum dos dois, ou possuem somente os nomes.

De acordo com o que explica F. Poole, a premissa de H. D. Schneider partiria de uma definição criada por ele mesmo de que os *shabtis* estariam intimamente asso-

A CULTURA MATERIAL E O POST MORTEM FARAÔNICO DO NOVO IMPÉRIO

ciados ao pessoal que serviria o morto enquanto este estava vivo, isto é, aqueles que possuem *shabtis* são os que tiveram servos em vida (POOLE, 1996, p. 95-96). O que podemos deduzir desta afirmação é que o uso dos *shabtis* no *post mortem* teria uma relação com as forças de trabalho durante a vida e, conseqüentemente, essa relação está associada ao princípio de desigualdade social (POOLE, 1996, p. 121) entre os que trabalham e os que fazem outros realizarem trabalhos em seu lugar.

Mesmo se a premissa de H. D. Schneider é verdadeira em determinado momento da história dos *shabtis* – mais precisamente do Médio Império até o final do Novo Império –, não é unicamente pelos títulos que podemos chegar a essa conclusão. Assim, é interessante voltarmos-nos para a arqueologia para verificar esses dados, principalmente para as novas pesquisas consagradas à sociedade egípcia, tal como o trabalho de J. Richards (2005). Por outro lado, devem ser tratadas de maneira separada as sepulturas da XVIII, XIX e XX dinastias, pois uma mudança é visível no equipamento funerário durante o Novo Império.

Começemos pela XVIII dinastia, momento em que o uso dos *shabtis* para os particulares parece ainda restrito. O uso dos *shabtis* parece ter sido inexistente em Amarna, pois nenhuma estatueta foi encontrada durante as escavações do cemitério Sul (KEMP *et al*, 2013, p. 64-78; KEMP, 2008, 2009, 2010, 2012, 2013), aquele da população em geral que não pertencia à elite amarniana²⁹⁶. Não foram apenas os *shabtis* que não foram encontrados, mas também objetos funerários em geral, pois as escavações das tumbas que não haviam sido atacadas pelos saqueadores mostram a ausência completa de equipamento funerário (KEMP *et al*, 2013, p. 68). Mesmo se essa necrópole nos traz diversas informações e é muito bem escavada, para verificar se o uso dos *shabtis* está associado a questões sociais ou econômicas é preferível nos voltarmos para outras necrópoles, menos sujeitas a questões religiosas.

Para as tumbas de Qau, Badari, Matmar e Gurob da XVIII dinastia, a falta de *shabtis* é marcante: apenas doze estatuetas foram encontradas, dentre as 614 tumbas de Gurob (GOULDING, 2013, p. 27). K. Wada mostra que, em Gurob, o uso dos *shabtis* era restrito e que esses artefatos eram mais numerosos nas tumbas saqueadas (23 para as tumbas saqueadas e seis para as tumbas intactas). Para esse autor, a existência de objetos produzidos especificamente para o uso

296 Do que foi publicado desse cemitério, 222 tumbas foram escavadas até o momento, contendo, ao todo, 274 esqueletos.

sepulcral, como os servidores funerários e os vasos canopos, seria um dos indicadores de nível social nas sepulturas (WADA, 2007, p. 360); os menos abastados usariam menos artefatos com objetivos funerários específicos.

De acordo com K. Wada, na necrópole de Haragah, atribuída a uma classe social com poucos meios, o uso de *shabtis* era extremamente raro, concernindo somente uma sepultura a cada 45 (WADA, 2007, p. 374-75). Outros cemitérios modestos do Novo Império, como o de Fadrus (GRAJETZKI, 2007, p. 73-76), na Núbia, com suas 680 sepulturas, ou a necrópole de Amara, não revelaram servidores funerários, sendo que, nessas necrópoles, todos os artefatos especificamente funerários são bastante raros. Para Aniba e Amara West, na Núbia, os *shabtis* parecem também ter sido associados aos níveis mais altos da sociedade (GOULDING, 2013, p. 3).

Até o reinado de Thutmés III, os *shabtis* são documentados principalmente na necrópole tebana e na de Ábidos. Durante o reinado de Thutmés III e Amenhotep III (Fig. 3), grandes necrópoles de oficiais, sacerdotes e militares se estabelecem em Saqqarah, Aniva, Soleb e Sedment (PODVIN, 1999, p. 58), em que os *shabtis* são encontrados com certa frequência. Sublinhemos que o uso dos servidores funerários ainda não é corrente, mas que, a partir do reino de Amenhotep III, esses artefatos aparecem episodicamente nas tumbas mais bem equipadas (PODVIN, 1999, p. 578).



Fig. 3– Shabti de Amenhotep III, XVIII dinastia. CAIRO JE 37372 SR 4/2631/0. Acervo Pessoal – Cintia Gama-Rolland, 2013.

A CULTURA MATERIAL E O POST MORTEM FARAÔNICO DO NOVO IMPÉRIO

Nas necrópoles chamadas de A, B, C e D de Sedment, nas zonas mais abastadas, pode-se observar uma clara diferença concernindo o uso dos *shabtis* em comparação com as zonas de enterramentos dos mais desmunidos. Para cinquenta sepulturas das zonas A-D, 45 contam com *shabtis*, sendo apenas duas para todo o resto do cemitério (WADA, 2007, p. 371). Observa-se, então, claramente que os *shabtis* estão associados a um grupo correspondente aos níveis altos ou intermediários da sociedade. Esses dados indicam mais uma vez que os servidores funerários não parecem ter pertencido aos hábitos funerários das camadas mais baixas da sociedade.

Tudo isso é confirmado pelas pesquisas de S. T. Smith (1992, p. 199-200) que mostram que os enterramentos dos mais pobres das XVII e XVIII dinastias geralmente não se beneficiavam de *shabtis*. Nessa época, mesmo que algumas sepulturas mais ricas possuíssem *shabtis*, muitos indivíduos de alto nível social não os utilizavam, o que sublinha o fato de que estas estatuetas ainda não eram tidas como essenciais para o pós-vida. Nesse momento, os objetos pessoais ainda são predominantes (SMITH, 1992, p. 105-209), o que não será mais o caso a partir do período Ramessida, em que se pode perceber uma especialização do equipamento funerário, o que concerne especificamente aos *shabtis* e acompanha a grande redução do número de objetos de uso cotidiano nas sepulturas.

De acordo com F. Poole no seu vasto estudo sobre os *shabtis* do Novo Império, as estatuetas da necrópole tebana, principalmente da XVIII dinastia, pertenciam às pessoas de nível social mais elevado, o clero, a administração e suas famílias (POOLE, 1996, p. 104), mas, mesmo dentro dessa categoria social, os *shabtis* não estão sistematicamente presentes. Levando em conta o trabalho de S. T. Smith, percebe-se que os *shabtis* eram secundários, e que apenas aqueles que possuíam os meios de comprar ao menos um caixão investiam nesse tipo de estatueta (isso para a XVIII dinastia).

De acordo com o estudo de J.-L. Podvin, que trata das tumbas intactas (ou quase) do Novo Império, apenas as seguintes possuíam *shabtis*: Amenhotep criança (1 *shabti*), de Tama e uma pessoa desconhecida (1), de Hatiay (1), Youya (18), tumba G70 de Ábidos (7), Aperel (2), Kha (1), Sennefer (2), tumba n° 1371 de Deir el-Medina (1), Sennedjem (diversos). Ao todo, dez sepulturas de um total de 42 intactas revelaram *shabtis*.

Assim, diversas tumbas do Novo Império, encontradas intactas ou muito

pouco saqueadas, ricamente ornadas de equipamento funerário e pertencentes a membros da elite, não continham *shabtis* (POOLE, 1996, p. 99; PODVIN, 1999, p. 193-340) – por exemplo, a sepultura da família de Senmut e a da Mahirper (SMITH, 1992, p. 200, 223 e 225-227). Isso pode indicar que a presença de *shabtis* não era ainda sistemática no equipamento funerário da elite no Novo Império e, mais precisamente, no início da XVIII dinastia.

Se os *shabtis* eram utilizados pela alta esfera da sociedade egípcia, mas ainda não de maneira sistemática, parece que os servidores funerários ainda não eram considerados como essenciais para o bom desenrolar do *post mortem*. Da mesma maneira que o texto dos *shabtis* nos *Textos dos caixões* aparece num contexto da elite (WILLEMS, 2014, p. 206), seu uso parece ser a representação de uma elite, mais do que uma cultura popular que passou por uma “democratização”. Dentro desse nível social, os *shabtis* se diferenciam de acordo com diversos critérios: quantidade, iconografia, tipologia dos textos, materiais, técnica e qualidade artística.

Quanto mais alto o nível social, maior a quantidade de *shabtis*. Os reis contam com tropas ainda mais cheias do que os particulares, que já possuíam números elevados (mais do que cinco estatuetas) durante a época amarniana – com os exemplos de Tuya e Yuya, altíssimos dignitários que tinham relação direta com o rei. Após a época amarniana, a relação entre a quantidade de artefatos e o status social torna-se mais complexa (POOLE, 1996, p. 125), pois a multiplicação dos *shabtis* se constata em diversos níveis sociais.

De acordo com F. Poole – quem estabeleceu uma lista de sepulturas com e sem *shabtis* do Novo Império e analisou a posição social associada aos *shabtis* (1996, p. 100-105) –, observou-se que as estatuetas funerárias mais simples chamadas de *poor shabtis* não pertenciam às classes mais modestas, mas parecem estar ligadas a uma espécie de nível social intermediário, o que confirma a hipótese de que os menos providos dessa sociedade, tais como os agricultores, não possuíam *shabtis* em seu equipamento funerário, ou sequer possuíam equipamento funerário.

Algumas hipóteses foram levantadas por esse autor para explicar a falta de *shabtis* nas camadas inferiores da sociedade egípcia do Novo Império: razão econômica (falta de meios para adquiri-los), razão ideológica (apenas algumas camadas sociais teriam o direito de ter substitutos no além) e a razão levantada por H. D. Schneider (1977, p. 46 e 288): ideológica com um viés econômico (apenas os que possuíam servos em vida teriam condições para tê-los após a morte).

A CULTURA MATERIAL E O POST MORTEM FARAÔNICO DO NOVO IMPÉRIO

A hipótese de H. D. Schneider também não nos parece convincente, pois a quantidade de *shabtis* não exprime uma relação entre os servos em vida e os servos *post mortem*. Além disso, o uso de *shabtis* começou com uma elite nomarcal e teria sido mais lógico se seguíssemos a hipótese desse autor de que os *shabtis* tivessem pertencido prioritariamente aos reis, que teriam maior legitimidade no que concerne ao uso dos serviços de outras pessoas.

Para F. Poole, teria sido uma complexa combinação de razões ideológicas conectadas a padrões sociais e razões econômicas que teria determinado o uso dos *shabtis*. Sugerimos, assim, o emprego dos *shabtis* seguindo o seguinte modelo: a utilização parece ter começado nos níveis sociais mais altos, no Médio Império, sendo seguido logo após pelo rei e sua família, na XVIII dinastia, para se expandir, em seguida, nos estratos medianos dessa sociedade, no período Ramessida, sem chegar às camadas mais baixas. É apenas a partir do III Período Intermediário que essas estatuetas funerárias parecem se descolar para um uso dos grupos sociais menos abastados. Sublinhemos aqui que a presença e uso dos *shabtis* parece não ter sido homogênea nem obrigatória no equipamento funerário, o que mostra que o lugar exato dessas estatuetas no mundo *post mortem* ainda não estava claramente estabelecida, ao menos até o final do Novo Império.

Uma mudança começa a ocorrer no período Ramessida, momento de transformação do equipamento funerário, em que os reis veem uma uniformização de seus *shabtis* (Fig. 4) e o nível mediano dessa sociedade começa a ter acesso a esse objeto especificamente funerário, abrindo o caminho para uma maior difusão deste a partir do III Período Intermediário.



Fig. 4 – Shabti do período Ramessida, Sethy I, XIX dinastia, BM LONDRES BM EA 37579. Acervo Pessoal – Cintia Gama-Rolland, 2011.

Podemos supor também que, se os *shabtis* não aparecem em todas as tumbas e, principalmente, naquelas dos níveis mais baixos da sociedade, nada impediria o uso dessas estatuetas durante os rituais funerários. Como é suposto por K. M. Cooney para os artefatos funerários dos mais desmunidos, os objetos poderiam ter sido compartilhados e empregados unicamente durante os rituais, sem se manter de maneira permanente na sepultura (COONEY, 2007, p. 278-279).

Desta maneira o encantamento dos *Textos dos caixões* 472 teria servido como um texto ritualístico, destinado a ser lido sobre as estatuetas de madeira, tal como está escrito na rubrica do encantamento: “Fórmula para recitar sobre a imagem de um proprietário que pertence à terra, feita em tamaris (e) ziziohus (e) colocada na tumba do glorificado” (CARRIER, 2004, p. 1142; FAULKNER, 1973, p. 106). Esse ritual se desenrolaria durante o funeral e as estatuetas não seriam depositadas na sepultura. Assim, a existência desse ritual poderia, ao menos, garantir a execução do trabalho no Além pelo *shabti* e, para aqueles que tivessem os meios necessários para um equipamento funerário completo, o *shabti* ficaria na sepultura.

Mesmo que essa asserção seja uma hipótese difícil de ser verificada, sabe-se que, em certa medida, o desejo de “sobreviver” nos *post mortem* era compartilhado por todos, e adaptações ligadas às possibilidades econômicas de cada camada social são bastante verossímeis (COONEY, 2007, p. 278).

Não devemos esquecer que um enterramento é caro. Por esta razão, devemos levar em conta que o que subsiste como vestígios funerários egípcios representam as camadas mais poderosas e ricas dessa sociedade, pois os níveis mais modestos tendem a deixar menos registros de artefatos funerários. Por outro lado, da mesma maneira que os *Textos das Pirâmides* e os *Textos dos caixões* eram, de acordo com H. Willems, reservados a uma pequena parte da sociedade (WILLEMS, 2014, p. 215), os *shabtis* também tiveram um uso restrito a um grupo social. Isso não quer dizer que teria havido uma interdição na utilização pelos outros níveis sociais, mas uma restrição devida a questões práticas, tais como a falta de meios para adquiri-los, ou ainda uma natureza sociocultural, isto é, certas ideias religiosas tendo sido, talvez, menos difundidas do que outras em certos segmentos da sociedade (WILLEMS, 2014, p. 215).

Sublinhemos também que, de acordo com K. M. Cooney, o uso de equipamentos funerários complexos representa um dos métodos de manutenção do

A CULTURA MATERIAL E O POST MORTEM FARAÔNICO DO NOVO IMPÉRIO

status quo numa sociedade complexa, com desigualdades sociais. O domínio funerário era uma das maneiras de transpor o status quo desse mundo no outro (COONEY, 2007, p. 281). Assim, os *shabtis* são representantes de um conceito associado ao Além que, talvez, não fizesse parte da esperança de *post mortem* dos grupos mais desmunidos da sociedade.

Entretanto, não podemos perder de vista que as hipóteses enunciadas acima precisam ser verificadas, o que deve ser feito por um estudo aprofundado das necrópoles consideradas como populares, para compreender a sociedade egípcia em todos os seus níveis, nesse mundo e no pós-vida, pois o Além egípcio antigo é representado, em uma de suas versões, como uma imagem da sociedade dos vivos e todos os mortos devem encontrar seu lugar nesta sociedade do *post mortem*.

Após essa explicação dos níveis sociais associados ao uso dos *shabtis*, tratemos da “democratização”: esse processo teria verdadeiramente existido? Atualmente, fortes argumentos vão contra essa teoria, e os *shabtis* fazem parte desses contra-argumentos. A crítica a essa teoria não data de hoje, mas de meados dos anos 1990 (HAYS, 2001, p. 115).

De acordo com H. Willems, se aplicarmos o termo “democratização” para a egiptologia, ele deve estar afastado de toda referência a um sistema político. Essa palavra poderia, então, ser empregada para definir “uma maneira de proliferação dos privilégios originalmente reservados ao rei [que] tornam-se acessíveis a segmentos da população cada vez mais amplos, de maneira que, finalmente, mesmo as camadas inferiores da sociedade o dotem” (WILLEMS, 2008, p. 132). S. Quirke trata, por sua vez, que a origem do termo “democratização” “é usualmente dito associado com a degeneração da realeza com a separação no final do 3º milênio AEC” (QUIRKE, 1992, p. 155).

De acordo com essas definições bastante claras, constatamos que o que fundamenta esse discurso é a difusão de atributos de uma camada superior para camadas inferiores devido ao enfraquecimento do poder da camada superior, mais precisamente, do rei. Entretanto, os atributos restritos ao rei, assim como a difusão de cima para baixo não correspondem, de maneira alguma à história dos *shabtis*, e a utilização desse artefato pelo rei não está associada a um enfraquecimento ou perda do poder, mas, ao contrário, à unificação e ao retorno de um rei forte, com Ahmés I. Vale ressaltar, aqui, que o uso dos *shabtis* inicia-se no I

Período Intermediário com os particulares mais abastados e que esse artefato funerário adentra tardiamente o equipamento funerário real, apenas com Ahmés I (British Museum, EA 32191) no Novo Império²⁹⁷.

Além disso, se a ideia de “democratização” é estabelecida sob o postulado de que o rei tinha prerrogativas restritas à sua pessoa e a seu poder no Além, o fato de que os particulares também tenham tido direito a essas fórmulas de glorificação e a outros textos supostamente reais torna impossível essa teoria, o que significa, na verdade, que todos teriam as mesmas aspirações para a vida após a morte, desde o Antigo Império e o Primeiro Período Intermediário (SMITH, 2009, p. 2-8; HAYS, 2011, p. 124-125). Uma difusão de cima para baixo não é, portanto, verificável e essa teoria de difusão é atualmente refutada (HAYS, 2011, p. 115). Sublinhemos que nos dias de hoje, após os trabalhos de B. Mathieu, a separação entre os *Textos das Pirâmides* e os *Textos dos caixões* parece muito irreal. Além do mais, a ausência de textos do tipo dos das pirâmides nas tumbas dos particulares do Antigo Império não significa que aqueles não teriam direito a um pós-vida, pois o ritual estaria presente (MATHIEU, 1999, p. 20; MATHIEU, 2013, p. 257).

Voltemos, assim aos *shabtis*: se levarmos em conta o nível social daqueles que usaram os *shabtis*, desde seu aparecimento até o final do Novo Império, percebemos que uma “demotização” é ainda menos possível, pois as camadas mais modestas da população não figuram como grupos possuidores desse artefato funerário, além do fato dessas estatuetas não terem se originado em contexto real. Como tratar de uma “democratização” se o objeto é restrito a um nível social indo do médio aos mais altos da sociedade?

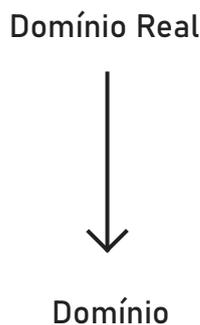
Por outro lado, tanto o uso quanto os textos que fazem referência ao trabalho no post mortem não começaram a ser empregados na esfera real, mas com a elite, corroborando o uso do artefato associado a esse texto. Essas estatuetas

297 Sabemos que estes *shabtis* – que chamaremos de reais em oposição aos *shabtis* privados –, usados por todos os outros membros da sociedade egípcia, são encontrados a partir do Novo Império, inicialmente em pequena quantidade: um *shabti* por rei, havendo um início de multiplicação de estatuetas a partir da rainha Hatshepsut – que possui cinco estatuetas – até o rei Amenhotep II, proprietário de ao menos 103 servidores funerários, sendo que faraós como Tutankhamon possuem 417 figurinhas e Sethi I, ao menos 378. Com uma produção variada tanto na forma quanto no material, estas estatuetas podem ser anepigráficas ou inscritas, normalmente com o capítulo VI do *Livro dos Mortos*, um texto sumário com os nomes e títulos reais ou, ainda, com textos inéditos tais como a fórmula de Amenhotep III ou os textos dos servidores funerários em madeira de Tutankhamon. Podem também ser considerados como simples servidores do rei ou como representações do rei em si, com instrumentos agrícolas, símbolos ou sinais característicos do poder real.

A CULTURA MATERIAL E O POST MORTEM FARAÔNICO DO NOVO IMPÉRIO

começaram a ser utilizadas pela alta esfera da sociedade para depois chegarem ao domínio real e, por fim, aos níveis medianos. Assim, podemos notar que o modelo tradicional vertical de “demotização” ou “democratização” não é observável para esse artefato funerário, mas que um modelo de multi-influências deve ser adotado; um modelo circular (Fig. 5) em que podemos notar que o domínio dos particulares influencia o domínio real e vice-versa.

Modelo Tradicional (demotização)



Modelo de multi-influências (circular)

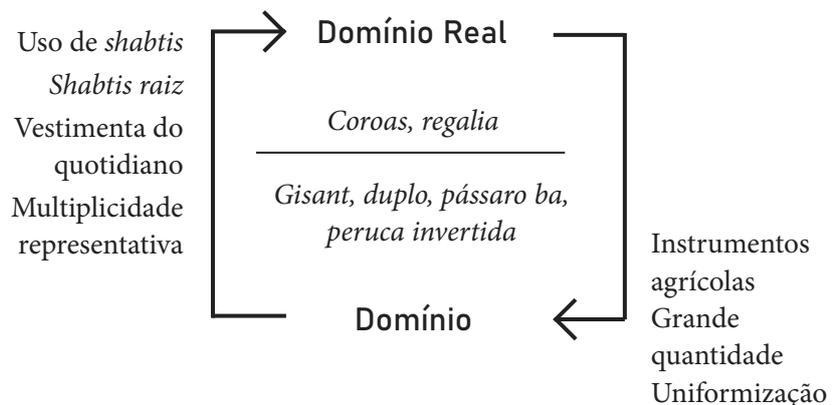


Fig. 5 – Esquema dos modelos de análise dos costumes funerários egípcios antigos.
Fonte: Cintia Gama-Rolland, 2021.

De acordo com S. J. Seidlmayer (2001, p. 205-252), a cultura funerária egípcia não pode ser concebida como socialmente segmentada, mas as inovações religiosas parecem emergir de círculos elitistas, para apenas depois serem levadas em conta pelo resto da sociedade, sem tratar, aqui, de “democratização” e de usurpação da prerrogativa real. Ele observa que esse segmento social apresenta um grande interesse em fornecer ao morto elementos emblemáticos da cultura da elite (SEIDLMEYER, 2001, p. 231-240), tais como os *shabtis*, representações de servos.

H. Willems (2015, p. 224) observa que, no domínio funerário, coexistem dois universos, cujas fronteiras são vagas: um pertence à elite e outro é popular, o que mostra que os universos funerários não estão separados entre reis e particulares, uma vez que a elite apresenta costumes funerários mais próximos dos reais. A esfera popular não estava, evidentemente, sem religião, mas operaria de maneira distinta o discurso teológico, guardando na sepultura os objetos do cotidiano. Por outro lado, para a elite, o ritual funerário e mortuário estaria associado aos

sacerdotes profissionais, que trazem uma perspectiva mais teológica recitando liturgias (WILLEMS, 2015, p. 225) e para as quais um equipamento funerário mais específico, como as múmias, máscaras e caixões, são produzidos. De acordo com a lógica de H. Willems, os *shabtis* e seus potenciais predecessores, os modelos funerários, fariam parte dessa esfera popular enquanto objetos não teológicos (WILLEMS, 2015, p. 220-221), pois mesmo se estes são artefatos especificamente funerários, eles eram associados a questões terrestres e do cotidiano, tais como o trabalho e a alimentação.

Baseando-nos nos trabalhos de J. Bourriau (1991, p. 3-20), evidencia-se que, no final do Médio Império, principalmente após Senusret III, uma mudança é iniciada nos costumes funerários, com o desaparecimento dos *Textos dos caixões* e a predominância dos objetos não funerários. Para H. Willems, esta mudança dever-se-ia ao desaparecimento de uma cultura funerária da elite, que se situa durante a segunda metade da XII dinastia; a cultura funerária popular teria preenchido esse vazio com objetos teológicos (WILLEMS, 2015, p. 229).

Todavia, mesmo se esse desenvolvimento é bastante lógico e verificável, não podemos estar completamente de acordo com H. Willems, pois, sendo essa teoria verdadeira e os conceitos associados ao uso dos *shabtis* bastante terrenos, associados ao cotidiano, de acordo com o autor eles seriam não teológicos, mesmo que de uso estritamente funerário, o que faria com que essas estatuetas fossem encontradas em enterramentos populares – o que não ocorre, pois eram depositadas em sepulturas de uma alta esfera da sociedade. Então, não podemos situar os *shabtis* nesta evolução e nestas mudanças dos costumes funerários propostos por H. Willems. Podemos perceber, na realidade, um emprego elitista, difundido somente no final do Novo Império para a esfera popular. Porém, enquanto o encantamento 472 dos *Textos dos caixões* já existia na cultura nomarcal, as estatuetas funerárias mumiformes portando esse mesmo texto ainda estavam ausentes; em outras palavras, o texto sobre os trabalhos no *post mortem* estava presente nos caixões, mas as estatuetas eram anepigráficas ou simplesmente possuíam a fórmula de oferendas e a identificação do proprietário. A união entre a imagem mumiforme e o texto tratando dos trabalhos num único objeto, o que torna mais fácil sua identificação como um servidor funerário, acontece apenas no Médio Império, o que, talvez, possa representar uma dentre outras inovações realizadas nos costumes funerários durante o reinado de Senusret III.

A CULTURA MATERIAL E O POST MORTEM FARAÔNICO DO NOVO IMPÉRIO

No que concerne aos *shabtis*, ao invés de notarmos uma difusão como a que foi determinada pela “democratização” – vertical, de cima para baixo –, notamos um emprego a partir de uma classe privilegiada para uma outra esfera ainda mais privilegiada, os reis, e, por fim, para um grupo social mediano, sem nunca chegar, ao menos até o final do Novo Império, para toda a população. Desta maneira, percebemos que o rei e a elite dispunham de um fundo comum de ritos e costumes funerários, ao menos desde a IV dinastia (HAYS, 2011, p. 130) e que suas expectativas no pós-vida eram possivelmente as mesmas, isto é, tornar-se um *akh*, um ser luminoso completo. Tratar-se-ia de expectativas compartilhadas pelo rei e pela elite, o que explicaria a razão pela qual os *shabtis* circulavam entre estas duas esferas predominantemente.

Assim, não podemos afirmar que os desejos do rei no Além fossem diferentes dos particulares, ou que os rituais realizados para garantir o pós-vida seriam radicalmente distintos ou prerrogativas da realeza. Destarte, não temos nenhum embasamento textual ou arqueológico para supor que as modificações ou alterações religiosas teriam suas origens prioritariamente na esfera real ao invés dos particulares. Como explica M. Smith, o inverso é que poderia ser verdadeiro, pois o rito de glorificação mais antigo é atestado no domínio dos particulares (SMITH, 2009, p. 11-12), da mesma maneira que os particulares são os precursores no uso dos textos dos *shabtis*, bem como o uso dos próprios *shabtis*. A utilização dos servidores funerários, no Novo Império, não é definida por uma esfera real ou não real, mas por uma questão de *status* social, pois os mais pobres não tinham acesso a esse material. Sublinhemos, assim, que o não acesso a esse objeto aos níveis mais baixos da sociedade pode estar associado a questões econômicas.

Não tratamos, aqui, de um privilégio real ou não real, mas de um objeto que não parece ter sido essencial para o *post mortem*, ao menos até a metade da XVIII dinastia. Esse artefato era acessível àqueles que tinham os meios de adquirir o supérfluo; isto é, estas estatuetas estavam mais associadas a questões de desigualdade social dos vivos (COONEY, 2007, p. 282-283) do que a um privilégio real. Este artefato parece ter sido associado não à realeza, mas às classes sociais elevadas, mais precisamente, a uma esfera social que reproduziria os benefícios aos quais ela teria direito em vida, isto é, servidores para realizar tarefas em seu lugar.

Essa lógica muda no final do Novo Império e, principalmente, a partir do III Período Intermediário. Os *shabtis* aparecem inicialmente como representações do morto (Fig. 6) e, no final do Novo Império, começam a se tornar representações uniformes de servos, afastando-se cada vez mais da imagem individualizada do morto, tanto pela quantidade quanto pelos atributos, constituindo verdadeiras tropas de *shabtis*. Esse mesmo fenômeno também é percebido com os *shabtis* reais, que começam a passar por um processo de standardização a partir da XIX dinastia. Por outro lado, constatamos que a raridade dos *shabtis* nas tumbas dos particulares no Novo Império desaparece no final deste período.



Fig. 6 – Shabti de Tutankhamon, XVIII dinastia, CAIRO JE 60826; Carter 318b. Acervo Pessoal – Cintia Gama-Rolland, 2013.

Os *shabtis* seguem, assim, uma tendência (observada desde o período Ramessida) de crescimento da quantidade de objetos especificamente funerários nas tumbas e de diminuição dos artefatos quotidianos. De acordo com J.-L. Podvin, 87% dos objetos das tumbas do Terceiro Período Intermediário são funerários, contra 60% no Novo Império e 55% no Médio Império, com uma grande queda na quantidade das provisões e vasos e, numa menor medida, os objetos pessoais da vida quotidiana (PODVIN, 1999, p. 636-637), no caso das tumbas dos mais abastados. Esta tendência também é observada para as tumbas mais modestas: 75% dos objetos funerários nas tumbas da Baixa Época

A CULTURA MATERIAL E O POST MORTEM FARAÔNICO DO NOVO IMPÉRIO

ca, contra 49% no Novo Império e 44,5% no Segundo Período Intermediário (PODVIN, 1999, p. 644).

Então, se a ideia evocada pelo termo “democratização” é empregada unicamente num sentido de difusão de um uso antes limitado, sem nenhuma ideia de privilégio real ou sistema político, podemos dizer que os *shabtis* tiveram sua “democratização” ou sua difusão unicamente a partir do final do Novo Império. Afirmamos, assim, de maneira bastante clara, que esta difusão não tem nenhuma ligação com um uso restrito à pessoa real ou com uma prerrogativa real qualquer que teria sido tomada pelo povo durante um enfraquecimento do poder real. Ela estaria ligada ao crescimento da proporção de objetos funerários na tumba em detrimento dos objetos do quotidiano e dos produtos alimentares.

Em compensação, se o termo “democratização” na sua forma clássica é empregado para os *shabtis*, é um uso errôneo, pois eram os reis que teriam tido acesso a um privilégio de uma elite constituída pelos particulares, e não o contrário. Finalmente, no que diz respeito aos *shabtis*, a falsa ideia de uma “democratização” ou “demotização” do Além deve ser abandonada, e devemos tratar mais da difusão deste artefato a partir do final do Novo Império, continuando durante o Terceiro Período Intermediário.

Referências

- ASSMANN, J. *Maât. Gerechtigkeit und Unsterblichkeit im alten Ägypten*, Munich, 1990.
- ASSMANN, J. *Maat, l'Égypte pharaonique et l'idée de justice sociale*, Paris, 1999.
- ASSMANN, J. *Images et rites de la mort dans l'Égypte ancienne*, Paris, 2000.
- ASSMANN, J. *The Search for God in Ancient Egypt*, Ithaca, 2001.
- ASSMANN, J. *The Mind of Egypt*, Cambridge, 2002.
- ASSMANN, J. La notion d'éternité dans l'Égypte ancienne. In: V. PIRENNE-DELFORGE e Ö. TUNCA (eds.) *Représentations du temps dans les religions*, Bibliothèque de la Faculté de Philosophie et Lettres de l'Université de Liège 286, 2003, pp. 111-122.
- ASSMANN, J. *Mort et au-delà dans l'Égypte ancienne*, Monaco, 2003.
- ASSMANN, J. *Death and Salvation in Ancient Egypt*, Ithaca, 2005.
- BOURRIAU, J. Patterns of Change in Burial Customs during the Middle Kingdom. In: S. QUIRCK (ed.) *Middle Kingdom Studies*, New Malden, 1991, pp. 3-20.
- BREASTED, J. H. *Development of Religion and Thought in Ancient Egypt*. Philadelphie, 1970.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

- CARRIER, C. *Textes des sarcophages du Moyen Empire égyptien*. Paris, 2004.
- COONEY, K. M. *The Cost of Death: the Social and Economic Value of the Ancient Egyptian Funerary Art in the Ramesside Period*, EgUit 22, 2007.
- FAULKNER, R. O. *Concise dictionary of Middle Egyptian*, Oxford, 1972.
- FAULKNER, R. O. *The Egyptian Coffin Texts I, II et III*, Wiltshire, 1973.
- GARDINER, A. H. *Ancient Egyptian Onomastica*, Londres, 1974.
- GOULDING, E. *What Did The Poor Take with Them? An investigation into Ancient Egyptian Eighteenth and Nineteenth Dynasty grave assemblages of the non-elite from Qau, Badari, Matmar and Gurob*, Londres, 2013.
- GRAJETZKI, W. *Sedment: Burials of Egyptian Farmers and Noblemen over the Centuries*, Londres, 2005.
- GRAJETZKI, W. *Burial Customs in Ancient Egypt: Life in Death for Rich and Poor*, Duckworth Egyptology, Londres, 2007.
- HAYS, H. Unreading the Pyramids, *BIFAO* 109, 2009, pp. 195-220.
- HAYS, H. Death of the Democratisation of Afterlife, In: N. STRUDWICK e H. STRUDWICK (eds.) *Old Kingdom, New Perspectives Egyptian Art and Archaeology 2750-2150 B.C.*, Oxford, 2011, pp. 115-130.
- HAYS, H. Transformation of Context: The field of Rushes in Old and Middle Kingdom Mortuary Literature. In: S. BICKEL e B. MATHIEU (ed.) *Textes des pyramides & Textes des sarcophages: d'un monde à l'autre*, BdE 139, 2013, pp. 175-200.
- KEMP, B. Old Kingdom, Middle Kingdom and Second Intermediate Period. In: B. G. TRIGGER, B. J. KEMP, D. O'CONNOR e A. B. LLOYD (eds.) *Ancient Egypt a Social History*, Cambridge, 2001, pp. 71-182.
- KEMP, B. Tell el-Amarna, 2007-8, *Journal os Egyptian Archaeology* 94, 2008, pp. 1-68.
- KEMP, B. Tell el-Amarna, 2008-9, *Journal os Egyptian Archaeology* 95, 2009, pp. 1-34.
- KEMP, B. Tell el-Amarna, 2010, *Journal os Egyptian Archaeology* 96, 2010, pp. 1-30.
- KEMP, B. Tell el-Amarna, spring 2011, *Journal os Egyptian Archaeology* 97, 2011, pp. 1-10.
- KEMP, B. Tell el-Amarna, 2011-2012, *Journal os Egyptian Archaeology* 98, 2012, pp. 1-26.
- KEMP, B. Tell el-Amarna, 2012-2013, *Journal os Egyptian Archaeology* 99, 2013, pp. 1-34.
- KEMP, B. *The city of Akhenaten and Nefertiti: Amarna and its People*, Londres, 2012.
- KEMP, B. *et al.* Life, Death and Beyond in Akhenaten's Egypt: Excavating the South Tombs Cemetery at Amarna, *Antiquity* 87, 2013, pp. 64-78.
- MATHIEU, B. Que sont les Textes des Pyramides?, *Égypte Afrique & Orient* 12, 1999, pp. 13-22.
- MATHIEU, B. La distinction entre Textes des Pyramides et Textes des sarcophages est-elle légitime ? In: S. BICKEL e B. MATHIEU (eds.) *Textes des pyramides & Textes des sarcophages: d'un monde à l'autre*, BdE 139, 2013, pp. 247-262.

A CULTURA MATERIAL E O POST MORTEM FARAÔNICO DO NOVO IMPÉRIO

MORET, A. *L'accession de la plèbe égyptienne aux droits religieux et politiques sous le Moyen Empire*, Recueil d'études égyptologiques dédiées à la mémoire de J.-F. Champollion, à l'occasion du centenaire de la Lettre M. Dacier relative à l'alphabet des hiéroglyphes phonétiques lue à l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres le 27 septembre 1822, BEHE, 1922, pp. 331-360.

PAVLOVA, O. I. Rxyt in the Pyramid Texts: Theological Idea or Political Reality? In: J. ASSMANN e E. BLUMENTHAL (eds.) *Literatur und Politik im pharaonischen und ptolemäischen Ägypten*, Bde 127, 1999, pp. 91-104.

PODVIN, J.-L. *Composition, position et orientation du mobilier funéraire dans les tombes égyptiennes privées du Moyen Empire à la Basse Époque*, 2 vol., Lille, 1999.

POOLE, F. *Ricerche sulla prosopografia, l'archeologia e la concezione degli ushabty del Nuovo Regno*, Naples, 1996.

QUIRKE, S. Royal Power in the 13th Dynasty. In: S. QUIRKE (ed.) *Middle Kingdom Studies*, 1991, New Malden, pp. 123-139.

QUIRKE, S. *Ancient Egyptian Religion*, Londres, 1992.

QUIRKE, S. Measuring the Underworld. In: D. O'CONNOR e S. QUIRKE (eds.) *Mysterious Lands, Encounters with Ancient Egypt*, Londres, 2003, pp. 161- 181.

QUIRKE, S. *Going out in Daylight – prt m hrw: the Ancient Egyptian Book of the Dead translations, sources, meanings*, GHPG Egyptology 20, Londres, 2013.

RICHARDS, J. Ancient Egyptian Mortuary Practice and the Study of Socioeconomic Differentiation, *Monographs in Mediterranean Archeology* 8, 1997, pp. 33-42.

RICHARDS, J. *Society and death in Ancient Egypt: Mortuary Landscapes of the Middle Kingdom*, Cambridge, 2005.

SCHNEIDER, H. D. *Shabtis: an Introduction to the History of Ancient Egyptian Funerary Statuettes with a Catalogue of the Collection of Shabtis in the National Museum of Antiquities at Leiden*, Leyde, 1977.

SEIDLMAYER, S. J. Die Ikonographie des Todes. In: H. WILLEMS (ed.) *Social Aspects of Funerary Culture in the Egyptian Old and Middle Kingdoms*, OLA 103, 2001, pp. 205-252.

SMITH, M. Democratization of the Afterlife. In: J. DIELEMAN e W. WENDRICH (ed.) *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, Los Angeles, 2009. Disponível em: <http://escholarship.org/uc/item/70g428wj> acessado em 09 dez 2019.

SMITH, S. T. Intact Tombs of the Seventeenth and Eighteenth Dynasties from Thebes and the New Kingdom Burial System, *MDAIK* 48, 1992, pp. 193-231.

WADA, K. Provincial Society and Cemetery Organization in the New Kingdom, *SAK* 36, 2007, pp. 347-389.

WILLEMS, H. Chests of Life: a Study of the Typology and Conceptual Development of Middle Kingdom Standard Class Coffins, *MVEOL* 25, 1988.

WILLEMS, H. The Social and Ritual Context of a Mortuary Liturgy of the Middle Kingdom (CT Spells 30-41). In: H. WILLEMS (ed.) *Social Aspects of Funerary Culture in the Egyptian Old and Middle Kingdoms*, OLA 103, 2001, p.253-372.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

WILLEMS, H. *Les textes des sarcophages et la démocratie: éléments d'une histoire culturelle du Moyen Empire*. Paris, 2008.

WILLEMS, H. Carpe diem: Remarks on the Cultural Background of Herodotus II.78. In: W. Claes, H. de MEULENAERE e St. HENDRICKS (eds.) *Elkab and beyond: Studies in Honor of Luc Limme*, OLA 191, 2009, pp. 511-520.

WILLEMS, H. *Historical and Archaeological Aspects of Egyptian Funerary Culture: Religious Ideas and Ritual Practice in Middle Kingdom Elite Cemeteries*, Leyde, 2014.

POR QUE NÃO OS QURNAWIS? POR QUE NÃO OS SUL-AMERICANOS? EGIPTOLOGIA, COLONIALISMO E VIOLÊNCIA EPSTÊMICA.

José Roberto Pellini
*Universidade Federal de Minas Gerais,
Belo Horizonte*

A expulsão das populações qurnawi de suas casas na chamada Necrópole Tebana expôs o que a maioria dos egiptólogos e arqueólogos que trabalham no Egito prefere negar ou não discutir, ou seja, o caráter ainda colonialista e imperialista da Egiptologia. O privilégio das materialidades do passado sobre as vidas, histórias, memórias e materialidades do presente guia o fazer científico, ajudando a fomentar a imaginação ocidental, o turismo e as ideologias de mercado. O silêncio dos arqueólogos e egiptólogos durante a destruição das casas qurnawis é digna de nota e mostra o quanto a arqueologia e a egiptologia ainda estão comprometidas com o colonialismo e a violência epistêmica. O Programa Arqueológico Brasileiro no Egito (Bape), vem, neste cenário de colonização e imperialismo científico, tentar um diálogo Sul-Sul, com vistas à construção de conhecimento a partir de paradigmas descolonizados e colaborativos.

Luxor, 24 de fevereiro de 2008

Um olhar, um Egito

Como contei algumas vezes em outros lugares (2018a, 2018b), decidi virar arqueólogo aos 7 anos de idade depois de ver uma reportagem sobre o Egito Antigo em uma revista da Bloch Editora. A reportagem trazia imagens de um mundo distante e totalmente desconhecido por mim. Fiquei fascinado com a imagem dos faraós, dos templos e, em especial, com a imagem da Grande Pirâmide. Mesmo não sabendo direito o que era a Arqueologia, já sabia que era isso o que

eu queria fazer quando crescesse. Ao longo dos anos fui consumindo mais e mais imagens daquele mundo enigmático e misterioso; um mundo formado por aventuras, tumbas seladas, tesouros perdidos e maldições. Passei minha adolescência e juventude consumindo um Egito que me fascinava e isso sedimentou lentamente, camada por camada, uma imagem forte e intocada do Egito. Ao entrar na Universidade me tornei o que esperavam de mim, ou seja, um cientista frio, neutro e distanciado, e mesmo isso foi incapaz de quebrar aquela imagem que eu tinha do Egito.

Quando cheguei ao Egito pela primeira vez em 2008, já com meu pós-doutorado, meu coração batia forte. A expectativa era grande, eu pisaria na terra dos meus sonhos pela primeira vez e finalmente poderia vivenciar e fazer parte daquelas imagens que eu consumi durante anos. Após dois dias de aclimação, fui enfim ver as Pirâmides. Eram oito da manhã e o dia estava meio nublado e o trânsito parado. Comecei a ficar chateado, não era bem o que eu esperava. Ao chegar em Gizah, minha decepção só aumentou, pois as brumas envolviam as Pirâmides e era impossível ver alguma coisa. Comentei com o taxista e ele falou que assim era melhor pois por volta das nove da manhã as brumas iriam se dissipar e a Grande Pirâmide, como em um grande show, iria se revelar. Esperei junto com uma multidão que se aglomerava a cerca de vinte metros da Grande Pirâmide. Só era possível ver alguns imensos blocos de pedra. Depois de quase trinta minutos esperando, bloco a bloco a Grande Pirâmide apareceu. Fiquei parado olhando a Grande Pirâmide e a única coisa que me vinha à mente era que aquilo que eu estava vendo não correspondia às imagens que eu tinha na cabeça. Eu imaginava, como nas fotos que via e nos documentários que assistia, que as Pirâmides estavam totalmente isoladas no deserto, mas bastava olhar ao lado que se podia ver, a menos de duzentos metros de distância, o Cairo com seus prédios, suas casas e seus carros. Olhava ao meu redor e via pessoas comendo, falando alto e muito lixo no chão. Nada disso fazia parte das imagens que eu tinha daquele lugar, e a excitação deu lugar à decepção. Os estímulos e afetos que chegavam ao meu corpo não correspondiam ao modelo de Egito que trazia comigo e que consumi durante anos. Andei por todo o lugar durante horas, tentando achar o Egito dos meus sonhos. Não achei. Pensei que poderia ser a ansiedade e assim esperei chegar em Luxor, onde iria trabalhar, para ver se o Egito faraônico se revelava. Mas a decepção foi ainda maior. No East Bank muita

POR QUE NÃO OS QURNAWIS? POR QUE NÃO OS SUL-AMERICANOS?

urbanidade. No West Bank, ruínas, casas, comércios e cafés em meio a templos e tumbas. Nada era como eu esperava que fosse. Aquelas estruturas domésticas, comércios e ruínas de adobe não faziam parte das imagens que eu esperava encontrar; não faziam parte das imagens que eu criava ao ler artigos científicos ou ao analisar o resultado de escavações. Aquilo não era o Egito que eu esperava ver. Um dia, revendo as fotos e vídeos que eu havia feito, reparei que em algumas delas o Egito de meus sonhos aparecia. Resolvi revisar todas as fotos e vídeos e uma coisa me chamou a atenção: o ponto de vista. Dependendo de onde eu estava e para onde eu estava olhando, o Egito Faraônico dos meus sonhos parecia surgir. Se, por exemplo, você olhar as Pirâmides de costas para o Cairo, o deserto surge e a imagem se completa; então, como num milagre, o Egito faraônico surge emoldurado. Se você adota outro ponto de vista qualquer, o Cairo surge ao fundo, maculando a imagem e o Egito eterno se desvanece (Fig 1 e 2).



Fig. 1 – A Esfinge de Gizé e a Pirâmide de Quéfren (ao fundo), de costas para o Cairo.
Fonte: Fotografia José Roberto Pellini, 2011.

Entender isso, por mais óbvio que possa hoje parecer, me fez entender o quanto o Egito Antigo é fruto de uma imagem, de um discurso, de um ponto de vista específico que é construído para alimentar uma certa imagem. Enquanto isso, outras imagens, outras vozes, são silenciadas e desaparecem da história. Entender

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

isso me fez repensar a relação que eu tinha com o Egito. Entender isso abriu meu corpo e meus sentidos para as consequências políticas e éticas dos discursos que propõem um Egito somente faraônico, ideal e eterno. Entender isso me fez descobrir que tanto eu quanto o Egito havíamos sido colonizados; o Egito para atender as demandas imperialistas das potências hegemônicas, eu para aceitar sem questionamentos as ideologias de mercado com suas agendas turísticas específicas.



Fig. 2 – Complexo da Necrópole de Gizé e o Cairo Contemporâneo, Egito.
Fonte: Fotografia José Roberto Pellini, 2011.

O problema é que este modelo de mundo acabou resultando na formação de uma ciência hoje estagnada e presa a seu próprio passado colonialista, a egiptologia; na dissociação entre a população egípcia atual e seu passado, e, de modo mais pragmático, na remoção forçada e violenta das comunidades qurnawis da Necrópole, sob o olhar complacente de intelectuais, arqueólogos e egiptólogos ocidentais, em nome de uma paisagem ideal, estática e distanciada. Este modelo de mundo atua a partir da violência epistêmica para continuar estabelecendo estruturas de poder que são excludentes. Nós, do sul geopolítico, entendemos em nossos corpos tal violência e, neste sentido, estamos em uma posição de vantagem para pensar a partir de um paradigma descolonizado as práticas e discursos que tomam conta hoje da egiptologia e da relação do Egito com o Ocidente.

Quarta-feira, 14 de julho de 2010

Começa uma grande aventura

A noite parece estar agradável no Cairo. Ao fundo, a sombra da Grande Pirâmide se impõe misteriosamente. Pessoas conversam e caminham pelas ruas movimentadas. Um plano geral mostra os carros e as luzes da cidade, destacando sua aparente modernidade. Nosso personagem chega ao prédio da American University na praça Tahrir e é recebido como uma verdadeira celebridade. Fotos, sorrisos, apertos de mão e muitos autógrafos. De repente seu celular toca. Ele pede licença às pessoas e atende. Seu olhar fica distante e sua fisionomia preocupada. Ele anda de um lado para o outro enquanto fala ao telefone. A cena corta e volta com ele dentro de um carro dirigindo em alta velocidade. Ele não fala nada. Closes mostram a tensão de seu rosto. Outro corte na cena e uma legenda instigante, “Sete horas antes”, estabelece o mistério.

A próxima tomada nos leva à Pirâmide de Degraus de Saqqara e mostra arqueólogos se arrastando por um corredor estreito. Escuridão, escombros e muita poeira. Com seu inseparável chapéu, nosso astro, deitado no chão do corredor da Pirâmide, no melhor estilo século XVIII, descobre um fragmento de cartonagem de múmia. Limitado pelo espaço pequeno, ele estica a mão e pega um objeto enquanto a câmera enquadra seu rosto. É um pedaço de cartonagem lindamente decorada. Ele limpa, faz alguns comentários e coloca a peça novamente no chão. As tomadas são contínuas e irregulares. É nítida a sensação de estar caminhando junto com ele e estar desviando dos escombros do chão. Quando ele sai da Pirâmide, a cena corta para a conversa entre uma moça e um rapaz, ambos vestidos com calças cargo e coletes. Ela tenta convencê-lo a entrar na Pirâmide. Relutando, ele aceita, e ambos entram no monumento. Esgueirando-se apressadamente, eles chegam à área funerária. A impressão é de que eles estão fazendo algo proibido. A moça, deslumbrada com a câmara de sepultamento, tira várias fotos. Neste momento a cena volta para o carro de nosso astro, no momento em que ele está saindo da *première* de seu livro. A cena seguinte mostra seu carro seguindo apressado pelas ruas do Cairo. Depois de alguns segundos, ele chega novamente à Pirâmide de Degraus. Nosso astro sai do carro e fica sabendo que alguém desapareceu dentro da Pirâmide. Nosso personagem assume a liderança e entra na Pirâmide junto com uma equipe. Olhares tensos e preocupados. Closes mostram a tensão.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

São vários túneis e pessoas andando por todos os lados. A câmera alterna imagens de dentro, nas quais pessoas cruzam apressadamente passagens estreitas e caminham agachadas, e de fora, onde alguns falam ao celular em tom de preocupação. Minutos depois, subitamente, uma pessoa sai de dentro da Pirâmide. Todo sujo e empoeirado, um homem sai cambaleando do monumento. Um momento de alívio. Está tudo resolvido e nosso personagem pode finalmente descansar.

Muita gente já deve saber de quem estou falando e do quê. Trata-se do primeiro reality-show de arqueologia da televisão mundial. Batizado de *Chasing Mummies: The Amazing Adventures of Zahi Hawass* e transmitido pelo History Channel, o show teve início nesta semana e irá até dia 15 de setembro de 2010. Serão dez programas. O show é ambientado no Egito e montado em torno da figura de Zahi Hawas, Secretário Geral do Serviço de Antiguidades do Egito e homem bastante acostumado com as câmeras de televisão. Hawas está procurando um assistente e assim resolve abrir uma espécie de concurso para ver quem será seu próximo estagiário. Uma trupe de aprendizes segue Hawas por todo o Egito na tentativa de ser eleito o grande vencedor do concurso. Ao longo do programa, os aprendizes são submetidos a provas para testar não apenas seu conhecimento do Egito Antigo, mas seu comprometimento com o cargo que irão ocupar.

Na manhã seguinte ao episódio de Saqqara, os aprendizes se reúnem em frente ao Serviço de Antiguidades e seguem com Hawas para o Oásis Bahariya, onde, em 1996, Hawas e uma equipe de arqueólogos acharam um cemitério de múmias que foi denominado Valley of the Golden Mummies. Um plano geral mostra cenas dos moradores do Oásis. Uma tomada mostra os carros chegando em alta velocidade, alinhados como em um filme de ação. Quando os carros param, observam-se várias casas em ruínas e Hawas, com um ar sério, explica que as casas estão sendo derrubadas e que ele está lá para supervisionar o processo. Um dos jovens aprendizes pergunta, espantado, porque as casas estão sendo derrubadas. Hawas, neste ponto, conta sobre a descoberta da necrópole e da necessidade de protegê-la, mesmo que isso implique a remoção das pessoas de suas casas. Mas ele ressalta que as pessoas que estão perdendo suas casas estão recebendo pedaços de terra para onde poderão se mudar. Tudo é tratado de forma muito pragmática e natural, como se nenhum ato de

POR QUE NÃO OS QURNAWIS? POR QUE NÃO OS SUL-AMERICANOS?

violência estivesse sendo impetrado. Tomadas mostram tratores derrubando de maneira quase épica as casas da população local. Alguns closes mostram pessoas carregando itens pessoais com pressa. As paredes de adobe caem feito castelos de areia, os tetos de palha são rasgados feito folhas de papel. A nuvem de poeira cobre tudo e mais uma casa vem ao chão, tudo sob o olhar às vezes incrédulo, mas sobretudo complacente, dos novos aprendizes, que parecem mais preocupados com a própria segurança diante do movimento dos tratores do que com as pessoas que foram retiradas de suas casas. Crianças rindo aparecem entre uma tomada e outra, mostrando que nada de mais está acontecendo. Cestas com ossos e alguns restos de cerâmica são trazidos para a análise de um dos aprendizes. As tomadas são precedidas de informações sobre a Necrópole, sobre a estimativa de enterramentos e sobre a importância do achado. É um discurso envolto em cientificismo que parece querer justificar a ação. As cenas seguem com um forte dinamismo e impacto, com tratores pesados derrubando casa após casa. De repente uma gritaria e todos saem correndo em direção a um dos tratores. As câmeras alternam rapidamente entre as imagens de uma parede caindo e de Hawas e os aprendizes, além de vários egípcios, correndo em direção ao trator. Tudo é muito rápido, dando um tom de urgência. Quando todos chegam, o que temos é um trator em cima de uma pilha de escombros sem conseguir apoiar uma das rodas que fica girando em falso. Segue-se uma grande discussão sobre o que fazer. Algumas cenas depois, o trator aparece dando marcha ré e saindo dos escombros. Ufa, o piloto está a salvo, mesmo ele não tendo estado em perigo em momento algum. Problema resolvido. Novamente uma gritaria e o nome de Hawas ecoa por todos os lados. No plano geral, pessoas, principalmente crianças, se aglomeram em torno de um *shaft*. Hawas chega e se lança destemido pelo *shaft*, descendo por uma corda, no melhor estilo Indiana Jones. Rochas soltas em meio à areia fina caem, alertando da perigosa descida. Os aprendizes olham preocupados quando o corpo de Hawas desaparece. A tomada corta para parte de dentro do *shaft* e mostra apenas sua silhueta. Sob o olhar curioso das crianças, alguns aprendizes descem junto enquanto Hawas analisa o *shaft*. Enquanto o sol se põe ao fundo, um dos membros do *staff* distribui chocolates às crianças. O que parece apenas um gesto de carinho é uma estratégia deliberada para silenciar e afastar as crianças para que elas não incomodem. A escavação do *shaft*

segue ao longo da noite, sob a luz fraca de pequenas lâmpadas. Por volta da meia-noite, Hawas e seus aprendizes entram novamente no *shaft* e descobrem uma série de *ushabtis*, pequenas estatuetas que eram enterradas junto com os mortos no Egito Antigo. Ele, com um pincel na mão, limpa cuidadosamente as peças explicando para seus aprendizes o papel que elas tinham no passado. As peças são retiradas do solo e enfileiradas sem qualquer preocupação com estratigrafias ou documentação; é o objeto pelo objeto. Hawas contorna o que parece ser a tampa de pedra de um sarcófago e retira do chão, mais uma vez sem qualquer preocupação, um jarro intacto. Ele esvazia o conteúdo do jarro diretamente no chão e observa contente o achado enquanto seus aprendizes observam com um olhar de quase devoção. Na sequência, Hawas retira do solo uma tigela. O primeiro capítulo termina assim com ele e seus aprendizes sentados em frente a uma das tumbas conversando sobre a Necrópole.

Belo Horizonte, 18 de abril de 2018

Um Egito ideal

Hoje, sentado aqui no conforto de minha casa, escrevendo este artigo, penso no reality de Zahi Hawas. Todo o programa tinha uma dinâmica montada para testar os conhecimentos dos participantes em torno do Egito Faraônico. Os candidatos seguiam Zahi em seu trabalho. Aquele que ao final de algumas semanas mostrasse maior conhecimento e habilidade nas provas diárias seria efetivado como seu estagiário, uma posição disputada com unhas e dentes pelos participantes. O programa começava sempre com planos gerais da paisagem faraônica e focos no personagem central. As cenas eram muito dinâmicas e aceleradas, criando uma proximidade entre o público e o cenário. Edições e repetições eram utilizadas para fixar posições e discursos, guiando a preferência do público, ao mesmo tempo em que eram utilizadas para criar um ar de mistério e tensão, tudo em nome da aventura que era seguir Hawas em seu trabalho como Secretário do Serviço de Antiguidades. Hawas, que entende bem o discurso televisivo, alternava momentos de destempero e felicidade, desapontamento e encanto, incredulidade e orgulho diante das respostas e performances dos candidatos. A velocidade das cenas, os cortes, os grandes panoramas focados em paisagens faraônicas, os closes, tudo era feito dentro de uma estética televisiva que montava e remontava determinados discursos

POR QUE NÃO OS QURNAWIS? POR QUE NÃO OS SUL-AMERICANOS?

em detrimento de outros. Para Feldman (2005), a dialética televisiva adere a um aparelho de realismo que remodela o espectador através da exibição e repetição contínua. No caso específico da repetição, técnicas de manipulação digital, como o congelamento de imagens e o uso de câmera lenta, reformulam e rearticulam a informação a fim de se atingirem determinadas agendas políticas. É desta maneira, por exemplo, que, após o 11 de setembro, a repetição das imagens das torres gêmeas caindo reacendia a luta contra o terror, ou melhor, contra as comunidades islâmicas. A mesma técnica foi usada no reality para fixar a ideia de um Egito faraônico, e não como um estado islâmico moderno.

Mas como isso funciona exatamente? Segundo Benjamin (1969), isso ocorre de maneira simples, pois a sucessão e a velocidade das imagens afetam sensorialmente o espectador, produzindo um choque com suas constantes mudanças de lugares e ângulos. Essas mudanças resultam em um engajamento não apenas visual, mas também tátil do espectador (TRAVASSOS, 2009). Ao mesmo tempo, a velocidade da experiência, com constantes mudanças de cena decorrentes do processo de montagem e edição, impedem uma maior associação de ideias. A televisão, ao assumir o controle do processo perceptivo através do sequenciamento de imagens e do constante choque, torna-se não só um instrumento para a aceitação de determinadas agendas, mas também para o exercício de uma estética normativa e hegemônica, desde que o olhar distraído tende a encontrar apenas o habitual e familiar. Além disso, como sustenta Benedikt (2005), a câmera é capaz de trazer o que o olho humano não consegue, e assim ela pode construir uma realidade que está fora da percepção normal.

A intervenção da técnica cinematográfica possibilita o registro, não apenas da ação consciente dos homens, mas de sua ação inconsciente, tudo o que os olhos não vêem e que resta entre o corpo humano e os objetos do mundo que o rodeiam. Esta é a experiência do inconsciente ótico oferecida pela câmera que, através de procedimentos como as “deformações, estereotipias, transformações e catástrofes” utilizados pelo aparelho cinematográfico para registrar a realidade filmada, se apropria de um modo de percepção individual característico do psicótico ou do sonhador. Do mesmo modo que a sensibilidade anestesiada pelos choques evita a invasão traumática, também a experiência de recepção cinematográfica exerce uma função terapêutica ou “catártica”, pois, ao permitir o

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

exercício da potencialidade onírica nas telas, funciona como uma imunização, uma forma de antídoto contra a possível psicotização, ou mesmo criminalização das “massas” sujeitas aos perigos e tensões que a vida moderna cotidianamente lhes impõe (BENEDIKT, 2005, p. 51).

Assim, a experiência televisiva permite a aceitação sem trauma dos discursos e agendas políticas. Este é o caso sobretudo da tentativa de perpetuar a ideia de que o Egito ideal é o Egito faraônico. Ao lado da velocidade, das intensas e constantes mudanças de cena, performances cheias de tensão, mistério e aventura eram utilizadas como ferramentas retóricas que aumentam a curiosidade e distraem a atenção do público para eventos e mensagens que passam a ser consumidas de maneira natural e inconsciente. Assim, o Egito ideal, faraônico, se fixa cada vez mais na mente do público em geral.

Aliada a estas estratégias, o caráter cientificista do programa conferia autoridade aos discursos. Um jogo de perguntas e respostas, parte da ideia de que existem respostas certas e erradas. Posturas como essas, centradas na ideia de que existe uma verdade, um fato, deixa pouco espaço para histórias alternativas. O conhecimento que era cobrado dos aprendizes era o conhecimento oficial e normativo – um conhecimento que silencia as histórias e conhecimentos locais. Ao mesmo tempo, ao defender um tipo de conhecimento oficial, o reality empoderava arqueólogos e egiptólogos como fonte máxima do conhecimento. O problema de posturas como essa, como veremos mais adiante, é que as vozes dissonantes e alternativas a este discurso de poder são silenciadas. Este é um processo de violência epistêmica que utiliza as mídias de massa para disseminar certas verdades em detrimento de outras, empoderar certos grupos enquanto silencia outros e, desta maneira, passados e presentes alternativos desaparecem como possibilidade. O mais interessante é que este discurso de poder, proferido justamente pelo egípcio com maior autoridade legal – ou seja, o Secretário Geral do Serviço de Antiguidades –, longe de empoderar egiptólogos egípcios ou os egípcios de maneira geral, empodera egiptólogos e instituições ocidentais, uma vez que é o Ocidente que ainda mantém o controle do que é e de como é ensinado o passado egípcio.

Belo Horizonte 10 de maio de 2018

Uma feira intoxicante

Espetáculos televisivos como o *Chasing Mummies*, que promovem a imagem de um Egito exclusivamente faraônico, não são novidades no Ocidente. A quantidade de documentários dirigidos ao mundo faraônico nos canais abertos e fechados de televisão é algo assustador. Mas não é só na televisão que o Egito Antigo é celebrado. No cinema, a profusão de temas associados direta ou indiretamente ao Egito Antigo também é bastante grande. Basta imaginar que no filme *X-Men, Apocalypse*, um filme que, em tese, não tem nada a ver com o Egito Antigo, o personagem principal, Apocalypse, viveu justamente no Egito Antigo.

Toda a popularidade da egiptologia e do Egito Antigo não é coincidência ou fruto do acaso, muito menos resultado de alguma especificidade da cultura faraônica. Acredito que pelo menos parte dessa popularidade seja o resultado de um discurso montado e mantido pelas potências hegemônicas como parte das estratégias coloniais para a dominação do Egito. Este discurso colonialista é bem evidenciado nas chamadas Feiras Mundiais, um fenômeno típico do século XIX criado para exaltar o poder imperial das potências hegemônicas. Nas feiras, o nacionalismo se transformava em um produto de consumo a partir da propaganda desenvolvimentista. Nestes espaços, o progresso das potências hegemônicas não era apresentado apenas por meio da exposição das maravilhas tecnológicas, mas também pela apresentação dos troféus do Ocidente imperialista, com suas colônias e povos a serem domesticados.

A feira, como demonstrou Benjamin (1969), era o grande palácio do consumo, uma fantasmagoria que buscava alienar a classe trabalhadora através de diversão e da reificação da história. As pessoas eram manipuladas enquanto se divertiam. No capitalismo de consumo não há apenas a extração da mais valia, mas a criação de um espetáculo que tem por objetivo a criação de desejos consumistas de todos os tipos em todas as pessoas e classes sociais (HOWES, 2005). Segundo Kerruish (2012), as fantasmagorias de mercado deixam os indivíduos dormentes ao inundar seus sentidos com prazeres, vistas intoxicantes e processos de distração. Tal processo gera uma divisão tripartida da experiência em agência, objeto e observador, que resulta em um processo de autoalienação, um falso reconhecimento que permite às massas observar o mundo e viver sem dor (BUCK-MORSS, 2002). Experiências sensoriais intensas, como

aquelas vivenciadas nas feiras, operam como uma espécie de narcótico que impede uma experiência crítica e consciente do dia a dia (PELLINI, 2016). Sendo assim, a fantasmagoria das feiras mundiais encobre, através do espetáculo, os discursos de poder, de progresso e desenvolvimento, que passam a ser consumidos pelos visitantes como algo natural. A inconsciência deste processo domestica e coloniza o comportamento do visitante, que passa a assumir um comportamento estético normativo e hegemônico.

O Egito Antigo surge neste contexto das feiras como uma fantasmagoria que permite não somente a criação da ideia de um Egito Ideal, mas também de um Egito subalterno, colonial, que precisa ser domesticado. Na feira de Chicago, por exemplo, o estande egípcio na Midway Plaisance contou com 26 edifícios extremamente realistas. George Pangolo, responsável geral pelo projeto do estande egípcio, queria que os visitantes se sentissem no Cairo e, assim, utilizou sacadas reais retiradas das casas do Cairo, para construir as casas da Rua do Cairo em Chicago (ORMOS, 2011). O minarete da mesquita montada em Chicago era uma cópia fiel do minarete da mesquita Abu Bakr ibn Muzhir, uma das mais conhecidas do Cairo. Mas o tom realista não ficou restrito às edificações, pois Pangolo levou a Chicago 175 egípcios, entre homens, mulheres e crianças, para desempenharem suas atividades reais na feira, como comerciantes, barbeiros, cartomantes, encantadores de serpentes, condutores de camelos, religiosos, todos devidamente trajando roupas típicas e falando árabe. Ele levou também cobras, vinte burros, sete camelos e toda a parafernália para dar mais veracidade às cenas da Rua do Cairo, incluindo réplicas em cera de objetos faraônicos. Todo este cenário era completado com performances que incluíam a dança no teatro, música em estilo oriental, procissões de casamento e peregrinações e mesmo a reza que acontecia às sextas-feiras na mesquita. Grande destaque foi dado ao Templo de Luxor, uma construção monumental, colorida, com múmias e objetos do passado egípcio. A ideia era inundar os sentidos do visitante e transportá-lo diretamente ao Egito (fig. 3, 4).

POR QUE NÃO OS QURNAWIS? POR QUE NÃO OS SUL-AMERICANOS?



Fig. 3 – Cairo Street. Vista da Mesquita.
Fonte: Bancroft, 1893, p. 859. Acesso livre. Disponível em: <https://archive.org/details/sheppsworldsfair00sheprich/sheppsworldsfair00sheprich/>

Mas não era a qualquer Egito que os promotores da feira queriam levar seus visitantes. O desejo era transportá-los ao Egito exótico e colonial, um Egito que contrastava a ordenação e o esplendor faraônico do passado com a falta de estruturação e a estética exacerbada do Egito moderno. A irregularidade, sinuosidade e estreitamento da Rua do Cairo contrastavam com as ruas ortogonais e espaçosas das metrópoles ocidentais modernas; a diversidade sonora e odorífica dos comércios egípcios contrastava com a normatização do espaço urbano das renovadas cidades nos Estados Unidos e na Europa; a intensidade corporal das dançarinas, dos encantadores de serpentes, dos noivos em procissão contrastava com a disciplina do corpo entre europeus e americanos. Era através destes contrastes que o visitante consumia a fantasmagoria e aceitava a ideia de que o passado faraônico era o passado ideal e o presente islâmico deveria ser domesticado. Através das fantasmagorias das feiras, do embotamento dos sentidos causados por experiências sensoriais não usuais, a modernidade reificava o processo histórico e vendia a ideia de um passado ideal e de um presente que necessitava ser domesticado dentro de uma estética comportamental normativa.

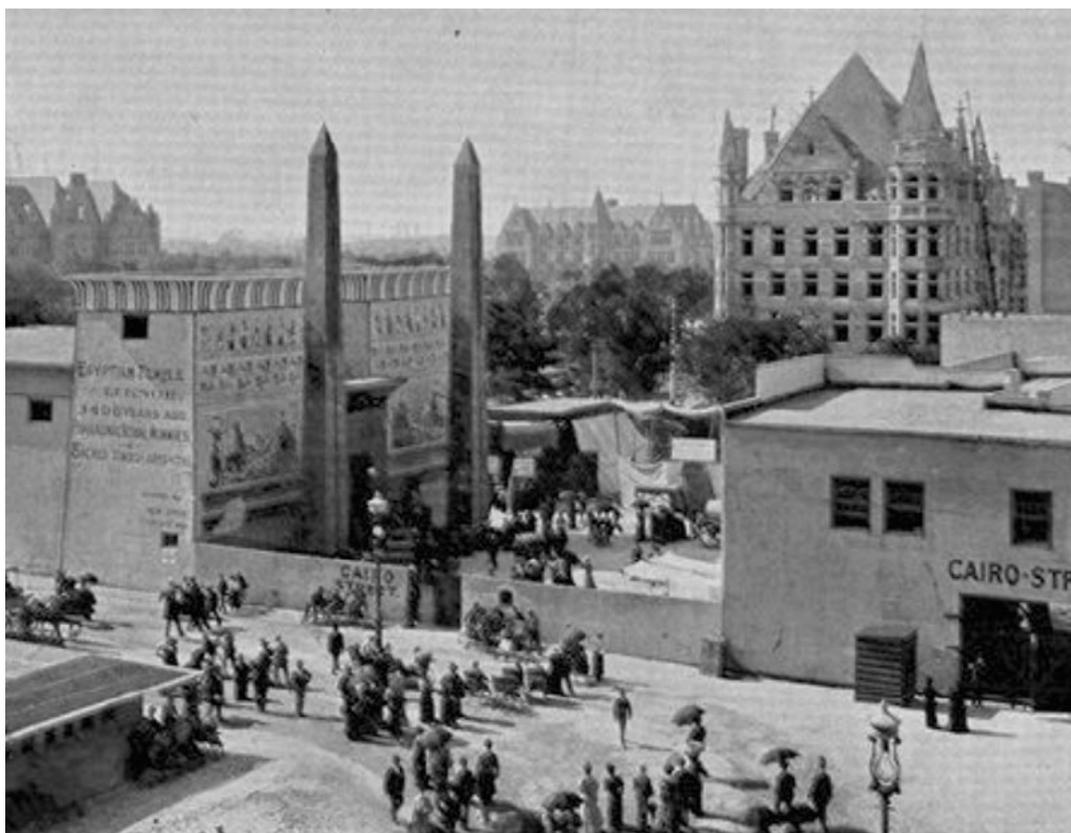


Fig. 4 – Cairo Street. Templo de Luxor. Bancroft, 1893, p. 859.

Fonte: Bancroft, 1893, p. 859. Acesso livre. Disponível em: <https://archive.org/details/sheppsworldsfair00sheprich/sheppsworldsfair00sheprich/>

No caso egípcio, este processo de reificação do processo histórico através de fantasmagorias não tem início com as feiras, pois estas só difundem este conceito. Este é um processo que teve início com a invasão francesa do Egito em 1798. A própria invasão francesa pode ser vista como uma grande fantasmagoria, pois, junto com seus canhões, Napoleão levou um grupo de “sábios”, transformando a retórica de invasão em expedição científica. Napoleão não falava em conquista, mas em libertação – libertação dos egípcios das trevas da ignorância. Como dizia o político francês contemporâneo de Napoleão Joseph Eschasseriaux: *“What finer enterprise for a nation which has already given liberty to Europe [and] freed America than to regenerate in every sense a country which was the first home to civilization and to carry back to their ancient cradle industry, science, and the arts, to cast into the centuries the foundations of a new Thebes or of another Memphis”* (COLE, 2007, p. 16). Napoleão trazia assim ao Egito não a dominação, o derramamento de sangue e a morte de milhares de egípcios, mas o cientificismo e, principalmente, a modernidade, com suas dicotomias, seu espaço estruturado, seu exército organizado, seu sistema educacional panóptico e uma nova forma

POR QUE NÃO OS QURNAWIS? POR QUE NÃO OS SUL-AMERICANOS?

de experimentar o mundo através de imagens e distanciamento. Como sugerem Pellini e Marconetto (2018, p. 6),

La campaña napoleónica, puede no haber sido un éxito militar, aunque fue un rotundo éxito epistemológico, pues junto con Napoleón desembarcó la modernidad y sus dicotomías fundantes, personificadas en el racionalismo y en el “desarrollo científico”, en la separación entre naturaleza y cultura, y de la representación del representado. Si Egipto no podía ser conquistado militarmente, debía ser conquistado ideológicamente.

Essa fantasmagoria retórica é tão forte que ainda hoje está presente no Egito. Por ocasião do bicentenário da Invasão Francesa no Egito, uma série de eventos culturais foram preparados pelos governos da França e do Egito para celebrar aquilo que teria um grande marco na história dos dois países. Muitos intelectuais, incluindo egiptólogos egípcios e franceses, comemoraram a data no ano que foi chamado de “*l’année franco-égyptienne*”. Mas me pergunto: como comemorar uma empreitada colonialista, que matou milhares de egípcios, que resultou na apropriação do passado e das materialidades egípcias, que excluiu e ainda exclui os egípcios do processo de formação de conhecimento? Esta era uma pergunta que ecoava em parte da imprensa egípcia que também se perguntava: “O que temos para comemorar? O fato de termos sido conquistados e colonizados?” (COLLA, 2003). Até mesmo o editor francês do Centre d’Études et de Documentation Économiques, Juridiques, et Sociales (CEDEJ), se perguntava:

Fallait-il commémorer l’expédition d’Égypte? Et pouvait-on le faire ensemble? Français et Égyptiens pouvaientils s’associer dans le souvenir d’un épisode qui les opposa? Telles sont les inévitables questions laissées en suspens par les manifestations de l’année franco-égyptienne célébrée conjointement, mais bien inégalement, à Paris et au Caire en 1998? (COLLA, 2003, p. 1044).

Tamanha é a força da retórica colonialista que os canhões, o sangue, as mortes e a dominação foram esquecidas e substituídas pela pena da ciência e a luz da modernidade. Assim, a invasão colonial se tornou a expedição científica que tirou o Egito das trevas.

O problema é que essa modernização atendia apenas ao Ocidente, pois os modelos de nação, progresso, religião e sociedade eram baseados nos modelos europeus (SCHIELKE, 2007). Ao mesmo tempo, como a modernização veio a partir de uma assimetria de poder, os egípcios tinham que atuar a partir das es-

truturas impostas pelo poder hegemônico. Neste contexto, práticas tradicionais foram banidas por não se adequarem às expectativas estéticas e religiosas dos europeus, como foi o caso da perseguição às peregrinações em comemoração ao aniversário dos santos (SCHIELKE, 2007). Além disso, criou-se uma imagem ideal do Egito que refletia os anseios e demandas de americanos e europeus, que viam o Egito Antigo como um modelo de monarquia durável ou como o berço da civilização ocidental, embora as duas ideias não sejam excludentes.

Talvez o marco fundador deste processo tenha sido a publicação da série *Description de l’Egypte, ou recueil des observations et des recherches qui ont été faites en Egypte pendant l’expédition de l’armée française* (JOMARD, 1821), uma narrativa de guerra que utilizou até balas derretidas como instrumental na ausência de lápis. Entre a pena e o canhão, entre uma batalha e outra, a missão científica descrevia e registrava os monumentos, os minerais, a fauna e a flora, os hábitos e costumes antigos e contemporâneos. *A Description de l’Egypte*, marco fundador da egiptologia, foi produto do colonialismo. A obra foi um grande sucesso de público e não é exagero dizer que ela abriu caminho para a fascinação europeia com o Egito. Aqui teve início o processo de construção de um Egito ideal, faraônico e ocidental. Ao mesmo tempo teve início o processo de silenciamento da população islâmica egípcia, considerada como exótica e incivilizada. Nas feiras, o discurso da incivilidade da população moderna do Egito era apresentado como algo exótico, diferente e divertido.

Esse Egito ideal foi consumido e reproduzido de diversas maneiras. Seja nas narrativas de viajantes, nas feiras mundiais ou nos museus, o que se buscava era a representação imagética da experiência. Europeus e americanos, que já se sentiam conhecedores e próximos ao Egito Antigo por causa das narrativas bíblicas, se aproximaram ainda mais do Egito Faraônico, dando impulso ao turismo. As pessoas queriam conhecer e experimentar aquela terra de fantasias. Foi o que aconteceu, por exemplo, com Théophile Gautier, artista parisiense que criava cenários orientais para a Ópera de Paris, que resolveu ir ao Egito depois de visitar a exibição egípcia na Feira Universal de 1867, ou com Gustave Flaubert, que, inspirado pelas narrativas dos viajantes, viajou até o Cairo.

O problema, como aponta Mitchell (1998), é que as pessoas procuravam no Egito aquilo que elas viram nas feiras e leram nos livros. Elas procuravam apreender o Egito da mesma maneira que apreendiam as imagens em livros e expo-

POR QUE NÃO OS QURNAWIS? POR QUE NÃO OS SUL-AMERICANOS?

sições. O Egito era uma representação e uma rerepresentação (SAID, 1978). O escritor francês Gerard Nerval resume assim seu desapontamento com o Cairo:

Think of it no more [...] That Cairo lies beneath the ashes and dirt, [...] dust-laden and dumb [...] I really wanted to set the scene for you here [...]’but [...] it is only in Paris that one finds cafés so Oriental (MITCHELL, 1998, p. 29).

Segundo Mitchell (1998), seu desapontamento com o Egito vinha de sua falha em construir representações como a que ele encontrava nos livros e nas feiras ou em sua experiência das cidades modernas europeias, estruturadas de maneira distanciada.

Belo Horizonte, 28 de abril de 2018

Qurna: uma imagem que não interessa

Talvez a maior violência epistêmica perpetrada pelo Ocidente contra o Egito e contra os egípcios não tenha sido a apropriação do passado e das materialidades, com, por exemplo, a posse e ressignificação de obeliscos como os que podemos ver na Piazza Navona e na Catedral de Santa Maria del Popolo em Roma ou na beira do Tâmisia em Londres (HASSAN, 2003), ou com os espetáculos públicos de exumação de múmias egípcias em que se cobravam ingressos, como fez Thomas “Múmia” Pettigrew e outros cientistas (RIGGS, 2013); mas, sim, a exclusão da população egípcia islâmica do processo histórico. A imagem de um Egito ideal e faraônico, fomentada pelas feiras e programas televisivos, excluía e continua excluindo categoricamente os muçulmanos do passado egípcio. É como se os muçulmanos não existissem e a única história egípcia válida fosse a dos faraós. Não à toa, pois, na retórica ocidental, o mundo dos faraós teria sido o berço da civilização, e o mundo moderno era o mundo colonizado. Como nos aponta El Daly (2005), é como se faltasse um milênio na história egípcia.

No caso de Luxor, especificamente, a ruptura entre um Egito ideal e o Egito moderno e o conseqüente desaparecimento das populações modernas do discurso egiptológico teve conseqüências nefastas. Apoiados em um discurso de desinteresse, de pilhagem de túmulos e de destruição do patrimônio, a população qurnawi foi expulsa violentamente de suas residências localizadas no West Bank do Nilo, na área da chamada Necrópole Tebana. O objetivo era, segundo a retórica científica, proteger e preservar as tumbas da Necrópole, desde que

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

muitas das casas qurnawis estavam localizadas justamente em cima de tumbas do período faraônico, ou se utilizavam destas tumbas como banheiro, celeiro ou depósito anexos (Fig. 5, 6, 7).



Fig. 5 – Casas qurnawis, Khoha 2008.
Fonte: Fotografia José Roberto Pellini, 2008.



Fig. 6 – Escombros de casas qurnawis, Khoha 2009.
Fonte: Fotografia José Roberto Pellini, 2009.

POR QUE NÃO OS QURNAWIS? POR QUE NÃO OS SUL-AMERICANOS?



Fig. 7 – Casa ainda de pé em Sheikh Abdel Qurna.
Fonte: Fotografia José Roberto Pellini, 2018.

Como têm demonstrado Simpson (2010) e Van der Spek (2011), a utilização das tumbas faraônicas como moradia não é um fenômeno novo, tendo sido observado por diversos viajantes europeus desde o século XV EC. Denon, Bruce, Norden, Lane, Wilkinson e Rhind foram alguns dos que descreveram a utilização das tumbas por populações locais. Segundo Edward Lane, as tumbas eram utilizadas pelas famílias de Qurna principalmente como habitações:

Many of the grottoes in the tract adjacent to the mountains, and many of those which are in the sides of the mountains, but not too high to be easily accessible, are now inhabited; the whole population of El-Ckoor'neh, as I have before mentioned, residing in them. The number of inhabited grottoes in this place is between 130 and 150; and few of these are occupied by less than five or six inmates [...] The sepulchral grottoes of El-Ckoor'neh are very comfortable habitations; sheltering the inmates from the heat in summer, and from the cold of the winter months, more effectually than do the huts of the villagers of Egypt [...] Almost all the families here keep dogs to guard them: to strangers, these animals are very savage. The Ckoorna'wees (or people of El-Ckoor'neh) are mostly Moos'lims (LANE, 2000, p. 327-28).

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

Tal fato é conformado por Robert Richardson, que ainda fala da hospitalidade dos moradores das tumbas. Segundo ele:

The mistress and daughters of the family sit round the door and retire into the cell on the approach of a stranger, who is received by the master of the family, and sits down in the open air, among the dry sand, or on a mat, if there happens to be such a luxury at hand. He is generally presented with bread and milk, coffee and tobacco. The dogs being entrusted with the defence of the settlement, occupy the heights above, and furiously assail every stranger who ventures to approach (RICHARDSON, 1822, 2, p. 74).

Henry Rhind, em sua descrição do West Bank no século XIX, fornece uma visão mais completa sobre as casas e sobre o estilo de vida desta população.

Of all, the mode of living is simplicity itself, their dwellings, their dress, and their food being of the most primitive kind. The outer rock-cut chambers of the tombs, in conjunction with mud erections in front, serve them as abodes; and these they share with the few cattle which the richer of them possess, the sheep, goats, dogs, fowls, and pigeons, which always go to constitute the household. A heap or two of thick dhoora straw, some earthen pots, and cupboards of sun-baked clay, would complete the inventory of the furnishings of an ordinary habitation. The luxury of raised beds formed of a framework of palm branches is of rare occurrence (RHIND, 1862, p. 290).

Em outro trecho o autor descreve:

The house of the sheikh was a square rock-area with the doorways of tombs on three sides and a brick wall on the fourth. In these inner dens each wife had her separate abode; but during the day they were all together in the court, spinning or oftener chattering childishly (as they were very young girls), amicably enough for the most part, when I chanced to see them. There were, however, from time to time sounds of grave disturbance; and we used to hear of one or other of the wives running off to her old home, of the mother-in-law unceremoniously fetching her back, and of the infinite tribulation it cost the dowager to keep them all in order (RHIND, 1862, p. 297).

Segundo Van der Spek (2003), é difícil determinar com exatidão quando e porque os aldeões deixaram suas casas e foram morar nas tumbas faraônicas. É possível que a ocupação das tumbas tenha sido um fenômeno de resiliência em resposta a momentos de estresse social e econômico (SIMPSON, 2003; VAN DER SPEK, 2011). É possível também que tenha sido um processo longo

POR QUE NÃO OS QURNAWIS? POR QUE NÃO OS SUL-AMERICANOS?

e paulatino da busca dos aldeões por abrigo durante o verão ou que, seguindo o exemplo dos monges coptas, que procuravam isolamento nas tumbas abertas, os aldeões tenham visto nestas estruturas uma acomodação conveniente (VAN DER SPEK, 2003).

O discurso mais aceito pela egiptologia sobre a ocupação das tumbas como área de moradia está relacionado à ideia de que os qurnawis utilizavam as tumbas por causa da procura de objetos faraônicos. Neste sentido, sedimentou-se o discurso da população qurnawi como uma ameaça. Esse é um discurso simplista e conveniente ao Ocidente por dois motivos. Em primeiro lugar, porque a ideia de que os qurnawis foram habitar as tumbas a fim de roubar os objetos faraônicos transfere toda a responsabilidade pelo saque de objetos à população egípcia sem considerar que foi a demanda por estes objetos na Europa que deu início à procura por objetos faraônicos, a começar pelas múmias. Neste sentido, a caça aos objetos se insere dentro do contexto colonialista, onde emissários e diplomatas dos governos imperialistas eram pagos para colecionar e acumular objetos e trazê-los à Europa (vamos lembrar que boa parte das coleções dos grandes museus europeus é fruto justamente desta prática). Em segundo lugar, a ideia de que os qurnawis são ladrões de túmulos e destroem as materialidades do passado egípcio gera a necessidade de uma figura protetora, aquela pessoa ou instituição que irá impedir que os “selvagens” destruam objetos e monumentos. Esse é justamente o papel que o Ocidente se confere neste processo. Na retórica ocidental, a destruição gera a necessidade de proteção e, se os egípcios não têm condições de cuidar de seu próprio passado, os ocidentais podem assumir esta tarefa, com um sorriso cínico.

É preciso lembrar, no entanto, que não foram apenas os qurnawis que ocuparam as tumbas no West Bank. Egiptólogos como Gardner Wilkinson, Robert Hays e muitos outros, tanto no século XIX quanto no início do século XX, habitavam tumbas, seja por praticidade ou por conforto. Wilkinson, por exemplo, não só utilizou a Tumba Tebana 38 como habitação, como modificou seu layout com a construção de um quarto para dormir, um escritório, uma sala de jantar, uma cozinha e uma torre de pombos (THOMPSON, 2015). É interessante notar que, na retórica egiptológica, enquanto os qurnawis que habitavam as tumbas eram vistos como detratores, como aqueles que na busca por tesouros destruíam e danificavam as tumbas e, por consequência, o passado faraônico, os egiptólo-

gos que faziam a mesma coisa eram vistos como cientistas e pesquisadores que trabalhavam em prol da egiptologia. Neste sentido, era preciso derrubar as casas qurnawis e permitir que as tumbas fossem estudadas e protegidas.

Esse trabalho de remoção às vezes forçada da população qurnawi teve início ainda no século XIX e início do XX. Howard Carter, ele mesmo um negociador de antiguidades em nome do Instituto de Artes de Detroit, quando esteve à frente do Serviço de Antiguidades em Luxor, embora não tenha expulsado nenhum morador de sua casa, chegou a colocar portas de madeira e depois de ferro na entrada de várias tumbas. A expropriação tem início realmente por volta de 1905, com Arthur Weigall e Robert Mound, que, em alguns casos convenceram os habitantes de algumas tumbas a deixarem suas residências em nome de uma compensação financeira que era paga por Mound (VAN DER SPEK, 2011). Esse processo de expropriação das comunidades de Qurna chegou ao auge entre os anos de 1998 e 2006. Em 2005 se deu a maior ação de retirada da população qurnawi, promovida pelo governo egípcio e com o apoio velado dos arqueólogos, por meio da destruição de casas com tratores. Vídeos nas redes sociais mostram casos em que as casas eram derrubadas na frente das famílias que por anos habitaram o local. Todo o entulho gerado pela derrubada das casas foi deixado na Necrópole. Esse entulho foi mais tarde recolhido pela American Research Center in Egypt, através do projeto “ARCE’s Qurna Improvement Site” que teve início em 2011 e durou até 2014.

Mas, a despeito do discurso oficial preservacionista, o que a expulsão da comunidade qurnawis da Necrópole Tebana revela é a tentativa da construção de uma Disneylândia arqueológica voltada para o turismo faraônico (PELLINI, 2018). A simples ideia de uma Necrópole Tebana como uma paisagem exclusivamente faraônica é uma ficção egiptológica visto que ela ignora a história social moderna da área. Tal ficção, a meu ver, foi criada para: 1) empoderar o Ocidente e os arqueólogos ocidentais que se veem como protetores do passado egípcio; 2) criar e sedimentar a imagem de um Egito ideal; e 3) fomentar o turismo ocidental, quase exclusivamente voltado para o passado faraônico.

Como apontam Van der Spek (2013) e Simpson (2010), embora a maioria dos egiptólogos argumente que a ocupação de Qurna teve início com a presença ocidental na área – que, como vimos, é um discurso bastante conveniente, pois associa a origem da população qurnawi diretamente ao roubo de túmu-

POR QUE NÃO OS QURNAWIS? POR QUE NÃO OS SUL-AMERICANOS?

los e objetos faraônicos, isentando os ocidentais deste processo –, fontes sugerem que o início da ocupação pós faraônica no West Bank remonta pelo menos ao período bizantino, momento em que os templos de Medinet Habu e Deir el Bahary eram ocupados por comunidades de monges coptas. Incrições coptas em muitas tumbas da área de Sheikh Abdel Qurna indicam que os coptas não só tinham acesso a estas áreas como podiam ter também habitado estas estruturas (GORECKI, 2014). Segundo Van der Spek (2011), embora a continuidade da ocupação humana na área desde os tempos faraônicos não possa ser excluída, é difícil localizar a origem dos qurnawis. Para a autora, parece cada vez mais claro que a composição e afiliação cultural dos qurnawis está, pelo menos em parte, associada aos clãs ancestrais de beduínos que migraram para o Egito a partir da conquista árabe no ano de 641EC. Seja a partir da presença copta ou da vinda de beduínos, o certo é que a origem da população qurnawi é complexa, antiga e baseada em laços de parentesco. E foram justamente estes laços de parentesco que deram forma à paisagem do West Bank.

Embora a egiptologia divida o West Bank de Luxor em áreas arqueológicas que compreendem Vale dos Reis, Vale das Rainhas, Deir el Medinah, el Tarif, Dra Abu el Naga, Khoha, Sheikh Abdel Qurna e Qurnet Murai, tais classificações não são reconhecidas pelos habitantes locais, já que a paisagem do West Bank é concebida por eles através dos laços de sangue. Assim, segundo Van der Spek (2011),

the northern part of Qurnat Mara'i, Shaykh 'Abd al-Qurna, al-Khukha, and al-'Asasif are locally known as al-Hurubat, that is, the community descending from Harb. Similarly, the region of Dra' Abu al-Naga comprises the communities claiming descent from Hassan (al-Hasasna), Ghaba (al-Ghabat) and 'Atya (al-'Atyat). Located in the plain between the hills of Qurnat Mara'i and Shaykh 'Abd al-Qurna is Nag' al-Rasayla, the hamlet of the descendants of 'Abd al-Rasul [...] in the vicinity of the Ramesseum, the memorial temple of Ramesses II [...] consider themselves part of Shaykh 'Abd al-Qurna's al-Hurubat community. Indeed, most of these roadside settlements represent population overflows from the foothills proper. Thus, facing Dra' Abu al-Naga, the communities of 'Izbit al-Ward and al-Sualim are generally comprised of those who align themselves with al-Hasasna, al-Ghabat, and al-'Atyat (49-51).

Se a nomenclatura egiptológica não tem sentido para os qurnawis, a nomenclatura social, baseada no parentesco e associada à ocupação qurnawi do West

Bank, não tem sentido algum para os egiptólogos. A categorização da paisagem a partir de marcos arqueológicos, neste sentido, silencia a história qurnawi, tornando-se a maior violência epistêmica criada no país, em nome de um Egito ideal e faraônico. Por isso, não me é surpreendente o silêncio dos arqueólogos ocidentais que trabalham no Egito frente à violência cometida contra a população qurnawi, desde que a maioria acredita justamente que a necrópole deveria ser limpa e retratar apenas o passado faraônico, como se as casas e a vida qurnawis não fizessem parte da história daquela paisagem. Com exceção de dois ou três pesquisadores, como Caroline Simpson, Van der Speek e Tomasz Gorecki, não houve nenhuma mobilização formal da comunidade arqueológica contra a expulsão da comunidade qurnawi da Necrópole. O mais interessante é que, quando o Museu Egípcio do Cairo, um museu exclusivamente voltado ao passado faraônico, foi alvo de alguns manifestantes durante a Primavera Árabe, sociedades científicas como o International Council of Museums (ICOM), a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco), o International Committee of the Blue Shield (ICBS), o Archaeological Institute of America (AIA) a American Anthropological Association (AAA) e o World Archaeological Congress (WAC) emitiram comunicados oficiais pedindo a proteção daquele que seria um “patrimônio que pertencia à toda a humanidade”, sendo que nenhuma delas se manifestou quando ocorreu a expulsão da comunidade qurnawi de suas casas. Fica claro que o mais importante não é a crise social e humanitária, a morte e o despejo de pessoas, o desemprego desta população que vivia do turismo e da arqueologia, mas as materialidades de um passado ideal que pertence a toda a humanidade. Para mim essa ideia de um passado que pertence a todos os humanos é um discurso colonial, imperialista, que busca universalizar a história humana e estabelecer guardiões, sedimentando, assim, as atuais estruturas de poder. O passado e o presente egípcio e as materialidades egípcias são dos egípcios e de mais ninguém. Não cabe a nós, não egípcios, legislar sobre este passado e sobre esta materialidade.

Na Arqueologia, o multiculturalismo que veio junto com o pensamento pós-processual buscou tentar romper com esta ideia de um passado único, reconhecendo os direitos das populações atuais. Como aponta Gnecco (2012), o multiculturalismo se propôs como uma alternativa e uma abertura para o entendimento intercultural com uma promessa de igualdade que abre a prática

POR QUE NÃO OS QURNAWIS? POR QUE NÃO OS SUL-AMERICANOS?

arqueológica aos atores locais e certo espaço de circulação narrativa e inclui outros horizontes históricos em suas interpretações. Mas esta agência de militância contra a violência epistêmica é, na realidade, enganosa e retórica, desde que, segundo o autor, uma das maiores contradições do discurso multicultural é a criação de essencialismos ao mesmo tempo em que condena as diferenças essencializadas.

Sendo assim, o que temos visto é a perpetuação dos discursos de poder, sobretudo em Qurna, onde os qurnawis ainda não foram incluídos dentro da história egípcia. O multiculturalismo muda, reconhece a diversidade, para continuar fazendo o mesmo. Vivemos uma espécie de novo orientalismo que é fundamentado, em primeiro lugar, na ideia de que a população de Qurna não pertence à história e à paisagem egípcia, principalmente àquela paisagem que faz parte da fantasia e do discurso oficial ocidental; e, em segundo lugar, na ideia de que os qurnawi são ladrões selvagens que destroem o patrimônio histórico da humanidade. David Jeffreys, egiptólogo inglês, em um texto de 2003, culpa, por exemplo, o processo de industrialização egípcia pela destruição do patrimônio, deixando a entender que o Egito não deveria se industrializar, mas ficar congelado no tempo a fim de manter intacta a paisagem faraônica. Esse discurso, que acaba tornando os egiptólogos e arqueólogos ocidentais os responsáveis pela preservação e manutenção desta pureza original da paisagem, é o maior exemplo de violência epistêmica perpetrada pela egiptologia, uma ciência ainda colonialista e atrasada. Os qurnawis são, neste contexto, os não agentes que são silenciados e utilizados para sedimentar os discursos de poder da egiptologia.

Justamente por não corresponderem à imagem de um passado Faraônico vendável é que as casas das populações qurnawi foram destruídas para dar lugar a uma Disneylândia arqueológica, onde o passado faraônico é exaltado, atendendo, assim, às expectativas de colonizadores, turistas e arqueólogos. O silêncio dos arqueólogos, como se fossem agentes inocentes, é digno de nota em especial e revela, a meu ver, a concordância velada durante todo este processo.

Belo Horizonte, 3 de maio de 2018

E por que não a América do Sul?

O Programa Arqueológico Brasileiro no Egito

David Jeffreys, egiptólogo inglês do University College of London, na introdução do livro *Views of Egypt since Napoleon Bonaparte: Imperialism, Colonialism and Modern Appropriations*, lançado em 2003, fala com surpresa e certa estranheza sobre a existência de pesquisadores sul-americanos e indianos que trabalham com a história do Egito, ainda mais porque, segundo ele, estas são regiões marcadas por grandes desigualdades sociais – ponto que, aliás, faz questão de ressaltar. Estranho é o editor de um livro devotado ao Colonialismo e ao Imperialismo se mostrar surpreso diante do fato de que países em desenvolvimento têm interesse pela arqueologia egípcia e egiptologia. Jeffreys esquece que grande parte das desigualdades que vivemos hoje nos países subalternos tem origem justamente nas políticas colonialistas de potências hegemônicas como a Inglaterra. Ele deveria ficar feliz ao editar um livro sobre Colonialismo e ver países do sul geopolítico, que sofreram e ainda sofrem com o processo de dominação, desenvolverem pesquisas sobre a história egípcia. Mas este não parece ser o caso. Sua fala e seu aparente desdém carrega o peso da tradição colonial que está presente dentro da egiptologia, evidenciando o que parece ainda ser o sentimento dominante entre europeus e americanos, de que continua cabendo a eles a tarefa de pesquisar e proteger a história do Egito, sobretudo a do Egito Antigo.

O problema é que, devido ao seu caráter colonialista e sua preocupação exclusivamente devotada ao estudo do passado faraônico, a egiptologia, como o próprio Jeffreys reconhece mais adiante em seu texto, acabou se fechando e se isolando dos debates que hoje estão tão presentes dentro das ciências humanas. Agendas alternativas como as do pós humanismo, dos estudos de gênero ou das arqueologias feministas, *queer*, radicais, senso-afetivas e das abordagens ontológicas e transversais têm pouco espaço dentro da disciplina, pois, como nos mostra Juan Carlos Moreno García (2014), hoje, assim como no passado, a egiptologia está mais preocupada em desenterrar monumentos do que produzir interpretações; está mais preocupada com representações e rerepresentações do que com abrir novos espaços de discussão. Para o autor, a popularidade do Egito Antigo gera, dentro da disciplina, um processo de retroalimentação que estimula novas descobertas em detrimento dos avanços interpretativos, já que

POR QUE NÃO OS QURNAWIS? POR QUE NÃO OS SUL-AMERICANOS?

a popularidade do Egito Antigo na mídia de massa gera a demanda por novas descobertas. Novas descobertas trazem fundos para a pesquisa, e isso acaba por aumentar a visibilidade do Egito Antigo, criando, por consequência, novas demandas por descobertas, em um ciclo sem fim. Isso, segundo ele, explicaria parte da preocupação da egiptologia com descobertas e não com interpretações. Ao mesmo tempo, novas descobertas focam o interesse dos egiptólogos em templos, tumbas e grandes monumentos, o que resulta na opção por fontes ligadas à história oficial egípcia, à história das elites, silenciando as vozes subalternas e até mesmo o Egito islâmico. Tal cenário deixa pouco espaço para o novo, para o diferente, e transforma a egiptologia em uma ciência estagnada.

Não precisamos ir muito longe para ver o quanto a egiptologia reproduz o discurso colonial: basta ver quantas publicações sobre o Egito Antigo são escritas em árabe ou quanto egiptólogos e arqueólogos que trabalham no Egito falam árabe, para entender que o inglês, o francês e o alemão, as línguas imperiais, são ainda as línguas oficiais do discurso egiptológico, mesmo em um país cuja língua oficial é o árabe. Como nos mostra Wynn (2007), durante o Eighth International Congress of Egyptology, que aconteceu no Cairo no ano 2000, os organizadores proclamaram que a língua árabe seria a língua oficial do encontro, fato inédito nos congressos de egiptologia. Mas a realidade foi um pouco diferente, pois somente uma das mais de quatrocentas comunicações realizadas durante o congresso foi feita em árabe. Como diria o jornalista egípcio que cobriu o evento: “*a deaf man at a wedding procession*” (WYNN, 2007, p. 65). O estudo do Egito Antigo é, segundo Langer (2017), um exemplo do Dilema de Chakrabati, ou seja, para os egípcios estudarem seu próprio passado, eles precisam se referir à historiografia europeia e americana. Isto, segundo o autor, resulta na reprodução das narrativas hegemônicas, já que até hoje países como França, Inglaterra e Estados Unidos dominam política e economicamente este campo científico. Ainda segundo Langer (2007), embora possamos ver a presença de egípcios à frente do Serviço de Antiguidades e a formação de equipes de arqueólogos egípcios como possíveis sinais de um processo de descolonização da disciplina, é ainda muito cedo para pensar que a egiptologia está em um processo de libertação dos laços coloniais. Por exemplo, somente guias formados em egiptologia podem ter autorização para acompanhar turistas em suas visitas a monumentos e museus. Este tipo de atitude que busca a uniformização do discurso sobre o passado nada

mais é que uma ferramenta colonialista, uma violência epistêmica que impede a criação de passados alternativos, ao mesmo tempo que sedimenta uma visão eurocentrada tanto sobre o passado, quanto sobre o presente egípcio.

Neste contexto de isolamento e postura colonialista, não é de se estranhar a surpresa de Jeffreys quanto à existência da egiptologia no sul geopolítico. Há que se admitir que o desenvolvimento da egiptologia no Brasil também é fruto do colonialismo. Por exemplo, a coleção egípcia do Museu Nacional no Rio de Janeiro é fruto do comércio de antiguidades e foi adquirida por Dom Pedro I, então imperador do Brasil, em 1824. Hoje, a coleção, que é formada por 55 estelas e baixo relevos, 15 sarcófagos e fragmentos, 81 estátuas votivas, 216 *ushabits*, 29 múmias, 54 amuletos, 5 papiros, 69 objetos menores e 100 objetos funerários em geral, é considerada uma das mais importantes da América. Mas não é só isso, já que D. Pedro II, filho de D. Pedro I, se considerava um verdadeiro egiptólogo e fez duas viagens ao Egito: uma no período entre 25 de maio de 1871 e 30 de março de 1872 e outra entre os anos de 1876 e 1877. Na última viagem, o imperador foi presenteado pelo Quediva Ismail com um sarcófago do período saíta. D. Pedro II trocava cartas com egiptólogos importantes de sua época, mostrando que, se não era um verdadeiro egiptólogo, pelo menos estava atualizado com as novidades sobre o passado faraônico.

Essa relação entre o Egito e o Brasil em muito influenciou a sociedade brasileira. Do ponto de vista político, a elite se apropriava da história egípcia para reafirmar seu caráter civilizado. Já do ponto de vista cultural e principalmente arquitetônico, muitos imóveis públicos e privados passaram a estampar uma estética faraonista que ainda hoje pode ser vista em cidades como Curitiba e Porto Alegre. Há muitos outros exemplos da presença da cultura faraonista no Brasil:

uma pintura a óleo de Honório Esteves, denominada *O Pastor Egípcio*, que se encontra no Museu Mineiro; um túmulo, de autor anônimo, em Cemitério do Rio de Janeiro; imagens, em ferro, de um casal, de autoria desconhecida, em prédio particular, no Rio de Janeiro; pinturas e esculturas na Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, datadas e assinadas, em Porto Alegre; pinturas parietais, em Motel de São Paulo; propaganda sobre a exibição “Egito faraônico”, promoção da Casa França-Brasil e do Louvre, publicada na Revista Classe, cuja procedência não foi informada. (BAKOS, 2003, p. 213).

Nas escolas primárias, muita ênfase é dada à história do Egito. Como de-

POR QUE NÃO OS QURNAWIS? POR QUE NÃO OS SUL-AMERICANOS?

mostra Funari (2010), nos livros didáticos brasileiros é dado mais destaque a Tutankhamon do que a Zumbi dos Palmares. Nas universidades, nos cursos de arqueologia e história, há grande demanda para cursos de egiptologia e arqueologia egípcia e, embora não haja cursos formais destes temas no Brasil, cursos de pós-graduação em arqueologia admitem alunos interessados no tema. Como argumentam Funari (2010) e Bakos (1998, 2003), embora não institucionalizada, a egiptologia no Brasil tem uma história e uma importância única na formação da sociedade civil, despertando grande interesse em jovens e adultos.

Mas, a despeito da importância da egiptologia e da arqueologia egípcia no país, nunca houve uma missão arqueológica brasileira no Egito. Existem arqueólogos brasileiros trabalhando em missões estrangeiras, mas nunca houve uma missão liderada por brasileiros e apoiada por instituições brasileiras. Como resultado, parte da egiptologia desenvolvida no Brasil acabou tendo que se adequar às prioridades e agendas hegemônicas, não diferindo em essência do que é praticado por europeus e americanos.

Para mudar este cenário, em 2015 foi criado o Programa Arqueológico Brasileiro no Egito (Brazilian Archaeological Program in Egypt – Bape). Coordenado por mim, o Bape nasceu para servir como alternativa aos discursos hegemônicos presentes na egiptologia. Em 2016, a primeira iniciativa do Bape foi apresentar ao governo egípcio a proposta para a escavação, restauração, conservação e socialização das Tumbas Tebanas TT123 e TT368. Chamado de Projeto Amenenhet, em homenagem ao proprietário da tumba TT123, o projeto apresentava não apenas um direcionamento acadêmico e científico singular, apoiado na arqueologia senso-afetiva, na virada ontológica e nas chamadas arqueologias radicais, mas apresentava, acima de tudo, uma proposta política ao reconhecer o papel social dos arqueólogos, antropólogos e de todos os agentes envolvidos na formulação, aprovação e execução do programa.

O projeto foi aprovado pelo Comitê Permanente do Serviço de Antiguidades em outubro de 2016. Dado o ineditismo da iniciativa de se formar a primeira missão arqueológica brasileira no Egito e as propostas inovadoras trazidas, o Centro de Documentação do Egito Antigo, órgão ligado ao Ministério de Antiguidades do governo egípcio, propôs a formação de uma *joint mission* entre brasileiros e egípcios. A *joint mission* foi formada a partir de orientações da chamada Arqueologia Colaborativa, na qual se procura a construção conjunta do

conhecimento e não a imposição de estruturas de pensamento dirigidas.

Em 2017, com a minha transferência da Universidade Federal de Sergipe (UFS) para o Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Bape e o Projeto Amenenhet passaram a ser sediados na UFMG, tendo sido ambos aceitos e aprovados na Câmara Departamental em novembro de 2017. No mesmo ano, o Bape cresceu e deu início a outros dois projetos, sendo um deles antropológico e outro de caráter cultural. Ambos os projetos estão associados ao Projeto Amenenhet e visam manter diálogos com as comunidades de Qurna em Luxor, área onde as tumbas estão localizadas. O projeto antropológico busca discutir o misticismo islâmico moderno e o uso dos sítios arqueológicos dentro de práticas consideradas não ortodoxas dentro da religião muçulmana, como, por exemplo, a visita a sítios arqueológicos a fim de se obter benção. Busca também discutir a presença de espíritos e entidades em sítios arqueológicos e o uso de alucinógenos tanto no passado quanto no presente, bem como a ocupação moderna da área de Qurna. A pesquisa antropológica, que conta com a participação de antropólogos da Universidad Nacional de Córdoba, já tem gerado produtos como publicações e participações em congressos internacionais. O projeto cultural, por outro lado, tem como objetivo desenvolver narrativas alternativas ao discurso acadêmico para a melhor socialização do conhecimento. Assim, artistas, tanto de Luxor, quanto de outras partes do Egito e do mundo, estão sendo convidados para interpretar as tumbas e a paisagem de entorno, seja através de pinturas, músicas e poesia, seja através de performances. Para o Bape, os discursos alternativos têm igual espaço ao discurso acadêmico, sendo tratados de forma simétrica. O Bape, como veremos abaixo, não acredita e não defende discursos universalistas de verdade, pois estes acabam se sobrepondo aos discursos subalternos, o que resulta no silenciamento de tais vozes.

No início de 2018, a Universidad de Córdoba firmou parceria oficial com o Bape, transformando o projeto Amenenhet em um projeto brasileiro, argentino e egípcio. Este é um elemento de destaque, pois definitivamente apresenta o Projeto Amenehet e o próprio Bape como originados e gestados no sul geopolítico, o que tem importantes desdobramentos em relação aos posicionamentos acadêmicos e políticos do projeto. Um deles é que o Projeto Amenenhet reconhece que, como indivíduos nascidos e criados no sul geopolítico, vivenciamos

POR QUE NÃO OS QURNAWIS? POR QUE NÃO OS SUL-AMERICANOS?

as estruturas de poder colonial e pós colonial de maneira intensa e isso deve se refletir no projeto a partir da maior abertura ao diálogo, aos processos de descolonização estética e senso-afetivas, de menos hierarquização e do reconhecimento de que a arqueologia, a egiptologia e as ciências em geral funcionam como estruturas de poder, que sedimentam discursos de exclusão e silenciamento. Encaramos o Projeto Amenehet não apenas como um projeto de arqueologia, mas de emancipação política, estética, cultural e científica. Encaramos o Projeto Amenehet como uma alternativa para nos libertarmos da lógica modernista, pós-modernista e altermoderna que está presente na egiptologia, a fim de descolonizar as subjetividades controladas sob a estética imperial moderna e suas consequências (PELLINI, 2018). A estética descolonizada que guia o Bape e o Projeto Amenehet é uma ferramenta para confrontar um mundo abarrotado com situações de choque, anestesia, mercadorias e informações que invadem nossa vida e confinam nosso potencial criativo e imaginativo.

Com o objetivo de se posicionar tanto científica quanto politicamente, o Bape assume uma série de diretrizes norteadoras, sendo as principais:

1) **Reconhecimento da Relacionalidade como princípio fundador.** O mundo moderno é um mundo representacionista, onde predomina a ideia de que a realidade é algo dado, pré-existente e universal e que apenas sua leitura é que é variável. Aqui, os elementos materiais são, na realidade, uma representação do eu ou da sociedade e, sendo assim, os objetos representam algo mais do que eles próprios – ou seja, são um reflexo de ideias, simbolismos e narrativas. Em contraposição a este pensamento, o Bape acredita que a realidade é fruto de uma relação e não de um elemento pré-existente. Para o Bape, sujeito e objeto se tornam sujeito e objeto a partir de uma relação. Os objetos não carregam consigo propriedades que preexistem ao fenômeno no qual eles se manifestam, uma vez que as propriedades dos objetos são aquelas dos fenômenos nos quais sujeito e objeto são parte constituintes. Se objetos cessam sua ação de relação, eles deixam de existir. Em outras palavras, podemos dizer que não há coisas individuais e independentes no mundo, coisas com propriedades pré-determinadas, características pré-estabelecidas, significados que antecedem aos objetos; há somente coisas dentro do fenômeno. Neste modelo de mundo em que a relação é ontologicamente precedente, não há uma definição a priori dos tipos de seres que dão

forma ao social, desde que corpos, ou seja, toda e qualquer matéria, são atualizados, reconhecidos e significados através de um conjunto de relações.

2) **Reconhecimento da relacionalidade como um fenômeno senso-afetivo.** Se a realidade é relacional, ela nos é dada como resultado de uma experiência que é sensorial, afetiva, mnemônica e emocional. A sensorialidade não pode ser separada da afetividade, da memória, da atenção e do espaço-tempo. Como defende Pellini (2018), o papel principal dos sentidos não é permitir que o corpo receba os estímulos do mundo material, mas permitir que, através deles, a afetividade, a atenção, a memória e o espaço-tempo estabeleçam conexões que nos permitem tocar e sermos tocados por outros corpos.

3) **Reconhecimento do caráter colonialista da Arqueologia e da Egiptologia.** A Arqueologia e a Egiptologia são disciplinas científicas forjadas dentro de um contexto colonialista e moderno e, como tais, compartilham de suas bases ontológicas, ou seja, o distanciamento, a objetividade cartesiana, a dicotomia natureza/cultura, o alinhamento com as políticas de mercado, a violência epistêmica e ontológica, a reificação da história, a anestesia cultural e a estratificação dos sentidos – elementos contra os quais o Bape luta.

4) **Rompimento com as estruturas hierárquicas de poder.** O Bape busca horizontalizar a tomada de decisões dentro do próprio programa, tanto no âmbito acadêmico e científico, quanto nas esferas políticas e administrativas. A ideia é permitir um processo simétrico na tomada de decisões e no posicionamento político. Não acreditamos em uma ciência neutra e distanciada, pois reconhecemos nosso papel político enquanto agentes formadores de opinião.

5) **Desobediência epistemológica.** A violência epistêmica perpetrada pelo colonialismo tem permitido que certas visões de mundo se imponham como sistemas de verdade. Segundo Gnecco (2012), a violência epistêmica não apenas apaga os sistemas de conhecimento e as cosmovisões do colonizado, ela também distorce, confunde e agrupa as cosmovisões, o que é, em si, mais perverso. A violência epistêmica não reconhece a verdade do outro. O Bape acredita que a ideia de que só existe uma versão da história implica sua validação contra histórias locais e, neste contexto, o diferente é simplesmente silenciado, desqualificado e apagado. Para nós, existem diferentes formas de contar uma história, todas elas válidas, desde que não ultrapassem os limites da ética – ou seja, desde que não prejudiquem qualquer coletividade. Como apontam Haber (2012), Mignolo

POR QUE NÃO OS QURNAWIS? POR QUE NÃO OS SUL-AMERICANOS?

(2010) e Gnecco (2012), nós precisamos questionar os enunciados e os enunciadore e desafiar as estruturas de poder hegemônicas.

6) **Descolonização Estética.** O Bape reconhece que fomos educados dentro de modelos estéticos que normatizam e colonizam nossos corpos e nosso comportamento. Uma descolonização estética se move além dos universalismos, promovendo, assim, o pluralismo, que rejeita as verdades únicas.

7) **Promoção de narrativas alternativas.** Durante mais de um século, a egiptologia tem construído seus discursos a partir de posicionamentos centrados no objetivismo científico, no positivismo cartesiano e, em especial, na ideia de que deve haver um total distanciamento em relação à dimensão humana do arqueólogo. Como resultado, temos hoje uma disciplina em que há uma falta de imaginação para pensar novos temas de estudo; a não consideração de ontologias alternativas como ponto de partida para se pensar diferentes interpretações; a predominância de posições ocularcentristas e cartográficas; narrativas em que predomina o formato acadêmico tradicional; e uma ortodoxia nas formas de apresentar os resultados das pesquisas tanto para cientistas quanto para o público em geral. Neste sentido, o Bape busca fomentar a utilização de narrativas alternativas tanto para a formação quanto para a publicização do conhecimento, por acreditar que isso pode promover a descolonização da prática arqueológica. Para tanto, o Bape promove a participação de artistas, da comunidade local, de performers e de discursos não oficiais como parte do processo de análise e interpretação das materialidades.

8) **Colaboração e não coordenação.** O Bape respeita o conhecimento e os agentes locais e busca atuar em cooperação. Por este motivo, a primeira Missão Brasileira no Egito foi formada como uma joint mission, na qual os diferentes atores associados ao projeto trabalham dentro de ações colaborativas. Dentro dos projetos não há imposição de saberes, não há estratificação hierárquica de trabalho e não há privilégio de informação.

A partir destas diretrizes, o Bape espera estar contribuindo para a descolonização da prática egiptológica, servindo como alternativa aos modelos hegemônicos de ciência hoje em voga para o estudo do Egito, seja ele antigo ou moderno.

Referências

BAKOS, M. Three Moments of Egyptology in Brazil. *Proceedings of Seventh International Congress of Egyptology*, 3–9 September, 1998, pp. 87-91.

BAKOS, M. Corpo e Egiptomania no Brasil. *Phoînix* 9, 2003, pp. 210-255.

BANCROFT, H. *The Book of the Fair*. Chicago, San Francisco, The Bancroft Company, 1893.

BENEDIKT, A. O espectador cinematográfico: entre a anestesia e a sensibilização. *ALCEU* 5, n.10, 2005, pp. 40-57.

BENJAMIN, W. Paris: Capital of the Nineteenth Century. *Perspecta* 12, 1969, pp. 163-172

BUCK-MORSS, S. *Dialética do Olhar: Walter Benjamín e o Projeto das Passagens*. Translated by Ana Luiza Andrade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

COLE, J. *Napoleon's Egypt: Invading the Middle East*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

COLLA, E. Non, non! Si, si!": Commemorating the French Occupation of Egypt (1798–1801). *MLN* 118 (2003), 2003, pp. 1043-1069

EL DALY, O. *Egyptology: The Missing Millennium*. London: UCL Press, 2005.

FELDMAN, A. On the Actual Gaze. From 9/11 to Abu Ghraib. *Cultural Studies* 19, No. 2 March, 2005, pp. 203-226.

FUNARI, P. Ancient Egypt in Brazil: A Theoretical Approach to Contemporary Use of the Past. *Archaeologies: Journal of the World Archaeological Congress*, 2010, pp. 48-61.

GNECCO, C. Arqueología Multicultural. Notas Intempestivas. *Complutum* 23 (2), 2012, pp. 93-102.

GÓRECKI, T. It Might Come in Useful' Scavenging Among the Monks from the Hermitage in MMA 1152. *Institut des Cultures Méditerranéennes et Orientales de l'Académie Polonaise des Sciences*. Études et Travaux XXVII, 2014, pp. 130-150.

GREGORY, D. *Between the Book and the Lamp: Imaginative Geographies of Egypt, 1849-50*. Transactions of the Institute of British Geographers, New Series, Vol. 20, No. 1, 1995, pp. 29-57.

HABER, A. Un-Disciplining Archaeology. *Archaeologies: Journal of the World Archaeological Congress* 8 (1), 2012, pp. 55-66.

HASSAN, F. Imperialist Appropriations of Egyptian Obelisks. In: D. JEFFREYS (ed.) *Views of Ancient Egypt since Napoleon Bonaparte: Imperialism, Colonialism and Modern Appropriations*. London, University College of London, 2003, pp. 19-69.

HOWES, D. Hyperesthesia, or, the Sensual Logic of Late Capitalism. In: D. HOWES (ed.) *Empire of the Senses: The Sensual Culture Reader*. Oxford: Berg, 2005, pp. 281-303.

JEFFREYS, D. Introduction: Two Hundred Years of Ancient Egypt: Modern History and Ancient Archaeology. In: D. JEFFREYS (ed.) *Views of Ancient Egypt since Napoleon Bonaparte: Imperialism, Colonialism and Modern Appropriations*. London, University College of London, 2003, pp. 1-18.

JOMARD, E. *Description de l'Égypte, ou recueil des observations et des recherches qui ont été faites en Égypte pendant l'expédition de l'armée française*. Paris, 1821.

POR QUE NÃO OS QURNAWIS? POR QUE NÃO OS SUL-AMERICANOS?

KERRUISH, E. *Benjamin's Shock and Image: Critical Responses to Hyperaesthetic Culture*. *Transformations Journal of Media & Culture*, 22, 2012.

http://www.transformationsjournal.org/wp-content/uploads/2016/12/kerruish_Trans22

LANE, E. *Description of Egypt: Notes and Views in Egypt and Nubia, Made during the years 1825, -26, -27, and -28: Chiefly Consisting of a Series of Descriptions and Delineations of the Monuments, Scenery, &c. of those Countries; the Views, with Few Exceptions, Made with the Camera-lucida*. Editado e com a introdução de Jason THOMPSON. Cairo: American University in Cairo Press, 2000.

LANGER, C. The Informal Colonialism of Egyptology: From the French Expedition to the Security State. In: M. WOONS e S. Weier (eds.) *Critical Epistemologies of Global Politics. Bristol, E-International Relations*, 2017, pp. 182-203.

MIGNOLO, W. Aesthesis Decolonial. *Calle 14* 4 (4), 2010.
https://secure2.gold.ac.uk/squirrelmail/src/download.php?startMessage=31&passed_id=1145&mailbox=INBOX&ent_id=4&passed_ent_id=0.

MITCHELL, T. *Colonising Egypt*. Berkley, Cambridge University Press, 1998.

MORENO GARCIA, J. The cursed discipline? The peculiarities of Egyptology at the turn of the twenty-first century". In: W. CARRUTHERS (ed.) *Histories of Egyptology: Interdisciplinary Measures*, Routledge, London, 2014, pp. 50-63.

ORMOS, I. The Cairo Street at the World's Columbian Exposition, Chicago, 1893. In: Nabila OULEBSIR e Mercedes VOLAIT (eds.) *L'Orientalisme architectural entre imaginaires et savoirs*, Paris, Picard, 2011, pp. 1-18. <http://inha.revues.org/4915>

PELLINI, J. *Senses, Affects and Archaeology. Changing the Heart, the Mind and the Pants*. Cambridge, Cambridge Scholars, 2018.

PELLINI, J. *Arqueologia e os Sentidos. Entrando na Toca do Coelho*. Curitiba, Prisma, 2016.

PELLINI, J. Arqueologia, Revolução e Falafel. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo*, 2013, pp. 155-170.

PELLINI, J.; MARCONETTO, M. Lúxor, Caipirinha y Fernet. Arqueología desde el Sur en la Necrópolis Tebana (Egipto). *Revista de la Universidad Nacional de Cordoba*, 2018, pp.1-15.

RHIND, A. Henry. 1862. *Thebes: Its Tombs and Their Tenants*. Repr. New Jersey: Gorgias Press, 2002.

RICHARDSON, Robert. *Travels along the Mediterranean and Parts Adjacent in Company with the Earl of Belmore, during the Years 1816-17-18*. 2 vols. London: Cadell, 1822.

RIGGS, C. Colonial Visions Egyptian Antiquities and Contested Histories in the Cairo Museum. *Museum Worlds: Advances in Research* 1, 2013, pp. 65-84

SAID, E. *Orientalism*. London, Penguin Books, 1978.

SATTIN, A. *Letters from Egypt: a journey on the Nile 1849-1850*. Weidenfeld and Nicolson, New York, 1987.

SCHIELKE, S. Hegemonic Encounters: Criticism of Saintsday Festivals and the Formation of Modern Islam in Late 19th and early 20th-century Egypt. *Die Welt des Islams* 47, 3-4, 2007, pp. 319-335.

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

SIMPSON, C. Modern Qurna: Pieces of an Historical Jigsaw. In: Nigel STRUDWICK e John H. TAYLOR (eds.) *The Theban Necropolis: Past, Present, and Future*. Proceedings of papers presented at an international 460 Bibliography colloquium held at the British Museum, London, July 2000. London: British Museum Press, 2003.

SIMPSON, C. Qurna: More Pieces of an Unfinished History. In: Z. HAWASS e S. IKRAM (eds.) *Thebes and Beyond: Studies in Honour of Kent R. Weeks*. Cairo: Supreme Council of Antiquities, 2010.

THOMPSON, J. *Wonderful Things: A History of Egyptology: From Antiquity to 1881*. Cairo, American University in Cairo Press, 2015.

TRAVASSOS, M. *Estética do choque–arte e política em Walter Benjamin*. Dissertação Mestrado, Faculdade de Filosofia, UFCE, 2009.

VAN DER SPEK, K. *The Modern Neighbors of Tutankhamun: history, life and work in the villages of the Theban west bank*, American University in Cairo, Cairo, 2011.

VAN DER SPEK, K. Feasts, Fertility, and Fear: Qurnawi Spirituality in the Ancient Theban Landscape. In: P. DORMAN e B. BRYAN (eds.) *Sacred Space and Sacred Function in Ancient Thebes*. Occasional Proceedings of the Theban Workshop. Studies in Ancient Oriental Civilization (SAOC), Vol. 61. Chicago: Oriental Institute of the University of Chicago. 2003, pp. 177-87.

WYNN, L. *Pyramids and Nightclubs: A Travel Ethnography of Arab and Western Imaginations of Egypt, from King Tut and a Colony of Atlantis to Rumors of Sex Orgies, Urban Legends about a Marauding Prince, and Blonde Belly Dancers*. Austin, University of Texas, 2007.

BIOGRAFIA DOS AUTORES

Achim Lichtenberger

Professor Titular em Arqueologia (Universität Tübingen) – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2653-9859> – do Institut für Klassische Archäologie und Christliche Archäologie – Archäologisches Museum – Westfälische Wilhelms-Universität Münster – Domplatz 20 – 22, CEP: 48143, Münster, Alemanha. Foi professor na Universität Tübingen (2001/2002) e, em 2002, tornou-se pesquisador da Deutsche Forschungsgemeinschaft (DFG) e assistente de pesquisa na Cátedra de Antigo Testamento e Arqueologia Bíblica na Johannes Gutenberg-Universität de Mainz. Em 2002, Lichtenberger mudou-se para Münster como assistente de pesquisa, sendo nomeado em 2003/2004 Feodor Lynen Fellow da Alexander von Humboldt Foundation na University of Cambridge e Visiting Fellow no Fitzwilliam College. Também foi professor de Arqueologia Clássica na Ruhr-Universität Bochum e membro do conselho do Center for Mediterranean Studies. Foi nomeado Professor (W3) de Arqueologia Clássica e desde 2016 é diretor do Museu Arqueológico da Westfälische Wilhelms-Universität em Münster, Alemanha.

Ahmad Serieh

Doutor em Arqueologia (Damascus University) - <https://br.linkedin.com/in/ahmad-serieh-9596259>. Diretor do Centro Cultural Árabe Sírio de São Paulo – Rua Augusta n. 1.053, Bela Vista, São Paulo, Brasil. Fez estágio de três meses de trabalho no Museu do Louvre e foi, durante três anos, o diretor da área de museus na Síria.

Alexander Sarantis

Professor Doutor (University of Oxford) – ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9139-1956> – do Instytut Historii Sztuki – Krakowskie Przedmiescie 26/28, CEP: 00-927, Warszawa, Polska. Foi bolsista da Alexander von Humboldt (pes-

ARQUEOLOGIA DO ORIENTE ANTIGO

quisadores experientes), baseado no Römisch-Germanisches Zentralmuseum Mainz, Alemanha, e, antes disso, bolsista de pesquisa com o projeto “Migração e Mobilidade na Antiguidade Tardia e no início da Idade Média” na Eberhard Karls University Tuebingen. Antes de se mudar para a Alemanha, lecionou nas universidades de Kent, Aberystwyth e Swansea, no Reino Unido. Atualmente, é financiado pela Uam NAWA (a Agência Nacional Polonesa para Intercâmbio Científico) e professor assistente de Antiguidade Tardia no Instituto de História da Arte da Universidade de Varsóvia, Polônia.

André L. Chevitaese

Professor Titular em História Antiga (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - <http://lattes.cnpq.br/8607821911525405> - do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional e do Programa de Pós-Graduação em História Comparada do Instituto de História, Largo São Francisco de Paula, 1 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20051-070. Tem concentrado suas pesquisas em duas grandes áreas do conhecimento: história do cristianismo e paisagem e cultura material da cidade do Rio de Janeiro. Em ambas as áreas, tem trabalhos publicados em forma de livros, capítulos de livros e artigos acadêmicos, além de orientações de pesquisas de mestrado e de doutorado nas áreas de História e Arqueologia.

Anna Leone

Professora Titular em Arqueologia (University of Oxford) – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4312-6335> – do Department of Archaeology – Institute for Middle Eastern and Islamic Studies e Institute of Medieval and Early Modern Studies – Durham University – The Palatine Centre, Stockton Road, Durham, CEP: DH1 3LE, United Kingdom. Em Roma, codirige com o Dr. D. Palombi (Università La Sapienza) o projeto da Villa dei Gordiani ao longo da Via Prenestina. Desde 2009, é membro do conselho editorial da Society for Libyan Studies (2015) e editora do *Academic Journal – Libyan Studies*. Projetos atuais incluem “From Africa to Ifriqiya: Investigating Lepcis Magna and its Territory” e “The Upper Simeto Valley Project (Sicily): an Inside-out View of a Rediscovered Landscape”. É Professor/Chair em Arqueologia no Norte da África, Urbanismo da Antiguidade Tardia no Norte da África e no Oriente Próximo, e, entre 2014 e 2016, foi Head of the Department of Archaeology na Durham University, Inglaterra, Reino Unido.

BIOGRAFIA

Cintia A. Gama-Rolland

Professora Doutora em Egiptologia – Ciências da Religião do Mundo Antigo (2016) pela École Pratique des Hautes Études (EPHE), com pós-doutorado em arqueologia egípcia (2019) pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui graduação (2003) e licenciatura (2004) em História pela Universidade de São Paulo (USP) e mestrado (2008) em Arqueologia pela UFRJ. Integra três missões arqueológicas no Egito e atuou como conselheira científica no Museu do Louvre, bem como pesquisadora no Museu de Arte de São Paulo (MASP). Tem experiência na área de Egiptologia, história e arqueologia, tendo participado de diversas escavações no Egito. Atua principalmente nos seguintes temas: história da gastronomia/alimentação, história antiga, egiptologia, religião, história e arqueologia.

É pesquisadora associada do Laboratório de Egiptologia do Museu Nacional (Seshat) do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFRJ. Atualmente está vinculada ao Musée des Confluences, em Lyon, França.

Ergün Laflı

Professor Titular em Arqueologia (Dokuz Eylül University Edebiyat Fakültesi) – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4722-5018> –, Arkeoloji Bölümü – Edebiyat Fakültesi – Dokuz Eylül Üniversitesi – Oda No A 418, Tınaztepe/Kaynaklar Yerleşkesi, Buca, TR-35160, Izmir, Turquia. Ele possui graduação pela *University of Ankara* (1996), mestrado pela *University of Tübingen* (1999) e um Ph.D. pela *University of Cologne* (2003). Laflı é um arqueólogo clássico na Universidade Dokuz Eylül em Izmir, preside a Divisão de Arqueologia Medieval e é o diretor do Centro de Arqueologia da Anatólia Ocidental (EKVAM). Desde 2006, ele editou ou foi coautor de sete livros sobre terracotas helenísticas, romanas e bizantinas antigas, cerâmicas, estatuetas de metal, achados de vidro e inscrições da Ásia Menor. Entre 2005 e 2009, ele dirigiu um projeto de campo arqueológico em Edirne ou Edirna, antigamente conhecida como Hadrianopolis ou Adrianópolis, uma cidade e sítio romano e bizantino antigo do noroeste da Turquia. É a capital da província homônima e faz parte da Região de Marmara. Laflı organizou vários congressos arqueológicos em Izmir e publicou vários grupos de materiais da Anatólia Clássica.

Florian Janoscha Kreppner

Professor Titular em Filologia do Antigo Oriente Médio e Arqueologia Clássica (Freien Universität Berlin) da cátedra de Arqueologia do Oriente Médio – Institut Für Altorientalistik und Vorderasiatische Archäologie – WWU – Westfälische Wilhelms-Universität Münster – Rosenstr. 9, CEP: 48143, Münster, Alemanha. De 1997 a 2013, esteve envolvido no projeto de pesquisa DFG Escavação em Tall Schech Hamad/Dur-Katlimmu pela Universidade Livre de Berlim. De 2007 a 2016, foi professor Erasmus na Ege Üniversitesi, em Izmir, e na Georg-August-Universität Göttingen. Desde 2013, na Universidade Livre de Berlim. Desde 2015, é assistente de pesquisa na cadeira Karen Radner e, em 2018, foi nomeado Professor Universitário de Arqueologia do Oriente Próximo na Westfälische Wilhelms-Universität Münster, Münster, Alemanha.

Gilvan Ventura da Silva

Professor Titular em História Antiga (Universidade Federal do Espírito Santo, UFES) – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4868-6596> – Universidade Federal do Espírito Santo – Av. Fernando Ferrari, 514, – Prédio IC-III – Pavimento superior, CEP: 29075-910, Goiabeiras, Vitória, ES, Brasil. Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), bolsista produtividade 1-C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pesquisador do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir). No momento, executa o projeto “Migração, movimento e desordem na cidade pós-clássica: Antioquia e os efeitos da dinâmica populacional (356-397 EC)”. É editor de *Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos* e membro dos seguintes grupos de pesquisa: Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (USP); Arqueologia Histórica (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp); Núcleo de Estudos Mediterrânicos (Universidade Federal do Paraná – UFPR); Cultura escrita e oralidade na Antiguidade e no Medievo (Universidade Estadual do Ceará – UECE); Estudos de gênero, discursos, religiosidades e uso e costumes do passado da Antiguidade Clássica à Tardia (Universidade Federal do Pará – UFPA) e ATRIVM – Espaço Aberto de Estudos Clássicos (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). É coordenador da Seção ES do LEIR, desenvolvendo projetos de investigação acerca dos vínculos entre espaço, identidade, religião e poder na Antiguidade.

BIOGRAFIA

Hanan Charaf

Professora Titular em Arte e Arqueologia (University of Paris I, Panthéon-Sorbonne) – ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5975-6185> –, do Department of Art and Archaeology – Lebanese University – Hadat Campus, Rafic Hariri University Campus – Hadas, Beirut, Líbano. Dra. Hanan Charaf é editora da Archaeological Reports Series (ARS) das Escolas Americanas de Pesquisa Oriental (American Schools of Oriental Research). Ela também é pesquisadora associada da University of Paris I, Panthéon-Sorbonne, na França e no Instituto Francês do Oriente Próximo (IFPO), em Beirute, Líbano. É membro do conselho de curadores das Escolas Americanas de Pesquisa Oriental (American Schools of Oriental Research) e membro do conselho editorial e consultivo do *Journal of Eastern Mediterranean Archaeology and Heritage Studies*, publicado pela Pennsylvania State University. É diretora de escavações em MWM 481, Sidon, e Tell Douris, Líbano.

Ian Hodder

Professor Titular em Arqueologia (University of Cambridge) – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7018-586X> –, do Department of Anthropology – School of Humanities & Sciences – Archaeology Center – Stanford University – Escondido Mall, 488, Building 500, CEP: Stanford, CA 94305, Palo Alto, Estados Unidos. De 1990 a 2000, foi diretor do Cambridge Archaeological Unit, Fellow da Darwin College, Cambridge University, e Fellow da the British Academy (FBA), em 1996. O professor Hodder tem conduzido a escavação do sítio Neolítico de Catalhoyuk, com 9.000 anos de idade, no centro da Turquia, desde 1993. O projeto de 25 anos aborda a materialidade e arte do local em todo o seu contexto ambiental, econômico e social. É diretor do Stanford Archaeology Center e Dunlevie Family Professor (Distinguished, Endowed or University Professor) da Stanford University. Nas honrarias de aniversário da rainha Elizabeth II do Reino Unido em 2019, foi nomeado Queen's Companion of the Order of St Michael and St George (CMG) – Cavaleiro da Ordem de São Miguel e São Jorge da rainha.

Ivan Esperança Rocha

Professor Titular em História Social (Universidade de São Paulo – USP) – ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5854-296X> –, do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História – Faculdade de Ciências e Le-

tras (FCL) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Campus de Assis – Av. Dom Antônio, 2100, CEP: 19806-900, Parque Universitário, Assis, São Paulo, Brasil. De 2007 a 2011, foi vice-diretor e, de 2011 a 2015, foi diretor da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, Campus de Assis/SP. Presidente do Conselho Curador da Fundação para o Vestibular da Unesp (Vunesp) de 2017 a 2020. É livre-docente (2013) da Unesp, Campus de Assis.

José Roberto Pellini

Professor Doutor em Arqueologia (Universidade de São Paulo – USP) – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3012-5288> –, do Departamento de Antropologia e Arqueologia – UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais – Av. Pres. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, CEP: 31270-901, Belo Horizonte, MG, Brasil. Foi professor adjunto na cadeira de Arqueologia Teórica no Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) durante os anos de 2013 e 2017, onde também exerceu a função de coordenador do Programa de Pós-graduação em Arqueologia (Proarq) entre os anos de 2015 e 2017. Um dos criadores e o atual diretor geral do Programa Brasileiro de Arqueologia no Egito (Brazilian Archaeological Program in Egypt – Bape), que concluiu a quinta etapa de campo da missão realizada na Necrópole Tebana (2020). A Tumba Tebana 123 (TT-123) pertenceu ao escriba Amenemhet, assistente de um faraó, chamado Tutmosis III, da 18ª dinastia do Novo Império, em torno de 1.200 a 1.300 anos AEC.

Juliana B. Cavalcanti

Doutora em História Comparada (Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ) – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4959-1644>. Possui graduação em História (2013) e em História Comparada (2016) também pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua como divulgadora científica nas redes sociais (Instagram e YouTube) desde 2020. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Antiga, atuando principalmente nos seguintes temas: história dos cristianismos, estudos paulinos e estudos de gênero e cristianismo.

BIOGRAFIA

Juliana Figueira da Hora

Professora Doutora em Arqueologia (Universidade de São Paulo – USP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2697-9248>. Pós-doutora em Arqueologia com ênfase em acervos museológicos e patrimônio cultural pelo Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-USP). Realizou pesquisa na École Française D’Athènes (EFA) e no Museu de Tasos, na Grécia. Pesquisadora convidada do Institute of Classics Karl-Franzens Universität Graz, na Áustria, onde iniciou pesquisa com bolsa Coimbra Group Scholarship Program for Young Professor and Researcher from Latin American. Pesquisadora colaboradora do Projeto “Diachronic Dor: understanding the ancient city for the modern day – RTI recording” (2021-2023). Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do MAE-USP. Pesquisadora associada do Laboratório de Estudos sobre Cidade Antiga (Labeca/MAE-USP). É membro associada da European Association of Archaeologists (EAA), República Tcheca. Bolsista Produtividade CNPq, Nível 2.

Katia Maria Paim Pozzer

Professora Doutora em História (Université de Paris I, Panthéon-Sorbonne) – ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9083-1729> –, do Curso de História da Arte e do Programa de Pós-graduação em História – Instituto de Artes – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – R. Sr. dos Passos, 248 – Centro Histórico, CEP: 90020-180, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Coordena o Laboratório de Estudos da Antiguidade Oriental (Leao) e atuou como Pesquisador Visitante (2011) no Grupo de Pesquisa Histoire et Archéologie de l’Orient Cunéiforme (Haroc), na Maison René-Ginouvès, Arqueologia e Etnologia – Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), Université de Paris I – Panthéon-Sorbonne e Université de Paris Ouest-Nanterre – La Défense, na França.

Leonardo Fuduli

Doutor em Arqueologia (Università degli Studi di Messina) – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1731-1732> –, Pesquisador Jovem Pesquisador (FAPESP) do Programa de Pós-graduação em Arqueologia (PPGARq) – Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) – Universidade de São Paulo (USP) – Cidade Universitária – Av. Professor Almeida Prado, 1466, CEP: 05508-070, São Paulo/SP, Brasil. Realizou seu primeiro pós-doutorado sobre a decoração arquitetônica helenís-

tica de Nea Paphos – Chipre na Universidade de Tessália (Volos), e o segundo sobre *spolia* na Sicília, no Laboratório de Estudos sobre Cidade Antiga (Labeca/MAE-USP). Tem experiência em arqueologia de campo com foco em arquitetura grega e romana, decoração arquitetônica helenística e imperial e reuso de *spolia* (especificamente da Sicília, Grécia e Chipre). Publicou em revistas e participou de conferências internacionais.

Marcelo Rede

Professor Doutor em História (Université de Paris 1) – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7369-5371> –, Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) – Universidade de São Paulo (USP) – R. do Lago, 717, Butantã, CEP: 05508-080, São Paulo/SP, Brasil. Entre 1992 e 2008, foi professor da Universidade Federal Fluminense. É Membro Estrangeiro do Laboratório Histoire et Archéologie de l’Orient Cunéiforme (HAROC) do do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) e coordenador do Projeto do Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (Cofecub) – USP – Université de Bordeaux. Foi Professor Visitante da Universidade de Paris-Sorbonne (2019). Pesquisador-residente da École Française de Rome (2022-2023). Foi coordenador do Laboratório do Antigo Oriente-Próximo (Laop) entre 2011 e 2015. É bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – nível 2 desde 2007.

Maria Cristina Nicolau Kormikiari

Professora Doutora em Arqueologia (Universidade de São Paulo – USP) – ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9015-801X> –, do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PPGARq) – Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) – Universidade de São Paulo (USP) – Cidade Universitária – Av. Professor Almeida Prado, 1466, CEP: 05508-070, São Paulo/SP, Brasil. Realizou estágio no Centre Camille Julian, da Université de Provence, em Aix-en-Provence, França. Trabalhou na equipe de escavação da Brown University em Corfu, Grécia, entre 1996 e 1999, e foi supervisora de campo nas escavações do sítio romano-castrejo de Tongobriga, em Portugal, entre 2004 e 2005, igualmente organizados pela Brown University. É editora chefe da *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*.

BIOGRAFIA

Malgorzata Kajzer

Doutora em Arqueologia (Jagiellonian University) – ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6176-3536> –, do Centrum Archeologii Śródziemnomorskiej – Uniwersytetu Warszawskiego – Zakład Studiów Lewantyńskich – Uniwersytet Warszawski – ul. Prosta 69, CEP: 00-838. É pós-doutoranda no Centro Polonês de Arqueologia Mediterrânea do Departamento de Estudos Levantinos da Universidade de Varsóvia, Polônia. Pesquisadora do Paphos Agora Project (PAP) – Interdisciplinary Research of the Jagiellonian University in Nea Paphos Unesco World Heritage Site (<https://paphos-agora.archeo.uj.edu.pl/>).

Marcio Teixeira-Bastos

Professor Doutor em Arqueologia (Universidade de São Paulo) e Arqueologia das Culturas do Oriente Antigo (Tel Aviv University) – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3553-7129> –, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) - R. do Lago, 717 - Butantã, São Paulo - SP, 05508-080. Foi Overseas PhD Student, do Department of Archaeology, Ustinov College, Durham University, Inglaterra. Fez Pós-Doutorado com ênfase em Arqueometria no MAE-USP. Pós-Doutorado em História (Cultura, Historiografia e Patrimônio) na UNESP-Assis. Pós-Doutorado em Antropologia no Departamento de Antropologia, Centro de Arqueologia, da Stanford University, Estados Unidos. É membro do Comitê Científico do Computer Applications and Quantitative Methods in Archaeology - *CAA International Scientific Committee* (ScC). Membro do Conselho Editorial da *American Anthropologist*, revista científica da *American Anthropological Association* (AAA), Estados Unidos. Também membro das equipes de escavação dos sítios de Apollonia-Arsuf (Tel Aviv University, Israel) e Tell Iztabba / Beit She'an (Münster University, Alemanha).

Maurizio Buora

Professor doutor em Arqueologia (Università degli Studi di Udine) – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5746-8312> –, Società Friulana di Archeologia – Via Gorizia 16, I-33100, Udine, Itália. Maurizio Buora formou-se em clássicos magna cum laude pela Universidade de Pádua em 1970, depois frequentou a Universida-

de Würzburg (Alemanha) e as escolas de pós-graduação em filosofia, história antiga e arqueologia da mesma Universidade de Pádua.

Oren Tal

Professor Titular em Arqueologia (Tel Aviv University) – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3625-1982> –, do Jacob M. Alkow Department of Archaeology and Ancient Near Eastern Cultures – School of Jewish Studies – Tel Aviv University – Campus Tel Aviv, CEP: 6997801, Israel. Entre 2002 e 2004, esteve no Deutsches Archäologisches Institut (DAI), Zentrale, Berlin; Institut für Klassische Archäologie, Freie Universität, Berlin e Institute of Classical Studies (ICS), School of Advanced Study, University of London. Lecionou na Universidade de Haifa e na Universidade Hebraica de Jerusalém em 2005 e 2006, respectivamente. Desde 2007, trabalha para a Universidade de Tel Aviv, onde leciona Arqueologia Clássica do Oriente Médio no Departamento de Arqueologia e Culturas do Antigo Oriente. Tal também atuou como presidente do departamento (2010-2013). É o atual Diretor do Projeto de Escavação Apollonia-Arsuf (desde 2007) e codiretor do Projeto de Escavação Tell Iztabba (desde 2019). Tal também está empenhado no estudo das primeiras moedas indígenas do Levante Sul e no desenvolvimento da economia monetária no Levante, bem como em tecnologias antigas. Também é autor ou coautor dos relatórios finais de escavação de Apollonia-Arsuf I (1999), En Boqeq II (2000), Ramla (Sul) (2008), Tell Qudadi (2015), Beth Yerah III (2017) e Apollonia-Arsuf II (2020). Desde 2013 é Full Professor da Tel Aviv University.

Pedro Paulo A. Funari

Professor Titular em História Antiga (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp) – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0183-7622> –, do Departamento de História e Programa de Pós-graduação em História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) – Unicamp, Cidade Universitária Zeferino Vaz – Rua Cora Coralina, 100, Barão Geraldo, 100, CEP: 13083-896, Campinas/SP, Brasil. É bacharel em História (1981), mestre em Antropologia Social (1986), doutor em Arqueologia (1990) e livre-docente em História (1996) pela Universidade de São Paulo (USP). É Distinguished Lecturer University of Stanford, Research Associate – Illinois State University, Universidad de Barcelona, Université Laval

BIOGRAFIA

(Canadá), líder de grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), assessor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), orientador em Stanford e Binghamton, colaborador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) em 1986-1992 e professor de pós-graduação das Universidades do Algarve (Portugal), Nacional de Catamarca, del Centro de la Provincia de Buenos Aires, e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Participa do conselho editorial de mais de cinquenta revistas científicas estrangeiras e brasileiras. Publicou e organizou mais de quinhentos livros, reedições e capítulos nos Estados Unidos, Inglaterra, Austrália, Áustria, França, Holanda, Itália, Espanha, Argentina, Colômbia, Brasil, entre outros, assim como mais de 710 artigos, resenhas e notas em mais de 130 revistas científicas estrangeiras e brasileiras arbitradas. Foram publicadas mais de setenta resenhas de seus livros (sendo mais de trinta em revistas estrangeiras).

Rafael de Abreu e Souza

Doutor em Arqueologia (Universidade de São Paulo – USP). Doutor em Ambiente e Sociedade, Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1963-5394> –, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, CICV, 19 Avenue de la paix, CEP: 1202, Genebra, Suíça. Missão no Oriente Médio.

Rubina Raja

Professora Titular em Arqueologia Clássica (University of Oxford) – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1387-874X> –, da School of Culture and Society – Centre for Urban Network Evolutions, UrbNet – Aarhus University – Moesgård Allé 20, building 4230, 230, CEP: 8270, Højbjerg, Denmark. University of Oxford (2005) no Lincoln College. Co-dirige o Danish-German Jerash Northwest Quarter Project junto com o professor Prof. Dr. Achim Lichtenberger; e o Danish-Italian Caesar’s Forum Project em Roma, juntamente com o Dr. Jan Kindberg Jacobsen (The Danish Institute em Roma) e o Dr. Claudio Presece Parisi (Sovrintendenza Capitolina ai Beni Culturali, Direzione Musei archeologici e storico-artistici), na Itália. É a principal investigadora e diretora do Palmyra

Portrait Project e fundadora do Journal of Urban Archaeology. É membro da Real Academia Dinamarquesa de Ciências e Letras e cargos de professora visitante (Visiting Scholar) em instituições de prestígio, como o Princeton Institute for Advanced Studies, a Sorbonne University e o Max Weber College, Universität Erfurt. Desde 2015, é diretora do Center for Urban Network Evolutions, baseado na Aarhus University, que é a maior iniciativa de pesquisa dentro das humanidades na Dinamarca.

Sabine Rogge

Professora Titular em Arqueologia e História Antiga (Universität Münster), do Institut für Interdisziplinäre Zypern-Studien – Westfälische Wilhelms-Universität Münster – Schlaunstr. 2, CEP: D-48143, Münster, Alemanha. Teve bolsa de viagem de um ano do Deutschen Archäologischen Instituts (Instituto Arqueológico Alemão), onde trabalhou como assistente de pesquisa – primeiro no Departamento de Roma, depois no Departamento de Atenas. Desde 1996, é diretora administrativa do Instituto de Estudos Interdisciplinares do Chipre da Westfälische Wilhelms-Universität Münster, Alemanha.

Vagner Carvalho Porto

Professor Doutor em Arqueologia (Universidade de São Paulo – USP) – ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6186-7845> – do Programa de Pós-graduação em Arqueologia (PPGARq) – Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) – USP – Cidade Universitária – Av. Professor Almeida Prado, 1466, CEP: 05508-070, São Paulo/SP, Brasil. Desenvolveu, como pesquisador da Universidade de São Paulo (USP), em parceria com o Instituto de Gestão do Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico (IGESPAR), em Portugal, e com a Universidade de Brown, nos Estados Unidos, escavações arqueológicas sobre as formas de contato entre o Império Romano e as populações locais em Portugal. Desenvolveu como pesquisador da USP em parceria com a Universidade de Tel Aviv escavações em Apollonia, Israel. Coordenador do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial (Larp-USP); Coordenador dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) “Numismática Antiga” e “ARISE – Arqueologia Interativa e Simulações Eletrônicas”. Coeditor chefe da *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* da USP. Bolsa Produtividade CNPq, Nível 2.

